

2

Série Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Estudos Básicos para a caracterização da Rede Urbana

ipea

IBGE



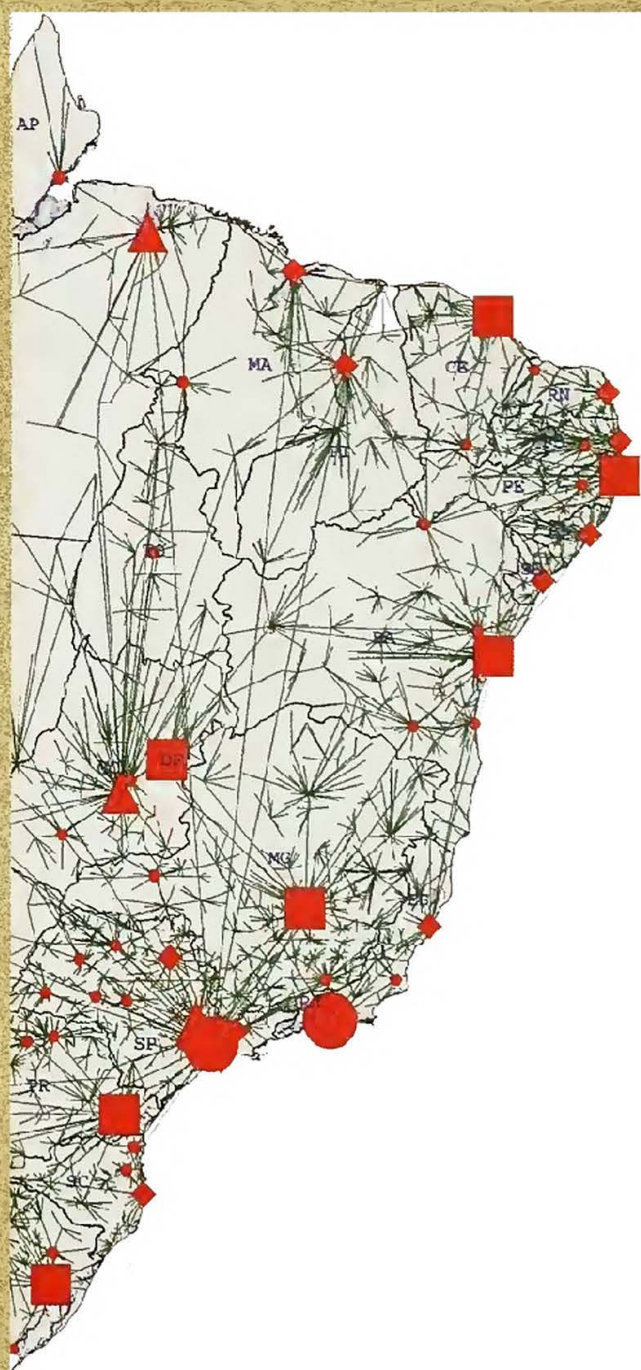
UNICAMP

FINEP



Programa de Financiamento das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico

POUPANÇA DA CAIXA CAIXA



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur)
Coordenação Geral de Política Urbana (CGPUR)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Diretoria de Geociências (DGC)
Departamento de Geografia (Degeo)

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Instituto de Economia (IE)
Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (Nesur)

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL

Volume 2

Estudos Básicos para Caracterização da Rede Urbana

Brasília

2002

ipea

IBGE



POUPANÇA DA CAIXA

CAIXA



FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

AGRADECIMENTOS

A Coordenação-Geral da Pesquisa agradece as instituições, consultores e colaboradores que participaram deste estudo, bem como todos aqueles que contribuíram para sua publicação.

Diana Meirelles da Motta
Organizadora da Publicação

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Ministro

Martus Tavares

Secretário Executivo

Guilherme Dias

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Presidente

Roberto Borges Martins

Diretoria

Eustáquio J. Reis

Gustavo Maia Gomes

Hubimaier Cantuária Santiago

Luís Fernando Tironi

Murilo Lôbo

Ricardo Paes de Barros

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e torna disponíveis, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir dos estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.

Apesquisa que deu origem a esta série foi financiada pelo Banco Mundial, por intermédio do Contrato de Empréstimo Bird 3442-BR, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por meio do Projeto PNUD BRA/92/028, e também pelo Projeto de Modernização do Setor Saneamento (PMSS), o qual ainda financiou parte dos trabalhos editoriais, juntamente com o Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, Rede IPEA, Projeto PNUD BRA 97/013.

O PMSS é dirigido pelo Comitê de Direção do Projeto (CDP), integrado por representantes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (Sedu) e executado pela Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP), vinculada ao Ipea.

Os estudos e pesquisas do Ipea, no âmbito do componente institucional do PMSS, são de responsabilidade da Coordenação-Geral de Política Urbana e da Coordenação-Geral de Política Regional, que compõem a Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (Dirur).

O IBGE, mediante acordo de cooperação técnica com o Ipea, participou da pesquisa ao longo de todas as suas etapas.

© 2000 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA

SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 3º andar, sala 327, Brasília, DF,

CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

Coordenação Editorial: SBS, Quadra 1, Bloco J, Ed. BNDES, 10º andar, Brasília, DF.

CEP 70076-900, fone: (61) 315-5374; fax: (61) 315-5314; e-mail: editbsb@ipea.gov.br

Serviço Editorial: Av. Presidente Antonio Carlos, 51, 14º andar, Rio de Janeiro, RJ,

CEP 20020-010, fone: (21) 212-1140; fax: (21) 220-5533; e-mail: editrj@ipea.gov.br

É permitida a reprodução, exceto para fins comerciais, desde que citada a fonte.

CRÉDITOS EDITORIAIS

Supervisão editorial

Diana Meirelles da Motta

Coordenação editorial

Gislaine Maria da Silva

João Batista Vaz

Projeto gráfico

Celso Carramenha Linck (capa)

Hamilton Marcos Fernandes (miolo)

Preparação de texto

Cássio de Arantes Leite

Revisão técnica

Manoel Seabra e Odette Carvalho de Lima Seabra

Professores-doutores do departamento de Geografia da FFLCH da Universidade de São Paulo

Revisão de texto

Antonio Carlos Marques

Isabel Aparecida Gomes

Luicy Caetano

Revisão cartográfica

Celso Donizetti Talamoni

Teresa Cabral Jahnel

Editoração eletrônica

Globaltec Produções Gráficas

Produção de mapas e tratamento de imagens

Maps World Produções Gráficas

Mapa da Rede Urbana (capa) elaborado por Cláudio Egler

Apoio

Coordenação Editorial do Ipea

Fernando Luiz Araújo Sobrinho (assistente de pesquisa – Ipea)

Tatiana Rodrigues da Cunha (estagiária – Ipea)

Alessandra Souza Cardoso (estagiária – Ipea)

Renata de Cássia Almeida Custódio (estagiária – Ipea)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Coordenação de Documentação e Biblioteca – Codob do Ipea, DF, Brasil)

Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil : estudos básicos para caracterização da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP. Brasília : IPEA, 2001.

v. 2: grafs., mapas, tabs.; 390 p.

Série de 6 volumes.

ISBN: 85-86170-35-6

1. Cidades 2. Rede urbana 3. Urbanização 4. Economia urbana 5. Política urbana

6. Aglomerações urbanas 7. Desenvolvimento urbano 8. Desenvolvimento regional

9. Municípios 10. Brasil I. IPEA II. IBGE III. UNICAMP

CDD 307.76

20ª ed

Apresentação

Ao cumprir sua função de promover a realização de estudos e apoiar o governo brasileiro na formulação, avaliação e acompanhamento das políticas públicas, o Ipea coordenou, em parceria com o IBGE e o Nesur/IE da Unicamp, a execução de um amplo trabalho de pesquisa sobre a rede urbana do Brasil.

Este trabalho contou com a cooperação de várias outras entidades devidamente referidas no Prefácio deste volume. Trata-se de uma contribuição respaldada em extensivo esforço de pesquisa que, certamente, será utilizada na formulação de políticas urbanas, setoriais e territoriais, não somente do Governo Federal mas também dos Estados e Municípios.

Resgata-se, assim, um tema da maior relevância para a área urbana e regional. O Ipea, a Caixa Econômica Federal (CEF) e a Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep), em estreita cooperação, divulgam a série que reúne os estudos sobre a rede urbana e cumprimenta todos os participantes deste trabalho.

Roberto Borges Martins
Presidente do Ipea

Valdery Frota de Albuquerque
Presidente da CEF

Mauro Marcondes Rodrigues
Presidente da Finep

Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil

Volume 2

Estudos Básicos para Caracterização da Rede Urbana

EQUIPE TÉCNICA

Coordenação-Geral

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Coordenadora-Geral da Pesquisa - *Diana Meirelles da Motta*
Diretor de Estudos Regionais e Urbanos - *Gustavo Maia Gomes*
Diretor-Adjunto - *Ricardo R. de Araújo Lima*
Consultores - *Hamilton Tolosa; Cláudio Egler*

Estudo
Configuração e Dinâmica da Rede Urbana
Cláudio Egler

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Coordenador da Pesquisa - *Cesar Ajara*

Estudo
Regiões de Influência das Cidades
Márcia Carvalho Carneiro (Coordenadora período 1993-97)
Luiz Alberto dos Reis Gonçalves (Coordenador período 1997-98)
Aurélia Lopes da Silva
Cleber de Azevedo Fernandes
Eliane Ribeiro da Silva
João Batista Ferreira de Mello
Luiz Carlos de Carvalho Ferreira
Maria Mônica Vieira Caetano O'Neill
Rogério Botelho de Mattos
Solange Cardoso Barros
Viviane Narducci Ferraz

Estudo
Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos
Maria Luisa Gomes Castello Branco

Estudo
Tipologia dos Municípios Brasileiros
Vera Maria d'Ávila Cavalcanti Bezerra (Coordenadora)
Ana Maria Fernandes da Costa

Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur/IE/Unicamp)

Coordenador da Pesquisa - *Carlos Américo Pacheco*
Coordenadora da Pesquisa - *Áurea M. Queiroz Davanzo*
Coordenador do Nesur - *Rinaldo Barcia Fonseca*

Prefácio

Nas duas últimas décadas, o processo de urbanização no Brasil manteve-se acelerado e apresentou situações de grande diversidade e heterogeneidade no território nacional, destacando-se: a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; o crescimento das cidades médias; a periferação dos centros urbanos; e a formação e consolidação de aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas. Esses fenômenos são resultantes do processo de reestruturação econômica em curso no país.

A elaboração de um quadro de referência baseado na compreensão da rede urbana brasileira, aqui entendida como “armadura” da estrutura socioespacial contemporânea, constitui importante subsídio à formulação de políticas territoriais de âmbito nacional, regional e municipal.

Ciente da necessidade de se formar uma base analítica para a formulação de políticas urbanas, a Coordenação-geral de Política Urbana do Ipea propôs a realização e coordenou o estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, desenvolvido em rede nacional de instituições de pesquisa, em parceria com o Departamento de Geografia (Degeo) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Núcleo de Economia Social Urbana e Regional (Nesur) do Instituto de Economia (IE) da Universidade de Campinas (Unicamp), e com o apoio de diversas instituições.

O trabalho apresenta valiosa contribuição para o conhecimento da atual rede urbana do país, uma vez que o último estudo abrangente sobre esse tema data de 1984, tendo sido realizado, naquela ocasião, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU).

No estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, buscou-se analisar a atual configuração e as tendências de evolução da rede urbana do país, enfocando as transformações ocorridas no processo de crescimento demográfico, funcional e espacial das cidades brasileiras, a fim de contribuir para a definição de estratégias de apoio à formulação e à execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

A urbanização e o sistema urbano são considerados, no estudo, “síntese” de um longo processo de mudan-

ça territorial do país, no qual a dinâmica e as alternativas de localização das atividades econômicas têm importante papel indutor, entendendo-se a urbanização como parte integrante dessas determinações.

A hipótese central do estudo é a de que as tendências da urbanização brasileira e o sistema urbano do país incorporam as transformações espaciais da economia. Para tanto, procedeu-se à análise das transformações na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, explorando suas relações com a urbanização e a dinâmica demográfica do período recente, qualificando, dessa forma, os determinantes do processo de urbanização e do sistema urbano brasileiro.

A caracterização da economia regional evidencia o impacto da trajetória econômica regional sobre a estruturação da rede urbana e abrange a análise econômica, explicitando os desdobramentos espaciais decorrentes, bem como as razões desses desdobramentos, distinguindo áreas dinâmicas, áreas estagnadas e mudanças na base produtiva das regiões. A caracterização da rede urbana regional identifica as mudanças ocorridas na conformação do sistema urbano regional no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas alterações com as principais tendências do desenvolvimento econômico regional.

Tratou-se, também, das características do arranjo espacial da indústria e da agropecuária, nas décadas de 80 e 90, uma vez que são essas as atividades que, em grande parte, determinam as distintas trajetórias econômicas e urbanas regionais recentes, bem como as alterações nas formas de articulação comercial das regiões entre si e com o exterior. O argumento central desenvolvido é o de que, na década de 80, no contexto da crise econômica, o maior grau de abertura da economia brasileira estimulou uma forma distinta de articulação das economias regionais, com rebatimentos importantes sobre a urbanização e o sistema de cidades.

Além disso, as análises identificam as mudanças ocorridas na rede urbana do país, em especial nas redes urbanas regionais, nas décadas de 80 e 90. Tais análises incorporaram os seguintes estudos do IBGE: *Regiões de influência das cidades (Regic)*; *Tipologia dos municípios brasileiros*;

e *Aglomeraciones urbanas para fins estatísticos*. As análises também se valeram do estudo *A dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais no Brasil*, do consultor Cláudio Egler.

O estudo abrangeu três vertentes de análise. A primeira considera os processos econômicos gerais que estão na base da estruturação e do desenvolvimento da rede urbana do Brasil. A segunda leva em conta os processos econômicos regionais e seus desdobramentos na configuração e nas tendências da rede de cidades de cada uma das grandes regiões geográficas do país. A terceira refere-se à manifestação de processos característicos da tipologia da rede urbana – o tamanho, a função e a forma urbana –, enfocando essas manifestações seja para o país como um todo, seja para cada uma das grandes regiões geográficas.

Essas três vertentes de análise resultaram em quatro produtos referenciais básicos, que configuram a rede urbana do Brasil:

- as redes urbanas das grandes regiões;
- a hierarquia da rede urbana;
- os sistemas urbano-regionais; e
- o quadro de composição das aglomerações urbanas.

Realizado no período de dois anos e meio, o estudo foi desenvolvido em cinco etapas: referencial conceitual e metodológico; estudos preliminares de caracterização da rede urbana; estudos de caracterização da rede urbana; análise das transformações e tendências na configuração da rede urbana; e configuração atual e tendências da rede urbana.

O Nesur encarregou-se do conjunto de estudos sobre as transformações da rede urbana do Brasil, procedendo a uma análise atualizada das principais mudanças espaciais ocorridas na economia do país e das mudanças decorrentes na dinâmica das economias regionais, estudos esses que procuraram apreender os impactos dessas transformações sobre a configuração e as tendências da rede urbana brasileira.

O IBGE/Degeo desenvolveu o conjunto de estudos que inclui a atualização do trabalho sobre hierarquia urbana, rede de influências das cidades, aglomerações urbanas para fins estatísticos e tipologia dos municípios brasileiros.

Tais estudos compõem os seguintes relatórios parciais da pesquisa:

- relatório I: Metodologias e enfoques do estudo da rede urbana;
- relatório III: Hierarquização dos sistemas urbanos e de categorização de cidades;
- relatório V: Tipologia dos municípios brasileiros;

- relatório VII: Identificação dos sistemas urbano-regionais.

O consultor Cláudio Egler realizou os estudos referentes à configuração e à dinâmica atual da rede urbana, os quais integram os seguintes relatórios:

- relatório I: Mudanças recentes e perspectivas da urbanização em nível mundial e no Brasil;
- relatório II: Principais características da urbanização brasileira;
- relatório III: Dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais do Brasil.

O consultor Hamilton Tolosa, da Universidade Cândido Mendes, prestou inestimável apoio técnico ao Ipea durante todo o desenvolvimento dos trabalhos e elaborou, juntamente com Maria de Fátima Araújo, da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (Seade), os trabalhos sobre as metrópoles globais.

Os estudos desenvolvidos pelo Nesur apoiaram-se na organização de seis equipes de pesquisa, encarregadas da análise das economias regionais e da configuração e dinâmica das redes urbanas das grandes regiões geográficas brasileiras. Essas equipes mobilizaram especialistas em desenvolvimento urbano e regional, e também contaram com a colaboração de órgãos governamentais, universidades e instituições regionais de pesquisa¹.

O conjunto de estudos elaborados pelo Nesur compõe os seguintes relatórios:

- relatório II: Referencial conceitual e metodológico, e principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações no sistema urbano do país;
- relatório IV: Evolução da rede urbana segundo metodologias e critérios econômicos de agregação dos espaços regionais;
- relatório VI: Caracterização da rede urbana (estudos regionais);
- relatório VIII: Síntese sobre a caracterização das redes urbanas regionais.

Cabe mencionar, ainda, a valiosa colaboração de instituições como a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparde), a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), dentre outras, na realização deste trabalho².

Os resultados da pesquisa estão reunidos em seis volumes que integram a série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*.

¹ A composição da equipe técnica e a relação das instituições colaboradoras constam das páginas de crédito dos livros desta série.

² Participaram também dos trabalhos a Fundação de Economia e Estatística (RS), a Secretaria de Desenvolvimento e Integração ao Mercosul (SC), a Universidade Federal de São Carlos (SP), a Universidade Federal do Espírito Santo (ES), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN), a Fundação Joaquim Nabuco (PE), o Centro de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal de Uberlândia (MG) e o Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (ES).

O volume 1 – *Configuração Atual e Tendências da Rede Urbana do Brasil* – apresenta os resultados finais dos estudos sobre a rede urbana brasileira. São discutidas as transformações recentes na rede urbana nas décadas de 80 e 90, enfocando, como ponto de partida, as principais transformações espaciais da economia e seus impactos no processo de urbanização e na própria rede urbana. São apresentados os resultados do trabalho, que consistem na classificação da rede urbana do Brasil, na identificação das aglomerações urbanas brasileiras e na configuração da dinâmica espacial dos sistemas urbano-regionais e, por fim, uma discussão sumária sobre São Paulo e Rio de Janeiro como metrópoles globais. É também apresentada uma síntese das tendências de desenvolvimento regional e as implicações para a formulação de políticas públicas.

O volume 2 – *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana* – reúne os trabalhos desenvolvidos pelo IBGE sobre as regiões de influência das cidades, as aglomerações urbanas e a tipologia dos municípios brasileiros, bem como os estudos elaborados pelo consultor Cláudio Egler sobre a configuração e a dinâmica atual da rede urbana brasileira, incluindo as mudanças recentes, as perspectivas e as características da urbanização, e os sistemas urbano-regionais.

O volume 3 – *Desenvolvimento Regional e Estruturação da Rede Urbana* –, traz o referencial conceitual e metodológico do projeto. Nele são explicitadas as hipóteses sobre as principais tendências do desenvolvimento regional brasileiro e suas implicações para a estruturação do sistema urbano do país, com ênfase nas transformações ocorridas nos anos 80 e início da década de 90. São apresentados os termos de referências estabelecidos para o estudo das redes urbanas regionais, abrangendo as cinco regiões geográficas brasileiras. Esses estudos estiveram a cargo do Nesur/IE/Unicamp.

O volume 4 – *Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-oeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se aos relatórios que precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil. O volume é introduzido pelas bases teóricas dos estudos regionais e contempla a seguinte orientação metodológica:

- Caracterização da economia regional – análise das mudanças nas bases produtivas regionais e dos impactos de suas trajetórias econômicas e de suas mudanças espaciais sobre a estruturação da rede urbana, explicitando, ainda, os desdobramentos decorrentes e apresentando as áreas dinâmicas, as áreas estagnadas e as tendências de evolução econômica e espacial, com base nas intenções de investimento futuro;
- Caracterização da rede urbana regional – identificação das mudanças ocorridas na conformação urbana no período recente (décadas de 80 e 90), articulando essas transformações às principais tendências do desenvolvimento econômico regional, e procedendo à classificação da rede

urbana regional, segundo categorias definidas com base na descrição do perfil da rede, na caracterização das funções desempenhadas por seus principais centros urbanos e na indicação, prioritariamente para os níveis superiores, da qualificação da urbanização; e

- Mudanças econômicas e impactos sobre a rede urbana – identificação e análise das principais tendências da dinâmica regional e dos desdobramentos espaciais decorrentes do desempenho econômico recente, com ênfase nas novas espacialidades/territorialidades do processo de urbanização, considerando as tendências locais da atividade produtiva; dos processos de desconcentração e aglomeração induzidos pelas transformações espaciais da atividade produtiva; dos projetos de expansão da infra-estrutura e do balanço dos novos investimentos privados; e dos traços contemporâneos da urbanização.

O volume 4 trata, ainda, das questões relativas às transformações das redes urbanas regionais e aponta as principais implicações para as políticas de desenvolvimento urbano.

O volume 5 – *Redes Urbanas Regionais: Sudeste* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se, como o volume anterior, aos relatórios da pesquisa, os quais precederam e fundamentaram a classificação final da rede urbana do Brasil, e contempla as mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste.

O volume 6 – *Redes Urbanas Regionais: Sul* (estudos parciais para a classificação da rede urbana) – refere-se ao relatório da pesquisa, que precedeu e fundamentou a classificação da rede urbana do Brasil, obedecendo às mesmas orientações metodológicas adotadas para a rede urbana das demais regiões pesquisadas.

Vale ressaltar ainda que a classificação da rede urbana das grandes regiões (volumes 4, 5 e 6) diz respeito aos estudos que subsidiaram a classificação da rede urbana do país. Na sequência dos trabalhos, ao tomar as redes urbanas de cada uma das grandes regiões em seu conjunto, foram feitos os ajustes pertinentes nessa classificação, alterando-se a denominação das categorias urbanas e apresentando outra classificação para os centros urbanos. No entanto, os estudos sobre as redes urbanas das grandes regiões constituem produtos acabados, úteis para as grandes regiões e para os estados, uma vez que mostram a configuração e as tendências das redes urbanas regionais.

Acrescente-se que o estudo como um todo foi realizado no período 1997-99 e que as informações estão atualizadas, sempre que possível, em nota de rodapé, até a data desta publicação.

Este volume reúne os estudos do IBGE que apoiaram a elaboração do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, bem como os estudos realizados pelo

consultor Cláudio Egler no âmbito do trabalho e está organizado em quatro partes. A primeira parte apresenta o estudo *Regiões de Influência das Cidades*; a segunda trata das aglomerações urbanas para fins estatísticos; a terceira traz a tipologia dos municípios brasileiros; e a quarta parte a configuração e dinâmica da rede urbana do Brasil. Esta

parte constitui-se de três capítulos e traz os estudos elaborados pelo consultor Cláudio Egler. O capítulo I examina as mudanças recentes e perspectivas da urbanização mundial e no Brasil; o capítulo II apresenta as principais características da urbanização brasileira; e o capítulo III identifica os sistemas urbano-regionais do país.

Diana Meirelles da Motta

Coordenadora-Geral de Política Urbana — CGPUR/Ipea

Ricardo Lima

Diretor-Ajuntado da DIRUR/Ipea

Sumário

Lista de Tabelas	16
Lista de Tabelas dos Anexos	17
Lista de Quadros	18
Lista de Quadros dos Anexos	19
Lista de Figuras	20
Lista de Cartogramas e Mapas	21
Lista de Cartogramas e Mapas dos Anexos	22
Lista de Siglas	25
Referenciais da Rede Urbana do Brasil	27

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regic)

1 Introdução	33
2 Redes Geográficas	33
2.1 Uma Forma de Entender o Espaço	33
3 A Teoria dos Lugares Centrais	35
3.1 O Embasamento Teórico	35
4 Metodologia	38
4.1 A Operacionalização do Projeto Regic	38
5 Apresentação dos Resultados	43
5.1 Cartogramas e Quadros de Interações Espaciais	43
6 Considerações Finais	44

Referências Bibliográficas	45
----------------------------------	----

Anexos

1 Cartogramas e Quadros (Interações Espaciais e Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras com suas Respectivas Áreas de Influência)	47
2 Formulários	213

Parte II – Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos

1 Introdução	243
2 Metodologia Operacional	244
3 As Aglomerações Urbanas	245

Referências Bibliográficas	246
----------------------------------	-----

Anexos (Cartogramas das Aglomerações Urbanas)	247
---	-----

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

1	Introdução	305
2	Metodologia Operacional	311

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

Capítulo I – Urbanização Mundial e no Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas

1	Introdução	319
2	As Dimensões da Urbanização Mundial	319
2.1	A Distribuição da População Urbana	319
2.1.1	Os Efetivos da População Urbana em Escala Mundial	320
2.1.2	A Expansão do <i>semis</i> das Cidades	322
2.1.3	Das Cidades às Megacidades: a Metropolização do Mundo	324
3	Funcionamento, Economia e Gestão das Megacidades: Dinâmicas Recentes	326
3.1	Mutações Recentes nas Megacidades	326
3.1.1	A Evolução das Áreas Centrais	327
3.1.2	A Extensão dos Distritos de Negócios	327
3.1.3	O Processo de Periurbanização	328
3.1.4	Os Bairros Periféricos das Cidades do Mundo em Desenvolvimento	328
3.2	A Economia das Megacidades	329
3.2.1	A Produtividade das Grandes Aglomerações	329
3.2.2	Da Indústria ao Terciário Superior	331
3.3	Gestão e Funcionamento das Megacidades	332
3.3.1	Instituições de Gestão	332
3.3.2	A Gestão das Infra-estruturas	333
3.3.3	A Gestão da <i>Crise Urbana</i>	334
4	Redes e Hierarquias de Cidades: Evoluções Recentes	335
4.1	Os Sistemas de Cidades	337
4.1.1	A Teoria dos Lugares Centrais	337
4.1.2	A Especialização das Cidades	338
4.1.3	As Relações entre Cidade e Região	339
4.2	Dinâmicas Recentes dos Sistemas de Cidades	340
4.2.1	As Mutações do Sistema Produtivo	340
4.2.2	A Emergência de Nova hierarquia Urbana	340
4.2.3	Os Novos Modelos de Organização das Redes Urbanas	342
4.2.4	As Cidades Mundiais	342

Capítulo II – Principais Características da Urbanização Brasileira

1	Introdução	345
2	O Processo de Urbanização no Brasil	345
3	A Urbanização Acelerada e a Consolidação da Constelação Metropolitana	347
4	A Estrutura Produtiva e as Redes Nacionais	351
5	A Distribuição da Renda, do Emprego e da Pobreza Urbana	356

Capítulo III – Os Sistemas Urbano-regionais do Brasil

1	Introdução	359
2	A Rede Nacional e suas Estruturas Urbanas	361

3	Os Sistemas Urbano-regionais e suas Tendências	366
3.1	Belo Horizonte	367
3.2	Rio de Janeiro	367
3.3	São Paulo	367
3.4	Curitiba	367
3.5	Porto Alegre	367
3.6	Salvador	368
3.7	Recife	368
3.8	Fortaleza	368
3.9	Meio-Norte	368
3.10	Norte	369
3.11	Cuiabá	369
3.12	Brasília-Goiânia	369
4	Considerações Finais	370
	Referências Bibliográficas	371
	Anexos	377

Lista de Tabelas

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

1	Número de Municípios por Classe de População Total (1991)	306
2	Brasil – Número de Municípios por Estado e Região (1987-91)	307
3	Brasil – Número e Porcentagem de Municípios por Estado e Região (1991)	308
4	Número de Municípios por Tipo (1991)	312
5	Número de Municípios e População Total por Tipo (sem RM) (1991)	313

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

1	Repartição Mundial da População Urbana (1990)	320
2	Os Grandes Países pelo Efetivo da População Urbana	321
3	Repartição Mundial das Cidades (1980)	322
4	Os Grandes Países pelo Número de Cidades (1980)	323
5	Repartição das Cidades com mais de 1 Milhão de Habitantes	324
6	População das Megacidades Mundiais para o Ano 2000	325
7	As Aglomerações mais Produtivas do Mundo Comparadas ao PIB de Países Seleccionados	330
8	Crescimento das Seis Maiores Megacidades Mundiais (1980-90)	330
9	Proporção da População Ativa Empregada nos Ramos Industriais em Seis Megacidades Mundiais (1980-90)	331
10	Capitalização e Transações em Ações nas Principais Bolsas de Valores do Mundo	332

Lista de Tabelas dos Anexos

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

A.1	Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Indicadores Básicos	379
A.2	Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Indicadores Sociais (1991)	380
A.3	Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Porcentagem de Municípios por Tipo, segundo o Regic	380
A.4	Brasil – Sistemas Urbano-regionais – Porcentagem de População Urbana por Tipo, segundo o Regic (1996)	381
A.5	Aglomerações e Centros, por Sistema Urbano (1996)	381
A.6.1	Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de Belo Horizonte	384
A.6.2	Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano do Rio de Janeiro	385
A.6.3	Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de São Paulo	385
A.6.4	Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de Curitiba	386
A.6.5	Centro-sul – Dados Básicos – Sistema Urbano de Porto Alegre	386
A.6.6	Nordeste – Dados Básicos – Sistema Urbano de Salvador	387
A.6.7	Nordeste – Dados Básicos – Sistema Urbano de Recife	387
A.6.8	Nordeste – Dados Básicos – Sistema Urbano de Fortaleza	388
A.6.9	Meio-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano	388
A.6.10	Centro-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano de Brasília-Goiânia	389
A.6.11	Centro-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano Norte	389
A.6.12	Centro-norte – Dados Básicos – Sistema Urbano de Cuiabá	390

Lista de Quadros

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regio)

1 Exemplo Hipotético de Hierarquia Urbana e Funções Centrais	36
2 Bens e Serviços de Baixa Complexidade	38
3 Bens e Serviços de Média a Elevada Complexidade	38
4 Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras	42

Matrizes

Matriz 1	41
Matriz 1 invertida	41
Matriz 2	41
Matriz 2 invertida	41

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

1 Tipologia Adotada e Tipos Definidos	312
2 Descrição dos Indicadores por Tipos de Município	313

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

Instituições de Gestão em Seis Megacidades	333
--	-----

Lista de Quadros dos Anexos

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regio)

São Paulo – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.1 Área de São Paulo (SP)	53
A.2 Área de Bauru (SP)	63
A.3 Área de Campinas (SP)	65
A.4 Área de Marília (SP)	69
A.5 Área de Presidente Prudente (SP)	72
A.6 Área de Ribeirão Preto (SP)	75
A.7 Área de São José do Rio Preto (SP)	79
A.8 Área de Manaus (AM)	83
A.9 Área de Belém (PA)	87
A.10 Área de São Luís (MA)	91
A.11 Área de Teresina (PI)	94
A.12 Área de Uberlândia (MG)	100

Rio de Janeiro – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.13 Área de Rio de Janeiro (RJ)	105
A.14 Área de Juiz de Fora (MG)	109
A.15 Área de Vitória (ES)	113

Belo Horizonte – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.16 Área de Belo Horizonte (MG)	117
----------------------------------	-----

Curitiba – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.17 Área de Curitiba (PR)	127
A.18 Área de Londrina (PR)	133
A.19 Área de Maringá (PR)	137
A.20 Área de Florianópolis (SC)	140

Porto Alegre – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.21 Área de Porto Alegre (RS)	147
A.22 Área de Passo Fundo (RS)	152
A.23 Área de Pelotas (RS)	156
A.24 Área de Santa Maria (RS)	158

Goiânia – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.25 Área de Goiânia (GO)	163
---------------------------	-----

Brasília – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.26 Área de Brasília (DF)	173
----------------------------	-----

Salvador – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.27 Área de Salvador (BA)	177
A.28 Área de Feira de Santana (BA)	184

Recife – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.29 Área de Recife (PE)	189
A.30 Área de Caruaru (PE)	197
A.31 Área de Campina Grande (PB)	200
A.32 Área de João Pessoa (PB)	203

Fortaleza – Interações Espaciais e Níveis de Centralidade

A.33 Área de Fortaleza (CE)	207
-----------------------------	-----

Lista de Figuras

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

1 Brasil – Porcentagem Total de Municípios por Classe de População Total (1991)	306
2 Brasil – Porcentagem de Municípios por Classe de População Total (1991)	307
3 Brasil – Número de Municípios por Região (1991)	309
4 Brasil – Porcentagem de Municípios por Região (1991)	309
5 Brasil – Porcentagem de Municípios por Estado (1991)	310
6 Brasil – Porcentagem de Municípios por Tipo (1991)	314
7 Brasil – Porcentagem Total de Municípios por Tipo (1991)	314

Lista de Cartogramas e Mapas

Parte III – Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991

Brasil – Tipologia dos Municípios (1991)	315
--	-----

Parte IV – Configuração e Dinâmica da Rede Urbana

1 Brasil – Expansão Urbana (1534-1930)	348
2 Brasil – Expansão Urbana (1930-1993)	349
3 Brasil – Densidade Demográfica (1996)	352
4 Brasil – Densidade da População Rural (1996)	353
5 Brasil – Crescimento da População Urbana (1980-91)	354
6 Brasil – Crescimento da População Urbana (1991-96)	355
7 Brasil – Serviços Urbanos: Abastecimento de Água (1991)	357
8 Brasil – Regiões Metropolitanas e Tipologia dos Municípios	358
9 Brasil – Sistemas Urbanos	360
10 Centro-Sul – Sistema Urbano	362
11 Nordeste – Sistema Urbano	363
12 Centro-Norte – Sistema Urbano	364
13 Brasil – Rede Urbana	365

Lista de Cartogramas e Mapas dos Anexos

Parte I – Regiões de Influência das Cidades (Regio)	
A.1 Brasil – Níveis de Centralidade (1993)	49
São Paulo – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.2 São Paulo (SP)	52
A.3 Bauru (SP)	62
A.4 Campinas (SP)	64
A.5 Marília (SP)	68
A.6 Presidente Prudente (SP)	71
A.7 Ribeirão Preto (SP)	74
A.8 São José do Rio Preto (SP)	78
A.9 Manaus (AM)	82
A.10 Belém (PA)	86
A.11 São Luís (MA)	90
A.12 Teresina (PI)	93
A.13 Uberlândia (MG)	99
Rio de Janeiro – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.14 Rio de Janeiro (RJ)	104
A.15 Juiz de Fora (MG)	108
A.16 Vitória (ES)	112
Belo Horizonte – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.17 Belo Horizonte (MG)	116
Curitiba – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.18 Curitiba (PR)	126
A.19 Londrina (PR)	132
A.20 Maringá (PR)	136
A.21 Florianópolis (SC)	139
Porto Alegre – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.22 Porto Alegre (RS)	146
A.23 Passo Fundo (RS)	151
A.24 Pelotas (RS)	155
A.25 Santa Maria (RS)	157
Goiânia – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.26 Goiânia (GO)	162
Brasília – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.27 Brasília (DF)	172
Salvador – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.28 Salvador (BA)	176
A.29 Feira de Santana (BA)	183
Recife – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.30 Recife (PE)	188
A.31 Caruaru (PE)	196
A.32 Campina Grande (PB)	199

A.33 João Pessoa (PB)	202
Fortaleza – Rede de Lugares Centrais e Área de Atuação	
A.34 Fortaleza (CE)	206

Parte II – Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos

A.1 Região Metropolitana de São Paulo (SP)	249
A.2 Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ)	250
A.3 Região Metropolitana de Salvador (BA)	251
A.4 Região Metropolitana de Belo Horizonte (MG)	252
A.5 Região Metropolitana de Fortaleza (CE)	253
A.6 Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (DF)	254
A.7 Região Metropolitana de Curitiba (PR)	255
A.8 Região Metropolitana de Recife (PE)	256
A.9 Região Metropolitana de Porto Alegre (RS)	257
A.10 Região Metropolitana de Belém (PA)	258
A.11 Região Metropolitana de Natal (RN)	259
A.12 Região Metropolitana de Londrina (PR)	260
A.13 Região Metropolitana da Baixada Santista (SP)	261
A.14 Região Metropolitana do Norte e Nordeste Catarinense (SC)	262
A.15 Região Metropolitana da Grande Vitória (ES)	263
A.16 Região Metropolitana de Florianópolis (SC)	264
A.17 Região Metropolitana de Maringá (PR)	265
A.18 Região Metropolitana do Vale do Itajaí (SC)	266
A.19 Região Metropolitana de Goiânia (GO)	267
A.20 Região Metropolitana de Campinas (SP)	268
A.21 Região Metropolitana de São Luís (MA)	269
A.22 Região Metropolitana de Maceió (AL)	270
A.23 Aglomeração de Teresina (PI)	271
A.24 Aglomeração de João Pessoa (PB)	272
A.25 Aglomeração de Ribeirão Preto (SP)	273
A.26 Aglomeração de São José dos Campos (SP)	274
A.27 Aglomeração de Cuiabá (MT)	275
A.28 Aglomeração de Sorocaba (SP)	276
A.29 Aglomeração de Aracaju (SE)	277
A.30 Aglomeração de Juiz de Fora (MG)	278
A.31 Aglomeração de São José do Rio Preto (SP)	279
A.32 Aglomeração de Caxias do Sul (RS)	280
A.33 Aglomeração de Pelotas/Rio Grande (RS)	281
A.34 Aglomeração de Piracicaba (SP)	282
A.35 Aglomeração de Jundiá (SP)	283
A.36 Aglomeração de Petrópolis/Teresópolis (RJ)	284
A.37 Aglomeração de Ilhéus/Itabuna (BA)	285
A.38 Aglomeração de Volta Redonda/Barra Mansa (RJ)	286
A.39 Aglomeração de Caruaru (PE)	287
A.40 Aglomeração de Limeira (SP)	288
A.41 Aglomeração de Taubaté (SP)	289
A.42 Aglomeração de Cascavel (PR)	290
A.43 Aglomeração de Ipatinga/Coronel Fabriciano (MG)	291
A.44 Aglomeração de Petrolina (PE)/Juazeiro (BA)	292
A.45 Aglomeração de Americana/Santa Bárbara d'Oeste/Nova Odessa (SP)	293
A.46 Aglomeração de Crato/Juazeiro do Norte/Barbalha (CE)	294
A.47 Aglomeração de Criciúma (SC)	295
A.48 Aglomeração de Itajaí/Camboriú (SC)	296

A.49	Aglomerção de Itu (SP)	297
A.50	Aglomerção de Cabo Frio (RJ)	298
A.51	Aglomerção de Mogi-Mirim/Mogi-Guaçu (SP)	299
A.52	Aglomerção de Aparecida/Guaratinguetá (SP)	300
A.53	Aglomerção de João Monlevade/Itabira (MG)	301

Lista de Siglas

CBD – Central Business District
Degeo – Departamento de Geografia do IBGE
IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS – Imposto sobre Serviços
ONG – Organização Não-governamental
PEA – População Economicamente Ativa
PME – Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE)
Regic – Estudo Regiões de Influência das Cidades (IBGE)

Referenciais da Rede Urbana do Brasil



Introdução

O processo de desconcentração da economia brasileira, iniciado na década de 70, reforçou e tornou mais complexa a integração da rede urbana nacional, engendrando nova articulação entre as estruturas espaciais que a compõem. Os processos de integração produtiva e de articulação funcional entre regiões e/ou centros urbanos conformaram a existência de dois movimentos distintos, porém complementares. Por um lado, ampliaram-se e diversificaram-se as funções desempenhadas pelos centros urbanos, tornando-se mais complexas suas atividades. Por outro, ampliaram-se as demandas de articulação e integração entre eles. Esses movimentos configuram-se, simultaneamente, como reflexo e como suporte à desconcentração das atividades econômicas e à interiorização do desenvolvimento, com um padrão de urbanização restrito, até então, aos maiores centros urbanos nacionais. Assim, não só se verificou um crescimento populacional mais elevado nas antigas *periferias econômicas* nacionais e nos centros urbanos médios, ocasionando o espraiamento da urbanização, especialmente em direção ao Oeste – fenômeno contraposto à tendência anterior de localização da urbanização na faixa litorânea do território nacional –, como também diversas aglomerações urbanas surgiram e ampliaram seu papel na rede de cidades do país, tornando mais complexa a configuração da rede urbana nacional.

Como mais um fator explicativo da interiorização da urbanização, destaca-se o surgimento de nova dinâmica na agricultura, que emergiu em meados da década de 60 em alguns espaços rurais do país, com a internalização do setor produtor de meios de produção e a industrialização da agricultura. O marco do novo padrão agrícola foi a constituição do complexo agroindustrial brasileiro, como o momento mais avançado da modernização da agricultura. Essa teve como efeito relevante a

intensificação da urbanização nas regiões de agricultura moderna, integrada a complexos agroindustriais, particularmente no Sudeste e Sul, bem como as transformações observadas no processo de ocupação das regiões Centro-oeste e Norte.

É importante ressaltar que a crise econômica dos anos 80 não se abateu homogeneamente sobre todas as regiões brasileiras, além do que a desconcentração produtiva criou espaços dinâmicos em pontos localizados do território nacional, reforçando as tendências à heterogeneidade inter-regional, num contexto de convergência das rendas *per capita* regionais. Esse processo vem agudizando-se pela forma como o país insere-se no mundo globalizado, uma vez que essa inserção se dá a partir da integração de alguns setores de atividade e de localidades específicas. Isso tem contribuído para reforçar as desigualdades regionais e romper os nexos econômicos de complementaridade – que foram fundamentais no padrão de crescimento das últimas décadas –, causando riscos de maior fragmentação da estrutura produtiva, com forte impacto sobre o desenvolvimento regional. Essa inserção subalterna no mercado global, num contexto de crise do Estado nacional e de inexistência de políticas industriais e regionais estruturantes, pode levar a um novo ciclo de reconcentração das atividades econômicas ou de especialização de espaços determinados, segundo fatores e vantagens já construídos e ali presentes.

Por outro lado, as áreas rurais também têm mudado de feição, com o surgimento, ou a ampliação, em regiões mais dinâmicas – especialmente no caso de São Paulo e de alguns estados do Sul e Sudeste –, de um conjunto de atividades e ocupações não-agrícolas, que colocam esses espaços em outro patamar de articulação com os centros urbanos, em que o rural não mais pode ser visto simplesmente como fornecedor de produtos primários para os centros urbanos.

Observa-se, assim, mesmo em pequenos centros urbanos, bem como no meio rural, uma parcela da população residente totalmente integrada – por meio dos circuitos de produção, comunicações e transportes – ao mais avançado padrão de consumo ofertado pelos grandes cen-

tros. Ao mesmo tempo, nos grandes e médios centros, existem significativos contingentes populacionais marginalizados do processo de modernização e geração de renda. Verifica-se, dessa forma, uma expressão nova do atual ciclo de acumulação, que produz uma face moderna, de alta renda e complexidade, e outra com características opostas.

Vale ainda mencionar a formação de novas espacialidades em todas as regiões brasileiras, especialmente na região Nordeste, associadas ao crescimento do setor de turismo, com localização principalmente no litoral. Observa-se que as novas atividades propiciadas pela expansão do turismo naquela região têm substituído ou proporcionado alternativas a antigas especializações econômicas, o que se verifica marcadamente no litoral sul da Bahia. Em vista dos requisitos de urbanização exigidos pelas novas atividades, as cidades envolvidas com o turismo tendem a apresentar altas taxas de crescimento, contribuindo para o adensamento da rede urbana regional.

Além desses fatos, a integração econômica ao Mercosul, com a conseqüente intensificação das relações comerciais do Brasil com países vizinhos, tem ampliado o papel de algumas cidades de fronteira, as quais vivem forte crescimento urbano, algumas delas já conurbadas com cidades daqueles países, gerando aglomerações urbanas de caráter internacional.

Embora bem distantes da configuração observada na estrutura da rede urbana do Sudeste e do Sul, pode-se afirmar que, em todas as regiões do país, as transformações econômicas recentes levaram a rede urbana brasileira a perder aos poucos sua forma essencialmente concentrada no litoral.

No caso do Centro-oeste, vale registrar que ainda se mantém a estrutura desigual da antiga ocupação, apesar da desconcentração econômica observada, com vastas extensões territoriais ainda não integradas ao processo de desenvolvimento econômico, paralelamente a expressivos contingentes populacionais que continuam mantidos à margem do novo padrão de urbanização.

Refletem-se, portanto, na atual estrutura da rede urbana brasileira as especificidades e diferenças de renda e produtividade que existem entre as regiões e os estados do país, assim como a dicotomia do processo de desenvolvimento que caracteriza historicamente a sociedade brasileira. Verifica-se uma rede urbana ainda em construção, tanto inter quanto intra-regionalmente, articulada por um número significativo de aglomerações e centros urbanos, dotados de equipamentos, infraestrutura e serviços modernos e complexos, porém com periferias muito pobres. No âmbito intra-urbano, áreas

de concentração de pobreza vêm marcando o perfil de crescimento especialmente das metrópoles nacionais, ao mesmo tempo em que nelas se concentram agentes e atividades de alta qualificação e rendimento, integrados a circuitos globalizados de acumulação, realçando, assim, o grave desequilíbrio do processo de urbanização da sociedade brasileira.

Configuração da Rede Urbana Brasileira

A análise da rede urbana brasileira permitiu sua configuração em quatro referenciais básicos: *Estudos regionais* (redes urbanas das grandes regiões); a hierarquia da rede pela classificação dos centros urbanos (seis categorias e 111 centros urbanos); os sistemas urbano-regionais (12 sistemas) e sua articulação em três estruturas urbanas; e as aglomerações urbanas (49 aglomerações)¹.

Para efeitos deste estudo, a rede urbana nacional compreende o conjunto das cidades que polarizam o território brasileiro e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas. Em uma visão simplificada, é formada por centros, com dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si como campos de forças de diferentes magnitudes. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para o estabelecimento de metas de políticas públicas de desenvolvimento.

A classificação da rede urbana brasileira foi desenvolvida com base em um conjunto de critérios e procedimentos articulados às tipologias de tamanho dos centros urbanos, ocupacional e de dependência funcional desses, bem como da forma urbana assumida pelos centros.

A configuração da rede urbana abrangiu quatro fases. Na primeira, que corresponde aos *Estudos regionais*, os critérios e indicadores utilizados foram: classificação dos centros urbanos das grandes regiões, incluindo tipologia de tamanho e tipologia funcional – posição dos centros urbanos a partir do estudo *Regiões de influência das cidades* (Regic), desenvolvido pelo IBGE; porcentagem da PEA urbana; total da população em 1980, 1991 e 1996; taxa de crescimento da população no período 1991-96; porcentagem de acréscimo da população nos períodos 1980-91 e 1991-96; densidade demográfica em 1996; e análise de agendamento dos centros urbanos.

Além desses indicadores, como apoio à composição do Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas, con-

¹ A classificação final da rede urbana brasileira consta dos Anexos da Parte I (Tabelas A.1 a A.5).

siderou-se, ainda: a presença de processo de conurbação e/ou periferização entre os centros; de espaços urbanos descontínuos quando apresentavam articulação econômica e complementaridade urbana; o tamanho populacional dos centros urbanos em 1991 e 1996; o crescimento do município-núcleo e da periferia nos períodos de 1980-91 e 1991-96; bem como indicadores referentes às peculiaridades regionais quanto à articulação entre centros urbanos.

Na fase subsequente aos *Estudos regionais* – classificação da rede urbana –, para qualificar a posição dos centros urbanos, foram agregados outros indicadores, com o objetivo de identificar: o grau de importância dos centros urbanos como centros decisórios e suas relações com outros centros de âmbito internacional; presença nos centros urbanos de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intra-setorial, bem como o grau de diversificação do setor terciário e funções urbanas específicas (centro administrativo, turístico etc.).

A segunda fase do trabalho – Quadro de Classificação da Rede Urbana do Brasil – identificou seis categorias espaciais, sendo três de caráter metropolitano.

- **Metrópoles globais, nacionais e regionais, integradas por 13 centros urbanos**, que, à exceção de Manaus, constituem aglomerações urbanas, desenvolveram-se a partir de um núcleo constituído pela capital do estado, sendo Campinas a única exceção. Para esses estratos, identificou-se a ocorrência de complementaridade funcional entre os centros e as periferias. Tais centros exercem fortes funções polarizadoras, além da articulação espacial das aglomerações, sempre com algum grau de contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários. Constatou-se também seu elevado padrão concentrador: as duas metrópoles globais, Rio de Janeiro e São Paulo, abrangem 17,3% da população total do país, distribuída em 60 municípios; nas sete metrópoles nacionais residem 13% do total da população brasileira, em 113 municípios e o Distrito Federal; as quatro metrópoles regionais abrigam 3,9% da população total do país em 28 municípios.
- **Centros regionais, estrato intermediário da rede urbana que abrange 16 centros**, sendo 13 de aglomerações urbanas não-metropolitanas. Algumas aglomerações urbanas são compostas de centros que, em alguns casos, dividem as funções polarizadoras com subcentros da própria aglomeração. A maioria das aglomerações urbanas nucleadas por centros regionais possui contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas. Esses 16 centros regionais abarcam 7,7% da população brasileira, em 72 municípios.
- **Centros sub-regionais 1 e 2 (CSR 1 e CSR 2), somando 82 centros urbanos (CSR 1, com 31 centros, e CSR 2, com 51 centros)**, polarizam apenas os municípios de seu entorno. Nos 31 CSR 1, residem 7,2% da população brasileira, em

85 municípios, e nos 51 CSR 2, residem 5,7% do total da população, em 82 municípios.

A distribuição espacial dos 111 principais centros urbanos mostra que existe concentração em duas das cinco grandes regiões brasileiras (Sudeste, com 39,6% desses centros, e Nordeste, com 23,4%). No Sul, estão concentrados 18,9% desses centros urbanos, no Norte, 10,8%, e, no Centro-oeste, 7,2%. É importante ressaltar que a classificação da rede urbana brasileira definida não inclui os centros urbanos com menos de 100 mil habitantes, os quais, de todo modo, foram considerados nas análises dos *Estudos regionais*.

A terceira fase do trabalho – Sistemas Urbano-regionais – compreendeu a organização dos sistemas territoriais a partir das metrópoles e centros regionais que compõem a rede urbana do Brasil e que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco, isto é, entre cidades do mesmo nível, seja hierárquico, dos níveis superiores de polarização para os inferiores. A identificação desses sistemas foi feita a partir de estudo específico de sua dinâmica espacial, com base no fluxo de pessoas, mercadorias e informações, distinguindo como sistemas os conjuntos mais articulados entre si, com contigüidade espacial e dependência funcional. Essas dimensões territoriais assumem diferentes características segundo: o ritmo da urbanização; o nível de adensamento da rede de cidades; o grau de complementaridade entre os centros urbanos que a compõem; e os níveis de desenvolvimento humano atingidos pelos habitantes das cidades que as integram, expressos nos indicadores de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos básicos. Tais características permitem nova reagregação desses 12 sistemas urbanos regionais em três grandes estruturas articuladas e diferenciadas presentes no processo de urbanização nacional, quais sejam:

- a do Centro-sul, composta dos sistemas urbanos de Belo Horizonte (área de influência de Belo Horizonte), Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória), São Paulo (São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia), Curitiba (Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis), e Porto Alegre (Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo);
- a do Nordeste, composta dos sistemas urbanos do Meio-norte (áreas de influência de São Luís e Teresina), Fortaleza (Fortaleza), Recife (Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru), e Salvador (Salvador e Feira de Santana);
- a do Centro-norte, composta dos sistemas urbanos de Cuiabá (área de influência de Cuiabá), Norte (Belém e Manaus), e Brasília-Goiânia (Brasília e Goiânia).

A quarta fase do trabalho – Quadro de Composição das Aglomerações Urbanas do Brasil – baseou-se no entendimento de que a grande maioria dos centros já não se res-

tringem a uma unidade espacial circunscrita aos seus limites político-administrativos, mas configura espacialidades integradas por mais de um município. Assim, as aglomerações urbanas correspondem à mancha de ocupação contínua entre pelo menos dois municípios (derivada de periferização ou conurbação), os quais apresentam intensos fluxos de relações intermunicipais, comutação diária, complementaridade funcional, integração socioeconômica de-

corrente de especialização, e complementação funcional das aglomerações urbanas que podem integrar municípios limítrofes próximos do município-núcleo da aglomeração, independentemente de continuidade de mancha, desde que mantenham fluxos perceptíveis de integração econômica e outras relações intermunicipais intensas.

Na rede urbana brasileira, foram identificadas 49 aglomerações urbanas, 12 classificadas em nível metropolitano.

PARTE I

Regiões de Influência das Cidades (Regic)



1 Introdução

O presente trabalho dá continuidade à linha de pesquisas sobre a rede urbana brasileira desenvolvida no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesta Parte I, propõe-se a apresentar os fundamentos teórico-metodológicos e os resultados do último estudo sobre regiões de influência das cidades brasileiras, efetuado pelo Departamento de Geografia (Degeo) do IBGE.

Um dos marcos dessa pesquisa é a publicação, em 1972, do estudo *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*, cuja base de dados referia-se ao ano de 1966. Essa “pedra fundamental” indicava que, com o passar dos anos e a intensificação do processo de urbanização do Brasil, novos estudos deveriam ser realizados, permitindo comparações entre épocas distintas.

Passados mais de 10 anos daquele primeiro estudo, foram iniciados novos levantamentos com o objetivo de retratar o atual quadro da rede urbana brasileira, incorporando os efeitos de nosso territorialmente diverso processo histórico e da dinâmica de nossa sociedade. Assim, em 1987, é editada uma nova publicação do IBGE, *Regiões de influência das cidades*, como revisão daquela anterior, com pequenas alterações de cunho metodológico e com base de dados relativa ao ano de 1978.

A relevância desses estudos apresenta-se por suas possibilidades de subsidiar decisões quanto à localização de atividades econômicas e de geração de outros estudos que conduzam à compreensão das estruturas territoriais frutificadas pelos diferentes processos que ocorrem na sociedade.

Dando continuidade a essa linha de pesquisa, o Degeo do IBGE preparou nova versão do projeto Regiões de Influência das Cidades (Regic, 1993), com base de dados coletada durante o ano de 1993, agora trazida ao público.



2 Redes Geográficas

2.1 Uma Forma de Entender o Espaço

Na realidade, esta Parte I pode ser inserida na linha de estudos que trata das redes de relações espaciais, das hierarquias dos centros urbanos pertinentes a tais redes e das respectivas áreas de influência ou de atuação daqueles mesmos centros. O foco na temática das redes geográficas possibilita a exploração de um enorme campo. A construção de um conceito para o termo, que não cabe nos objetivos desta Parte, deve ser precedida das diversas visões sobre o mesmo, ao longo da história. Dias (1995, p. 143), ao falar sobre uma tentativa de conceituação, ressalta: “Contudo, apresentar aqui as primeiras contribuições sob a ótica do presente, a ótica do final do século 20, corresponderia ao uso de lentes profundamente deformadoras”.

Com a utilização de um reducionismo e de uma simplificação que, entende-se, são convenientes e adequados a um trabalho desse porte, fica-se com o conceito de Kansky (1963, p. 1): “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações” (*apud* Corrêa, 1997, p. 107).

A partir de tão simples definição, vista ou como conceito teórico, ou como noção utilizada pelos mais diversos atores sociais, pode-se imaginar uma infinidade de redes: redes urbanas, redes bancárias, redes estratégicas, redes de transportes, redes de organizações não-governamentais (ONG), redes de informações etc.

Para além dessa simples conceituação, é primordial perceber que as redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação, e estas, por seu turno, têm fundamental destaque na organização do espaço. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos – cidades, casas, fazendas, portos, indústrias etc. –, fruto do trabalho social dos homens. Por outro lado, o entendimento daquela organização é complementado pelos fluxos que estabelecem interações entre os mencionados elementos fixos, originando as redes.

Contudo, é necessário explicitar que o espaço está sujeito a fluxos de diferentes níveis, intensidades e sentidos, permitindo-se afirmar que o mesmo é coberto e (trans)formado por redes desiguais e simultâneas. Tais desigualdades entre os vários tipos de redes conduzem a um uso diferenciado daquelas ligações, por parte dos diversos agentes sociais.

Tais desigualdades, que alcançam e também diferenciam os agentes sociais, indicam a própria lógica contraditória da expansão do capitalismo, sendo então, este último, um dos grandes responsáveis pela forma de organização dos diversos tipos de redes. Para Corrêa (1993, p. 31),

A divisão territorial do trabalho em escala crescentemente mundializada só é possível a partir de numerosas redes técnicas engendradas no bojo da expansão capitalista. Redes que se manifestam, sobretudo, em uma cada vez mais complexa rede urbana, cujos centros são, do ponto de vista funcional, simultaneamente especializados e hierarquizados, focos, portanto, de diversos fluxos. As cidades mundiais ou globais, sedes das grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas, constituem, no final de século XX, os epicentros de numerosas, complexas e desiguais redes que tornaram a organização espacial caleidoscopicamente fragmentada e globalizada. (apud Ribeiro, 1994, p. 9).

Segundo Raffestin (1993, p. 200), as redes que, de forma genérica, envolvem o movimento de seres e bens são denominadas “redes de circulação”. Aquelas que envolvem a transferência de informações são as “redes de comunicação”. Ainda de acordo com o mesmo autor, o par circulação-comunicação está presente em todo e qualquer “transporte”, sendo a primeira, por englobar tudo aquilo que é mobilizável, mais geral que a segunda. As redes de circulação não são nem mesmo dissimuladas, já que é visível o fluxo de pessoas e bens, sobre uma previsível infraestrutura.

Entretanto, qualquer que seja o tipo de movimentação, sempre se está em confronto com uma rede que, por seu turno, é fundamental na modelagem do quadro espa-

ço-temporal, representado pelo próprio território. Tais redes não podem nunca ser vistas de forma estanque, separadas dos modos de produção, que garantem a mobilidade de seus fluxos. Como aqueles modos de produção contam com agentes geradores e controladores de fluxos, pode-se afirmar que tais agentes acabam por controlar alguns *locais-nós*, privilegiados no território, sendo responsáveis pelo desenho e traçado de diversas redes.

Miossec (1976, p. 170), outro autor que desenvolveu estudo sobre a mesma temática, distingue três diferentes tipos de redes: produção, distribuição ou difusão e decisão. A primeira delas – a de produção – é caracterizada, nos dias atuais, pela tendência ao desaparecimento, pela dissolução dos espaços nacionais, regionais, locais, espaços desarticulados e dependentes, concentrados mas não polarizados. Nas redes de produção, a localização é ligada à situação no que se refere às massas de mão-de-obra, de consumo, aos pontos de concentração e transbordo de carga e às vias de comunicação mundiais.

O autor afirma que as redes de decisão são constituídas por alguns pólos, não obrigatoriamente situados no centro da rede e, sobretudo, caracterizam-se por uma malha extremamente densa de linhas e de terminais de codificação e decodificação. Os mencionados pólos seriam locais privilegiados de interação, onde as enormes necessidades de estruturas técnicas, humanas, materiais e de informações estender-se-iam por um espaço horizontal.

Por último e propositadamente, Miossec (1976) especifica que as redes de distribuição ou difusão têm como referência mais adequada a rede de lugares centrais. Esta, por seu turno, preconiza uma hierarquia entre os centros que a compõem, caracterizando-se pelo oferecimento de bens e serviços em função das necessidades de consumo.

A rede de lugares centrais preconiza que quanto mais elementares e frequentes forem as necessidades de bens e serviços, menores serão as distâncias percorridas na sua busca. Contudo, segundo Signales (1973), quando assumem características de sofisticação e raridade ou escassez, podem ser responsáveis por deslocamentos de centenas de milhares de indivíduos, cobrindo um raio de milhares e milhões de quilômetros quadrados (apud Miossec, 1976, p. 170).

De acordo com Carneiro *et al.* (1994, p. 4-5),

Esta rede [rede de lugares centrais], genericamente chamada de Lugares Centrais, seria um dos desenhos das redes geográficas existentes. Constitui, num dado momento, um agregado de pontos, os centros urbanos considerados, unidos por um caminho, direcionamento dos fluxos de pessoas à procura de bens e serviços e de informações, no meio de tantos outros momentos, outros pontos e tantas outras ramificações. Não obstante, achamos que é uma rede representativa de condições reais, mais relacionada à distribuição de mercadorias e serviços do que à produção propriamente e, principalmente, passível de ser concretamente estudada e operacionalizada.

Assim, o embasamento teórico para o desenvolvimento desta Parte foi buscado na teoria das localidades centrais. Contudo, cabe ressaltar o destaque a ser conferido à produção de informações específicas sobre os fluxos, ou seja, sobre os movimentos que ocorrem sobre o território, sempre impulsionados por relações sociais e, também, que o acervo de informações e dados estatísticos hoje existentes é ainda insuficiente para dar conta de todos os movimentos consolidados sobre infinitas redes e circuitos, sejam de que natureza forem tais movimentos (tradicionais/inovadores, planejados/espontâneos, permanentes/temporais, longa/curta duração, materiais/imateriais etc.). Apesar disso, tais redes são estabelecidas ligando, com maior ou menor intensidade, os diferentes pontos (fixos) existentes sobre o território. Esse movimento – fluxos entre fixos – torna possível multiplicar os locais de produção e de distribuição e, simultaneamente, concentra os lugares de decisão em alguns *locus-nós*, privilegiados no território. Desde já, é possível afirmar que é através de complexas redes de cidades, contendo centros que se articulam pelas funções que oferecem e, ainda, com tendência à hierarquização e/ou especialização, que fluxos de diferentes naturezas, intensidades e direções se realizam sobre o território.

Finalmente, deve-se ressaltar que, às interações espaciais, é possível agregar informações de caráter demográfico e condicionantes econômicos, dentre outras, ensejando análises particularizadas dos diversos centros e de suas respectivas áreas de influência, como forma de fornecer maiores subsídios ao planejamento e à gestão do território.

3 A Teoria dos Lugares Centrais

3.1 O Embasamento Teórico

Dentre os estudos sobre redes urbanas, a maioria refere-se à hierarquia existente entre as cidades. Tais estudos enfocam o número de cidades, suas dimensões, sua distribuição espacial e, principalmente, a natureza das diferenças entre as mesmas.

Richard Cantillon, banqueiro francês, produziu, em 1755, aquela que é considerada a primeira teoria sobre a hierarquia urbana, num trabalho que objetivava a racionalização, no tempo e no espaço, de seus negócios.

O engenheiro León Lalanne, também francês, produziu, em 1893, estudo sobre a organização de ma-

lha ferroviária, na qual os entroncamentos ocorridos em diversas cidades acabam por impor-lhes uma classificação hierárquica.

Estudos de mesma natureza intensificam-se após a Primeira Guerra Mundial, tal como se fora uma “conscientização” do capitalismo quanto à cristalização de uma economia mundial, através da produção, circulação e consumo, que ocorre via redes urbanas. A teoria das localidades centrais, elaborada pelo alemão Walter Christaller, em 1933, talvez seja a mais famosa e difundida a respeito da hierarquia urbana. Segundo sua proposição, existiriam elementos reguladores sobre número, tamanho e distribuição das cidades. Independente de seus respectivos tamanhos, todo núcleo de povoamento é considerado uma localidade central, equipado de funções centrais. Essas funções seriam as de distribuição de bens e serviços para a população externa à localidade, residente em sua área de mercado ou região de influência. A centralidade de uma localidade seria dada pela importância dos bens e serviços – funções centrais – oferecidos. Quanto maior fosse o número de suas funções, maior seria a centralidade, sua área de influência e o número de pessoas por ela atendido (Christaller, 1966).

Outras das proposições implícitas em Christaller são o alcance espacial máximo (*maximum range*) e o alcance espacial mínimo (*minimum range threshold*). O primeiro diz respeito a uma área determinada por um raio, a partir da localidade central, dentro da qual a população dirige-se à localidade, na busca de consumo de bens e serviços. A população externa a essa área, em função dos maiores custos com transportes, deslocar-se-ia para outras localidades mais próximas, na busca de consumo. Essa primeira área constituiria, então, a região complementar de uma dada localidade central.

O segundo conceito, o de alcance espacial mínimo, referia-se à área do entorno de uma localidade central, que disporia do número mínimo necessário de consumidores que possibilitasse, economicamente, a instalação de uma atividade de oferecimento de bens ou de serviços, ou seja, de uma função central.

A partir dessas proposições, fica estabelecida uma diferenciação na oferta de bens e serviços. Quando uma função central fosse de consumo freqüente, poucos consumidores seriam suficientes para proporcionar sua viabilidade econômica. Assim, ela necessitaria de reduzido alcance espacial mínimo e, além disso, também seria reduzido seu alcance espacial máximo, uma vez que, dada a oferta generalizada, em outros centros, dessa mesma função central, haveria impeditivos relativos aos custos com transportes para o deslocamento na busca de tal função.

Já em relação aos bens e serviços de menor freqüência de consumo, seria necessário maior alcance espacial mínimo, tendo em vista que maior seria o número de con-

sumidores exigidos à sua viabilidade econômica, sendo, portanto, também mais ampla a área que conteria tal população. Dada a periodicidade de sua frequência de consumo, tais funções centrais suportariam maiores custos com transportes, possibilitando, por esse motivo, a existência de maior alcance espacial máximo. Por esses motivos, seriam poucas as localidades centrais a oferecerem tais funções e maiores seriam as distâncias entre elas.

Dada essa diferenciação na oferta de bens e serviços, fica estabelecida uma hierarquia entre as localidades centrais. No Quadro 1, a seguir, indica-se uma hipotética hierarquia urbana, utilizando-se denominações que, com frequência, são empregadas em relação às localidades centrais.

Na observação do Quadro 1, verifica-se a natureza da hierarquia urbana, oriunda das proposições de Christaller (1966). O escalonamento é derivado das funções características de determinado patamar de centros. Veja que a metrópole regional oferece a totalidade das funções centrais, e as de tipo *a*, *b*, *c* e *d* somente nela estão disponíveis. Tais bens ou serviços são de menor frequência de consumo, justificando maiores deslocamentos e, portanto, apresentando maiores alcances espaciais máximos. Seguindo para os patamares inferiores, verifica-se que, quanto mais baixo for o nível hierárquico da localidade, menor será sua oferta de funções centrais. Na base da hierarquia, o centro local oferece somente bens e serviços de consumo muito frequentes que, como já citado, possuem menores alcances espaciais máximo e mínimo.

Pode-se concluir então que, segundo a teoria das localidades centrais, o centro de nível hierárquico mais elevado é dotado de maior área de influência, na qual estaria contida a própria região de influência do centro de patamar imediatamente inferior ao seu. Esta última região – que no quadro apresentado se referia à área de atuação ou de influência da capital regional – conteria a área de influência do centro imediatamente abaixo – centro sub-regional –, desenhando-se uma hierarquia segundo a qual, de forma sistemática, os patamares mais baixos são englobados pelos de níveis imediatamente superiores.

A conclusão acima induz a dois outros aspectos sobre a natureza da hierarquia urbana. O primeiro deles é que quanto maior for o nível hierárquico de um centro, mais distanciado ele estará de um outro de mesmo nível e, portanto, menor será a quantidade de centros de mesmo patamar. Além disso, observe-se ainda que quanto maior o nível hierárquico do centro, maior será sua área de influência e maior será a população por ele atendida em suas necessidades de consumo de bens e serviços.

O segundo aspecto diz respeito à relação entre o nível hierárquico e as funções urbanas: a oferta das últimas é maior quanto mais alta for a hierarquia do centro, possibilitando, neste, a existência de população maior e de maior número de empregos.

Além das mencionadas proposições, Christaller (1966) ainda enuncia modelos de arranjos espaciais para as redes urbanas, baseados em três princípios: de mercado, de transporte e administrativo. Esses princípios referir-se-iam à maneira pela qual a rede de localidades centrais seria estruturada.

A primeira possibilidade de estruturação – princípio de mercado – preconiza que, para cada centro de um dado nível hierárquico, haveria três outros centros de nível imediatamente inferior. Segundo esse princípio, seria constituída uma rede com o menor número de centros. Já segundo o princípio dos transportes, haveria uma minimização do número de vias disponíveis para circulação e os principais centros iriam alinhar-se ao longo daquelas mesmas vias. Nesse caso, o número de centros de uma dada rede seria maior que no princípio de mercado e, aqui, a cada centro de um determinado nível hierárquico, haveria quatro outros de nível imediatamente inferior. Finalmente, no princípio administrativo, o multiplicador é sete (nos anteriores eram, respectivamente, três e quatro) e não existiria a superposição de áreas de influência, como ocorreria nas proposições anteriores. Não é pretensão aqui aprofundar a análise sobre tais princípios, porque seu único objetivo é apresentar uma das possíveis redes urbanas brasileiras, estruturada de acordo com o ofe-

QUADRO 1
EXEMPLO HIPOTÉTICO DE HIERARQUIA URBANA E FUNÇÕES CENTRAIS

Centros	Funções Centrais
Metrópole regional	abcd efgh ijkl mnopqrst
Capital regional	efgh ijkl mnopqrst
Centro sub-regional	ijkl mnopqrst
Centro de zona	mnopqrst
Centro local	qrst

Fonte: Corriê (1989, p. 23)

recimento/consumo de bens e serviços. Ainda que não se considerem como estereis as discussões sobre o formato geométrico ou dos arranjos espaciais das redes urbanas, é de primordial importância destacar os processos sociais que possibilitam essa ou aquela estruturação de uma dada rede. Assim, reafirma-se que forma e processo devem estar lado a lado no estudo sobre redes geográficas.

Esses são os principais pressupostos da teoria das localidades centrais, tais como Christaller (1966) os formulou. Porém, dessa teoria ao mundo real, surgem variações que são objeto de estudo de diversos autores e, dentre eles, o próprio Christaller antecipou algumas delas. Cabe lembrar que seu trabalho referia-se à porção meridional da Alemanha e foi publicado nos anos 30. Assim, tais variações aparecem como decorrência de elementos que, na realidade, não são constantes e uniformes, como, por exemplo, estrutura demográfica, renda, padrões culturais, dinâmica regional etc.

Nos anos 60 e 70, a teoria das localidades centrais é incorporada pela "Nova Geografia", de marcante cunho positivista. Contudo, é nessa mesma época que surgem contribuições críticas à teoria. No Brasil, Roberto Lobato Corrêa destaca-se como um dos autores que lançam idéias críticas e renovadoras sobre a teoria dos lugares centrais. Por seu conteúdo, é válido indicar alguns dos pontos inovadores que devem ser objeto de reflexão e estudos.

Em primeiro lugar, há de se ter a compreensão de que, sob o modo de produção capitalista, produção, distribuição e consumo desempenham papel de destaque na organização da sociedade e do espaço. Segundo Corrêa (1997, p. 18-19):

Neste processo de articulação e integração, sob domínio da produção capitalista, crescente e diversificada, os mecanismos econômicos de alcance espacial máximo e mínimo e de economias de aglomeração adquirem um significado novo que é o da própria acumulação capitalista e geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição.

Mais que isso, ainda segundo o mesmo autor (1997, p. 21):

Isto significa que o processo de acumulação capitalista, fundamentado na produção industrial e no trabalho assalariado, tem uma dimensão espacial e esta tem como um de seus lugares a rede de localidades centrais tanto em nível regional como intra-urbano.

Seguindo ainda a releitura da teoria das localidades centrais, deve-se lançar um olhar sobre a diferenciação de consumo entre as diferentes camadas sociais, traduzida também em diferentes arranjos espaciais, den-

tro de complexas hierarquias de localidades centrais. Santos (1989) refere-se aos "circuitos superior e inferior" da economia e às suas diferentes projeções espaciais. Esses dois planos em que se divide a rede de localidades centrais apontam para a diferenciação de consumo entre os grupos sociais e, ao mesmo tempo, para um diferente comportamento espacial dentro do mesmo espaço de coexistência, como ocorre na própria reprodução do modo de produção capitalista. Assim, verifica-se que a rede de localidades centrais constitui-se num meio do qual se utiliza o processo de acumulação capitalista e no qual se produz a diferenciação de classes sociais.

A respeito dos já citados arranjos espaciais propostos por Christaller (1966), e somando-se a eles aqueles outros citados por Corrêa (1997, p. 29) – *redes dendríticas, primate system, feeder system, top-heavy system, sistema hierárquico imperfeito etc.* –, deve-se entendê-los como reveladores das diferentes formas de penetração do capitalismo. Este, com suas intrínsecas desigualdades, acaba por gerar diferentes padrões de, por exemplo, densidade populacional, nível e distribuição da renda, tendo, como consequência, a formação de diferentes arranjos espaciais. Para além das proposições, descobertas e descrições de formas geométricas ou de diversos arranjos, deve-se atentar para o fato de que, por trás deles, existem diferentes relações entre sociedade, sua história e o espaço, provocadas por também diferentes formas de penetração do capitalismo.

Outra discussão sobre a teoria de Christaller (1966) refere-se ao argumento de que seus pressupostos estariam assentados no capitalismo concorrencial, atualmente superado. De fato, o capitalismo monopolista (sobre o qual Christaller não refletiu já que também não o vivenciou) traz consigo uma progressiva diminuição da importância e, até mesmo, da quantidade de localidades centrais de mais baixo nível hierárquico. Contudo, segundo Corrêa (1997, p. 35), arranjos estruturais e espaciais, como os da fase concorrencial, podem emergir sob o capitalismo monopolista, como ocorreu no Brasil, em áreas povoadas após 1960. Ainda segundo o mesmo autor, é possível que, diante da nova situação, parte das demandas esteja vinculada ao "circuito inferior" da economia, enquanto outras, ligadas ao "circuito superior", e também ao grande capital, são atendidas por fluxos de longa distância, utilizando-se dos fixos de maior centralidade da rede.

De todas as formas, a utilização da teoria das localidades centrais e as diversas tentativas de sua recuperação, segundo uma visão crítica, são de capital importân-

* O circuito superior resulta da modernização tecnológica, enquanto o inferior deriva, indiretamente, da mesma modernização e está voltado aos indivíduos que pouco ou nada se beneficiam da mesma. O primeiro dos circuitos tem como clientela as classes ricas e expressiva parcela das classes médias, as quais também utilizam o circuito inferior, interligando um ao outro.

cia para a Geografia, por suas relações com a organização espacial da distribuição de bens e serviços – e, em decorrência, de uma face da produção e de sua projeção espacial – e, final e conseqüentemente, por tratar-se ainda de uma parte da totalidade social. Desse modo, ela é uma contribuição com vistas a melhor compreender as diferentes formas de organização espacial da sociedade.

Após a breve abordagem conceitual sobre redes geográficas e, de forma mais específica, sobre a rede de lugares centrais, cabe verificar a adequação da teoria à prática e a operacionalização de conceitos concretizada no projeto Regic.

4 Metodologia

4.1 A Operacionalização do Projeto Regic

A partir daquele citado pressuposto teórico, buscou-se a definição de um conjunto de funções – funções centrais – que possibilitassem refletir sobre os diferentes níveis de centralidade das cidades brasileiras, utilizando-se informações dos censos de comércio e de serviços – referentes a 1985 e também realizados pelo IBGE –, e outros trabalhos que acrescentassem dados complementares, necessários à construção da estrutura funcional das cidades. Assim, foram definidas 46 funções centrais (bens e serviços), raras ou freqüentes, que se constituíram na base de investigação. Das funções centrais, 14 foram consideradas de baixa complexidade e freqüentes nas cidades de hierarquia mais baixa ou de menor nível de centralidade. Outras 30 funções foram consideradas geradoras de fluxos de média a elevada complexidade e definidoras de hierarquias/centralidades mais elevadas que aquelas primeiras. As duas funções restantes representam os fluxos relativos à busca dos serviços de informação. Os Quadros 2 e 3, a seguir, listam os bens e serviços sobre os quais foi feita a pesquisa dos fluxos de consumo.

Como citado anteriormente, os fluxos referentes aos serviços de informação – origem de jornais diários e de emissão de sinais radiofônicos AM ou FM – também foram investigados, sem, contudo, integrarem o conjunto de funções centrais definidor do nível hierárquico das cidades brasileiras. A pesquisa relativa a tais serviços tinha como objeto os possíveis futuros desdobramentos do projeto Regic, no que diz respeito a fluxos e centralidades especializados.

QUADRO 2
BENS E SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE

101	Produtos para Agricultura e Pecuária (sacaria, armamento farpado, inseticidas e ferramentas agrícolas)
102	Ferragens e Louças em Geral 105 Móveis e Estofados
103	Aparelhos Eletrodomésticos em Geral
104	Filmes Fotográficos e Serviços de Revelação
105	Móveis e Estofados
106	Automóveis Novos
107	Óculos com Receita Médica
108	Hospital Geral (público ou particular)
109	Laboratórios de Análises Clínicas (pertencentes ou não a hospitais)
110	Cirurgiões Dentistas
111	Agências Bancárias
112	Serviços Gráficos (impressos em geral)
113	Serviços de Contabilidade
114	Serviços de Advocacia

QUADRO 3
BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA A ELEVADA COMPLEXIDADE

201	Tratores, Arados Mecânicos e seus Acessórios
202	Caminhões Novos
203	Aviões de Pequeno Porte
204	Motores e Bombas Hidráulicas em Geral
205	Serviços Autorizados de Eletroeletrônicos (conserto videocassetes, aparelhos de som, filmadoras e fornos de microondas)
206	Persianas, Cortinas e Tapetes
207	Prataria, Cristais e Objetos de Decoração
208	Artigos Importados (perfumes, bebidas e eletroeletrônicos)
209	Instrumentos Musicais
210	Móveis para Escritório
211	Máquinas de Escrever (manual, elétrica e eletrônica)
212	Computadores, Microcomputadores e Periféricos
213	Médico Pediatra
214	Médico Oftalmologista
215	Médico Cardiologista
216	Médico Oncologista e/ou Médico Neurologista
217	Cirurgias Especializadas (de olhos, cardiovasculares, neurocirurgias e transplantes)
218	Serviços Especializados de Saúde (termografia computadorizada, medicina nuclear e hemodíalise)

Continua

QUADRO 3
BENS E SERVIÇOS DE MÉDIA A ELEVADA
COMPLEXIDADE

Conclusão

219	Equipamentos e Instrumentos Médico-cirúrgicos
220	Serviços de Ortodontia
221	Material e Equipamentos para Dentistas
222	Oxigênio para Hospitais
223	Instrumentos Ópticos de Precisão (binóculos, lupas, microscópios, lunetas, dentre outros)
224	Agências de Turismo (incluindo compra e venda de passagens aéreas e terrestres)
225	Escritórios e Agências de Publicidade (não incluindo serviços de propaganda volante e de alto-falantes)
226	Serviços de Engenharia (não incluindo reformas e construções residenciais)
227	Escritórios de Consultoria e Planejamento
228	Cursos de Nível Superior (terceiro grau)
229	Cursos de Pós-graduação (somente mestrado e doutorado)
230	Livros Técnicos e/ou Importados

Além das funções a serem consideradas, o projeto Regic estabeleceu parâmetros para a inclusão das cidades na pesquisa. Não havia sentido em estendê-la à totalidade de municípios brasileiros, uma vez que nem todos eles são dotados de centralidade mínima, capaz de justificar fluxos de busca de bens e serviços oriundos de outros centros. Dessa forma, os critérios empregados para a seleção de municípios dotados de centralidade mínima foram:

- Municípios dotados de, pelo menos, três das seguintes características (com base em informações levantadas pela pesquisa *Informações Básicas Municipais – IBM/1989*, produzidas pelo IBGE):
 - a) ser sede de comarca;
 - b) contar com agência bancária;
 - c) dispor de médico residente na cidade; e/ou
 - d) dispor de emissora de rádio AM.
- Municípios não selecionados pelo critério acima exposto, mas que possuísem população total superior a 20 mil habitantes, segundo a *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico – 1991* (IBGE).

Atingiu-se, então, segundo tais critérios, um agrupamento de 2.106 centros, num universo de 4.495 municípios brasileiros existentes à época da pesquisa de campo.

Cabe ressaltar ainda que alguns municípios, por contarem com um recobrimento que envolvia mais de uma agência de coleta do IBGE – unidades locais que realizam

as mais diversas coletas de dados socioeconômicos –, como explicitado adiante, foram excluídos da pesquisa de informações. São eles: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília.

Antes de a pesquisa ser levada a campo, foi realizado um teste, em Governador Valadares (MG), em outubro de 1992. Tal experimento foi fundamental para definir o questionário de coleta de dados – apresentado nos Anexos – e a estratégia de treinamento dos pesquisadores, tendo em vista tratar-se de trabalho de caráter não-sistemático daquelas mencionadas unidades.

O levantamento de campo, realizado nos meses de outubro e novembro de 1993, foi executado pelas agências de coleta do IBGE, cabendo a cada município investigado o preenchimento de um único questionário. Neste, seriam anotados os direcionamentos de busca da gama de funções presentes no município selecionado, revelando os municípios de origem ou destino dos fluxos de pessoas à procura de consumo de bens e/ou serviços.

Cabe frisar que o corpo técnico do IBGE lotado em agências de coleta, pela experiência adquirida ao longo do tempo no preenchimento dos mais diversos tipos de levantamentos, detém um conhecimento agregado sobre a realidade espacial do município. Por esse mesmo motivo, aquelas nove cidades anteriormente citadas foram isentas do preenchimento do questionário. Nessas, o IBGE possuía mais de uma agência de coleta, não permitindo aquele mencionado conhecimento sobre a totalidade do município, senão sobre parcelas do mesmo, de acordo com a área de atuação de cada agência. De toda forma, isso não representou risco à validade da pesquisa, uma vez que aqueles mesmos municípios apareceriam citados pelos demais investigados, possibilitando a definição de suas características funcionais.

Basicamente, o questionário de pesquisa continha duas indagações:

- indique os municípios de procedência das pessoas que usualmente procuram esta sede municipal para comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados a seguir; e
- indique as cidades onde os moradores deste município vão usualmente comprar os produtos e utilizar os serviços relacionados a seguir, mesmo que sejam encontrados nesta sede municipal.

Em razão da variada gama de produtos e serviços sob investigação, o técnico do IBGE, em caso de insegurança quanto ao seu citado conhecimento agregado, tinha plena liberdade de recorrer à sua própria rede usual de informantes (prefeituras, associações comerciais, cartórios etc.)

Concluído o trabalho investigativo de campo, deu-se início à elaboração das matrizes descritivas dos relacio-

namentos espaciais, distinguindo-se quatro tipos, a saber:

- matriz 1: registra a procedência das pessoas para o atendimento de suas necessidades por bens e serviços de pouca complexidade, definidores da área de influência mais imediata de um dado centro;
- matriz 1 invertida: registra o destino das pessoas de um dado município, na procura de bens e serviços de pouca complexidade, permitindo o fechamento do sistema de relacionamentos para a primeira parte do questionário (bens e serviços de baixa complexidade);
- matriz 2: registra o destino das pessoas de um dado município, na procura por bens e serviços de média a elevada complexidade, também permitindo o fechamento do sistema de relacionamentos para a segunda parte do questionário; e
- matriz 2 invertida: registra a procedência das pessoas para o atendimento de suas necessidades por bens e serviços de média a elevada complexidade, complementando a área de influência de um dado município.

É válido frisar novamente que a agregação das matrizes um e dois invertida define, de maneira global, os relacionamentos e a área de influência de um dado município.

Os quatro exemplos de matrizes citadas referem-se à cidade de Morrinhos (GO). Como se pode observar, a matriz contém um cabeçalho explicativo sobre seu próprio tipo. Em seguida, aparecem o nome do município investigado e seu correspondente código numérico, no cadastro do IBGE. Nas linhas seguintes, aparecem os municípios que se relacionam com aquele primeiro, seus códigos numéricos, a quantidade de fluxos e os itens de bens e serviços procurados. Finalmente, na última linha, é indicado o somatório dos fluxos.

Além dos tipos apresentados, foram ainda elaboradas mais quatro matrizes – três, três invertida, quatro e quatro invertida – relativas aos fluxos de busca de serviços de informação: centros emissores de jornais diários e transmissores de programas radiofônicos.

Toda essa massa de dados, descritivos dos relacionamentos espaciais, possibilita uma utilização flexível, permitindo diferentes usos e análises, em diferentes escalas, quer para a totalidade de funções consideradas, quer para itens específicos.

As citadas matrizes foram a base do trabalho desenvolvido pela equipe técnica do projeto Regic. Num primeiro momento, as informações nelas contidas serviram para análises de centros selecionados de *per se*, ou seja, considerando todos os fluxos, agrupados em classes de intensidade de relacionamentos, e para o respectivo mapeamento de suas áreas de influência/atuação. Num outro momento, as mesmas matrizes foram utilizadas para a construção da rede de lugares centrais e de um quadro classificatório, considerados cada centro e seus respecti-

vos fluxos, no conjunto de todos os centros e todos os fluxos desencadeados.

Para a obtenção dos diversos níveis de centralidade e hierarquia, foi utilizada a posição relativa dos centros, numa composição de variáveis que denota a intensidade dos fluxos ou intensidade da demanda, a extensão ou alcance espacial da área de influência de cada município e a disponibilidade de equipamentos funcionais.

A definição de uma tipologia que refletisse as diferenciações entre as cidades brasileiras, como lugares centrais, fez-se necessária como forma de indicar uma hierarquia entre as mesmas. Todas as variáveis empregadas foram retiradas das já mencionadas matrizes de interações espaciais.

No tocante à intensidade da demanda, obteve-se, nas matrizes de interações espaciais, a quantidade de fluxos direcionados a um dado município, na busca dos bens e serviços para as duas partes do questionário de pesquisa, assim divididas:

- Parte 1 – bens e serviços de baixa complexidade; e
- Parte 2 – bens e serviços de média a elevada complexidade.

Os dados numéricos referentes à parte 2 foram multiplicados por dois, num artifício para conferir maior peso aos bens e serviços de média a elevada complexidade.

Um terceiro dado numérico, não retirado das matrizes e que, na realidade, foi utilizado na caracterização dos centros, provém da soma dos fluxos para as partes 1 e 2 (estes últimos, como já citado, multiplicados por dois).

Cabe esclarecer que, também como já citado e explicado anteriormente, as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Brasília não eram responsáveis pelas informações sobre si próprias. Por esse motivo, elas não “responderam” sobre a procedência das pessoas que as procuravam para o atendimento de suas necessidades de bens e serviços. Tais centros são apenas citados como destino das pessoas de diversos municípios na busca do atendimento às suas necessidades de consumo. Pelo exposto, compreende-se, numa consulta às matrizes de interações espaciais, o porquê de sua não-citação quanto aos bens e serviços de baixa complexidade (parte 1), facilmente encontráveis e disponíveis em outros centros.

Os mesmos procedimentos e as mesmas observações anteriormente descritos foram utilizados em relação ao alcance espacial dos centros e à disponibilidade de equipamentos funcionais em tais centros. No tocante ao alcance espacial, o que se buscava obter era o número total de municípios que procuram um dado centro para o atendimento de suas necessidades de consumo de bens

MATRIZ 1

MUNICÍPIOS QUE PROCURAM OS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA UF 52 PARA O CONSUMO DE BENS E SERVIÇOS DE BAIXA COMPLEXIDADE

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda										
Buriti Alegre	5203906	11	1.01	1.02	1.03	1.05	1.07	1.08	1.09	1.10	1.11	1.12	1.14
Pontalina	5217708	11	1.01	1.02	1.03	1.05	1.07	1.08	1.09	1.10	1.11	1.12	1.14
Água Limpa	5200209	8	1.02	1.03	1.05	1.07	1.08	1.09	1.10	1.12			
Caldas Novas	5204508	7	1.01	1.07	1.09	1.10	1.12	1.13	1.14				
Rio Quente	5218789	6	1.02	1.03	1.05	1.07	1.09	1.12					
Edesina	5207352	5	1.02	1.03	1.05	1.07	1.08						
Goiatuba	5209101	4	1.02	1.11	1.12	1.14							
Piracanjuba	5217104	4	1.02	1.10	1.11	1.14							
Gromínia	5206503	3	1.02	1.08	1.13								
Marzagão	5212907	3	1.07	1.08	1.09								
Corumbaita	5205901	2	1.02	1.02									
Altoândia	5200506	1	1.07										
Araguari	3103504	1	1.02										
Bom Jesus de Goiás	5203500	1	1.14										
Itumbiara	5211503	1	1.14										
Mineiros	5213103	1	1.02										
Santa Helena de Goiás	5219308	1	1.02										
Vicentinópolis	5222054	1	1.14										
		71											

MATRIZ 1 INVERTIDA

ONDE OS MUNICÍPIOS DE GOIÁS VÃO BUSCAR OS ITENS 1.01 A 1.14

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda
Caldas Novas	5204508	1	1.04
Piracanjuba	5217104	1	1.01
Pontalina	5217708	1	1.10
		3	

MATRIZ 2 INVERTIDA

TODOS OS MUNICÍPIOS DO BRASIL QUE PROCURARAM MUNICÍPIOS DE GOIÁS

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda										
Caldas Novas	5204508	4	2.04	2.13	2.14	2.20							
Pontalina	5217708	4	2.13	2.14	2.25	2.28							
Piracanjuba	5217104	2	2.20	2.28									
		10											

MATRIZ 2

MUNICÍPIOS PROCURADOS PELOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS DA UF 52

Morrinhos 5213806

Nome	Cód. Mun.	Count	Demanda										
Goiânia	5208707	20	2.01	2.04	2.05	2.06	2.07	2.08	2.09	2.10	2.11	2.13	2.14
			2.15	2.16	2.17	2.18	2.21	2.24	2.25	2.27	2.28		
Uberlândia	3170206	8	2.04	2.06	2.08	2.09	2.13	2.16	2.17	2.28			
Itumbiara	5211503	4	2.01	2.04	2.10	2.11							
São Paulo	3550308	4	2.05	2.09	2.12	2.30							
Araguari	3103504	3	2.01	2.04	2.10								
Goiatuba	5209101	2	2.01	2.13									
Batatais	3505906	1	2.01										
Bauru	3506003	1	2.30										
Ituverava	3524105	1	2.01										
Jales	3524808	1	2.28										
Matão	3529302	1	2.01										
São Carlos	3548906	1	2.28										
		47											

e serviços. Por igual motivo citado no caso da intensidade da demanda, em relação àqueles nove centros, não aparecem municípios que os procurem para o atendimento das necessidades de consumo de bens e serviços constantes da parte 1.

Finalmente, no que se refere aos equipamentos funcionais, o que se buscava era a disponibilidade de cada um dos tipos de bens ou serviços em um dado centro. Novamente, aqueles mesmos nove centros não são citados por nenhum outro município. Obviamente, por suas magnitudes, considerou-se que os mesmos oferecem todos os tipos de equipamentos funcionais – bens e serviços – de baixa complexidade (parte 1).

Assim, com os totais de fluxos obtidos (parte 1 + parte 2) em relação a cada uma das três variáveis instituídas, estabeleceu-se uma divisão em classes de centros, segundo cada uma daquelas mesmas variáveis. Com a obtenção de três diferentes classificações, iniciou-se o ordenamento final dos centros mediante a soma do número de ordem que cada um deles obteve em relação a cada uma das três variáveis.

Logo de início, observou-se que os padrões de cidades usualmente preconizados para utilização da teoria dos lugares centrais, como aqueles citados no exemplo hipotético do Quadro 1, poderiam não retratar a diversidade de centros da rede urbana brasileira, englobando heterogeneidades em cada um daqueles cinco níveis. Assim, houve a opção de empregarem-se oito diferentes níveis de centralidade, como forma de alcançar maior diferenciação entre as cidades brasileiras. O Quadro 4 apresenta os ní-

veis de centralidade propostos, o número de centros em cada um deles e uma hipotética comparação com aqueles padrões de cidades comumente utilizados.

Cabe observar que todos os centros não incluídos na pesquisa, por não preencherem os pré-requisitos estabelecidos para a centralidade mínima, foram classificados como de nível de centralidade muito fraco (municípios subordinados).

Com a definição de tais patamares de centros e utilizando-se ainda as matrizes citadas, em que é possível verificar a preferência de direcionamento das pessoas de um dado município – caminho preferencial – na busca de bens e serviços, foram elaborados os quadros de interações espaciais. Nesses quadros, estão indicados os citados caminhos preferenciais das pessoas de um dado município na busca do consumo de bens e serviços. Nesse ponto, cabe um esclarecimento quanto aos casos de duplas ou triplas subordinações.

Em tais casos, o direcionamento dos fluxos desses municípios não é claramente definido para um determinado centro. Eles (os fluxos) têm a mesma (ou aproximadamente igual) intensidade com relação a mais de um centro. Dessa forma, em tais casos, o nome do município aparece acompanhado de um asterisco e do nome do outro centro ao qual ele se subordina.

Para melhor compreender esses casos, o próximo item apresenta os resultados do projeto Regie e exemplifica as formas de observação e consulta.

QUADRO 4
NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS

Níveis	Número de Cidades	Padrões de Cidades
Máximo	9	Metropolitano
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para Médio	108	Predominantemente de Centro Sub-regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-regional
Médio para Fraco	195	Predominantemente de Centro de Zona (ou Centro Local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)
Muito Fraco	3.733	Municípios Subordinados

5 Apresentação dos Resultados

5.1 Cartogramas e Quadros de Interações Espaciais

Os resultados aqui apresentados resumem-se numa série de cartogramas e de quadros representando as interações espaciais entre as cidades brasileiras, assim como suas respectivas áreas de influência (ver Anexos).

Os mencionados cartogramas não devem ser confundidos com um mapeamento preciso das áreas de influência das cidades. São, na realidade, uma representação esquemática daquelas áreas e permitem, sobretudo, uma visualização do espaço de abrangência de cada área de influência retratada. Além disso, cabe esclarecer que em alguns cartogramas, em função das escalas utilizadas, não é possível a apresentação de todas as ligações existentes para um dado centro, principalmente aquelas relativas às cidades de centralidades mais baixas. Pelo exposto, a consulta relativa a qualquer área deverá utilizar o cartograma e o correspondente quadro de interação espacial, sempre relacionando-os como produtos complementares.

O primeiro cartograma apresentado – níveis de centralidade – possibilita visualizar a distribuição espacial das cidades brasileiras com centralidade até o nível “médio”. Além disso, relaciona essas cidades por ordem de grandeza de suas respectivas populações.

No tocante aos quadros, denominados *Interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras*, cabe mais uma vez ressaltar que os mesmos são uma representação do caminho preferencial da população de um dado centro na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços. Assim, como já citado, tais caminhos às vezes não são claramente definidos e os fluxos podem dirigir-se a mais de uma cidade. Em tais casos, denominados “duplas (ou triplas) subordinações”, as cidades são acompanhadas por um asterisco e com a citação, entre parênteses, do(s) outro(s) centro(s) ao(s) qual(ais) estão subordinadas.

Como exemplo, vide a área referente à cidade de São Paulo, onde Resende aparece com uma dupla subordinação a Volta Redonda. Nesse caso, Resende é novamente citada, na área da cidade do Rio de Janeiro, com sua subordinação a Volta Redonda e, entre parênteses, sua dupla subordinação à cidade de São Paulo. Note ainda que a área de influência de Resende conta com seis cidades (Arapeí, Bananal, São José do Barreiro, Bocaina

de Minas, Itatiaia e Quatis). Tal área de influência consta dos quadros relativos às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A ordenação das cidades da área de influência de Resende no quadro relativo a São Paulo é diferente daquela apresentada no quadro do Rio de Janeiro. No primeiro caso, as cidades do estado de São Paulo precedem as outras. Daí em diante, as cidades são citadas em ordem alfabética e de acordo com os dois primeiros dígitos – que fazem menção à unidade da Federação à qual pertencem – do seu número de cadastro no IBGE. No quadro relativo ao Rio de Janeiro, as cidades deste estado precedem as outras e o ordenamento em sequência obedece ao mesmo critério mencionado.

Ainda com relação aos casos de duplas e triplas subordinações, observe que, quando determinada área de influência imediata for constituída por mais de 10 centros, ela não será repetida em um dos quadros e encontrar-se-á a menção “*vide área em ...*” (por exemplo: no quadro relativo a São Paulo, note que, no tocante a Maceió, há a indicação “*vide área em Recife*”).

Há ainda uma terceira forma de apresentação, quando a área de influência imediata de determinado centro contiver mais de 10 outros centros. São os casos indicados com “*vide área*”. Tome-se como exemplo o caso de Bauru, no mesmo quadro *Interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras – São Paulo*. Tal sinalização mostra que há um quadro e o respectivo cartograma, relativos a Bauru, na área da “cabeça-de-rede”, como explicada adiante, representada por São Paulo.

Para a apresentação de cartogramas e quadros, foi estabelecido um corte em nível de centralidade. Com o método estabelecido para o projeto Regic, foram definidas como de nível “máximo” de centralidade as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia, Salvador, Recife e Fortaleza. Todas elas devem ser consideradas “cabeças-de-rede” e são citadas próximo ao cabeçalho dos quadros, como, por exemplo, *Interações espaciais e níveis de centralidade das cidades brasileiras – São Paulo*. No caso do exemplo, a cidade de São Paulo conta, além de sua exclusiva área de influência, com as áreas subordinadas aos centros de nível “muito forte”, “forte” etc. Assim, houve a opção de corte – para a apresentação de cartogramas e quadros – no nível “muito forte”, de tal maneira que, além de sua própria área exclusiva, São Paulo dispõe ainda das áreas de Belém, Manaus, Marília, São José do Rio Preto, Uberlândia etc.

A única exceção com relação às “cabeças-de-rede” é Brasília. Por seu papel político-administrativo, como Capital federal, e por representar, de forma inequívoca, um centro de poder e decisão, Brasília, mesmo aqui classificada como de centralidade “muito forte”, foi considerada com um destaque similar àquelas outras cidades denominadas “cabeças-de-rede”.

6 Considerações Finais

A imagem aqui apresentada de subordinação sucessiva e de relações de dependência hierárquica entre as cidades brasileiras indica a crescente diferenciação entre as mesmas e, simultaneamente, a complexidade de nossa rede urbana. Contudo, como já afirmado aqui, cabe alertar que tais resultados representam uma das possíveis redes urbanas existentes no país e devem ser vistos como um instrumento de aproximação à realidade, sem caracterizar uma única concentração/fragmentação do todo social.

Finalmente, neste ponto, é válido ainda ressaltar alguns exemplos de utilização prática dos dados e produtos do projeto Regic, vislumbrados pela própria equipe técnica. São eles:

- avaliação de diferentes redes de funcionamento de empresas, focalizando a localização de suas unidades e áreas de atuação em comparação com a rede de centros obtida pelo projeto Regic;
- seleção quanto à localização de diferentes tipos de atividades econômicas ou de infra-estrutura social;
- delimitação de áreas de mercado de cidades, utilizando-se a rede de centros oriunda do projeto Regic e de outros dados (como, por exemplo, população, renda, indicadores de qualidade de vida etc.), subsidiando decisões, através do conhecimento da estrutura do mercado consumidor; e
- estudos sobre redes geográficas e urbanização brasileira.

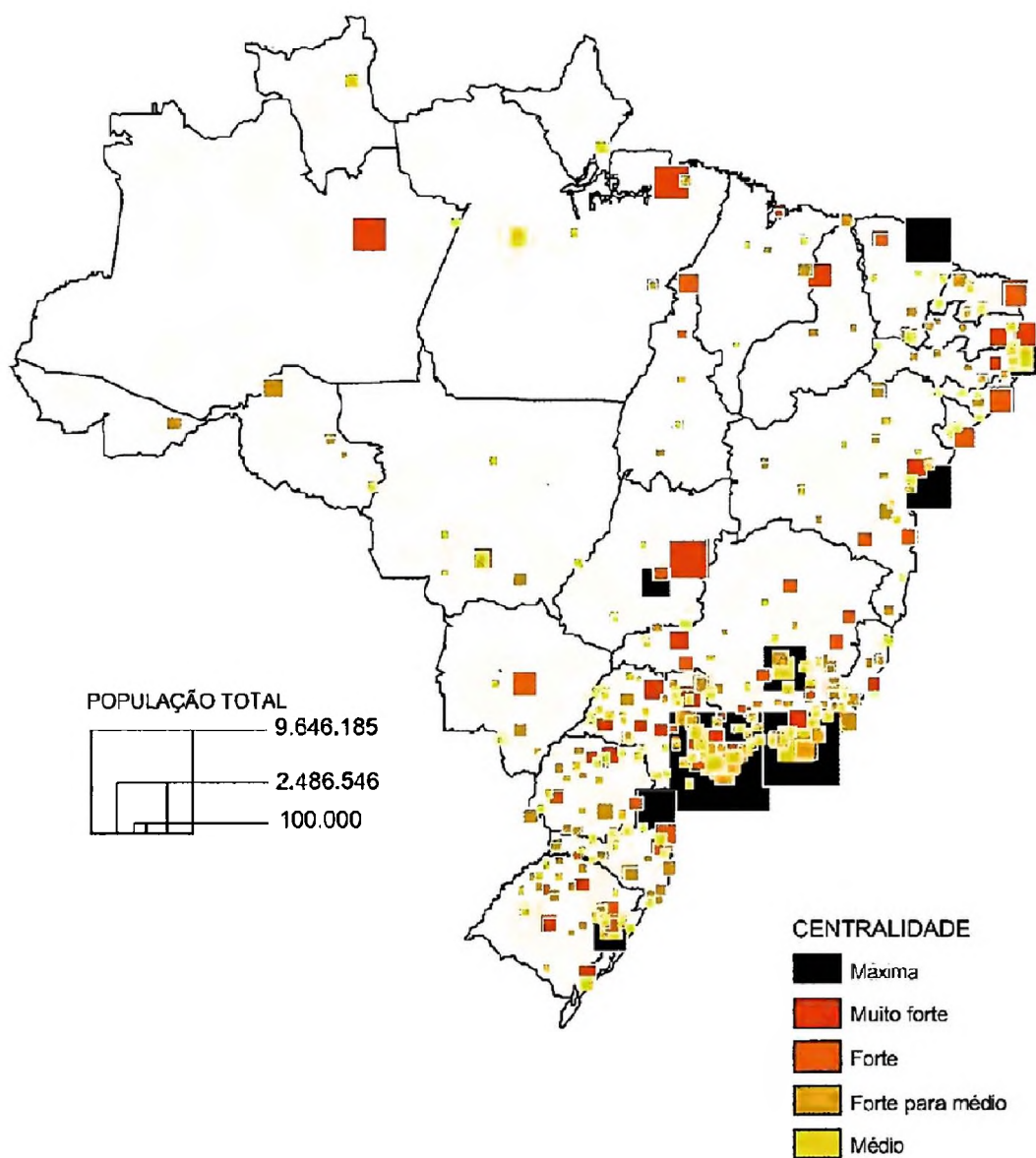
Referências Bibliográficas

- BONETTI, E. (s. d.) "A Teoria das localidades centrais, segundo W. Christaller e A. Lösch". In: *Centralidade – Regionalização*. Rio de Janeiro, IPGH/Comissão de Geografia, p. 1-17 (Textos Básicos, 1).
- CARNEIRO, M. C. (1994) *Redes geográficas*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 7 p.
- CARNEIRO, M. C. et alii (1994) *Considerações sobre as redes geográficas pesquisadas pelo IBGE*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 16 p.
- CARNEIRO, M. C.; MATTOS, R. B.; FERRAZ, V. N. (1995) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo, 9 p.
- CHRISTALLER, W. (1966) *Central places in Southern Germany*. Tradução do alemão por Carlisle W. Baskin. Englewood Cliffs, Prentice-Hall.
- CLAVAL, P. (s. d.) "La Teoria de los lugares centrales". In: *Centralidade – Regionalização*. Rio de Janeiro, IPGH/Comissão de Geografia, p. 19-37 (Textos Básicos, 1).
- CORRÊA, R. L. (1989) *A Rede urbana*. São Paulo, Ática, 96 p. (Série Princípios).
- (1993) "Redes, fluxos e territórios: uma introdução". In: AGB, III Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, *Anais*. Rio de Janeiro, AGB, set., p. 31.
- (1997) *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 302 p.
- DIAS, L. C. (1995) "Redes: emergência e organização". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 141-162.
- GONÇALVES, A. L. F. (1994) *Manual para normalização de dissertações*. Rio de Janeiro, UFRJ/Ippur/Biblioteca, mimeo, 37 p.
- GONÇALVES, L. A. dos R. (1997) *Metodologia e construção da rede de centros de saúde do estado do Rio de Janeiro: um subsídio ao repasse de recursos destinados à saúde*. Rio de Janeiro, UERJ/Departamento de Geografia, mimeo, 80 p.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1972) *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 112 p.
- (1987) *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 210 p. (Co-patrocínio do Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente).
- KANSKY, K. J. (1963) *Structure of transportation networks*. Chicago, The University of Chicago/Department of Geography (Research Paper, 84).
- MIOSSEC, J. (1976) "Espace et pouvoir. La localisation de forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique". In: *L'espace géographique*, Paris, Doin Éditeurs, n. 3, p. 165-175.
- RAFFESTIN, C. (1993) *Por uma geografia do poder*. São Paulo, Ática, 269 p. (Série Temas, 29).
- RIBEIRO, M. A. C. (1994) *Amazônia: rede de edição de jornais diários e transmissão de programas radicfônicos*. Rio de Janeiro, UFRJ/PPGG, mimeo, 101 p.
- SANTOS, M. (1989) *Manual de geografia urbana*. São Paulo, Hucitec, 214 p.
- (1994) *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, Hucitec, 190 p.
- (1996) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 157 p.

ANEXOS

1 – Cartogramas e Quadros (Interações Espaciais e Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras com suas Respectivas Áreas de Influência)

MAPA A.1
BRASIL – NÍVEIS DE CENTRALIDADE (1993)

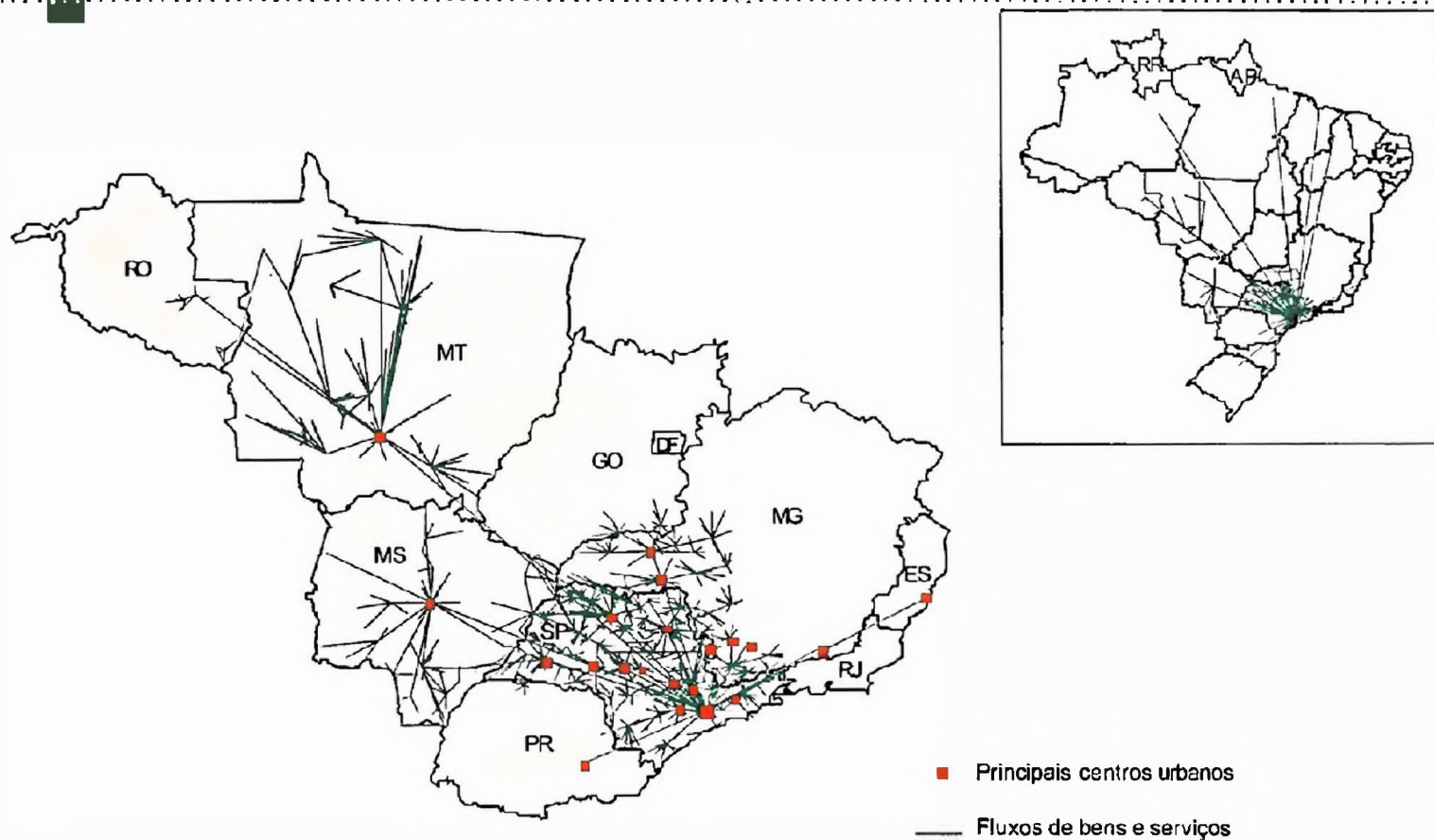


Fontes: IBGE, Diretoria de Geocências, Departamento de Geografia,
Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico 1991
Características Gerais da população e instrução. Brasil: Rio de Janeiro: IBGE, n.1, 1996.



SÃO PAULO - SP

MAPA A.2
SÃO PAULO (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



QUADRO A.1
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SÃO PAULO

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
350308	São Paulo											351500	Francisco de Rocha	351603	Francisco Morato
												363907	Colares		
						351804	Guaratinguetá							380267	Apelheola
														371383	Cunha
														354075	Pitua
														354130	Rosário (353805-Andaraíhangaba)
										353708	Lorena			380383	Cochetá e Paulista (351345-Cruzeiro)
														353850	Pouso
														353207	Silvânia (351345-Cruzeiro)
						351880	Guarulhos							350391	Araruá (353607-Mog das Cruzes)
														352852	Neópolis (350417-Atibaia)
						364202	Regente							350540	Barro do Turvo
														350824	Celso
														350953	Corumbá
														351409	Estreito
														352330	Iguape
														350742	Rio Comprido
														352450	Jacupiranga
														352510	Jacupiranga
														352930	Minasçu
														353628	Parqueiro-Açu
														355181	São Barras
						330420	Resende* (3308305-Volta Redonda)							350758	Araruá (3300407-Barra Mansa)
														350409	Bumilá (3300407-Barra Mansa)
														354980	São José do Bonfim
														310720	Bocaina do Minas (3128702-Juiz de Fora)
														350225	Itaú
														330412	Quilô (3600407-Barra Mansa)
						350284	Aracaju							350820	Bento de Abreu
														351826	Guarapari
														354440	Rudolice
														354804	Santa Antônio de Aracaju
														355035	Valparaíso
														350508	Unipi
														350542	Unipi
														350585	Buriana
														351184	Cherência
														351256	Cordeiros
														351657	Colônia Marinho
														352725	Lourdes
														353770	Picó
														354840	Santópolis do Aguapé
														353628	Tamitá
														355715	Zimolândia
						353730	Pontal* (3549805-São José do Rio Preto)							350103	Alto Alegre
														350440	Avanhandava
														350510	Bomito
														350770	Brasão
														351710	Chico
														352270	Luzânia
						350290	Castilândia* (3549805-São José do Rio Preto)							350440	União (3506305-Paranópolis e 3503305-Três Lagoas)
														350154	Apelheola
														351080	Itaú (3506305-Paranópolis)
						354830	Paranópolis* (3549805-São José do Rio Preto)							350440	União (3506305-Paranópolis e 3503305-Três Lagoas)
														351080	Itaú (3506305-Paranópolis)

Continua

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SÃO PAULO

[illegible]

Continua

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550300	São Paulo			3534401	Osasco	3505700	Boruci			3513000	Cotia	3529103	Pirapora do Bom Jesus			
												3547304	Santana de Parnaíba			
												3550453	Varigem Grande Paulista			
												3510800	Carapicuíba			
												3515004	Embu*			
												(3557809-Taboão da Serra)				
												3522505	Itapen			
												3525003	Jandia			
												3550805	São Roque*			
												(3552205-Sorocaba)				
												3501152	Alumini			
												3502754	Antônioguima			
												3528403	Maringue			
				3547808	Santa André					3513801	Osasco					
										3543303	Ribeirão Preto			3544103	Rio Grande da Serra	
						3546807	São Carlos do Sul*			3520401	Mauá					
						(3548709-São Bernardo do Campo)										
				3540000	Sorocaba							3509350	Pinheir			
												3515501	Cuberto			
												3516701	Guarapu			
												3527108	Araruama			
												3523305	Barro			
												3531118	Mongaguá			
												3537236	Padre da Toledo			
												3537602	Pinheir			
												3531803	São Vicente			
				3548709	São Bernardo do Campo	3546807	São Carlos do Sul*			3529401	Mauá			3541030	Pira Grande	
						(3547809-Santa André)										
				3132404	Barro*											
				(3106200-Belo Horizonte)												
														3100909	Dracópolis	
														3117801	Conceição dos Ouros	
														3118507	Conceição	
														3120508	Cietim*	(3162706-São Lourenço)
														3121180	Delphinoreia	
														3127404	Guarapu	
														3128804	Meia da FA	
														3140407	Mariópolis	
														3147383	Pandópolis	
														3149101	Petrolina*	(3152501-Pouso Alegre)
														3150801	Pratagu	
														3151008	Pratagu	
														3165404	Sapucaia-Mirim	
														3172202	Montesolhu Br	
														3163201	São João do Alegre	
						3155805	Serra Rio do Cipac*							3164407	São Sebastião do Bodo Viola	
						(3152501-Pouso Alegre)										
														3190000	Águas de São Pedro	
														3110401	Capitão (3501608-Americana)	
														3111700	Cruzeiro	
														3112300	Cruzeiro	
														3120004	Montesolhu*	(3507508-Diagabal)
														3120004	Montesolhu*	(3507508-Americana)
														3123503	Petrolina*	(3507508-Botucatu)
														3124207	Rafael*	(3501608-Americana)
														3124004	Rodas Pedras	
														3125150	Saltinho	
														3127007	Santa Maria da Serra	
														3128007	São Pedro	

ÁREA DE SÃO PAULO

[illegible]

Continued

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL

Continua

ÁREA DE SÃO PAULO

[illegible]

QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

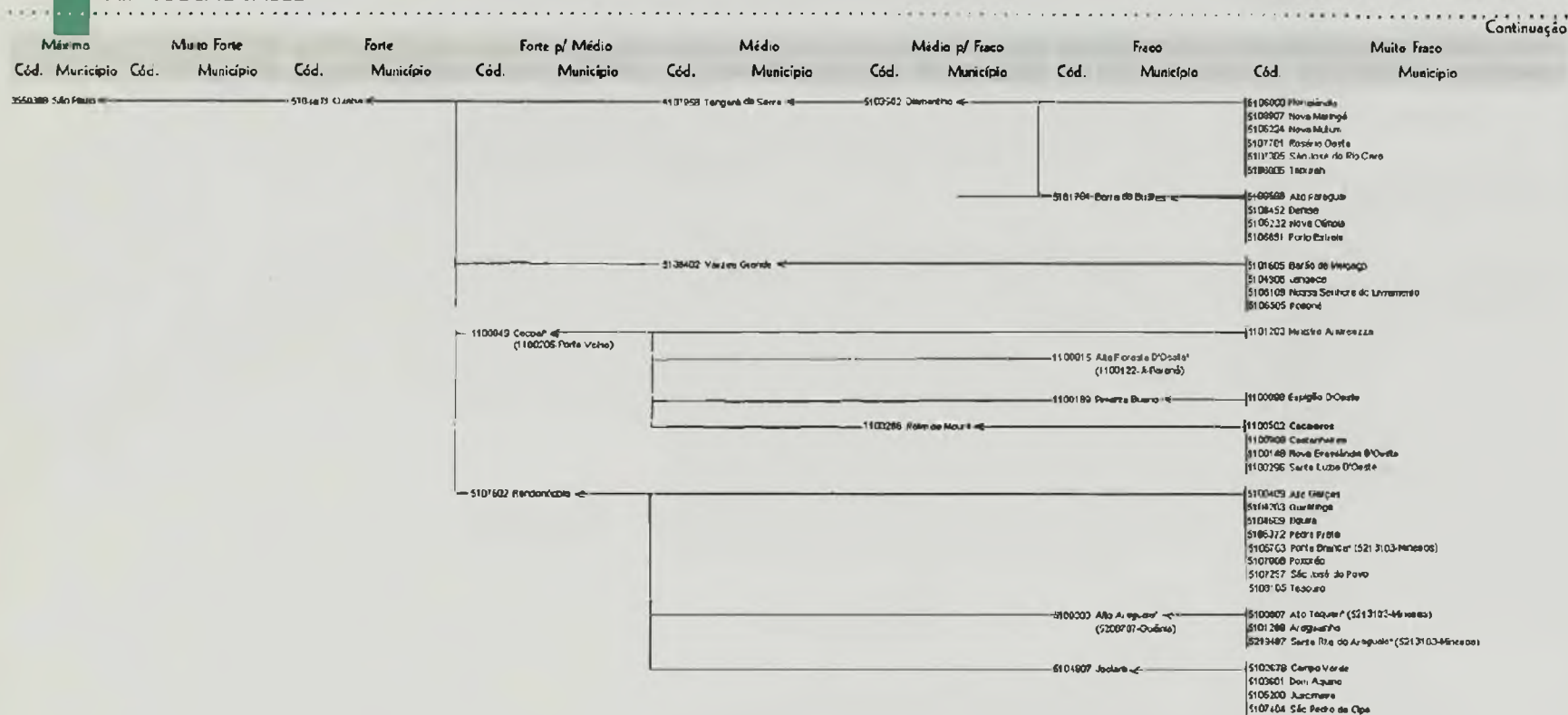
ÁREA DE SÃO PAULO

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
355308	São Paulo	5103403	Osasco											5100102 Acorizal		
														5103007 Chorrota dos Guimarães		
														5104104 Guaratã do Norte		
														5105253 Luzia do Rio Verde		
														5106305 Mirassol		
														5106803 Nobres		
														5108208 Nova Brasilândia		
														5106307 Paracatu		
														5104422 Passos de Azevedo		
														5107600 Santo Antônio do Leverger		
														5107825 Sorriso		
														5108065 Terra Nova do Norte		
										5100250 Alta Floresta				5109001 Nova Primavera		
														5100805 Apiaçu		
														5105176 Aracuanã (5105150-Juiz)		
														5106108 Nova Brásia Antas		
														5108116 Nova Canaã do Norte (5107825-Sorriso)		
														5108808 Nova Guarani		
														5108958 Nova Monte Verde		
														5106288 Paracatu		
														5101407 Arapuanã (5105150-Juiz)		
														5100031 Cabitã (5100064-Corredo do Oeste)		
														5108072 Corumbá (5100064-Corredo do Oeste)		
														5100031 Cabitã (5100064-Corumbá)		
														5100072 Corumbá (5100064-Corumbá)		
														5103304 Coronado		
														5105234 Curitiba D'Oeste		
														5108752 Portões e Loureira		
														5109208 Rio Branco		
														5108750 São João do Oito		
														5108807 Viação de São João do Oito		
														5103857 Oito D'Oeste		
														5108828 Porto Esperança (5107107-São José dos Quatro Marcos)		
														5107158 Reserva do Caboclo (5107107-São José dos Quatro Marcos)		
														5101228 Arapuanã		
														5103809 Figueirópolis D'Oeste		
														5104500 Indaial		
														5102002 Juiz		
														5108828 Porto Esperança (5103809-Mirassol D'Oeste)		
														5102156 Rincão do Caboclo (5105622-Mirassol D'Oeste)		
														5103056 São João		
														5103205 São João		
														5104588 São João		
														5105900 Marcelândia		
														5106216 Nova Canaã do Norte (5102250-Alta Floresta)		
														5107248 Santa Cruz		
														5106301 Vera		
														5108273 Nova Itaipava do Norte		
														5108902 Ponta das Queimadas		
														5107941 Tebasópolis		
														5101303 Arapuanã		
														5101500 Brasília		
														5102637 Campo Novo do Parecis		
														5108957 Nova Brasilândia		
														5107263 Santo Antônio		
														5105150 Juiz		
														5101307 Arapuanã (5102304-Vitória)		
														5102852 Curitiba		
														5103378 Curitiba		
														5105176 Juiz (5102250-Alta Floresta)		

QUADRO A.1

SÃO PAULO - INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO



Continua

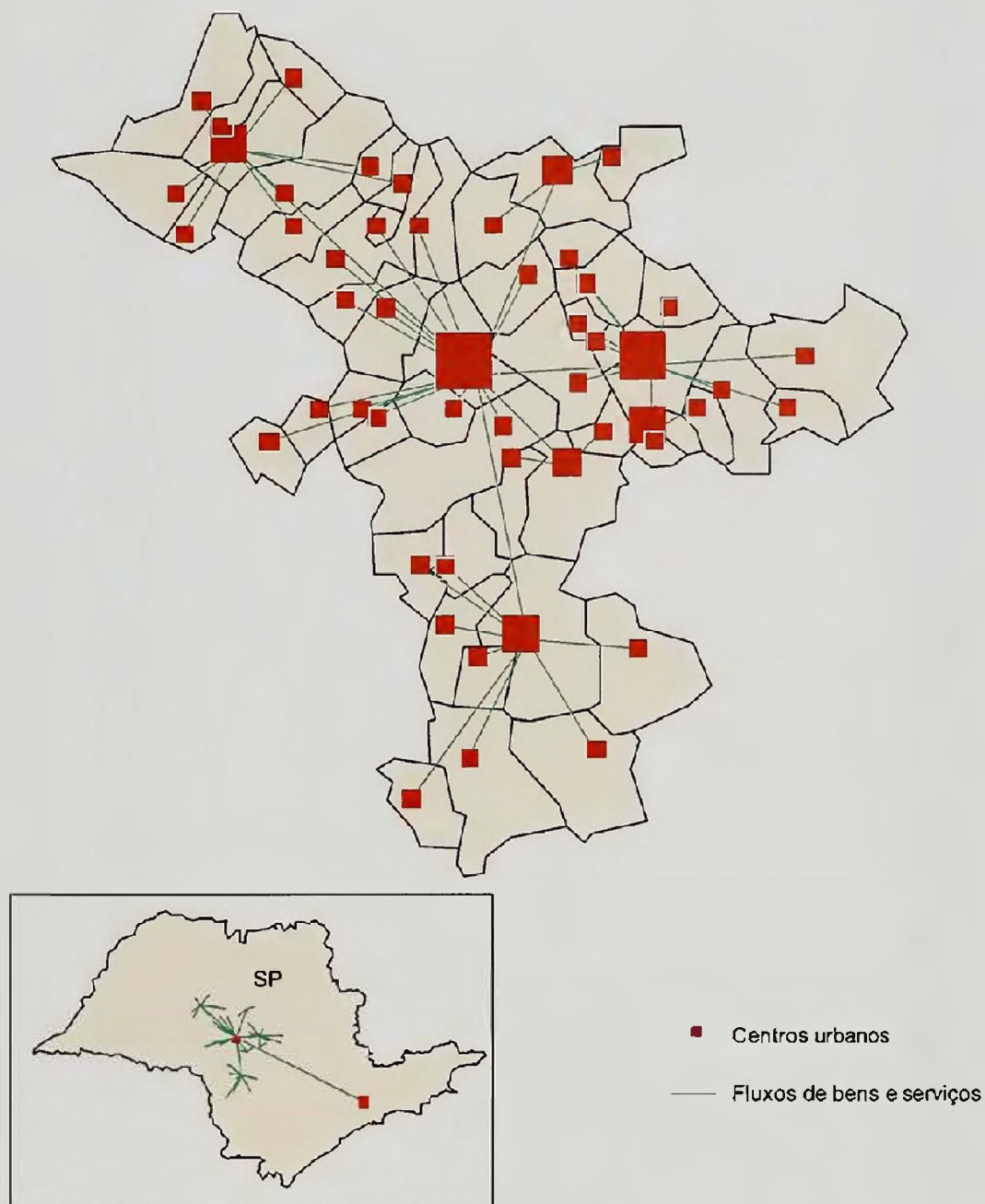
QUADRO A.1

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO PAULO

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3553088	São Paulo	3501873	Barra	(vide área)												
		3533812	Canagás	(vide área)												
		3523605	Marília	(vide área)												
		3541406	Presidente Prudente	(vide área)												
		3543402	Piedade Preta	(vide área)												
		3513605	São José do Rio Preto	(vide área)												
		1332803	Marília	(vide área)												
		1531402	Deleira	(vide área)												
		2111300	São Luís	(vide área)												
		2211001	Teresina	(vide área)												
		3136702	Jussara Faria	(vide área na Rua de Jussara)												
			(3106200-Estado do Rio de Janeiro e 3304557-Rio de Janeiro)													
		3176208	Uberlândia	(vide área)												
		3235303	Vitoria	(vide área na Rua de Jussara)												
			(3301857-Rio de Janeiro e 3106200-Estado do Rio de Janeiro)													
		4314100	Pesco Falso	(vide área em Porto Alegre)												
			(4314902-Porto Alegre)													

MAPA A.3
BAURLI (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia, Regiões de influência das Cidades, 1993



QUADRO A.2

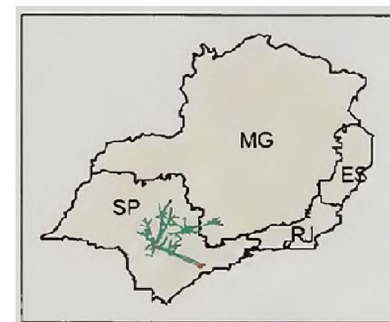
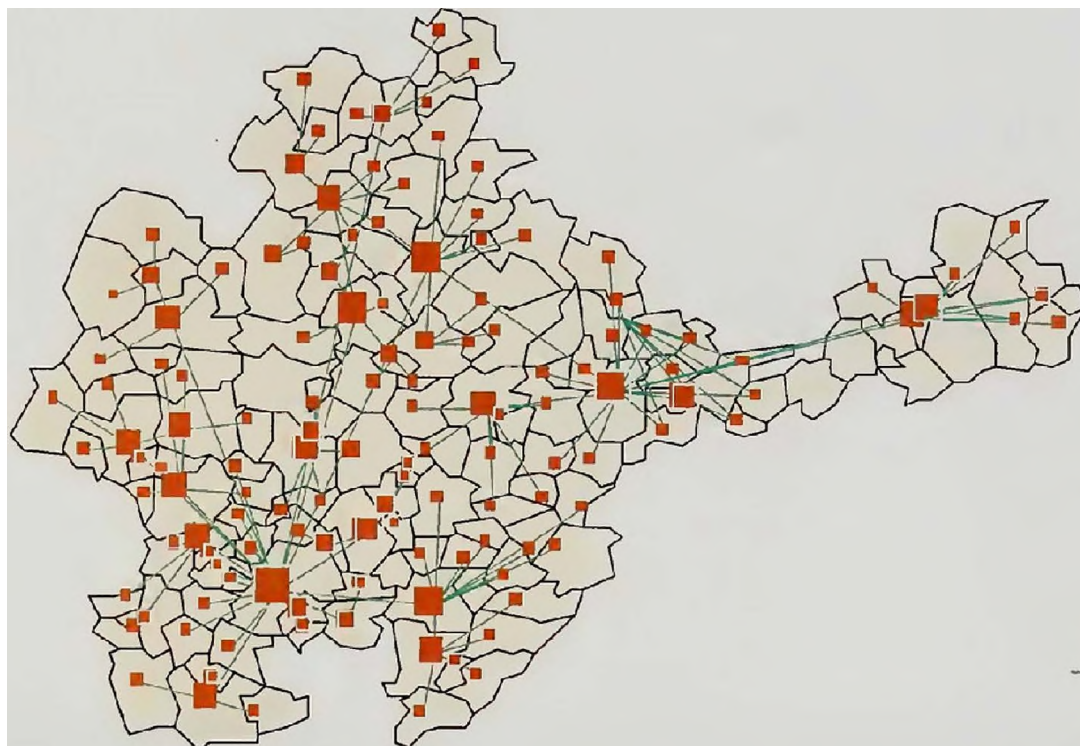
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BAURU

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3550308	São Paulo ←	3506003	Bauru ←											3500709	Agudos
														3503406	Arealva
														3504305	Avai
														3504701	Belbinos
														3508306	Cabrália Paulista
														3514502	Duartina
														3527504	Lucianópolis
														3538907	Pirajui
														3539400	Piratiniga
														3541109	Presidente Alves
														3542503	Reginópolis
														3555505	Ubirajara
										3519500	Ibitinga* ← (3503208-Araraquara)			3519105	Itacange
														3552700	Itabatinga
										3526503	Lençóis Paulista ←			3507458	Borebi
														3528007	Macatuba
						3504503	Avaré* ← (3507506-Botucatu)							3500550	Águas de Santa Bárbara
														3503109	Arandu
														3511409	Cerqueira César
														3519253	Iaras
														3521804	Itai
														3523503	Itatinga
														3536804	Paranapanema
														3553807	Taquaritinga
						3527108	Lins* ← (3528005-Marília)							3508801	Cafelândia
														3517000	Getulina
														3517208	Guaçara
														3517307	Guaimbê
														3518107	Guarantã
														3540101	Pongai
														3541604	Promissão
														3544608	Sabino
														3555901	Uru
		3525300	Jau ←											3505203	Barri
														3506805	Bocaina
														3507308	Boracéia
														3507902	Brotas
														3514106	Dois Córregos
														3522000	Itaju
														3522901	Itapui
														3536703	Pedernais
														3554706	Torrinha
										3505302	Barro Bonito ←			3520004	Igarapé do Tietê
														3529607	Minheiros do Tietê

MAPA A.4

CAMPINAS (SP) REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



- Principais centros urbanos
- Fluxos de bens e serviços

Fonte: BGE, Diretoria de Geodências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993



ÁREA DE CAMPINAS

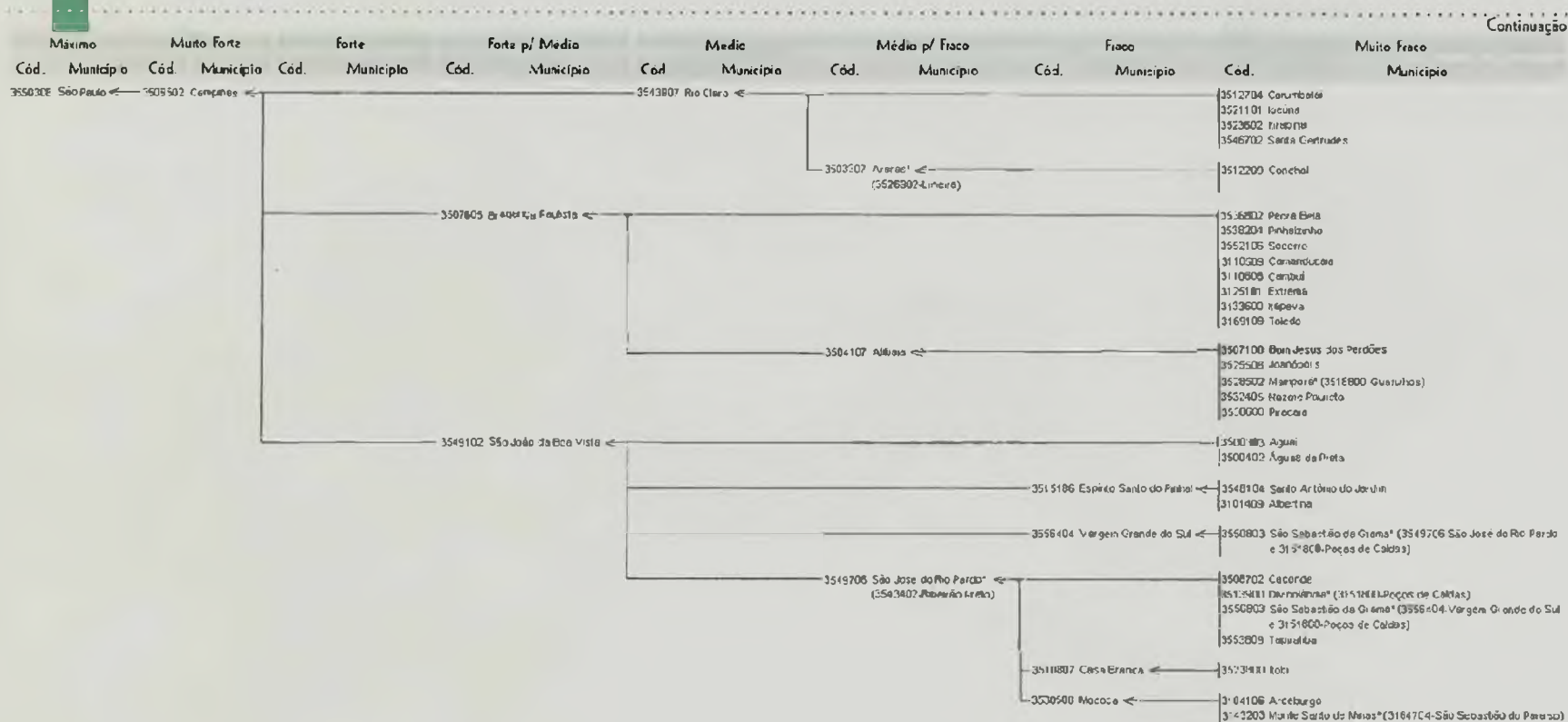
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Média		Média		Média p/ Fraca		Fraca		Muito Fraca	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3560306	São Paulo	3509502	Coronel									3512803	Cordeópolis	3518008	Elias Fausto
												3515152	Engenheiro Coelho	3515071	Itaolândia
												3520509	Indaiatuba	3581803	Monte Mor
												3536905	Paulista	3552403	Sunário
												3558701	Vinhado		
										3523404	Italva*	3532009	Mourungaba		
										(3525908-Munomia)					
										3556206	Valinhos				
										3128709	Guaxupé*	3107804	Bom Jesus da Penha	3128903	Ourolândia
										(3543402-Ribeirão Preto)		3138800	Juruá	3145109	Nova Resende
										3541905	Amparo	3532709	Jaguariúna		
										3531603	Serra Negra	3500901	Águas de Lindóia	3527009	Lindóia
												3531209	Marília	3531209	Marília
										3530805	Mojim	3519055	Colombo	3548005	Santo Antônio de Posse
												3532504	Bastardo		
										3580708	Mogi Guaçu	3557203	Estiva Gerbi		
										3533301	Piedade	3582002	Analândia	3516306	Santa Cruz das Palmeiras
										(3543402-Ribeirão Preto)		3540705	Ponta Preta	3513702	Descalvado
												3547502	Santa Rita do Passa Quatro	3546908	São Carlos
										3581608	Americana	3512101	Capivari	3538709	Pracinha
												3530904	Monte Belo	3538709	Pracinha
												3533403	Nova Odessa	3542107	Rafael
												35415803	Santa Eufêmia	3538709	Pracinha
												3523903	Itu*	3509405	Cobraiva
										(3552205-Sorocaba)		3540906	Porão	3545209	São
										3526902	Lins*	3509302	Artur Nogueira	3512407	Condeópolis
										(3588709-Pracinha)		3521408	Itacarépolis	3526704	Leme
										3503307	Araras*	3546202	Santa Cruz da Conceição	3512209	Conchal
										(3543607-Rio Claro)					

Amos - Rejoice

QUADRO A.3

SÃO PAULO -- INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

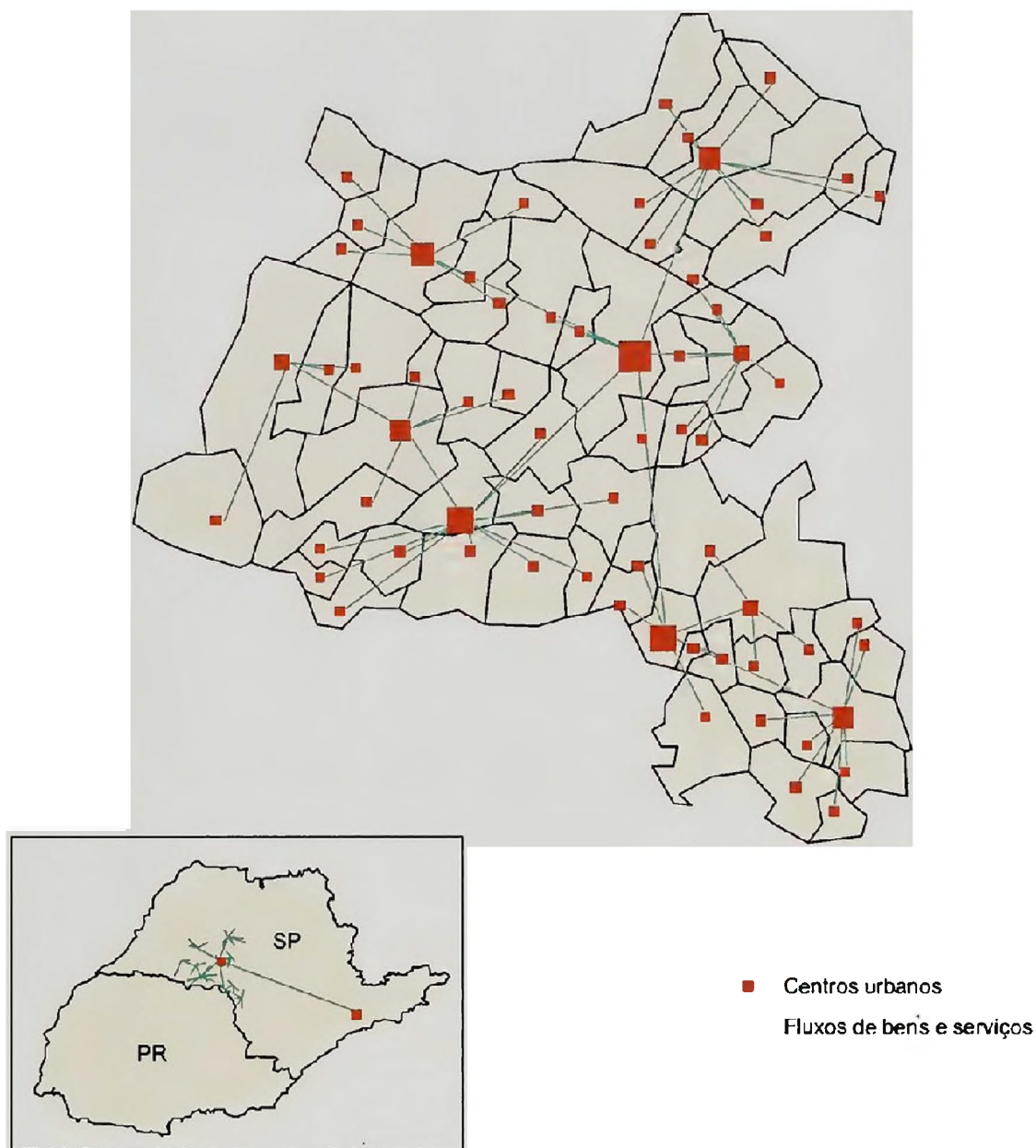
ÁREA DE CAMPINAS



ÁREA DE CAMPINAS

Anexos — Regie

MAPA A.5
MARÍLIA (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geocências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.4
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE MARÍLIA

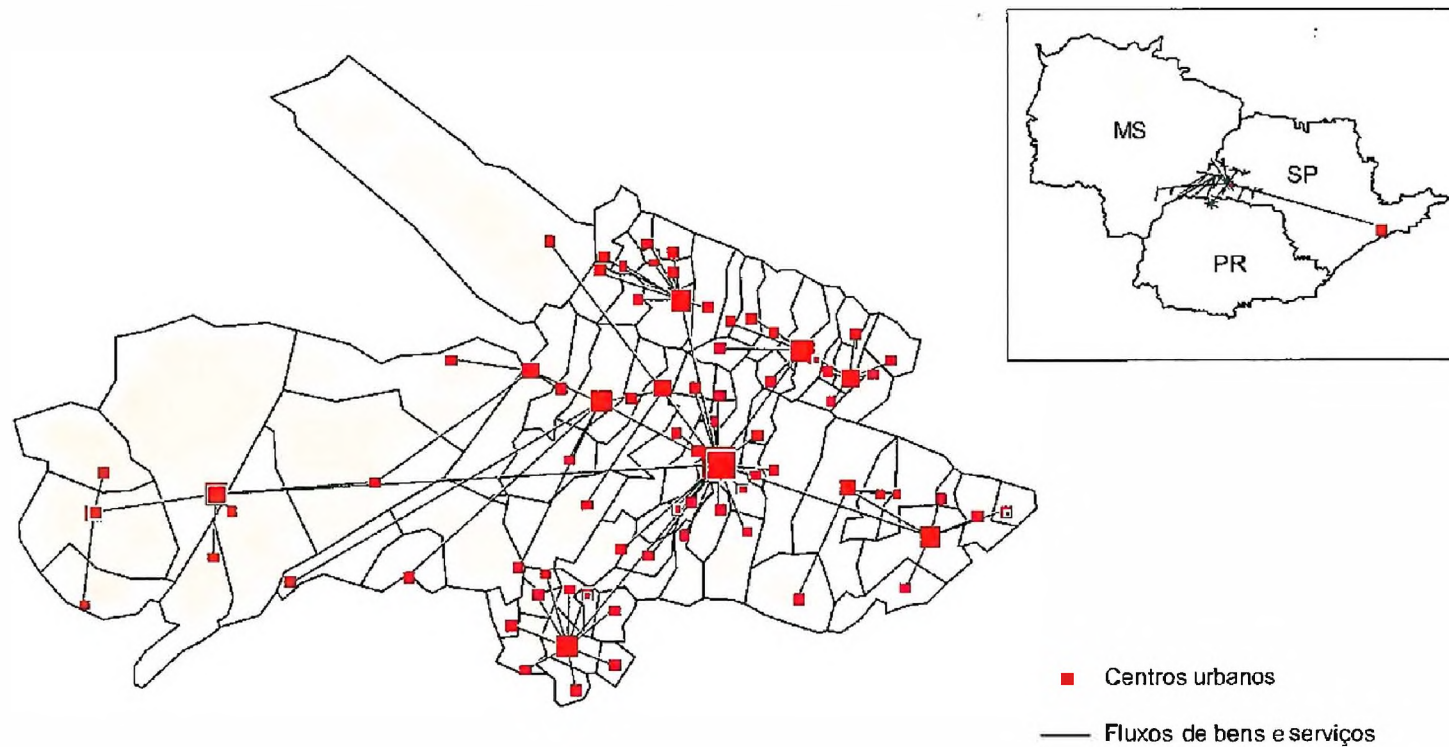
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3550308	São Paulo	3528005	Marília											3533700	Ocauçu
														3534104	Orizete
														3540002	Pompéia
										3516705	Guarã			3501400	Águia de Carvalho
														3501509	Alvinópolis
														3516506	Glória
														3525805	Júlio Mesquita
														3527801	Lupércio
														3556602	Vera Cruz
						3527108	Lins*							3508801	Cafelândia
						(3508003-Bauru)								3517000	Getulina
														3517208	Guaiçara
														3517307	Guaimbé
														3518107	Guarantã
														3540101	Pongal
														3541604	Promissão
														3544608	Sabino
														3555901	Uru
								3555000	Tupã					3505807	Bastos
														3518006	Herculândia
														3519204	Iacri
														3541802	Queiroz
														3542006	Quinzana
														3542606	Rinópolis* (3534609-Osvaldo Cruz)
		3504008	Assis*											3509809	Campos Novos Paulista
		(4115700-Lonorino)												3510005	Cândido Mota
														3513306	Cruzália
														3514700	Echaporã
														3516101	Florínia
														3519501	Itirapina
														3535309	Paulista
														3537150	Pedrinhas Paulista
														3539707	Pietra
														3553955	Tarumã
								3535507	Paraguape Paulista*					3507209	Borá
								(3541406-Presidente Prudente)						3527500	Lutecia
														3528809	Naracai
														3534500	Oscar Bressane
										3542206	Rancharia			3518907	Iepã
														3525607	João Ramalho
														3541703	Quatã

Continua

ÁREA DE MARÍLIA

Máximo						Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550308	São Paulo	3529205	Varela	3534708	Cunhos											3510153	Canitar			
																3557204	Chavantes			
																3543204	Ribeirão do Sul			
																3545407	Sato Grande			
																4121802	Ribeirão Claro ^a (4111003-Jacarezinho)			
														3546405	Santa Cruz do Rio Pardo	3506300	Bernardino de Campos			
																3520905	Ipaçu			
																3550506	São Pedro do Turvo			
														3536806	Piraju	3515400	Faria			
																3528601	Mondupe			
																3533809	Óleo			
																3551207	Santana			
																3553005	Taguai			
																3554201	Tapieté			
																3551607	Timbuí			

MAPA A.6
PRESIDENTE PRUDENTE (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



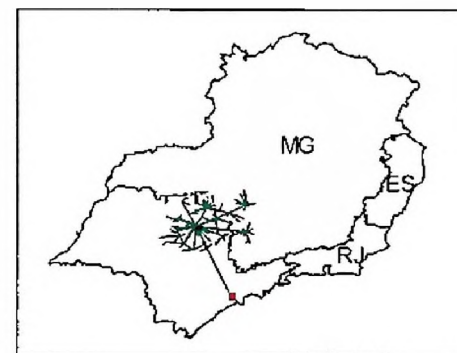
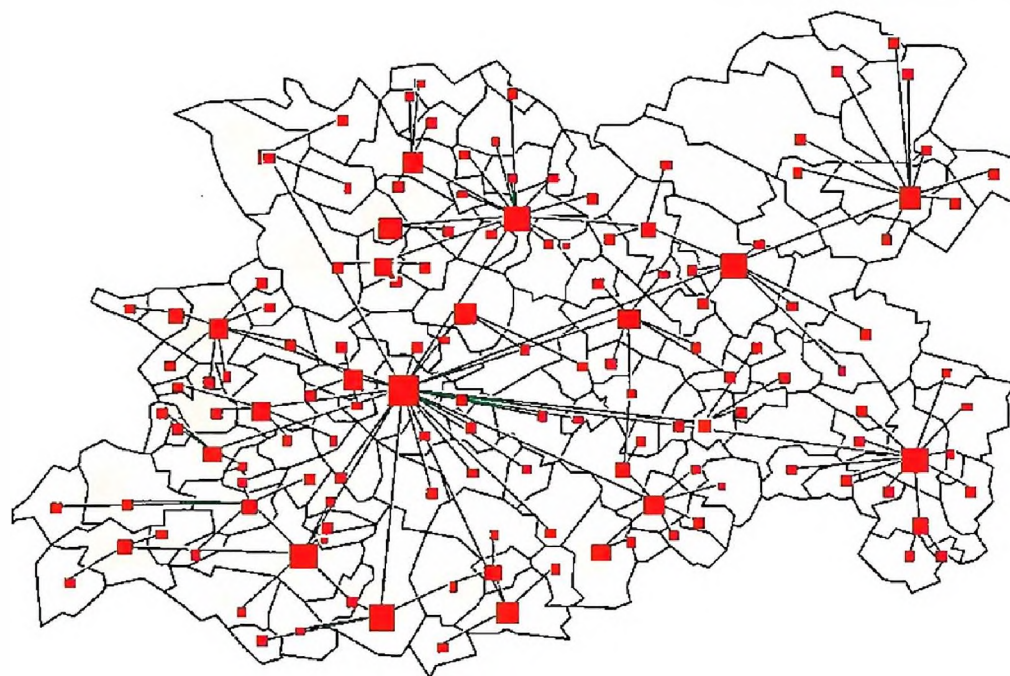
Fonte: IBGE, Diretoria de Geógrafos, Departamento de Geografia, *Região de Influência das Cidades* 1993



QUADRO A.5
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE PRESIDENTE PRUDENTE

														Conclusão
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550308	São Paulo	←	3541406	Presidente Prudente				3514403	Dracena	←				
														3526001 Juncleirópolis
														3531505 Morão Castelo
														3533106 Nova Guataporanga
														3534907 Ouro Verde
														3535408 Panorama
														3535408 Pauliceia
														3547106 Santa Mercedes
														3549300 São João do Pau d'Alho
														3555103 Tupi Paulista
								3541909	Presidente Venceslau					3515330 Euclides de Cunha Paulista
														3526700 Marabá Paulista
														3541251 Rosana
														3554300 Teodoro Sampaio
										3541307	Presidente Epitácio	←		3509106 Caiabá
														3500807 "Artur Rondon" (5005200-Nova Artur Rondon)
														3500104 Belaquassol (0002704-Campo Grande)
												3547700	Santa Anastácia	←
														3530201 Mirante do Paranapanema
														3538303 Piquetópolis

MAPA A.7
RIBEIRÃO PRETO (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



- Centros urbanos
- Fluxos de bens e serviços

Fonte: IBGE, Diretoria de Geocógnos, Departamento de Geografia. *Regiões de Influência das Cidades*, 1993.



ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO

Arenas - Regia

75

QUADRO A.6

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO

Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550006	São Paulo	3543402	Ribeirão Preto			3184701	São Sebastião do Paraíso					3132809	Itamogi	
												3134808	Jacui	
												3143203	Nicéia Santa do Minas* (3530508-Mococa)	
												3152807	Pratópolis	
												3163804	São Pedro da União	
												3165107	São Tomé de Aquino	
												3501707	Américo Brasiliense	
												3505706	Boa Esperança do Sul	
												3518303	Itatê* (3548906-São Carlos)	
												3543709	Itirapina	
												3546900	Santa Lúcia	
												3519106	Itacanjuba	
												3552700	Tacibuna	
												3507407	Barborema	
												3514007	Dobroca	
												3582703	Itajubá	
												3532058	Mococa	
												3532800	Nova Europa	
												3513207	Cristina Paulista	
												3523701	Itapaci	
												3525409	Jatiquera	
												3526307	Patrocínio Paulista	
												3537008	Pedregalho	
												3547701	Restinga	
												3543105	Ribanda Corrente	
												3542600	Pitanga	
												3116407	Claroval	
												3129707	Itirapina	
												3116102	Clareira*	
												(3147907-Das Virgens)		
												3112406	Cepelândia	
												3124200	Delfinópolis	
												3500000	Arantina	
												3546207	Buriti	
												3517703	Guatapé	
												3520103	Igarapava	
												3531902	Morro Agudo	
												3530801	Nupuranga	
												3544805	Salesópolis	
												3549609	São José de Bela Vista	
												3513702	Desceheda* (3510706-Porto Ferreira)	
												3514304	Dourado	
												3518303	Itatê* (3503208-Avaré)	
												3542803	Ribeirão Bonito	

Continua

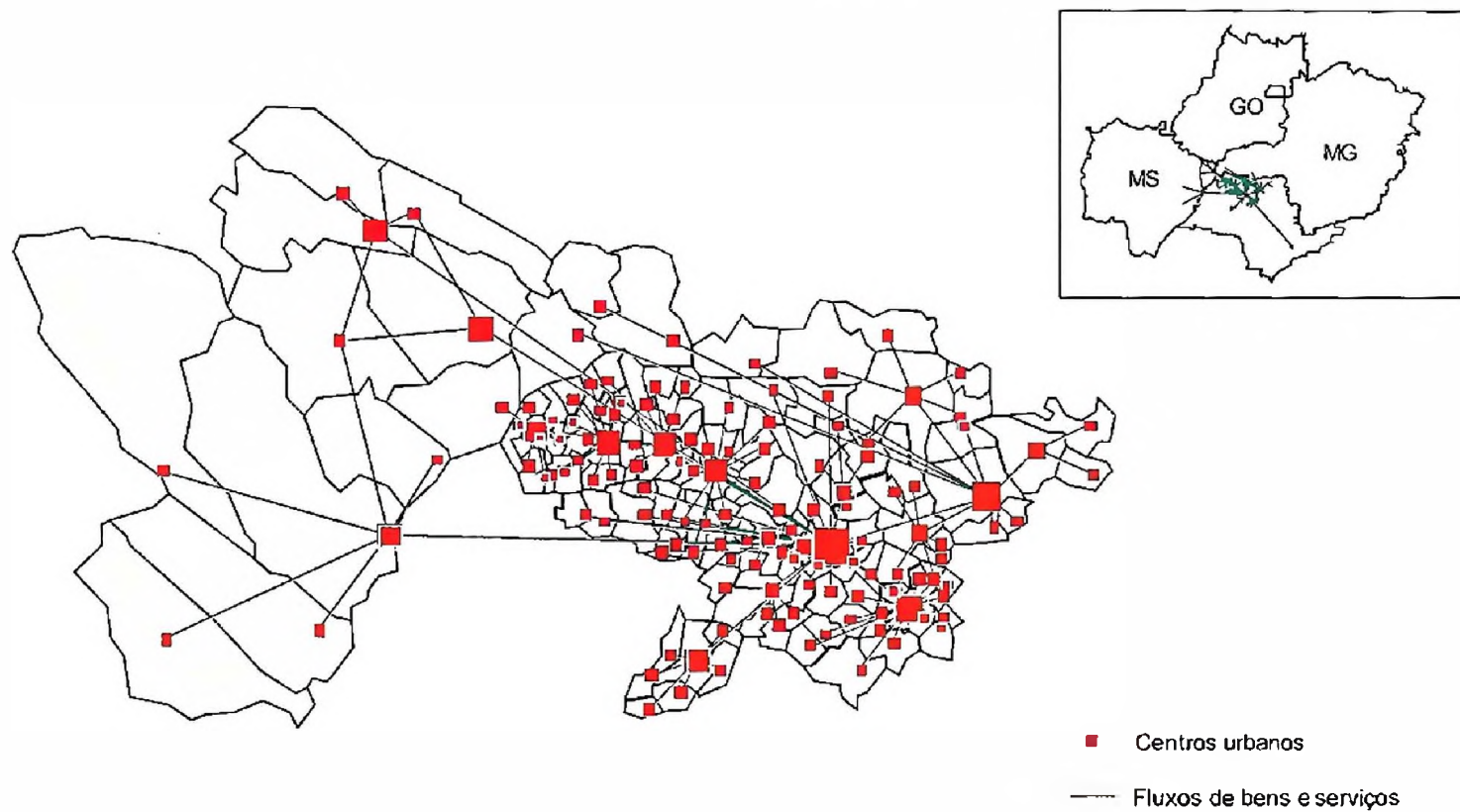
QUADRO A.6

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RIBEIRÃO PRETO

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3590008	São Paulo	3543402	Ribeirão Preto			3147907	Piedade							3101804	Alfândega	
														3104402	Carmo do Rio Claro	
														3117108	Conceição de Aparecida	
														3128307	Fortaleza de Minas	
														3133758	Itaí de Minas	
														3182203	São João Batista do Glória	
														3112408	Capetinga	
														3121208	Orizânia	
														3105103	Bomfim	
														3112802	Capitão	
														3123403	Doutor Celso	
														3141308	Modelos	
														3146303	Palma	
														3190505	Pimenta	
														3164308	São Roque de Minas	
														3168200	Tupac	
														3170802	Vargem Bonita	
														3102001	Almeida	
														3104304	Anápolis	
														3108501	Cabo Verde* (3151600 Poços de Caldas)	
														3111303	Campo do Meio* (3107103 Boa Esperança)	
														3111606	Campina Verde* (3107103 Boa Esperança)	
														3122405	Divisa Nova	
														3126200	Fama	
														3147204	Paragominas	
														3188807	Serra da	
														3114700	Carnelêópolis	
														3151701	Paço Fundo* (3152501 Pousa Alegre)	

MAPA A.8
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO (SP) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



QUADRO A.7

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte p/ Médio	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco
Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município
350308 São Paulo	354986 São José do Rio Preto						3504206 Auriflama 3504602 Eady Bessari 3511300 Central 3516804 Estação Vidigal 3516803 General Salgado 3517505 Guapeçu 3518909 Ituziândia 3520304 Meroca 3532801 Nova Aliança 3533304 Nova Luzitânia 3536604 Paulo de Faria 3540806 Piratizópolis 3544202 Riolândia 3549250 São João da Tracema 3553401 Taubaté 3555604 Uchoa
					3526706 José Bonifácio		3502004 Adolfo 3529500 Maratão 3539000 Planalto 3555356 Ubatuba
					3530300 Maracá		3504800 Balsem 3524501 Jaci 3530409 Maracáândia 3532504 Neves Paulista
					3531407 Monte Apazível		3528106 Macaúba 3532702 Miratã 3539805 Porci 3555703 União Paulista
					3533007 Nova Granada		3519808 Itém 3534005 Onda Verde 3534203 Ouricuru 3535002 Palestina
					3535305 Pervipris (3502804 Araçatuba)		3501103 Alto Alegre 3504404 Avonhandava 3505104 Barão 3507704 Belaíria 3517109 Glória 3527702 Luzitânia
					3500202 Cassilândia (3502804 Araçatuba)		3504403 Invernópolis (5006309 Paranaíba e 5008305 Três Lagoas) 5201904 Apore 5210802 Itaipu (5006309 Paranaíba)
					5005300 Paranaíba (3502804 Araçatuba)		5004403 Invernópolis (5002002 Cassilândia e 5008305 Três Lagoas) 5210802 Itaipu (5002002 Cassilândia)

Continua

QUADRO A.7

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

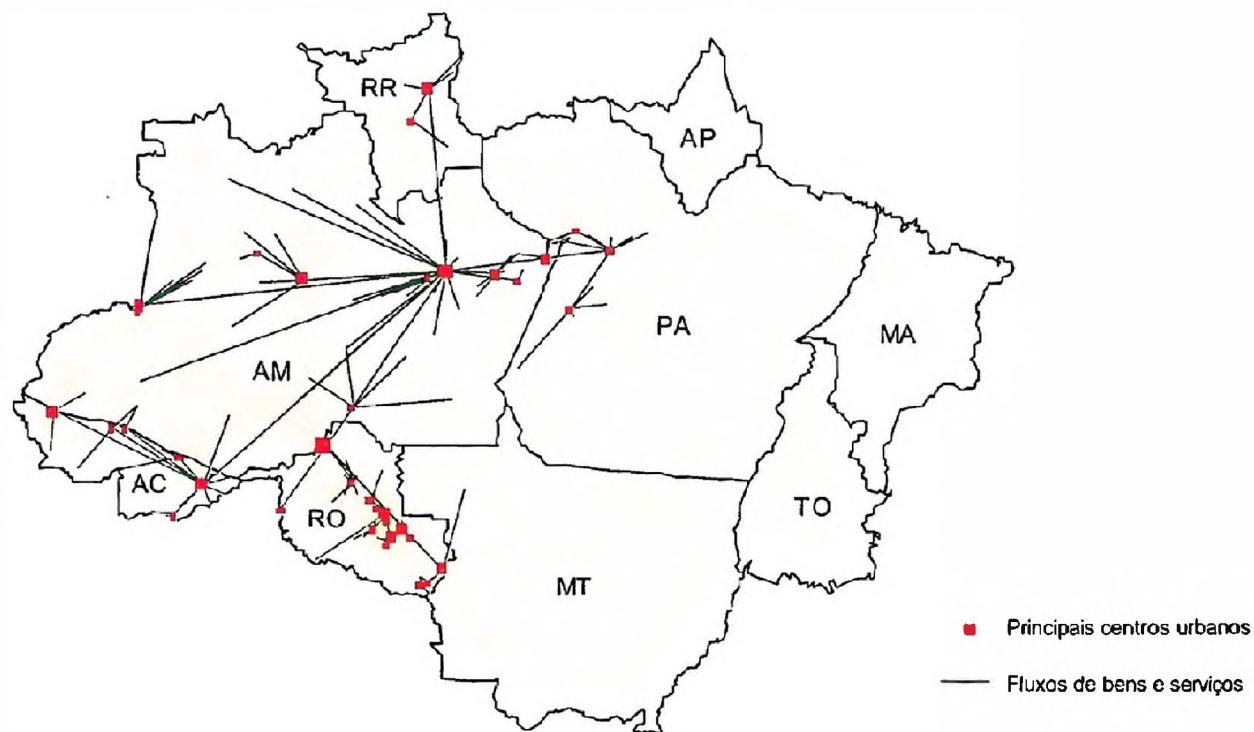
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550308	São Paulo	3549805	São José do Rio Preto			3515509	Fernandópolis					3515202	Estrela d'Oeste			
												3518008	Guarani d'Oeste			
												3520707	Itinópolis			
												3528205	Maceriânia			
												3529609	Meridiano			
												3530003	Mira Estrela			
												3536901	Pedranópolis			
												3540408	Povoline			
												3549201	São João das Duas Pontes			
										3524808	Jales	3503850	Aspásia			
												3513850	Díce Reis			
												3514205	Descalvados			
												3529104	Marinópolis			
												3529650	Mesópolis			
												3535200	Palmeira d'Oeste			
												3535903	Paranapuã			
												3540259	Portalinda			
												3545704	Santa Albertina			
												3549003	São Francisco			
												3555307	Turmalina			
												3559802	Uruaçu			
										3546603	Santa Fé do Sul	3502606	Aparecida d'Oeste			
												3532843	Nova Canaã Paulista			
												3544509	Rubrópolis			
												3546108	Santa Clara d'Oeste			
												3547403	Santa Rita d'Oeste			
												3547205	Santana da Ponte Preta			
												3554904	Três Fronteiras			
												5001003	Aparecida do Taboado			
												3501202	Águas Fiores			
												3501806	Américo de Campos			
												3510708	Cerdoso			
												3512902	Cosmorama			
												3515905	Floreal			
												3531001	Montes			
												3532603	Nhandeara			
												3536257	Parisi			
												3540309	Portes Gestal			
												3551306	Sebastiãoópolis do Sul			
												3556107	Vierim Gerál			
												5000203	Água Clara			
												5002308	Dr. Cassiano* (3541406 Presidente Prudente)			
												5004103	Itocência* (5002802 Castilândia e 5006105 Paranaguá)			
												5007554	Santa Rita do Pardo			
												5007802	Selvíria			

Continua

ÁREA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Aneros — Regik

MAPA A.9
MANAUS (AM) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



ÁREA DE MANAUS

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte p/ Médio	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
350308	São Paulo ←	1302603	Mãnas ←				1300409 Barcelos 1300805 Borbó 1301100 Carreiro 1301158 Carreiro da Várzea 1301209 Coari 1301308 Codinópolis 1301407 Eirunepé 1301852 Iranduba 1302405 Lábrea 1303205 Novo Airão 1303304 Novo Aripuanã 1303386 Presidente Figueiredo 1303589 Rio Preto da Eva 1303901 Santa Isabel do Rio Negro 1303909 São Gabriel da Cachoeira
					1302504 Maracápurú ←		1300086 Ananias 1300102 Anori 1300631 Beruri 1300839 Casipiranga 1302583 Mefacuriri
						1302900 Maués ←	1300680 Boa Vista do Roraima
				1301802 Macapará ←			1300300 Autazes 1302009 Irapiranga 1303106 Nova Olinda do Norte 1303957 São Sebastião do Uatumã 1304005 Solas 1304302 Urucará* (1303403 Parintins) 1304401 Urucububa
				1304682 Tabatinga ←	1300607 Benjamin Constant ←		1300060 Anaurá 1300201 Alaláia do Norte 1303700 Santo Antônio da Itaipava 1303908 São Paulo de Olivença 1304237 Tonantins
					1304203 Telê ←		1300028 Alvarães 1301001 Camarati 1302108 Japurá 1302207 Juruti 1302601 Marabá 1304260 Uruçu
						1301605 Forte Boa ←	1302306 Juliá
				1303483 Parintins ←			1300509 Brejo Verde 1303007 Nhamundá 1304102 Urucará* (1301902 Bacoelândia) 1303007 Faro* (1305304 Chaximã)

Annexos - Regio

QUADRO A.8

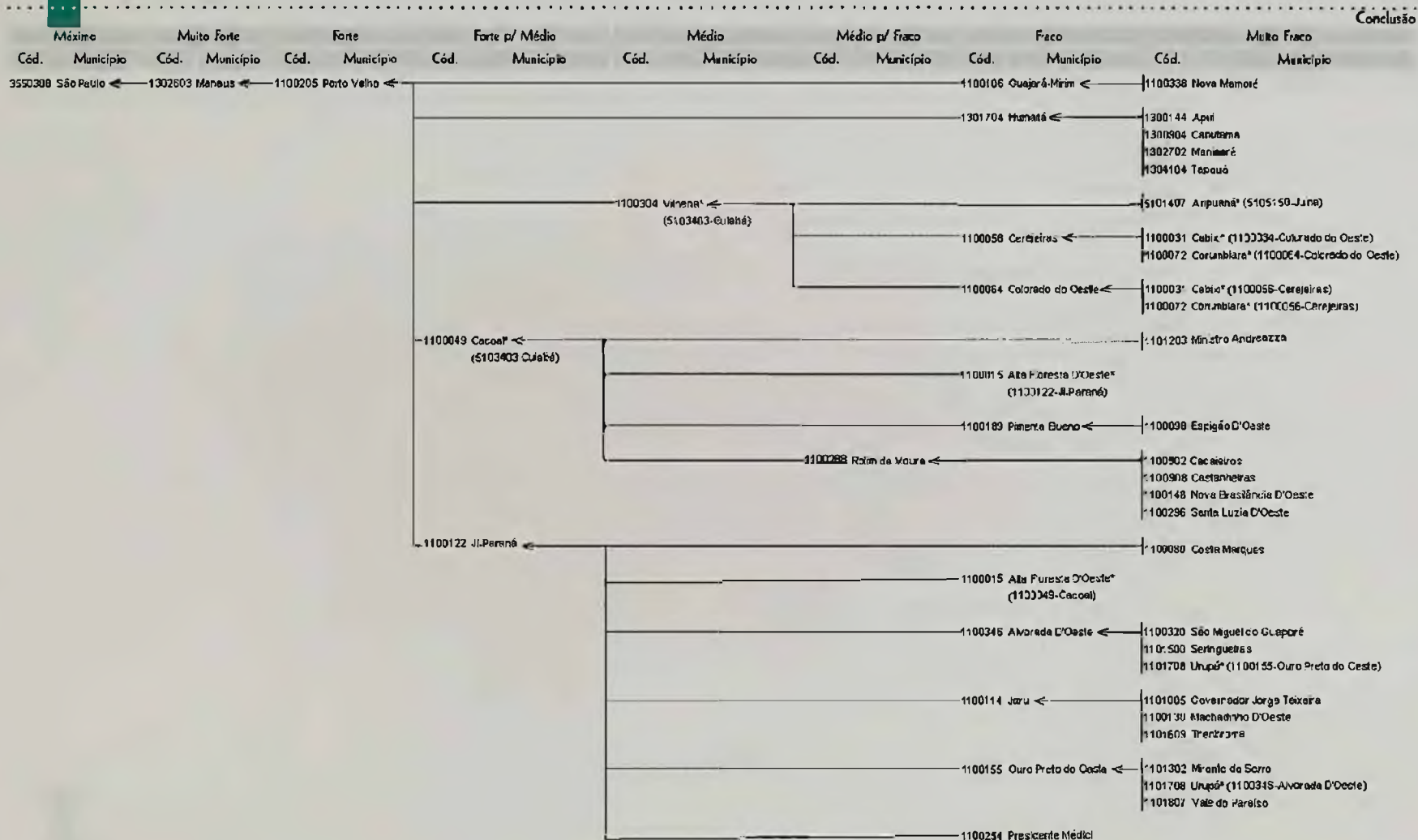
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE MANAUS

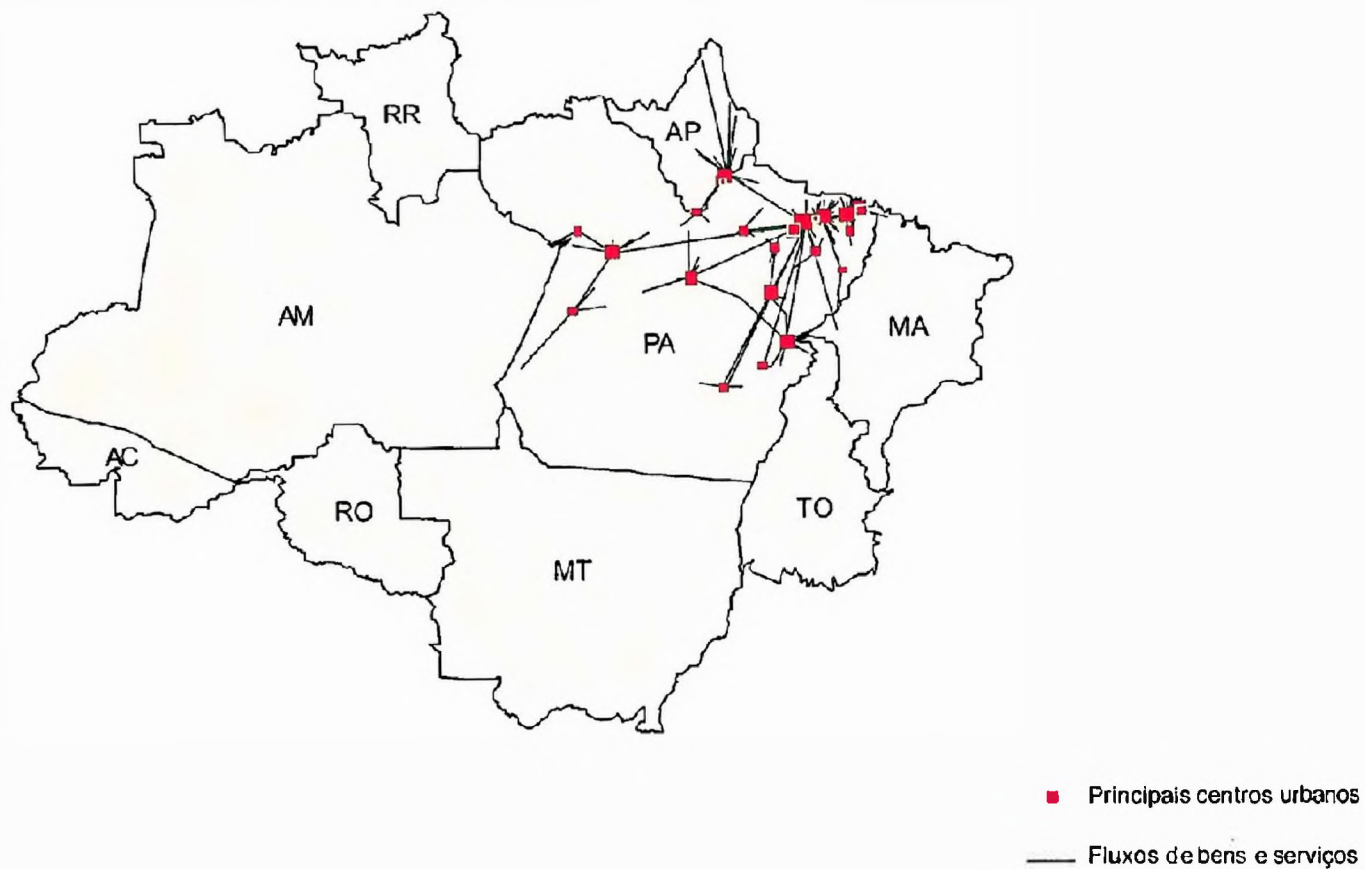
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município		
350308	São Paulo	130253	Manaus					140050 Boa Vista* (3304557-Rio de Janeiro)						140050 Alto Alegre			
														140059 Bonfim			
														140098 Mucujá			
														1400407 Normandia			
												1400209 Caracará		1400506 São João de Batista			
														1400605 São Luz			
								1506607 Santarém* (1501407-Pará)						1500404 Alencar			
														1503903 Juruá			
														1504802 Monte Alegre			
														1505106 Ópacos			
														1506005 Primavera			
												1500605 Itacuba		1501006 Aveiro			
														1503754 Socorocanga			
														1506195 Rurópolis			
														1508050 Tremão			
												1505304 Ormeizinhos		1503002 Fero* (1303403-Paraná)			
														1507979 Terra Santa			
								1200401 Rio Branco* (3304557-Rio de Janeiro)						1300706 Boca do Acre			
														1303502 Pau d'Alho			
														1200013 Acrelândia			
														1200138 Bujari			
														1200179 Capicaba			
														1200385 Plácido de Castro			
														1200807 Porto Acre			
														1200450 Senador Guimarães			
														1200708 Xapuri			
												1200104 Brasilândia		1200054 Assis Brasil			
														1200252 Epitaciolândia			
												1200302 Fátima		1301506 Envira* (1200302-Tocantins)			
												1200500 Sena Madureira		1200344 Manoel Urbano			
														1200435 Santa Rosa do Purus			
												1200609 Tereza		1301506 Envira* (1200302-Petó)			
														1200328 Jordão			
												1200203 Cruzeiro do Sul		1301654 Guajará			
														1301803 Ipixuna			
														1200336 Mânica Lima			
														1200351 Marechal Thaumaturgo			
														1200393 Porto Valer			
														1200427 Rodrigues Alves			
														1100809 Candeeiras do Jariari			
														1100023 Aruanã			
														1100103 Alto Paraíso			
														1100601 Caculé			
														1100700 Campo Novo de Rondônia			
														1101104 Jariari			
														1101901 Inxile Negró			
														1100262 Rio Crespo			

Continua

QUADRO A.8
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE MANAUS



MAPA A.10
BELÉM (PA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



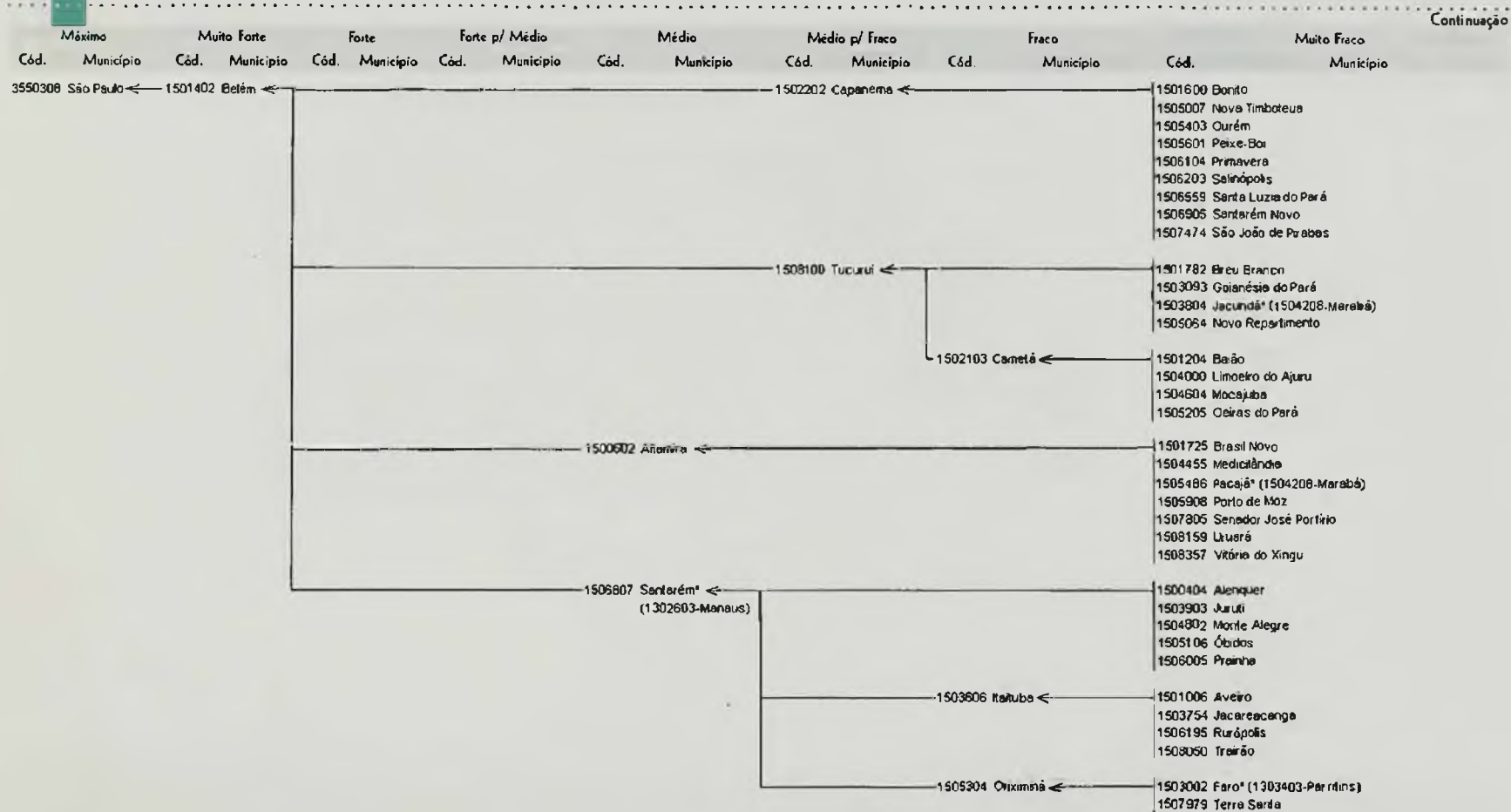
QUADRO A.9
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE BELÉM

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
350308	São Paulo	1501402	Belém											1500205	Acará
														1500800	Ananindeua
														1501303	Barcarena
														1502004	Cachoeira do Arari
														1504901	Muaná
														1505700	Ponta de Pedras
														1506302	Salvatore
														1506331	Santa Bárbara do Pará
														1507804	Sourá
														2100055	Açailândia* (2105302-Imperatriz)
										1501808	Bréves			1500701	Anajás
														1501105	Bagre
														1502806	Curralzinho
														1504505	Melgaço
														1505809	Portel
										1505437	Ouriândia do Norte* (1508407-Xinguera)				
										1505536	Parauapebas* (1508407-Xinguera)			1502772	Curionópolis* (1504208-Marcabá)
										1506500	Santa Isabel do Pará			1501501	Benevides
														1501907	Bujaru
														1502506	Colares
														1507003	Santo Antônio do Tauá
														1507102	São Caetano de Odivelas
														1507961	Terra Alta
														1508209	Vigia
										1508001	Tomé-Açu			1502786	Concórdia do Pará
														1507853	Taianduba
										1508084	Tucumã* (1508407-Xinguera)			1500347	Água Azul do Norte
														1507300	São Félix do Xingu
										1500107	Abaetetuba			1503309	Igarapé-Miri
														1504703	Matijó
										1501700	Bragança			1500909	Augusto Corrêa
														1506308	Visão
														2106201	Luís Domingues
										1502301	Capitão Poço			1502077	Gorrafão do Norte
														1504950	Novo Esperança do Piriá

QUADRO A.9

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

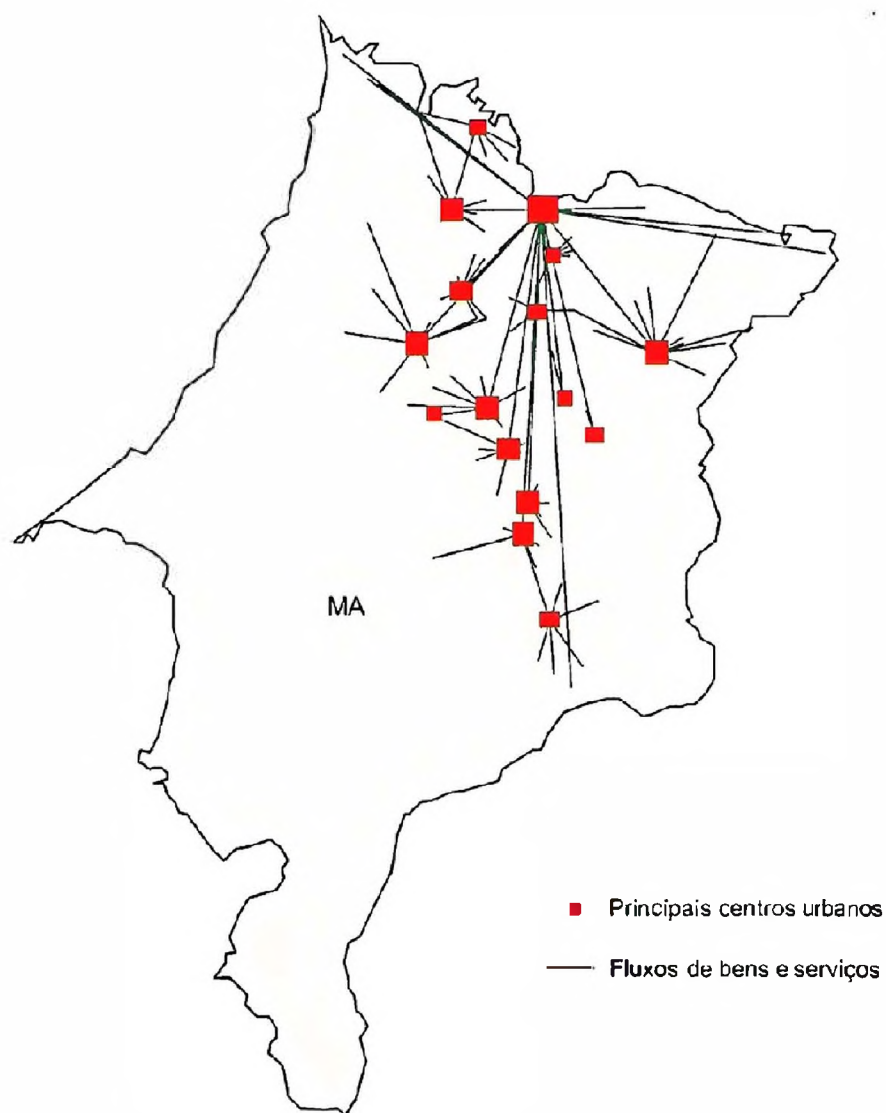
ÁREA DE BELÉM



ÁREA DE BELÉM

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550306	São Paulo ←	1501402	Belém ←			1600303	Macapá ←					1500305	Açuá			
												1502909	Chaves			
												1600105	Amapá			
												1600204	Calçoene			
												1600212	Cutias			
												1600238	Ferreira Gomes			
												1600501	Oiapoque			
												1600154	Pedra Branca do Amapari			
												1600535	Porto Grande			
												1600055	Serra do Navio			
												1600709	Terurugalzinho			
										1600279	Laranjal do Jari ←	1600503	Almeirim			
												1603101	Gurupá			
										1600600	Santana ←	1600402	Mazagão			
		1502400	Castanhal ←									1500958	Aurora do Pará			
												1502905	Curuçá			
												1503200	Igarapé-Açu			
												1503408	Inhangapi			
												1503907	Itaituba			
												1504059	Mãe do Rio			
												1504109	Megalhões Barata			
												1504307	Maracanã			
												1504406	Marapanim			
												1506609	Santa Maria do Pará			
												1507201	São Domingos do Capim			
												1507409	São Francisco do Pará			
												1507607	São Miguel do Guamé			
										1505502	Paragominas ←	1502939	Dom Elzeir* (2105302-Imperatriz)			
												1503457	Jacuna do Pará			
												1508126	Ulianópolis			
		1504208	Marabá ←									1500131	Abel Figueiredo			
												1501576	Bom Jesus do Tocantins			
												1501798	Ebrejo Grande do Araguaia*	(1702208-Araguetins)		
												1502772	Curionópolis*	(1505538-Paraupabas)		
												1502954	Eldorado dos Carajás			
												1503705	Itupiranga			
												1503804	Jacundá*	(1508100-Tucuruí)		
												1505486	Pacajá*	(1500602-Altamira)		

MAPA A.11
SÃO LUÍS (MA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia, *Região de Influência das Cidades*, 1963



QUADRO A.10
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SÃO LUÍS

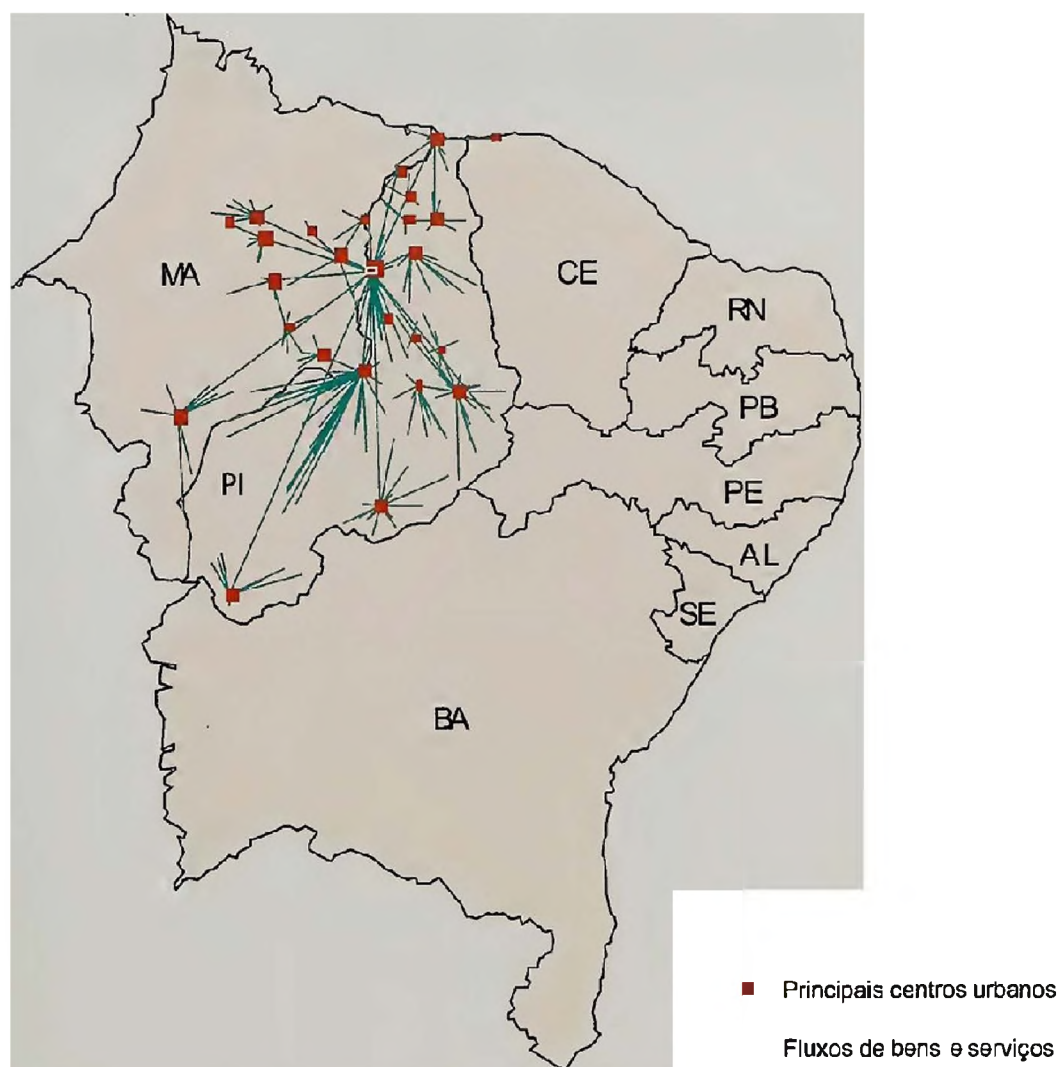
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3590308	São Paulo ←	2111300	São Luís ←											2100204	Alcântara
														2100907	Arariques* (2207702-Parnaíba)
														2102408	Cajalió
														2102606	Cândido Mendes
														2102705	Cantanhede
														2102903	Carulapera
														2104305	Godofredo Viana
														2105005	Humberto de Campos
														2107506	Paço do Lunar
														2108009	Pastos Bons* (2111102-São João dos Patos)
														2109403	Primeira Cruz
														2111201	São José de Ribamar
														2112506	Tutóia* (2207702-Parnaíba)
										2103307	Cedó* ← (2103000-Caxias)			2112100	Timbiras
										2103504	Coromê ←			2108601	Pirapemas
										2105401	Itapeturu Mirim ←			2100709	Anajás
														2105755	Miraflores do Norte
														2105304	Presidente Vargas* (2103208-Chapadinha)
										2109601	Rosário ←			2101103	Aixá
														2105104	Icatu
														2107100	Morros
														2109205	Presidente Juscelino
														2110203	Santa Rita
										2103602	Dom Pedro ←			2104404	Gonçalves Dias
														2104903	Governador Archer
														2104602	Governador Eugênio Barros* (2103000-Caxias)
														2110302	Santo Antônio dos Lopes
										2108207	Pedreiras* ← (2211001-Teresina e 2304400-Fortaleza)			2104006	Esperantinópolis
														2105203	Itapagé Grande
														2105609	Joselândia
														2105807	Lago do Junco* (2105708-Lago da Pedra)
														2106003	Luna Campos
														2106900	Poção de Pedras
										2108603	Pinheiro ←			2101905	Bequimão
														2107605	Palmeirândia
														2109405	Peri Mên
														2109809	Santa Helena
														2110600	São Bento
														2112407	Turilaca
										2103703	Cururupu →			2101301	Bacuri
														2103109	Cedral
														2104908	Quimeraes
														2106805	Minizol

Continua

ÁREA DE SÃO LUÍS

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte p/ Médio	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.
3550308	São Paulo ←	2111300	São Luís ←		2109106	Presidente Dutra* (2211001-Teresina)		2101608 Barra da Corda 2104701 Graça Aranha 2110708 São Domingos do Maranhão 2112308 Tuntum
						2109505 Colinas ←		2102309 Buriti Bravo 2104206 Fortune 2106706 Mirador 2107704 Paraibano* (2111102-São João dos Patos) 2111904 Sucupira do Norte
					2112803 Viana ←			2101004 Arari* (2109908-Santa Inês) 2102507 Cajari 2106508 Marinha 2108306 Penalva 2111003 São João Batista 2111706 São Vicente Ferrer 2112902 Vitória do Mearim* (2109908-Santa Inês)
				2103208 Chapadonha ←				2100808 Anapurus 2101707 Barrerinhas 2102101 Brejo 2102200 Buriti 2106409 Mata Roma 2107209 Nina Rodrigues 2109304 Presidente Vargas* (2105401-Itaipocuru Mirim) 2110104 Santa Quitéria do Maranhão 2110401 São Benedito do Rio Preto 2112605 Urbano Santos 2112704 Vargem Grande
				2108908 Santa Inês ←				2101004 Arari* (2112803-Viana) 2102002 Bom Jardim 2106904 Monção 2108504 Pindaré Mirim 2108702 Pio XII 2110005 Santa Luzia 2110039 Santa Luzia do Paruá 2112902 Vitória do Mearim* (2112803-Viana) 2114007 Zé Doca
		2101202 Barbaliz* (2211001-Teresina) ←						2100402 Alameda do Maranhão 2105906 Lago Verde 2107407 Ocho d'Água das Cunhãs 2111409 São Luís Gonzaga do Maranhão 2111508 São Mateus do Maranhão 2113009 Vilorino Freire
						2105708 Lago da Pedra ←		2105807 Lago do Junco* (2106207-Pedreiras) 2108108 Paulo Ramos

MAPA A 12
TERESINA (PI) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia. Regiões de influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.11

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE TERESINA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3550308	São Paulo	←	2211001	Teresina	←										
												22C0400	Altos		
												22C0508	Amarante		
												22C0608	Angical do Piauí		
												22C1002	Arraial		
												22C3305	Demerval Lobão		
												22C5250	Jardim do Mista		
												22C5508	José de Freitas		
												22C5557	Lagoa Alegre		
												22C6209	Miguel Alves		
												22C6308	Miguel Lodo		
												22C6407	Munizópolis-Gil		
												22C7504	Palmeiras		
												22C8809	Regeneração		
												2210706	Sinões* (22C11C2-Arapirina)		
												2211100	União		
												2211407	Várzea Grande		
										2200202	Água Branca	←	22C0103	Agricolândia	
												22C1408	Barro Duro		
												22C4600	Hugo Napoleão		
												22C9807	São Gonçalo do Piauí		
												2210508	São Pedro do Piauí		
										2203701	Esperantina	←	22L1507	Batalha	
												22C5409	Joachim Pires		
												22L6100	Matas Olímpio* (22J5805-Luziândia)		
										2205805	Luziândia	←	2206100	Matas Olímpio* (22J33701-Esperantina)	
												21C6300	Magalhães de Almeida		
												2110609	São Eernardo* (2207702-Pernambuco)		
										2112209	Timon	←	21C6607	Malêças	
										2202208	Campos Maior	←	22C0301	Arro Longa	
												22C1006	Benedictinos		
												22C2028	Bom dos Montes		
												2202604	Castelo do Piauí		
												2202737	Coivaras		
												22C6601	Fraça do Piauí		
												2209906	São João da Serra		
												2210409	São Miguel do Topuie		
												2210656	Sigafredo Pacheco		
										2207981	Corrente	←	2201101	Avelino Lopes	
												2201309	Barreiros do Piauí		
												2203008	Cristalândia do Piauí		
												2203206	Quimelá		
												2204402	Gilbuês		
												2205605	Monte Alegre do Piauí		
												2207603	Pernambuco		

QUADRO A.11
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE TERESINA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550308	São Paulo	2211091	Teresina					2210807	São Remundo Nonato			2200707	Anísio de Abreu			
												2201929	Bonfim do Piauí			
												2202505	Caracol			
												2202851	Coronel José Dias			
												2203354	Direito Arcoverde			
												2203453	Dam Inocência			
												2203750	Fertura do Piauí			
												2204955	Lagoa do Barro do Piauí			
												2205559	São Braz do Piauí			
												2210003	São João do Piauí			
												2210398	São Lourenço do Piauí			
												2210906	Socorro do Piauí			
												2211357	Várzea Branca			
								2106207	Padreiras ^a			2104008	Esperantinópolis			
								(2304400-Fortaleza e				2105203	Igarapé Grande			
								2111300-São Luís)				2105609	Joselândia			
												2105907	Lago do Junco ^a (2105708-Lago da Pedra)			
												2105003	Lima Campos			
												2108900	Poção de Pedras			
								2109106	Presidente Dutra ^a			2101808	Barra do Corda			
								(2111300-São Luís)				2104701	Graca Aranha			
												2110708	São Domingos do Maranhão			
												2112308	Tuntum			
										2103505	Colinas	2102309	Buriti Bravo			
												2104206	Fortuna			
												2106706	Mirador			
												2107704	Paraibano ^a (2111102-São João dos Patos)			
												2111906	Sucupira do Norte			
								2101400	Calace ^a			2209203	Santa Filomena			
								(5208707-Goiânia)				2100501	Alto Parnaíba			
												2104107	Fortaleza dos Nogueiras			
												2106102	Loreto			
												2103502	Rachão			
												2109700	Sambaíba			
												2111607	São Remundo das Mangabeiras			
												2112001	Tasso Fragoso			

QUADRO A.11

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE TERESINA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco,		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550308	São Paulo	←	2211001	Teresina	←	2203909	Floresano	←						2200806	Antônio Almeida	
														2201150	Baixa Grande de Ribeiro	
														2201705	Detolândia	
														2201903	Blon Jesus	
														2202251	Canavieiras	
														2202307	Canto do Buriti	
														2202752	Colônia do Gurgueia	
														2203107	Cacilino Castro	
														2203602	Filipe Martins	
														2203800	Flores do Piauí	
														2204105	Francisco Ayres	
														2204501	Guadalupe	
														2205102	Itaueira	
														2205300	Jerumenha	
														2205607	Landra Sales	
														2205904	Manoel Eraldo	
														2206001	Marcos Parente	
														2206704	Nazare do Piauí	
														2207405	Palmeira do Piauí	
														2208908	Ribeira Gonçalves	
														2209005	Rio Grande do Piauí	
														2209302	Santa Luz	
														2210102	São José do Peixe	
														2211209	Uruçui	
														2101509	Barão de Grajaú	
														2101806	Benedito Leite	
														2110607	São Félix de Balsas	
														2110906	São Francisco do Maranhão	
														2107308	Nova Iorque	
														2107704	Parabano* (2103505-Coimbras)	
														2107902	Passagem Franca	
														2108009	Pedras Bonitas* (2111300-São Luís)	
														2201919	San. Príncipe do Piauí	
														2202000	Santa dos Lopes	
														2202703	Capal	
														2205706	Luís Correia	
														2100907	Araioses* (2111300-São Luís)	
														2110609	São Bernardo* (2205805-Luzitânia)	
														2112506	Tulcia* (2111300-São Luís)	
														2302502	Cemomim* (2312908-Sobrell)	
														2300200	Araxá	
														2302057	Barroquinha	
														2303907	Chaval	
														2304251	Cruz	
														2304707	Granga	
														2306553	Itaperiá* (2306405-Itapococa)	
														2307254	Jicoá de Jericocoara	
														2307903	Martimópolis	
														2308807	Moradje	
														2313906	Urucoca	

Continua

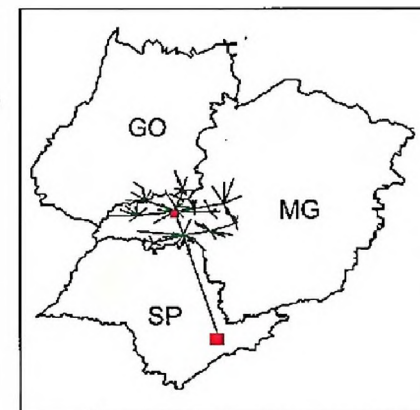
QUADRO A.11
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE TERESINA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3590308	São Paulo ←	2211001	Teresina ←			2207702	Parnaíba ←			2208403	Arapin ←			2201960	Brasileira	
														2202406	Capitão de Campos	
														2203420	Domingos Mourão	
														2207900	Pedro II	
														2208304	Piracuruca	
														2210052	São José do Divino	
												2201200	Barras ←	2202058	Cabeceiras do Piauí	
														2206803	Nossa Senhora dos Remédios	
														2208502	Pato	
						2208007	Picos ←							2201804	Bocaina	
														2203404	Dom Expedito Lopes	
														2204204	Francisco Santos	
														2204303	Fronteiras* (2302701-Compos Sales)	
														2204808	Ipiranga do Piauí	
														2209003	Rainópolis	
														2205151	Jacobina do Piauí* (291840-Juazeiro)	
														2205201	Jaicós	
														2206506	Monsenhor Hipólito	
														2207207	Padre Marcos* (2302701-Compos Sales)	
														2207777	Patos do Piauí	
														2207801	Paulistana* (291840-Juazeiro)	
														2208850	Queimada Nova* (291840-Juazeiro)	
														2209104	Santa Cruz do Piauí	
														2209351	Santana do Piauí	
														2209401	Santo Antônio de Lisboa	
														2209856	São João da Canabrava	
												2203503	Elestão Veloso ←	2204006	Francinópolis	
														2207751	Passagem Franca do Piauí	
														2209608	São Félix do Piauí	
														2202109	Campinas do Piauí	
														2202778	Colônia do Piauí	
														2202802	Conceição do Canindé	
														2204907	Isaías Coelho	
														2207306	Paes Landim	
														2209377	Santa Rosa do Piauí	
														2209500	Santo Inácio do Piauí	
														2209708	São Francisco do Piauí	
														2210805	Simplicio Mendes	
												2211308	Valença do Piauí ←	2200905	Arnaiz	
														2204709	Buxama	
														2206902	Novo Oriente do Piauí	
														2208106	Pimenteiras	
														2209153	Santa Cruz dos Milagres	

QUADRO A.11
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE TERESINA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3550308	São Paulo	←	2211001	Teresina	←	2101202	Bacabal	←				2100402	Altamiro do Maranhão			
						(2111300-São Luís)						2105905	Lago Verde			
												2107407	Cilho d'Água das Cunhãs			
												2111499	São Luís Gonzaga do Maranhão			
												2111508	São Mateus do Maranhão			
												2113009	Vitorino Freire			
										2105708	Lago da Pedra	←	2105897	Lago do Junco	(2103207-Pedreiras)	
													2108108	Paulo Ramos		
						2103000	Caxias	←					2104502	Governador Eugênio Barros	(2103802-Dom Pedro)	
													2107803	Paranáma		
										2103307	Codú	←	2112100	Tinhoras		
										(2111300-São Luís)						
										2103406	Coelho Neto	←	2100105	Afonso Cunha		
													2100303	Aldéias Altas		
													2103901	Duque Bacelar		

MAPA A.13
UBERLÂNDIA (MG) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



- Centros urbanos
- Fluxos de bens e serviços

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.



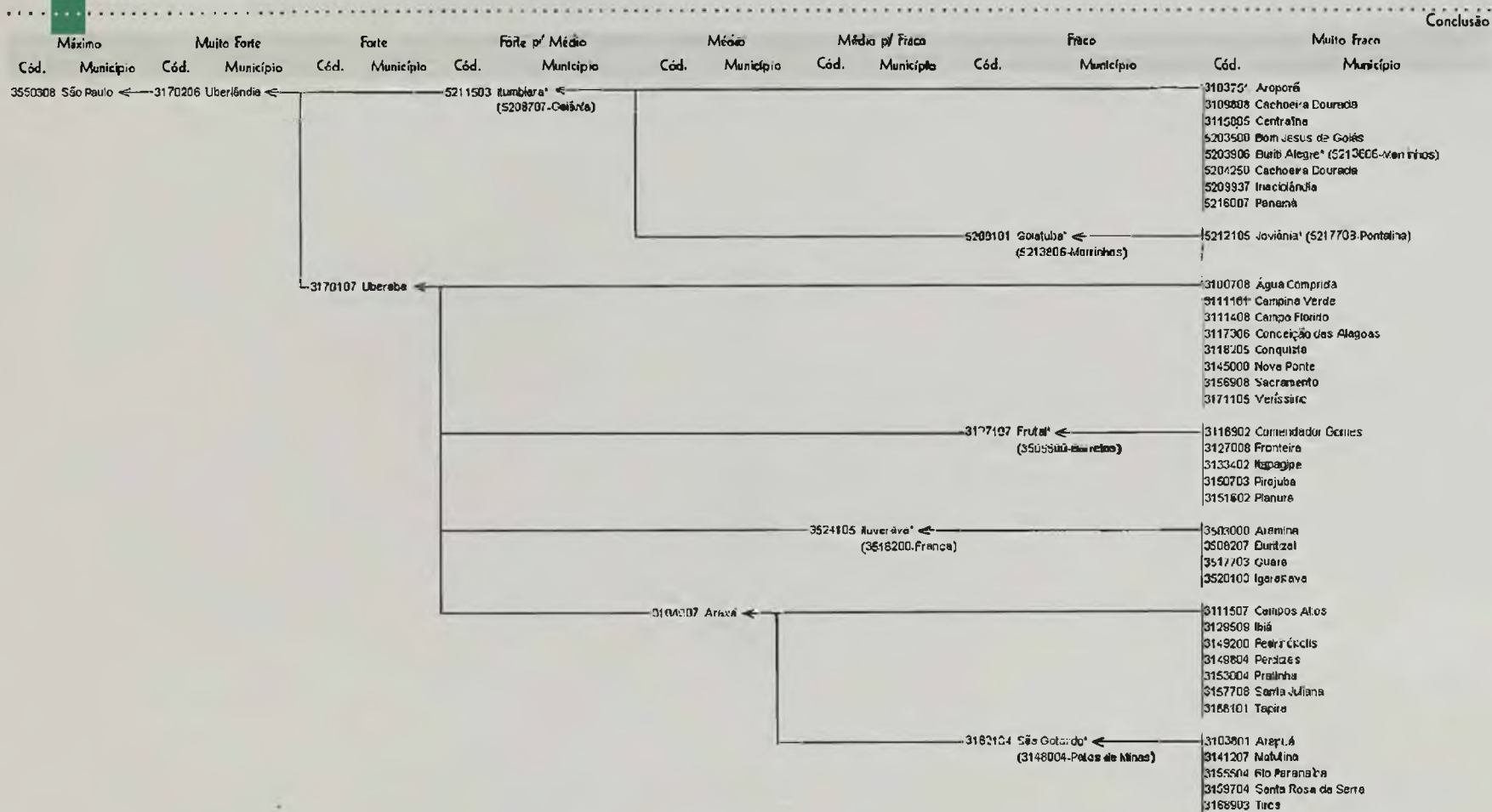
QUADRO A.12

SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE UBERLÂNDIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3550308	São Paulo	←	3170206	Uberlândia										3142809	Verte Alegre de Minas
														3152808	Prata
														3169604	Tupaciguara
										3103504	Araguari			3115003	Cascalho Rico
														3124807	Estrela do Sul (3143104-Monte Carmelo)
														3130705	Indanópolis
														3155901	Corumbelba* (5204508-Caldas Novas)
										3143104	Monte Carmelo			3100104	Abadia dos Dourados
														3123502	Douradoquara
														3124807	Estrela do Sul (3103504-Araguari)
														3127909	Grãozero
														3131604	Iraí de Minas
														3156403	Romão
										3148103	Petrobrólio			3115302	Coronelcel
														3120706	Cruzeiro de Fortaleza
														3128607	Guimarânia
														3166808	Serra do Salitre
														3105808	Cachoeira Dourada
														3111004	Candiária
														3112604	Cepimópolis
														3129103	Guatambú
														3131406	Ipiaçu
														3159803	Santa Vitoria
														3120405	São Simão* (5218508-Quirinópolis)
														31001207	Anhangüera
														3104805	Campo Alegre de Goiás
														5206602	Cumari
														5206905	Devlinópolis
														5206506	Goandira
														5210105	Ipameri
														5214804	Nova Aurora
														5215904	Ourobor
														5221304	Três Rios
														5221805	União
														3143003	Carro do Paranaíba
														3136806	João Pinheiro* (3147006-Paracatu)
														3137106	Lagamar
														3137502	Lagoa Formosa
														3137536	Lagoa Grande
														3163400	Presidente Olegário
														3161700	São Gonçalo do Abaeté
														3171006	Vezente
														3103801	Arapua
														3141207	Matutina
														3155504	Rio Paranaíba
														3159704	Santa Ruzsa da Serra
														3169903	Tiros

Continua

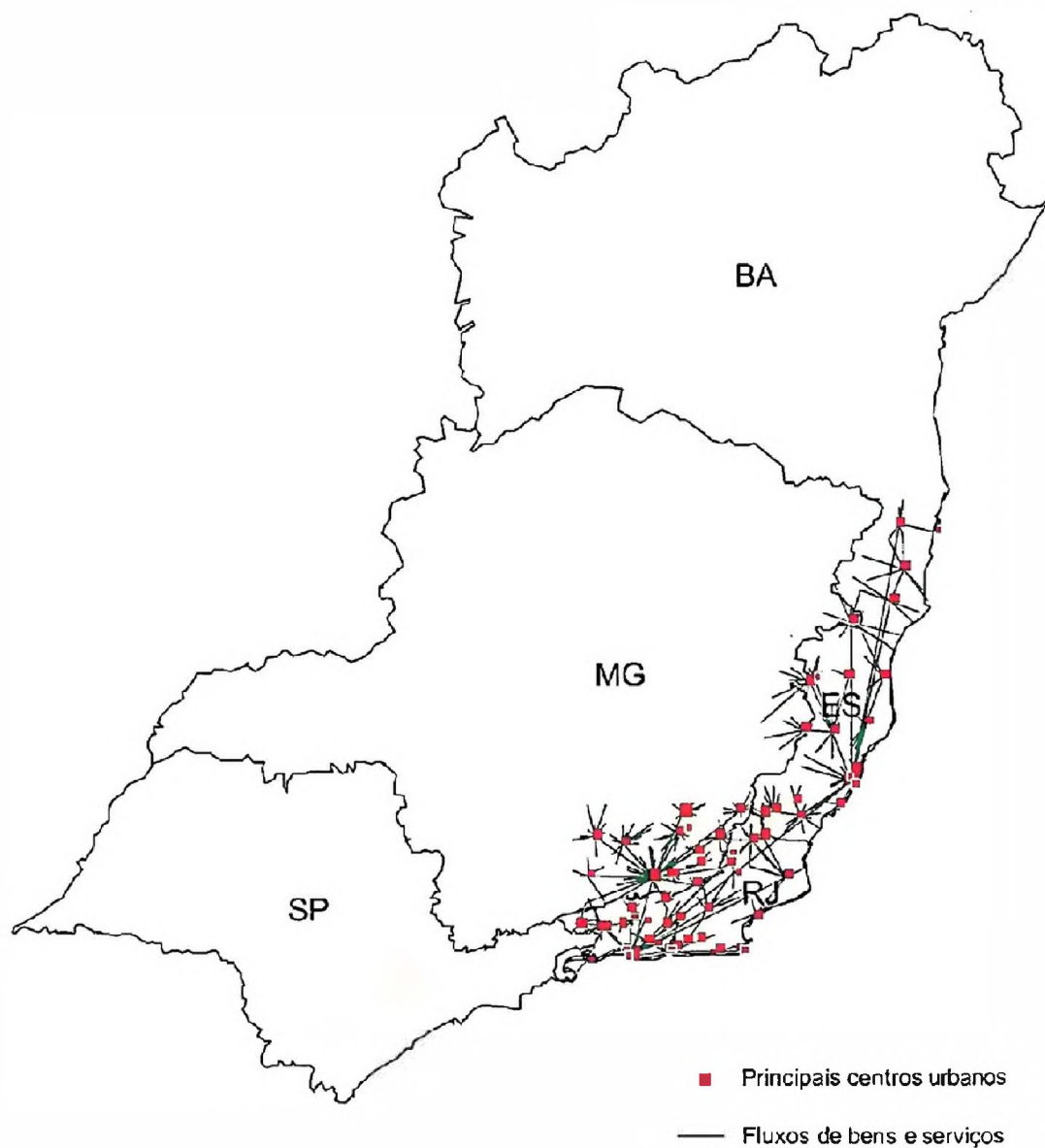
QUADRO A.12
SÃO PAULO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE UBERLÂNDIA



RIO DE JANEIRO - RJ

MAPA A.14

RIO DE JANEIRO (RJ) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia, Regiões de influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.13
RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DO RIO DE JANEIRO

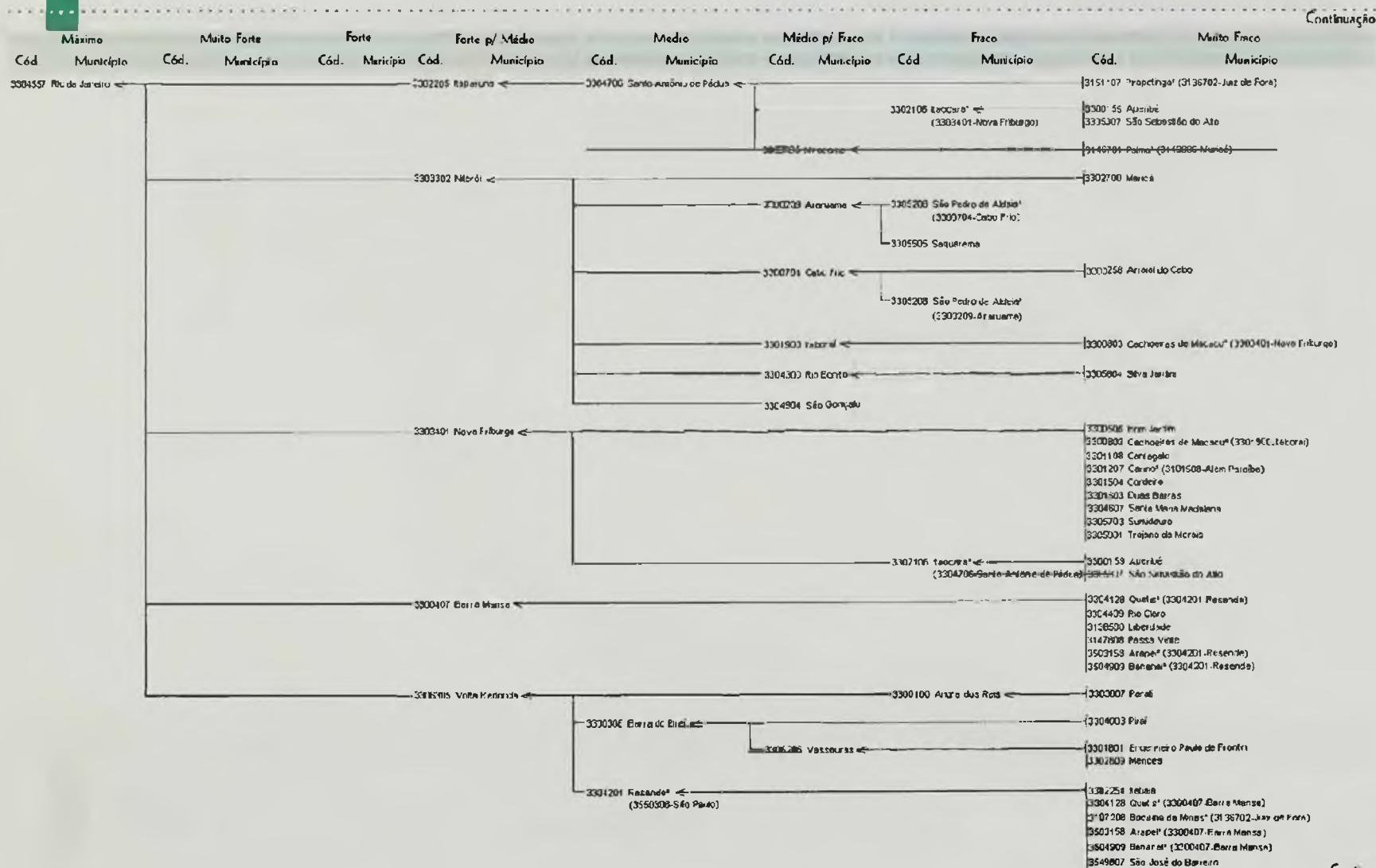
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Média p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3304557	Rio de Janeiro											3331702	Duque de Caxias		
												3302007	Itaguaí	3302601	Mangaratiba
												3302908	Niquel Pereira	3303896	Paty do Alferes
										3303906	Petrópolis			3300275	Araruama (3303008-Itaúna)
														3305156	São José do Vale do Rio Preto
										2205202	Terresópolis			3301650	Guapimirim
														2302502	Magé
						3303900	Nova Iguaçu					3300456	Belford Roxo		
												3302270	Itaperi		
												3303203	Nilópolis		
												3303609	Paracambi		
												3304144	Quinimeda		
															Itaperi, São João de Maré
						3306107	Valença					3304808	Rio das Flores		
												3159900	Rio Preto* (3138702-Juiz de Fora)		
						1400100	Bom Vista* (1302603-Mercedes)					1400050	Alto Alegre		
												1400153	Estância		
												1400306	Mucambo		
												1400407	Normandia		
										1400209	Cordeador			1400906	São João da Boa Vista
												1400605	São Luiz		
						3300407	Barra Mansa					3304120	Quatis* (3304201-Resende)		
												3304409	Rio Claro		
												3138500	Litorândia		
												3147808	Passa Verde		
												3303158	Araruama* (3304201-Resende)		
												3304909	Barra Mansa* (3304201-Resende)		
						3301008	Campo dos Goytacazes					3302802	Cambuca* (3302205-Itaperi)		
												3301157	Campinho do Meio		
												3302056	Itaboraí* (3302205-Itaperi)		
												3303104	Natividade* (3302205-Itaperi)		
												3304805	São Fidélis		
												3305000	São João da Barra		
										3302403	Maricá			3301306	Casimiro de Abreu
												3301405	Conceição de Itacabub		
												3304151	Quissamã		
												3304524	Rio das Ostras		
						3300605	Bom Jesus do Itaboraí					3300508	Araruama* (3302205-Itaperi)		
												3301100	Bom Jesus do Norte* (3302205-Itaperi)		
												3304807	São José do Calçado		
						3302205	Itaperi					3300902	Cambuca* (3301008-Campo dos Goytacazes)		
												3302056	Itaboraí* (3301008-Campo dos Goytacazes)		
												3302304	Leão do Muriaé* (3143806-Muricé)		
												3303104	Natividade* (3301008-Campo dos Goytacazes)		
												3304102	Paracambi		
												3300156	Vitória-Sil		
												3300508	Araruama* (3300605-Bom Jesus do Itaboraí)		
												3301100	Bom Jesus do Norte* (3301100-Bom Jesus do Itaboraí)		

Continua

QUADRO A.13

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DO RIO DE JANEIRO



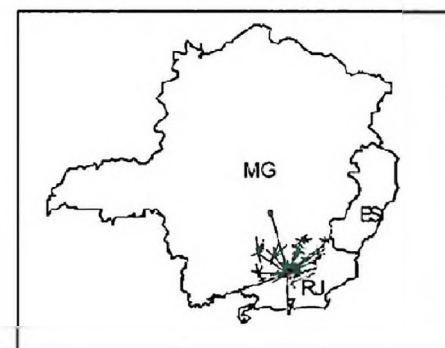
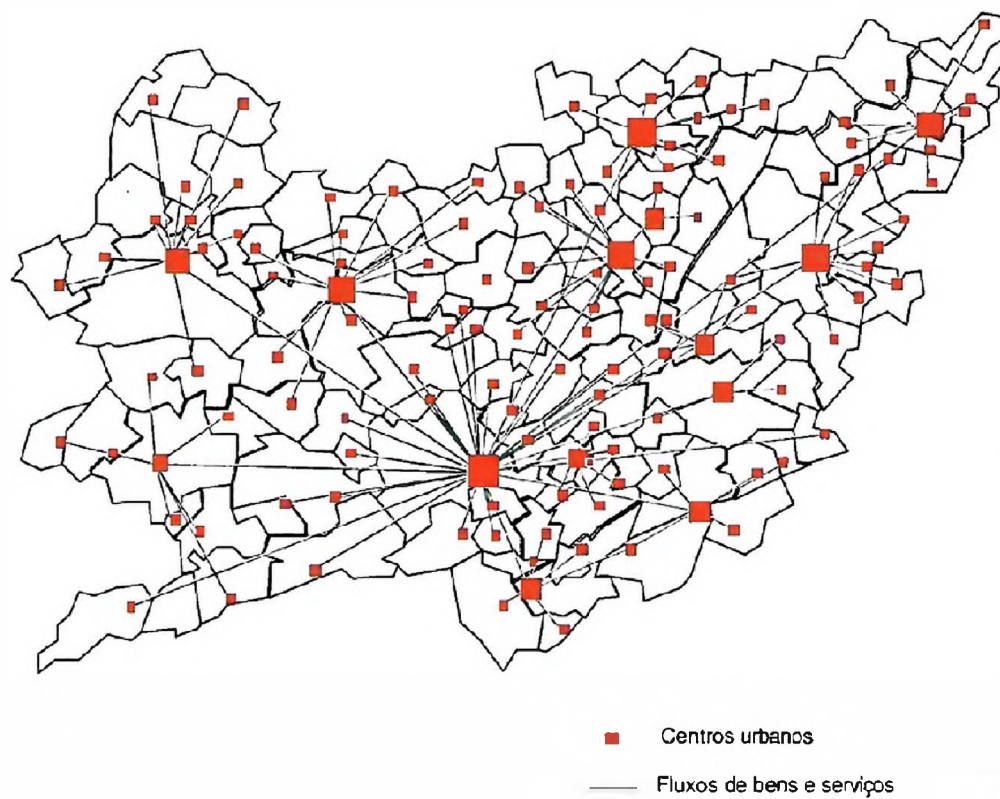
QUADRO A.13

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DO RIO DE JANEIRO

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3304557	Rio de Janeiro					1200401	Rio Branco (1302503-Maneaus)									
		3138792	Juiz de Fora (3106200-Belo Horizonte e 3590308-São Paulo)													
		3205308	Viçosa (3106200-Belo Horizonte e 3590308-São Paulo)													

MAFA A.15
JUIZ DE FORA (MG) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



QUADRO A.14
RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE JUIZ DE FORA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3304557	Rio de Janeiro	← 3136702	Juiz de Fora* (3105200, Belo Horizonte e 3550308 - São Paulo)											3103306	Aracatuba
														3106101	Belmira Braga
														3106804	Bias Fortes
														3107208	Bocaina de Minas* (3304201 - Resende)
														3115804	Chácara
														3119809	Coronel Pacheco
														3121308	Descoberto
														3125002	Ewbank da Câmara
														3138809	Lima Duarte
														3140803	Matias Pereira
														3145406	Olama
														3145703	Oliveira Fortes
														3145802	Paiva
														3149408	Pedro Teixeira
														3150109	Piau
														3151107	Propetinga* (3304708 - Santo Antônio de Pádua)
														3155406	Rio Novo
														3155800	Rio Preto* (3306107 - Valença)
														3160702	Santos Dumont
														3162806	São João Nepomuceno
														3167509	Silvino Pereira
														← 3102203	Andrelândia
														3103803	Arantina
														3107505	Bom Jardim de Minas
														3139102	Madre de Deus de Minas
														3141900	Minouril* (3115508 - Caxambu)
														3158308	Santa Rita do Jacutinga
														3158706	Santana do Gramma
														3165305	São Vicente de Minas
														← 3108803	Dicas
														3128601	Guarará
														3139806	Mar de Espanha
														3140209	Maripá de Minas
														3149507	Pequiari
														3155206	Rochado de Minas
														3165602	Senador Cortes
														← 3308008	Três Rios
														3116209	Chapada
														3158807	Santana do Deserto
														3300225	Areia* (3301906 - Petrópolis)
														3300951	Comendador Levy Gasparian
														3303708	Parabeíba do Sul
														3305406	Sapucaia* (3101506 - Alvin Parabeíba)
														← 3101508	Alvin Parabeíba
														3124609	Estrela Dalva
														3160009	Santo Antônio do Aventureiro
														3172103	Valto Grande
														3301207	Cerne* (3303401 - Nova Friburgo)
														3305406	Sapucaia* (3306006 - Três Rios)
														← 3115300	Cataguases
														3104601	Astolfo Dutra
														3122800	Dona Euzébia
														3132602	Itamarati de Minas
														3142205	Miraf* (3143906 - Muriaé)
														3158408	Santana de Cataguases
														← 3138401	Leonópolis
														3103403	Arquice
														3138006	Laranja
														3154101	Recreio

Continua

QUADRO A.14

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE JUIZ DE FORA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3304557	Rio de Janeiro	3138702	Juiz de Fora* (3106200-São Horizonte e 3550308-São Paulo)	3105538	Barbacena							3101831	Alfredo Vasconcelos			
												3102100	Alto Rio Doce			
												3102802	Antônio Carlos			
												3105905	Barroso			
												3112208	Capela Nova			
												3113206	Coratim			
												3116308	Copacabana			
												3121506	Desterra do Meio			
												3123007	Dores de Campos			
												3129400	Ilhéus			
												3154408	Ressequinha			
												3157302	Santa Bárbara do Tugúrio			
												3159407	Santa Rita do Ipiranga			
				3113305	Carangol							3110103	Caiana			
												3112109	Capão do (3139508-Mantumirim)			
												3122009	Divino			
												3124203	Espera Feliz			
												3125305	Faria Lemos			
												3125952	Friboi			
												3149002	Pedra Dourada			
												3161403	São Francisco do Glória			
												3169208	Tombos			
				3143906	Muniz							3103108	Antônio Prado de Minas			
												3105509	Bom de Morte Alto			
												3124906	Eugenópolis			
												3142106	Itapecuru			
												3142205	Itapecuru (3115300-Cataguases)			
												3146701	Palmira (3303005-Miracema)			
												3148202	Passagem do Maracá			
												3171402	Vieiras			
												3302304	Leite do Maracá (3302205-Itaperuna)			
				3152500	São João del-Rei							3115201	Conceição da Barra de Minas			
												3119708	Coronel Xavier Chaves			
												3121407	Desterra de Erilene Ros* (3118304-Conselheiro Lafaiete)			
												3123908	Entre Rios de Minas* (3118304-Conselheiro Lafaiete)			
												3137403	Lagoa Dourada			
												3144508	Nazaré			
												3150307	Piedade do Rio Grande			
												3152709	Prados			
												3154200	Resende Costa			
												3158106	Itapecuru			
												3168804	Tesolentes			
				3153301	Ubatuba							3108701	Brás Pires			
												3121902	Divinéia			
												3123304	Dores do Turvo			
												3128402	Guaraná			
												3128808	Guidoval			
												3147603	Marcelo			
												3157305	Pratânia			
												3155801	Rio Pombo			
												3156304	Rodeio			
												3165701	Senador Fênix			
												3167301	Silveira			
												3167905	Tamboré			
												3168000	Tocantins			
												3172004	Visconde do Rio Branco			
												3129004	Guacema			
												3161502	São Geraldo			Continua

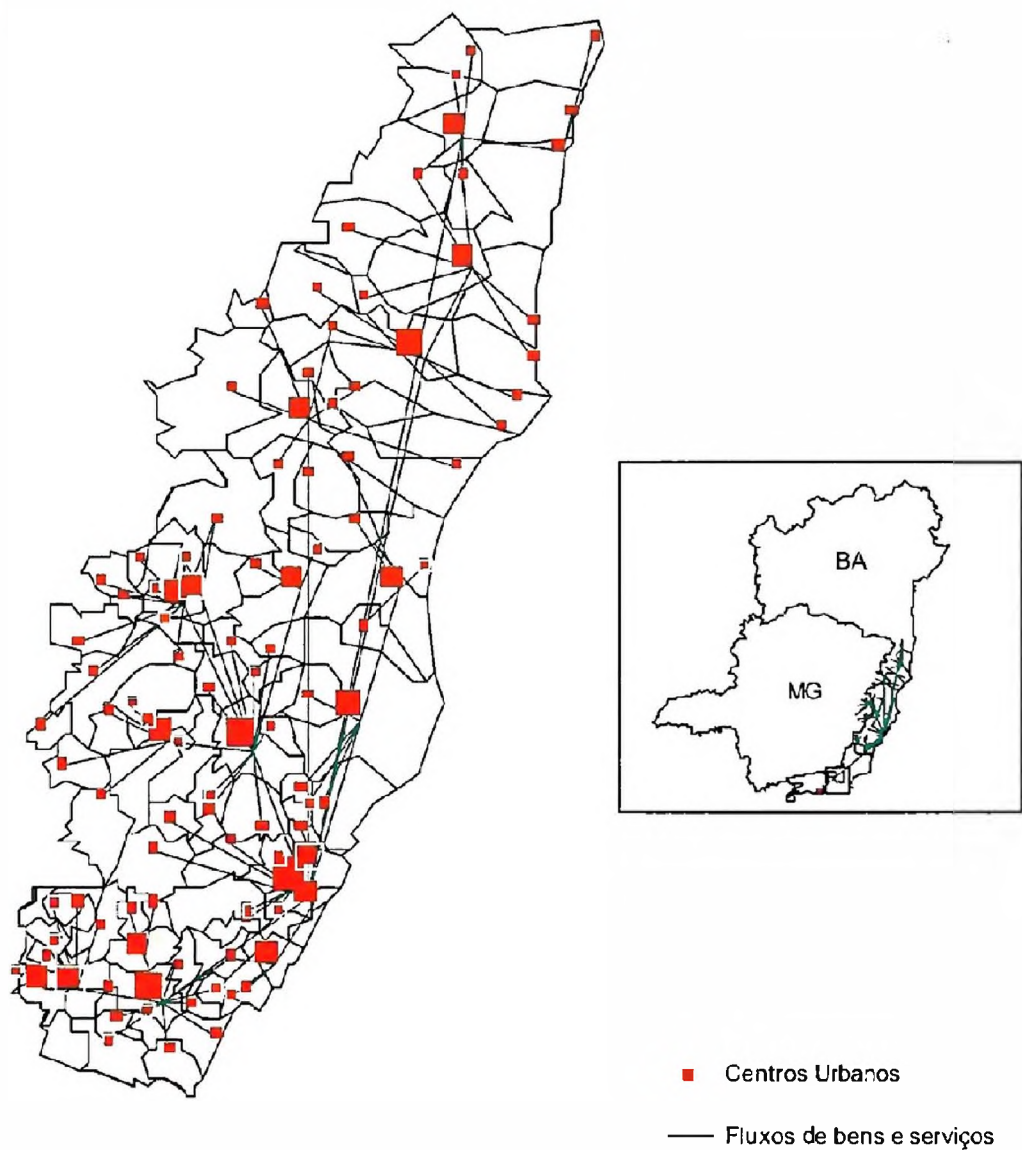
QUADRO A.14

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE JUIZ DE FORA

Conclusão															
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3304557	Rio de Janeiro	3136702	Juiz de Fora	3171303	Viposm									3103702	Araponga
														3110202	Cajuri
														3111708	Canaã
														3116704	Coimbra
														3124005	Ervaíto
														3148301	Paula Cândido
														3148806	Peabra do Anta
														3152303	Porto Freme
														3163805	São Miguel do Anta
														3168507	Táxeres

MAPA A.16
VITÓRIA (ES) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Gerenciamento, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993



QUADRO A.15

RIO DE JANEIRO – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE VITÓRIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
3304557	Rio de Janeiro	3205309	Valença	(3106200-Belo Horizonte e 3650308-São Paulo)										3200102	Atenas Cláudio
														3203163	Laranjeiras do Teia
														3204559	Santa Maria de Jetóia
										3205002	Serra			3202207	Furnas
										3144300	Narraguatã			3203502	Montalva
											(3156606-Tadão Otora)			3203601	Mucuri
														2912806	Itapetininga
														2918902	Lajeado
														2921104	Madeiros Neto* (2901350-Taiçuba de Freitas)
														2922003	Mucuri
														3113701	Carlos Chagas
														3166709	Serra dos Almores
														3170305	Umburata
														3201902	Domingos Martins
														3203348	Maracajá
														3204500	Santa Leopoldina
														3205101	Viana
														3200303	Alfredo Chaves* (3201208-Cachoeira da Esperança)
														3200409	Anchieta
														3204203	Pinheira
														2911805	Guaratinga* (2915601-Ramarejo)
														2914653	Itabira* (2915601-Ramarejo)
														2915304	Raposo
														2916302	Itapetininga
														2925303	Parko Seguro
														2903409	Belmonte
														2927705	Santa Cruz Cabrália
														3201209	Cachoeira da Esperança
														3200300	Alfredo Chaves* (3202405-Guarapari)
														3200703	Alfio Vivacqua
														3202603	Itanhaém
														3202801	Itapetininga
														3203403	Minas do Sul
														3203603	Mucuri
														3204302	Presidente Kennedy
														3204401	Rio Novo do Sul
														3205036	Várzea Alta
														3201704	Conceição do Castelo
														3205069	Venda Nova do Intendente
														3200201	Alagoinhas
														3202553	Itapetininga
														3202652	Itapetininga
														3203007	Itapetininga (3139908-Marchalim)
														3203105	Jerônimo Monteiro
														3203700	Muniz Freire
														3202306	Guacuí
														3201803	Divino de São Lourenço
														3202008	Dores do Rio Preto

Continua

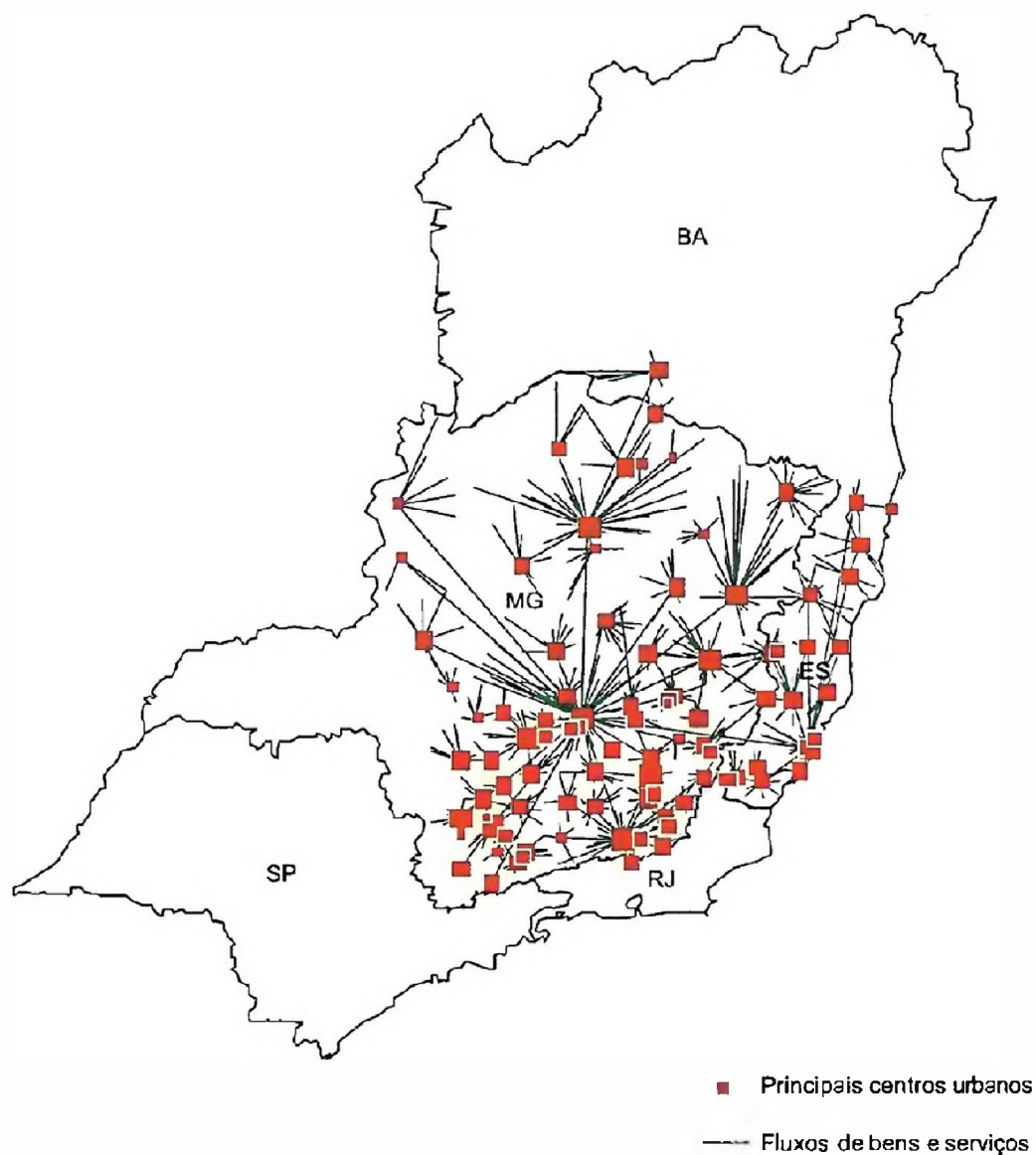
ÁREA DE VITÓRIA

Máxima		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3204557	Rio de Janeiro ←	3205309	Vitória* (3106200-Barragem Montanhas e 3660308-São Paulo)			3201508	Colatina ←							3200136 Água Branca 3202702 Moguaçu 3202900 Teresina 3203353 Maríliaândia 3204005 Pancas 3204609 Santa Teresa 3204658 São Domingos do Norte 3204708 São Gabriel da Palha		
								3200304 Barra de São Francisco* (3127701-Governador Valadares)						3200169 Água doce do Norte* (3139607-Mantena) 3202108 Ecoporanga* (3139507-Mantena)		
								3203909 Nova Venécia ←						3201001 Boa Esperança 3205150 Vila Rica		
								3101102 Anserôis* (3127701-Governador Valadares)						3200905 Beirão Quendo 3134103 Ilheus 3144003 Matam* (3139403-Mantuaçu) 3151909 Poço Preto 3154309 Resplendor 3159505 Santa Rita do Ituaçu		
								3129507 Mantena* (3127701-Governador Valadares)						3200169 Água doce do Norte* (3200904-Barra de São Francisco) 3200359 Alto Rio Novo 3202108 Ecoporanga* (3200904-Barra de São Francisco) 3203304 Mantemópolis 3102203 Alvarengo 3115705 Central de Minas 3118403 Conselheiro Pena 3127305 Galiléia 3131802 Igarinha de Mariana 3141504 Mendes Pimentel 3162575 São João do Mantanhã		
						3200205 Linhares ←								3200607 Aracruz 3202504 Igaraçu 3203130 João Nove 3204351 Rio Bonafé		
								3204906 São Mateus ←						3201685 Conceição da Barra 3203056 Jaguaré 3204054 Pedro Canário 3204104 Piraítois		
						2931350 Teixeira de Freitas* (2927408-Salvador)								2908907 Caravelas 2916005 Ilhéus 2921104 Medeiros Neto* (3144300-Nanupe) 2923001 Nova Viçosa		
								2915601 Amaraju ←						2900801 Alcobaca 2911806 Guaratinga* (2910727-Eunápolis) 2914653 Ilabela* (2910727-Eunápolis) 2918456 Jucuruçu 2925501 Prado 2933257 Vereda		

BELO HORIZONTE - MG

MAPA A 17

BELO HORIZONTE (MG) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, *Regiões de Influência das Cidades*, 1992.

ÁREA DE BELO HORIZONTE

3105200 Solo Horizonte - 25

••••• Anexos – Regio

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3106200	Belo Horizonte					3118300	Conselheiro Lafaiete					3106408	Belo Vale			
												3114907	Casa Grande			
												3115409	Caldas das Neves			
												3118007	Congonhas			
												3120409	Chiburuá			
												3121407	Desterro de Entre Rios* (3162500-São João del Rei)			
												3123908	Entre Rios de Minas* (3162500-São João del Rei)			
												3133907	Esmeraldas			
												3135407	Joazeiro			
												3137908	Lama			
												3149901	Ouro Branco			
												3150802	Pratânia			
												3153103	Presidente Bernardes			
												3153906	Queluzita			
												3155207	Rio Espinho			
												3159100	Santa Rosa dos Montes			
												3160900	São Brás do Sul			
												3166006	Senhora de Oliveira			
						3118601	Contagem					3129006	Itaú			
										3106706	Belo	3154806	Ribeirão das Neves			
												3126404	Esmeraldas			
												3130101	Ignatino			
												3136652	Justino			
						3128904	Curvelo					3104809	Augusto de Lima			
												3119104	Corinto			
												3125705	Felizlândia			
												3131109	Imbuia			
												3142502	Monópolos			
												3143609	Morro da Garça			
												3153202	Presidente Juscelino			
												3160603	Santa Helena			
												3168356	Três Marias			
						3121605	Diamantina					3102487	Alvarado de Minas			
												3120102	Colônia de Marília de Minas			
												3121001	Dallas			
												3125608	Feijão de Santos			
												3127602	Gouveia			
												3153301	Presidente Kubitschek			
												3156007	Rio Vermelho			
												3160207	Santa Arlinda do Sombrio			
												3125507	São Gonçalo do Rio Preto* (3136207-João Monlevade)			
												3165509	Senador Modestino Gonçalves			
												3166501	Serra Azul de Minas			
												3167103	Serra			
						3138207	João Monlevade					3102308	Alvarenga* (3152105-Porto Nova)			
												3108002	Belo Vista de Minas			
												3121803	Domão			
												3144706	Novo Cruzeiro* (3131703-Itabira)			
												3155702	Rio Preto			
												3161007	São Domingos da Escalvada			
												3125507	São Gonçalo do Rio Preto* (3121605-Diamantina)			
												3163409	São José do Bonito			

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Continua

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE BELO HORIZONTE

[illegible]

QUADRO A.16
BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE BELO HORIZONTE

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3108200	Belo Horizonte	3122308	Divinópolis	3126109	Formosa							3104205	Araçuaia			
												3130809	Iguatema			
												3146103	Bambul			
												3112802	Capitão			
												3122103	Corasópolis			
												3141306	Medeiros			
												3148503	Palma			
												3150503	Pimenta			
												3164308	São Roque de Minas			
												3188200	Tapieté			
												3170902	Varejem Bom			
		3122701	Governador Valadares									3100500	Açucena* (3131307-Itatinga)			
												3101805	Alpavaca			
												3110200	Campesinópolis			
												3112853	Capitão Andrade			
												3119203	Coronel			
												3122109	Divino das Laranjeiras			
												3122700	Engenheiro Caldas			
												3125304	Fernandes Tourinho			
												3126801	Freixo Branco			
												3132204	Itanhom			
												3140100	Matias			
												3171501	Melhores Lobato			
												3144201	Nespol Raydan			
												3148908	Pesqueira			
												3158201	Santa Maria do Suaçuí			
												3161601	São Geraldo da Piedade			
												3163003	São José da Safira			
												3164508	São Sebastião do Maranhão			
												3165503	Sardinha			
												3167707	Sobrinópolis			
												3168408	Tombador* (3131307-Itatinga)			
												3166506	Turbinópolis			
												3171807	Virgem Árida			
												3101102	Almaraz* (3201506-Colatina)			
												3101300	Buriti			
												3144003	Matum* (313409-Mantuaçu)			
												3151103	Pocrane			
												3164308	Rosário			
												3165508	Santa Rita do Ilhéu			
												3200805	Núcleo Operário			
												3109309	Eraúna* (3131307-Itatinga)			
												3113900	Carmópolis			
												3122207	Divinópolis de Minas			
												3123105	Ilhas da Canaieiras			
												3124203	Grão Pará			
												3150204	Itambé			
												3157500	Serra da Formosa de Minas			
												3162507	São João Evangelista			
												3163004	São José do Jacuri			
												3164100	São Pedro de Suaçuí			
												3165105	Coronel do Porto			
												3171308	Varginópolis			
												3102203	Alvarado			
												3112706	Central de Minas			
												3115103	Coronel João			
												3122305	Grão Pará			
												3131302	Estância da Vitória			
												3141304	Mercedes Pimenta			
												3162515	São João do Monte Ilha			
												3200109	Água Boa do Norte* (3200304-Corro de São Francisco)			
												3200509	Alto Povo			
												3200108	Esposim* (3200304-Corro de São Francisco)			
												3200204	Niterói			
												3200108	Água Doce do Norte* (3138007-Mantua)			
												3200204	Esposim* (3138007-Mantua)			

Continua

QUADRO A.16

BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BELO HORIZONTE

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3106200	Belo Horizonte			3127701	Governador Valadares	3113104	Caraíbas							3107802	São João do Oeste	
														3120083	Córrego Novo	
														3123858	Entre Fátima	
														3130903	Itapetininga (3131307 - Palmeira)	
														3157252	Santa Bárbara do Leste	
														3153357	Santa Rita de Minas	
														3170057	Joazeiro	
				3143302	Montes Claros									3108503	Bom Jesus	
														3109982	Três Rios de Minas	
														3112703	Capão de Minas	
														3118600	Caraíba do Sul	
														3120900	Cristina	
														3126703	Francisco Sá	
														3127800	Grão Mogol	
														3130061	Cordeiro de Minas	
														3136901	Juramento	
														3137384	Logos dos Patos	
														3138650	Linha	
														3142087	Marabá	
														3155582	Hubertina	
														3157005	Salinas	
														3161100	São Francisco	
														3162401	São João do Patate	
														3162706	São João do Patate	
														3168002	Tapecurus	
														3170000	Ubatuba	
														3170528	Ubatuba	
														3107307	Socorro	
														3109204	Buenópolis	
														3116506	Carvalho de Minas	
														3123805	Engenheiro Navarro	
														3126604	Francisco Dumini	
														3132000	Itacaramboa	
														3135405	Joazeiro	
														3143458	Montezuma	
														3139250	Montes	
														3139405	Linha de Amélia (3139500 - Caxambu)	
														3139405	Sebastião Lameiras	
														3139405	Ubatuba (3139405 - Caxambu)	
														3135405	Ubatuba	
														3138308	Ubatuba (3138308 - Ubatuba)	
														3143857	Ubatuba (3143857 - Ubatuba)	
														3147988	Ubatuba (3147988 - Ubatuba)	
														3173809	Ubatuba	
														3157204	Ubatuba	
														3141009	Ubatuba	
														3154507	Ubatuba	
														3132107	Ubatuba	
														3139300	Ubatuba (3139300 - Ubatuba)	
														3142652	Ubatuba (3142652 - Ubatuba)	
														3142700	Ubatuba	
														3149150	Ubatuba	
														3103102	Ubatuba	
														3120608	Ubatuba	
														3135501	Ubatuba	
														3130104	Ubatuba	
														3157000	Ubatuba	
														3164209	Ubatuba	
														3173800	Ubatuba	

Continua

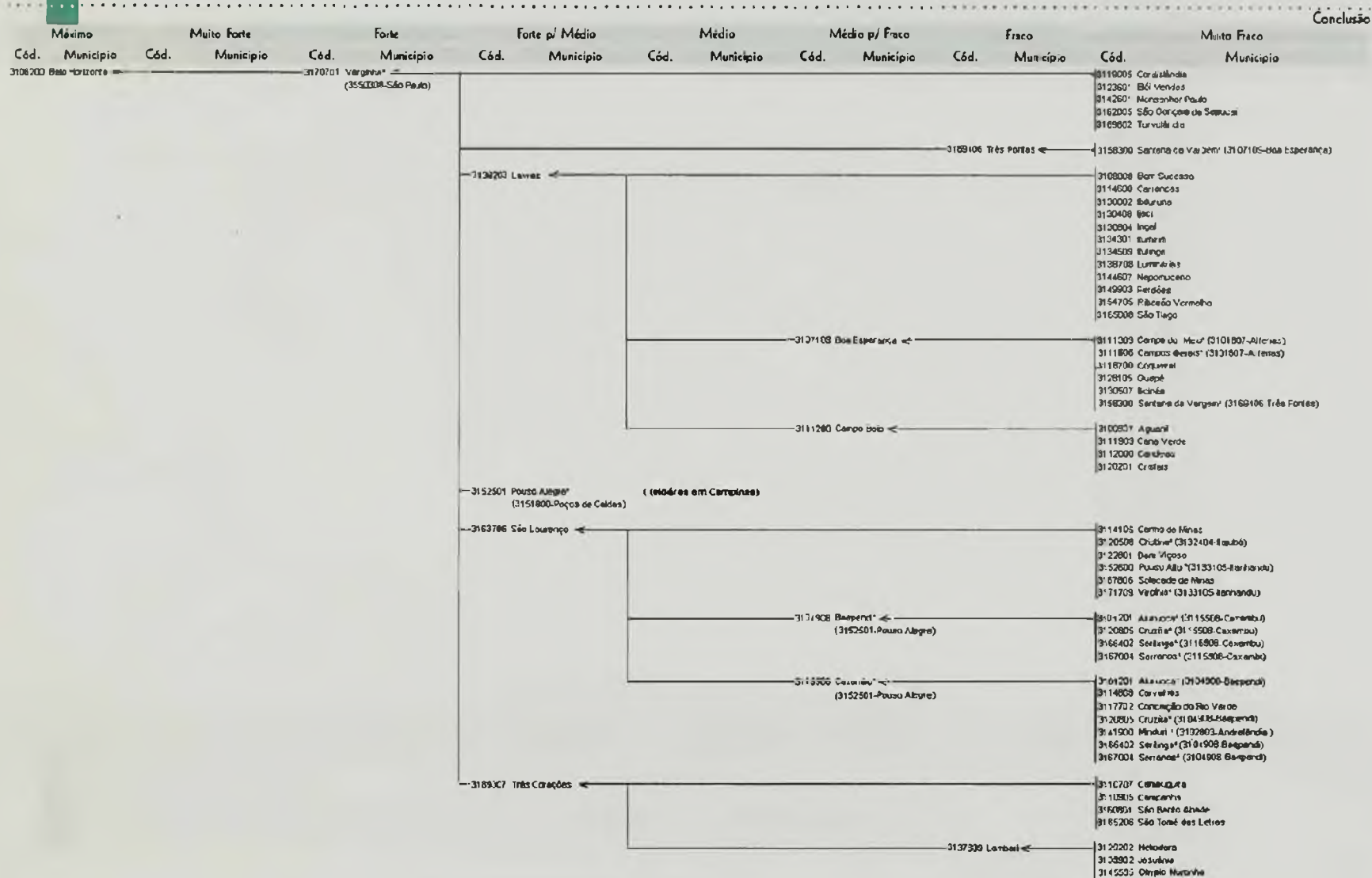
QUADRO A.16
BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE BELO HORIZONTE

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
3106200	Bele Horizonte			3143302	Montes Claros	2911709	Guaranésia (2933307-Vila de Conquista)							3108000	Lambaré	
														2807109	Carbideira	
														2810076	Feira de Meia	
														2817334	Itui	
														2820205	Meleiro	
														2821054	Minho (2903904-Bom Jesus de Lapa)	
														2823407	Parque de Monte Alto	
														2824904	Pindal	
				3168608	Teófilo Otoni									3108908	Águas Formosas	
														3101003	Águas Vermelhas	
														3104700	Alfai	
														3106608	Belópolis	
														3102704	Cachoeira de Pajeú	
														3113009	Cani	
														3115458	Cani	
														3117009	Comarcão	
														3126906	Frioburgo	
														3126802	Frel Gaspes	
														3127057	Fru de e das Vales	
														3132305	Itapá	
														3132701	Itambacuri	
														3133303	Itubira	
														3137007	Lisboa	
														3138905	Machacalis	
														3139201	Mesquita	
														3141405	Nelma	
														3145307	Novo Cruzeiro	
														3146206	Curto Verde de Minas	
														3146305	Padre e Persepe	
														3148509	Pavão	
														3148707	Padre e Aza	
														3162402	Pará	
														3169300	São José do Divino	
														3103405	Arequipa	
														3107807	Bento	
														3119500	Coronel Murto	
														3128905	Francisco Borden	
														3136004	Engo	
														3171500	Vagem de Lapa	
														3105202	Benedita	
														3112454	Desapóse	
														3134707	Jacinto	
														3139603	Jesu e Maria	
														3146009	José e	
														3146504	José e	
														3140655	Mata Verde	
														3146750	Patimópolis	
														3155108	Rio do Prado	
														3155601	Ruim	
														3155104	São do Diogo	
														3158102	Santa Maria do Sato	
														3160306	Santo Antônio do Jacinto	
														3144300	Menique	
														3113701	Canal e Regas	
														3166709	Serra das Alencas	
														3170305	Limbu e	
														3112306	Itapira	
														3116302	Lisboa	
														2921104	Minhos Nelo (2931300-Teoberto de Freitas)	
														2922303	Mucil	
														3203502	Monteiro	
														3203501	Mucil	

Continua

QUADRO A.16

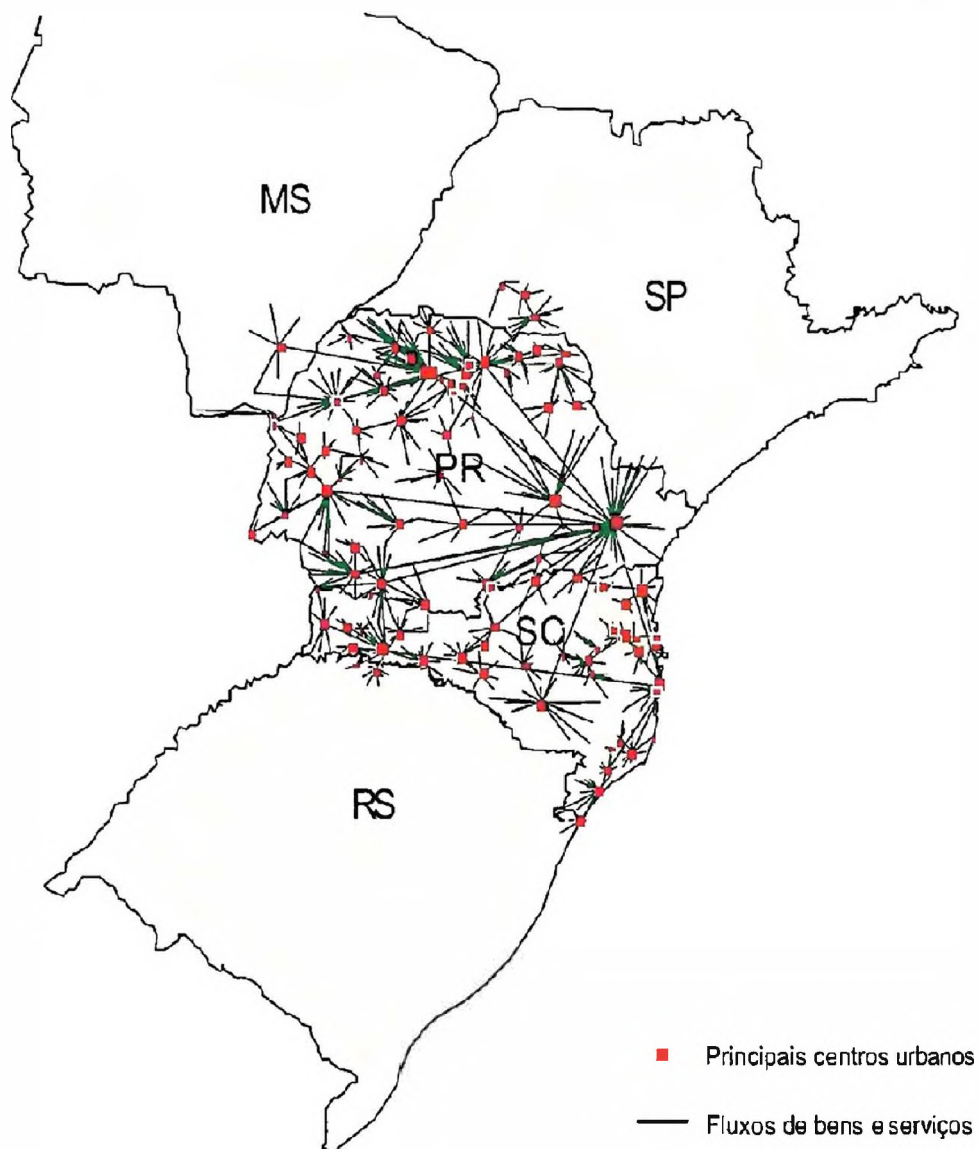
BELO HORIZONTE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE BELO HORIZONTE



CURITIBA - PR

MAPA A.18

CURITIBA (PR) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geocências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.17
CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CURITIBA

Máximo		Muito forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4106902	Curitiba													4100202	Adrianópolis
														4100400	Almirante Tamandaré
														4101200	Antonina
														4101804	Araucária
														4103107	Bocaiuva do Sul
														4104006	Campos Grande do Sul
														4105201	Cerro Azul
														4105805	Colombo
														4106209	Corbélia
														4128633	Doutor Ulysses
														4107852	Fazenda Rio Grande
														4109609	Guaratuba
														4111258	Itaperiçu
														4114302	Mandrituba
														4116208	Morretes
														4118204	Paranaguá
														4119509	Piraquara
														4120804	Quatro Barras
														4122206	Rio Branco do Sul
														4125503	São José dos Pinhais
														4127801	Tijucas do Sul
														4127852	Tunas do Paraná
														3502705	Apiaí* (3522406-Itapeva)
														3521200	Itororanga* (3522406-Itapeva)
														3522198	Itaóca* (3522406-Itapeva)
														3522653	Itaperiçu Paulista* (3522406-Itapeva)
														3542800	Ribeirão* (3522406-Itapeva)
														4104201	Campo Largo
														4102307	Balsa Nova
														4203006	Caçador
														4203154	Calmon
														4208706	Lebon Régis
														4210050	Macieira
														4210704	Matoa Costa* (4213609-Porto União)
														4201804	Arroio Trinta
														4213005	Pinheiro Preto
														4214409	Rio das Antas
														4207908	Itaópolis* (4213509-Porto União)
														4210308	Majur Vieira
														4211108	Monte Castelo
														4218251	Timbó Grande* (4204808-Curitiba)
														4218301	Três Barras
														4125605	São Mateus do Sul* (4128203-União da Vitória)
														4101309	Artêmio Olinto
														4113205	Lapa
														4125100	São João do Triunfo* (4117701-Palmeira)
														4100301	Agudos do Sul
														4104105	Campo do Tenente
														4121208	Quitandinha
														4122305	Rio Negro
														4208104	Itaipopolis
														4212205	Paranduvu

Continua

ÁREA DE CURITIBA

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte p/ Médio	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco
Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município
4106902 Curitiba ←			4108403 Francisco Beltrão				4101002 Appare' (4104808-Cascavel) 4104501 Copanema' (4104808-Cascavel) 4111209 Irapirã d'Oeste' (4118501-Pato Branco) 4115408 Marmelara 4116950 Nova Esperança do Sudoeste 4119004 Paçola d'Oeste 4119152 Pinhal 4119251 Pinhal de São Bento 4119805 Planalto 4120358 Rerichia 4121804 Renascença 4123006 Santo do Ipiranga 4124400 Santo Antônio do Sudoeste 4203501 Campo Erê' (4118501-Pato Branco) 4212007 Palma Solta
					4102804 Boracão ←		4107850 Flor da Serra do Sul 4122800 Salgado Filho
					4121406 Reseiza' ← (4104808-Cascavel)		4123808 Santa Izabel do Oeste
					4107207 Dois Vizinhos ←		4103024 Boa Esperança do Iguaçu 4108571 Cruzeiro do Iguaçu 4107405 Entas Marques 4117255 Nova Preta do Iguaçu 4125209 São Jorge d'Oeste' (4118501 Pato Branco) 4126608 Veré
		4109401 Quatapueva ←					4104426 Cândói 4104451 Cantagelo' (4113304-Laranjeiras do Sul) 4119301 Pinhão 4120606 Prudentópolis' (4110706-Irati)
					4119808 Pimenta ←		4113254 Laranjal 4115739 Mato Rico 4117271 Nova Tebas 4117800 Patimil 4123857 Santa Maria do Oeste 4127985 Turvo
		4118501 Pato Branco ←					4103222 Bom Sucesso do Sul 4105408 Chopinzinho 4106506 Coronel Vivida 4111209 Irapirã d'Oeste' (4108403-Francisco Beltrão) 4115309 Maripósis 4112806 São João 4112509 São Jorge d'Oeste' (4107207-Dois Vizinhos) 4126722 Saudade do Iguaçu' (4113304-Laranjeiras do Sul) 4126552 União 4203501 Campo Erê' (4108403-Francisco Beltrão) 4205431 Formosa do Sul 4205805 Gavião 4214201 Quitambo' (4204202-Chapico) 4215107 São Domingos' (4219507-Xenxerê)
					4205001 Dionísio Carquere' ← (4217204-São Miguel d'Oeste)		
					42:6909 São Lourenço d'Oeste ←		4128708 Vitorino 4211552 Novo Horizonte

QUADRO A.17

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CURITIBA

Continuação

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte p/ Médio	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco
Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município
4105002 Curitiba ←			4118501 Pato Branco ←	4117502 Patross ←			4105706 Claveãlândia 4103658 Honório Sérgio 4114401 Maringá 4203101 Abelardo Luz* (4215507, Xanxerê) 4213401 Ponta Serreda* (4213507, Xanxerê)
			4126202 União da Vitória ←				4102901 Brumado 4105803 Cruz Machado 4105502 General Carneiro 4113908 Mallet 4118600 Paulo Freitas 4118708 Paulo Frontin 4122008 Rio Azul* (4110706, Irati)
					4125605 São Mateus do Sul* (4203808, Cianópolis)		4101309 Antônio Otoni 4113206 Lapa 4125100 São João da Trindade* (4117701, Patreiras)
				4213639 Ponta União ←			4123309 Ponta Vitória 4207908 Iratimir* (4210808, Cianópolis) 4213704 Malhada Costa* (4203005, Caçador)
		4209003 Joazeiro ←					4220308 Água Doce 4204004 Catanduvas 4223702 Herval d'Oeste 4205801 Itaipava 4228609 Jaborá 4238201 Lacerdópolis 4219508 Três Tílias 4219178 Vargem Bonita
					4203000 Campos Novos ←		4230051 Abdon Bonato 4233907 Capinzal 4234152 Caspary 4235209 Erva Velha 4211058 Monte Carlo 4211801 Oura 4217907 Tangará 4219150 Vargem
					4219309 Vitória* (4203005, Caçador)		4201604 Arroio Trinta 4213005 Patifeiro Preto 4214409 Rio das Antas
		4209300 Lages ←					4201000 Anita Garibaldi 4202503 Bom Jardim da Serra 4202602 Bom Retiro 4223402 Campo Edo do Sul 4204176 Cerro Negro 4234558 Cordeiro Pinto 4211751 Otacília Costa 4215059 Rio Rufino 4218503 São Joaquim 4219300 São José do Cerrito 4213905 Urubici 4213934 Urupema

QUADRO A.17

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE CURITIBA

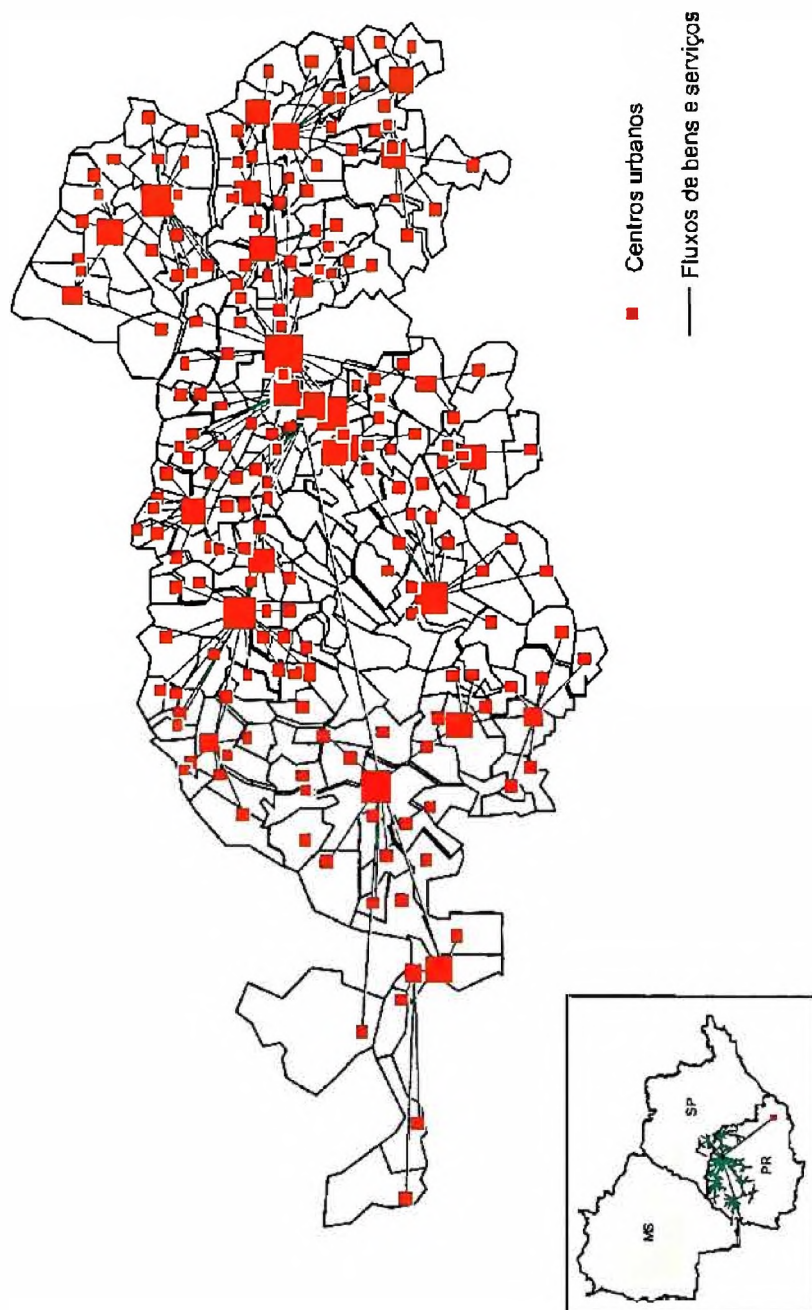
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4106902	Curitiba					4209300	Lozes			4204806	Curitiba			4205506	Freiburgo	
														4213302	Ponta Alta	
														4213351	Ponta Alta do Norte	
														4215505	Santa Cecília	
														4216057	São Cristóvão do Sul	
														4218251	Timbó Grande* (4203808-Canoas)	
														4101002	Anápolis* (4106403-Francelino Beltrão)	
														4103057	Rua Vista da Alameda	
														4104501	Capitão (4108403-Francelino Beltrão)	
														4104600	Capitão Leônidas Marques	
														4105003	Castelhanos	
														4113452	Lindópolis	
														4123824	Santa Lúcia	
														4124020	Santa Tereza do Oeste	
														4127858	Três Barras do Paraná	
														4106308	Corbélia	
														4101051	Ananys	
														4103354	Braganey	
														4103453	Calafornópolis	
														4110052	Iguatu	
														4116703	Nova Aurora* (4128006-Ubatuba)	
														4121405	Ranieri* (4108403-Francelino Beltrão)	
														4122808	Santa Izabel do Oeste	
														4126005	Ubatuba* (4108001-Godolpho)	
														4100459	Almeida do Paraná	
														4103909	Campina da Lagoa	
														4110055	Imatema do Oeste* (4102000-Asa da Chave/Uberlândia)	
														4112659	Jurandira	
														4116703	Nova Aurora* (4106308-Corbélia)	
														4116802	Nova Santa	
														4127403	Terra Rosa* (4117309-Patrolina)	
														4108805	Quatã* (4128104-Limoeiro)	
														5006681	Mundo Novo* (5003702-Dourados)	
														5004609	Japoré	
														5006358	Paratitubas	
														5007703	Serra Quatã	
														4113304	Loreto do Sul	
														4104055	Carro Bonito	
														4104451	Castelo* (4103401-Guarapuava)	
														4107124	Diamond do Sul	
														4109302	Quatã	
														4109757	Itauna	
														4117057	Nova Laranjeiras	
														4120503	Quatã do Iguaçu	
														4122186	Rio Bonito do Iguaçu	
														4126272	Saudade do Iguaçu* (4118501-Pato Branco)	
														4126658	Vimpro	

Continua

QUADRO A.17
CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CURITIBA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4106902	Curitiba			4104808	Cascavel			4127700	Toledo					4117453	Ouro Verde do Oeste	
														4125458	São José das Palmeiras* (4115804-Medianeira)	
														4125753	São Pedro do Iguaçu	
										4102000	Assis Chateaubriand			4103370	Brasilândia do Sul	
														4108205	Farmosa do Oeste	
														4110858	Itauna do Oeste* (4128005-Ubaitatã)	
														4112751	Jesuópolis	
														4127957	Tupacati	
										4114809	Marechal Cândido Rondon			41107536	Entre Rios do Oeste	
														4115853	Mercado	
														4110451	Peto Bragado	
														4120853	Quatro Pontes	
										4117909	Polatina			4108320	Francisco Alves	
														4115358	Maripá	
														4117222	Novo Santa Rosa	
														4127403	Terra Rover* (4108909-Guaira)	
				4108304	Foz do Iguaçu									4120053	Santa Terezinha de Itaipu	
								4115804	Medianeira					4105300	Céu Azul	
														4107157	Diamantina D'Oeste	
														4110853	Itaipulândia	
														4113608	Matelândia	
														4118059	Missal	
														4121257	Ramfândia	
														4123804	Santa Helena	
														4125456	São José das Palmeiras* (4127700-Toledo)	
														4125704	São Miguel do Iguaçu	
														4128559	Vera Cruz do Oeste	
				4119905	Porto Gross* (3550308-São Paulo)									4101806	Araçá	
														4104402	Cândido de Abreu	
														4110506	Ipiranga	
														4111407	Ivaí	
														4112009	Jesuânia* (3523206-Itaeré)	
														4117305	Orizânia	
														4121702	Rosário	
														4126306	Sengul* (3583205-Itaeré)	
														4127106	Telêmaco Borba	
										4104807	Castro			4119400	Pirópolis	
														4127502	Tibagi	
										4117701	Feteira			4120101	Porto Amazonas	
														4125180	São João do Trunfo* (4125905-São Mateus do Sul)	
								4110705	Itaí					4110102	Itaíva	
														4110201	Itaí Martins	
														4120506	Prudentópolis* (4109401-Guarapuava)	
														4121505	Rebouças	
														4122008	Rio Azul* (4128203-União da Vitória)	
														4127007	Tobechi Soares	
				4113700	Londrina (vide área)											
				4115200	Maringá (vide área)											
				4205407	Pitanguiópolis (vide área)											

MAPA A.19
LONDRINA (PR) -- REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Coordenadas, Departamento de Cartografia, Região de Planejamento das Cidades, 1983.

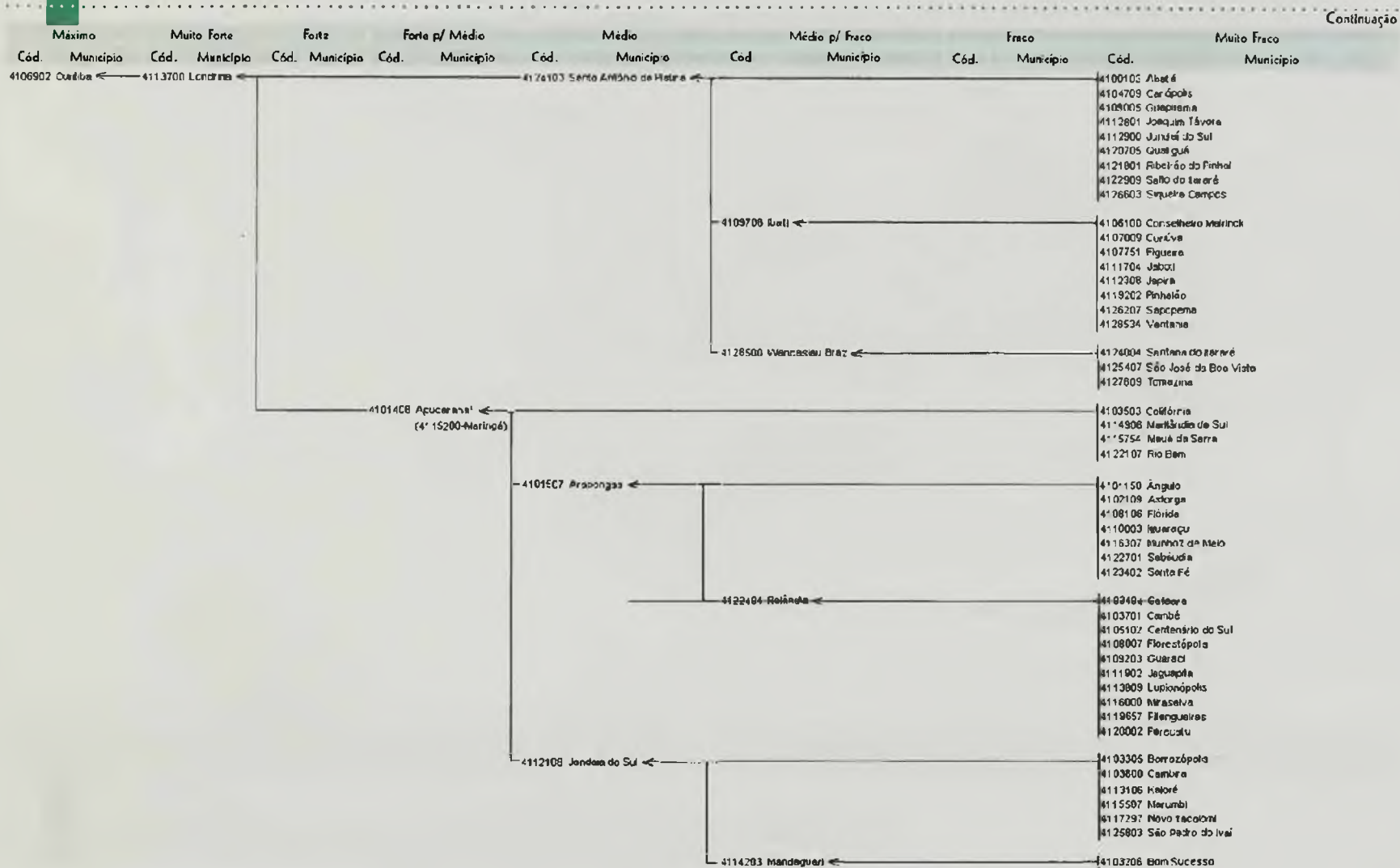
QUADRO A.18

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE LONDRINA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Média		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4106902	Curitiba	4113700	Londrina											4100806	Alvorada do Sul
														4102802	Bela Vista do Paraíso
														4109607	Itaporã
														4112702	Jaliscozinho
														4120507	Primeiro de Maio
														4126504	Sertãozinho
										4101903	Assaí			4117214	Nova Santa Bárbara
														4123204	Santa Cecília do Pavão
														4124301	Santo Antônio do Paraíso
														4124707	São Jerônimo da Serra
														4126009	São Sebastião do Amoreira
										4107603	Faxinal			4108708	Grandes Rios
														4122861	Rosário do Ivaí
										4105904	Colorado*			4110300	Itajaí
										(4115200-Maringá e 3541406-Presidente Prudente)				4110904	Itaquajé
														4112603	Jardim Onda
														4113601	Lobato
														4116406	Nossa Senhora das Graças
														4116105	Paranacity* (4116901-Nova Esperança)
														4118303	Paranapoema
														4123600	Santa Inês
														4124509	Santa Inácio
														4106001	Conjardinhas
														4113403	Ledópolis
														4116804	Nova América da Colina
														4117008	Nova Fátima
														4121307	Rancho Alegre
														4123907	Santa Mariana
														4126405	Sertãozinho
														4128401	Uraí
										4102406	Bandeirantes			4101101	Andaraí* (411803-Jacarezinho)
														4102703	Barro do Jacaré
														4111001	Barbacena
														4123105	Santa Amélia
														4108551	Godoy Moreira
														4112504	Jardim Alegre
														4113429	Lindópolis
														4113759	União da Vitória
														4114500	Mencos Rios
														4129001	São João do Ivaí
														4101101	Andaraí* (4102406-Bandeirantes)
														4103602	Camborá
														4121802	Ribeirão Claro* (3534708-Ouinhos)

QUADRO A 18

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE LONDRINA

QUADRO A.18

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE LONDRINA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4106902	Curitiba	← 4113700	Londrina			4104303	Campo Mourão* (4115200-Maringá)									
						4118402	Paranavaí* (4115200-Maringá)									
														4106608	Alto Paraná	
														4100805	Amaporé	
														4107108	Diamante do Norte	
														4108808	Guataraçá	
														4111308	Itaúna do Sul	
														4115002	Martina	
														4115903	Mirador	
														4116505	Nova Aliança do Ivaí	
														4117107	Nova Londrina	
														4118006	Paraisópolis do Norte	
														4124202	Santo Antônio do Caxupé	
														4124608	São Carlos do Ivaí	
														4124905	São João do Caxupé	
														4126702	Tambora	
														4127304	Terra Rica	
														4113502	Loanda	
														4119707	Pianaltina do Paraná	
														4120200	Porto Rico	
														4121000	Quarência do Norte	
														4123303	Santa Cruz de Monte Castelo	
														4123708	Santa Isabel do Ivaí	
														4123956	Santa Mônica	
														4125902	São Pedro do Paraná	
														4126602	Rondon*	
														4105508	Cianorte	
														4116901	Nova Esperança	
														4102208	Alaíde	
														4106704	Cruzeiro do Sul	
														4107801	Floral	
														4118105	Paranacity* (4105904-Colado)	
														4128302	Uniflor	
						4126104	Umuarama* (4115200-Maringá)									
						3904008	Assis* (3529005-Marília)									

(vide área em Maringá)

(vide área em Maringá)

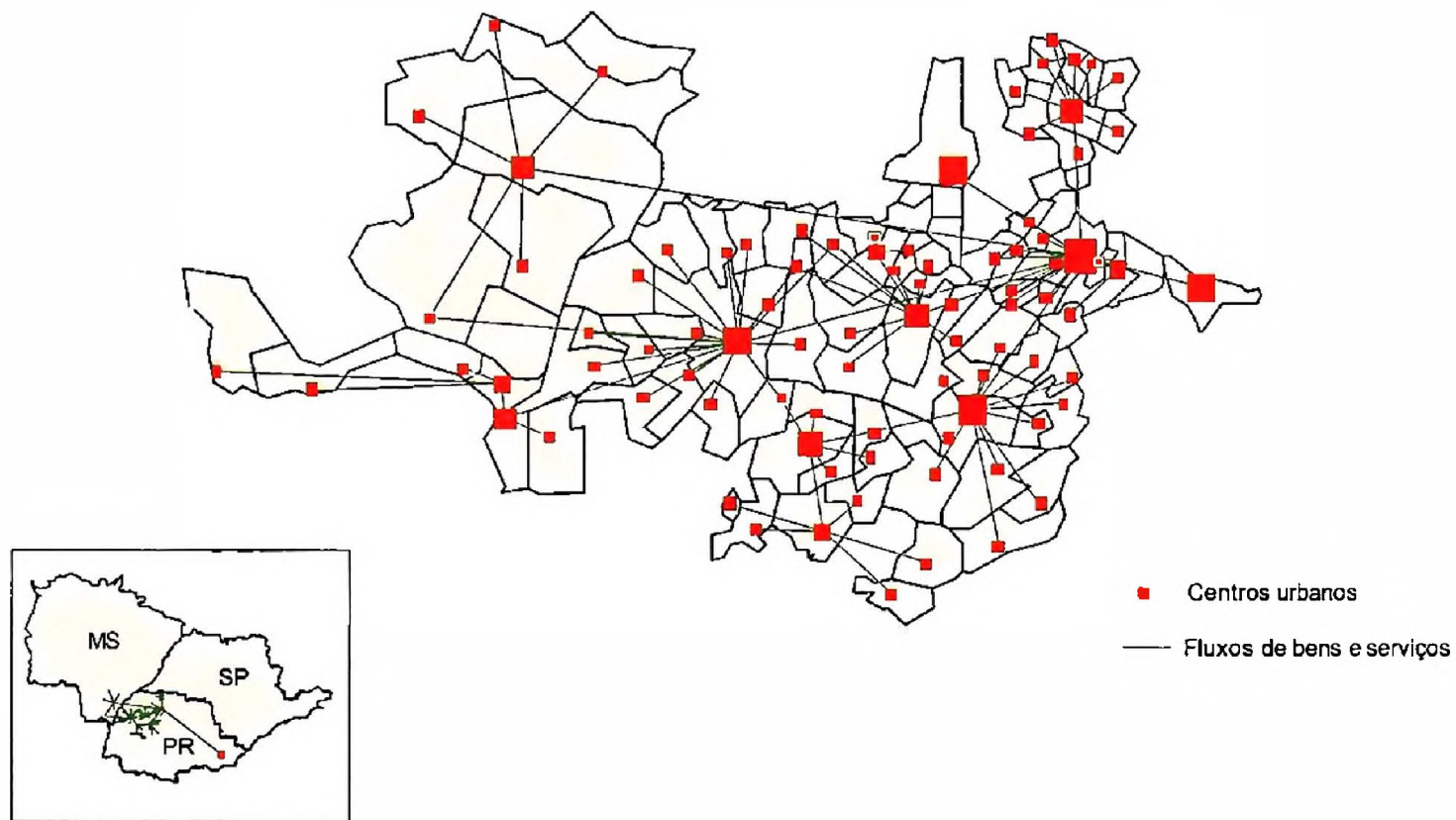
(vide área em Maringá)

(vide área em Maringá)

(vide área em Maringá)

(vide área em Maringá)

MAPA A.20
MARINGÁ (PR) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO

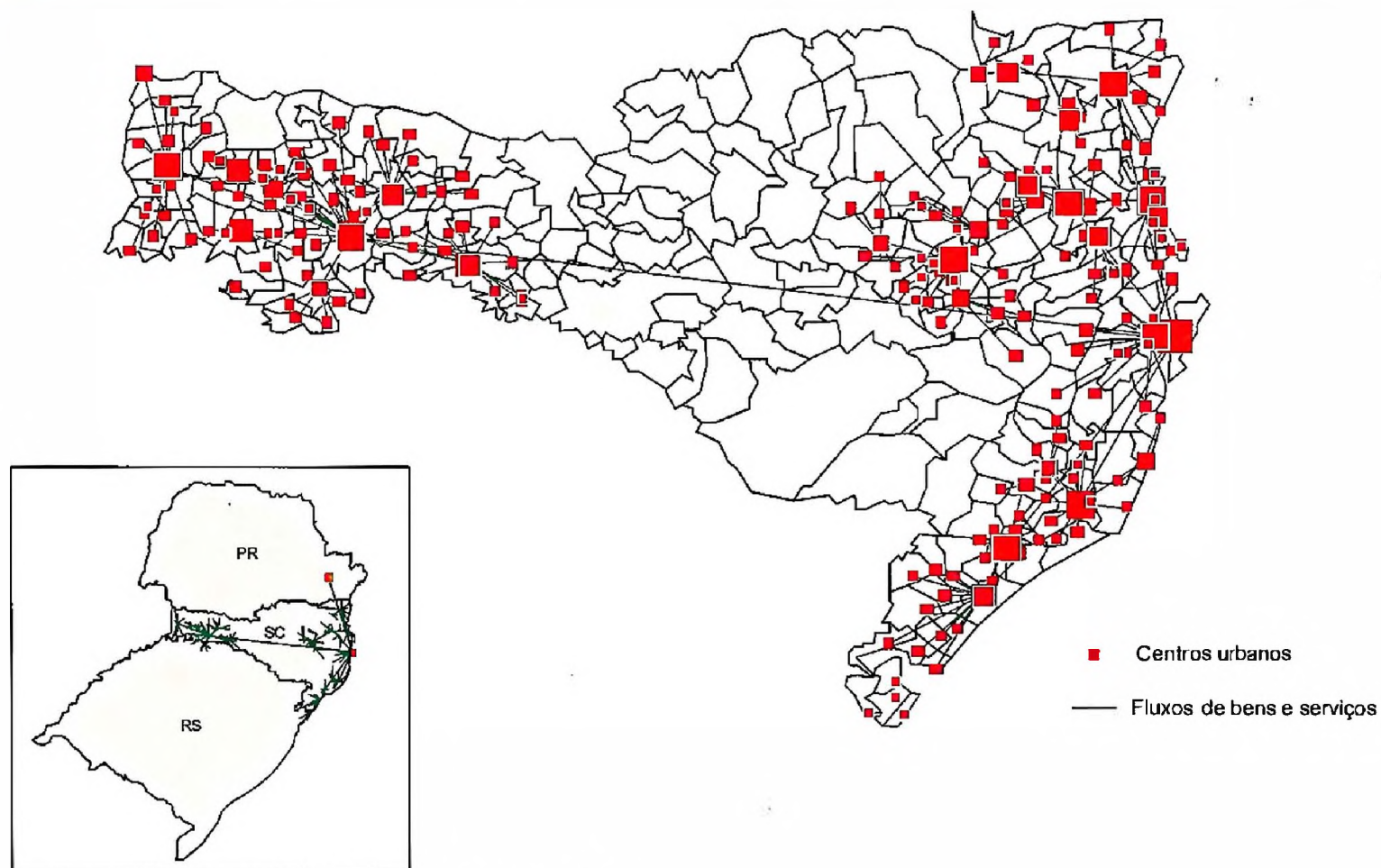


QUADRO A.19
CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE MARINGÁ

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4105902	Curitiba	4115200	Maringá											4107306	Doutor Camargo
														4107900	Floresta
														4111605	Matuba
														4114104	Mandaguape
														4117404	Ouizena
														4117503	Paçandu
														4120408	Presidente Castelo Branco
														4125308	São Jorge do Ivaí
										4114807	Marialva			4111100	Bambê
														4126256	Sarandi
										4105904	Colorado			4110300	Inaé
										(4113700-Londrina e				4110904	Iguape
										3541405-Presidente Prudente)				4112603	Jardim Olinda
														4113601	Lobato
														4116405	Nossa Senhora das Graças
														4118105	Paranacity (4118901-Nova Esperança)
														4118303	Paranapoema
														4123600	Santa Inês
														4124509	Santo Inácio
														4105607	União Grúcha (4128104-Uniurama)
														4110409	Indaial
														4112405	Japurá
														4113007	Jussara
														4117205	Nova Olímpia (4128104-Uniurama)
														4126108	São Tomé
														4126801	Tapejara
														4126900	Tapira
														4127205	Terra Boa
														4127909	Tunelinas do Oeste
										4122602	Rondon			4109104	Guaporama
										(4118402-Paranaval)				4125555	São Manoel do Paraná
														5004304	Iguatemi (4128104-Uniurama)
														5004601	Itaquiraí
														5005103	Jatui
														5005152	Jub
														5006259	Nova Horizonte do Sul (5004700-Minheirão)

ÁREA DE MARINGÁ

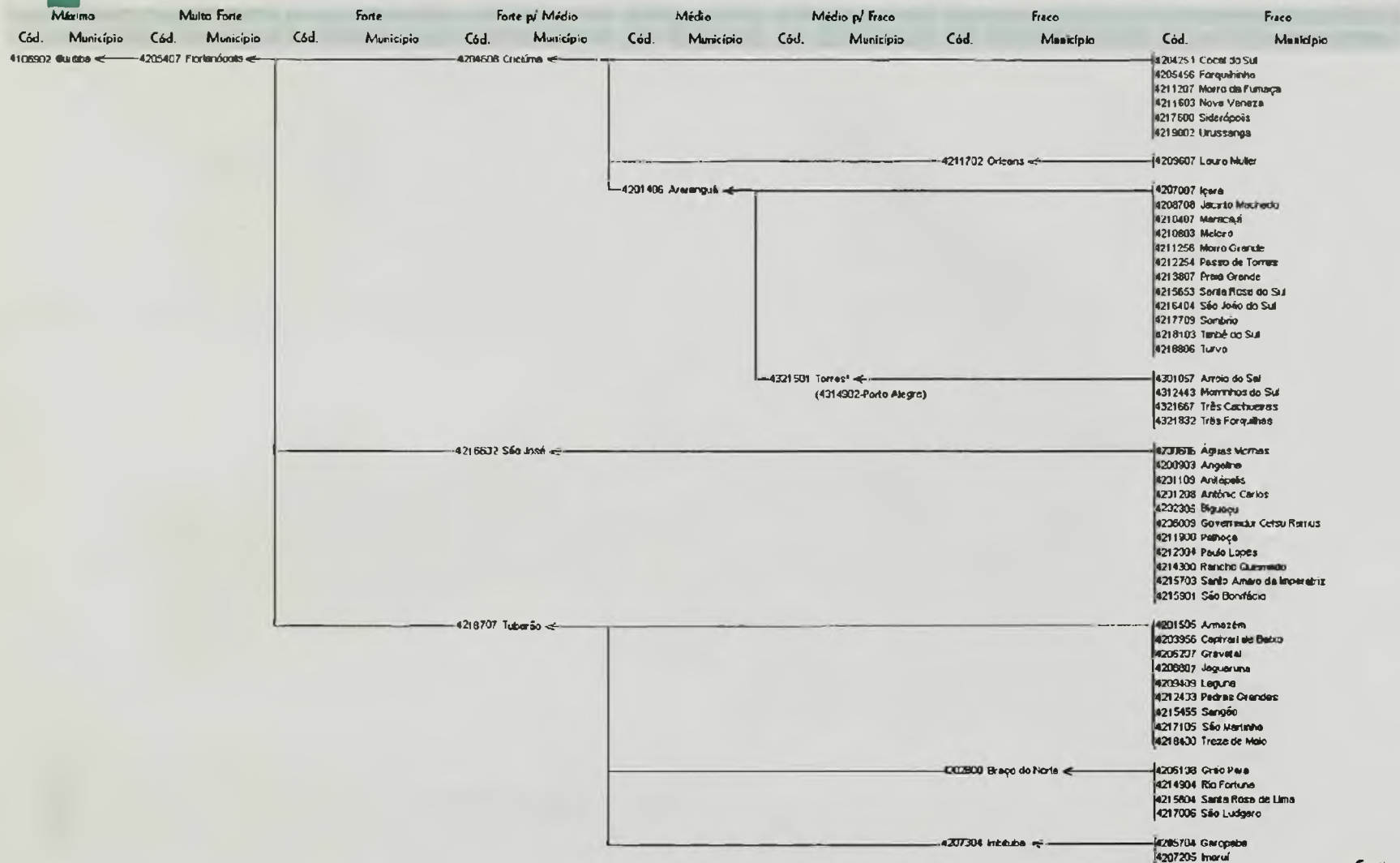
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4106902	Curitiba	4115200	Marangá	4101408	Apucarana*	(4113700-Londrina)										
				4104303	Camilo Mourão*	(4113700-Londrina)								4101705	Araruna	
														4102505	Barbosa Ferraz	
														4106555	Corumbelândia Sul	
														4107504	Engenheiro Beltrão	
														4107702	Fênix	
														4110805	Iretama	
														4113734	Luziana	
														4114005	Mamborê	
														4118808	Peabiru	
														4121109	Quinta do Sol	
														4122503	Roncador	
								4108501	Golubê					4103008	Ita Esperança	
														4112207	Jerônimo	
														4115101	Mariluz* (4128104-Umuarama)	
														4116108	Matriz São	
														4121366	Rancho Alegre D'Oeste	
											4128005	Libratã*		4100450	Albânia do Paraná	
											(4104806-Cascavel)			4103909	Campana da Legua	
														4110556	Itacema do Oeste* (4102800 Assis Chateaubriand)	
														4112959	Juranda	
														4116703	Nova Aurora* (4105308 Carosina)	
														4116802	Nova Cerrut	
				4110402	Paranavai*	(4113700-Londrina)										
				4126104	Imuierema*	(4113700-Londrina)										
														4100707	Alto Piquiri	
														4100509	Antônio	
														4103479	Catanduva do Sul	
														4105607	Cidade Gaúcha* (4105508-Cianorte)	
														4106605	Crutelo do Oeste	
														4107256	Douradina	
														4109908	Icaraima	
														4110807	Iporã	
														4111555	Ivaí	
														4114708	Maria Helena	
														4115101	Mariluz* (4108501-Golubê)	
														4117206	Nova Olímpia* (4105508-Cianorte)	
														4118907	Pérola	
														4125357	São Jorge do Patrocínio	
														4126825	Vila Alta	
														4128807	Xambioá	
														5004304	Gustema* (5005707-Naviraí)	
														4127403	Terra Roxa* (4117909-Poção)	
														4108809	Guaíra*	
														(4184808-Cascavel)		
														5005601	Mundo Novo*	
														(5003702-Dourados)		
														5004803	Jopará	
														5006358	Paranhos	
														5007703	Sete Quedas	



Fonte: IBGE, Diretoria de Geocógnica, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.20
CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE FLORIANÓPOLIS



Continua

QUADRO A.20

CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FLORIANÓPOLIS

Continuação

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Fraco		
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4108902	Curitiba	4206407	Florianópolis	4202404	Dumenseu (3884328 São Paulo)							4213203	Pomerode			
										4205912	Gleizer	4207106	Itaíma			
												4216001	Luz Alves			
									4218202	Timbó		4202206	Berardo Novo			
											4207502	Indaial	4205159	Doutor Pedrinho		
													4214706	Rio dos Cedros		
												4201257	Apulna			
												4201703	Ascurra			
												4216109	Rodão			
									4207918	Rimacim		4202701	Estreito			
												4206306	Gurubeia			
												4210209	Maj. Gercino			
												4211504	Nova Trento			
												4216315	São João Batista			
				4209203	Rajol							4202453	Borlândia			
												4203709	Candinha			
												4211306	Navegantes			
												4212902	Pinha			
												4212809	Piquet			
												4213500	Pituaçu			
												4216804	Tupac			
										4202003	Batista Combariú	4203204	Combariú			
												4206302	Zaperra			
				4214806	Rio do Sul							4200200	Agrônomo			
												4200309	Agrônomo			
												4201802	Alatão			
												4202859	Brasão do Trombudo			
												4209509	Laurentino			
												4209904	Linhares			
												4210852	Mirim Doce			
												4214102	Presidente Nereu			
												4214607	Rio d'Oeste			
												4218808	Trombudo Central			
										4208600	Itaíma	4205100	Dona Emma			
												4206161	José Botelho			
												4214000	Presidente Getúlio			
												4218498	Vitor Meireles			
												4219408	Witmarsum			
										4206500	Ituporanga	4200708	Alfredo Weyerer			
												4201911	Alvares			
												4207403	Alvares			
												4203806	Leoberto Lodi			
												4212700	Petrolândia			
												4215200	Vidal Ramos			
										4217600	Tua	4213700	Pouso Redondo			
												4214908	Rio do Campo			
												4215307	Salete			
												4216679	Santa Teófilo			

Continua

ÁREA DE FLORIANÓPOLIS

Continuação

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Fraco		
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4106902	Curitiba	4205407	Florianópolis	4204202	Chapaco*							4200556	Águas Frias	4201653	Arvoredo	
				(4314902-Porto Alegre)								4204350	Cordeiros Alta	4204400	Coronel Freitas	
												4204459	Coronel Martins	4206852	Custembú	
												4207858	Itali	4211454	Nova Taboata	
												4214201	Guatambu*	(4118501-Pato Branco)		
										4212908	Prthalzinho	4208955	Jardinópolis	4210902	Modelo	
												4211405	Nova Erechim	4217303	Saudades	
												4217550	Serra Alta	4217758	Sul Brasil	
												4218855	União do Oeste			
										4212708	Nonoai	4306957	Entre Rios do Sul	4307203	Erval Grande* (4307005-Erechim)	
												4308052	Faxinalzinho	4308126	Gramado dos Loureiros	
												4315552	Rio dos Índios	4321956	Trindade do Sul	
										4314704	Planalto*	4300505	Alpestre	(4308508-Frederico Westphalen)	4300648	Ametista do Sul
										4210506	Maravilha	4204707	Cunha Porã	4207759	Itacemiânia	
												4215208	Romeirândia	4217154	São Miguel da Boa Vista	
										4212106	Palmitos	4200507	Águas de Chapaco	4203105	Cabi	
												4204108	Caxambu do Sul	4213153	Planalto Alegre	
												4215075	Riqueza	4216008	São Carlos	
										4204301	Concórdia*	4201273	Araxá	4207601	Ipira	
										(4307005-Erechim)		4207700	Ipumirim	4207809	Itaó	
												4208005	Itá	4209854	Lindóia do Sul	
												4212601	Peritiba	4213104	Pradubá	
												4213906	Presidente Castelo Branco	4217501	Serra	
												4219606	Xavantina			

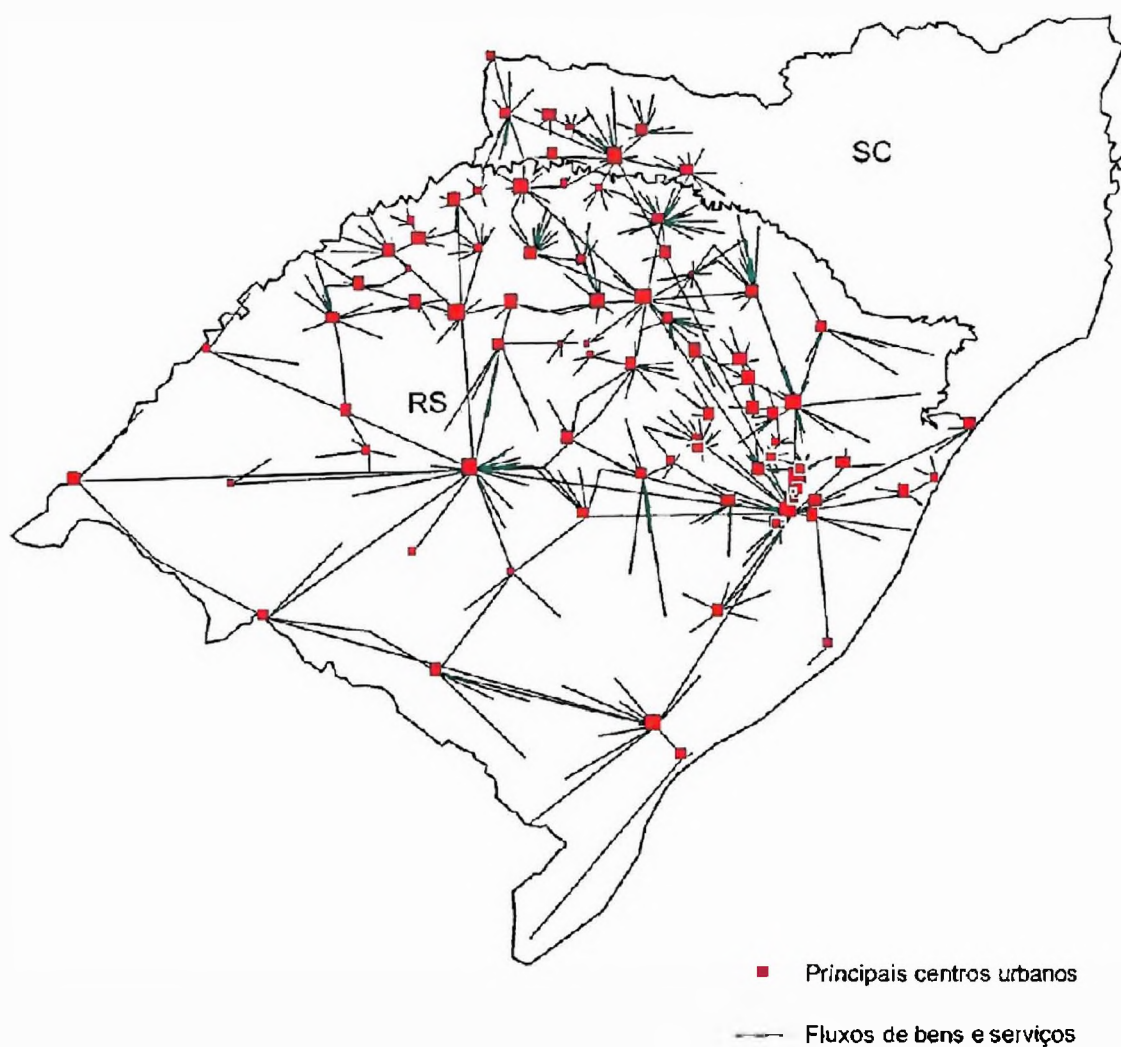
QUADRO A.20
CURITIBA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE FLORIANÓPOLIS

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4106802	Curitiba	4205407	Florianópolis	4204202	Chapecô* (4314302-Porto Alegre)			4219507	Xanxerê			4200101	Abraão Luz* (4117602-Palmas)	
												4206308	Faxinal dos Guedes	
												4207684	Ituporanga	
												4209498	Lajeado Grande	
												4210555	Marema	
												4211898	Ouro Verde	
												4212270	Passos Maia	
												4213401	Porte Serrada* (4117602-Palmas)	
												4216107	São Domingos* (4118501-Pato Branco)	
												4219101	Vergesão	
												4219705	Xaxim	
						4217204	São Miguel d'Oeste					4200804	Anchele	
												4202155	Belmonte	
												4201905	Descanso	
												4208405	Guaraciaba	
												4208603	Guaraciaba do Sul	
												4207650	Iporeia do Oeste	
												4208401	Itapiranga	
												4211009	Monte	
												4212239	Paraisópolis	
												4215554	Santa Helena	
												4218255	São João do Oeste	
												4216701	São José do Cedro	
												4218755	Tunápolis	
										4205001	Dionísio Cerqueira* (4118501-Pato Branco)			
		4208102	Joinville* (3550308-São Paulo)									4201307	Araricari	
												4202057	Belmonte do Sul	
												4202107	Bela Vista	
												4208503	Garuva	
												4208450	Itapiranga	
												4216206	São Francisco do Sul	
												4216354	São João do Itaperiú	
										4215802	São Bento do Sul	4203303	Campo Alegre	
										4216000	Rio Negro	4119103	Pinheiro	
										4208906	Jerônimo do Sul	4204502	Corupá	
												4208604	Guaramirim	
												4210605	Messianópolis	
												4217402	Schroeder	

PORTO ALEGRE - RS

MAPA A.22

PORTO ALEGRE (RS) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia, *Região de Influência das Cidades*, 1993.



QUADRO A.21

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PORTO ALEGRE

Máximo		Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4314902	Porto Alegre													4314159	Passos
														4321303	Taquara
										4305306	Campanha			4300851	Arambás
														4305173	Cerro Grande do Sul
														4308358	Crissal
														4308502	Dom Feliciano
														4320354	Sentinelas do Sul
														4321185	Tapes
										4309203	Osório			4303183	Cachoeirinha
														4308090	Glorinha
										4309308	Guaiçás			4301929	Barro do Ribeiro
														4306737	Elóiário do Sul
														4311991	Noronha Pimentel
														4320552	Sertão Santana
										4316403	São Jerônimo			4301107	Arroio dos Rios
														4301750	Barro do Triunfo
														4302703	Butá
														1005355	Charqueadas
														4308635	General Câmara (4322608-Venâncio Aves)
														4312252	Minas do Leão
														4322004	Triunfo
										4321501	Torres*			4301057	Arroio do Sol
										(4201408-Araranguá)				4312463	Morinhos do Sul
														4321667	Três Cachoeiras
														4321812	Três Forquinhos
										4305004	Cachoeira do Sul			4300108	Acidua* (4318507-Santa Maria e 4320701-Sobradinho)
														4384208	Candelária* (4316908-Santa Cruz do Sul)
														4335132	Cerro Branco
														4306700	Dona Francisca* (4316907-Santa Maria)
														4314827	Parede do Sul
										4302803	Caçoeira do Sul*			4311502	Lavras do Sul
										(4301602-Bagé e 4318907-Santa Maria)				4317004	Santa e da Boa Vista
														4310330	Irati
										4313508	Osório			4317608	Santo Antônio da Patrulha
														4321800	Tramanda
														4304830	Cajuru da Canoa
														4311775	Maquê
														4321436	Terra de Areia
														4323804	Xangri-lô
										4321204	Terra Nova			4310108	Itaó
														4314050	Parobé
														4315750	Rio do Sul
														4316006	Rolante
														4321709	Três Corras
										4323002	Viamão			4300804	Arvoredo
														4305454	Cibola
														4313698	Palmares do Sul
														4321352	Taques
										4312500	Mostardas				

Continua

QUADRO A.21

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PORTO ALEGRE

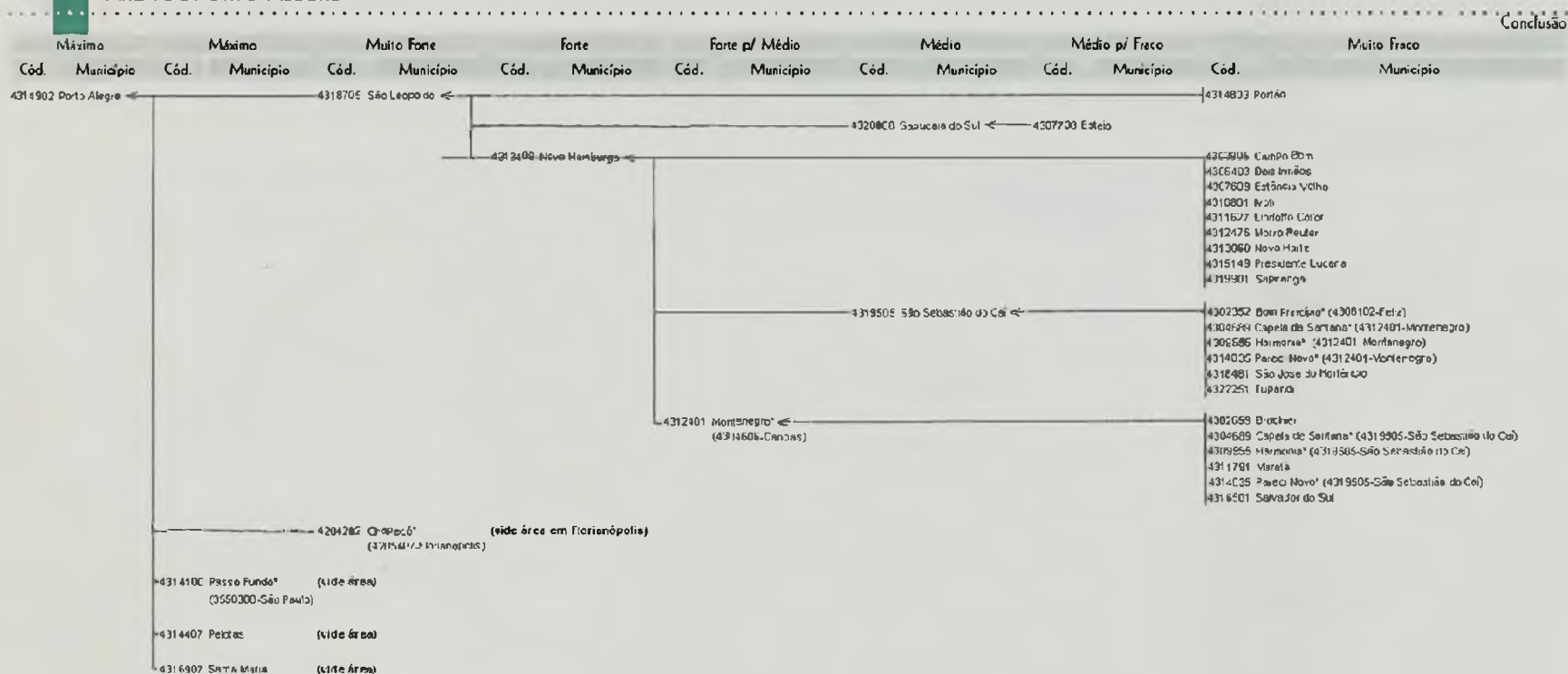
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4314302	Porto Alegre			4314575	Cindeas			4313271	Montenegro ^a (4313403-Nova Montenegro)			4313372	Novo Santa Rita			
												4302658	Bruchier			
												4304689	Capelinha Santana ^a (4313415-São Sebastião do Caí)			
												4309555	Harmonia ^a (4319503-São Sebastião do Caí)			
												4311791	Maratã			
												4314035	Pauco Nury ^a (4319505-São Sebastião do Caí)			
												4311501	Salvador do Sul			
				4311433	Lajeado							4301008	Arco do Meio			
												4302451	Boqueirão do Leão ^a (4322800-Verêncio Aires)			
												4304697	Capitão			
												4306306	Cruzeiro do Sul			
												4315131	Pouso Novo			
												4315154	Progresso			
												4316758	Santa Clara do Sul			
												4320453	Sano			
												4321626	Travesseiro			
								4306803	Estrelado			4300783	Área Branca			
												4312800	Maquin			
												4313003	Nova Brasília			
												4315208	Pudim			
												4315453	Reinhold			
												4315800	Roca Sales			
												4302402	Bom Retiro do Sul			
												4305581	Umariz			
												4310063	Ingrante			
												4321451	Tesão			
				4316608	Santa Cruz do Sul							4308858	Amorim Ferrador			
												4304200	Candelária ^a (4303004-Cachoeira do Sul)			
												4306900	Cruzulândia do Sul			
												4309158	Granado Xavier			
												4313953	Parqueiro Grande			
												4315701	Rio Pardo			
												4320677	Shinshu			
												4322533	Vale do Sol			
												4322707	Vera Cruz			
												4302451	Boqueirão do Leão ^a (4311403-Lajeado)			
												4308885	General Câmara ^a (4318408-São Jerônimo)			
												4312153	Mato Leitão			
												4314076	Passo do Sobrado			
												4300188	Aguaí ^a (4316907-Santa Maria e 4308704-Cachoeira do Sul)			
												4301206	Arco do Tigre			
												4309753	Itoróma			
												4311254	Lagoão ^a (4320600-Sociedade)			
												4318451	Santo Antônio			
												4320263	Sagredo			
												4322152	Tunas ^a (4320800-Soledade)			

ÁREA DE PORTO ALEGRE

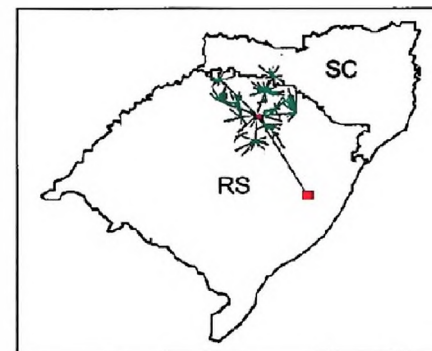
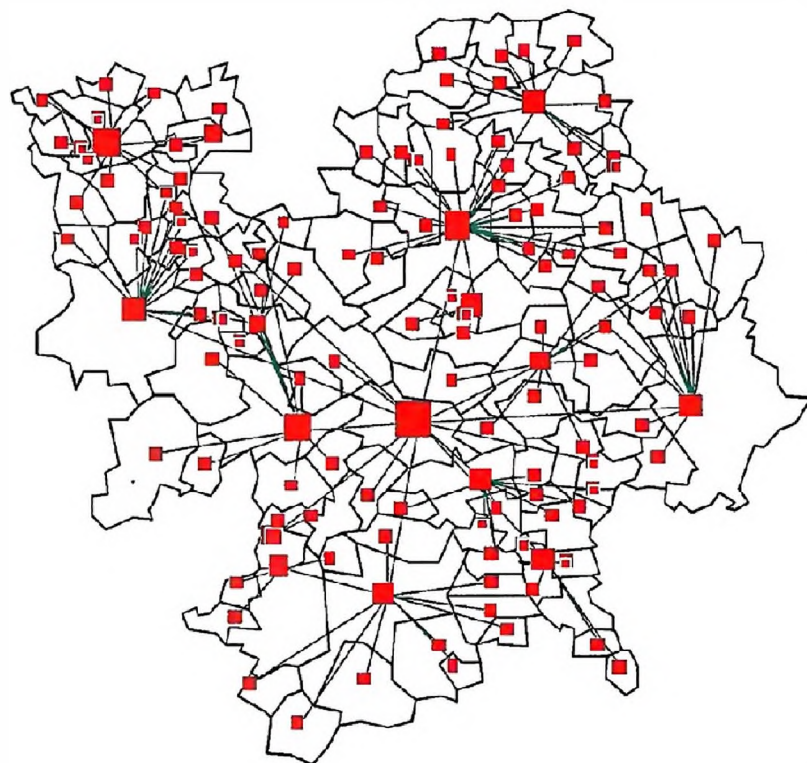
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4314902	Porto Alegre	4305108	Cedros do Sul											4308002	Antônio Prado
														4309608	Cambará do Sul
														4304409	Caneta
														4308201	Flores do Cunha
														4309100	Gramado
														4310438	Itó
														4313086	Nova Pádua
														4313201	Nova Petrópolis
														4314423	Pico da Café
														4318200	São Francisco da Paula
														4319000	São Marcos
														4301651	Barão
														4304804	Carlos Barbosa
														4308607	Garibaldi* (4302105-Bento Gonçalves)
														4313396	Nova Rama do Sul
														4314753	Poço das Antas
														4309570	Alto Feliz
														4302352	Boa Príncipe* (4319505-São Sebastião do Rio)
														4311843	Linha Nova
														4318752	São Vendelino
														4322541	Vale Real
														4309407	Ouro Preto
														(4314100-Passe Fundo)	
														4308452	Dos Lhedos
														4312351	Marau
														4319711	São Valdemir do Sul
														4320404	Serreta Grande
														4322350	União da Serra
														4311304	Lagoa Vermelha*
														(4311100-Passe Fundo)	
														4301800	Barracão
														4303002	Criciúma
														4304952	Cruzeiro
														4309802	Itapecuru
														4311700	Madreusópolis
														4316500	Sananduva* (4320309-Tapejara)
														4317854	Santa Expedita do Sul
														4318424	São João de Ligeira* (4320309-Tapejara)

Continued

ÁREA DE PORTO ALEGRE



MAPA A.23
PASSO FUNDO (RS) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



- Centros urbanos
- Fluxos de bens e serviços



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia, Registro de influência das Cidades, 1992

QUADRO A.22

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PASSO FUNDO

Máximo		Muito forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4314502	Porto Alegre	4314108	Passo Fundo											4306304	Davi do Conebarro
		(3550208-São Paulo)												4307054	Ernestina
														4314779	Portão
												4320909	Tapejara	4300059	Água Seta
														4305371	Charrua
														4315504	Criseo
														4305975	Costa
														4309903	Itaó
														4312118	Miro Castelhano
														4316500	Sananduva* (4311304-Lagoa Vermelha)
														4318424	São João de Urge* (4311304-Lagoa Vermelha)
														4318506	São João do Ouro* (4311304-Lagoa Vermelha)
														4321270	Lagoa das Três Cantos
														4323200	Victor Graeff
														4306452	Dona Leide
														4312351	Monteun
														4319711	São Valentim do Sul
														4320404	Sarafa Correa
														4322350	União do Seta
														4301800	Barraco
														4303202	Cocque Doble
														4304952	Caselas
														4318902	Ernestina
														4311700	Matoadinho
														4316500	Sananduva* (4320909-Tapejara)
														4317954	Santo Espetido do Sul
														4318424	São João de Urge* (4320909-Tapejara)
														4318303	São João do Ouro* (4320909-Tapejara)
														4322136	Tupema do Sul
														4303558	Comargo
														4304903	Casua
														4318954	Genra
														4312874	Núcleo Vergueiro
														4312757	Nova Alvorada
														4317553	Santo Antônio do Palma
														4318051	São Domingos do Sul
														4322553	Varuni
														4323433	Vila Maria
														4301404	Alvoradilha
														4302005	Barraco Casal
														4306300	Faúlura Xavier
														4318451	Imenita
														4310306	Itaó
														4310579	Itaó
														4311254	Itaó* (4320701-Sacredinho)
														4319485	São José do Marval
														4322152	Tunas* (4320701-Sacredinho)
														4300554	Alto Alegre
														4304101	Campos Borges
														4312427	Moço

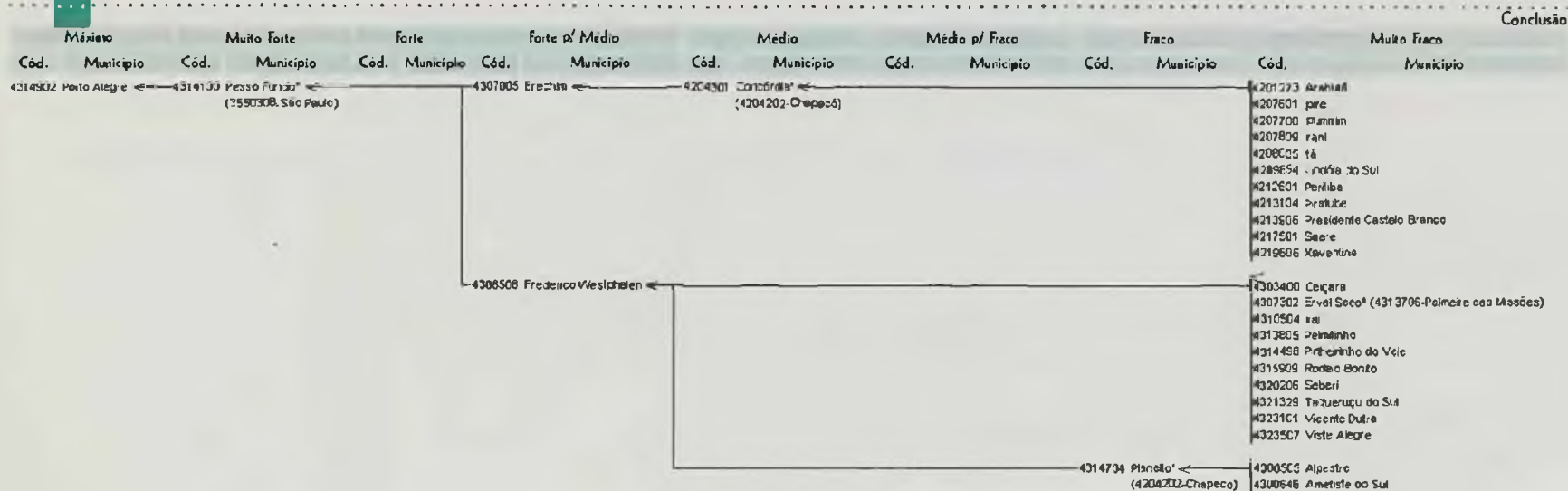
Continua

QUADRO A.22
PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE PASSO FUNDO

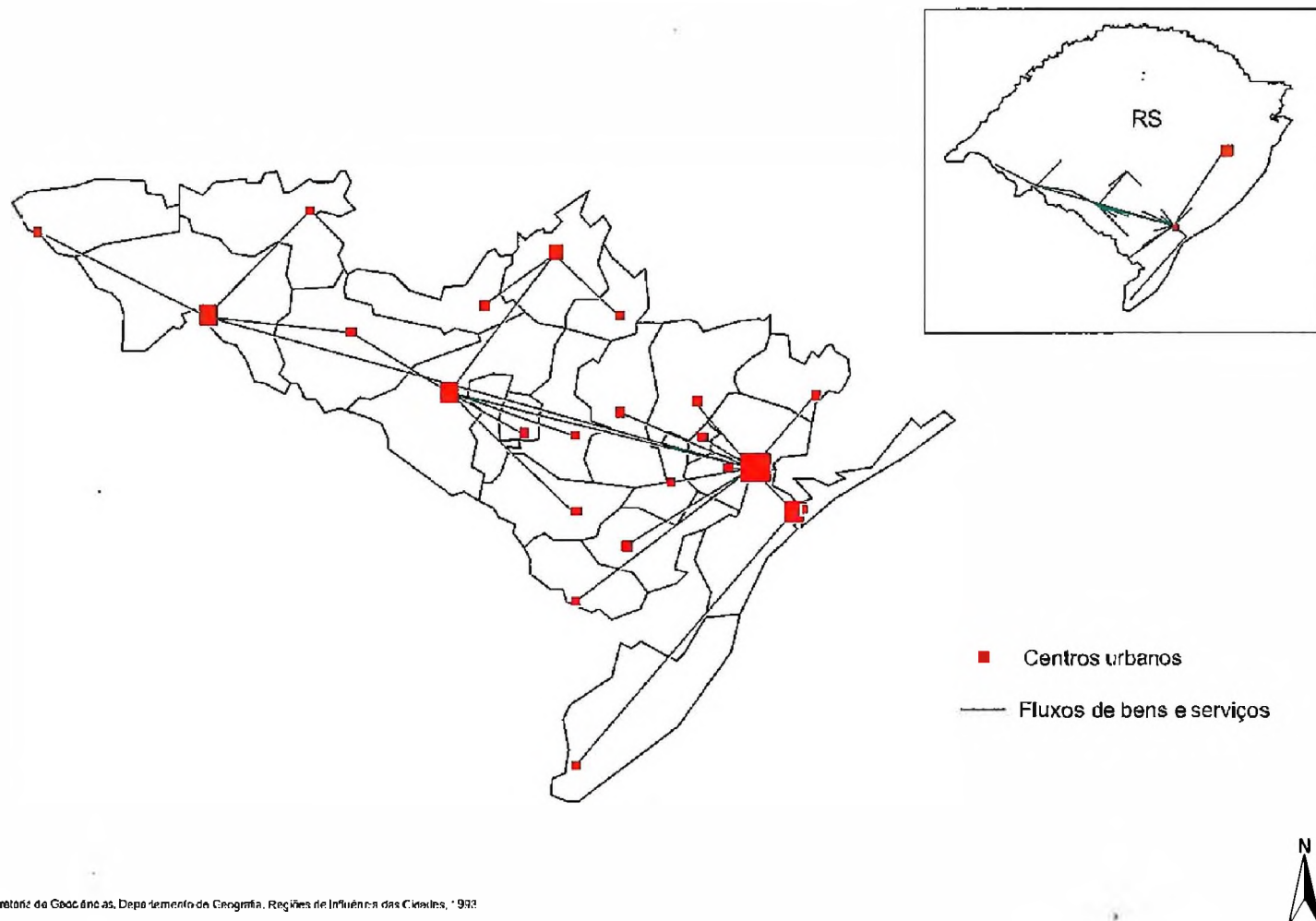
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Média		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4314902	Porto Alegre	4314100	Passo Fundo*			4313706	Palmeira das Missões					4301958	Barra Funda* (4320107-Sarandi)			
		(3650308-São Paulo)											4302154	Bom Vista das Missões		
													4305157	Cerro Grande		
													4306429	Dois Irmãos das Missões		
													4307902	Erval Seco* (4306508-Frederico Westphalen)		
													4310850	Jaboticaba		
													4311428	Lajeado do Bugre		
													4313490	Novo Barreiro		
													4313441	Novo Tiradentes		
													4314458	Pinhal		
													4316428	Sagrada Família		
													4316457	São José das Missões		
						4304705	Carazinho					4300808	Chapada			
												4303601	Constituinte			
												4305850	Cotuipeiros do Sul			
												4306924	Engenho Velho			
												4311601	Liberato Salzano			
												4312658	Não-Me-Toque			
												4316436	Saldanha Marinho			
												4318703	Santa Bárbara do Sul* (4313904-Panamby)			
												4317756	Santa Assunção do Planalto			
										4320107	Sarandi	4301958	Barra Funda* (4313706-Palmeira das Missões)			
												4312855	Nova Boa Vista			
												4316105	Ronda Alta			
												4316204	Rondinho			
												4321657	Três Palmeiras			
						4307005	Erechim					4300801	Arelha			
												4301552	Aurea			
												4301701	Barão de Cotegipe			
												4301925	Barra do Rio Azul			
												4303806	Campinas do Sul			
												4304853	Carlos Gomes			
												4305118	Constituinte			
												4307203	Erval Grande* (4312708-Nonoai)			
												4308706	Gazama			
												4310702	Itaíba do Sul			
												4310900	Jacutinga			
												4311808	Marcetino Ramos			
												4312005	Mariano Moro			
												4312203	Maximiliano de Almeida			
												4313807	Perm Filho			
												4318703	São Valentim			
												4320602	Severiano de Almeida			
												4321804	Três Anjos			
												4322806	Vitória			
										4306973	Getúlio Vargas	4306973	Erebango			
												4307593	Estação			
												4310482	Ipiranga do Sul			
												4320503	Sertão			

Continua

ÁREA DE PASSO FUNDO



MAPA A.24
PELOTAS (RS) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Censos de Geógrafos, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993

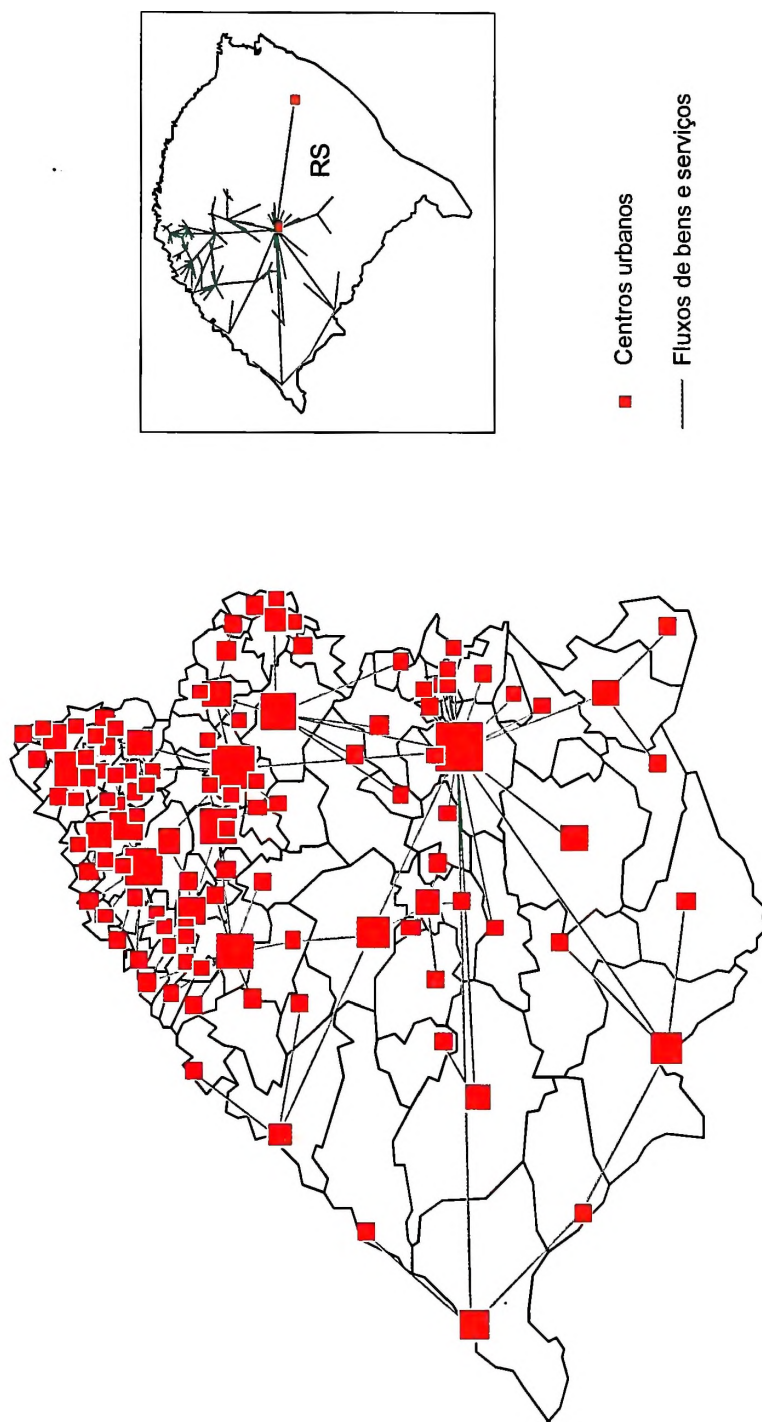
QUADRO A.23

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE PELOTAS

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4314902	Porto Alegre	4314407	Pelotas											4301305	Arco do Grande
														4304507	Canguçu
														4304653	Capão do Leão
														4311007	Jaguarião
														4312450	Marão Redondo
														4314209	Pedro Osório
														4314505	Pratini
														4318804	São Lourenço do Sul
										4317103	Santana do Livramento ^a (4316907-Santa Maria)			4306601	Dom Pedrito ^a (4301602-Bagé)
														4315305	Guará ^a (4322403-Uruguaiana)
														4316402	Rosário do Sul
										4301602	Bagé			4304358	Candói
														4306601	Dom Pedrito ^a (4317103-Santana do Livramento)
														4307104	Heróval
														4309854	Matão Negro
														4314506	Pinheiro Machado
										4302808	Caçapava do Sul ^a (4303004-Cachoeira do Sul e 4316907-Santa Maria)			4311502	Lavras do Sul
														4317004	Santana da Boa Vista
														4317301	Santa Vitória do Palmar
														4317507	São José do Norte
										4315802	Frio Grande				

MAPA A.25
SANTA MARIA (RS) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésicas, Departamento de Geografia, Regiões e Influência das Cidades 1983.

QUADRO A.24

PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SANTA MARIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
4314902	Porto Alegre	4316907	Santa Maria											4300105	Aguaiara (4313804-Cachoeira do Sul e 4320701-Sobradinho)
														4302907	Cacequi
														4306700	Dona Francisca (4303804-Cachoeira do Sul)
														4308003	Faxinal do Sul
														4308408	Formigueiro
														4310751	Itoró
														4313102	Novo Palmar
														4315503	Restinga Seca
														4318432	São João do Politéia
														4319125	São Martinho da Serra
														4319406	São Pedro do Sul
														4319604	São Sepé
										4300406	Alegrete	4311759	Manoel Viana		
										4302808	Cacequi do Sul (4301502-Bagé e 4303004-Cachoeira do Sul)	4311502	Lavras do Sul	4317004	Santana da Boa Vista
										4316309	São Gabriel				
										4317103	Sertão do Livramento (4314407-Pelotas)	4306801	Bom Fim (4301602-Bagé)		
												4315305	Quaraí (4322400-Uruguaiana)	4316402	Rosário do Sul
										4322400	Uruguaiana	4310603	Itaqui		
												4315305	Quaraí (4317103-Sertão do Livramento)		
										4317400	Santiago	4302501	Boqueirão (4318903-São Luiz Gonzaga)		
												4311106	Jaguari	4312104	Mata
														4313037	Novo Esperança do Sul
														4318101	São Francisco de Assis
														4319802	São Vicente do Sul
												4318002	São Borja	4308856	Garruchos
														4310553	Recursul
														4311205	Ado de Castilhos
														4314672	Paulo Grande
														4315321	Quevedos
														4322202	Tupancatiê
														4305803	Colmar
														4308458	Fortaleza das Velas
														4315354	Quinze de Novembro
														4320305	Selbach
														4305702	Condor
														4314308	Popoia
														4316436	Saldanha Marinho
														4316709	Santa Bárbara do Sul (4304705-Carazinho)
														4300208	Ajuricaba
														4301503	Augusto Pestana
														4308871	Coronel Barros
														4311155	Joa
														4302600	Brasão
														4304002	Campo Novo (4321907-Tres Passos)
														4305405	Citrapé
														4305900	Coronel Elicio
														4310413	Imbaí
														4315404	Imbituba
														4319109	São Martinho (4321805-Tres de Maio e 4321107-Tres Passos)
														4319737	São Valério do Sul

Continua

QUADRO A.24

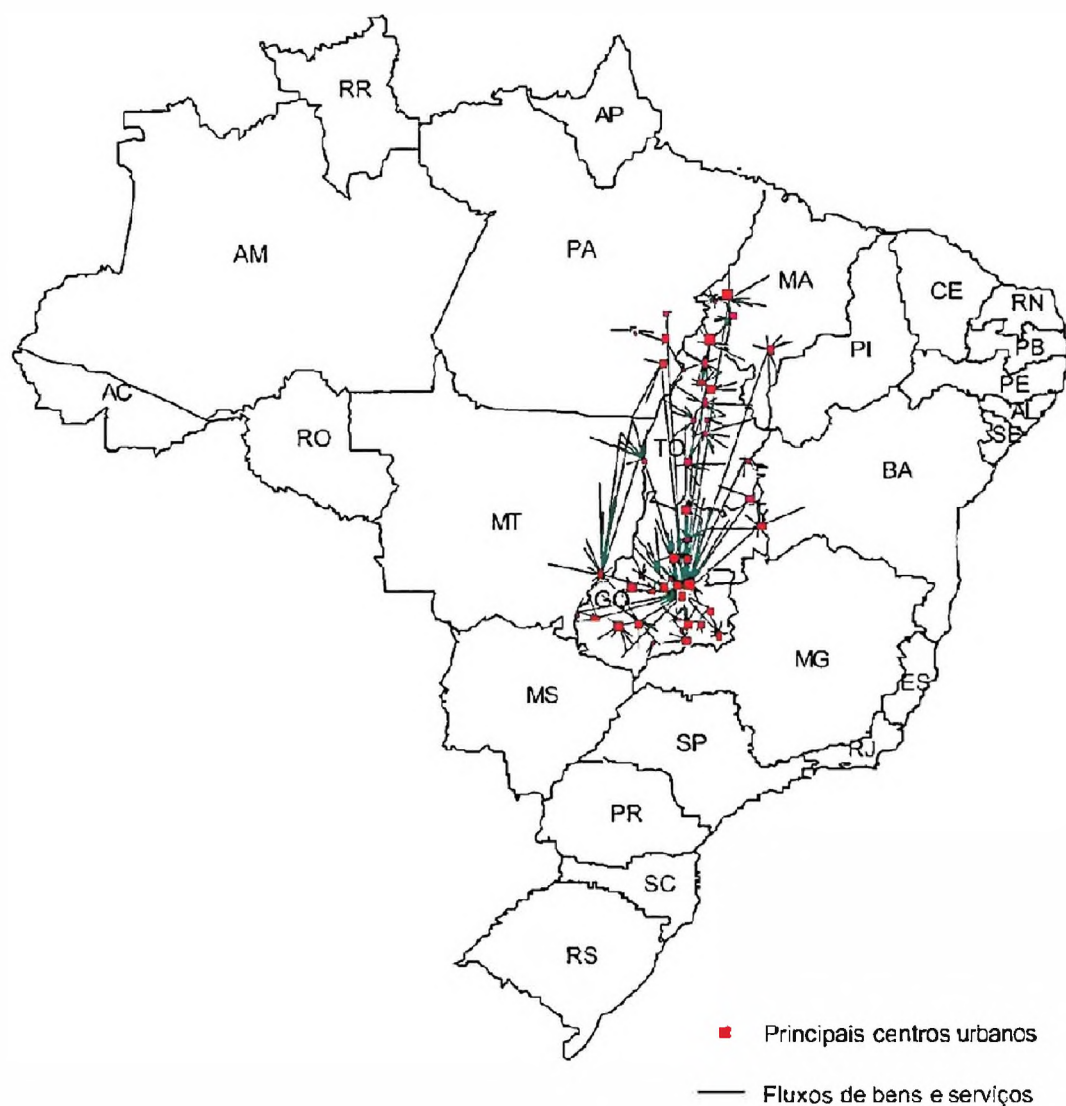
PORTO ALEGRE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SANTA MARIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
4314902	Porto Alegre	4316907	Santa Maria	4310207	Br			4313904	Panamby					4305102	Condor	
										(4308106-Cruzeiro do Sul)				4314308	Pejuçara	
														4318435	Solmarina Marinho	
														4318709	Santa Bárbara do Sul* (4304705-Cerejinha)	
														4302378	Bom Progresso	
														4304002	Campo Novo* (4317806-Santo Augusto)	
														4306807	Cristianópolis	
														4309304	Humaitá	
														4319103	São Martinho* (4321808-Três de Maio e 4317808-Santo Augusto)	
														4320203	Sede Nova	
														4321477	Turdeões do Sul	
														4301859	Barro do Guerra	
														4306320	Derrubadas	
														4312302	Miragema	
														4323705	Vista Quênia	
														4300307	Alcântara	
														4303707	Campina das Missões	
														4304309	Cabido Quênia	
														4315038	Porto Lucena	
														4315057	Porto Novo	
														4315073	Porto Vera Cruz	
														4317905	Santo Cristo	
														4322301	Tupareandi	
														4309001	Giruê* (4317509-Santo Ângelo)	
														4309506	Guarani das Missões* (4305207-Cerro Largo)	
														4300455	Alcântara	
														4302204	Bom Vista da Bunka	
														4310405	Independência	
														4318499	São José da Inhacora	
														4319109	São Martinho* (4321907-Três Pastos e 4317806-Santo Augusto)	
														4306734	Doutor Maurício Cardoso	
														4313425	Novo Machado	
														4322103	Tupunduba	
														4305009	Colúpio	
														4306932	Entre-luzes	
														4307831	Eugênio de Castro	
														4323754	Vitória das Missões	
														4309001	Giruê* (4317202-Santa Rosa)	
														4309506	Guarani das Missões* (4305207-Cerro Largo)	
														4309506	Guarani das Missões* (4309001-Giruê)	
														4315107	Porto Xavier* (4318903-São Luiz Gonzaga)	
														4318303	Rioque Gonzales* (4318903-São Luiz Gonzaga)	
														4318477	Salvador das Missões	
														4319307	São Paulo das Missões	
														4319372	São Pedro do Butiá	
														4317501	Barasombro* (4317404-Santiago)	
														4303301	Cahatê	
														4305303	Dezesseis de Novembro	
														4314555	Pratão	
														4315107	Porto Xavier* (4305207-Cerro Largo)	
														4318303	Rioque Gonzales* (4305207-Cerro Largo)	
														4317707	Santo Antônio das Missões	
														4319158	São Miguel das Missões	
														4319208	São Miguel	

GOIÂNIA - GO

MAPA A 26
GOIÂNIA (GO) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia. *Regiões de Influência das Cidades*, 1983.



QUADRO A.25
GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
5208707	Goiânia													5201105	Aparecida de Goiânia
														5201101	Aragoiânia
														5202353	Arakenópolis
														5203302	Cela Vista de Goiás
														5204557	Caldeirão
														5204507	Campesinato de Goiás
														5205455	Cazariânia
														5206388	Goiânia
														5206200	Gurupi
														5206261	Guarani
														5206705	Itapaciânia
														5211286	Itapaciânia
														5211701	Jardim
														5214051	Mundo Novo
														5214408	Nazário
														5215702	Palmeiras de Goiás
														5215800	Paranápolis
														5216403	Paranaíba
														5216104	Santa Bárbara de Goiás
														5220207	São Miguel do Araguaia
														5220104	Senador Cícero
														5221103	Trinidade
														5221908	Valeão
														5215754	Wanderópolis
														5103106	Caculé
										5209905	Goiatuba			5202155	Araguarias
														5202502	Ananias
														5207535	Fátima
														5214002	Nazaré
														5214858	Novo Cristão
										5212204	Jussara			5206807	Erilene
														5207380	Fazenda Nova
														5211008	Itapaciânia
														5212998	Itapaciânia
														5215207	Novo Brasil
														5219258	Santa Fé de Goiás
										5217401	Pico do Rio			5215306	Orizânia
														5215001	Palmeira
														5219205	Santa Cruz de Goiás (5204508-Caldas Novas)
										5207003	Olanópolis			5200100	Almas
														5206807	Conceição do Tocantins
														5215256	Novo Jardim
														5217800	Porto Alegre do Bom Jesus
														5218006	Porto Alegre do Tocantins
														5210558	Rio da Conceição
														5220937	Tapera do Tocantins
										5100300	Alto Araguaia			5219407	Santa Rita do Araguaia (5213103-Mineiros)
														5100607	Alto Taquari (5213103-Mineiros)
														5101235	Araguarias
										5107555	São Félix do Araguaia			5100950	Alto Boa Vista
														5102884	Canta Brava do Norte
														5103353	Confresa (5101003-Perna do Garças)
														5105305	Luziana
														5106778	Porto Alegre do Norte
														5107776	Santa Terezinha (5101603-Barra do Garças)
														5107354	São José do Rio Preto
														5108600	Vila Rica (5108138-Rodrigues e 5101003-Barra do Garças)

Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
5208707	Colinas							5201306	Anicuns			5200159	Adeíria			
													5200652	Americano do Brasil		
													5202609	Avenidas		
													5203539	Buriti de Goiás* (5220100-São Luís de Montes Belos)		
													5213906	Mossamedes		
													5219001	Sancristândia* (5220100-São Luís de Montes Belos)		
													5221502	Turvanô		
								5214904	Campos Belos* (5308108-Brasília)			5208201	Divinópolis de Goiás* (5218300-Nossa)			
													5213509	Worce Acre de Guas		
													1702406	Anápolis		
													1702703	Aurora do Tocantins		
													1705557	Comodoro		
													1715150	Novo Alegre		
													1716208	Paraná		
													1720503	Taguatinga* (3903201-Brasília)		
								5210000	Itumbiara			5201603	Araçu			
													5203506	Itumbiara		
													5205208	Colinas		
													5208600	Canavieiras		
													5210604	Taguatinga		
													5211404	Itapetininga		
													5215003	Novo Veneza		
													5216808	Petropolis de Goiás* (5201100-Anápolis)		
													5219506	Santa Helena de Goiás		
													5221807	Tejupá de Goiás		
										5210106	Itaberaí	5209606	Itaberaí			
													5210562	Taguatinga		
								5210208	Itaberaí			5200902	Aurora do Tocantins			
													5207105	Dionópolis		
													5210307	Itaberaí		
													5211602	Itaberaí		
													5212308	Jussara		
													5213707	Montes Claros de Goiás		
													5215552	Pratânia de Goiás* (5213305-Min Verde)		
								5213103	Meireles			5218102	Portelândia			
													5219407	Santa Rita de Araguaia* (5103300-Alto Araguaia)		
													5100807	Alto Taquari* (5100300-Alto Araguaia)		
													5106703	Ponte Branca* (5107632-Rio do Povo)		
								5213806	Morrinhos			5203906	Buriti Alegre* (5211503-Itumbiara)			
													5206305	Orientalópolis		
													5217104	Pracanaíba		
										5204500	Caldas Novas	5200209	Água Limpa			
													5205501	Corumbópolis* (3103504-Araguaia)		
													5212507	Morumbi		
													5218789	Rio Quente		
													5219209	Santa Cruz de Goiás* (5217401-Pires do Rio)		
										5203101	Coatuba* (5211503-Itumbiara)	5212105	Joviânia* (5217703-Portelândia)			

Continua

QUADRO A.25
GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
5208707	Goiânia							5213808	Moinhos	5217708	Portelina	5200583	Altoândia			
												5206503	Gramma			
												5207352	Edesina			
												5207402	Edéia			
												5208952	Indiara			
												5212105	Javânia* (5209101-Goiatuba)			
												5212600	Mairipotuba			
												5218391	Professor Jamil			
												5222054	Vicentinópolis			
								5218003	Porangaba			5204858	Campos de Goiás* (5201108-Anápolis)			
												5207501	Estrela do Norte* (5221501-Uruaçu)			
												5208103	Formoso			
												5213772	Mantiqueira do Norte			
												5214101	Munizópolis			
												5215298	Nova Planalto			
												5219805	Santa Teresinha de Goiás			
												5221452	Trombas			
								5218308	Posse* (5200108-Brasília)			5200803	Alvarado do Norte* (5209004-Formosa)			
												5203982	Buitãoópolis			
												5206701	Dominópolis			
												5208301	Divinópolis de Goiás* (5204904-Compos Brás)			
												5203408	Guarani de Goiás			
												5203503	Iedara			
												5212709	Manoá			
												5214903	Nova Roma			
												5218803	São Domingos			
												5220886	Simãozinho			
												5209307	Correntina* (5209103-Santa Maria de Vitoria)			
								5220108	São Luís de Montes Belos			5202601	Aurilândia			
												5203939	Bom de Goiás* (5201306-Anicuns)			
												5204201	Cachoeira de Goiás			
												5205703	Cárego do Ouro			
												5207808	Firminópolis			
												5213400	Itaporã			
												5218001	Santa Helena* (5201306-Anicuns)			
												5220658	São João da Paraúba			
								1506136	Redenção			1502764	Quarenta do Norte			
												1505551	Pouo'ayra			
												1506708	Santa do Araguaia			
												1506800	Vila Rica* (5101803-Itaó do Garças e 5107859-São Félix do Araguaia)			
								1508407	Xingura			1506181	Rio Maria			
										1502707	Conceição do Araguaia	1506593	Santa Maria das Barrancas			
												1708001	Costa de Magalhães			
										1505437	Quilândia do Norte* (1501402-Belem)					
										1505558	Parauapebas* (1501402-Belem)	1502772	Quilândia* (1504208-Marabá)			
										1508084	Tucumã* (1501402-Belem)	1500347	Água Azul do Norte			
												1507300	São Félix do Xingu			

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
5208707	Goiania					5205109	Catalão					5211217	Anhangüera			
							(3170203-Uberlândia)					5204805	Campo Alegre de Goiás			
												5206602	Cumari			
												5206909	Davinópolis			
												5211509	Goandara			
												5210109	Ipameri			
												5214804	Nova Aurora			
												5215904	Ozônio			
												5221304	Tres Ranchos			
												5221809	União			
						5218805	Rio Verde					5280134	Acreúna			
												5204102	Cachoeira Alta			
												5204400	Carapina			
												5205009	Castelândia			
												5207253	Boverlândia			
												5213004	Montividiu			
												5213755	Montividiu			
												5215552	Palestina de Goiás* (5210208-Iporá)			
												5215308	Santa Helena de Goiás			
												5215712	Santo Antônio da Barra			
												5221501	Turvelândia			
								5218508	Guarapólis			5205150	Turvelândia			
												5216304	Paranaçu			
												5220405	São Simão* (3134202-Turvelândia)			
								5211909	Alto Paraíso			5201454	Aprimorada do Rio Doce			
												5204300	Caçu			
												5205471	Chapadão do Céu			
												5211305	Itarumã			
												5216452	Perolândia			
												5220804	Serranópolis			
						1716109	Paraíso do Tocantins					1700251	Abre-Lândia			
												1705107	Barralândia* (1713205-Macacana do Tocantins)			
												1703909	Casa Nova			
												1706100	Cristalândia* (1709500-Luziânia)			
												1707108	Davinópolis do Tocantins			
												1711502	Lagoa da Confusão			
												1712504	Mangaporis do Tocantins			
												1715002	Nova Rosalândia			
												1717503	Pium			
						2101400	Balsas*					2100501	Alto Paraíso			
							(2211001-Teresina)					2104107	Monte Castelo			
												2106102	Natália			
												2109102	Parauapebas			
												2109700	Santa Helena			
												2111607	São Raimundo das Mangabeiras			
												2112001	Tasso Fragoso			
												2209203	Santa Filomena			

Continua

QUADRO A.25
GOIÂNIA - INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
5208707	Goiânia							5101803	Serra do Oeiras					5201702	Araguás	
														5203104	Baliza	
														5203401	Bom Jardim de Goiás	
														5217303	Fronteira	
														5100201	Aguas Boa	
														5101101	Araguaína	
														5102503	Campanópolis	
														5102702	Canarana	
														5103353	Confresa* (5107853-São Félix do Araguaia)	
														5103908	General Carneiro	
														5106257	Novo Xavante	
														5106281	Novo São Joaquim	
														5106553	Paraisópolis	
														5107310	Primeira de Maio	
														5107365	Quatzenberg	
														5107130	Ribeirão Cascatinha	
														5107198	Ribeirãozinho	
														5107716	Santa Terezinha* (5137853-São Félix do Araguaia)	
														5108204	Tolosa e U	
														5108500	Vila Rica* (5106133-Redenção e S. 07853-São Félix do Araguaia)	
														5200500	Dom Jesus de Goiás	
														5203306	Bom Jardim de Goiás	
														5204250	Cachoeira Dourada	
														5209397	Inaciolândia	
														5216307	Fonseca	
														5103751	Araporã	
														5109308	Cachoeira Dourada	
														5115305	Centrinha	
														5209101	Goiatuba* (5213806-Montinhos)	
														5212105	Juniópolis (5217706-Pontalina)	
														7003401	Atenção da Tocantins	
														7007007	Alvarenga	
														7008607	Cariri do Tocantins	
														7001000	Olinda (1716109-Paraisópolis do Tocantins)	
														7007305	Itaerá	
														7007652	Figueirópolis	
														7008205	Farmaco de Araguaia	
														7118008	Jesus do Tocantins	
														7142013	Madureira	
														7168004	Palca	
														7204000	São Valério da Natividade	
														7208503	Sumaré	
														1713205	Miracema do Tocantins* (1702109-Araguaína)	
														1701101	Apericilândia do Rio Negro* (1721000-Palmas)	
														1701903	Araguaema	
														1703107	Barro Preto* (1716109-Paraisópolis do Tocantins)	
														1707207	Olinda do Tocantins	
														1712009	Lajeado* (1721000-Palmas)	
														1712405	Lizarda	
														1713304	Miracema	
														1715101	Novo Acrelândia* (1721000-Palmas)	
														1718709	Rio dos Bois	
														1718758	Rio São	
														1721109	Tocantins	

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
5208707	Goianésia					1700500	Guarupa	1718204	Pontalvisceral					1703701	Orizânia de Nazaré	1703701 Orizânia de Nazaré 1707553 Fátima 1713601 Monte do Carmo 1717008 Andorinha do Tocantins 1717909 Ponte Alto do Tocantins 1718907 Santa Rosa do Tocantins 1720150 São Félix do Tocantins 1720655 Silvânia
										1721000	Patross			1701101	Aparecida do Rio Negro* (1713205 Miracema do Tocantins)	
														1711951	Lagoa do Tocantins	
														1712008	Lajedo* (1713205 Miracema do Tocantins)	
														1715101	Novo Acoró* (1713205 Miracema do Tocantins)	
														1719004	Santa Tereza do Tocantins	
						5200108	Anápolis							5200100	Abadiânia	5200300 Alto São 5203559 Bonfinópolis 5204656 Campanário* (5218003 Perangatu) 5205307 Cavalcante* (5200108 Brasília) 5205513 Cocatinha de Goiás 5205802 Corumbá de Goiás 5208400 Goiânia 5211800 Jaraguá 5212303 Leopoldo de Bulhões 5213803 Marília 5214507 Noroeste 5215405 Ouro Verde de Goiás 5216009 Petrolina de Goiás* (5210000 Itumbas) 5217302 Pirenópolis 5219902 São Francisco de Goiás 5220264 São Miguel do Passa Quatro 5220902 Silvânia 5221197 Teresópolis de Goiás 5222005 Vianópolis
														5206400	Goiânia	
														5203203	Barro Alto	
														5219357	Santa Isabel* (5205405 Ceres)	
														5204953	Campos Verdes	
														5205000	Carmo do Rio Verde	
														5206404	Goiás	
														5209457	Guaranás	
														5210301	Itapaci	
														5213855	Monte Agudo de Goiás	
														5214705	Nova América	
														5214801	Nova Olinda	
														5216908	Pilar de Goiás	
														5218602	Rialma	
														5218706	Riadópolis	
														5218904	Rubelene	
														5219357	Santa Helena* (5205508 Goiânia)	
														5219704	Santa Tereza de Goiás	
														5220157	São Luiz do Norte	
														5221577	Teraputu	
														5221700	Uruana	

Continua

QUADRO A.25

GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
5200707	Goiânia	5201108	Anápolis	5205406	Ceres	5221601	Uruaçu	5200535	Alto Horizonte	5204705	Campinaorte	5205521	Coimas do Sul	5207501	Estrela do Norte* (5218003-Porangatu)	
										5209004	Hicrolina	5212808	Itambé	5214608	Niquelândia	
		1702109	Araguaína											1707458	São Geraldo do Araguaia	
														1701309	Araguainópolis	
														1702158	Araguaína	
														1703008	Bela Vista	
														1703842	Campos Lindos	
														1703883	Caracolândia	
														1707702	Fladópolis	
														1709005	Goiatins	
														1713957	Iturubá	
														1717206	Itumbiara	
														1718865	Santa Fé do Araguaia	
														1722081	Wanderlândia	
														1722107	Xambioá	
														2102804	Carolina	
														1702307	Araporã	
														1703206	Bernardo Sayão	
														1703602	Brasilândia do Tocantins	
														1710508	Itapajá* (1709302-Guará)	
														1710804	Itapiranga* (1709302-Guará)	
														1711100	Itapiranga do Tocantins* (1709302-Guará)	
														1711803	Jaraguá	
														1714860	Nova Olinda	
														1715705	Palmeiras	
														1716307	Pau D'Arco	
														1718402	Presidente Kennedy* (1709302-Guará)	
														1721307	Tupiratinga* (1709302-Guará)	
														1713205	Miracema do Tocantins* (1709302-Guará)	
														1701101	Apericibe do Rio Negro* (1721000-Palmas)	
														1701003	Araguacema	
														1709107	Barro Preto* (1716102-Paraisópolis do Tocantins)	
														1707207	Dois Irmãos do Tocantins	
														1712009	Lajeado* (1721000-Palmas)	
														1712406	Luzerna	
														1713304	Miracema	
														1715101	Nova Aurora* (1721000-Palmas)	
														1718709	Rio dos Bois	
														1718758	Rio Sono	
														1721109	Tocantins	
														1701002	Ananias	
														1701031	Angico	
														1703928	Cachoeirinha	
														1708608	Darcinópolis	
														1710708	Itapiranga	
														1712801	Maurilândia do Tocantins	
														1713809	Mesquita	
														1714302	Niterói	
														1718590	Pacheco	

QUADRO A.25

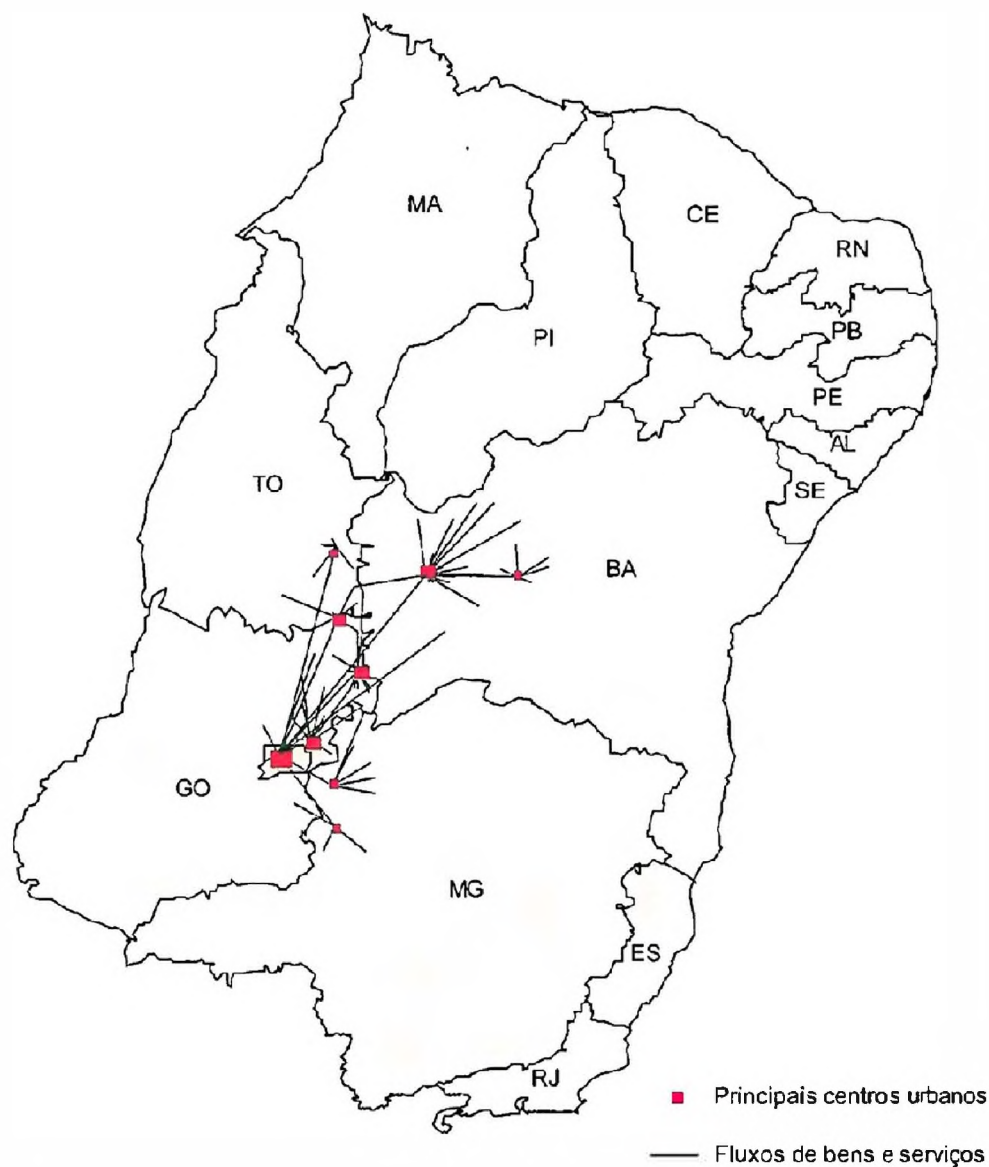
GOIÂNIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE GOIÂNIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
5208707	Colônia	1702199	Araguânia	1708992	Goiânia									1716703	Colônia	
														1708254	Fortaleza do Taboão	
														1708384	Colônia	
														1710508	Recanto (1705508-Colinas do Tocantins)	
														1710984	Recanto (1705508-Colinas do Tocantins)	
														1711100	Recanto do Tocantins (1705508-Colinas do Tocantins)	
														1718653	Pedreira	
														1718402	Presidente Kennedy (1705508-Colinas do Tocantins)	
														1721307	Tupetins (1705508-Colinas do Tocantins)	
														1703305	Bom Jesus do Tocantins	
														1704105	Centenário	
														1718501	Recanto/Anda	
														1718881	Santa Maria do Tocantins	
														1502919	Dom Eliseu (1505502-Paragominas)	
														1702901	Aixá do Tocantins	
														1718303	Praia Norte	
														1720200	São Miguel do Tocantins	
														1720804	São Novo do Tocantins	
														2100955	Açailândia (1501402-Belém)	
														2100600	Amarante do Maranhão	
														2100956	Arame	
														2104057	Estrela	
														2104800	Grajá	
														2105500	João Lisboa	
														2107001	Montes Alhos	
														2109007	Porto Franco	
														2111805	São Novo	
														1501758	Brejo Grande do Araguaia (1504208-Marabá)	
														1505494	Boqueirão do Pará	
														1702554	Augustinópolis	
														1703800	Buriti do Tocantins	
														1703891	Camação Bonito	
														1707405	Esperantina	
														1718808	Sampaio	
														1720101	São Bento do Tocantins	
														1720309	São Sebastião do Tocantins	
														1701002	Ananias	
														1701051	Angico	
														1703826	Cachoeirinhas	
														1706506	Itacurup	
														1710706	Regalópolis	
														1712801	Mauricândia do Tocantins	
														1713809	Mossueto	
														1714302	Nazari	
														1718550	Pacheco	

BRASÍLIA - DF

MAPA A.27
BRASÍLIA (DF) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.26

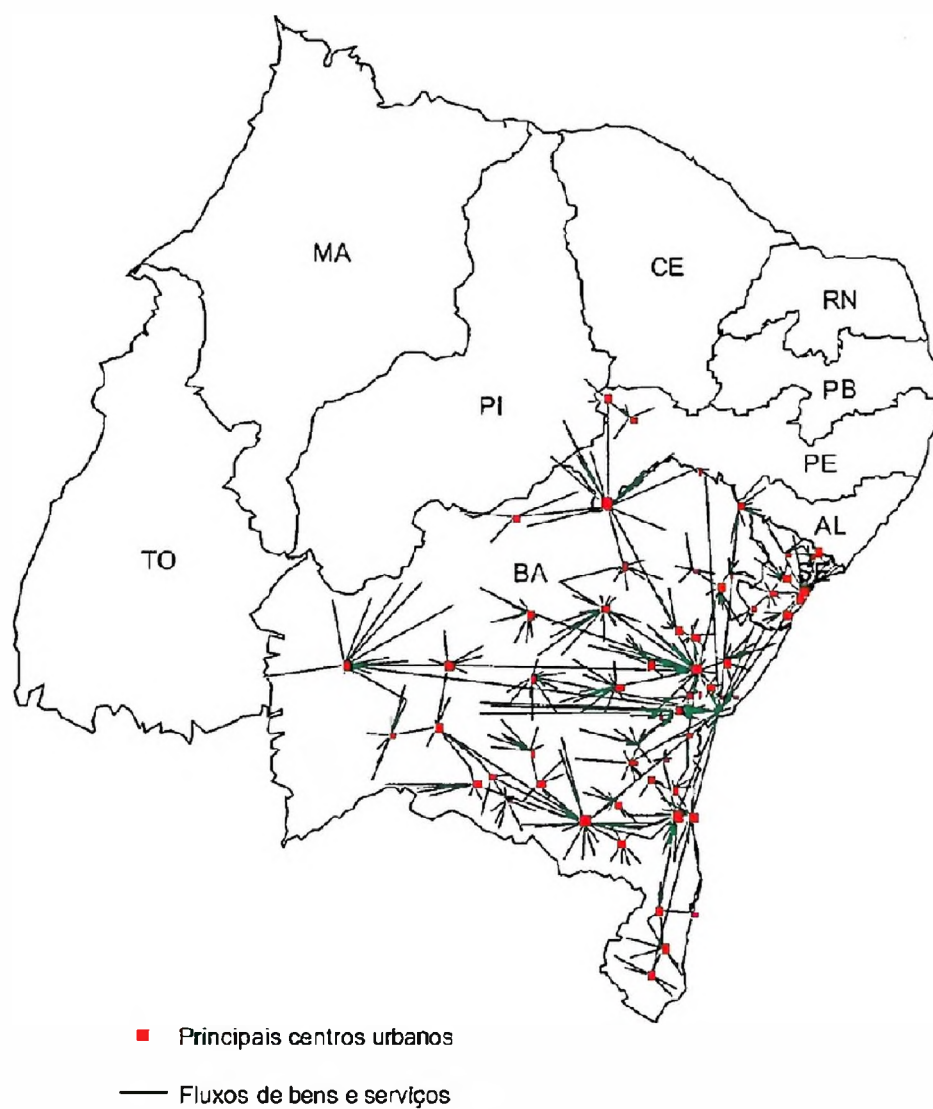
BRÁSILIA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE BRÁSILIA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
500108	Brasília													5205307	Cavalcante* (5201108-Anápolis)
														5212501	Luziânia
														5215603	Padre Bernardo
														5219753	Santo Antônio do Descoberto
														5221080	Teresina de Goiás
										1707009	Dianópolis* (5208707-Goiânia)			1700400	Atenas
														1709607	Conceição do Tocantins
														1715259	Novo Jardim
														1717800	Ponte Alta do Bom Jesus
														1718006	Porto Alegre do Tocantins
														1718659	Rio da Conceição
														1720937	Talpas do Tocantins
										3147006	Paracatu* (3106200-Belo Horizonte)			3126600	Guarda-Mor
														3136308	João Pinheiro* (3148004-Patos de Minas)
														5206206	Cristalina
										3170404	Uruí* (3106200-Belo Horizonte)			3104902	Arlinos
														3108206	Bontinópolis de Minas
														3109303	Buritis
														3126208	Formoso
														3154457	Riachinho
														5204904	Campos Belos* (5208707-Goiânia)
														1702406	Araçás
														1702703	Aurora do Tocantins
														1705557	Combinado
														1715150	Novo Alegre
														1716208	Paraná
														1720503	Taguatinga* (2903201-Barreiras)
														5208301	Divinópolis de Goiás* (5218300-Posse)
														5213509	Monte Alegre de Goiás
										5208004	Formosa			5200175	Água Fria de Goiás
														5200605	Alto Paraíso de Goiás
														5200805	Alvorada do Norte* (5210604-Formosa)
														5204003	Cabeceiras
														5207907	Flores de Goiás
														5217609	Planaltina
														5220008	São João d'Alcântara
														5220702	São d'Abadia
														5222203	Vila Boa
														5216300	Posse* (5208707-Goiânia)
														2909307	Correntina* (2928109-Santa Maria da Vitória)
														5200803	Alvorada do Norte* (5210604-Formosa)
														5203962	Buritinópolis
														5206701	Damianópolis
														5208301	Divinópolis de Goiás* (5204904-Campos Belos)
														5209108	Guarani de Goiás
														5209903	Iaciara
														5212709	Mambai
														5214903	Nova Roma
														5219603	São Domingos
														5220686	Simlândia
														2903201	Barreiras* (vinte área em Salvador) (2927408-Salvador)

SALVADOR - BA

MAPA A.28
SALVADOR (BA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geocências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.27

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE SALVADOR

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte p/ Médio	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco
Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município
2327480 Salvador ←							2304100 Bonéira 2312593 Itaquara 2318104 Ipanema 2317504 Jandêiro 2313207 Louro de Freitas 2318901 Macaúbas 2327002 Rio Real 2333208 Vera Cruz
					2301007 Amargosa ←		2304300 Brejoões* (2310500 Fcra de Santana) 2310305 Estão Matrodo 2321302 Itagras 2322505 Nova Fátima
						2315701 Camaçari ←	2310357 Dias d'Ávila 2321005 Mata de São João
						2306501 Canadua ←	2319926 Madre de Deus 2329209 São Francisco do Conde* (2328604 Santo Amaro) 2329503 São Sebastião do Passé* (2328604 São Amaro) 2330708 Simões Filho
				2328801 Santo Amaro ←			2329208 São Francisco do Conde* (2306501 Canadua) 2328503 São Sebastião de Passé* (2306501 Canadua) 2328750 Saubara 2331707 Terra Nova
				2328808 Sobra ←			2304001 Boninal 2313002 Itabira 2314406 Itagira 2316006 Lençóis 2321306 Mucugê 2323035 Nova Horizonte 2323536 Palmeiras 2324106 Pata 2330808 Santa Sofia 2333406 Vagão
				2324009 Paulo Afonso* ← (2311808-Racite)			2311402 Olinda 2318100 Jeremobio 2327101 Nodéas 2327608 Santa Brígida 2311002 Petrópolis* (2301201 Arcoverde) 2300102 Água Branca* (2304302 Macaúbas) 2302405 Distrito Osvaldo* (2304302 Macaúbas) 2305002 Min. Gravit* (2318307 Mucugê) 2305804 União d'Água do Castelo 2307107 Praia Preta* (2304302 Macaúbas) 2301207 Município de São Francisco* (2304302 Macaúbas)
		2303201 Barradas* ← (5300100-Brasília)					2301483 Anica 2302600 Brumadinho 2302703 Bura 2304753 Buritama 2307400 Caratinga 2309406 Cuiabá 2309703 Cristópolis 2311105 Formosa do Rio Preto 2323452 Heliópolis 2330709 Ilheus das Neves 2330406 Santa Rita da Cássia 2329501 São Domingos 2330303 Serra Onorato* (2328103 Santa Maria da Vitória) 2333455 Vitorino 2320503 Taguatinga* (5304801 Campos Páez)
					2317200 Botafogo* ← (2303904-Rio Jesus da Lapa e 2310500-Fcra de Santana)		2304502 Delfins da Macaúbas 2318109 Itaquara 2321603 Itagira 2322250 Itapicuru, Rio São Francisco 2323208 Oliveira dos Brejeiros

QUADRO A 27

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SALVADOR

Continuação											
Máximo	Muito forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco
Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município
2827400 Salvador				2910001 Jequié							2901603 Alagoinha
											2901604 Contendas do Sincora
											2915100 Itagi
											2910300 Itaúna
											2910704 Lajeado Colônia
											2920403 Marcel Vermelho
						2317607 Jaguaripe					2901957 Apuraripe
											2902205 Cravinhos* (2920703-Santo Antônio do Jesus)
											2914208 Itapua
											2914307 Itamapu
											2915700 Itaquara
											2916006 Itaquu
											2919068 Lajedo do Tabocal
											2920602 Morocaó
											2920900 Pontalino
											2927903 Santo Inês
											2932101 Ubaia* (2920703-Santo Antônio do Jesus)
				2920703 Santo Antônio do Jesus							2902302 Areópago
											2902305 Cravinhos* (2917807-Jaguaripe)
											2910208 Dom Machim Creek
											2917809 Jaguaripe
											2918308 Juazeiro
											2918803 Lapa
											2922201 Luiz Zêzere
											2922409 Mulube
											2922506 Nazaré
											2927303 São José da Mangaba
											2923404 São Miguel das Matas
											2932101 Ubaia* (2317607-Jaguaripe)
											2933174 Vitorico
				2931350 Fercena da Trilha* (2925309-Velho)							2906907 Caravelas
											2910005 Inhém
											2921104 Inocentes Neto* (3149300-Vanuco)
											2923300 Nova Viçosa
						2916601 Bonaparte					2900390 Alcobça
											2911808 Camarag* (2910707-Európolis)
											2914653 Nebela* (2910727-Európolis)
											2913456 Jacuraju
											2925501 Piraes
											2933757 Vereda
				2914802 Ituna							2901757 Arma
											2903300 Barro Preto
											2908104 Buié de São
											2909602 Camacan
											2913809 Fátima Alves* (2912307-Vitória da Conquista)
											2911006 Floresta Azul* (2912307-Vitória da Conquista)
											2912103 Ilhéus* (2933307-Vitória da Conquista)
											2913503 Itapua* (2925105-Poções)
											2915403 Ilhéus do Colégio
											2915502 Itapua
											2915203 Itapua
											2915555 Jussara
											2920908 Macaete
											2927004 Santa Cruz da Vitória* (2933307-Vitória da Conquista)
											2929354 São José da Vitória
									2911231 Caranda		2915700 Itanem
											2922765 Nova Itaú
											2921678 Pradão Norte
											2931608 Taubaté
											2903505 Wenceslau Guimarães

Continua

QUADRO A.27
SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE SALVADOR

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2927406	Salvador			2914802	Ilheus			2910727	Eunápolis* (320503-Velho)					2911908	Guarabira* (2915501-Jamarejo)	
														2914523	Nabela* (2915501-Jamarejo)	
														2916304	Região	
														2916302	Nabela	
														2926303	Ponto Seguro	
														2920409	Belmonte	
														2927705	Santa Cruz Cabralia	
														2926302	Barra do Rocha	
														2910008	Dário-Meias	
														2911901	Gongogi* (2912004-Barbosa)	
														2912905	Ilheus	
														2915205	Ilheus	
														2932309	Ilheus	
														2900900	Alencara	
														2906303	Conceição	
														2908002	Conceição	
														2916600	Ilheus	
														2920059	Santa Luzia	
														2932507	Una	
														2932705	Una	
														2932200	Una	
														2902401	Aurelino Leal	
														2905900	Camamu* (2932803-Valença)	
														2911901	Gongogi* (2915903-Ilheus)	
														2912707	Ilheus	
														2914901	Ilheus	
														2920700	Moraes	
														2901205	Anage	
														2902807	Barra do Rocha	
														2902908	Barra do Rocha	
														2903508	Belo Caminho	
														2906709	Conde de Siles	
														2906809	Conceição	
														2904705	Conceição	
														2910404	Encruzilhada	
														2910908	Fernando Alves* (2914802-Ilheus)	
														2911008	Florencia Azul* (2914802-Ilheus)	
														2912103	Ilheus* (2914802-Ilheus)	
														2912202	Ilheus	
														2915403	Ilheus do Colégio	
														2916809	Ilheus	
														2915559	Ilheus	
														2924702	Pópulo	
														2926657	Ribeirão do Largo	
														2927804	Santa Cruz da Vitória* (2914802-Ilheus)	
														2931806	Trinidade	
														2925105	Pópulo	
														2903706	Ilheus	
														2903953	Santa Cruz da Vitória	
														2926156	Conceição	
														2912301	Ilheus	
														2912507	Ilheus* (2914802-Ilheus)	
														2921450	Ilheus	
														2922206	Ilheus	
														2925006	Ilheus	

QUADRO A 27

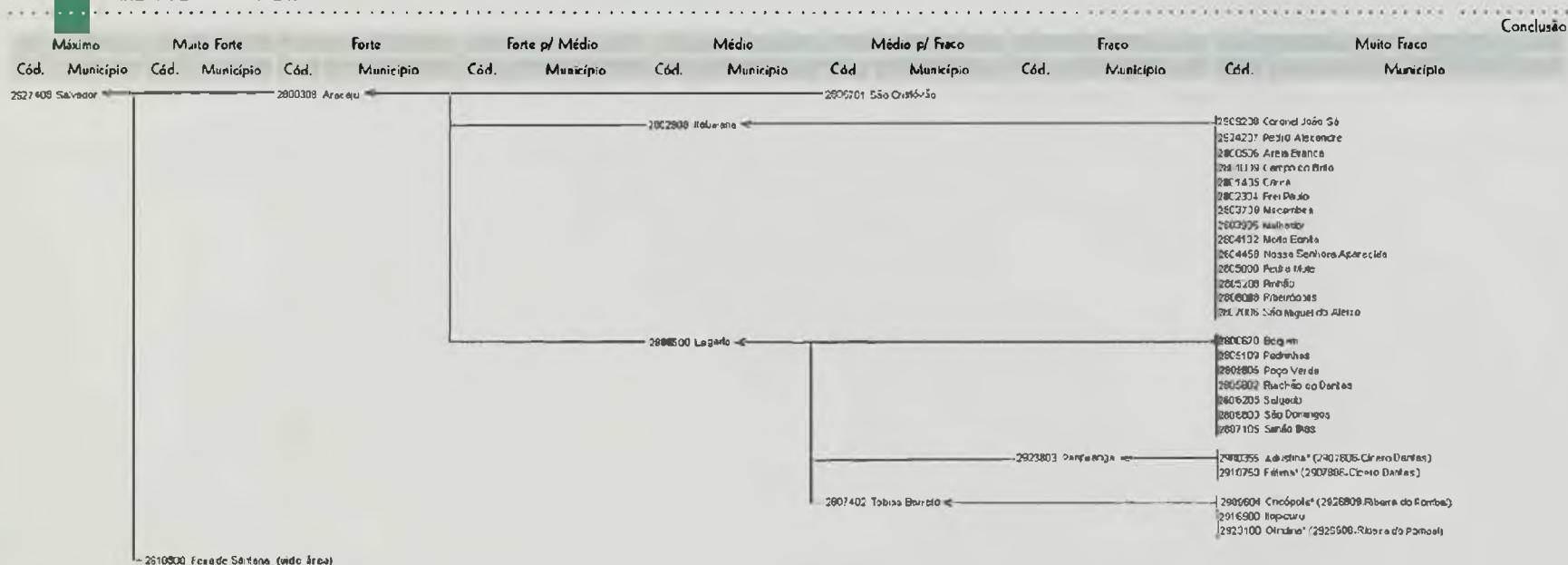
SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
 ÁREA DE SALVADOR[illegible]

ÁREA DE SALVADOR

Anexos - Regic

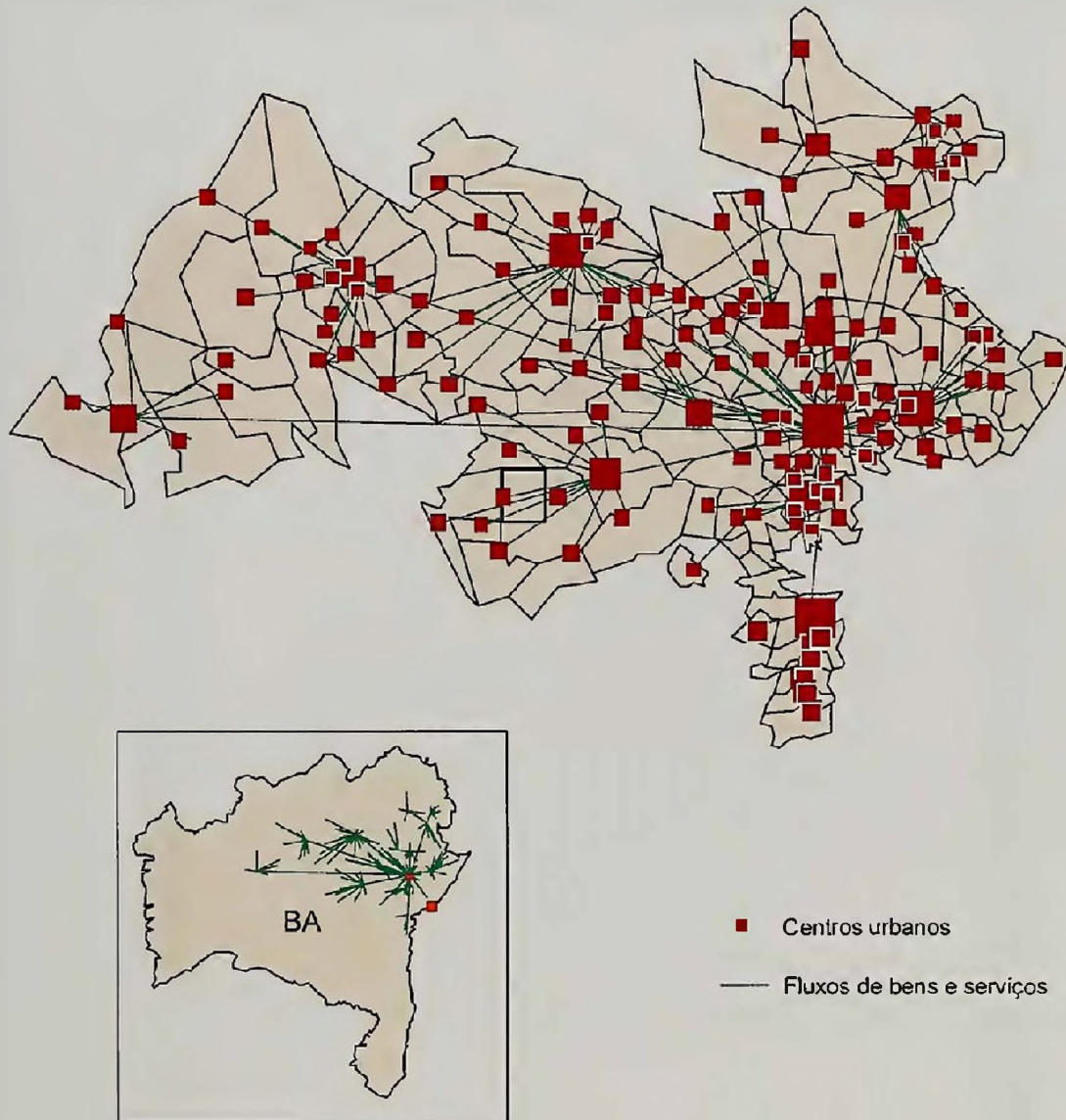
181

ÁREA DE SALVADOR



MAPA A.29

FEIRA DE SANTANA (BA) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.28

SALVADOR – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FEIRA DE SANTANA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
2927408	Salvador	2910800	Feira de Santana											2901106	Amélie Rodrigues
														2901700	Antônio Cardoso
														2904306	Breões* (2901007-Amarosa)
														2906857	Capela do Alto Alegre
														2908507	Conceição do Jacuípe
														2908903	Coração de Maria
														2911253	Gavião
														2913804	Ipecaetá
														2914505	Itará
														2922102	Mundo Novo
														2922730	Nova Fátima
														2924058	Pé de Serra
														2924108	Pedra
														2926301	Riachão do Jacuípe
														2926307	Santanópolis
														2928802	Santo Estevão
														2929305	São Gonçalo dos Campos
														2931103	Tanquinho
														2931301	Tapiramutá
														2931400	Teodoro Sampaio
														2904506	Brota de Macaúbas
														2914109	Irupia
														2921609	Morpará
														2922250	Muquém de São Francisco
														2923209	Olveira dos Brejinhos
														2901502	Anguera
														2902608	Baixa Grande
														2920106	Mari
														2924652	Priladas
														2925956	Rafael Jambeiro
														2930402	Serra Preta
														2933059	Várzea da Roça
														2907905	Cipó
														2909604	Crisópolis* (2807402-Tobias Barreto)
														2922904	Nova Souré
														2923100	Oliveira* (2807402-Tobias Barreto)
														2926508	Ribeira do Amparo
														2931905	Tucano
														2900355	Adustina* (2923803-Paripiranga)
														2901601	Antas
														2910750	Fátima* (2923803-Paripiranga)
														2911857	Helópolis
														2923090	Novo Triunfo
														2930766	São do Quinto
														2902698	Banzaê
														2908824	Carajás
														2921500	Monte Santo
														2925907	Orajimã

ÁREA DE FEIRA DE SANTANA

Anexas - Regio:

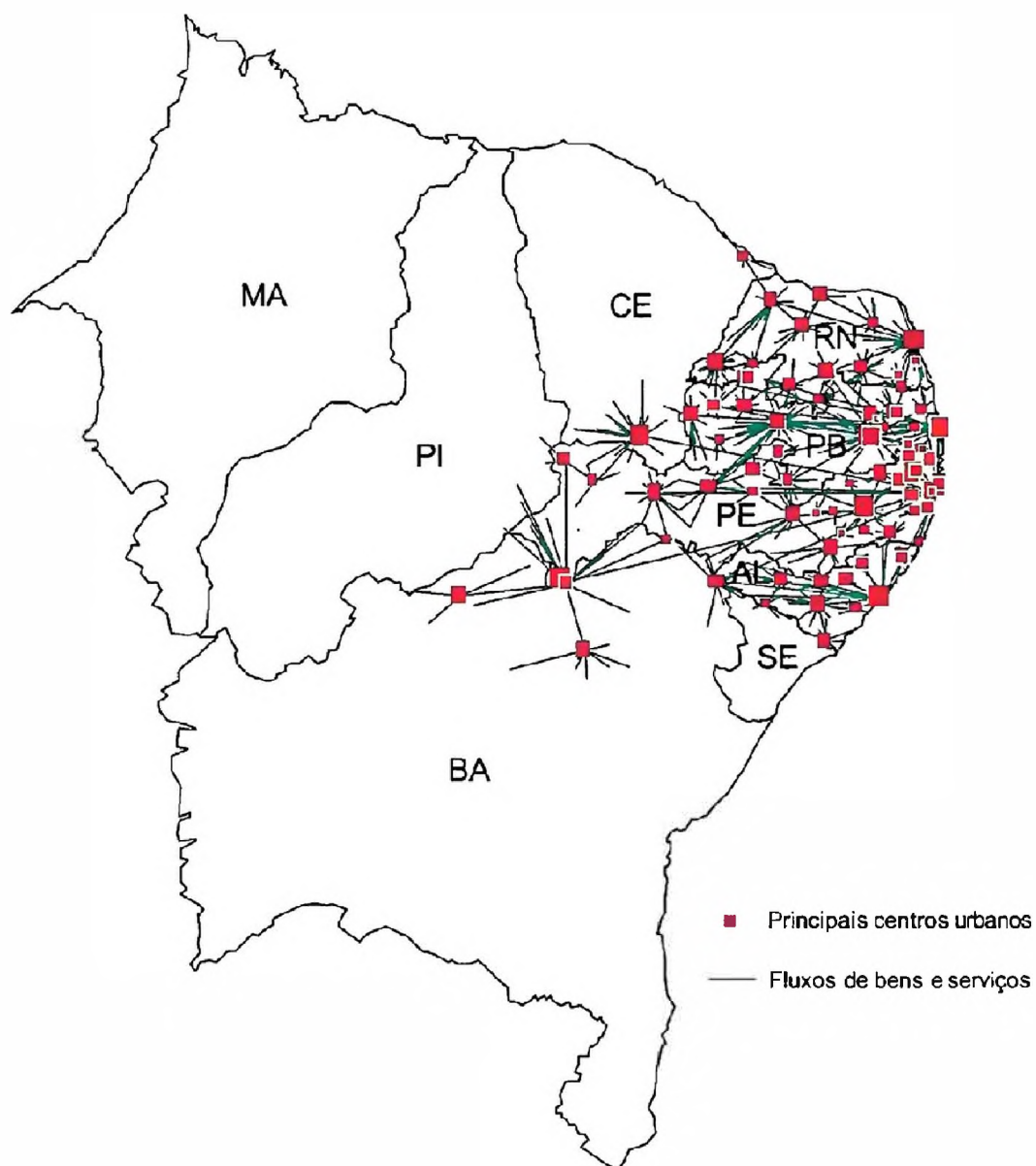
Continua

ÁREA DE FEIRA DE SANTANA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2927408	Salvador ←	2910800	Petra de Santana ←			2930501	Serrinha ←					2900405	Água Fria			
												2902104	Araçá			
												2903607	Biritinga			
												2900402	Condeal			
												2913309	Ichu			
												2915108	Lamarão			
												2927508	Santa Bárbara			
												2925701	Sítio Das			
												2931509	Tectândia			
										2908408	Conceição do Coté ←	2922656	Nordestina			
												2925808	Querenópolis			
												2926103	Retroândia			
												2928000	Sant'ana			
												2928900	São Domingos			
												2933000	Vale do			
												2900306	Araguaína			
												2901908	Aporó			
												2902054	Araçás			
												2902203	Auramaí			
												2907004	Cardeal da Silva			
												2907509	Catu			
												2908606	Canide			
												2910503	Entre Rios			
												2910607	Espinada			
												2913705	Inhamitape			
												2915908	Itanagra			
												2923308	Ouçangas			
												2925204	Pajuca			
												2901155	América Dourada			
												2904050	Bonito			
												2905107	Caem			
												2905305	Cataramba			
												2905503	Caldorado Grande			
												2906873	Capim Grosso			
												2921203	Maquiel Calmon			
												2921401	Mangaba			
												2921708	Monte do Carmo			
												2922052	Muriqui do Norte			
												2923357	Ouçândia			
												2924801	Peritiba			
												2925931	Quatzenau			
												2929370	São José do Jacipe			
												2929800	Saúde			
												2930600	Serequândia			
												2937457	União das Amélias (2930105, Senhor do Espírito)			
												2933109	Várzea do Poço			
												2933158	Várzea Nova			

RECIFE - PE

MAPA A 30
RECIFE (PE) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.



QUADRO A.29
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE RECIFE

Máximo	Muito Forte	Forte	Forte	Médio	Médio p/ Fraco	Fraco	Muito Fraco
Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município	Cód. Município
2611005 Recife ←				2607901 Jaboatão dos Guararapes ←		2603454 Camaragibo ←	2600054 Abreu e Lima* (2613701-São Lourenço da Mata e 2610707-Paulista)
						2613701 São Lourenço da Mata ←	2600054 Abreu e Lima* (2603454-Camaragibo e 2610707-Paulista)
				2602802 Cabo de Santo Agostinho ←			2600208 Igarassu
							2603402 Moreno
						2601409 Barretos ←	2611903 Rio Fainardo
							2613404 São José da Candeia Grande
							2614204 São Francisco
							2704500 Maragogi* (2707305-Porto Celso)
						2605202 Escada ←	2600806 Arcoverde
							2611408 Primavera
				2608208 Unamaio ←			2602209 Bon Jorján* (2614501-Surubim)
							2604808 Cururu* (2604105-Caruari)
							2605100 Foz de Nova
							2609107 João Alfredo* (2614501-Surubim)
							2609105 Michelino
							2609109 Ororô
							2610503 Paudalho* (2604105-Caruari)
							2612102 Sityulino
						2604007 Carpina ←	2608453 Lagoa do Cario
							2608503 Lagoa do Zecurá
							2610608 Paudalho
							2615508 Tracunhém* (2603501-Araucária de Mafra)
				2608501 Nazaré da Mata ←			2602704 Buenos Aires
							2607802 Itaquitinga* (2606200-Goiana)
							2615508 Tracunhém* (2604007-Carpina)
				2609600 Olinda ←	2605208 Orlândia ←		2604601 Condado
							2607802 Itaquitinga* (2609301-Nazaré da Mata)
							2603001 Casapó* (2607507-João Pessoa)
						2607653 Hambó ←	2607803 Juremagiba* (2606805-Itabenera)
							2611202 Pedras de Fogo* (2607507-João Pessoa)
						2610707 Paulista ←	2600054 Abreu e Lima* (2603454-Camaragibo e 2613701-São Lourenço da Mata)
							2609904 Igarassu
							2607604 Itamaracá
							2607752 Tapissuna
				2615300 Timbó ←			2600708 Atença
							2603603 Camutanga
							2605503 Ferraz de Vasconcelos
							2609008 Macaparanaíba
							2613800 São Vicente Ferrer
							2616308 Vitória
						2606305 Natividade* (2604003-Campina Grande e 2607507-João Pessoa)	2608400 Quinhém* (2615302-Sapé)
							2607200 Itabuna
							2607803 Juremagiba* (2607653-Hambó)
							2609404 Mosteiro
							2603903 Natividade
							2611503 Páe
							2613103 Salgado de São Felix
				2616407 Várzea de Santo Antônio ←			2604403 Chã de Alegria
							2604502 Chã Grande
							2608101 Olinda do Oeste
							2606408 Ororô
							2611308 Fombos

QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE RECIFE

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2611606	Recife							2924005	Paulo Afonso* (2927405-Salvador)					2611002	Selolândia* (2601201-Arcoverde)	
														2700102	Água Branca* (2704302-Macero)	
														2707405	Delmira Oliveira* (2704302-Macero)	
														2705002	Alta Grande* (2704302-Macero)	
														2705804	Oliveira do Castelo	
														2707107	Peanhas* (2704302-Macero)	
														2801207	Carande de São Francisco* (2804508-Macero Senhora da Glória)	
														28-1402	Olinda	
														2818103	Atormentado	
														2827101	Podões	
														2927606	Santa Brígida	
														2603009	Cacembô* (2618407-Jussara)	
														2603326	Carneiros da Penha* (2613909-Serra Talhada)	
														2604304	Chão	
														2605707	Floresta* (2613608-Serra Talhada)	
														2608303	Miradouro* (2613909-Serra Talhada)	
														2610400	Pajnerem	
														2613903	São José do Beltrão* (2613909-Serra Talhada)	
														2614006	Serita	
														2615201	Terra Nova	
														2616100	Vandorjato	
														2616605	Pennilote* (2702503-Drejo Santo)	
														2601607	Estância São Francisco* (2918407-Jussara)	
														2603405	Cabambi	
														2603326	Carneiros da Penha* (2612208-Salgueiro)	
														2605707	Floresta* (2612208-Salgueiro)	
														2608303	Miradouro* (2612208-Salgueiro)	
														2612471	Santa Cruz do Uruguai Verde	
														2613603	São José do Beltrão* (2612208-Salgueiro)	
														2615700	Iturubá	
														2608000	Juazeiro* (2510808-Patos)	
														2609008	Monte	
														2512109	Princesa Isabel* (2510808-Patos)	
														2516607	Tavares* (2510808-Patos)	
														2601605	Belém	
														2605609	Flores	
														2600104	Algodões da Jussara* (2604106-Caruaru)	
														2600900	Caruaru	
														2605803	Iturubá	
														2607108	Ingenheiro	
														2611530	Quarabá	
														2614402	Solidão	
														2614600	Tatira	
														2500106	Água Branca	
														2602506	Brejo	
														2607700	Itapicim	
														2612802	Santa Irmãzinha	
														2506305	Livramento	
														2600203	Arã	
														2600009	Cacembô* (2612208-Salgueiro)	
														2605152	Dormentes	
														2609000	Itapicim	
														2612604	Santa Maria da Boa Vista	
														2206151	Jacinto da Pina* (2208007-Picos)	
														2207601	Paulistana* (2208007-Picos)	
														2208650	Guimarães Nova* (2208007-Picos)	
														2508301	Curupira	
														2530204	Santa Fé	
														2630774	Sobradinho	
														2932002	Urua	

Continua

QUADRO A.29
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE RECIFE

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2611606	Recife			2611101	Petrolina* (2927408-Salvador)	2918407	Juazeiro					2601607	Batã de São Francisco* (2682208-Salgueiro)	2607406	Igarassu	
								2926004	Retiro					2906909	Campo Alegre de Lourdes	
														2907202	Casa Nova	
														2924405	Piñão Arçedo	
								2601102	Arripina					2200277	Alegrete do Pinui* (2302701-Campos Sales)	
														2275953	Maracá/Indie	
														2210705	Sinões* (2211001-Feresma)	
												2600001	Bodocó* (2304202-Orião)			
												2606309	Granite			
												2607307	Ipubi* (2294202-Crato)			
												2612455	Santa Cruz			
												2615807	Trindade			
								2930105	Senhor do Bonfim					2901353	Aratufinha	
														2901809	Amônio Gonçalves	
														2905005	Cunha Formosa	
														2906808	Cansanção	
														2910953	Florelândia	
														2917053	Ilópolis	
														2917705	Jaguarém	
														2924903	Pindobáçu	
														2925253	Porto Novo	
														2932457	Umburanas* (2917505-Iacanga)	
														2401404	Boia Formosa	
														2401704	Bom Jesus	
														2401909	Caçaria do Rio do Vento	
														2402204	Canguaretama	
														2402600	Ceará-Mirim	
														2403608	Extremoz	
														2404200	Guimarães	
														2404805	Itaúna Maranhão	
														2405700	Leões	
														2407104	Macatuba	
														2407200	Mossoranguim	
														2403251	Parnamirim	
														2410405	Pureza	
														2412005	São Gonçalo do Amarante	
														2412809	São Paulo do Potengi	
														2413804	Taipu	
														2414407	Touros	
														2414809	Vera Cruz	
														2415008	Vila Flor	
														2405801	João Câmara	
														2401602	Bento Fernandes	
														2405108	Jandara* (2407203-Macau)	
														2405904	Jeremias da Arca	
														2406805	Paratiba	
														2409305	Pedra Branca	
														2408805	Pôrto Alegre	
														2410108	Pôrto das Neves	
														2411801	São Benedito do Norte	
														2406205	Legião d'Arde* (2411502-Serra Araripe)	
														2407708	Montanhas	
														2407908	Monte das Gameleiras	
														2409100	Poço e Fica	
														2409803	Pedra Velha	
														2413300	Serra de São Bento	

QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE RECIFE

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2411606	Recife	2408102	Natal							2411582	Santo Antônio			2401800	Brejo	
														2407389	Espírito Santo	
														2405306	Januário Occo	
														2406205	Lagoa d'Água* (2408300-Nova Cruz)	
														2408304	Lagoa de Pedras	
														2406601	Lagoa Salgada	
														2408209	Pasagem	
														2412302	São José do Campestre* (2411205-Santa Cruz)	
														2413518	Sunaina	
														2414704	Várzea	
														2407807	Monte Alegre	
														2408201	Alto Floresta	
														2413201	Senador Georgino Avelino	
														2403804	Ipueira	
														2405803	Jardim de Paranhos	
														2405702	Jardim do Sol	
														2408108	Acaraú	
														2408508	Ouro Branco	
														2411808	São Fernando	
														2412104	São João do Sabug	
														2412401	São José do Santo	
														2413409	Serra Negra do Norte	
														2414308	Tenente dos Barões	
														2502805	União da Cruz* (2507107-João Pessoa e 2504003-Campina Grande)	
														2513901	São Bento* (2510808-Patati e 2512101-Pombal)	
														2403108	Currais Novos* (2504809-Campina Grande)	
														2400109	Araucária	
														2402709	Cerro Corá	
														2403004	Cruzeta	
														2403808	Floriano	
														2405502	Lagoa Nova	
														2411403	Sentado do Meio	
														2413003	São Vicente	
														2402402	Carmópolis dos Dantas	
														2403400	Equador	
														2411429	Sarciano do Seridó	
														2505202	Fim da Estrada	
														2510303	Nova Pádua	
														2511103	Pedra Lavada	
														2511400	Picuí	
														2401503	Barcelos	
														2402105	Campo Redondo	
														2402808	Coronel Ezequiel	
														2409029	Jacaré	
														2405405	Japi	
														2406403	Lagoa de Velhos	
														2408809	Luzes Privadas	
														2410386	Presidente Juscelino	
														2411106	Ruy Barbosa	
														2411206	São Bento do Trânsito	
														2412302	São José do Campestre* (2411502-Santo Antônio)	
														2412906	São Tereza	
														2413102	Senador Elói de Souza	
														2413706	São Nevo	
														2414001	Tenório	
														2501609	Barão de Santa Rosa* (2501104-Araçá)	
														2505105	Café* (2501104-Araçá)	
														2510105	Nova Floresta* (2501104-Araçá)	

Continua

QUADRO A.29
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE RECIFE

Máxima		Muito Forte		Forte		Forte		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2811606 Recife		2403102 Natal		2408003 Mossoró		2401400 Fortaleza								2401008 Apodi		
														2401107 Arara Branca		
														2401453 Baraúna		
														2402383 Caradoas		
														2403707 Felipe Guerra		
														2404309 Governador Dix-Sépt-Rosado		
														2404408 Grossas		
														2404883 Itajubá		
														2411007 Raulillo Fernandes		
														2413358 Serra do Mel		
														2413607 Severiano Melo		
														2302236 Baeritiba		
														2304459 Fortim		
														2305357 Itapui		
														2306207 Itaipoba		
														2400504 Almino Afonso		
														2404032 Frutuoso Gomes		
														2406300 Lucélia		
														2407609 Marinho Targino		
														2408409 Olho d'Água do Borges		
														2410504 Raimundo F. Angélio (2409407 Pau dos Ferros)		
														2410782 Rio do Cruz		
														2414508 Uniscail		
														2302003 Belém do Brejo do Cruz (2302807 João Pessoa)		
														2400307 Afonso Bezerra		
														2400502 Angicos		
														2401305 Augusto Severo		
														2402504 Carnaúbas		
														2404705 Igarassu		
														2405207 Jandaia		
														2400706 Piraí		
														2409704 Pedro Avelino		
														2412807 São Rafael		
														2414605 Upanema		
														2400703 Alto do Rodrigues		
														2404101 Galinhos		
														2404507 Guamaré		
														2405180 Jandaia (2405801 João Câmara)		
														2409902 Paraíba		
														2400405 Água Nova		
														2400505 Alexandria		
														2400601 Antônio Martins		
														2402307 Coronel João Pessoa		
														2403202 Doutor Severiano		
														2403304 Encarnão		
														2403305 Francisco Dantas		
														2406007 José da Penha		
														2407005 Luis Gomes		
														2407302 Marcelino Vieira		
														2407401 Martins		
														2408807 Piraí		
														2410009 Piraí		
														2410207 Portalegre		
														2410534 Raimundo F. Angélio (2409308 Piraí)		
														2410801 Rocha de Santana		
														2411504 São Francisco do Oeste		
														2412800 São Miguel		
														2414100 Tancito Anônimo (2416201 Sousa)		
														2414902 Viçosa		

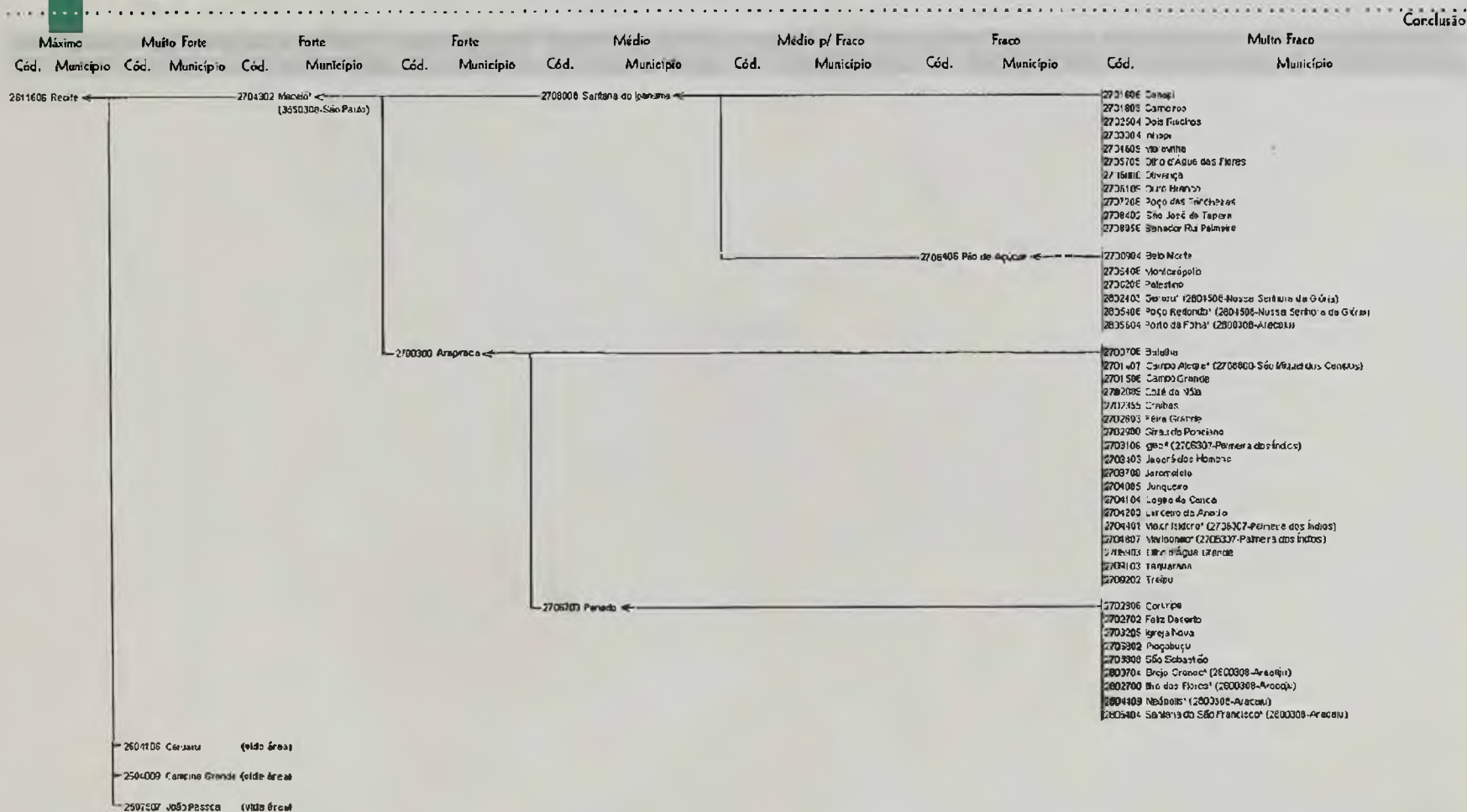
QUADRO A.29

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

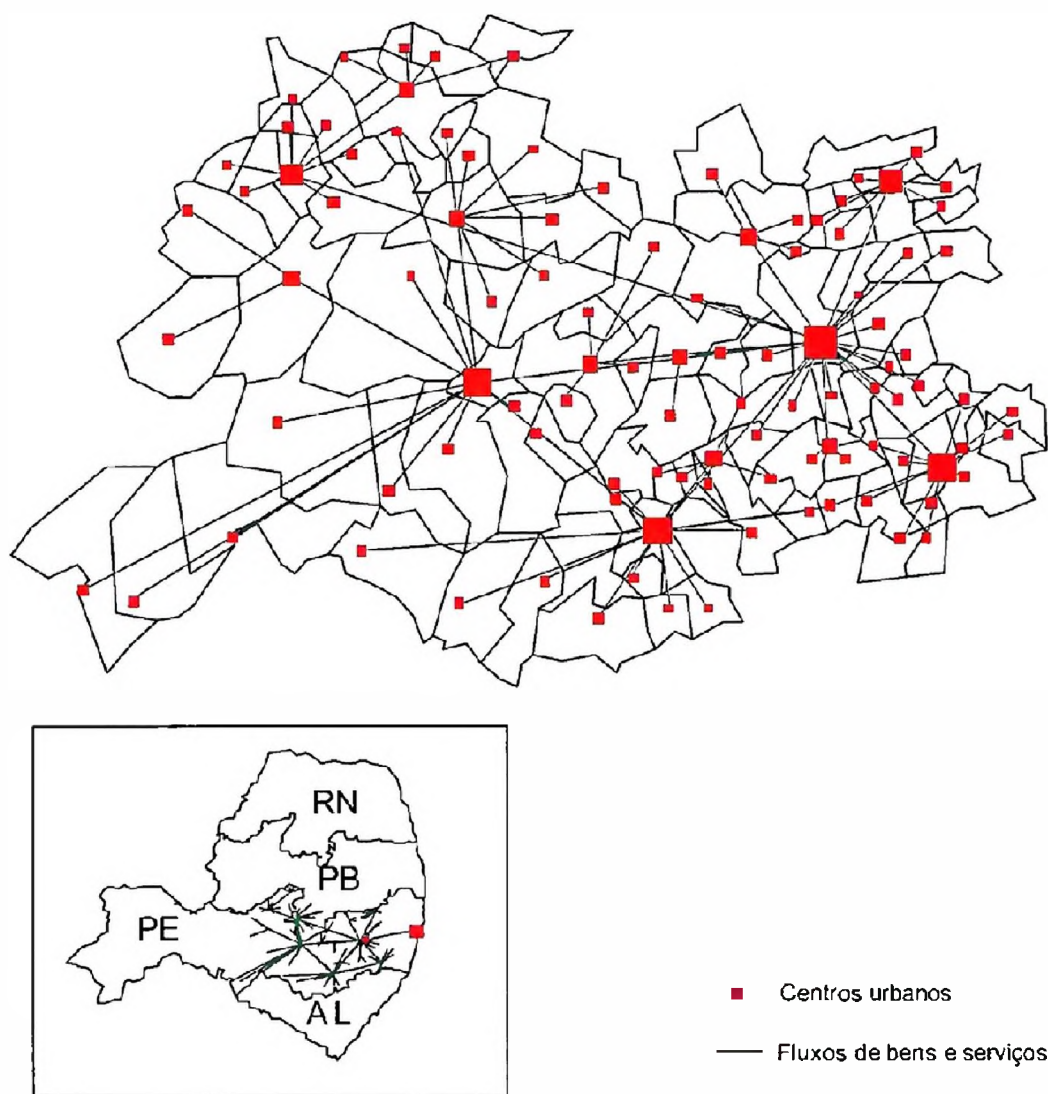
ÁREA DE RECIFE

Continuação											
Máximo	Muito Forte		Forte	Forte		Médio	Médio p/ Fraco		Fraco	Muito Fraco	
Cód. Município	Cód. Município	Município	Cód. Município	Cód. Município	Município	Cód. Município	Cód. Município	Município	Cód. Município	Cód. Município	Município
2611606 Recife			2704302 Macaíba (3353306-São Paulo)								
										2700102 Água Branca (2524009-Paulo Afonso)	
										2700409 Alajaze	
										2702108 Colônia Leopoldina (2510004-Palmares)	
										2702207 Coqueiro Seco	
										2702406 Desterro Gaúcho (2624008-Paulo Afonso)	
										2702901 Flexeiras	
										2703909 Joaquim Gonçalves	
										2704700 Marechal Deodoro	
										2705002 Mata Grande (2924003-Paulo Afonso)	
										2705200 Messias	
										2705906 Nova Lusa (2610004-Palmares)	
										2706422 Paripiranga	
										2706448 Paripiranga	
										2706801 Pira	
										2707107 Princesa (2524009-Paulo Afonso)	
										2707701 Rio Largo	
										2707909 Santa Luzia do Norte	
										2708907 Saluba	
										2700000 São Miguel dos Campos	
										2700201 Anadia	
										2700807 Barra de São Miguel	
										2701001 Boca da Mata	
										2701407 Campo Alegre (2700300-Algodão)	
										2701808 Heliópolis	
										2701952 Imbuizinho	
										2700608 Barra do Santo Antônio	
										2703602 Jacupiranga	
										2703601 Jurema	
										2703908 Jurema	
										2704500 Maracá (2601603-Palmares)	
										2705101 Matiz de Camaragibe	
										2706605 Passagem de Camaragibe	
										2707404 Porto de Pedras	
										2708501 São Luís de Ourém	
										2708705 São Miguel dos Montes	
										2700100 Escalvado	
										2703007 Itaquara	
										2708507 Itaipava	
										2708105 Santana do Mundubá	
										2708301 São José da Laje	
										2709400 Vigor	
										2701308 Alencar	
										2701704 Capela	
										2701902 São Paulo	
										2704006 São Várzea	
										2706804 São João	
										2707008 Piraí	
										2602100 Bar. Conselheiro (2605002-Serra Talhada)	
										2700805 Belém	
										2701209 Caramuru	
										2702503 Estrela de Alagoas	
										2703106 Iguaçu (2700300-Arapiraca)	
										2704401 Major Isidoro (2700300-Arapiraca)	
										2704801 Natividade (2700300-Arapiraca)	
										2705309 Natividade do Nordeste	
										2707502 Povoação	
										2709304 Tanque do Arco	

QUADRO A.29
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE RECIFE



MAPA A.31
CARUARU (PE) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geocências, Departamento de Geografia: Regiões de Influência das Cidades, 1993.



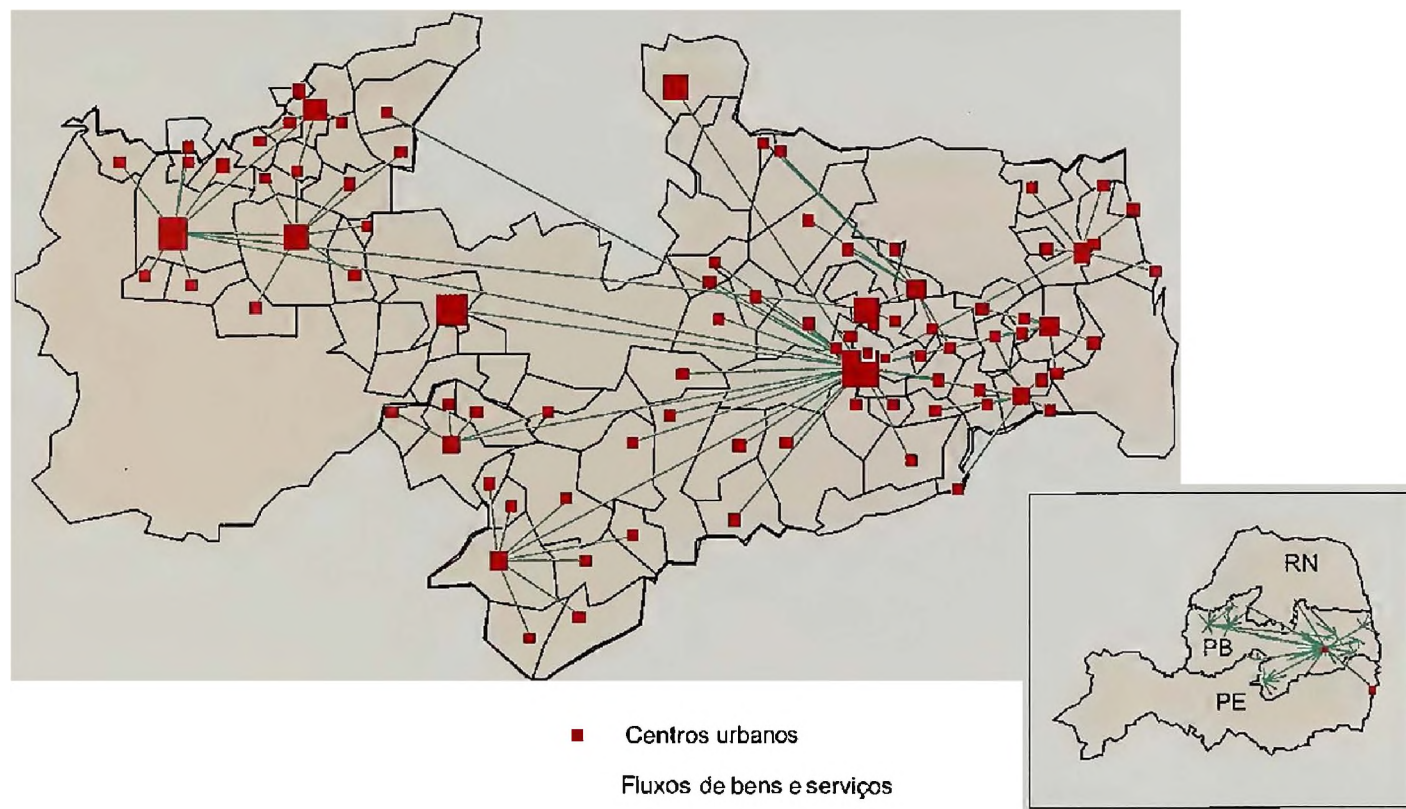
QUADRO A.30
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CARUARU

Mínimo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
2611606 Recife	←	2604106 Caruaru	←											2600302 Agrestina	
														2600807 Arthno	
														2601300 Barra de Guabiruba	
														2601904 Bezerros	
														2602308 Bonito	
														2602605 Brejo da Madre de Deus	
														2603504 Camocim de São Félix	
														2604908 Caruaru* (2608909-Limoeiro)	
														2606705 Igarapê	
														2610509 Passira* (2608909-Limoeiro)	
														2611705 Riacho das Almas	
														2612000 Salré	
														2613107 São Catano	
														2613305 São Joaquim do Monte	
														2612406 Senhorô* (2610905-Pesqueira)	
														2613008 São Bento do Una	
														2614709 Tecoimbo	
														2608701 Lagoa dos Galos	
														2610202 Panelas	
														2600609 Alagoinha	
														2608008 Jataúba	
														2611200 Poção	
														2612406 Senhorô* (2601706-Belo Jardim)	
														2615003 Taquaritinga do Norte	
														2615409 Toritama	
														2601708 Barra de São Miguel* (2604009-Campina Grande)	
														2603900 Carneira	
														2606903 Igaraci	
														2607109 Ingazeira	
														2611533 Quixadá	
														2614402 Solânea	
														2614600 Tabira	
														2600106 Água Branca	
														2613602 São José do Egito* ←	
														2602506 Brejinho	
														2607703 Itapetim	
														2612802 Santa Terezinha	
														2608505 Livramento	
														2602209 Bom Jardim* (2608909-Limoeiro)	
														2605806 Frei Miguelinho	
														2608107 João Alfredo* (2608909-Limoeiro)	
														2612703 Santa Maria do Cambucá	
														2616183 Vertente do Lério	
														2616209 Vertentes	
														2617001 Umbuzeiro	

Continua

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2611606	Recife	2604106	Caruaru			2601201	Arcoverde							2602803	Bukuru	
														2606606	Itenhum	
														2607000	Inajá	
														2610806	Pedra	
														2611002	Petrolândia* (2924009-Paulo Afonso)	
														2614105	Sertãozinho	
														2614808	Tacaratu	
														2615805	Tupanatinga	
														2615904	Tuparetama	
														2616001	Venturosa* (2606002-Garanhuns)	
										2605103	Custódia* (2613909-Serra Talhada)			2601805	Botânia	
														2605608	Flores	
										2609701	Monteiro* (2604009-Campina Grande)			2603902	Camaleão	
														2604702	Congo	
														2610600	Ouro Velho	
														2612200	Prata	
														2614107	São João do Tigre	
														2615203	São Sebastião do Umbuzeiro	
														2616300	Sumé	
						2606002	Garanhuns							2600500	Águas Belas	
														2602100	Bom Conselho* (2706307-Palmeira dos Índios)	
														2602407	Erejó	
														2603207	Cocó	
														2603702	Centelhinho	
														2603801	Capoeiras	
														2604700	Correntes	
														2606507	Itati	
														2607505	Itaba	
														2608602	Lagoa do Curó	
														2611507	Guapará	
														2612901	São Benedito do Sul* (2610004-Primeiras)	
														2616001	Venturosa* (2601201-Arcoverde)	
										2608800	Lajeado			2603108	Cachoeirinha	
														2603306	Calçadão	
														2608255	Jucati	
														2608305	Jupi	
														2608404	Jurema	
						2610004	Palmares							2600401	Água Preta	
														2601508	Belém de Maria	
														2604205	Catende	
														2604809	Cortês	
														2605905	Gamela	
														2608206	Joaquim Nabuco	
														2609204	Maraial	
														2611804	Ribeirão	
														2612901	São Benedito do Sul* (2606002-Garanhuns)	
														2616506	Xexéu	
														2702108	Colônia Leopoldina* (2704302-Macacó)	
														2705606	Novo Lino* (2704302-Macacó)	

MAPA A.32
CAMPINA GRANDE (PB) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geodésias, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

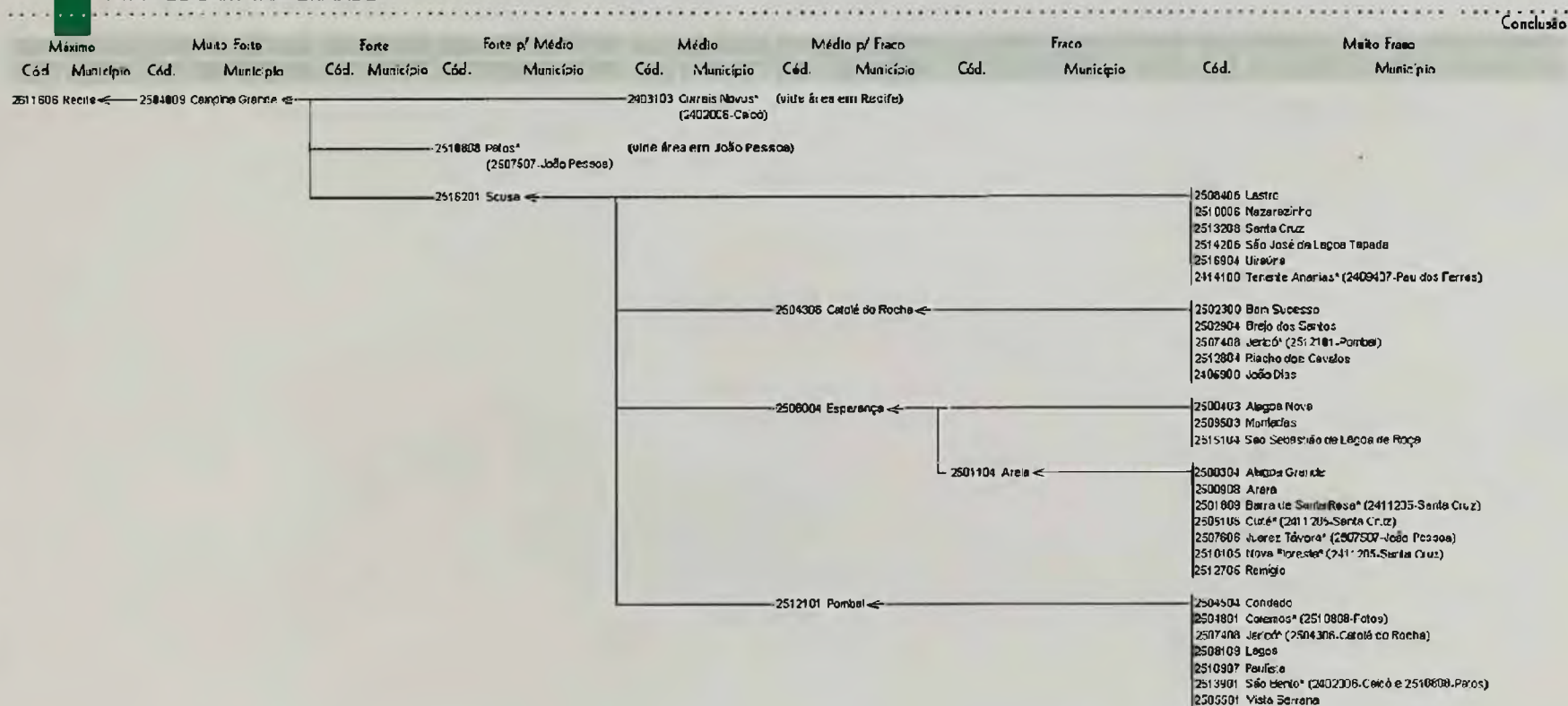


QUADRO A.31

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CAMPINA GRANDE

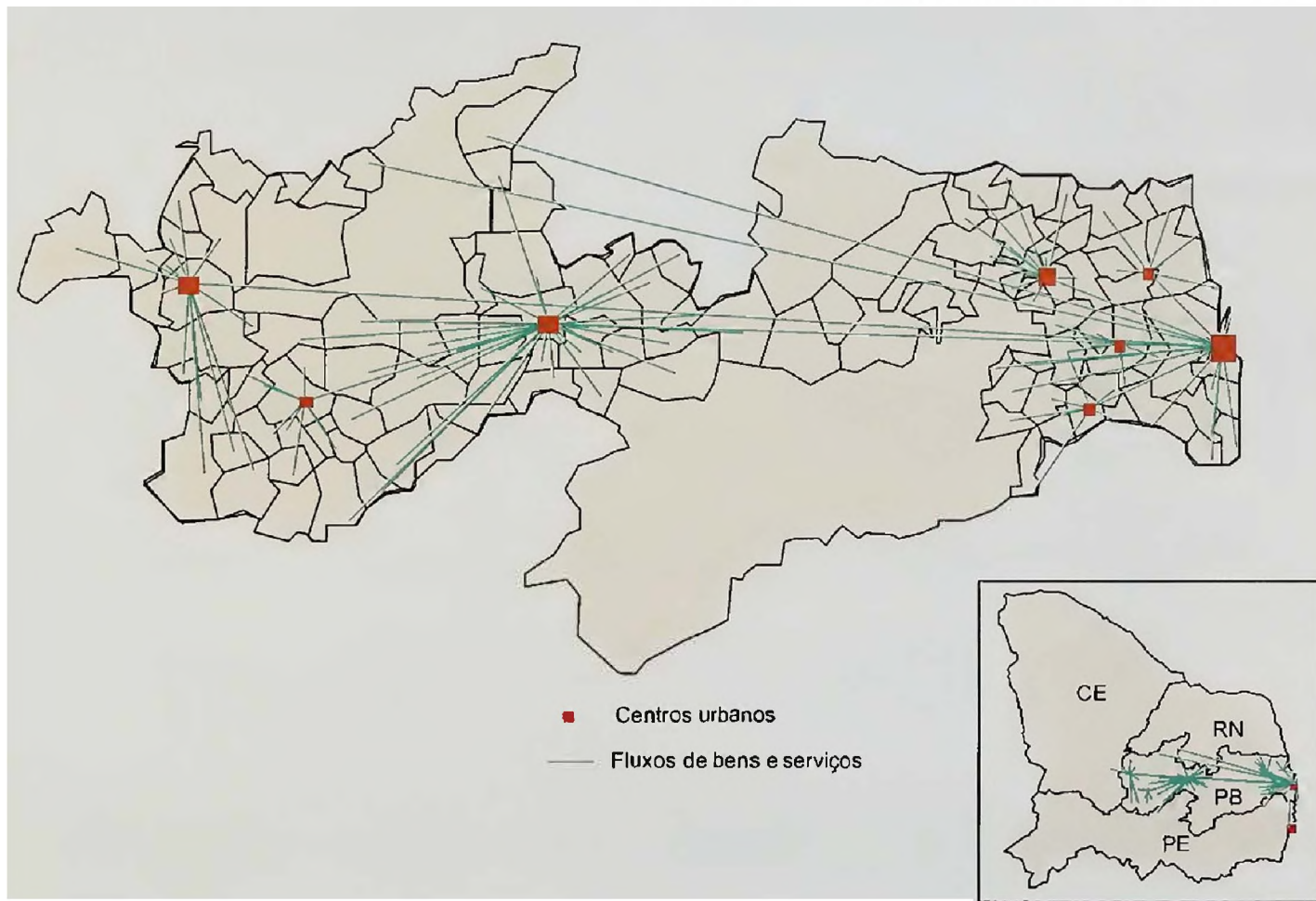
Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
2611608	Recife	2504009	Campina Grande											2501302	Aroeiras
														2501708	Barra de São Tiago (2612505-Santa Cruz do Capibaribe)
														2502508	Boqueirão
														2502805	Brasão da Cruz (2507507-João Pessoa e 2402008-Cacá)
														2503100	Cabaceiras
														2505006	Cubati
														2506103	Fagundes
														2508503	Guajá
														2508806	Inglá (2507907-João Pessoa)
														2508307	Lagoa Seca
														2509206	Messaranduba
														2510501	Olvedos
														2512002	Pocinhos
														2512408	Puxinanã
														2512907	Queimadas
														2514008	São João do Cariri
														2515401	Serdá
														2515500	Serra Branca
														2515807	Serra Redonda
														2516102	Soledade
										2506905	Itaboraí (2615300-Itaboraí e 2507507-João Pessoa)			2506400	Guinhém (2515202-Sapé)
														2507200	Itatuba
														2507903	Juazeiro (2607653-Jaraguá)
														2509404	Mogero
														2509909	Natuba
														2511509	Natuba
														2513109	Salgado de São Félix
										2509901	Mamanguape (2507507-João Pessoa)			2501401	Dala da Tração
														2507101	Itapororoca
														2507309	Jacaré
														2508604	Lucena
														2509305	Mataraca
														2512903	Rio Tinto
										2509701	Monteiro (2601201-Arcoverde)			2503902	Camalaú
														2504702	Congo
														2510600	Ouro Velho
														2512200	Preta
														2514107	São João do Tigre
														2515203	São Sebastião do Umbuzeiro
														2516300	Sumé
										2515302	Sapé (2507507-João Pessoa)			2503903	Caldas Brandão
														2504900	Cruz do Espírito Santo
														2506400	Guinhém (2506905-Itaboraí)
														2509107	Maná
														2509900	Mamanguape
														2515005	São Miguel de Taubaté
										2613602	São José do Egito (2600104-Araripe de Ingazeira)			2508505	Livramento
														2602508	Brejo Santo
														2607703	Itapetininga
														2612802	Santa Teresinha

QUADRO A.31
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE CAMPINA GRANDE



MAPA A 33

JOÃO PESSOA (PB) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geocências, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1993.

QUADRO A.32

RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE JOÃO PESSOA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
2811806	Recife	2507507	João Pessoa											2500601	Alhandra
														2501607	Bayeux
														2502003	Belém do Brejo do Cruz* (2409308-Patru)
														2502805	Brejo do Cruz* (2504009-Campina Grande e 2402005-Caicó)
														2503001	Casporã* (2606200-Goiânia)
														2503209	Cabedelo
														2504603	Conde
														2506806	Ingá* (2504009-Campina Grande)
														2507606	Juarez Távora* (2501104-Areia)
														2511202	Pedras de Fogo* (2607653-Itambé)
														2511905	Pitimbu
														2513703	Santa Rita
														2515907	Serra Redonda
										2506905	Itabaiana* (2815300-Tinbaúba e 2504009-Campina Grande)			2506400	Gurinhém* (2515302-Sapê)
														2507200	Italva
														2507903	Juripiranga* (2507653-Itambé)
														2509404	Mogiá
														2509909	Natuba
														2511509	Pilar
														2513109	Salgado de São Félix
										2508901	Mamanguape* (2504009-Campina Grande)			2501401	Baía da Tração
														2507101	Itapororoca
														2507309	Jacaraú
														2509504	Lucena
														2509305	Mataraca
														2512903	Rio Tinto
										2515302	Sapê* (2504009-Campina Grande)			2503803	Caldas Brandão
														2504900	Cruz do Espírito Santo
														2506400	Gurinhém* (2506905-Itabaiana)
														2509107	Mari
														2509800	Muriqui
														2515005	São Miguel de Taipu
										2506301	Guarabira			2500502	Ataíde
														2500809	Araçá
														2501005	Araçuaia
														2501500	Bananeiras
														2501906	Belém
														2502706	Borborema
														2505506	Cacimba de Dentro
														2506605	Caçara
														2506204	Cuité
														2511608	Pinhões
														2511707	Pinheirinhos
														2511806	Pinheirinho
														2519906	Serraria
														2516003	Solânea
														2516409	Tacima

Continua

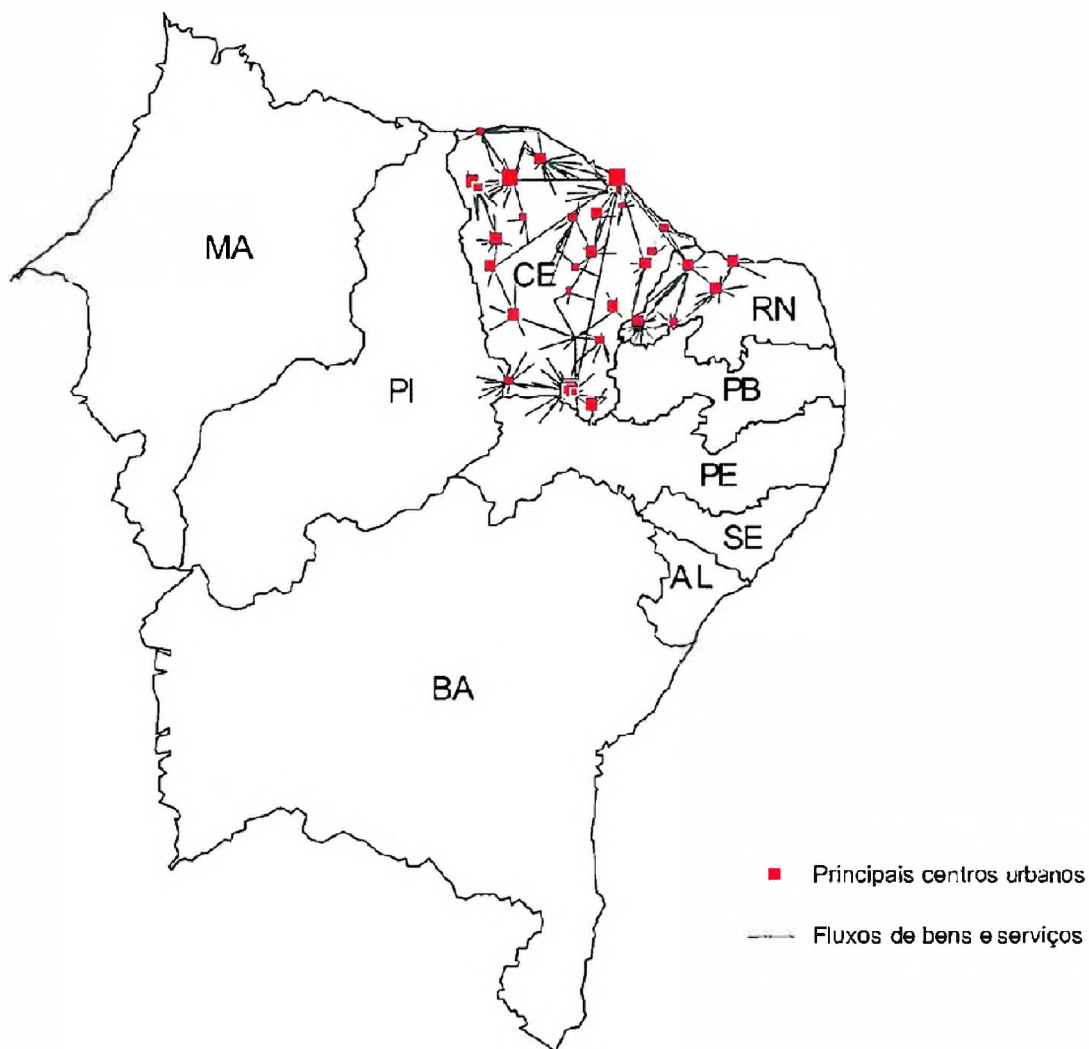
QUADRO A.32
RECIFE – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE JOÃO PESSOA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio/p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2611333	Recife	2507507	João Pessoa	2503704	Caraíbas									2502201	Berti Jesus	
														2502403	Bomito de Santa Fé	
														2503303	Cachoeira dos Índios	
														2504108	Carapiteira	
														2504405	Conceição	
														2506603	Ibipera	
														2509602	Monte Morebe	
														2513307	Santa Helena	
														2513505	Sarilândia de Mangueira	
														2500700	São João do Rio do Preto	
														2514503	São José de Piranhas	
														2516805	Trilão	
														2505704	Tatuagem* (2505407-Ind)	
														2507502	Lavras da Mangabeira* (2505407-Ind)	
				2510808	Patins*									2500205	Aguaí	
														2500307	Cacimbo de Areia	
														2504207	Catingueira	
														2504801	Coramaes* (2512101-Pombal)	
														2505402	Deleito	
														2506607	Eiras	
														2506707	Inaculada	
														2507705	Juazeiro	
														2507804	Junco de Sericó	
														2506000	Juru* (2512909-Serra Talhada)	
														2508703	Mãe d'Água	
														2508802	Mãe	
														2510402	Olho d'Água	
														2510709	Passagem	
														2511301	Piancó	
														2512309	Princesa Isabel* (2513909-Serra Talhada)	
														2512606	Quarema	
														2513000	Salgadinho	
														2513406	Santa Luzia	
														2513802	Santa Teresinha	
														2513604	Sarilândia dos Corrotes	
														2513901	São Bento* (2502002-Cacó e 2512101-Pombal)	
														2514404	São José da Espinha	
														2514002	São José do Bonfim	
														2514701	São José do Sabugi	
														2514909	São Manoel	
														2516908	Tapecó	
														2516507	Tapecó* (2513909-Serra Talhada)	
														2516706	Teixeira	
														2517100	Várzea	
														2502102	Boa Ventura	
														2505003	Cruzeiro Velho	
														2505600	Diamante	
														2502607	Igaracy	
														2510204	Nova Olinda	
														2511004	Pedra Branca	
														2514305	São José de Caetano	
														2515708	Serra Grande	

FORTALEZA - CE

MAPA A.34

FORTALEZA (CE) – REDE DE LUGARES CENTRAIS E ÁREA DE ATUAÇÃO



Fonte: IBGE, Diretoria de Geocensos, Departamento de Geografia, Regiões de Influência das Cidades, 1963.

QUADRO A.33

FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FORTALEZA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco	
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
2304400	Fortaleza											2307690	Maracanã	2304954	Quelúba
														2306256	Itaitinga
														2309706	Pacatuba
												2307700	Maranguape	2300903	Apuarens
														2303709	Caucaia
														2304608	General Sampaio
														2310100	Palmácia
														2310209	Paracuru
														2310704	Perfecoeste
														2312403	São Gonçalo da Amaral
												2309607	Paculus	2301000	Aquiraz
														2303301	Castrol
														2303956	Chorozinho
														2304285	Eusébio
														2305233	Horizonte
														2309458	Ocara
														2310852	Pindoretama
														2300754	Amorinde
														2302305	Bea Cruz* (2312908-Sobral)
														2306108	Itatuba
														2306306	Itapagé
														2306553	Itarema* (2302602-Camocim)
														2307809	Marco* (2312908-Sobral)
														2308377	Miraim
														2308906	Morrinhos
														2310258	Parapaba
														2312601	São Luís do Curu
														2313351	Tejuococa
														2313500	Trail
														2313559	Tururu
														2313757	Umirim
														2313807	Uruburetama
														2104008	Esperantinópolis
														2105203	Igarapé Grande
														2105609	Josefinópolis
														2105807	Lago do Junco* (2105706-Lago da Pedra)
														2106003	Linha Campos
														2108900	Poção de Pedras
														2309409	Novo Oriente
														2308308	Novo Russas
														2301257	Ararendá
														2305554	Ipaoranga
														2305803	Ipu
														2305902	Ipuir
														2310951	Pires Ferreira
														2311009	Poranga
														2313203	Tamboril

Continua

QUADRO A.33

FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)

ÁREA DE FORTALEZA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2304400	Fortaleza					2304103	Crato			2313302	Telêma (2305536-Iguatu)			2301905	Arnelroz	
														2305605	Independência	
														2310308	Parambu	
														2311264	Guiterandópolis	
						2337501	Limoeiro do Norte							2300705	Ara Santo	
														2304277	Ereé	
														2306009	Iracema	
														2306708	Morais Nova	
														2311231	Petrolândia	
														2312502	São João do Jaguaribe	
														2313104	Tatuleiro do Norte	
										2311801	Russas			2307007	Jaguaruana	
														2310001	Petiano	
														2311504	Quixeré	
						2311306	Quixadá							2303931	Choró	
														2305266	Ibaretama	
														2305332	Ibipatinga	
										2302800	Canindé			2302404	Eco Viagem	
														2303006	Caridade	
														2306603	Itaira	
														2307635	Madalena* (2311405-Quixeremobim)	
														2310407	Paramoti	
														2310506	Pedra Branca	
										2311405	Quixeremobim			2301851	Benedito	
														2307635	Madalena* (2302600-Canindé)	
										2312700	Serra da Pompeia			2306500	Montesópolis (2305506-Iguatu)	
														2310902	Piquet Carneiro	
														2313005	Solânea	
										2302107	Baturé			2300150	Acarape	
														2301208	Araçoba	
														2301406	Araújo	
														2301850	Barrera	
														2302909	Capistrano	
														2305100	Guararanga	
														2306504	Itapina	
														2309102	Mulungu	
														2305606	Pocó	
														2311603	Redenção	

QUADRO A.33
FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE FORTALEZA

Continuação															
Máximo	Muito Forte	Forte	Forte p/ Médio	Medio	Médio p/ Fraco	Fraco									
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município
2304400	Fortaleza			2409023	Massaró* (2408102-Natal)			(vide área em Recife)							
		2307304	Juazeiro do Norte* (2611606-Recife)									2301703	Aurora		
				2304202	Crato							2300606	Atanãra		
												2301604	Assaré		
												2303204	Caririaçu		
												2304301	Farias Brito		
												2304006	Granito		
												2309201	Nova Olinda		
												2311207	Palangi		
												2312106	Santana do Cariri		
												2313252	Tarrafas		
												2314003	Yázeo Alegre* (2305407-Jacó)		
												2602001	Bonito* (2609307-Ourocuri)		
												2605301	Eçu		
												2607307	Itajá* (2609807-Ourocuri)		
												2614303	Muribândia		
								2302701	Campos Sales			2300408	Almeida		
												2300804	Anterona do Norte		
												2301307	Arenipe		
												2311959	Salgue		
												2200251	Alegria do Piauí		
												2200277	Alegria do Piauí* (2601102-Araripe)		
												2202091	Caldeirão Grande do Piauí		
												2204303	Fronteiras* (2208007-Picos)		
												2207207	Padre Marcos* (2208007-Picos)		
												2208205	Pio IX		
												2210300	São João		
								2302503	Brejo Santo			2300101	Abacana		
												2302008	Barro		
												2307205	Jati		
												2308104	Mauriti* (2301901-Barbalha)		
												2308302	Milagres		
												2310605	Penaforte* (2612208-Salgueiro)		
												2311108	Porteiras		
								2301901	Barbalha			2307106	Jardim		
												2308104	Mauriti* (2302503-Brejo Santo)		
												2308401	Missão Velha		

QUADRO A.33
FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE FORTALEZA

Máximo		Muito forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito fraco		Continuação
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2304400	Fortaleza			2307304	Juazeiro do Norte ¹ (2611635-Recife)	2305536	Iguatu							2307409	Acopiara	
														2303303	Cariús	
														2303600	Catarino	
														2307403	Jucás	
														2306500	Momboca ¹ (2312730-Senador Pompeu)	
														2311900	Sebeiro	
														2305407	Idó	
														2301802	Boião	
														2303808	Cedro	
														2305704	Ipauimim ¹ (2503704-Cajazeiras)	
														2307502	Lavras do Mangabeira ¹ (2503704-Cajazeiras)	
														2305908	Orós	
														2311355	Quixá ²	
														2313708	Limoeiro	
														2314003	Várzea Alegre ¹ (2304202-Oratório)	
														2306702	Jaguaratama	
														2306801	Jaguaratama	
														2310803	Perera	
														2301505	Aracati	
														2305605	Independência	
														2310308	Paraná	
														2311264	Guaraciaba	
														2300507	Alcanilares	
														2302305	Beim Cruz ¹ (2304405-Itapipoca)	
														2303105	Canilê	
														2304004	Coreaú	
														2304300	Forquilha	
														2304657	Gracá	
														2304805	Gracilândia	
														2307804	Marco ¹ (2306405-Itapipoca)	
														2309000	Nassopé	
														2308203	Nerópolis	
														2309003	Nuolombo	
														2305404	Pacujá	
														2312007	Santana do Acaraú	
														2312809	Senador Sá	
														2313955	Varijoto	
														2302602	Camocim ¹ (2207702-Paraná)	
														2300200	Acaraú	
														2302305	Barroquinha	
														2303807	Chaval	
														2304251	Cruz	
														2304707	Gracá	
														2306553	Itapipoca ¹ (2306405-Itapipoca)	
														2307254	Joca de Jenequeira	
														2307908	Maritônio	
														2308807	Morato	
														2313906	União	

QUADRO A.33
FORTALEZA – INTERAÇÕES ESPACIAIS E NÍVEIS DE CENTRALIDADE DAS CIDADES BRASILEIRAS (1993)
ÁREA DE FORTALEZA

Máximo		Muito Forte		Forte		Forte p/ Médio		Médio		Médio p/ Fraco		Fraco		Muito Fraco		Conclusão
Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	Cód.	Município	
2304400	Fortaleza			2312908	Soberal							2312205	Santa Guilheria	2303658	Catunda	
														2305209	Hidrolândia	
														2308609	Monsenhor Tabosa	
										2313401	Tianguá			2303402	Carneubal* (2313609-Ubajara)	
														2304236	Croatiá* (2313609-Ubajara)	
														2304509	Frecheirinha	
														2305001	Quaracoba do Norte* (2313609-Ubajara)	
														2311702	Reritiba	
														2312304	São Benedito* (2313609-Ubajara)	
														2314102	Vigosa do Ceará	
										2313609	Ubajara			2303402	Carneubal* (2313401-Tianguá)	
														2304236	Croatiá* (2313401-Tianguá)	
														2305001	Quaracoba do Norte* (2313401-Tianguá)	
														2305308	Itapina	
														2305803	Ipu	
														2312304	São Benedito* (2313401-Tianguá)	

ANEXOS

2 – Formulários

**(Questionário da Pesquisa Regiões
de Influência das Cidades – 1993)**



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

DIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – 1993

IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

CÓDIGO			NOME DO MUNICÍPIO
UF	MUNICÍPIO	DV	
NOME DO INFORMANTE			
CARGO DO INFORMANTE			
AGÊNCIA DE COLETA			CÓDIGO
			NOME



- 1 – INDIQUE OS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA DAS PESSOAS QUE USUALMENTE PROCURAM ESTA SEDE MUNICIPAL PARA COMPRAR OS PRODUTOS E UTILIZAR OS SERVIÇOS RELACIONADOS A SEGUIR NOS ITENS 01 A 14.**

ITEM 01				
1.01 – PRODUTOS PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA (SACARIA, ARAME FARPADO, INSETICIDAS E FERRAMENTAS AGRÍCOLAS)				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 02				
1.02 – FERRAGENS E LOUÇAS EM GERAL				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 03

1.03 – APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS EM GERAL

SEQ	C Ó D I G O			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 04

1.04 – FILMES FOTOGRÁFICOS E SERVIÇOS DE REVELAÇÃO

SEQ	C Ó D I G O			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 05				
1.05 - MÓVEIS E ESTOFADOS				
SEQ.	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

ITEM 06				
1.06 - AUTOMÓVEIS NOVOS				
SEQ.	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

ITEM 07

1.07 – ÓCULOS COM RECEITA MÉDICA

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 08

1.08 – HOSPITAL GERAL

(PÚBLICO OU PARTICULAR)

SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 09				
1.09 - LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS (PERTENCENTES OU NÃO A HOSPITAIS)				
SEQ	C Ó D I G O			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 10				
1.10 - CIRURGIÕES DENTISTAS				
SEQ	C Ó D I G O			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 11

1.11 – AGÊNCIAS BANCÁRIAS

SEQ	C Ó D I G O			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 12

1.12 – SERVIÇOS GRÁFICOS

{IMPRESSOS EM GERAL}

SEQ	C Ó D I G O			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 13				
1.13 - SERVIÇOS DE CONTABILIDADE				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

ITEM 14				
1.14 - SERVIÇOS DE ADVOCACIA				
SEQ	CÓDIGO			NOME DOS MUNICÍPIOS DE PROCEDÊNCIA
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

2 – INDIQUE AS CIDADES ONDE OS MORADORES DESTE MUNICÍPIO VÃO USUALMENTE COMPRAR OS PRODUTOS E UTILIZAR OS SERVIÇOS RELACIONADOS A SEGUIR NOS ITENS 01 A 30 MESMO QUE SEJAM ENCONTRADOS NESTA SEDE MUNICIPAL.

ITEM 01				
2.01 – TRATORES, ARADOS MECÂNICOS E SEUS ACESSÓRIOS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 02				
2.02 – CAMINHÕES NOVOS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 03				
2.03 - AVIÕES DE PEQUENO PORTE				
SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

ITEM 04				
2.04 - MOTORES E BOMBAS HIDRÁULICAS EM GERAL				
SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

ITEM 05				
2.05 – SERVIÇOS AUTORIZADOS DE ELETRO-ELETRÔNICOS (CONCERTO VÍDEO CASSETES, APAR. SOM, FILMADORAS E FORNO MICROONDAS)				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 06				
2.06 – PERSIANAS, CORTINAS E TAPETES				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 07

2.07 - PRATARIA, CRISTAIS E OBJETOS DE DECORAÇÃO

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 08

2.08 - ARTIGOS IMPORTADOS
(PERFUMES, BEBIDAS E ELETRO-ELETRÔNICOS)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 09

2.09 - INSTRUMENTOS MUSICAIS

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 10

2.10 - MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 11				
2.11 – MÁQUINAS DE ESCRIVER				
(MANUAL, ELÉTRICA E ELETRÔNICA)				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 12				
2.12 – COMPUTADORES, MICRO-COMPUTADORES E PERIFÉRICOS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 13

2.13 - MÉDICO PEDIATRA

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 14

2.14 - MÉDICO OFTALMOLOGISTA

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 15

2.15 – MÉDICO CARDIOLOGISTA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 16

2.16 – MÉDICO ONCOLOGISTA E/OU MÉDICO NEFROLOGISTA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 17				
2.17 – CIRURGIAS ESPECIALIZADAS				
(DE OLHOS, CARDIOVASCULARES, NEUROCIRURGIAS E TRANSPLANTES)				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 18				
2.18 – SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SAÚDE				
(TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, MEDICINA NUCLEAR E HEMODIÁLISE)				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 19				
2.19 - EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS MÉDICO-CIRÚRGICOS				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

ITEM 20				
2.20 - SERVIÇOS DE ORTODONTIA				
SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			1

ITEM 21

2.21 – MATERIAL E EQUIPAMENTOS PARA DENTISTA

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 22

2.22 – OXIGÊNIO PARA HOSPITAIS

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 23				
2.23 - INSTRUMENTOS ÓTICOS DE PRECISÃO (BINÓCULOS, LUPAS, MICROSCÓPIOS, LUNETAS, ENTRE OUTROS)				
SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 24				
2.24 - AGÊNCIAS DE TURISMO (INCLUINDO COMPRA E VENDA DE PASSAGENS AÉREAS E TERRESTRES)				
SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 25

2.25 - ESCRITÓRIOS E AGÊNCIAS DE PUBLICIDADE
(NÃO INCLUIR SERVIÇOS DE PROPAGANDA VOLANTE E ALTO-FALANTES)

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 26

2.26 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA
(NÃO INCLUIR REFORMAS E CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS)

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



ITEM 27

2.27 - ESCRITÓRIOS DE CONSULTORIA E PLANEJAMENTO

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 02

2.28 - CURSOS DE NÍVEL SUPERIOR

(TERCEIRO GRAU)

SEQ	C Ó D I G O			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 29

2.29 – CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

(SOMENTE MESTRADO E DOUTORADO)

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

ITEM 30

2.30 – LIVROS TÉCNICOS E/OU IMPORTADOS

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES PROCURADAS
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			



**3-INDIQUE EM QUE CIDADES SÃO EDITADOS OS JORNAIS DIÁRIOS
VENDIDOS NESTA SEDE MUNICIPAL.**

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

**4-INDIQUE QUAIS AS CIDADES QUE TRANSMITEM PROGRAMAS
RADIOFÔNICOS AM/FM OUVIDOS USUALMENTE
NESTA SEDE MUNICIPAL.**

SEQ	CÓDIGO			NOME DAS CIDADES
	UF	MUNICÍPIO	DV	
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
99	INDIQUE O NÚMERO DE LINHAS PREENCHIDAS			

[illegible]



PARTE II

Aglomerações Urbanas para Fins Estatísticos



1 Introdução

O contínuo processo de crescimento de algumas cidades, ou conjunto de cidades, tem provocado a formação de grandes áreas urbanas contínuas, englobando diferentes núcleos. São as chamadas aglomerações urbanas. A identificação de áreas, cujo processo de urbanização deu origem a aglomerações, tem sido objeto de estudo sistemático, no Brasil, desde a década de 60, quando foram identificados, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os grandes conjuntos metropolitanos (Galvão *et al.*, 1969).

Esses conjuntos metropolitanos foram definidos como municípios integrados, econômica e socialmente, a uma metrópole, dividindo com ela uma estrutura ocupacional e uma forma singular de organização do espaço. A identificação dessas áreas metropolitanas deu-se a partir das articulações do núcleo com a vida nacional e regional, e a partir das relações internas com municípios vizinhos.

As áreas metropolitanas identificadas na pesquisa foram institucionalizadas como regiões metropolitanas em 1973 e 1974, havendo pequenas alterações em sua composição. A manutenção desse quadro de referência ganha especial importância como base territorial para as pesquisas estatísticas de caráter social realizadas pelo IBGE, a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, da Pesquisa Mensal de Emprego e das pesquisas relativas a Índices de Preço.

Na década de 70, atendendo à solicitação da extinta Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), o IBGE ampliou os estudos iniciados

para definição de áreas metropolitanas. O interesse do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) devia-se à necessidade de planejar e ordenar a expansão de áreas urbanas suscetíveis de apresentar problemas sociais, econômicos e administrativos: as aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas.

As aglomerações urbanas não-metropolitanas, identificadas em 1975, eram constituídas por mais de um município, podendo ser de dois tipos: aquelas caracterizadas por espaço urbanizado contínuo, resultantes ou da expansão de um núcleo central, ou da expansão simultânea de duas ou mais cidades, ou ainda do sítio geográfico; e aquelas formadas por municípios contíguos, integrados por meio de funções urbanas complementares, porém sem espaço urbanizado contínuo.

Essas aglomerações podem ser identificadas em seus mais diferentes estágios, conforme a escala que o processo de urbanização assume em determinado local. Em sua manifestação mais completa, as aglomerações atingem a escala metropolitana, constituindo nós de diferentes tipos de redes, com ampla complexidade de funções e, sobretudo, expressiva concentração populacional. Identificam-se, também, aglomerações urbanas nas quais a escala do processo de urbanização não atingiu o nível metropolitano, podendo ser até mesmo local, em função do sítio geográfico, a exemplo de aglomerações constituídas por dois pequenos centros urbanos separados por um rio, com funções complementares, englobando em seu conjunto população total pouco significativa, no âmbito nacional.

Assim, a identificação dessas aglomerações urbanas para levantamento, produção e divulgação de informações é, hoje, cada vez mais importante para pesquisa e planejamento. De acordo com dados do Censo Demográfico, em 1991 75% da população brasileira era urbana e, em 1996, esse índice atingiu 78%.

As aglomerações urbanas metropolitanas e não-metropolitanas, atualmente vigentes no país, foram, em sua maioria, identificadas no final da década de 60 e início da década de 70, tornando necessária uma atualização desse quadro de referência para análise e pesquisa. Cabe explicitar que a definição de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas para fins de planejamento é, de acordo com o artigo 25 da Constituição Federal, atribuição dos estados, que definem esses recortes territoriais. Entretanto, é importante adotar um único conjunto de critérios para identificação dessas áreas, a fim de se ter um quadro de referência nacional.

A identificação de aglomerações urbanas e de seu entorno tem sido objeto de inúmeros estudos e matéria de legislação em diferentes países. Os critérios adotados internacionalmente para identificação de aglomerações urbanas em âmbito metropolitano e não-metropolitano referem-se às características demográficas, às características de estrutura e às características de integração. Esses critérios foram utilizados nos estudos para a definição das aglomerações urbanas no Brasil, realizados nas décadas de 60 e 70. Entretanto, o conteúdo dos grandes núcleos urbanos, hoje, não é o mesmo de 30 anos atrás. Em 1960, a população urbana do Brasil representava 57% da população total, registrando-se a existência de 70 municípios com população superior de 100 mil habitantes. Esse quadro evoluiu para um total de 185 municípios no patamar superior a 100 mil habitantes em 1991. Assim, considerando-se que a alteração na dinâmica demográfica, na reestruturação produtiva, nos novos patamares tecnológicos e nos padrões de emprego vem refletindo-se nas escalas que assume a urbanização no país, os critérios utilizados, nos estudos anteriores para delimitação de aglomerações urbanas, constituem base para reflexão acerca da pertinência de sua manutenção, substituição ou adaptação.

2 Metodologia Operacional

A identificação de aglomerações urbanas envolve a definição de alguns critérios. Objetivando-se a realização de estudos comparativos, procurou-se respeitar, quando possível, os critérios utilizados nos estudos anteriormente desenvolvidos, buscando, quando necessário, uma correspondência/adaptação à atual realidade do país. Cabe observar que as aglomerações urbanas metropolitanas, definidas por legislação específica, foram consideradas integralmente e analisadas à luz dos critérios estabelecidos. O mesmo procedimento foi adotado para as aglomerações

urbanas não-metropolitanas, identificadas na década de 70.

As aglomerações urbanas são formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares – e podem ser de dois tipos: constituídas por espaços urbanizados contínuos; e constituídas por espaços urbanizados descontínuos. Nesse estudo, serão consideradas apenas as aglomerações urbanas formadas por espaços urbanizados contínuos, pois os indicadores disponíveis, de cunho municipal, não permitem identificar aquelas sem espaço urbanizado contínuo, cuja integração se dá por complementaridade de funções.

As aglomerações urbanas caracterizadas por espaço urbano contínuo podem ser de três tipos, decorrentes ou da expansão de um núcleo urbano central, ou da expansão de dois ou mais núcleos urbanos simultaneamente, ou, ainda, da integração resultante do sítio geográfico (Davidovich e Lima, 1975, p. 51).

A delimitação dessas áreas requer o estabelecimento de critérios para a definição tanto dos núcleos urbanos centrais quanto das áreas urbanas dos municípios que constituem o seu entorno.

No caso da definição dos núcleos urbanos centrais, os estudos realizados indicam a manutenção do tamanho populacional mínimo como critério básico para essa identificação. Entretanto, as alterações no quadro urbano brasileiro, referidas acima, tornam necessária uma reflexão acerca dos valores numéricos adotados. A definição de áreas metropolitanas, na década de 60, foi realizada com base no tamanho mínimo do núcleo, de 400 mil habitantes, o que em 1996 corresponderia a cerca de 800 mil habitantes. Já a identificação de aglomerações urbanas não-metropolitanas decorrentes da expansão de um núcleo urbano central, realizada na década de 70, estabeleceu como parâmetro um total de 100 mil habitantes para o município-núcleo da aglomeração, o que foi alterado para 200 mil habitantes, em 1996, para o presente estudo. No caso de aglomerações decorrentes da expansão de dois ou mais núcleos urbanos, o total estabelecido anteriormente era de 75 mil habitantes. Este valor foi alterado para 150 mil habitantes, em 1996, buscando-se preservar, em ambos os casos, a correspondência com os estudos da década de 70.

A delimitação de aglomerações urbanas envolve, também, a definição de critérios para identificação dos municípios que constituem o entorno da aglomeração. Esses critérios referem-se às características urbanas do município e à integração existente entre esses municípios.

As características urbanas dos municípios referem-se a indicadores de concentração populacional e de predominância de atividades urbanas. O indicador de concentração populacional estabelecido é o mesmo dos estudos anteriores, ou seja, no mínimo 60 habitantes por qui-

lômetro quadrado, pois trata-se de uma relação reveladora de um mínimo de concentração populacional no território, para áreas urbanas. O indicador definido para estabelecer a predominância de atividades urbanas foi o índice de 65% para os setores secundário e terciário na População Economicamente Ativa (PEA). Nesse caso, optou-se também por manter o indicador anteriormente utilizado, porque, da mesma forma, trata-se de uma proporção, sujeita apenas a distorções menores com as mudanças no quadro urbano no período em questão.

O grau de integração entre os municípios selecionados não pode ser medido, uma vez que não há informações sobre o movimento pendular de população entre os municípios que compõem a aglomeração, como foi feito na década de 70. Não há pesquisas atualizadas que forneçam a informação no âmbito nacional.

A aplicação dos critérios mencionados forneceu um quadro de referência preliminar para as principais aglomerações urbanas do país. Entre os critérios mais utilizados internacionalmente para mensurar o grau de integração entre os municípios de uma aglomeração está o movimento pendular de população, que foi pesquisado no Censo de 2000.

3 As Aglomerações Urbanas

A adoção desses critérios permitiu identificar um total de 53 aglomerações. Entretanto, é importante ressaltar a existência de limitações nesse estudo, o que demandará aprofundamento dessa pesquisa para sua validação.

Como primeira limitação há o fato de algumas áreas altamente urbanizadas, ao redor de São Paulo e Rio de Janeiro, indicarem que talvez se possa considerar um território mais amplo do que o definido na pesquisa como parte de suas respectivas áreas metropolitanas. Isso nos leva a outra questão acerca da vantagem de desagregar esses conjuntos tanto para fins de pesquisa como para levantamento de informações.

A segunda limitação refere-se ao estabelecimento do entorno da aglomeração, podendo haver a inclusão/exclusão de municípios que comporiam esse conjunto, devido à ausência de estudos sobre a integração.

A terceira limitação concerne também à ausência de informações sobre a integração entre os municípios, restando alguns questionamentos quanto à constituição da aglomeração propriamente dita, pois apesar de os municípios enquadrarem-se nos critérios pesquisados, podem não ser integrados, como, por exemplo, na aglomeração de Canuaru, ou de Juiz de Fora, ou de Criciúma, ou, ainda, de Itajaí.

O atual quadro preliminar de aglomerações urbanas abrange as *regiões metropolitanas institucionalizadas* e as *aglomerações urbanas não institucionalizadas*.

As 18 *regiões metropolitanas institucionalizadas*, na data do término da pesquisa, seja por legislação federal, seja por legislação estadual, apresentam características distintas quanto ao nível de metropolização. A característica comum é que todas decorrem da expansão de um núcleo central.

Considerando o patamar mínimo de 800 mil habitantes para o núcleo da aglomeração, apenas São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Fortaleza, Curitiba, Brasília e Belém estariam nessa condição, pois preencheriam essa pré-condição. A análise do entorno definido por lei para essas regiões apresenta variação em sua composição, havendo municípios que poderiam ser incluídos nessas áreas e que não constam da legislação, e outros que poderiam ser excluídos porque, além de não se enquadrarem nos critérios estabelecidos para o entorno, apresentam maior parte da população ativa no setor primário. Como pode ser visto nos cartogramas anexos, as demais aglomerações urbanas que constituem regiões metropolitanas institucionalizadas apresentam processo de metropolização ainda incipiente, podendo ser consideradas metrópoles emergentes.

O conjunto de *aglomerações urbanas não institucionalizadas*, por sua vez, é composto de dois subconjuntos.

O primeiro refere-se às aglomerações urbanas que não são definidas por legislação própria como metropolitanas e que se enquadram nos critérios estabelecidos para essa categoria. Nessa situação, encontram-se Goiânia e Campinas, aglomerações que foram também formadas a partir de um núcleo urbano central¹.

O segundo diz respeito às aglomerações urbanas não-metropolitanas, que podem ser de dois tipos. O primeiro tipo é resultante da expansão de um núcleo urbano, como é o caso de: São Luís (Maranhão); Macaé (Alagoas); Teresina (Piauí); João Pessoa (Paraíba); Ribeirão Preto (São Paulo); São José dos Campos (São Paulo); Cuiabá (Mato Grosso); Sorocaba (São Paulo); Aracaju (Sergipe); Juiz de Fora (Minas Gerais); São José do Rio

¹ A Região Metropolitana de Campinas foi instituída em 19/6/2000, pela Lei Complementar nº 870. A Região Metropolitana de Goiânia foi instituída em 30/12/1999, pela Lei complementar nº 27.

Preto (São Paulo); Caxias do Sul (Rio Grande do Sul); Piracicaba (São Paulo); Caruaru (Pernambuco); Limeira (São Paulo); Taubaté (São Paulo); e Cascavel (Paraná). O segundo tipo é formado pelas aglomerações resultantes do crescimento de dois ou mais centros urbanos. Nele se incluem: Pelotas/Rio Grande (Rio Grande do Sul); Petrópolis/Teresópolis (Rio de Janeiro); Ilhéus/Itabuna (Bahia); Volta Redonda/Barra Mansa (Rio de Janeiro); Ipatinga/Coronel Fabriciano (Minas Gerais); Petrolina

(Pernambuco)/Juazeiro (Bahia); Americana/Santa Bárbara d'Oeste/Nova Odessa (São Paulo); Juazeiro do Norte/Crato (Ceará); Criciúma/Içara (Santa Catarina); Itajaí/Balneário Camboriú/Camboriú (Santa Catarina); Itu/Salto (São Paulo); Cabo Frio/Arraial do Cabo/Armação de Búzios/São Pedro d'Aldeia (Rio de Janeiro); Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim (São Paulo); Guaratinguetá/Aparecida (São Paulo); e Itabira/João Monlevade (Minas Gerais).

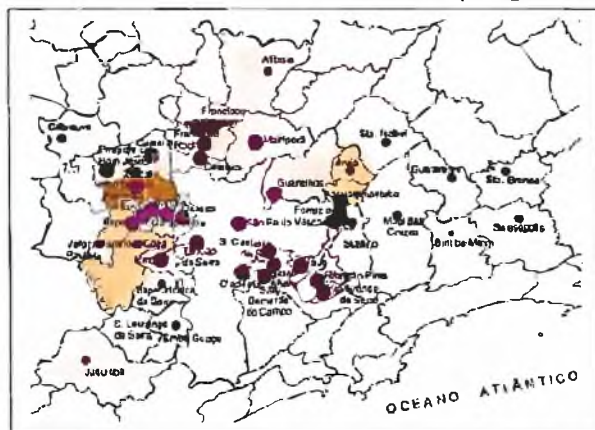
Referências Bibliográficas

- DAVIDOVICH, F. R. ; BUARQUE DE LIMA, O. M. B. (1975) "Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, V. 37, n. 1, jan./mar.
- GALVÃO, M. V. et al. (1969) "Áreas de pesquisa para determinação de áreas metropolitanas". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, V. 31, n. 4, out./dez.
- SANTOS, M. (1993) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

ANEXOS

Cartogramas das Aglomerações Urbanas

Cartograma 01 Aglomeração Urbana Metropolitana de São Paulo - SP (Região Metropolitana de São Paulo)



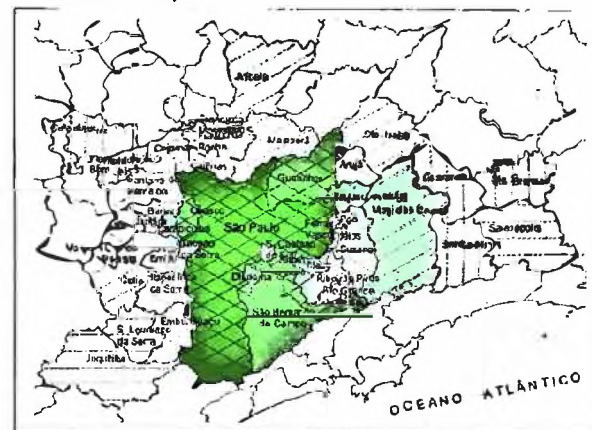
Escala: 1:2.700.000

PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas
- 64,38 a 64,99 %
 - 65,99 a 66,75 %
 - 96 a 99,68 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 8,32 a -0,00 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 74,70 %
- 74,71 a 125,76 %
- 125,77 a 273,95 %
- Municípios criados após 1991.



Escala: 1 2.700.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- até 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 499,99
- 500 a 2 999,99
- 3 000 a 10 423,10

População Total 1996

- 10.139 a 75.352
- 75.353 a 195.628
- 195.629 a 342.909
- 342.910 a 972.384
- 972.385 a 9.833.436

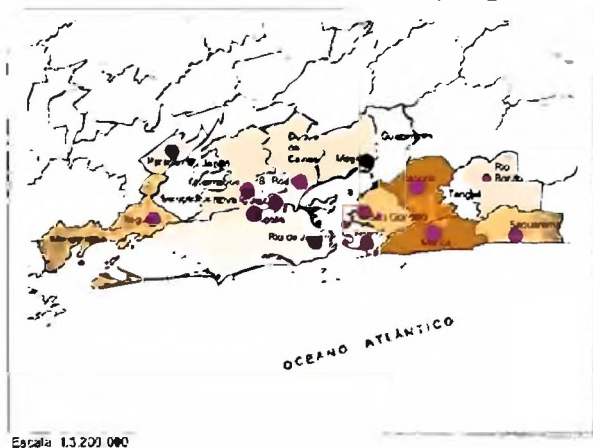
Fonte: IBGE
Matriz Municipal Digital 1987
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes,
Degeo - IBGE

Cartograma 02

Aglomeração Urbana Metropolitana do Rio de Janeiro - RJ

(Região Metropolitana do Rio de Janeiro)



PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 31,72 a 89,99 %
- 90 a 99,82%

Crescimento Populacional 1980/1991

- 0,01 a 9,83 %
- 9,83 a 20,17 %
- 20,18 a 34,34 %
- 34,35 a 47 %
- Municípios criados após 1991



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 0,01 a 50,99
- 60 a 468,2
- 468,3 a 1 534,5
- 1 534,6 a 5 395,2
- 5 396,3 a 12 409,2

População Total 1996

- até 19.999
- 20.000 a 99.999
- 100.000 a 449.999
- 450.000 a 833.379
- 833.380 a 5.551.533
- Município criado após 1996.

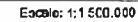
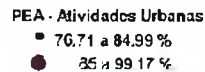
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Censos Populacionais 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaboração por: Cleber Fernandes
Bêgo - IBGE

Aglomerado Urbano Metropolitano de Salvador - BA
(Região Metropolitana de Salvador)



PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91



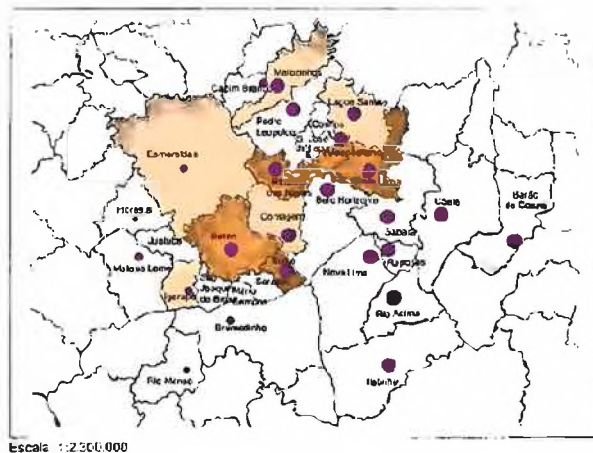
Densidade Demográfica 1996
População Total 1996



Fonte: IBGE -
Malha Municipal Digital - 887
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Dageo - GGE

Cartograma 04
Aglomeração Urbana Metropolitana de Belo Horizonte - MG
(Região Metropolitana de Belo Horizonte)



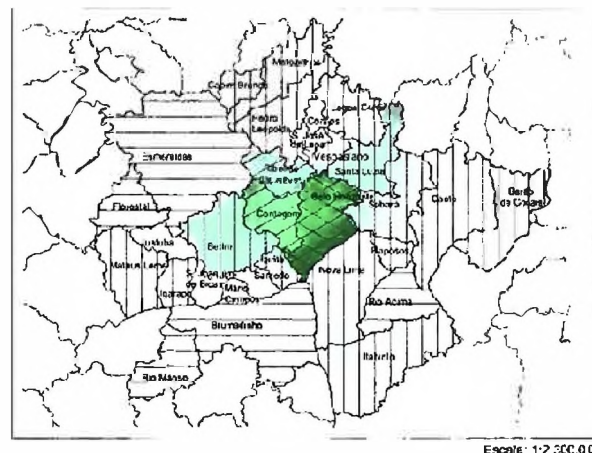
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 31,85 a 64,99 %
- 65,00 a 83,95 %
- 83,95 a 99,51 %

Crecimiento Popacional 1980/1991

- ☐ 0,01 a 28,68 %
☐ 28,68 a 44,99 %
☒ 45,00 a 65,45 %
☐ 65,45 a 131,68 %
☐ Municípios criados após 1991.



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- | | |
|---|--------------------|
|  | 0 a 59,99 |
|  | 60,00 a 999,99 |
|  | 1.000,00 a 2524,90 |
|  | 2525 a 6299,50 |

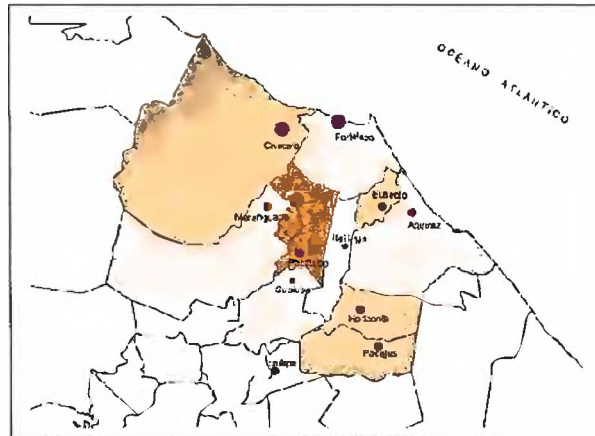
População Total 1956

- 4 276 a 60.952
60.953 a 126.627
126.628 a 249.451
249.452 a 492.350
492.351 a 2 091.448
Municípios criados após 1990.

Fuente: IBGE.
 Matéria Municipal Digital 1997
 Censo Demográfico 1980
 Censo Demográfico 1991
 Censo de Povoação 1998

Organizações: Castello Branco, M. L. G.
Elaboração do: Cleber Fernandes.
Data: 1998 - IEDE

Cartograma 05 Aglomerado Urbano Metropolitano de Fortaleza - CE (Região Metropolitana de Fortaleza)



Escala: 1:1.400.000

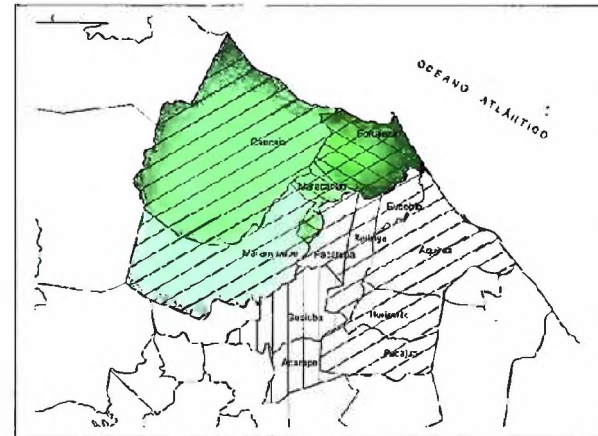
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 0,00 a 64,99 %
- 65,99 a 89,99 %
- 90 a 99,99 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 0,01 a 9,99 %
- 10 a 44,99 %
- 45 a 99,99 %
- 100 a 314,71 %
- Municipal criado após 1991



Escala: 1:1.400.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 53 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 6.260,00

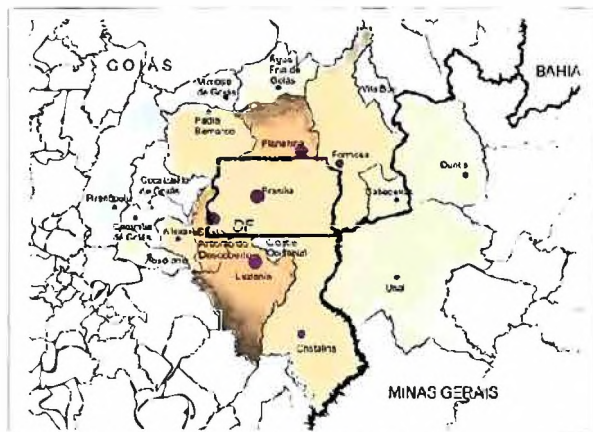
População Total 1996

- 10.962 a 27.206
- 27.207 a 52.282
- 52.283 a 82.064
- 82.065 a 209.150
- 209.151 a 1.950.313

Fonte: IBGE
Matriz Municipal 1991
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Municipal criado após 1991

Organização: Castello Branco, M. L. C.
Elaboração por: Cláudio Fernandes
Data: 1996

Cartograma 06 Aglomeração Urbana Metropolitana de Brasília (Região de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE))



Escala: 1:6.500.000

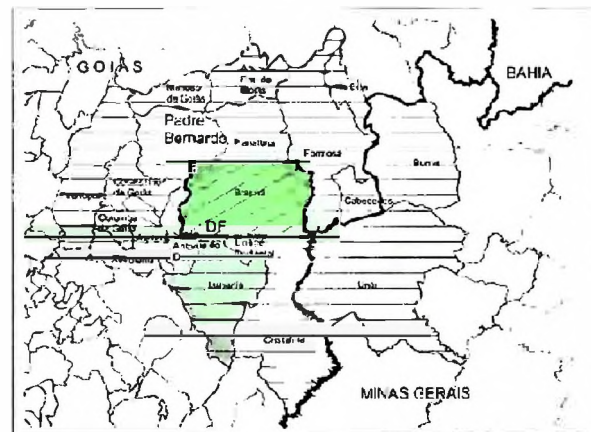
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 0,00 a 64,39 %
- 65,00 a 72,26 %
- 72,26 a 97,75 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 14,57 a -0,99 %
- 0,01 a 29,46 %
- 29,46 a 58,08 %
- 58,08 a 227,34 %
- Municípios criados após 1991.



Escala: 1:6.500.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 1,9 a 59,9
- 60 a 99,9
- 100 a 312,9

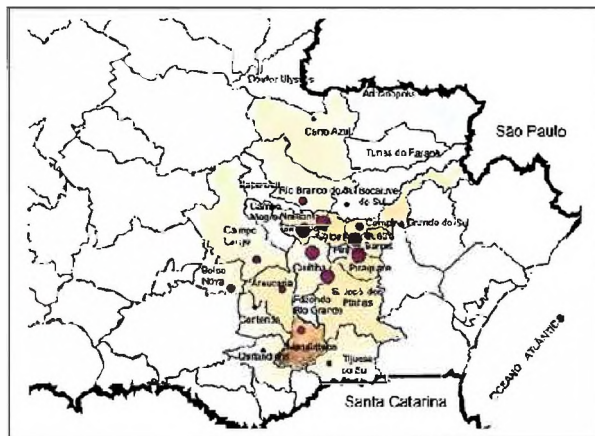
População Total 1995

- 2.584 a 33.147
- 33.146 a 107.672
- 107.673 a 242.522
- 242.523 a 1.821.946

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cartagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. S.
Elaboração: Igor Gíber Fernandes,
Desgo - EGC

Cartograma 07 Aglomeração Urbana Metropolitana de Curitiba - PR (Região Metropolitana de Curitiba)



Escala: 1:3.120.000

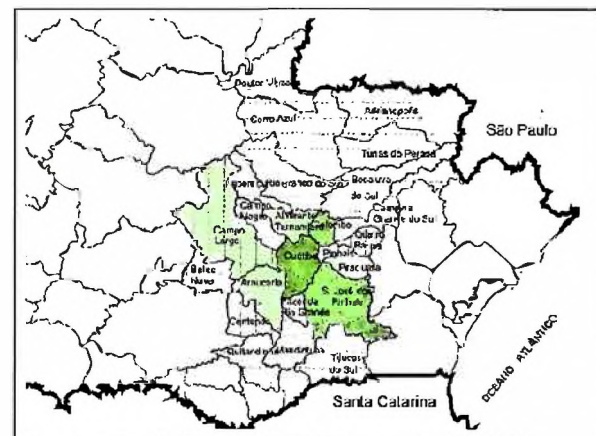
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 21,94 a 34,93 %
- 65,00 a 85,32 %
- 85,32 a 99,06 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 19,66 a -0,99 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 97,38 %
- 97,38 a 148,23 %
- Municípios criados após 1981



Escala: 1:3.120.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 0,01 a 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 3425,2

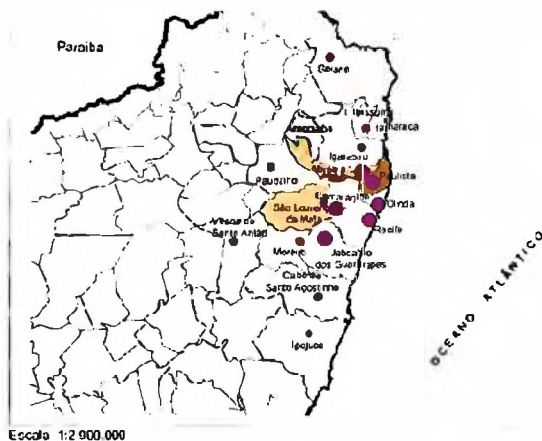
População Total 1996

- 3.426 a 23.212
- 23.213 a 52.486
- 52.487 a 89.410
- 89.411 a 169.035
- 169.036 a 1.476.253
- Municípios criados após 1990

Fonte: IBGE
Metrô Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaboração: Cláudio Fernandes,
Dezão - IBGE

Cartograma 08 Aglomeração Urbana Metropolitana de Recife - PE (Região Metropolitana de Recife)



PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 57,97 a 84,99 %
- 65 a 86,71 %
- 86,72 a 89,04 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 5 a 49,99 %
- 45 a 64,99 %
- 65 a 78,27 %
- Municípios criados após 1991.



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 60 a 495,39
- 500 a 2 315,00
- 2 315 a 9 194,70

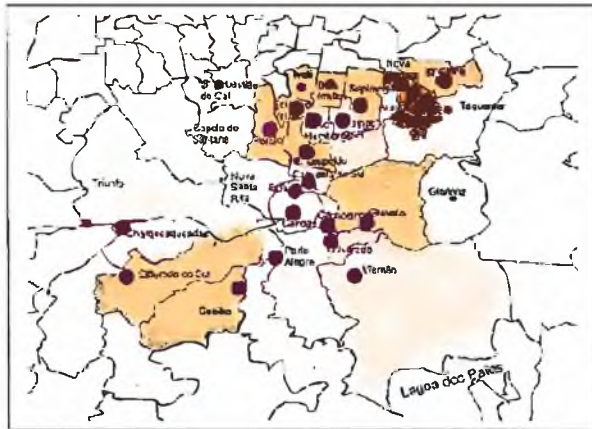
População Total 1996

- 13.799 a 67.242
- 67.243 a 140.764
- 140.765 a 349.380
- 349.381 a 529.966
- 529.967 a 1.346.045
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Censo Demográfico 1996

Organização: Carlos Bianco, M. L. G.
Elaborado por: Cláudio Fernandes
Orgão: IBGE

Cartograma 09 Aglomeração Urbana Metropolitana de Porto Alegre - RS (Região Metropolitana de Porto Alegre)



Escala: 1:2.530.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 46,90 a 64,99 %
- 65,99 a 90,17 %
- 80,18 a 90,57 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 10 a 33,3 %
- 33,4 a 54,44 %
- 55,45 a 98,12 %
- 98,13 a 211,90 %
- Municípios criados após 1991.



Escala: 1:2.530.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 0,01 a 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 999,99
- 1000 a 2686,00

População Total 1996

- 10.962 a 27.206
- 27.207 a 62.282
- 62.283 a 62.004
- 82.065 a 209.150
- 209.151 a 1.965.513
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaboração por: Cláudia Fernandes
Desenho: IEGE

Cartograma 10
Aglomeração Urbana Metropolitana de Belém - PA
(Região Metropolitana de Belém)



Escala: 1:930.000

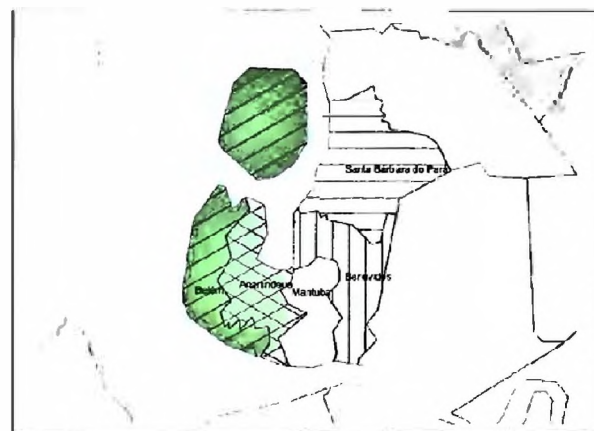
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 87,57 a 96,33
- 96,34 a 97,25

Crescimento Populacional 1980/91

- até 33,37
- 33,37 a 33,81
- 33,82 a 206,81
- Municípios criados após 1991



Escala: 1:930.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- até 59
- 60 a 270
- 271 a 1 051
- 1 052 a 1 984

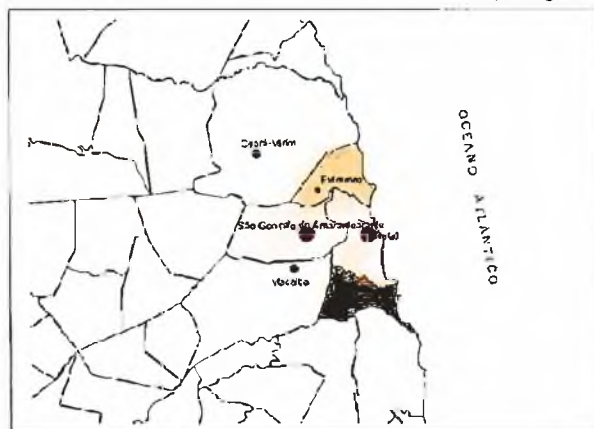
População Total 1996

- até 11.549
- 11.550 a 77.369
- 77.370 a 341.257
- 341.258 a 1.144.312
- Municípios criados após 1996

Fonte: IBGE
 Mapa Municipal Digital 1997
 Censo Demográfico 1980
 Censo Demográfico 1991
 Censo Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
 Elaborado por: Diêber Fernandes.
 DEGEA - IBGE

Cartograma 11 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Natal - RN (Região Metropolitana de Natal)



Escala: 1:1.400.000

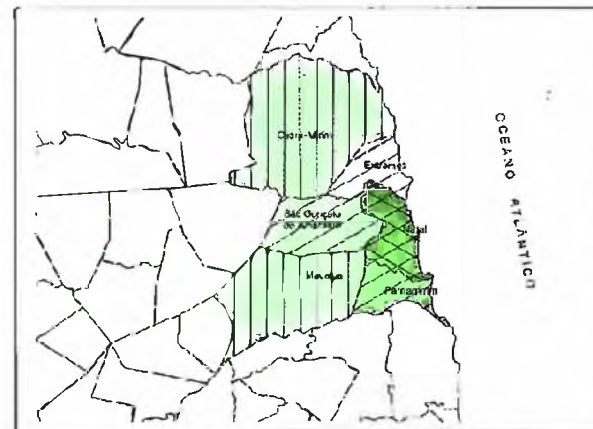
PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 64,08 a 64,99%
- 65 a 75,99%
- 75,99 a 98,62%

Crescimento Populacional 1980/1991

- 30 a 44,99%
- 45 a 64,99%
- 65 a 99,99%
- 100 a 140,16%



Escala: 1:1.400.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 60 a 99,99
- 100 a 670,6
- 678,6 a 3.859

População Total 1996

- 17.814
- 17.815 a 31.917
- 31.918 a 57.983
- 57.984 a 86.177
- 86.178 a 656.037

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital: 1997
Censo Demográfico: 1980
Censo Demográfico: 1991
Contagem Populacional: 1996

Organização: Gabriel Brenno, V. L. G.
Elaborado por: Carlos Fernandes,
Dagoberto - IBGE

Cartograma 12
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Londrina - PR
(Região Metropolitana de Londrina)

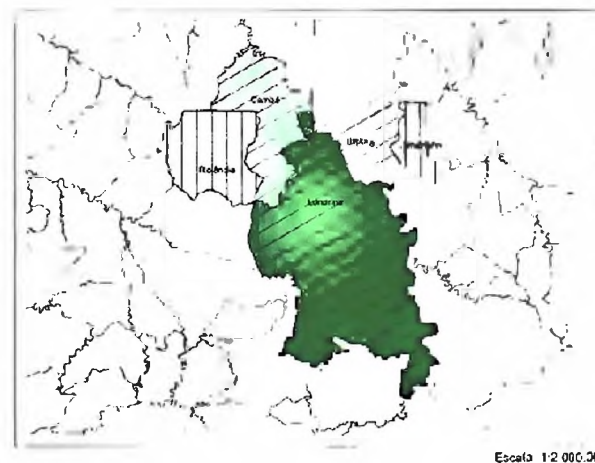


PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas**
- 73,11 a 74,45 %
 - 74,45 a 88,18 %
 - 88,18 a 91,56 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 5,61 a 9,18 %
- 9,18 a 29,30 %
- 29,30 a 37,11 %



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 72,00 a 99,99
- 100,00 a 197,10

População Total 1996

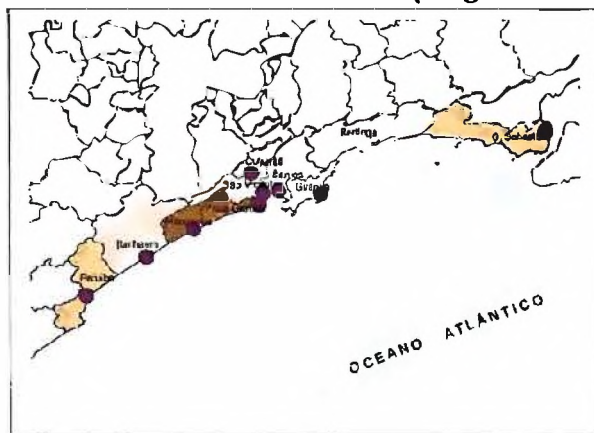
- 12.096 a 44.379
- 44.380 a 80.057
- 421.343

Fonte: IBGE
Mapa Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cidades Populacionais 1990

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaborado por: Geórgio Fernandes
Dezeto - 1996

Cartograma 13

Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Santos - SP (Região Metropolitana da Baixada Santista)



Escala: 1:2,500,000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

● 94,09 a 98,43 %

Crescimento Populacional 1980/1991

□ até 44,99 %

□ 45 a 67,76 %

□ 67,77 a 78,40 %

□ 78,41 a 91,64 %

□ Municípios criados após 1991.



Escala: 1:2,500,000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

□ até 59,99

□ 60 a 99,99

□ 100 a 999,99

□ 1000 a 1 076

População Total 1996

□ 17.002 a 27.065

□ 27.066 a 58.017

□ 59.019 a 150.388

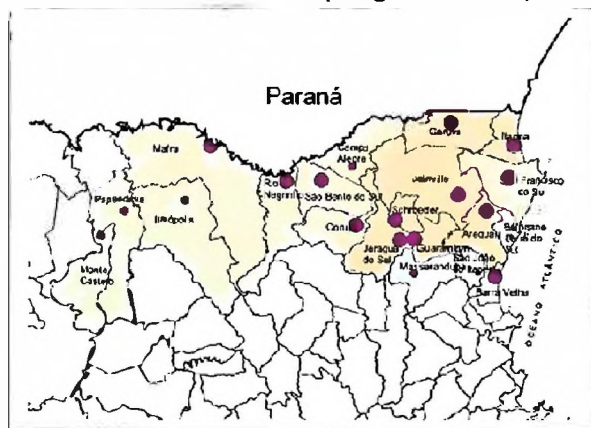
□ 150.389 a 279.529

□ 279.529 a 412.243

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castel o Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cláudio Fernandes.
Desenho: IBGE

Cartograma 14
Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Joinville - SC
(Região metropolitana do Norte-Nordeste Catarinense)



Escala: 1:2.800.000

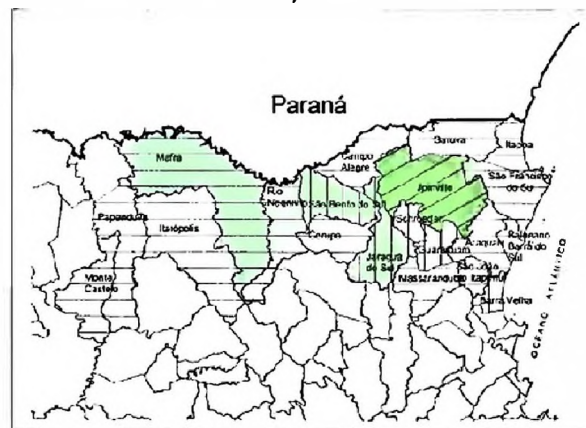
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 0,00 a 64,99 %
- 65,99 a 69,99 %
- 65 a 98,30 %

Crescimento Populacional 1980/91

- -6,82 a -0,99 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 66,40 %
- Municípios criados após 1991



Escala: 1:2.800.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 0,01 a 59,99
- 60 a 172,40
- 172,40 a 367,80

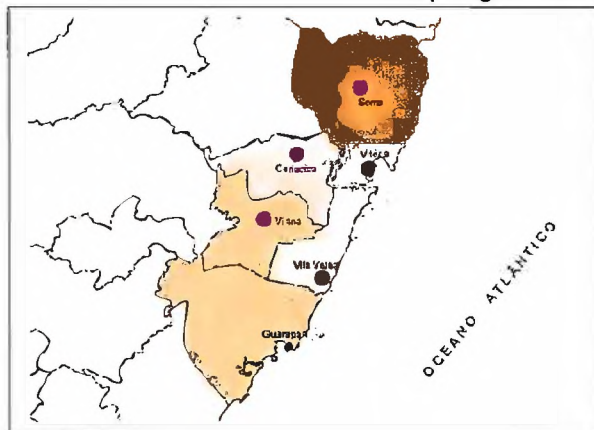
População Total 1996

- 3.092 a 18.568
- 18.569 a 31.611
- 31.612 a 33.076
- 33.077 a 397.951

Fonte: IBGE
Vetor Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Caciote Branco, M. L. G.
Elaboração: Caciote Fernandes,
Regina - IBGE

Cartograma 15 Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Vitória - ES (Região Metropolitana da Grande Vitória)



Escala: 1:1.900.000

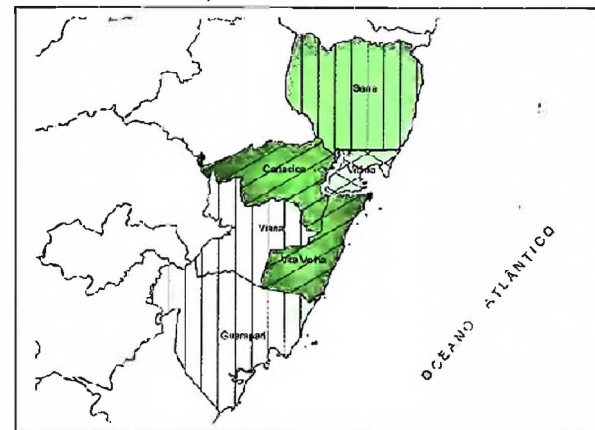
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 34,45 a 89,99 %
- 50 a 93,63%

Crescimento Populacional 1980/1991

- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 59,99 %
- 60 a 87,14 %
- 87,15 a 169,06 %



Escala: 1:1.900.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 60 a 488,90
- 488,91 a 1.358,10
- 1.358,11 a 2.987,30

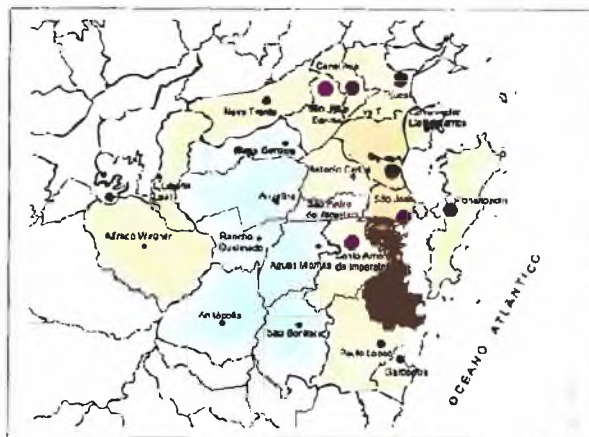
População Total 1996

- 47.494
- 47.495 a 73.730
- 73.731 a 265.874
- 265.875 a 270.373
- 270.374 a 301.183

Fonte: BGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1993

Organização: Cassiano Branco, M. L. G.
Elaborado por: Osiris Fernandes
Data: 1998

Cartograma 16
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Florianópolis - SC
(Região metropolitana de Florianópolis)



Escala 1:1.870.000

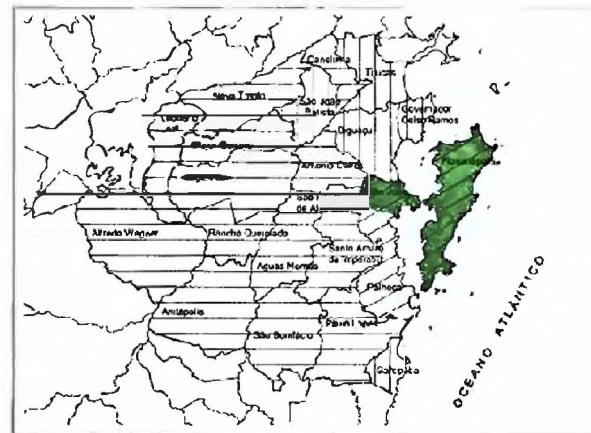
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 0,00 a 64,99 %
- 65,00 a 79,99 %
- 80 a 97,95 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- -22,49 a -0,32 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 59,99 %
- 60 a 79,97 %
- Município criado após 1991.



Escala 1:1.870.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 6 a 59,9
- 60 a 249,9
- 250 a 621

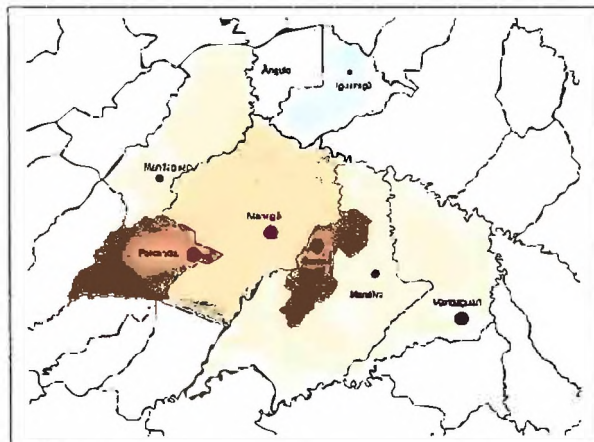
População Total 1996

- 2.443 a 49.999
- 50.000 a 149.999
- 150.000 a 271.281
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Mapa Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Cassio Branco, U. L. G.
Elaboração por: Odeir Fernandes
Desenho: IBGE

Cartograma 17 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Maringá - PR (Região Metropolitana de Maringá)



Escala: 1:1 200.000

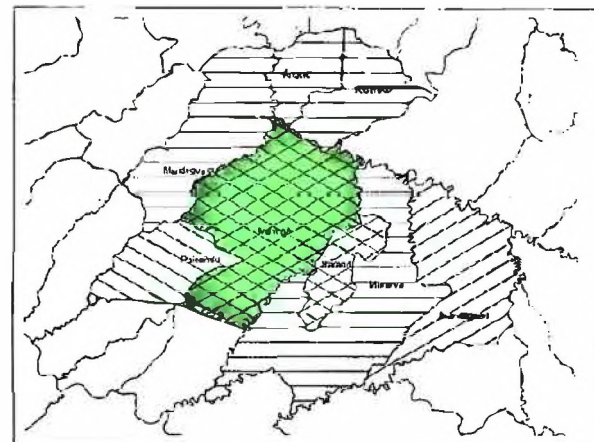
PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 47.47 a 64.99 %
- 65.00 a 78.43 %
- 78.44 a 95.72 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 12.81 a 0.00 %
- 0.00 a 14.75 %
- 14.75 a 42.83 %
- 42.83 a 120.13 %
- Municípios criados após 1991



Escala: 1:1 200.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 20.50 a 59.00
- 60.00 a 84.93
- 84.93 a 158.60
- 158.60 a 579.00

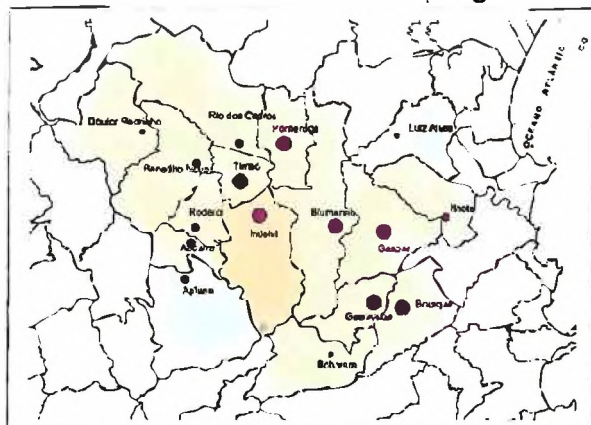
População Total 1996

- 2 635 a 16 210
- 16 220 a 60 212
- 60 213 a 267 942

Fonte: IBGE
Mapeamento Digital 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Celso Branco, M. L. G.
Elaboração por: Cláudio Fomadoro
Lógica - IBGE

Cartograma 18
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Blumenau - SC
(Região Metropolitana do Vale do Itajaí)



Escala: 1:2.000.000

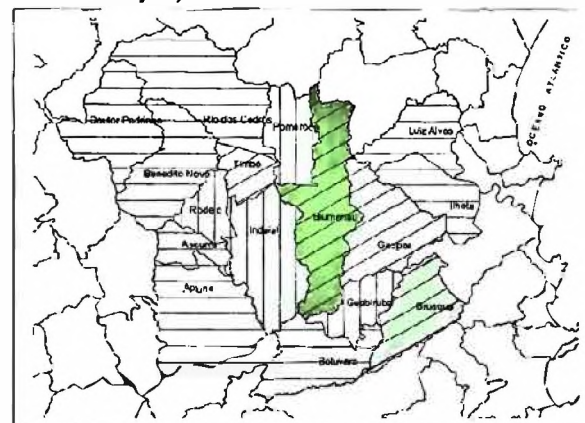
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 57,17 a 64,99 %
- 65 a 67,42 %
- 87,43 a 98 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- -9,15 a -0,01 %
- 0,01 a 44,99 %
- 45 a 50,23 %



Escala: 1:2.000.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 0,01 a 59,99
- 60 a 99,99
- 100 a 453,70

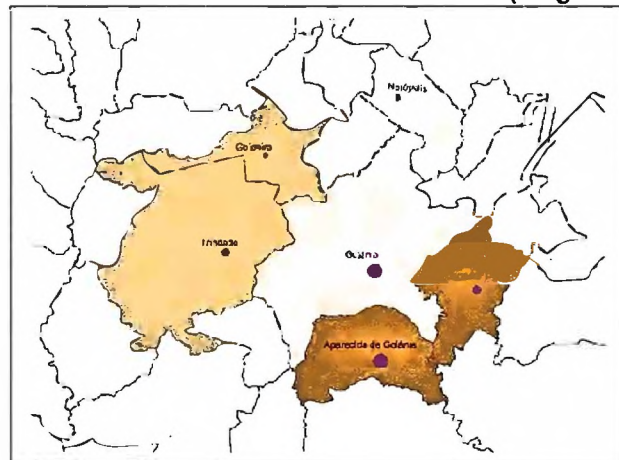
População Total 1996

- 2.981 a 11.539
- 11.540 a 40.584
- 40.585 a 66.558
- 66.559 a 231.401

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Caetano Branco, M. L. G.
Atualizado por: Cláudio Romarinho
Degea - IBGE

Cartograma 19 Aglomeração Urbana Metropolitana de Goiânia - GO (Região Metropolitana de Goiânia)



Escala: 1:1.100.000

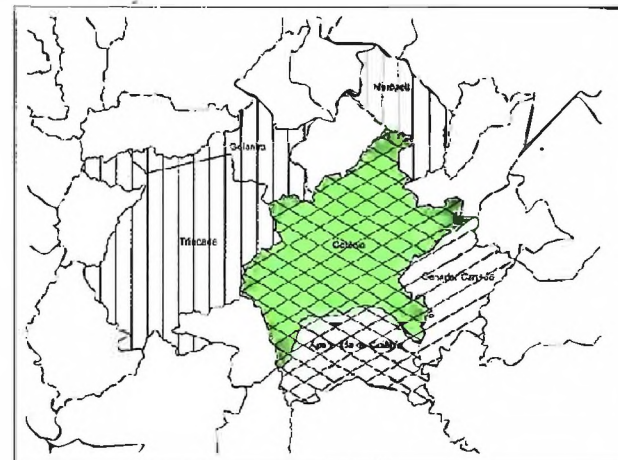
PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 65,64 a 74,36 %
- 74,36 a 88,49 %
- 88,49 a 97,67 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 29,13 a 44,98 %
- 45,00 a 76,55 %
- 76,65 a 319,05 %



Escala: 1:1.100.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 74,30 a 89,40
- 89,40 a 179,90
- 179,90 a 1.271,00

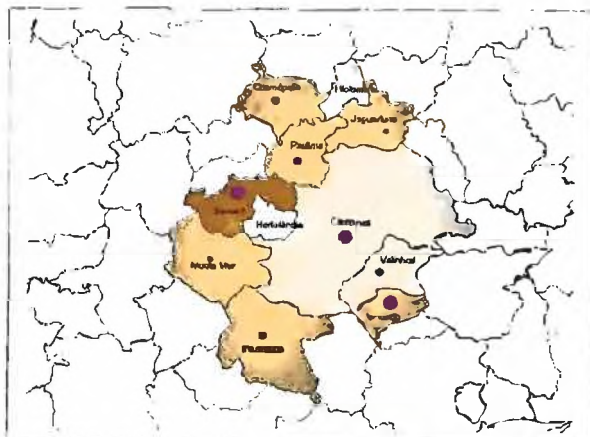
População Total 1996

- 15.194 a 69.838
- 69.839 a 265.868
- 1.004.098

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1:250
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Carteira Populacional 1996

Organização: Carolina Mendes, M. L. G.
Elaboração: Orla: Feliciano,
Degeo - IBGE

Cartograma 20
Aglomeração Urbana Metropolitana de Campinas - SP
(Região Metropolitana de Campinas)



Escala 1:1.250.000

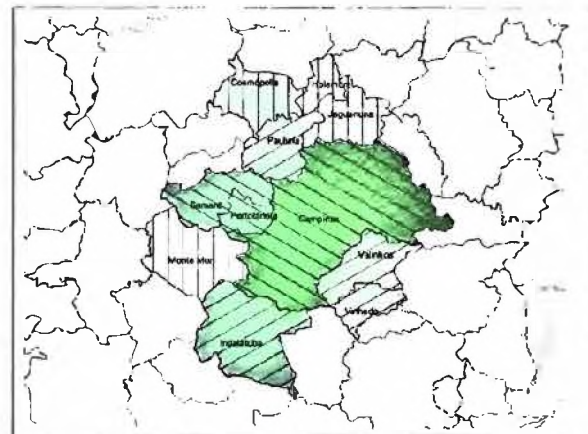
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 78,83 a 85,92 %
- 85,92 a 94,26 %
- 94,26 a 98,10 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 78,00 a 44,00 %
- 45,00 a 82,00 %
- 83,00 a 123,00 %
- Municípios criados após 1991



Escala 1:1.250.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 104,00 a 257,00
- 258,00 a 501,00
- 502,00 a 1867,00

População Total 1996

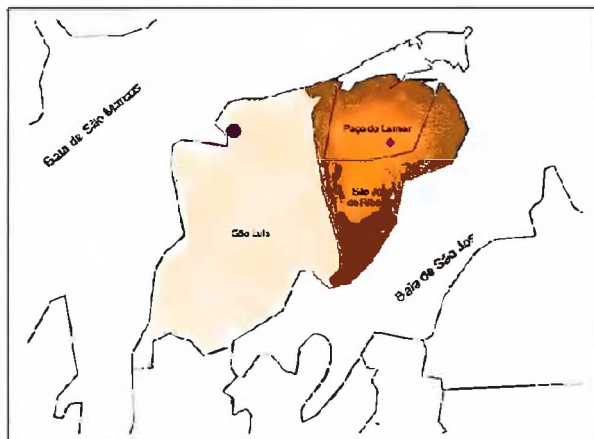
- 6.653 a 30.849
- 30.850 a 74.608
- 74.609 a 168.058
- 168.059 a 908.906
- Municípios criados após 1996

Fonte: IBGE;
Matriz Municipal Digital 1997
Censos Demográficos 1980
Censos Demográficos 1991
Cui legem Populorum 1990

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Desenho: IBGE

Cartograma 21

Aglomerado Urbano Não Metropolitana de São Luís - MA (Região Metropolitana de São Luís)



Escala: 1:800.000

PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

● 81,63 a 84,43 %

● 84,43 a 97,13 %

Crescimento Populacional 1980/91

□ 51,91 a 99,99 %

■ 100 a 208,99 %



Escala: 1:800.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

□ 70,804 a 80,794

■ 80,795 a 780,833

População Total 1996

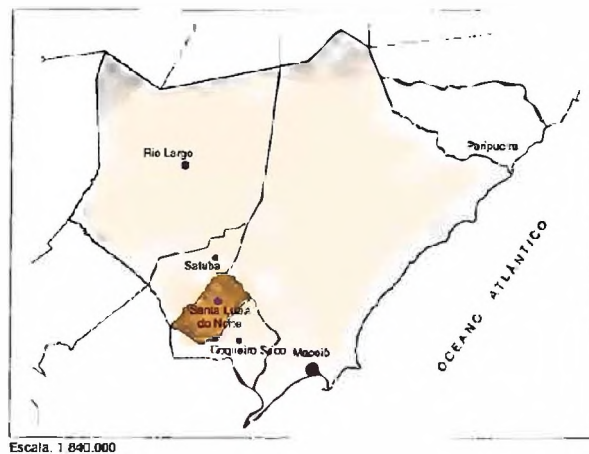
□ 70.804 a 80.794

■ 80.795 a 780.833

Fonte: IBGE
Malha Municipal: 1991
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Censo do Censo 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaboração: Cader Fernandes
Diogo - IBGE

Cartograma 22
Aglomeração Urbana Não metropolitana de Maceió - AL
(Região Metropolitana de Maceió)



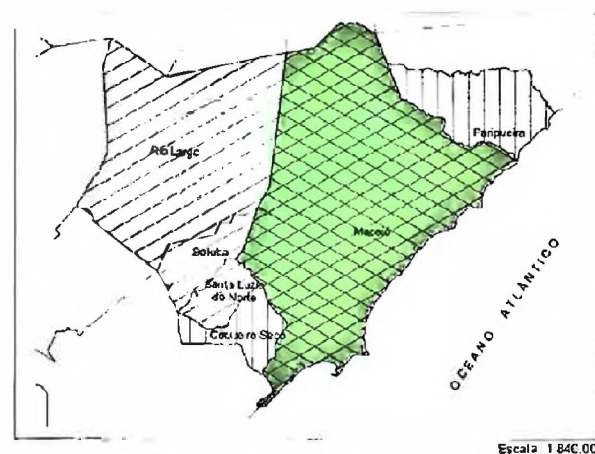
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 66,2 a 72,96 %
- 72,96 a 84,70 %
- 84,79 a 96,56 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 24,12 a 57,54 %
- 57,54 a 74,63 %
- Município criado após 1991



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 76,60 a 127,10
- 127,10 a 254,70
- 254,70 a 1 409,80

População Total 1996

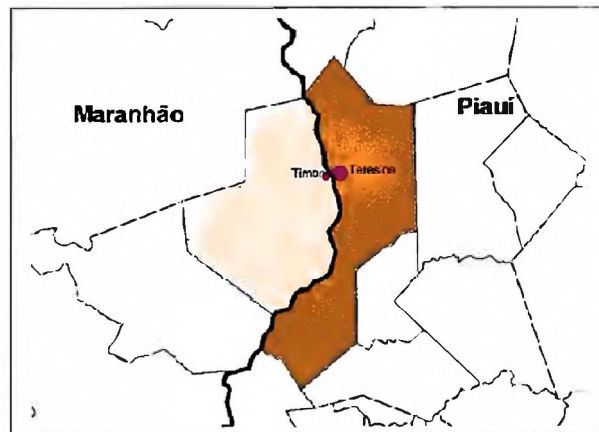
- 5.084 a 10.934
- 10.955 a 58.244
- 723.230

Fonte: IBGE
 Mapa Municipal Digital 1997
 Censo Demográfico 1980
 Censo Demográfico 1991
 Censo Demográfico 1996

Urbanização: Gastão Branco, M. L. F.
 Edição e Diagrama: Cláudio Fernandes
 Diagrama: IBGE

Cartograma 23

Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Teresina - PI



Escala: 1:2.400.000

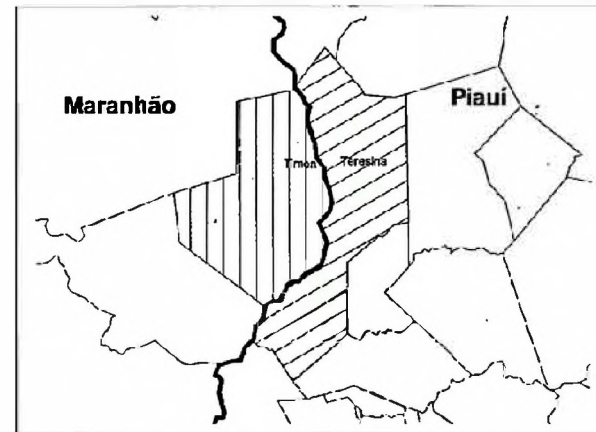
PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 82,69 %
- 82,80 a 94,83 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 44,41 %
- 58,82 %



Escala: 1:2.400.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 63 a 70
- ▨ 71 a 441,2

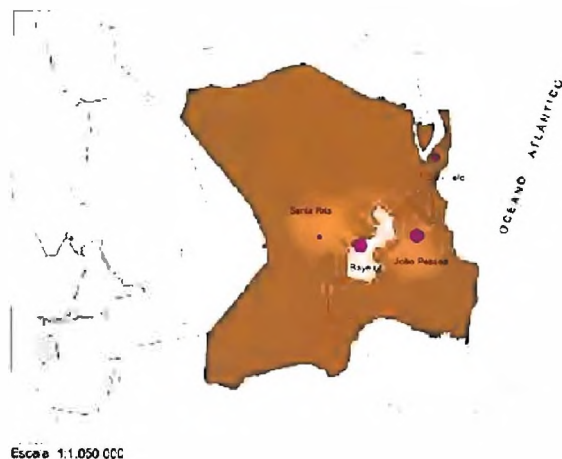
População Total 1996

- 118.428
- 655.473

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Casto Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cláudio Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 24 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de João Pessoa - PB

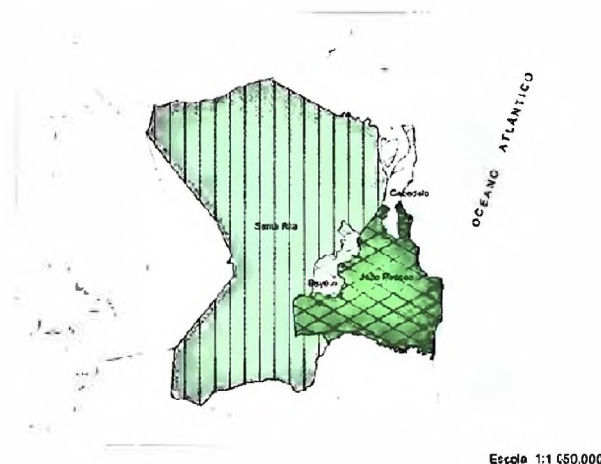


PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas
- 86,04 %
 - 85,04 a 94,53 %
 - 94,53 a 99,22 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 0,01 a 36,37 %
- 36,38 a 53,12 %



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 133,90
- 133,90 a 876,30 %
- 876,30 a 3682,10 %

População Total 1996

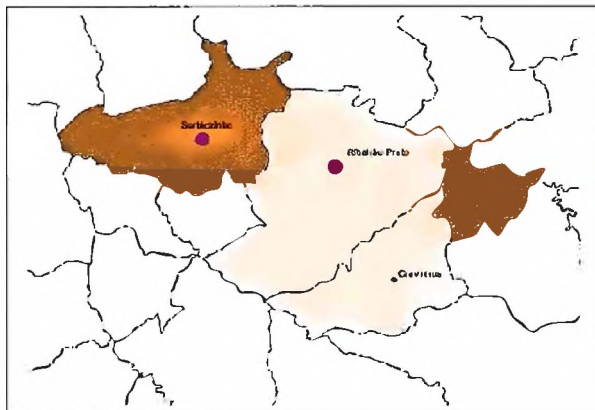
- 34.691 a 84.169
- 84.170 a 105.625
- 105.626 a 519.363

FONTE: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Crescimento Populacional 1990

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Diagrama: IREF

Cartograma 25

Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Ribeirão Preto - SP



Escala: 1:1.250.000

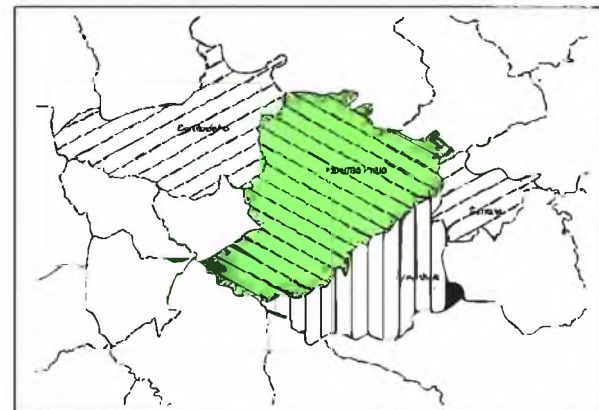
PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 74,68 %
- 74,88 a 77,26 %
- 77,28 a 97,03 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 33,22 a 37,09 %
- 37,09 a 61,48 %



Escala: 1:1.250.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 70,90 a 76,90
- 76,90 a 219,20
- 219,20 a 699,80

População Total 1996

- 23.984 a 26.581
- 26.582 a 88.545
- 456.252

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cartagem Populacional 1996

Orisnieta, Castelo Branco, M. L. G.
Elaboração por: Cláudio Fernandes
Boje - EGE

Cartograma 26
Aglomeración Urbana Não Metropolitana de São José dos Campos - SP



Escala 1:1.450.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 94,30 %
- 94,31 a 98,13 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 28,61 %
- 28,65 a 53,86 %



Escala 1:1.450.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 183,6
- 183,7 a 441,4

População Total 1996

- 68.117 a 167.751
- 167.752 a 486.467

Fonte: IBGE
Matriz Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1996
Censo Demográfico 1981
Censos Populacionais 1990
Organização: Carlos Branc, M. L. G.
Elaboração por: Cláudio Fernandes
Código - IBGE

Cartograma 27

Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Cuiabá - MT



Escala: 1:1.876.000

PEA - atividades urbanas 1991

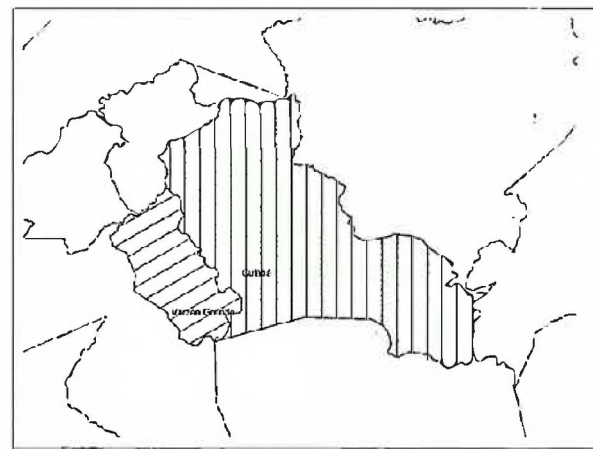
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 93,68 %
- 96,64 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 92,23 %
- 111,22 %



Escala: 1:1.876.000

Densidade Demográfica 1996

População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 108,70
- 213,70

População Total 1996

- 193.431
- 433.356

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1987
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Christiane Barros, M. L. S.
Elaboração: Cláudia Fernandes.
Desenho: IBGE

Cartograma 28
Aglomerado Urbano Não Metropolitano de Sorocaba - SP



Escala 1:780.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 95,07 %
- 85,68 a 99,24 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 40,15 a 44,99 %
- 45 a 72,55 %
- Municípios criados após 1991



Escala 1:780.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 108,50 a 473,90
- 473,91 a 959,00

População Total 1996

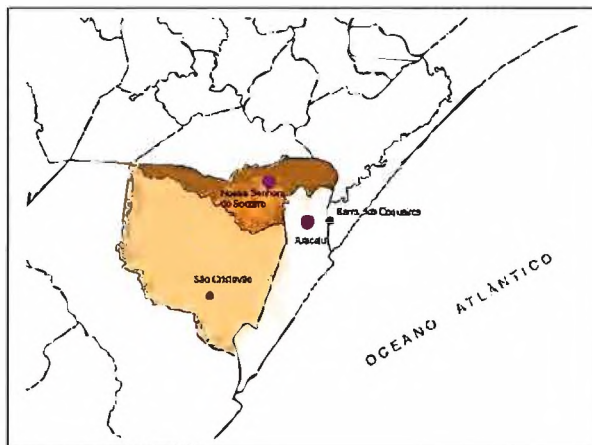
- 13.260 a 34.999
- 35.000 a 99.999
- 100.000 a 431.561

Fonte: IBGE
 Mapa Municipal Digital 1991/7
 Censo Demográfico 1990
 Censo Demográfico 1991
 Cartagem Populacional 1996

Organização: Cássio Krawinkel
 Elaborado por: Cleber Fernandes
 Desenho: BGC

Cartograma 29

Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Aracaju - SE



Escala: 1:930.000

PEA - atividades urbanas 1991

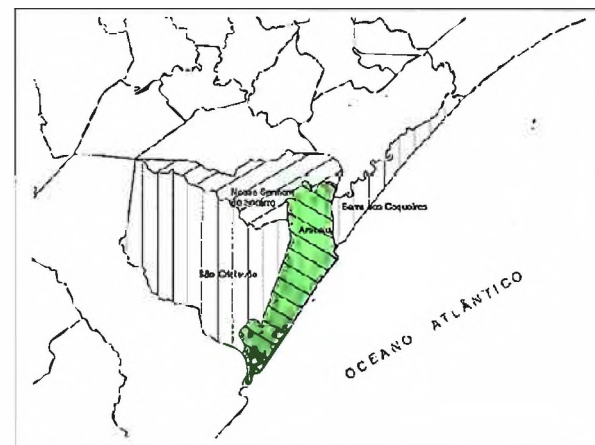
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 04,01 a 85,04
- 85,04 a 98,26

Crescimento Populacional 1980/91

- 37,26 a 99,99 %
- 100,00 a 199,99 %
- 382,88 %



Escala: 1:930.000

Densidade Demográfica 1996

População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 60 a 185,6
- 183,6 a 673,4
- 673,4 a 2352,7

População Total 1996

- 16.155 a 57.553
- 57.554 a 105.724
- 105.725 a 428.191

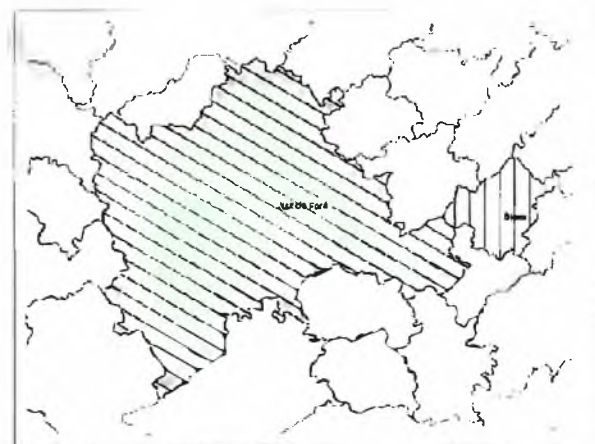
Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1937
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cartografia Populacional 1996

Organizador: Castello Branco, N. L. G.
Elaborado por: Cobar Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 30
Agglomeração Urbana Não Metropolitana de Juiz de Fora - MG



Escala: 1:930.000



Escala: 1:930.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 88,48 %
- 97,27 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 8,75 %
- 26,51 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 84,40 %
- 294,20 %

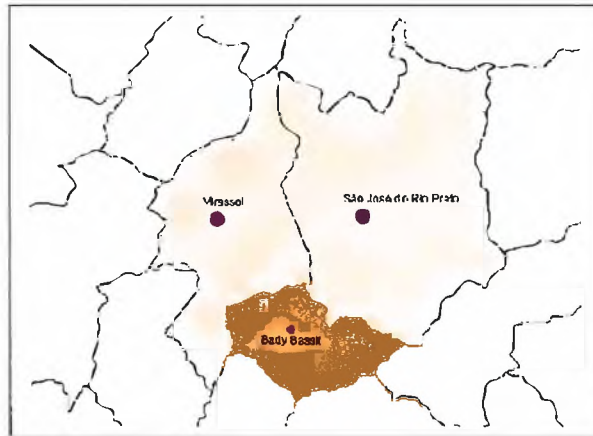
População Total 1996

- 11.822
- 474.479

Fuente: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1991
Censo Demográfico 1996
Cartagem Populacional 1996

Organização: Cassio Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleto Fernandes
Lógica - IBGE

Cartograma 31 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de São José do Rio Preto - SP

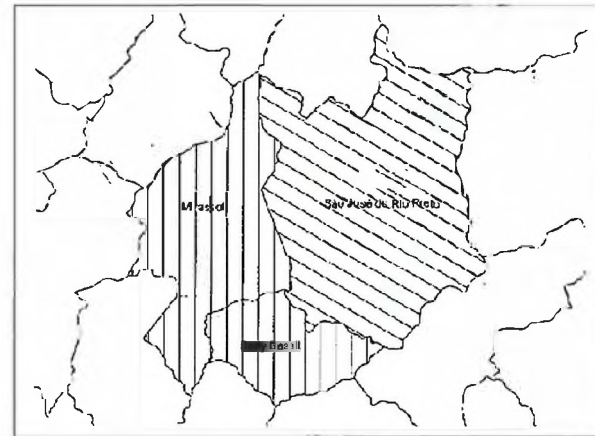


Escala: 1:200.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991
● 30,03 %
● 80,04 a 96,92 %

Crescimento Populacional 1980/91
■ 38,78 a 50,46 %
■ 50,47 a 101,73 %



Escala: 1:800.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

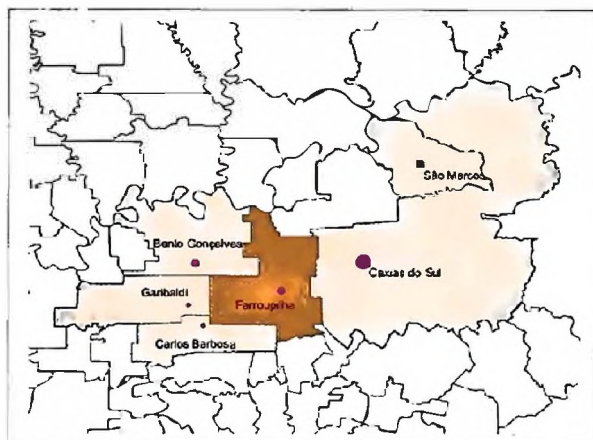
Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
■ 174,20 a 179,99
■ 180 a 573,50

População Total 1996
■ 8.162 a 43.851
■ 43.852 a 325.315

Fonte: IBGE
Atlas Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Dez/96 - 1996

Cartograma 32
Aglomerado Urbano Não Metropolitana de Caxias do Sul - R. S.



Escala: 1:1 900 000

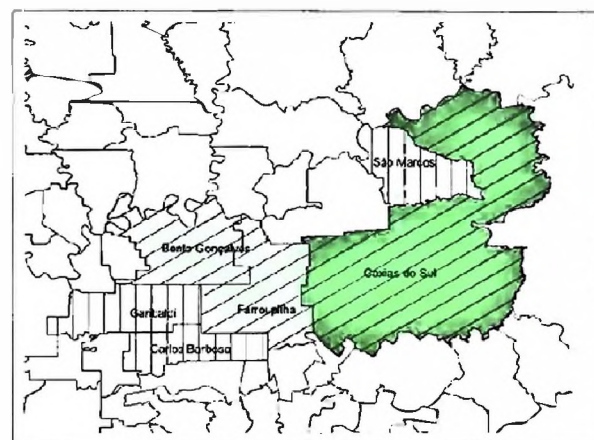
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 76,81 a 78,84
- 78,84 a 86,36
- 86,36 a 94,59

Crescimento Populacional 1980/91

- 17,37 a 44,99 %
- 45,00 a 56,43 %



Escala: 1:1 900 000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 60 a 99,99
- 100 a 217,8

População Total 1996

- 17.359 a 28.296
- 28.207 a 83.201
- 83.202 a 325.694

Fonte: IBGE
Muito Município Digital 1997
Censo Demográfico 1996
Censo Demográfico 1991
Crescimento Populacional 1980/91

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaboração por: Cleber Fernandes
Diagrama - IBGE

Cartograma 33

Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Pelotas/Rio Grande - RS



Escala: 1:3.300.000

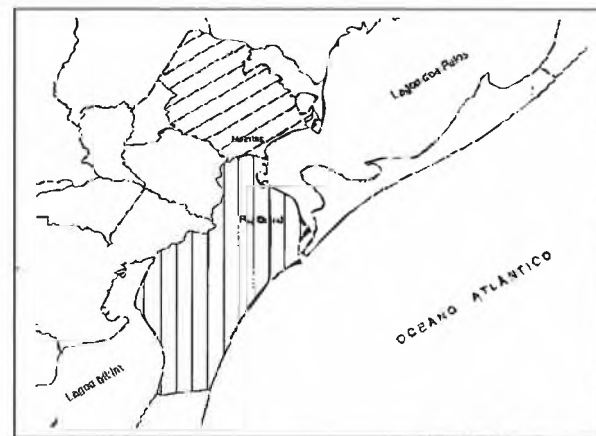
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 88,77 %
- 89,94 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 18,01 %
- 20,73 %



Escala: 1:3.300.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 62,90
- 160,10

População Total 1996

- 173.256
- 307.667

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1991
Censo Demográfico 1996
Contagem Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Clotilde Fernandes.
Diagrama: IBGE

Cartograma 34
Aglomerado Urbano Não Metropolitana de Piracicaba - SP



Escala 1:1.250.000

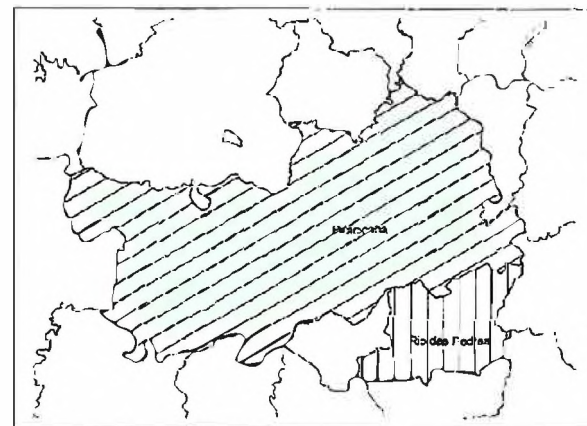
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 79,66 %
- 95,78 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 32,44 %
- 41,81 %



Escala 1:1.250.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 65,00
- 430,00

População Total 1996

- 22.285
- 302.886

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaboração: Cláudio Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 35

Aglomerado Urbano Não Metropolitana de Jundiaí - SP.



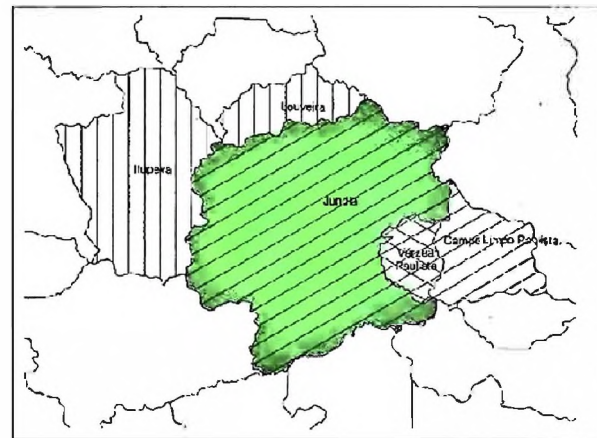
Escala: 1:813.000

PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas
- 68,45 %
 - 68,45 a 81,33 %
 - 81,33 a 98,71 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 12,00 a 44,00 %
- 45,00 a 78,00 %
- 79,00 a 107,00 %



Escala: 1:813.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 133,90
- 133,90 a 876,30 %
- 876,30 a 3682,10 %

População Total 1996

- 18.069 a 20.826
- 20.806 a 78.158
- 78.157 a 293.373

Fonte: IBGE
Mapa Municipal Digital 1991
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Censo Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cláudio Fernandes
Legenda: IBGE

Cartograma 36
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Petrópolis/Teresópolis - RJ



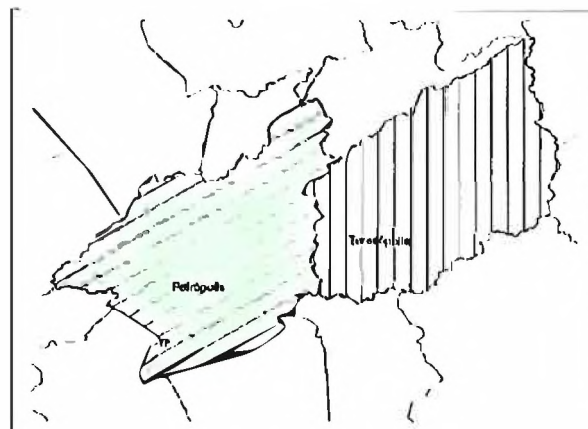
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 88,93
- 88,93 a 97,63

Crescimento Populacional 1980/91

- 11,31 %
- 22,20 %



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 100 a 300
- 347,1

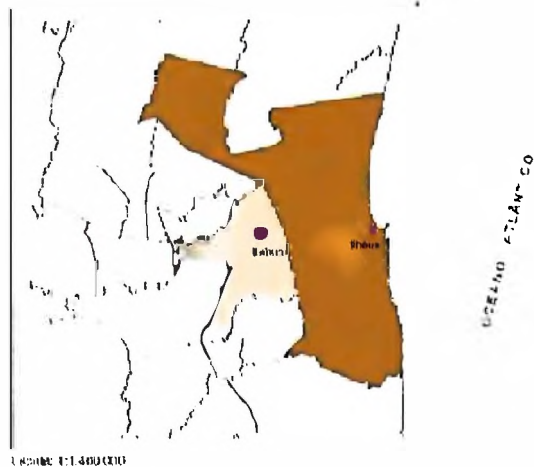
População Total 1996

- 125 122
- 269 669

Fundo IBGE
Atlas Municipal Digital 1997
Censos Demográficos 1980
Censos Demográficos 1991
Cartografia Planisférica (1980)

Organização: Carlos Roberto, M. L. G.
Elaboração: Cleber Fernandes
Desenho: B. H. H.

Cartograma 37 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Ilhéus/Itabuna - BA



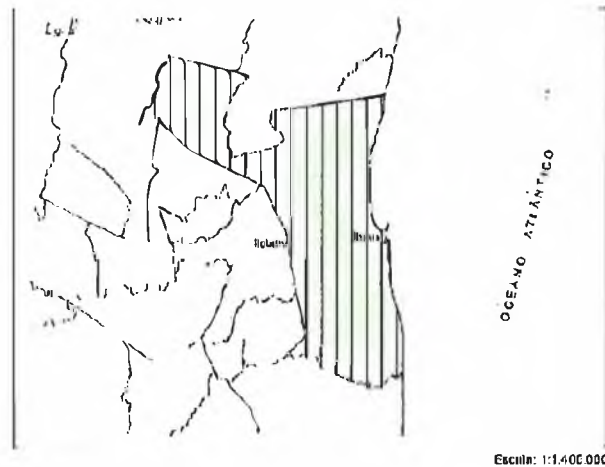
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 01,77 %
- 01,10 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 28,49 %
- 73,21 %



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

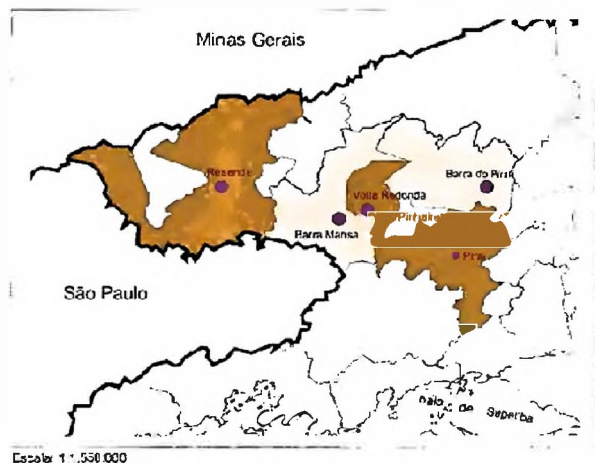
- 131,2
- 412,1

População Total 1996

- 183.403
- 242.445

Foto: IBGE
Malas Vinte e Quatro 1991
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Carta de População 1996
Organização: Carlos Basso, M. L. G.
Elaboração: C. Basso e J. Basso
Desenho: IBGE

Cartograma 38
Agglomeração Urbana Não Metropolitana de Volta Redonda/Barra Mansa - RJ



PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 89,29 a 69,99 %
- 90,00 a 99,15 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 10,00 a 14,99 %
- 15,00 a 21,97 %
- Município criado após 1991



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 60,00 a 99,99
- 100,00 a 129,93

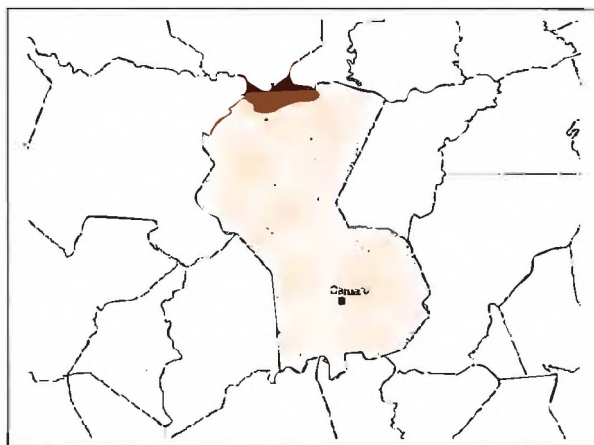
População Total 1996

- 40.228 a 99.999
- 100.000 a 199.999
- 200.000 a 232.287
- Município criado após 1996

Fonte: IBGE
Malha: Vetorial Original 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Censo Populacional 1996

Organização: Castello Branco M. L. G.
Elaborado por: Clóvis Fernandes,
Ogeio - IBGE

Cartograma 39 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Caruaru - PE

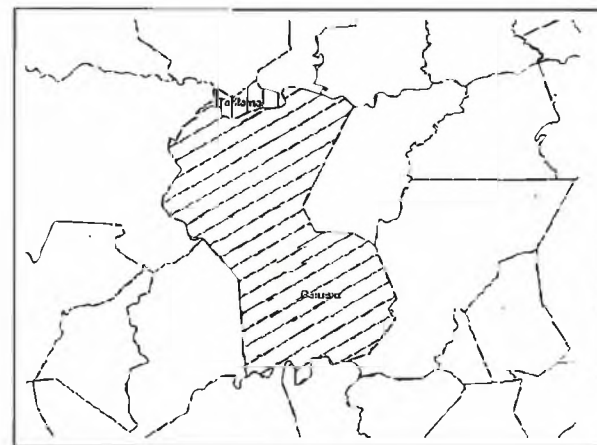


Escala: 1:1.200.000

PE A - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PE A - Atividades Urbanas
● 88,66
● 88,66 a 93,40

Crescimento Populacional 1980/1991
□ 23,86 %
■ 73,02 %



Escala: 1:1.200.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab./km²)
□ 248,9
■ 527,3

População Total 1996
□ 16455
■ 18456 a 231989

Fuente: IBGE
Materia Municipalizada 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Censos Populacionais 1998

Organização: Castelo Branco M. L. G.
Elaboração por: Ciber Ferramentas
Digão - IBGE

Cartograma 40
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Limeira - SP



Escala: 1:800.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 80,80 %
- 80,80 a 93,97 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 38,00 %
- 38,00 a 42,21 %



Escala: 1:800.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 111,20 a 120,90
- 120,90 a 395,80

População Total 1996

- 14.024 a 15.344
- 15.345 a 230.348

Fonte: IBGE
Muito Mundo: 2000
Censo Demográfico 1996
Censo Demográfico 1991
Formação Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes.
Desenho: IBGE

Cartograma 41

Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Taubaté - SP



Escala: 1:1.400.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

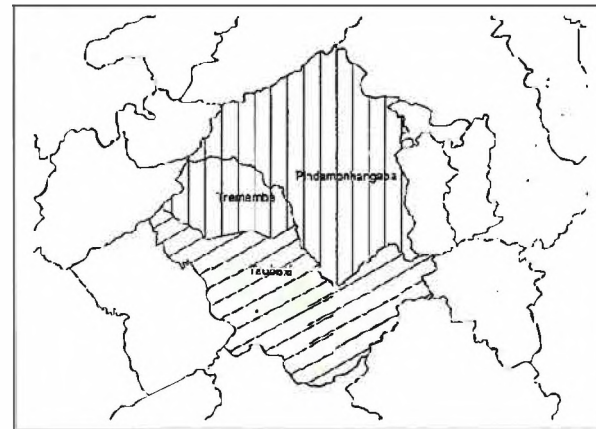
● 92,58 a 93,25 %

● 93,26 a 96,47 %

Crescimento Populacional 1980/91

■ 22 %

■ 23 a 52 %



Escala: 1:1.400.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab./km²)

□ 166 a 166

□ 167 a 351

População Total 1996

□ 32.095 a 113.937

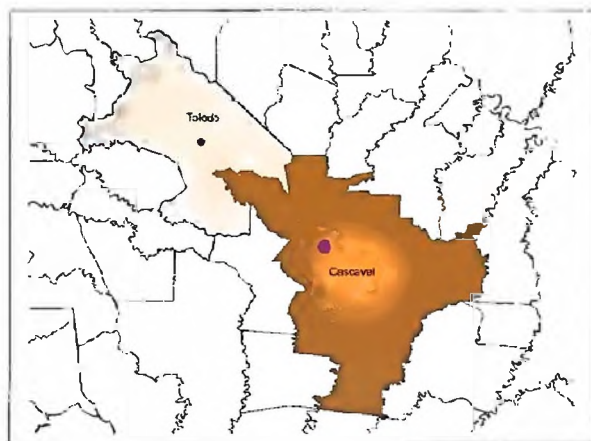
□ 113.938 a 220.230

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cartagem Populacional 1996

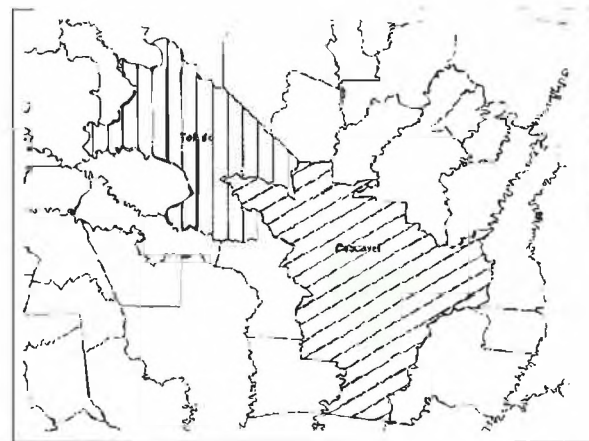
Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaboração por: Cleber Fernandes.
Desenho: IBGE

Cartograma 42

Aglomerado Urbano Não metropolitana de Cascavel - PR



Escala 1:1.700.000



Escala 1:1.700.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas:

- 75,44 %
- 90,32 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 32,00%
- 37,00 %

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab./cm²)

- 75,20
- 106,30

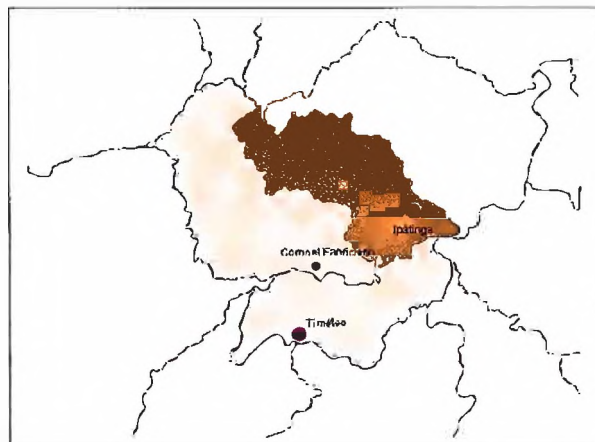
População Total 1996

- 90.417
- 219.652

Fonte: IBGE
Matriz Municipal Digital 1987
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Contagem Populacional 1996

Organizador: Caspary Brande, M. L. S.
Elaborado por: Cleber Fonteneca
Diagrama: IBGE

Cartograma 43 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Ipatinga - MG (Região Metropolitana do Vale do Aço)



Escala: 1:625.000

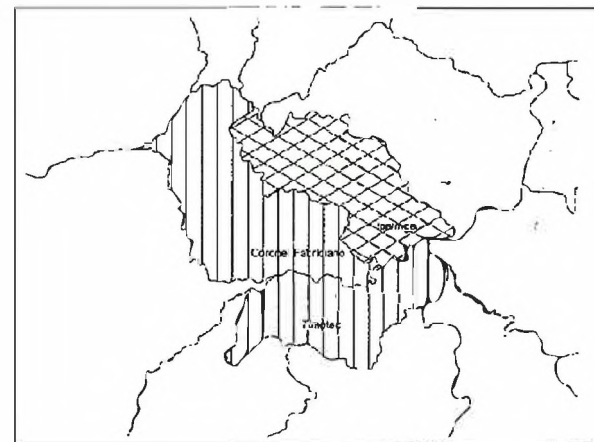
PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 97,14 %
- 97,15 a 98,44 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 15,20 a 15,99 %
- 16,00 a 19,79 %



Escala: 1:625.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 419,00 a 450,00
- 500,00 a 1.179,50

População Total 1996

- 65.501 a 93.012
- 93.013 a 195.793

Fonte: IBGE
Mapa Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cartografia: Topolitec 1996

© 2002/2003: CASTELO BRANCO, M. L. G.
Elaborado por: Celso Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 44 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Juazeiro - BA/Petrolina - PE



Escala: 1:3.200.000

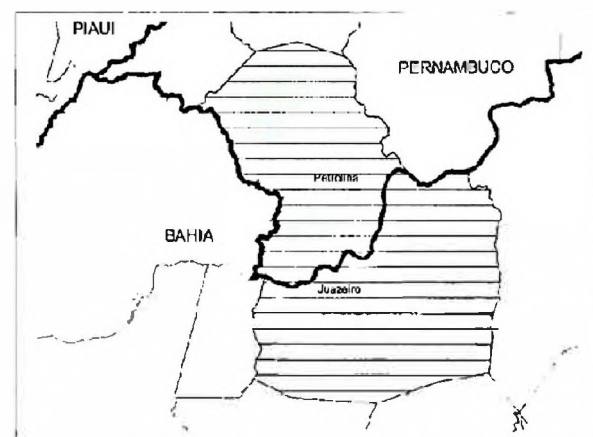
PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 68,14 %
- 73,78 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 38,41 %
- 58,18 %



Escala: 1:3.200.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 26,8 a 40,2

População Total 1996

- 172.065
- 191.238

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cartagem Populacional 1996

Organização: Castro Branco, N. L. G.
Elaboração por: César Fernandes,
Desenho: IBGE

Cartograma 45

Aglomerado Urbano Não Metropolitano de Americana/Santa Barbara d'Oeste/Nova Odessa - SP



Escala: 1:625.000

PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

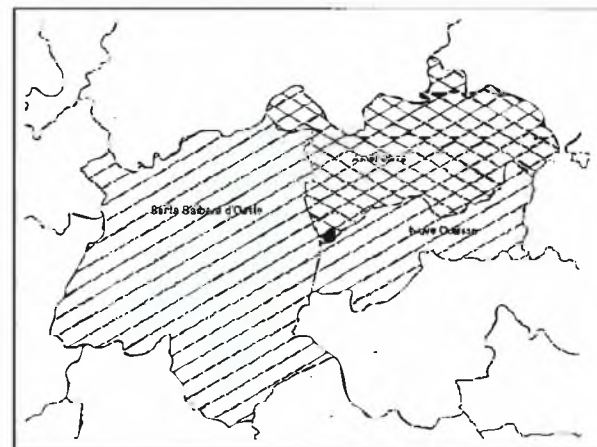
■ 78,81 a 86,36

● 86,36 a 94,59

Crescimento Populacional 1980/91

□ 26,00 a 56,00 %

■ 57,00 a 90,00 %



Escala: 1:625.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

▨ 506,00 a 592,00

▩ 1.253,00

População Total 1996

□ 37.424

■ 37.425 a 167.945

Fonte: IBGE
Mapeamento Digital 1997
Censo Demográfico 1990
Censo Demográfico 1991
Censo Populacional 1996

Organização: Castello Branco, N.L.G.
Elaborado por: Cláudio Fernando
Dagão - 1998

Cartograma 46
Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Crato/Juazeiro do Norte/Barbalha - CE

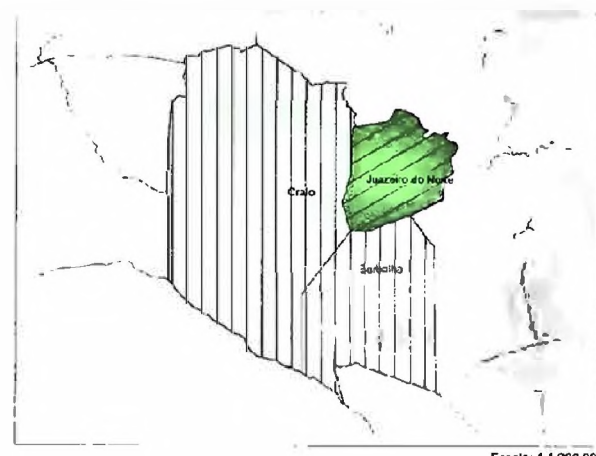


PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas
- 70,83 a 75,62 %
 - 75,62 a 91,13 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 12,70 a 24,15 %
- 27,99 %



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab./km²)

- 85,4 a 95,8
- 95,8 a 806,1

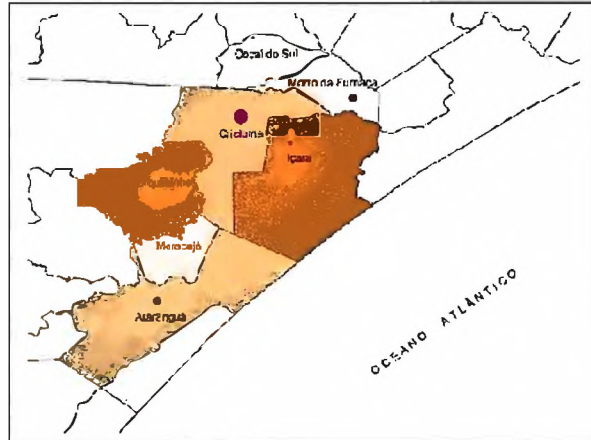
População Total 1996

- 43.296
- 35.521
- 88.423

Fuente: IBGE
Muni e Municipal Crato 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Crescimento Populacional 1996

Cartografia: Carlos Henrique, M. L. L.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 47 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Criciúma - SC



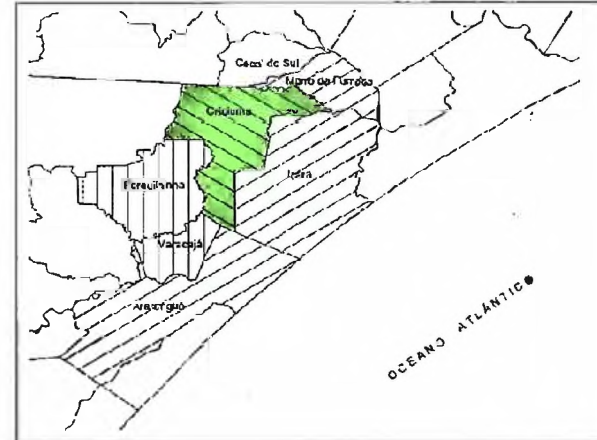
Escala: 1:930.000

PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas
- 72,09 a 77,25 %
 - 77,25 a 87,85 %
 - 87,85 a 97,31 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 11,44 a 38,40 %
- 38,40 a 43,75 %
- 43,75 a 55,53 %
- Municípios criados após 1991



Escala: 1:930.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

- Densidade Demográfica 1996 (hab./km²)
- 75,00 a 88,00
 - 89,00 a 161,00
 - 162,00 a 758,00

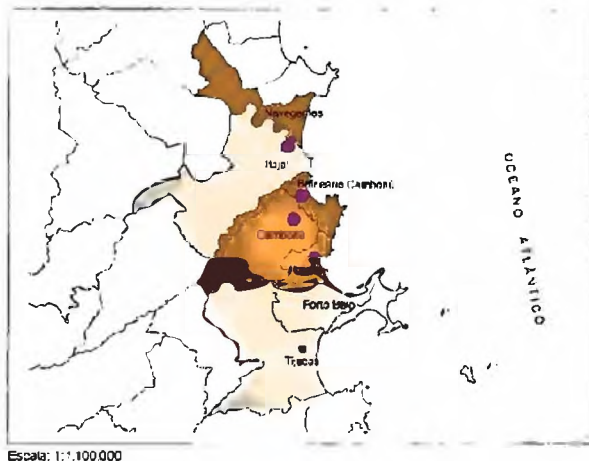
População Total 1996

- 5.352 a 16.106
- 16.137 a 55.449
- 55.150 a 159.101
- Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Oficial 1997
Censo Demográfico 1991
Censo Demográfico 1996
Censo Demográfico 2000

Orientação: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Clóber Fernandes
Data: 1998

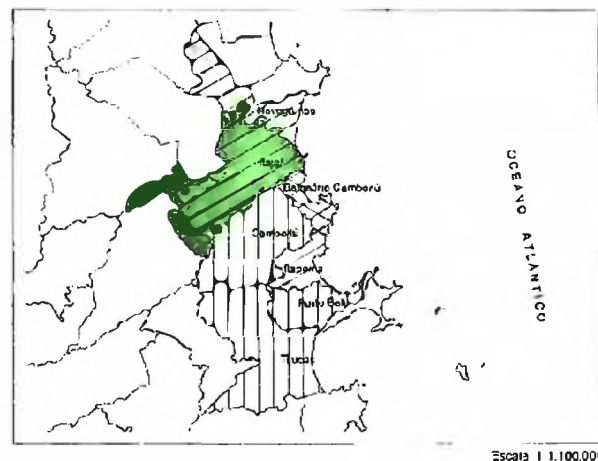
Cartograma 48
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Itajaí/Camboriú - SC



PFA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

- PFA - Atividades Urbanas
- 71,25 %
 - 71,25 a 81,11 %
 - 81,11 a 97,31 %

- Crescimento Populacional 1980/1991
- 34,52 a 38,84 %
 - 39,84 a 84,91 %



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

- Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)
- 72,30 a 160,60
 - ▨ 160,60 a 443,00
 - ▩ 443,00 a 1.265,00

- População Total 1996
- 7606 a 20160
 - ▨ 20161 a 58188
 - 58189 a 134942

Fonte: IBGE
Nota Municipal Digital - 1997
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Cartagem Populacional 1996
Organização: Cassio Batista, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Dezembro - IBGE

Cartograma 49

Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Itu - SP



Escala: 1:325.000

PEA - atividades urbanas 1991

Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas**
- 94,88 %
 - 94,88 a 97,22 %

- Crescimento Populacional 1980/1991**
- 44,52 %
 - 70,68 %



Escala: 1:625.000

Densidade Demográfica 1996

População Total 1996

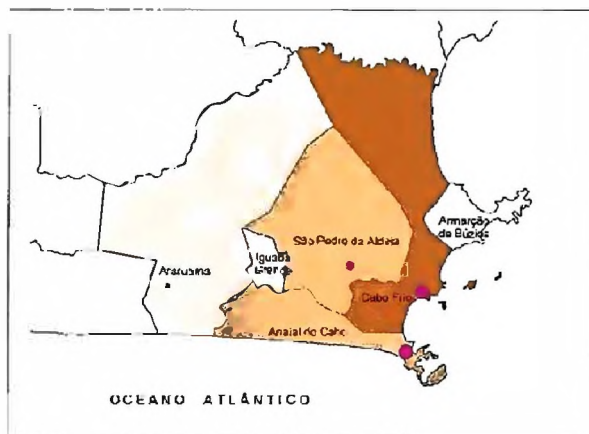
- Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)**
- 190,90
 - 190,90 a 643,90

- População Total 1996**
- 86.928
 - 122.526

Fonte: IBGE
Município de São João del-Rei
Censo Demográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Censo Demográfico 1996

Organização: Cassio Branco, M. L. G.
Elaborado por: Cleber Fernandes
Dez/96 - IBGE

Cartograma 50
Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Cabo Frio - RJ



Escala: 1:1.250.000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

- 85,90 %
- 85,50 a 90,37 %
- 90,37 a 94,80 %

Crescimento Populacional 1980/91

- 13,46 %
- 18,46 a 34,57 %
- 34,57 a 52,73 %
- Municípios criados após 1991



Escala: 1:1.250.000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 104,20 a 165,30
- 165,30 a 214,20

População Total 1996

- 21.548
- 21.548 a 66.149
- 66.149 a 115.799
- Municípios criados após 1996

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
(Anexo Demográfico 1991)
Censo Demográfico 1991
Cartagem Populacional 1996

Organização: Castelo Branco, M. L. G.
Elaboração: por Cleo F. Fernandes
Dogão 1996

Cartograma 51 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de Moji-Mirim/Moji-Guaçu - SP



Escala: 1:1 250 000

PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - Atividades Urbanas

- 84,41 %
- 90,65 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- 27,09 %
- 48,06 %



Escala: 1:1 250 000

Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- ▨ 140,60 a 150,70

População Total 1996

- 19.337
- 14.546

Fuente: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1991
Censo Demográfico 1996
Organização: Castelo Branco, M. L. G.

Elaborado por: Cleber Ferreira
Desenho: IBGE

Cartograma 52
Aglomeración Urbana Não Metropolitana de Aparecida/Guaratinguetá - SP



PEA - atividades urbanas 1991
Crescimento Populacional 1980/91

PEA - atividades urbanas 1991

● 88,43 a 91,33 %

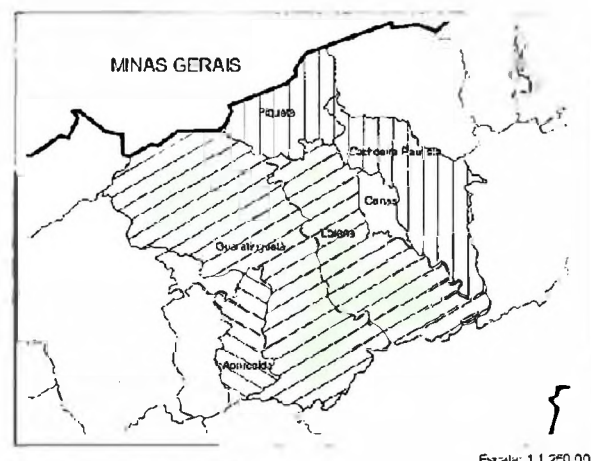
● 91,33 a 97,87 %

Crescimento Populacional 1980/91

□ 3,00 a 13,00 %

■ 14,00 a 28,00 %

□ Municípios criados após 1991.



Densidade Demográfica 1996
População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

□ 86,00 a 88,00

■ 89,00 a 163,00

População Total 1996

□ 15.099 a 49.999

■ 50.000 a 98.285

□ Municípios criados após 1996.

Fonte: IBGE
Malha Municipal Digital 1997
Censo Cartográfico 1980
Censo Demográfico 1991
Censo Populacional 1996

Organização: Castello Branco, M. L. G.
Elaborado por: Gleber Fernandes
Degeo - IBGE

Cartograma 53 Aglomeração Urbana Não Metropolitana de João Monlevade/Itabira - MG



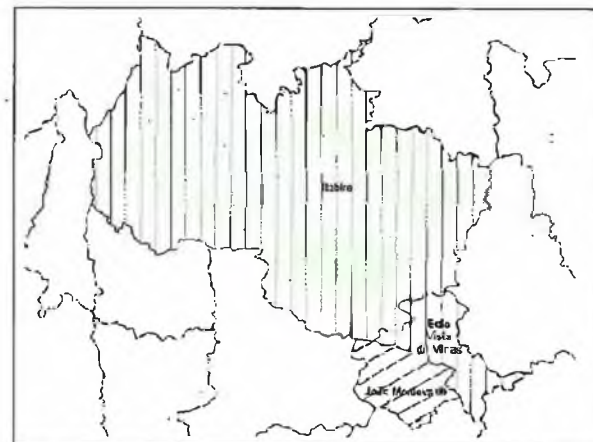
Escala: 1:1.050.000

PEA - atividades urbanas 1991 Crescimento Populacional 1980/91

- PEA - Atividades Urbanas
- 90,10 a 92,22 %
 - 92,22 a 96,27 %

Crescimento Populacional 1980/1991

- -3,24 a 0,00 %
- 0,00 a 23,12 %



Escala: 1:1.050.000

Densidade Demográfica 1996 População Total 1996

Densidade Demográfica 1996 (hab/km²)

- 75,60 a 93,00 %
- 93,00 a 623,20 %

População Total 1996

- 10.133
- 10.134 a 95.205

Fuente: IBGE
Mapa Municipal Digital 1997
Censo Demográfico 1991
Censo Demográfico 1996
Contagem Populacional 1996

Organização: Celso B. de A. M. L. G.
Edição: Celso B. de A. M. L. G.
Jesse - IBGE

A large, stylized letter 'P' in a white serif font, partially enclosed by a dark green vertical rectangle. The 'P' is positioned to the left of the text 'ARTE III'.

ARTE III

Tipologia dos Municípios Brasileiros: 1991



1 Introdução

A divisão territorial brasileira era constituída, em 1991, por 4.491 municípios e caracterizava-se por apresentar situação de grande heterogeneidade, em relação tanto ao número de municípios existentes em cada unidade federada quanto às diferenciações referentes ao contingente populacional e às condições socioeconômicas.

Nesse quadro de heterogeneidade, para facilitar a identificação dos tipos de municípios, procurou-se, neste estudo, à semelhança do que se realizou em estudo anterior (Ajara, 1988), reunir municípios que apontassem características estruturais e dimensionais semelhantes, definindo-se uma tipologia, isto é, classificando-os. Essa classificação de municípios constitui uma generalização que se faz necessária para fins de gestão do território, uma vez que subsidia a tomada de decisões – nas esferas pública e privada – centrada na abordagem do município como unidade analítica e operacional.

Assim, a tipificação dos municípios brasileiros procurou demonstrar, com certo grau de generalização, a inserção dos mesmos na organização socioespacial do país, tomando o processo de urbanização como vetor principal de diferenciação entre eles. Desse modo, os tipos de municípios identificados procuram refletir os distintos níveis de urbanização que, por sua vez, expressam as principais mudanças ocorridas na dinâmica regional brasileira, dada a crescente articulação do setor agropecuário com o setor industrial, nas últimas décadas.

A distribuição da população total brasileira, segundo o tamanho dos municípios, assinalava, em 1991, que

dos 4.491 municípios existentes, apenas 466 possuíam população total superior a 50 mil habitantes, implicando a concentração de 61,3% do total populacional em apenas 10,4% do número total de municípios. Já os municípios com população total inferior ao patamar de 50 mil habitantes correspondiam a 89,6% do número total, abrigando 38,7% da população total brasileira. Por sua vez, os municípios com população total superior ao patamar de 1 milhão de habitantes compreendiam 21% da população total do país, concentrados em apenas 0,27% do número total de municípios. Já os com população total acima de 250 mil habitantes totalizavam apenas 1,5% dos municípios brasileiros, enquanto somente aqueles com população total inferior ao patamar de 10 mil habitantes correspondiam a 40% do número total (Tabela 1 e Figuras 1 e 2).

Com base nesses dados, pode-se constatar que, à época, os maiores contingentes populacionais estavam concentrados num reduzido número de municípios, enquanto os municípios com pequenos contingentes populacionais eram, numericamente, muito bem representados. Assim, tem-se que a grande maioria da população brasileira residia, em 1991, em municípios de grandes e médias dimensões demográficas.

Outra evidência da complexidade da questão municipal brasileira refere-se ao crescente dinamismo com que se processa a divisão territorial do país, tendo havido, em certos períodos, grande desmembramento das células territoriais, como pode ser constatado ao se comparar em vários períodos o número de municípios existentes por região e por unidade da Federação.

No período 1987-89, o número de municípios brasileiros apresentou crescimento de 5,9%, diminuindo para 1,5% no período 1989-90. No entanto, entre 1990 e 1991, esse crescimento passa a representar 7,4%, comprovando uma retomada da fragmentação da malha municipal brasileira.

TABELA 1
NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR CLASSE DE POPULAÇÃO TOTAL (1991)

Municípios	Grupos de População Total (Hab.)	Nº de Municípios	% Nº Munic./ Nº Total	Nº Total Munic./ Grupos	% Nº Total Munic./ Total Brasil
Grandes	+ de 1.000.000	12	0,27	65	1,46
	999.999 a 400.000	24	0,54		
	399.999 a 250.000	29	0,65		
	249.999 a 150.000	58	1,29		
Médios	149.000 a 100.000	62	1,38	401	8,93
	99.999 a 50.000	281	6,26		
	49.999 a 30.000	404	9,00		
Pequenos	29.999 a 10.000	1.824	40,61	4.025	89,61
	- de 10.000	1.797	40,00		
Total		4.491	100,00	4.491	100,00

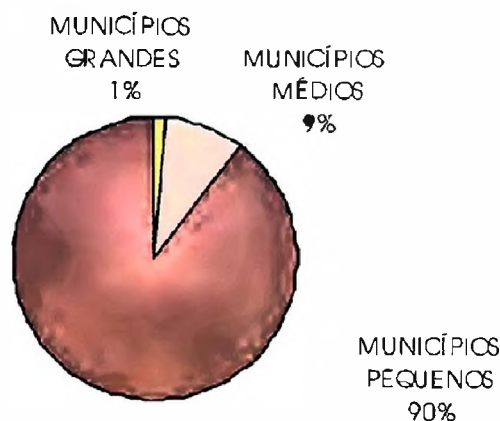
Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

Na região Norte, houve, no período 1987-91, crescimento de 57,7% no número de municípios, enquanto na região Centro-Oeste o número de municípios diminuiu (- 3,3%). Isso pode ser explicado pela criação, em 1989, do estado do Tocantins, cujo território foi desmembrado do estado de Goiás, continuando este a pertencer à região Centro-Oeste e passando aquele a integrar a região Norte.

Em 1991, as regiões Nordeste e Sudeste detinham a

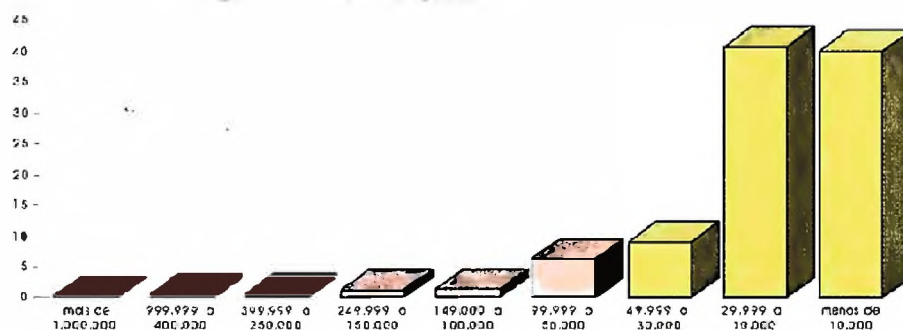
maior quantidade de municípios existentes no país – 33,6% e 31,9%, respectivamente –, com destaque para os estados de Minas Gerais (723), São Paulo (572) e Bahia (415), que juntos reuniam 38,1% dos municípios brasileiros. Por outro lado, à exceção do Distrito Federal, aparecem Roraima e Amapá, com apenas oito e nove municípios, respectivamente, representando, ambos, 0,2% do total de municípios brasileiros (Tabelas 2 e 3 e Figuras 3, 4 e 5).

FIGURA 1: BRASIL – PORCENTAGEM TOTAL DE MUNICÍPIOS POR CLASSE DE POPULAÇÃO TOTAL (1991)



Fonte: IBGE – DGC – Degan

FIGURA 2: BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR CLASSE DE POPULAÇÃO TOTAL (1991)

TABELA 2
BRASIL – NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR ESTADO E REGIÃO (1987-91)

Estado/Região	1987	1988	1989	1990	Censo 1991
Rondônia	18	18 (+5)	23	23	23
Acre	12	12	12	12	12
Amazonas	59	59 (+3)	62	62	62
Roraima	8	8	8	8	8
Pará	87	87 (+18)	105	105	105
Amapá	5	5 (+4)	9	9	9
Tocantins ^(a)	0	0 (179)	79	79	79
Região Norte	189	189 (+109)	298	298	298
Maranhão	132	132 (+4)	136	136	136
Piauí	116	116 (+2)	118	118	118
Ceará	152	152 (+26)	178	178	178
Rio Grande do Norte	151	151 (+1)	152	152	152
Paraíba	171	171	171	171	171
Pernambuco ^(b)	167	168	168	168	168
Fernando de Noronha ^(b)	1	0	0	0	0
Alagoas	96	96 (+1)	97	97	97
Sergipe	74	74	74	74	74
Bahia	367	366 (+1)	367 (+48)	415	415
Região Nordeste	1.427	1.426 (+35)	1.461 (+48)	1.509	1.509
Minas Gerais	722	722 (+1)	723	723	723
Espírito Santo	58	58 (+8)	66 (+1)	67	67
Rio de Janeiro	66	66 (+3)	69 (+1)	70	70
São Paulo	572	572	572	572	572
Região Sudeste	1.418	1.418 (+12)	1.430 (+2)	1.432	1.432
Paraná	311	311 (+7)	318 (+5)	323	323
Santa Catarina	199	199 (+7)	206 (+11)	217	217
Rio Grande do Sul	244	244 (+89)	333	333	333
Região Sul	754	754 (+103)	857 (+16)	873	873
Mato Grosso do Sul	65	65 (+7)	72	72	72
Mato Grosso	82	82 (+13)	95	95	95
Goiás ^(a)	244	244 (-60)(+27)	211	211	211
Região Centro-oeste	391	391 (-13)	378	378	378
Distrito Federal	1	1	1	1	1
Total	4.180	4.179 (+246)	4.425 (+66)	4.491	4.491

Fonte: IBGE (Departamento de Estruturas Territoriais).

Notas: (a) O Estado do Tocantins foi desmembrado de Goiás em 1989 e passou a pertencer à Região Norte.

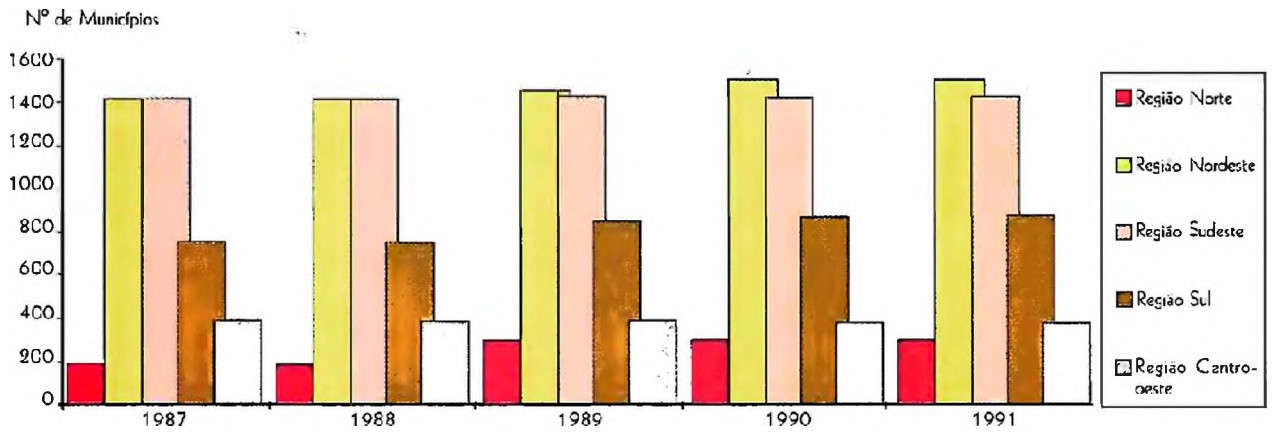
(b) Fernando de Noronha passou a ser um distrito estadual de Pernambuco, em 1988.

TABELA 3
BRASIL – NÚMERO E PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR ESTADO E REGIÃO (1991)

Estado	Número de Municípios	% em relação ao Brasil	Região	Número de Municípios	% em relação ao Brasil
Minas Gerais	723	16,1	Nordeste	1.509	33,60
São Paulo	572	12,74	Sudeste	1.432	31,89
Bahia	415	9,24	Sul	873	19,44
Rio Grande do Sul	333	7,41	Centro-oeste	378	8,42
Paraná	323	7,19	Norte	298	6,64
Santa Catarina	217	4,83	Distrito Federal	1	0,02
Goiás	211	4,7	Brasil	4.491	100,00
Ceará	178	3,96			
Paraíba	171	3,81			
Pernambuco	168	3,74			
Rio Grande do Norte	152	3,38			
Maranhão	136	3,03			
Piauí	118	2,63			
Pará	105	2,34			
Alagoas	97	2,16			
Mato Grosso	95	2,12			
Tocantins	79	1,76			
Sergipe	74	1,65			
Mato Grosso do Sul	72	1,6			
Rio de Janeiro	70	1,56			
Espírito Santo	67	1,49			
Amazonas	62	1,38			
Rondônia	23	0,51			
Acre	12	0,27			
Amapá	9	0,2			
Roraima	8	0,18			
Distrito Federal	1	0,02			
Total	4.491	100			

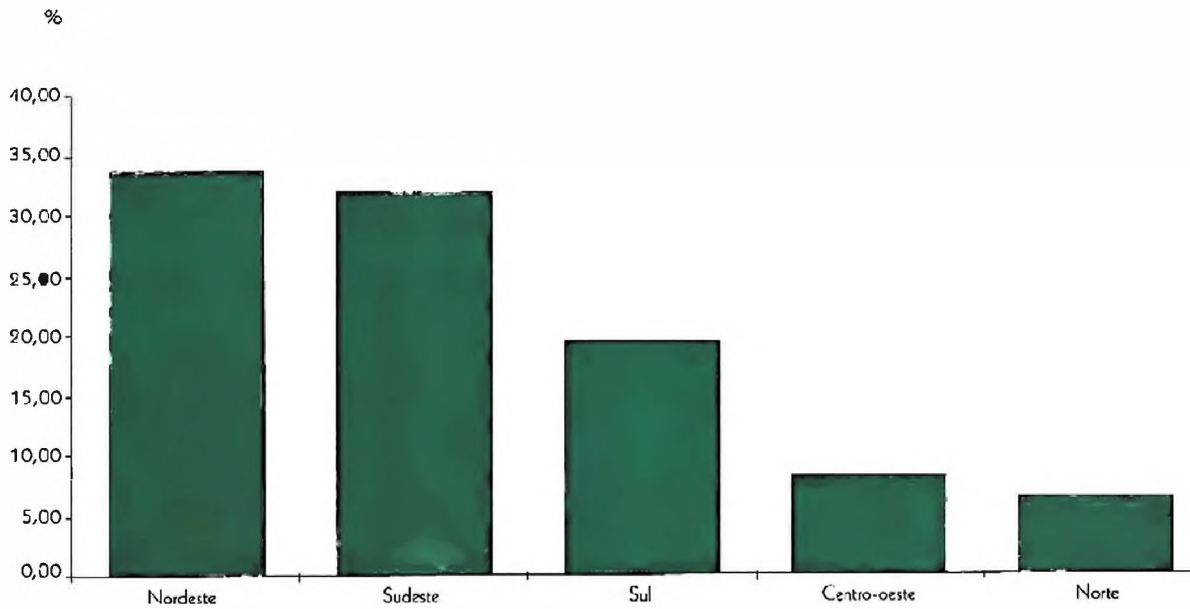
Fonte: IBGE (Departamento de Estruturas Territoriais).

FIGURA 3: BRASIL – NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR REGIÃO (1991)



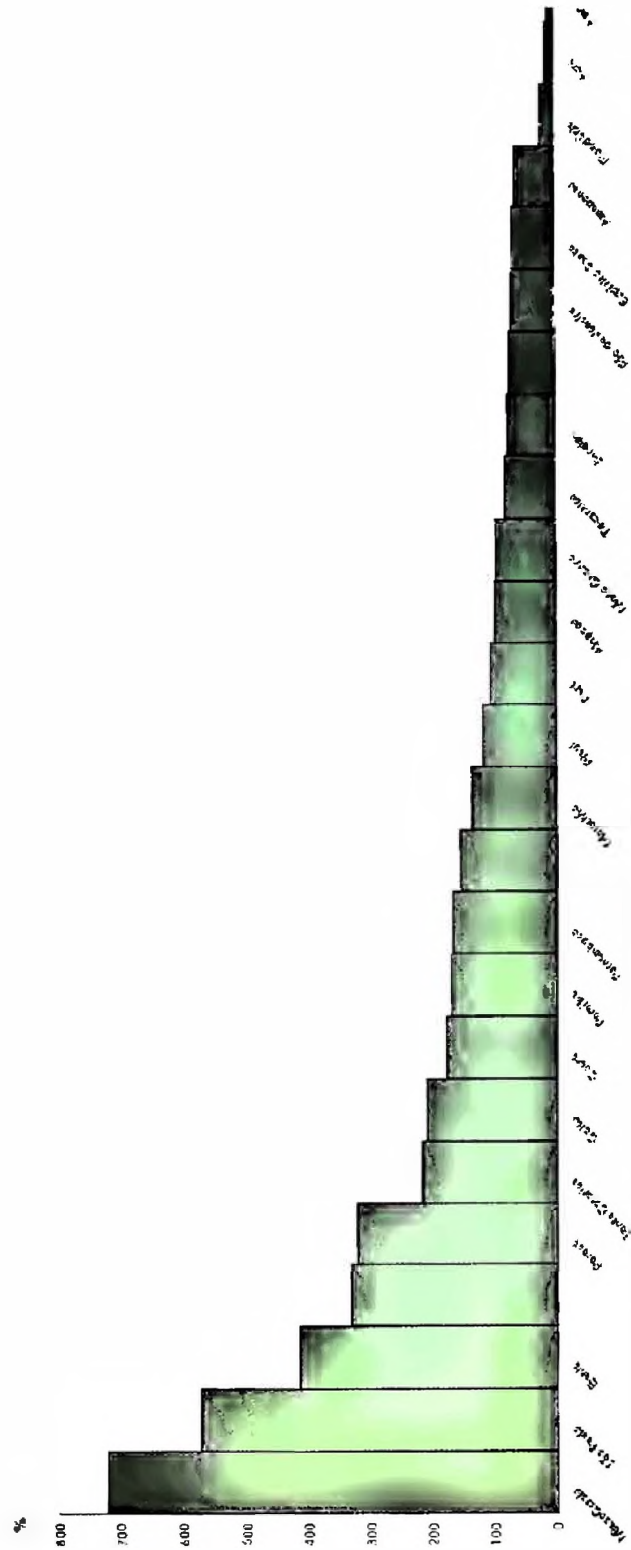
Fonte: IBGE – DGC – Detre.

FIGURA 4: BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR REGIÃO (1991)



Fonte: IBGE – DGC – Detre.

FIGURA 5: BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR ESTADO (1991)



As dimensões demográficas dos municípios brasileiros apresentavam, igualmente, um quadro marcado por grandes diferenciações. Em 1991, enquanto o município de São Paulo (SP) apresentava população total de 9.646.185 habitantes, o município de Borá (SP) registrava o menor contingente demográfico do país, com 751 habitantes.

2 Metodologia Operacional

A definição dos tipos de municípios efetuou-se segundo um processo de classificação a partir de cruzamentos matriciais sucessivos, com base nos seguintes indicadores: dimensão demográfica, dimensão econômica e grau de urbanização¹.

Para a dimensão demográfica, a variável considerada foi a população total do município. Trata-se de um indicador discriminatório para os municípios, tanto em termos produtivos, quanto em termos de consumo, já que o tamanho populacional pode ser tomado como uma *proxy* da massa de consumidores. Uma primeira simplificação da realidade consistiu na identificação de três grandes grupos populacionais, discriminando o universo de 4.491 municípios em:

- municípios de grandes dimensões demográficas – com população total superior a 250 mil habitantes (A, B e C);
- municípios de médias dimensões demográficas – com população total entre 250 mil e 50 mil habitantes (D, E e F); e
- municípios de pequenas dimensões demográficas – com população total inferior a 50 mil habitantes (G, H e I).

No que se refere à dimensão econômica dos municípios, considerou-se como indicador a estrutura produtiva, aferida por meio da ocupação produtiva da população, ou seja, das atividades econômicas exercidas pela População Economicamente Ativa (PEA) dos municípios. No processo classificatório adotado, foram considerados três grupos de atividades: as agropecuárias, as industriais e as terciárias. As variáveis utilizadas foram a percentagem da PEA nas atividades agropecuárias, nas atividades industriais e nas atividades terciárias em relação à PEA total do município. Essa análise, efetuada segundo a ocupação produtiva da população, representou uma segunda simplifi-

cação da realidade municipal brasileira, tendo resultado na seguinte classificação:

- dominante: primário (1); secundário (2); terciário (3) – igual ou superior a 60% da PEA no setor dominante;
- equilibrada (média) (4) – igual ou superior a 25%, e igual ou inferior a 40% em cada um dos setores;
- complexa (baixa) (5) – inferior a 25% em um dos setores e quando nenhum dos dois outros setores tenha igual ou superior a 60%.

Em seguida, processou-se novo cruzamento matricial que contemplou, além da estrutura produtiva e da dimensão demográfica, o grau de urbanização dos municípios, obtido por meio da relação entre a população urbana e a população total do município, segundo a classificação a seguir:

- muito forte (A) – municípios com grau de urbanização acima de 75%²;
- forte (B) – municípios com grau de urbanização entre 75% e 50%;
- moderado (C) – municípios com grau de urbanização entre 50% e 25%;
- fraco (D) – municípios com grau de urbanização abaixo de 25%.

A escolha desse indicador para aferir o grau de urbanização dos municípios baseia-se no fato de que, quanto maior for a proporção de população urbana, maior será a expressão das atividades urbanas – comércio, serviços e indústria. Assim, entende-se que esse indicador atendeu aos objetivos da tipologia, por sintetizar a expressão do processo de urbanização no país.

Os cruzamentos matriciais efetuados conduziram à identificação de três grandes conjuntos: municípios urbanos; municípios em transição para o urbano; e municípios rurais (Tabela 4 e Figura 6). Os municípios componentes das regiões metropolitanas³, núcleo e periferia, foram identificados em um grupo específico, dada a singularidade que os mesmos apresentam no contexto das diversas escalas da urbanização brasileira.

Por fim, cumpre salientar que o posicionamento dos municípios brasileiros, segundo os tipos identificados com base nos dados censitários de 1991, evidenciou o poder discriminatório relativo aos indicadores adotados no processo classificatório – dimensão demográfica, dimensão econômica e grau de urbanização (Tabelas 5 e 6) –, permitindo a comparação com o estudo efetuado com base nos dados do Censo Demográfico de 1980 (Tabela 7 e Figura 7).

¹ Para a presente classificação, foram considerados os mesmos indicadores utilizados na "Tipologia dos Municípios Brasileiros – 1980". A respeito, ver Ajara (1988).

² Esse valor foi considerado como limite na classificação do grau de urbanização, pois é, aproximadamente, o valor da taxa de urbanização do Brasil, em 1991.

³ Embora em 1991, período referente aos dados utilizados, existissem, oficialmente, apenas nove regiões metropolitanas, foram consideradas as 16 existentes no momento da elaboração do estudo.

TABELA 4
NÚMERO DE MUNICÍPIOS POR TIPO (1991)

Tipologia Adotada	Frequência Absoluta	Relativa (%)
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	65	1,45
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	273	6,08
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	622	13,85
Total dos Municípios Urbanos	960	21,38
Municípios em Transição para o Urbano de Grandes Dimensões Demográficas	0	0
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	80	1,78
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	1.306	29,07
Total dos Municípios em Transição para o Urbano	1.386	30,85
Municípios Rurais de Grandes Dimensões Demográficas	0	0
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	48	1,07
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	2.097	46,7
Total dos Municípios Rurais	2.145	47,77
Total dos Municípios	4.491	100

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

QUADRO 1
TIPOLOGIA ADOTADA E TIPOS DEFINIDOS

Tipologia Adotada	Dimensão Demográfica	Dimensão Econômica	Grau de Urbanização
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios em Transição para o Urbano de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios Rurais de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	1, 4 ou 5	C ou D
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	1, 4 ou 5	C ou D
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	1, 4 ou 5	C ou D
Tipos Definidos			
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	A, B ou C	3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	A
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	D, E ou F	3, 4 ou 5	B
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	2, 3, 4 ou 5	B
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	E ou F	1, 4 ou 5	C ou D
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	G, H ou I	1, 4 ou 5	C ou D

TABELA 5
NÚMERO DE MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO TOTAL POR TIPO (1991)

Tipologia Final	Nº Municípios (sem RM)		Pop. Total (sem RM)	
	Absoluta	Relativa (%)	Absoluta	Relativo (%)
Municípios Urbanos de Grandes Dimensões Demográficas	29	0,68	12.827.526	13,17
Municípios Urbanos de Médias Dimensões Demográficas	212	4,94	20.952.080	21,51
Municípios Urbanos de Pequenas Dimensões Demográficas	576	13,41	10.786.485	11,07
Total dos Municípios Urbanos	817	19,02	44.566.091	45,76
Municípios em Transição para o Urbano de Médias Dimensões Demográficas	74	1,72	5.891.987	6,05
Municípios em Transição para o Urbano de Pequenas Dimensões Demográficas	1.277	29,73	16.671.912	17,12
Total dos Municípios em Transição para o Urbano	1.351	31,46	22.563.899	23,17
Municípios Rurais de Médias Dimensões Demográficas	46	1,07	2.959.471	3,04
Municípios Rurais de Pequenas Dimensões Demográficas	2.081	48,45	27.311.844	28,04
Total dos Municípios Rurais	2.127	49,52	30.271.315	31,07
Total dos Municípios (exceto das RM)	4.295	100,00	97.401.305	66,35
Total dos Municípios (apenas das RM)	196	4,36	49.395.936	33,65
Total dos Municípios	4.491	100,00	146.797.241	100,00

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

QUADRO 2
DESCRIÇÃO DOS INDICADORES POR TIPO DE MUNICÍPIOS

Municípios Urbanos:

de grandes dimensões demográficas (Tipo 1)

- população total superior a 250 mil habitantes
- grau de urbanização superior a 75%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de médias dimensões demográficas (Tipo 2)

- população total entre 250 mil e 50 mil habitantes
- grau de urbanização superior a 75%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de pequenas dimensões demográficas (Tipo 3)

- população total inferior a 50 mil habitantes
- grau de urbanização superior a 75%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

Municípios em Transição para o Urbano:

de grandes dimensões demográficas (sem representantes)

- população total superior a 250 mil habitantes
- grau de urbanização entre 75% e 50%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de médias dimensões demográficas (Tipo 4)

- população total entre 250 mil e 50 mil habitantes
- grau de urbanização entre 75% e 50%
- estrutura produtiva dominantes secundária e terciária, predominantemente

de pequenas dimensões demográficas (Tipo 5)

- população total inferior a 50 mil habitantes
- grau de urbanização entre 75% e 50%
- estrutura produtiva tipos: secundária, terciária, equilibrada e complexa

Municípios Rurais:

de grandes dimensões demográficas (sem representantes)

- população total superior a 250 mil habitantes
- grau de urbanização inferior a 50%
- estrutura produtiva dominante primária, predominantemente

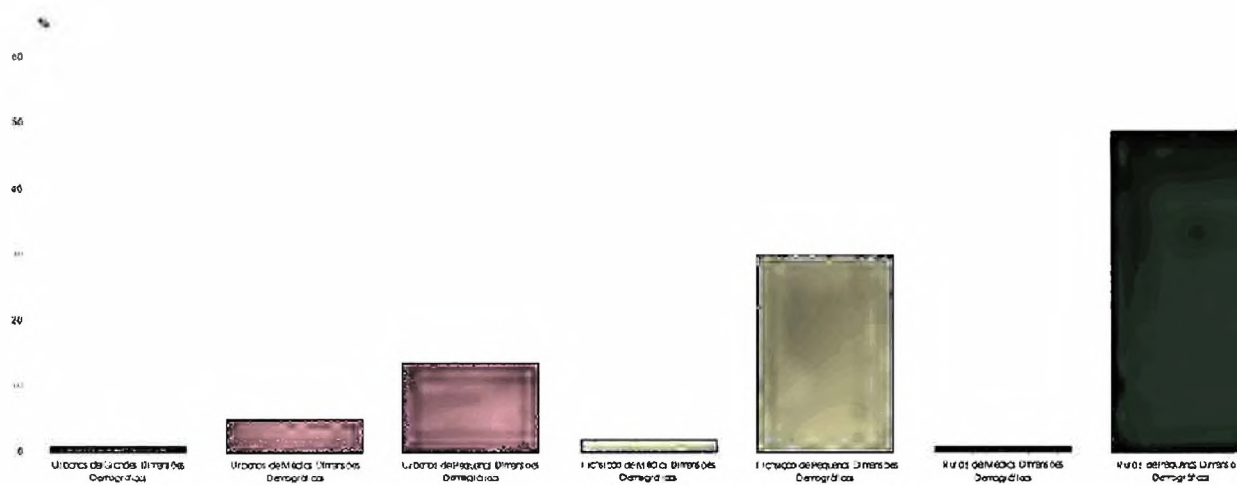
de médias dimensões demográficas (Tipo 6)

- população total entre 250 mil e 50 mil habitantes
- grau de urbanização inferior a 50%
- estrutura produtiva dominante primária, predominantemente

de pequenas dimensões demográficas (Tipo 7)

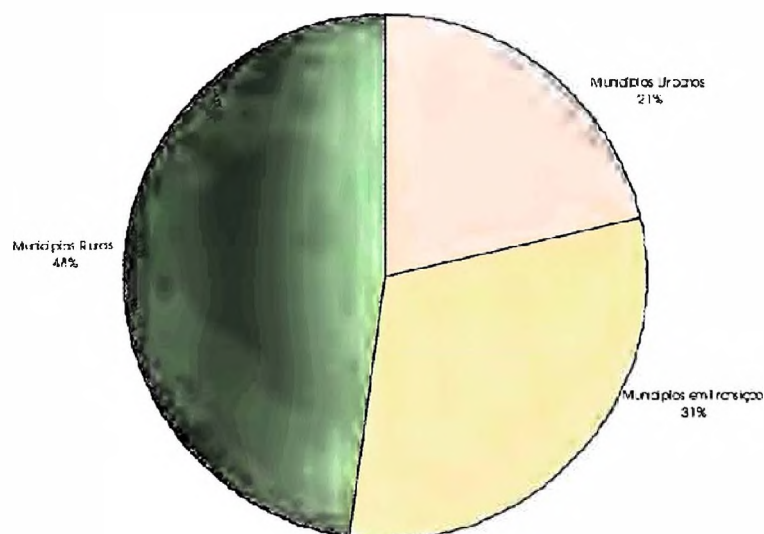
- população total inferior a 50 mil habitantes
- grau de urbanização inferior a 50%
- estrutura produtiva dominante primária, predominantemente

FIGURA 6 BRASIL – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR TIPO (1991)



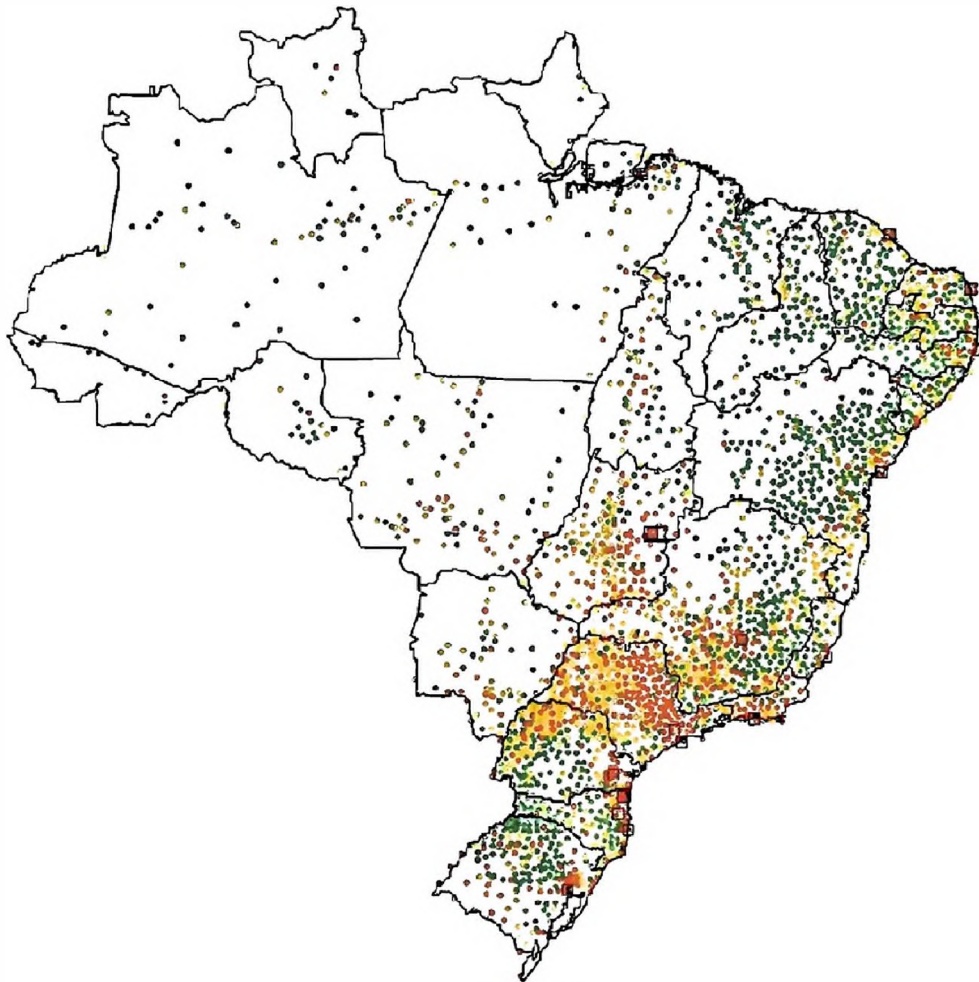
Fonte: IBGE – DGC – Dgeio

FIGURA 7 BRASIL – PORCENTAGEM TOTAL DE MUNICÍPIOS POR TIPO (1991)



Fonte: IBGE – DGC – Dgeio

MAPA
BRASIL – TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS (1991)



□ Regiões metropolitanas - núcleos

TIPOS DE MUNICÍPIOS

- Urbanos
- Em transição
- Rurais

Fonte: IBGE (Censo Demográfico, 1991).

0 335 670 km



Referências Bibliográficas

- AJARA, C. (coord.) (1988) "Tipologia dos municípios brasileiros – 1980". In: *Cadernos de Geociências*. Rio de Janeiro, IBGE, n.1.
- BREMAEKER, F. (1997) *Evolução demográfica dos municípios das regiões metropolitanas brasileiras, segundo a base territorial de 1997 (1960/1991)*. Rio de Janeiro, Ibam (Série Estudos Demográficos, 19).
- CONÇALVES, M. F. (org.) (1995) *O Novo urbano – impasses, dilemas, perspectivas*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- SANTOS, M. (1993) *A Urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec.

PARTE IV

Configuração e Dinâmica da Rede Urbana



APÍTULO I

Urbanização Mundial e no Brasil: Mudanças Recentes e Perspectivas¹

Como abordam os economistas o modo como a economia organiza seu uso do espaço?
Para respondê-lo em poucas palavras, a maioria deles simplesmente o ignora.
Paul Krugman, *The Self-Organizing Economy*

1 Introdução

O crescimento das cidades e, principalmente, o das megacidades, representa um dos fatos relevantes da história do século XX. Há duas gerações, os habitantes do planeta eram majoritariamente rurais. Hoje, eles vivem, em sua maioria, nas cidades. Essa transição, que se acelerou a partir de meados do século, é resultado de um processo de urbanização inédito e complexo. A cidade hoje não é mais um aglomerado urbano cujas delimitações físicas são claramente definidas. Ela apresenta-se mais como um conglomerado de construções diversas, de redes de infra-estrutura, de centros comerciais e equipamentos públicos (de saúde, educação etc.), de subúrbios mais ou menos interligados. O centro urbano aparece cada vez mais fragmentado, social e espacialmente.

Mas, apesar disso, um estudo das mutações recentes do processo de urbanização deve ir além da simples idéia de crise urbana. Assim, podemos apontar uma *ordem escondida*, ou melhor, uma nova ordem urbana rompendo com os esquemas tradicionais de organização do espaço urbano. A cidade informacional se faz e se desfaz diariamente, por meio de uma dinâmica interna própria, que a integra aos inúmeros fluxos que caracterizam as novas formas do capitalismo mundial. Isso leva a novas formas de urbanidade como uma transformação de todos os equilíbrios econômicos existentes e mudanças profundas na hie-

rarquia das cidades em termos regional, nacional e internacional.

O primeiro item deste capítulo identifica e analisa os fatores que, além do crescimento da população urbana, permitem medir esse processo de urbanização (taxa de urbanização, repartição da população urbana por regiões e estados, evolução do número das cidades, do tamanho das aglomerações urbanas etc.). O segundo item aborda as questões relativas ao funcionamento, à economia e à gestão das megacidades que lutam para atrair os investimentos das grandes firmas nacionais e multinacionais. Nesse contexto, a gestão dessas megalópoles constitui desafio permanente para todos os atores urbanos. O terceiro – e último – estuda as transformações recentes ocorridas nas redes e hierarquias das cidades no âmbito mundial.

2 As Dimensões da Urbanização Mundial

2.1 A Distribuição da População Urbana

O processo de urbanização, que podemos definir como a transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, decorre de mudanças pluriseculares que atingiram seu auge a partir dos anos 50 (Bairoch, s.d.). Para medir esse processo, devemos em primeiro lugar avaliar

¹ Elaborado em colaboração com o geógrafo Frédéric Monié.

o efetivo da população urbana e sua evolução no decorrer do tempo. Em especial devem ser apontadas as mutações profundas que sofreu a distribuição da população do planeta em consequência do excepcional crescimento urbano das últimas décadas. Em outras palavras, a análise da taxa de urbanização permite inferir informações que, apesar de suas limitações, possibilitam esboçar o estado da urbanização em um dado momento histórico.

2.1.1 Os efetivos da população urbana em escala mundial

No início do século XIX, a população urbana mundial não atingia 85 milhões de pessoas. Um século depois, o efetivo total é de 250 milhões. Entre 1900 e 1950, enquanto a população urbana crescia 240%, a população total do planeta crescia 49%. Mais recentemente, essa posição se confirmou. O número total de habitantes em cidades passou de 733 milhões para mais de 2 bilhões entre 1950 e 1990. Segundo o banco de dados *Geópolis*, elaborado por François Moriconi-Ebrard², no início dos anos 90, 2,27 bilhões de pessoas viviam em cidades de pelo menos 10 mil habitantes espalhadas pelo mundo. Esse valor representava o efetivo total da população mundial nos meados do século XX. E o processo continua, pois a estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2025 é de cerca de 5 bilhões de pessoas vivendo em cidades.

Dessa maneira, quase a metade dos habitantes do planeta vive em cidades. A segunda metade do século XX marcou uma ruptura radical na história plurissecular da urbanização mundial. Podemos quase falar de uma inflação urbana que alterou profundamente a distribuição da população no planeta. A maioria, cerca de 60% do total, vive em cidades de países em desenvolvimento. A pobreza constitui o horizonte cotidiano da maioria desses cidadãos. Isso significa outra ruptura com o imaginário da cidade como *locus* de ascensão social, que vigorava quando a urbanização era um processo que atingia os países industrializados ocidentais.

2.1.1.1 A repartição da população urbana

Hoje, a população urbana mundial se reparte em torno de alguns pólos bem identificados. O principal deles é constituído pelo continente europeu, que concentra – com exceção da Rússia – 343 milhões de cidadãos, numa superfície inferior a 5 milhões de quilômetros quadrados.

Na América Latina, o conjunto das cidades ocupa um território bem maior. Mas aqui podemos distinguir três polos urbanos distintos com mais de 15 milhões de habitantes: o estuário de La Plata, o sudeste do Brasil e o planalto central mexicano.

Da mesma maneira, os focos de urbanização da América do Norte, cujo território é três vezes superior ao da Europa, são basicamente localizados no nordeste (*megalópoles*) e no sudoeste dos Estados Unidos (Califórnia). Na África, um eixo urbano entre a Costa do Marfim e Camarões, incluindo a Nigéria, concentra quase a metade da população urbana da África subsaariana. Na Ásia, Índia, Indonésia (em particular a ilha de Java) e a China, assim como o subcontinente indiano, aparecem como outros importantes focos urbanos. Mas o mais ativo pólo asiático é constituído pelo Japão e os “três tigres” regionais (Taiwan, Singapura e Hong-Kong).

Finalmente, a urbanização do mundo árabe-muçulmano, cujo centro de gravidade encontra-se no Egito, estende-se de um lado pelo litoral mediterrâneo até Marrocos e do outro lado até a Turquia e o Irã.

TABELA 1
REPARTIÇÃO MUNDIAL DA POPULAÇÃO
URBANA (1990)

Área Geográfica	População Urbana (x 1.000)	% Mundo
Grupo dos países em desenvolvimento	1.352,1	59,6
África	152,2	6,7
Mundo árabe-muçulmano	180,8	8,0
América Latina	302,6	13,3
Subcontinente indiano	280,7	12,4
Ásia do sudeste	123,8	5,5
Ásia oriental	309,2	13,6
Ilhas do Pacífico e do oceano Índico	2,8	0,1
Grupo dos países desenvolvidos	918,2	40,4
Ásia do Pacífico	188,3	0,3
América do Norte	199,8	0,8
Europa	343,2	15,1
Ex-URSS	171,6	7,6
Austrália e Nova Zelândia	15,2	0,7
Total Mundo	2.270,3	100,0

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

² Existem pelo mundo 200 institutos nacionais de estatísticas definindo a população urbana e a extensão das cidades de maneira extremamente diversa. Em face desse problema, François Moriconi-Ebrard elaborou um banco de dados mundiais que relaciona de maneira exaustiva as aglomerações que ultrapassaram 10 mil habitantes. Os critérios usados no *Geópolis* são rigorosamente idênticos, a fim de poder comparar as cidades do mundo identificadas e analisadas como entidades espaciais comparáveis a partir de dados homogêneos. Ver Moriconi-Ebrard (1993).

Considerando os países individualmente, podemos notar que, ao longo das últimas décadas, algumas economias em desenvolvimento reforçaram suas respectivas posições. A Nigéria concentra um quarto da população urbana africana. O Brasil e o México já ultrapassaram os grandes países europeus. A Turquia, o Irã, o Paquistão, a Indonésia, as Filipinas e a Coreia do Sul seguem o mesmo caminho. A maioria desses países dispõe de grandes reservas de população rural para alimentar o crescimento urbano. Ao contrário, o peso de alguns países africanos torna-se irrelevante apesar do seu tamanho. Assim, em países como a Etiópia, o Sudão, e Moçambique, a população urbana é ainda largamente minoritária.

Os sete maiores países, em termos de efetivo de população urbana, concentram mais da metade da população urbana mundial. Na outra extremidade, 74 estados concentram menos de 1% da população mundial. São microestados (ilhas do Pacífico, do Caribe, do oceano Índico, Malta, Luxemburgo etc.) ou grandes estados pouco povoados (Botsuana, Gabão, Maurítania, Etiópia, dentre outros).

2.1.1.2 O crescimento da população urbana

Desde os anos 50, a população urbana mundial conheceu um processo de crescimento excepcional. Em primeiro lugar, mesmo não apresentando o mesmo vigor em todas as regiões do mundo, esse processo atingiu o planeta inteiro, inclusive os países-estados com movimentos demográficos pouco dinâmicos. Estes últimos sofreram declínio relativo, visto que os países industrializados con-

centravam, no início dos anos 90, 40% da população urbana mundial, contra 64% em 1950.

Em 1973, os países em desenvolvimento ultrapassaram os industrializados. Desde então, esse crescimento é contínuo em detrimento das economias industrializadas. O crescimento mais relevante ocorreu na África, que em 40 anos teve sua população urbana multiplicada por 12. Nos últimos anos, porém, ao contrário da América Latina e do mundo árabe-muçulmano, o crescimento da população urbana desse conjunto de países em desenvolvimento tende a diminuir. Na Ásia, as políticas de controle do crescimento urbano em vários países (China, Vietnã, Laos, Birmânia etc.) explicam a falta de vigor do aumento da população urbana.

Ao termo de um processo de urbanização em massa do planeta, a população urbana mundial apresenta uma distribuição espacial muito mais equilibrada que há 50 anos. Existem hoje vários pólos urbanos espalhados pelo mundo. Muitos deles pertencem ao mundo em desenvolvimento; alguns são herdeiros de antigas civilizações urbanas (Índia, Mundo Árabe, América Central, Nigéria) e contrabalançam o peso das grandes regiões urbanas ocidentais (*megalópoles* européia e norte-americana) ou japonesas.

2.1.1.3 A velocidade da urbanização

Segundo dados compatibilizados por *Geópolis*, o índice de urbanização do mundo eleva-se a 42,5% em 1990, enquanto a ONU aponta, para o mesmo ano, um índice bruto de 45,2%. A variação entre esses indicadores decorre

TABELA 2
OS GRANDES PAÍSES PELO EFETIVO DA POPULAÇÃO URBANA

Posição	País	Efetivo	% Mundial	% Acumulado
1	China	205,3	12,1	12,1
2	Estados Unidos	159,1	9,4	21,5
3	Índia	146,9	8,7	30,2
4	Japão	106,3	6,3	36,4
5	Rússia	88,0	5,2	41,6
6	Brasil	71,8	4,2	45,8
7	Alemanha	56,3	3,3	49,2
8	Grã-Bretanha	43,0	2,5	51,7
9	Itália	40,2	2,4	54,1
10	México	38,7	2,3	56,3
11	Indonésia	34,2	2,0	58,4
12	França	33,6	2,0	60,3
13	Coreia do Sul	28,7	1,7	62,0
14	Espanha	28,1	1,7	63,7
15	Ucrânia	26,9	1,6	65,3

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

principalmente das grandes diferenças entre os patamares usados para definir a população urbana. Na Dinamarca, qualquer aglomerado de mais de 200 habitantes é considerado urbano. Na França, esse patamar é de 2 mil habitantes, enquanto na Coreia do Sul não existe definição para a população de aglomerados plurimunicipais. Nesse caso, a população das cidades-dormitório em torno do município-cabeça é automaticamente considerada como rural (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 23). Faltam dados para alguns países, para os quais só estão disponíveis estimativas gerais e imprecisas.

Os países com maior taxa de urbanização apresentam geralmente territórios pequenos. Alguns deles, como Hong-Kong, Singapura, Mônaco ou o Kuwait, têm cerca de 100% de cidadãos. Podemos também observar que a taxa de urbanização aparece correlata a vários determinantes. O primeiro deles é o nível de desenvolvimento do país. Assim, os países industrializados apresentam uma taxa superior à média mundial. Da mesma maneira, no Mundo Árabe, na África e na América Latina, os países mais ricos são também os mais urbanizados (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 25). Devemos também considerar as condições naturais que podem influir na taxa de urbanização. As regiões caracterizadas por condições naturais extremas apresentam taxas de urbanização muito elevadas (Sibéria, Islândia, Canadá, Saara, Austrália etc.).

A taxa anual de incremento da população urbana apresenta seus valores mais elevados na Península Arábica e na África, ao sul do Saara, onde as taxas ultrapassam 3,76%. O vigor do atual processo tem sua origem em uma taxa de urbanização inicialmente muito baixa. Em 1950, por exemplo, ela era inferior a 2% em Oman, na Mauritânia, em Níger e em Uganda. Na escala mundial, essa taxa tende a diminuir de maneira sensível e regular ao longo do período 1950-90. Aparece aqui um fato novo que merece, todavia, ser relativizado, pois as taxas atuais são superiores às verificadas ao longo dos séculos passados e nada prova que essa tendência de diminuição vai continuar nas próximas décadas.

2.1.2 A expansão do *semis* das cidades

O processo de urbanização do planeta, nessas últimas décadas, deu-se por meio do aumento da superfície das cidades existentes e da multiplicação do número dos centros urbanos. Como no caso da população urbana, podem-se apontar alterações profundas na localização das aglomerações na superfície da Terra. Hoje, observa-se, por exemplo, que a população residente nos grandes aglomerados urbanos cresceu, no período, mais pelo ingresso de

novas cidades nessa categoria do que pelo aumento da concentração naqueles já existentes. A densidade do *semis*³ das cidades conheceu também mutações significativas.

2.1.2.1 O número das cidades

Em 1990, o número total de aglomerações com mais de 10 mil habitantes era, segundo *Geópolis*, de 26 mil, contra 21 mil no início dos anos 80. Se considerarmos o fato de que na França existem mais de 36 mil municípios, que a Índia concentra mais de 600 mil povoados e o México cerca de 125 mil unidades de povoamento (*localidades*), esse total representa uma ínfima minoria dos estabelecimentos humanos registrados no mundo (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 59). Mas, apesar disso, essas 26 mil cidades concentram mais de dois quintos da humanidade. Existem, assim, 4 mil núcleos de mais de 100 mil habitantes, 250 de mais de 1 milhão, 40 de mais de 5 milhões e 15 megacidades que concentram mais de 10 milhões de cidadãos.

2.1.2.2 A repartição mundial das aglomerações

A maioria das cidades pertence ao mundo em desenvolvimento. A Ásia do Sul concentra um quarto delas, enquanto a China e a América Latina, um quinto do total. Ao inverso, o continente africano conta ainda com um número reduzido de aglomerações urbanas.

TABELA 3
REPARTIÇÃO MUNDIAL DAS CIDADES (1980)

Área Geográfica	Número de Cidades	Total Mundial %
Grupo dos países em desenvolvimento	11.397	54,7
África subsaariana	1.567	7,5
Mundo árabe-muçulmano	1.817	8,7
América Latina	2.217	10,6
Subcontinente indiano	2.692	12,9
Ásia do sudeste	951	4,6
Extremo Oriente	2.101	10,1
Ilhas do Pacífico e do Oceano Índico	52	0,2
Grupo dos países desenvolvidos	9.448	45,3
Ásia do Pacífico	1.421	6,8
América do Norte	1.229	5,4
Europa	4.950	23,7
Ex-URSS	1.833	8,8
Austrália - Nova Zelândia	114	0,5
Total Mundo	20.954	100,0

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

³ *Semis* em francês significa sementeira, isto é, o processo espontâneo de formação dos núcleos urbanos.

Por áreas geográficas, a distribuição reforça a posição da Europa, que reúne mais de 20% das cidades em um espaço representando 8% dos territórios urbanizados do planeta. A Europa (fora CEI) concentra 4,5 vezes mais cidades que a América do Norte. O pólo europeu prolonga-se em torno do mar Mediterrâneo até a parte ocidental da antiga União Soviética. Na América Latina, apesar do aumento regular do número das cidades, o sistema urbano apresenta uma configuração bastante concentrada.

Como no caso da população urbana, a distribuição das cidades aparece muito concentrada num pequeno número de países. Assim, nove países concentram mais da metade dos estabelecimentos urbanos do planeta. Alguns deles são países de superfície e de população urbana relativamente limitadas, como a Alemanha, que reúne um número de cidades superior ao de países de grandes extensões territoriais, como os Estados Unidos, a Rússia ou o Brasil. A Holanda (40 mil quilômetros quadrados e 15 milhões de habitantes) reúne mais cidades do que a Argentina (2,7 milhões de quilômetros quadrados e 30 milhões de habitantes). Mais uma vez, dos grandes países, a China e a Índia destacam-se pelo grande número de entidades urbanas.

O número de cidades com mais de 10 mil habitantes duplicou entre 1950 e 1990. No mesmo período, a população urbana mundial foi multiplicada por 3,4. François Moriconi-Ebrard verifica que a urbanização da população

foi superior à urbanização dos territórios ao longo das últimas décadas (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 64). Essa evolução mostra que o processo de concentração urbana é largamente superior ao de difusão de cidades.

Por outro lado, o aumento do número das cidades é mais rápido nos países em desenvolvimento do que nos países industrializados. Desde 1968, a maior parte das aglomerações pertence aos países em desenvolvimento. Mas sua dinâmica manifesta-se, às vezes, diferentemente da evolução da população urbana. Assim, no Extremo Oriente, a proporção da população urbana em relação ao total mundial ficou estável desde 1950, enquanto se registrava um importante declínio relativo do número das cidades. É essa região que apresentou o processo de concentração urbana mais relevante. Na Europa, o declínio relativo do número de cidades no total mundial aparece menos acentuado que o declínio registrado para a população urbana. Esse fenômeno pode ser interpretado como a tradução de novas dinâmicas nos sistemas urbanos europeus, nos quais as cidades pequenas apresentam crescimento vigoroso, sobretudo em torno dos grandes centros urbanos. No outro extremo, o continente africano conheceu expressivo crescimento do número de aglomerações, que representavam 7,5% do total mundial, em 1980, contra 2,8% há 30 anos (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 67).

2.1.2.3 A densidade do *semis* das cidades

A densidade do *semis* das cidades traduz, de maneira concreta, a intensidade da urbanização de um território. De fato, ela induz a noção de distância média entre as cidades e assim dá uma idéia das relações existentes entre elas. Assim, esse aspecto da urbanização é um indicador que se aproxima bastante da idéia de rede ou sistema urbano. Aplicada ao banco de dados *Geópolis*, essa distância varia de nove a 200 quilômetros em função dos países (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 70). A variação depende evidentemente do tamanho e da configuração geográfica geral do país considerado. Muitos deles concentram a maior parte das aglomerações urbanas ao longo dos eixos de transporte, como na Sibéria oriental; de uma fronteira, como no Canadá; ou, mais freqüentemente, no litoral do país (Argélia, Brasil, Japão etc.).

Moriconi-Ebrard demonstra que, desde 1950, podemos observar um crescimento relevante do número das cidades nos países em que existia uma rede urbana pouco densa (África Central e Oriental, por exemplo) (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 72). Ao contrário, em certas regiões do mundo, em particular na Zona do Pacífico do Continente Asiático (Japão, Coreia etc.), onde o *semis* das aglomerações urbanas é tradicionalmente antigo, observamos estagnação e, em certos casos, diminuição do número das cidades, apesar do crescimento da população urbana.

TABELA 4
OS GRANDES PAÍSES PELO NÚMERO DE
CIDADES (1980)

Posição	País	Número de Cidades	% Acumulado
1	Índia	2.244	10,7
2	China	2.000	20,3
3	Japão	1.025	25,1
4	Estados Unidos	1.095	30,4
5	Rússia	986	35,1
6	Alemanha	940	39,5
7	Brasil	857	43,6
8	Itália	736	47,1
9	Egito	668	50,3
10	Nigéria	624	53,3
11	Grã-Bretanha	535	55,9
12	França	405	57,8
13	Espanha	378	59,6
14	México	376	61,4
15	Indonésia	362	63,1

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

2.1.3 Das cidades às megacidades: a metropolização do mundo

Na longa história da urbanização do mundo, as últimas décadas destacam-se pelo aumento sem precedente do tamanho das cidades. No final do século XX, a figura da metrópole plurimilionária em habitantes tornou-se um fato comum no mundo e, mais recentemente, um dos grandes problemas do mundo contemporâneo, que contribuiu largamente para degradar a imagem da cidade em busca de novas formas de *urbanidade*⁴.

2.1.3.1 A evolução geral do tamanho das cidades

A banalização da figura da grande metrópole constituiu fato recente, porém, desde o início do século XIX, o mundo contava com cidades de milhões de habitantes (Bairoch, s.d.). Em 1900, já existiam 19 aglomerações com mais de 1 milhão de habitantes. Essas cidades, contudo, eram resultantes de um processo de urbanização às vezes plurissecular e representavam apenas 1,9% da população total do planeta.

Ao longo do século XX, o processo de difusão espacial das grandes e, depois, das megacidades foi muito mais rápido. Entre 1900 e 1990, enquanto a população mundial era multiplicada por três, o número de cidades com mais de 1 milhão de habitantes foi multiplicado por 18 e o de mais de 6 milhões de pessoas foi multiplicado por 28. No mesmo período, o número de cidades com mais de 100 mil habitantes conheceu um aumento bem mais razoável.

Parte significativa desse processo ocorreu nos países em desenvolvimento, que concentravam, em 1990, 174

das quase 300 cidades do mundo que ultrapassam o patamar simbólico de 1 milhão de habitantes.

Em termos regionais, esse crescimento pode representar uma mudança extraordinária, como no caso da África, onde até 1940 não havia nenhuma cidade com mais de 1 milhão de habitantes. Depois de 50 anos, o continente conta com 23 dessas grandes aglomerações. Na América Latina, as grandes cidades tornaram-se metrópoles gigantes, em parte graças à tecnologia moderna, que desde o início desse século permitiu a expansão muito rápida da mancha urbana. Rio de Janeiro, Buenos Aires e Cidade do México dotaram-se de infra-estruturas às vezes semelhantes às dos países europeus, no que se refere a transportes, distribuição de energia elétrica e esgotos etc.⁵

Apesar disso, a velocidade do crescimento do conjunto dessas grandes cidades tende a diminuir, de forma regular e rápida, a partir dos anos 50. Desde essa época, o número de cidades de 10 mil a 1 milhão de habitantes aumentou 144%, enquanto o das cidades de mais de 1 milhão de habitantes aumentava em 247% (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 114). Todavia, no mesmo período, a população da segunda categoria de cidades cresceu bem mais rápido do que a população das *cidades intermediárias*. Podemos concluir que o processo de concentração populacional nos grandes centros urbanos é mais relevante que o fenômeno de difusão espacial da urbanização. Mas, ao mesmo tempo, a relação entre crescimento populacional/crescimento do número de cidades é bem mais importante para as *cidades intermediárias*, o que demonstra o dinamismo dessa categoria de centros urbanos.

TABELA 5
REPARTIÇÃO DAS CIDADES COM MAIS DE 1 MILHÃO DE HABITANTES

Patamar: 1 Milhão de Habitantes	1900	1950	1960	1970	1980	1990
Número de cidades						
Países em desenvolvimento	2	32	51	73	108	174
Países industrializados	15	54	75	93	112	126
Número de habitantes (Em milhões)						
Países em desenvolvimento	2,5	67,3	120,7	195,2	311,4	487,5
Países industrializados	34,4	151,1	212,9	280,9	335,9	384,4
PED(*) (Em %)						
Número de cidades	6	37	40	44	49	58
Número de habitantes	4	31	36	41	48	56

Fonte: Moriconi-Ebrard (1993).

Obs.: (*) Países em desenvolvimento.

⁴ Ver os trabalhos de Henri Lefevre, em particular *Le droit à la ville*, publicado em 1968.

⁵ Sobre o caso do papel dos transportes no desenvolvimento do Rio de Janeiro, ver Monié (1997).

As grandes cidades cresceram muito rápido entre 1930 e 1950. A partir da década de 50, o processo de concentração da população urbana nas megacidades parece ceder lugar a certo processo de desconcentração no topo da hierarquia urbana mundial. É o aumento do número das grandes cidades que permite manter o ritmo do crescimento da população dos grandes centros urbanos. Isto não significa que se deve esquecer que o fato metropolitano, ocorrido ao longo do século XX,

representa um fenômeno inédito na história da urbanização do mundo.

2.1.3.2 A banalização das grandes metrópoles

Pode-se definir a metrópole, em primeiro lugar, pelo seu tamanho populacional. Assim, em 1990, cinco aglomerações se aproximam ou já ultrapassam 16 milhões de habitantes. Para o ano 2000, as previsões são de 20 megacidades com mais de 10 milhões de habitantes.

TABELA 6
POPULAÇÃO DAS MEGACIDADES MUNDIAIS PARA O ANO 2000

Megacidade	País	População Mínima/Máxima (Em Milhões de Habitantes)	Cidades Conurbadas (População em Milhões de Habitantes)
Tóquio	Japão	30,5 - 39	Cidades do Kanto (6)
Megalópoles	Estados Unidos	25,5 - 40	Megalópoles Norte e Sul (13)
São Paulo	Brasil	21,0 - 25	Campinas, Jundiaí, São José... (4)
Seul	Coreia	21,0 - 22	
Los Angeles	Estados Unidos/México	15,6 - 20	São Diego, Tijuana (4)
Cidade do México	México	17,5 - 18	(0,5)
	Japão	15,3 - 17	Nara, Himeji (2)
Bombaim	Índia	15,2 - 17	Bhiwandi (1)
Manila	Filipinas	15,0 - 16	
Jakarta	Indonésia	13,3 - 15,5	
Nova Délhi	Índia	12,2 - 15,5	Gurgaon, Murednagar... (1)
Calcutá	Índia	12,3 - 15	Rajpur, Chakdaha... (1)
Xangai	China	12,0 - 15	
Cairo	Egito	12,5 - 15	(0,5)
Rio de Janeiro	Brasil	14,2 - 15	(0,5)
Moscou	Rússia	12,4 - 13,5	Cidades-satélites (1)
Dacca	Bangladesh	10,0 - 13	
Buenos Aires	Argentina	11,8 - 12,5	(0,5)
Karachi	Paquistão	11,3 - 11,5	(1)
Beijing	China	9,7 - 11,5	(0,5)
Lagos	Nigéria	10,0 - 11,5	(0,5)
Istambul	Turquia	10,0 - 11	(0,5)

Fonte: Moriconi-Esraïd (1993).

Alguns dos grandes centros urbanos do mundo desenvolvido (Londres, Paris, Milão etc.) não se incluem mais na lista das maiores cidades do mundo no final do século XX. Depois de um desenvolvimento rápido e regular, basicamente alimentado pela Revolução Industrial, essas aglomerações sofreram queda brusca do ritmo de crescimento a partir dos anos 50, acelerando-se ainda mais a partir dos anos 70 (Guglielmo, 1996).

Nos países em desenvolvimento, o crescimento demográfico das grandes cidades tornou-se expressivo e muito rápido a partir dos anos 30. Mas as grandes cidades do Terceiro Mundo tornaram-se metrópoles só a partir dos anos 50, quando o processo de industrialização de alguns países (Brasil, México, Índia etc.) provocou a emergência de territórios metropolitanos economicamente integrados (os *bassins d'emplois* franceses). Todas essas cidades tornaram-se pouco a pouco megacidades, apesar da diminuição do seu ritmo de crescimento. Assim, o fenômeno da metropolização banalizou-se em países que contam com vários centros urbanos de mais de 1 milhão de habitantes.

Mesmo se o critério demográfico é amplamente utilizado para classificar os centros urbanos mundiais, o tamanho das cidades não deve ser o único instrumento de medida do processo metropolitano. Assim, algumas cidades de porte médio, como Bruxelas (sede das instituições da União Européia e importante centro de congressos), Genebra (sede de grandes instituições internacionais e de bancos importantes) e outras têm projeção mundial, apesar de não contarem com mais de algumas centenas de milhares de habitantes. De modo inverso, podemos nos questionar sobre a área de atuação de megacidades em população, como Kinshasa, Brazzaville ou Dacca. Hoje, o peso demográfico de um centro urbano não mais permite qualificar de maneira definitiva e absoluta seu lugar na hierarquia das cidades mundiais.

Com efeito, uma grande metrópole caracteriza-se também por seu papel de comando econômico, político, financeiro e cultural. As grandes aglomerações geralmente concentram forte proporção das atividades industriais, terciárias e comerciais. Muitas vezes capital administrativa de um país e/ou de uma região, a metrópole atrai os grandes bancos, as sedes das grandes empresas, as bolsas de valores etc. É também um centro comercial e cultural dinâmico, graças à qualidade dos equipamentos que atendem à demanda de uma classe média mais numerosa que nas cidades de porte inferior. Pode também ser um grande pólo universitário e/ou científico.

A área de influência da metrópole varia tradicionalmente em função da qualidade dos seus instrumentos de dominação políticos, econômicos, financeiros e cultu-

rais. Quanto mais eficientes forem estes, maior será a área de influência do centro urbano. Logicamente, há mais o menos 20 anos, a inserção de uma cidade na rede mundial de telecomunicações, que possibilita a integração à rede de especulação monetária e financeira, característica do período atual, constitui um fator de qualificação central para essa aglomeração. É a partir desses critérios que devemos desenhar a atual hierarquia das cidades do planeta em metrópoles regionais, nacionais, internacionais e globais mundiais (Castells, 1989).

3 Funcionamento, Economia e Gestão das Megacidades: Dinâmicas Recentes

Desde alguns anos, as megacidades tornaram-se o motor e a substância do novo capitalismo internacional, além de suas características geográficas privilegiadas (Veltz, 1997a). Ao longo das últimas décadas, elas sofreram mutações, às vezes radicais, na organização interna de seu espaço urbano. Essas dinâmicas em geral traduzem as estratégias socioeconômicas e políticas dos atores que definem a produtividade da cidade e seu grau de inserção nas redes do capitalismo internacional. Mas, hoje, o funcionamento das metrópoles gigantes, segundo o tamanho espacial e populacional, tornou-se, sobretudo nos países em desenvolvimento, um desafio em um quadro muitas vezes definido como de crise urbana e metropolitana.

3.1 Mutações Recentes nas Megacidades

Em todos os países do mundo, o crescimento demográfico das cidades foi acompanhado por uma expansão importante do território desses centros urbanos. A superfície urbanizada do Cairo foi multiplicada por três somente entre 1950 e 1990; a de Seul, por 4,5 entre 1950 e 1980; e a de Bangcoc, por 22 entre 1942 e 1980. Essa expansão da mancha urbana apresentou características peculiares em função das cidades⁶, mas todas conheceram transformações profundas em sua estrutura espacial intra-urbana.

⁶ Davidovich e Buarque de Lima (1975) analisam o caso da expansão das cidades brasileiras num artigo, hoje, clássico: "Contribuição a um estudo de aglomerações urbanas no Brasil".

3.1.1 A evolução das áreas centrais

As áreas urbanas sofreram evoluções contrastantes ao longo do tempo. Após décadas caracterizadas por um adensamento demográfico e domiciliar acelerado, podemos observar, desde os meados dos anos 70, uma tendência inversa, em particular nas metrópoles dos países desenvolvidos. A cidade de Paris, por exemplo, atingiu seu auge populacional em 1921, antes de conhecer uma queda lenta, mas regular, do número de seus habitantes. Da mesma maneira, o Inner London começou a decrescer em 1900, antes que o processo de suburbanização da metrópole inglesa se acelerasse entre 1950 e 1970. Em Nova York, a população dos anos 90 é inferior em 30% à população do início do século. Nos países em desenvolvimento, esse processo ocorre principalmente nas cidades que já têm uma história plurissecular e atingiram um nível de desenvolvimento econômico bastante elevado, tais como: Cidade do México, São Paulo, Buenos Aires, Seul e outras.

Essa evolução não se deu de maneira uniforme dentro dos territórios fragmentados das grandes cidades. Com efeito, o comportamento demográfico é profundamente variável de um setor a outro, segundo sua função econômica e social dentro do organismo urbano. A migração de parte às vezes considerável da população e das empresas para fora dos núcleos centrais provocou frequentemente um processo de degradação dessas áreas. A queda do preço do metro quadrado, após a crise do emprego e a migração da classe média para bairros mais periféricos, traduziu-se por uma ocupação parcial dos bairros centrais pelas camadas mais pobres da população: *ghettos* das cidades norte-americanas, *cortiços* no Brasil ou *casas de vecindades* no México. Essa situação provocou uma degradação dos serviços e dos equipamentos urbanos, ilustrada, por exemplo, pela grave crise enfrentada por Nova York nos meados dos anos 70.

O caso do Cairo oferece também uma visão caricatural da crise dos centros históricos das grandes cidades, com a integração dos cemitérios e dos tetos de prédios velhos e instáveis ao espaço residencial das populações pobres da capital egípcia (Chaline, 1990).

Hoje, esse processo de *downgrading* ou *implosion urbaine* é compensado por uma tendência inversa de *upgrading*, também chamada de *gentrification* das áreas degradadas. Em Paris, esse processo, bastante antigo, traduziu-se pela expulsão gradual das populações pobres dos bairros renovados da metrópole em direção aos conjuntos habitacionais e as *villes nouvelles* da periferia. Mas, recentemente, a mesma tendência foi observada em Londres (projeto Docklands) e em Nova York (renovação do Lower East Side, Battery Park City etc.). As grandes metrópoles do mundo em desenvolvimento não escapam dessa tendência, às vezes paralela ao processo de degradação do

tecido urbano. Assim, em Lagos, uma das maiores favelas da África foi inteiramente derrubada no final dos anos 80, a fim de permitir a expansão do bairro rico de Victoria Island. Em Buenos Aires, entre 1976 e 1982, as autoridades transferiram dezenas de milhares de pessoas do centro para a periferia da capital argentina. Apesar disso, núcleos de pobreza permanecem na proximidade dos bairros renovados. Em todos os casos, essas intervenções reforçam a segregação socioespacial.

3.1.2 A extensão dos distritos de negócios

De maneira geral, os bairros privilegiados estão localizados perto dos centros de negócios, os *Central Business District* (CBD) anglo-saxões, que representam a forma mais expressiva da centralidade urbana e, por consequência, da potência de uma metrópole. Esse *core* figura como um dos elementos mais característicos do sistema de relações entre estrutura interna e o sistema urbano organizado pela cidade. Procurado como expressão absoluta da centralidade, o centro de negócios pode ser também um fator de repulsão para alguns atores econômicos, em face do preço dos aluguéis, da congestão viária, do nível elevado de todas as formas de poluição etc. Esse conflito interno ao CBD explica sua evolução permanente em função das lógicas desenvolvidas pelos agentes socioeconômicos.

Existem algumas regras gerais que demonstram, por exemplo, uma tendência universal de difusão espacial do espaço de negócios nas suas margens mais próximas. Isso se traduz por uma transformação da função desses territórios, com a substituição dos apartamentos por escritórios. A mutação afeta também a forma urbana. A expressão mais frequente dessa dinâmica é o processo de verticalização, observado tanto nos países avançados como nas economias mais desenvolvidas do Terceiro Mundo. Geralmente são as grandes empresas que alimentam essa dinâmica de difusão espacial do centro de negócios. O espraiamento do *core* de São Paulo, do centro histórico para a Avenida Paulista e, mais recentemente, para as avenidas Faria Lima, Berrini e a marginal do rio Pinheiros, ilustra bem essa evolução que se deve muito às novas formas de integração dessa aglomeração nos circuitos do capitalismo mundial.

Nas últimas décadas, os CBD sofreram queda geral de prestígio e, em certos casos, de potência. Nos Estados Unidos, a migração das classes médias em direção aos *subúrbios* afetou o dinamismo econômico dos núcleos centrais. Desde meados dos anos 80, podemos observar uma tentativa, às vezes muito bem-sucedida, de reconquista dos centros de negócios (Minneapolis, Nova York etc.). Nesse país, como no resto do mundo, esse processo complexo é ainda muito parcial e não contradiz a tendência à

descentralização das funções econômicas mais sofisticadas para novos centros de negócios, em uma nova forma de urbanização denominada genericamente de *Edge City*. Essa nova forma de urbanização, típica de Los Angeles, é descrita por Garreau (1992) como centros financeiros de novas construções com um mínimo de 464.500 metros quadrados de espaços para escritórios e 20 mil empregados por centro, nos quais as edificações baixas desaparecem bruscamente para dar lugar a edifícios altos e estacionamentos de vários andares.

O sucesso do bairro de La Défense, erguido num sítio inteiramente novo perto de Paris, e onde 120 mil pessoas trabalham nos escritórios de grandes firmas multinacionais, ilustra essa evolução, enquanto outras grandes empresas procuram uma localização mais afastada nas *villes nouvelles* da megacidade francesa (Guglielmo, 1996, p. 110-111). O caso parisiense demonstra a complexidade de um processo que mistura a difusão espacial lenta e regular dos CBD com a busca de novos espaços para fugir das suas deseconomias de aglomeração. Em todos os casos, essas evoluções incentivam a migração progressiva das populações em direção aos espaços periféricos.

3.1.3 O processo de periurbanização

O processo de expansão dos espaços periféricos começou cedo nos países anglo-saxões, onde a classe média já estava migrando rumo aos primeiros *subúrbios* no início do século XX. Imensas zonas de casas individuais desenvolveram-se nas periferias de Londres, Nova York ou em Los Angeles, cujo centro da cidade é hoje difícil de ser identificado. Nos Estados Unidos, onde esse processo atingiu seu auge, inúmeros pensadores imaginaram desde o início do século a dissolução da cidade. Ela seria um lugar funcionando apenas como uma simples rede de comunicações visíveis e invisíveis⁷. Mais recentemente, os estudos de Brian Berry sobre a contra-urbanização (*counter-urbanization*) desenvolveram teses similares sobre o declínio da cidade tradicional (Berry, 1976).

Essa migração em direção à periferia foi alimentada por forças centrípetas e centrífugas. A periurbanização acelerou-se com a elevação do nível de vida e o acesso progressivo da classe média ao carro individual, cuja generalização nos países industrializados contribuiu profundamente para as transformações sofridas pelas grandes cidades (Dupuy, 1995). O objetivo era procurar melhor qualidade de vida fora das grandes cidades, que apresentariam disfunções que afetariam o cotidiano da população, tais como: congestão viária, criminalidade, poluição, preço elevado dos aluguéis etc. As atividades econômicas acompanharam esse movimento, deslocando as funções

terciárias básicas para as *corporate cities*, *villes nouvelles* etc. O processo foi impulsionado pelo progresso nos transportes, que alimentava as novas formas de migração: pendulares, pela evolução das telecomunicações e, muitas vezes, pela intervenção direta das autoridades para facilitar o acesso à moradia individual.

Entretanto, não se pode esquecer que, enquanto várias formas de subúrbios (*edge cities*, *outer-cities*, *exurbs* etc.) estavam desenvolvendo-se, os centros das cidades norte-americanas conheceram uma expansão notável do número de escritórios. Entre 1960 e 1990, foi construído o mesmo número de prédios que havia no início desse período. Mesmo se o crescimento foi ainda maior nas *corporate cities* da periferia, a natureza das atividades é bastante diferente. Os CBD tradicionais preservaram o essencial das funções de comando, isto é, os serviços de alto nível das empresas e todas as atividades que exigem contatos frequentes entre os agentes econômicos ficaram concentrados no centro das cidades.

A suburbanização de parte das atividades econômicas não eliminou a função central dos centros de negócios tradicionais. Por sua vez, Moriconi-Ebrard observa que, nos Estados Unidos, se algumas cidades médias apresentam crescimento muito lento, a maior parte das outras cidades está atingindo um tamanho urbano expressivo, o que significa uma dimensão que parece ser um *optimum* no funcionamento do sistema urbano desse país (Moriconi-Ebrard, 1993, p. 132).

Nos países em desenvolvimento, o processo de periurbanização é mais recente e também mais incompleto. A lentidão desse movimento tem várias explicações. Em primeiro lugar, a classe média representa parte bem menos expressiva da população urbana. Além disso, a classe média foi uma das vítimas diretas da crise socioeconômica das décadas de 80 e 90. De fato, o número de pessoas que têm acesso ao carro individual continua relativamente modesto. Ao mesmo tempo, as camadas mais privilegiadas da população podem-se instalar em bairros exclusivos também localizados fora dos centros tradicionais. Um exemplo desse fenômeno pode ser observado nas grandes aglomerações latino-americanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Bogotá etc.), onde se desenvolvem novas formas de pensar, organizar e viver a cidade em condomínios exclusivos e segregados.

3.1.4 Os bairros periféricos das cidades do mundo em desenvolvimento

Se nos países industrializados o processo de ocupação da periferia urbana foi em primeiro lugar alimentado pela migração da aristocracia operária e da classe mé-

⁷ Ver, em particular, Webber (1964).

dia em direção aos subúrbios, no resto do mundo a periferia urbana é o local de implantação das camadas pobres da população. Se existem ainda hoje, particularmente na Índia ou na China, imensos centros urbanos que lembram as *pedestrian cities* europeias do século passado (altas densidades demográfica e domiciliar, deslocamentos não motorizados etc.), o fato marcante das últimas décadas foi o processo de crescimento espraiado e geralmente ilegal das periferias urbanas. Esse movimento de ocupação dos solos periurbanos constitui verdadeira ruptura na longa história da urbanização do planeta.

As modalidades de ocupação são distintas de uma metrópole para outra e de um país para outro. Mas de maneira geral começa por uma ocupação que, por meio do acesso a uma moradia precária, permite uma primeira inserção na sociedade urbana. A segunda etapa consiste na consolidação do alojamento. A última etapa é caracterizada pela instalação progressiva e parcial de serviços e equipamentos urbanos que precede, ou antecipa, dependendo do caso, a regularização do processo de ocupação. Nesses últimos anos, esse processo não sofreu alterações importantes. Todavia, podemos observar uma tendência ao melhoramento e à densificação dos bairros periféricos de inúmeras grandes cidades, muitas vezes impulsionada pela promoção social da primeira geração dos moradores.

Esse fenômeno se traduz pela construção de casas de dois ou três pavimentos, pela emergência de escolas privadas, pelo acesso a certas formas de tecnologia, como por exemplo o fax, hoje presente na sede de muitas associações de moradores, suprimindo as deficiências na distribuição do correio. Esse processo de consolidação e modernização dos bairros populares mais antigos das periferias urbanas do Terceiro Mundo não deve, por enquanto, esconder o fato de que a segregação socioespacial continua sendo um problema particularmente agudo nas grandes aglomerações urbanas dos países em desenvolvimento.

3.2 A Economia das Megacidades

Depois de ter abordado as dinâmicas que afetam a organização espacial e funcional interna das grandes cidades, é necessário apontar as mutações relativas à economia desses centros urbanos. De fato, o ponto de vista geralmente adotado na análise das megacidades é o demográfico, que permite análises comparativas imediatas no espaço e no tempo. No entanto, é possível refinar essa análise com um estudo socioeconômico dessas metrópoles. Esse estudo pode considerar três tipos de fatores: a produtividade, as dinâmicas funcionais e os problemas de gestão das grandes aglomerações metropolitanas contemporâneas.

3.2.1 A produtividade das grandes aglomerações

Na medida em que os homens e as empresas se concentram nas cidades para produzir mais e melhor, pareceria pertinente calcular a produção das maiores aglomerações do mundo. Rémy Prud'homme estimou o PIB das metrópoles internacionais a partir da relação de sobreprodutividade da aglomeração, da população e das estimativas do Banco Mundial sobre o PIB dos respectivos países (Prud'homme, 1996).

A Tabela 7 demonstra a potência da metrópole de Tóquio, cujo PIB é duas vezes mais importante do que o da segunda cidade desse *ranking* global. Assim, a capital do Japão aparece hoje como a maior e a mais produtiva cidade do mundo. Depois de Tóquio, podemos identificar um grupo de seis centros urbanos, todos localizados nos países industrializados, constituindo de certa maneira o segundo nível da hierarquia econômica das metrópoles internacionais. Logo a seguir, observamos a existência de um grupo de grandes aglomerações do mundo em desenvolvimento (México, São Paulo etc.), cuja produção equivale globalmente à de cidades europeias menos populosas (Milão, Madri etc.). Mesmo com um PIB bem menor do que o de Tóquio, essas cidades são mais produtivas do que muitos países do mundo.

Observamos também que a capacidade produtiva aumenta conforme o tamanho da cidade. Os Estados Unidos, o Japão, a Índia e o Brasil ilustram bem esta tese. Com efeito, para as empresas, a concentração é sinônimo de economias de aglomeração. Elas procuram acessibilidade, serviços de alto nível e sinergias intra e interfuncionais, em poucas palavras, um espaço funcional e eficiente. A *criatividade* do território considerado constitui outro fator cada vez mais importante para os investidores em busca de excelência e de inovações tecnológicas. As seis primeiras cidades consideradas, mais Boston e São Francisco, concentram hoje a maior parte das universidades e dos laboratórios de pesquisa de porte internacional (Prud'homme, 1996, p. 55).

Em termos de tendência, a Tabela 8 mostra a dinâmica econômica recente das megacidades.

A partir da Tabela 8, podemos constatar que as megacidades conheceram, desde 1980, crescimento econômico superior ao aumento da população urbana. Entretanto, somente Tóquio, Paris e Londres apresentam uma dinâmica da economia metropolitana superior ao crescimento do PIB nacional. Ao contrário, no caso de Osaka, houve declínio relativo do peso da cidade na economia japonesa. Esse movimento complexo confirma o lado heterogêneo da evolução da produtividade das grandes aglomerações. Se, de um lado, observa-se que Tóquio apresenta um crescimento econômico mais rápido na região

TABELA 7

AS AGLOMERAÇÕES MAIS PRODUTIVAS DO MUNDO COMPARADAS AO PIB DE PAÍSES SELECIONADOS

Aglomeração Metropolitana	PIB (US\$ Bilhões)	Países selecionados	PIB (US\$ Bilhões)
Tóquio (aglomeração)	854,4	Grã-Bretanha	975,2
Nova York	448,7	Brasil	414,2
Los Angeles (aglomeração)	326,5	China	364,9
Osaka (prefeitura)	322,0	China	364,9
Paris (Île de France)	318,1	China	364,9
Londres (aglomeração)	267,3	Índia	254,5
Chicago	229,6	México	237,8
Düsseldorf-Wuppertal	107,8	Indonésia	107,3
Seul	92,9	Turquia	96,5
Milão	82,2	Tailândia	80,2
México	79,2	Tailândia	80,2
São Paulo	69,7	Polônia	63,6
Madri	63,9	Polônia	63,6
Hong-Kong	59,7	Grécia	57,9
Roma	56,5	Grécia	57,9

Fonte: Prud'homme (1996)

central, a situação contrária caracteriza tanto Nova York como Los Angeles, onde a dinâmica mais acelerada ocorre nas áreas marginais. Assim, se medir as deseconomias de aglomerações é um exercício difícil, pode-se constatar que as megacidades norte-americanas funcionam, geralmente, de modo menos eficiente que suas rivais japonesas e européias, nas quais os investimentos públicos (transportes, telecomunicações etc.) garantem melhor eficiência do território urbano.

Nos países em desenvolvimento, pode-se também notar que as maiores aglomerações também apresentam crescimento econômico acelerado, viabilizado pelos investimentos privados e públicos, dentre os quais se destacam aqueles realizados pelas grandes firmas multinacionais. Esse deslocamento das unidades de produção industriais e de serviços terciários pouco sofisticados alimentou nas últimas décadas o desenvolvimento de centros urbanos como Seul, Bombaim, Hong-Kong – Guangzhou (Cantão), São Paulo, entre outras. Essas cidades tornaram-se cada vez mais produtivas e conheceram uma elevação progressiva no nível de vida dos trabalhadores ligados aos setores em expansão.

De fato, existe hoje um processo de descentralização das atividades industriais em direção aos *hinterlands* que apresentam menores deseconomias de aglomeração, salários e terrenos mais baratos. É, por exemplo, o caso do interior paulista, do *hinterland* chinês de Hong-Kong, entre outros. Observa-se também crescimento dos investimentos externos em regiões onde a mão-de-obra é hoje bem mais barata que nos quatro tigres asiáticos, como é o caso do Vietnã e da Birmânia. Nesses países, são também as

TABELA 8

CRESCIMENTO DAS SEIS MAIORES
MEGACIDADES MUNDIAIS (1980-90)

Megacidade	População (%/Ano)	PIB (%/Ano)
Paris		
Região Île de France	0,7	2,8
França	0,5	2,2
Londres		
Grande Londres	-0,1	3,8
Grã-Bretanha	0,2	3,1
Nova York		
PMSA	0,3	2,9
CMSA	0,3	3,3
Estados Unidos	0,9	3,4
Los Angeles		
PMSA	0,3	2,8
CMSA	0,3	3,4
Estados Unidos	0,9	3,4
Tóquio		
Prefeitura (TMG)	0,3	6,0
Metrópole (4 pref.)	1,0	5,7
Japão	0,6	4,1
Osaka		
Prefeitura	0,3	3,5
Japão	0,6	4,1

Fonte: Prud'homme (1996)

grandes cidades que prioritariamente atraem as empresas e que apresentam as produtividades mais elevadas.

3.2.2 Da indústria ao terciário superior

A questão da estrutura setorial da economia das grandes metrópoles merece também ser debatida. Com efeito, durante as últimas décadas, a indústria perdeu, pelo menos nos países desenvolvidos, seu papel de motor do crescimento econômico metropolitano. Em consequência, muitos pesquisadores anunciaram um fenômeno de desindustrialização. Entretanto, esse fato merece ser um pouco relativizado.

Pode-se constatar que o declínio do emprego industrial é mais acentuado nas aglomerações de Nova York e Londres, onde seu nível geral já era baixo há 20 anos. Essas duas cidades são justamente as mais especializadas nos serviços financeiros (Sassen, 1991). Em Londres, o efetivo da população operária cresceu continuamente desde a Revolução Industrial até os anos 50. A partir dessa década, a capital inglesa começou a perder uma média de 30 mil postos de trabalho no setor industrial a cada ano. Nas outras metrópoles, a diminuição parece ser bem menor. Além disso, se a diminuição dos efetivos do emprego industrial é aparentemente mais acentuada nas porções centrais das megaglomerações, as regiões próximas às megacidades não tiveram evolução tão negativa. Essa tendência pode ser observada internacionalmente. Assim, se uma empresa dentre sete desapareceu na Cidade do México entre 1983 e 1991, deve-se considerar que 5.300 novas indústrias foram criadas entre 1970 e 1980.

TABELA 9
PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA
EMPREGADA NOS RAMOS INDUSTRIAIS EM
SEIS MEGACIDADES MUNDIAIS (1980-90)

Megacidade	Emprego 1980	(% PEA) 1990
Paris	24,1	20,7
Londres		
Grande Londres	19,2	11,0
Região sudeste	—	18,2
Nova York	13,9	8,9
Los Angeles	21,7	17,1
Tóquio		
Prefeitura	23,4	20,0
Região	—	23,0
Osaka	—	25,0

Fonte: Frucilhorme (1996).

No Brasil, a capital econômica do país começou há alguns anos a descentralizar o emprego industrial em direção às cidades do interior do estado de São Paulo, que passaram a conhecer crescimento muito rápido nos últimos 20 anos (Campinas, Jundiaí, Americana, São José dos Campos) (Gonçalves, 1994, p. 39-53). Em todos os casos, se a diminuição do emprego industrial é uma realidade incontestável, devido a uma série de fatores – custo de mão-de-obra, procura de terrenos mais baratos, leis de proteção ao meio ambiente etc. –, essa evolução pode ser explicada por uma estratégia de concorrência das empresas, que segmentam cada vez mais o processo de produção, distribuindo-o em diferentes localizações.

Nesse contexto, cabem às metrópoles as instâncias de decisão, as fases mais nobres da produção e a pesquisa e desenvolvimento, enquanto as outras funções estão sendo relocizadas num *hinterland* próximo, em certos casos do outro lado do planeta, graças ao progresso dos transportes e das telecomunicações. Assim, o termo redistribuição espacial do emprego industrial parece ser mais judicioso do que a mera descentralização.

Enfim, pode-se observar a multiplicação dos pólos industriais de alta tecnologia em quase todos os grandes centros econômicos dos países industrializados. Na região de Paris, entre 1980 e 1990, os efetivos da indústria local diminuíram de 1,1 milhão de pessoas para 870 mil, enquanto o valor adicionado pela indústria passava de 140 milhões de francos para 285 milhões no mesmo período. Esse exemplo demonstra que as cidades continuam a estruturar-se em torno das atividades industriais, embora os ganhos de produtividade tenham efeito regressivo sobre o emprego industrial. Até mesmo o forte crescimento do setor terciário é muitas vezes explicado por essa expansão da produtividade, com um aumento da comercialização, do financiamento e da diversificação e terceirização dos sistemas de produção.

Se o declínio do setor industrial não foi compensado pelo desenvolvimento do setor terciário, como é o exemplo de Londres, Berlim e Hamburgo, o crescimento dos serviços superiores e das atividades de alta tecnologia permitiu a algumas megacidades compensar o fenômeno de *desindustrialização*, tal como ocorreu na megalópole norte-americana, no Orange County de Los Angeles, em Stuttgart ou em Munique (Di Méo, 1992). De maneira geral, há 30 anos o setor terciário qualificado vem conhecendo ascensão fulgurante em quase todas as metrópoles do mundo. Esse setor tem hoje papel de primeira importância no processo de evolução econômica das grandes cidades. Em Nova York, ele emprega quase 80% da PEA; em Moscou, apesar do caráter industrial da economia dessa aglomeração, 65% da PEA trabalha nas atividades terciárias superiores.

TABELA 10
CAPITALIZAÇÃO E TRANSAÇÕES EM AÇÕES NAS PRINCIPAIS BOLSAS DE VALORES DO MUNDO

Em bilhões de francos^(a)

Bolsa de Valores	Capitalização		Volume das Transações	
	Dez. 1981	Dez. 1992	Dez. 1981	Dez. 1992
Nova York	6.081	21.335	2.113	9.234
Tóquio	2.260	12.778	1.214	2.551
Londres	1.087	5.216	177	2.022
Frankfurt	338,7	1.916	84,4	2.267
Paris	219,1	1.806	65,9	645

Fonte: Insee (Tableaux économiques de l'Île de France, 1984 e 1994).

Nota: Um franco francês equivale aproximadamente a 20 centavos de dólar americano.

A evolução e a diversificação do setor terciário – tanto no que diz respeito às atividades formais como principalmente as informais⁸, que abrangem inúmeras atividades destinadas às famílias e às empresas, assim como a progressão dos processos de subcontratação e terceirização que permitem às firmas transferir para fora da empresa seus custos indiretos em capital e salários – foram fatores determinantes para as transformações recentes no setor de serviços das grandes metrópoles. Os setores mais estratégicos (informática, *design*, *marketing*, conselho jurídico etc.) necessitam de pessoal altamente qualificado que as empresas encontram somente nos grandes centros urbanos. Chama a atenção, no entanto, a evolução recente das atividades bancárias e financeiras que explodiram nas grandes metrópoles desde o início dos anos 80. Assim, as megacidades que já dominavam os instrumentos financeiros confirmaram ou reforçaram sua posição de pólos de decisão econômica na escala mundial (Sassen, 1991).

Nos países em desenvolvimento, as metrópoles que ocupam o alto da hierarquia urbana internacional conheceram também crescimento espetacular das atividades terciárias de alto nível, como é caso de São Paulo⁹, Seul e Cidade do México. Dentre elas, Singapura e Hong-Kong apresentam um setor terciário *decisional* que se aproxima dos padrões vigentes nos países desenvolvidos. Singapura está dotando-se de infovias, que pretendem transformar a metrópole asiática na primeira *cidade inteligente* do mundo, graças a um verdadeiro entroncamento eletrônico de âmbito mundial.

Dessa maneira, as profundas mutações sofridas pela economia mundial nos últimos 20 anos colocaram em evidência o papel crescente da velocidade de circulação das pessoas, dos bens e dos materiais na vida econômica no interior e entorno das grandes metrópoles. Verdadeiros núcleos de massa crítica, elas polarizam a maioria dos fluxos e apresentam-se como pontos nodais de uma rede

telemática mundial, dentro da qual as informações circulam em tempo real e sem interrupções. A inserção dentro desse sistema torna-se, portanto, condição necessária para garantir a potência e a possibilidade de expansão de qualquer grande aglomeração urbana.

3.3 Gestão e Funcionamento das Megacidades

A gestão das megacidades está-se tornando, já há alguns anos, desafio cada vez mais complexo em grandes manchas urbanas que precisam de infra-estruturas cada vez mais sofisticadas e caras para garantir suas inserções na rede das cidades mundiais (aeroportos modernos, teleportos, plataforma de transporte multimodais etc.). Esse problema tem ainda um complicador na falta de integração institucional dentro das grandes regiões urbanas, onde proliferam níveis institucionais distintos e, às vezes, conflitantes ou superpostos. Além disso, a gestão das desigualdades sociais, e da denominada crise urbana em geral, representa outro grande desafio para a governabilidade metropolitana.

3.3.1 Instituições de gestão

As grandes aglomerações urbanas dotaram-se de instituições de gestão mais ou menos adaptadas às realidades geográficas, políticas e socioeconômicas locais. Rémy Prud'homme analisou a estrutura político-administrativa das seis megacidades mundiais.

A principal diferença entre essas grandes aglomerações consiste na existência de uma instituição regional forte na região parisiense. Essa entidade política, cujo legislativo é eleito por sufrágio universal, dispõe de recursos financeiros, jurídicos e políticos para conduzir uma

⁸ A respeito, ver a obra clássica de Santos (1979).

⁹ A respeito, consultar Santos (1990).

QUADRO INSTITUIÇÕES DE GESTÃO EM SEIS MEGACIDADES

Megacidade	Local	Regional	Intermediário	Nacional
Paris	Comunas: 380 Aglom. de Paris 1.200 Rég. Île de France	Région (Île de France)	Départements (4 ou 8)	Forte e ativo
Londres	Boroughs: 33 para a Grande Londres Districts: 300	Nada	Counties (13)	Bastante forte
Tóquio	Prefeituras: TMG, Yokohama etc.	Nada	Prefeituras (4 ou 8)	Forte e ativo
Nova York	Prefeituras: NYC etc.	Nada ou associações <i>ad hoc</i>	Counties ou agrupamentos <i>ad hoc</i>	Inexistente
Los Angeles	Prefeituras: LA etc.	Nada ou associações <i>ad hoc</i>	Counties ou agrupamentos <i>ad hoc</i>	Inexistente
Osaka	Prefeituras: Osaka etc.	Nada	Prefeituras	Forte

Fonte: Prud'homme (1996)

política adequada aos interesses da megacidade. Nas outras metrópoles, a fragmentação institucional pode representar obstáculo na hora de lidar com problemas de âmbito metropolitano. Dentre esses problemas, destaca-se o dos transportes, certamente um dos maiores desafios para o futuro dos grandes centros urbanos. Neles, os habitantes vivem cada vez menos numa prefeitura. A moradia, o emprego, os centros de consumo e de lazer, os amigos e a família são geralmente localizados em vários municípios da mesma metrópole. A multicomunidade clássica de gestão em comum de redes técnicas deve ser ultrapassada para gerenciar em comum áreas como as tecnópolis¹⁰, as escolas, os grandes projetos culturais etc.

A *metápole* de François Ascher, que não conhece fronteiras claramente definidas, repleta de discontinuidades espaciais, está hoje em busca de uma governança urbana mais racional e eficaz, na medida em que as grandes transformações ocorridas no processo de urbanização não foram acompanhadas por reformas institucionais adequadas (Ascher, 1993). Nos estados democráticos, a razão

política premia sobre as racionalidades tecnocráticas e econômicas. Por isso, a emergência de mais um órgão político-administrativo de gestão metropolitana parece improvável a curto e médio prazos.

3.3.2 A gestão das infra-estruturas

A qualidade das infra-estruturas representa um segundo desafio para as metrópoles regionais e internacionais. A competitividade de uma cidade é, em grande parte, relacionada à qualidade dos serviços e dos equipamentos urbanos que permitem, ou não, um bom funcionamento do território urbano. Entre eles, o transporte ocupa posição privilegiada. Com efeito, a metrópole se define, dentre outros itens, pela qualidade do seu *bassin d'emploi*. Assim, a qualidade das circulações dentro desse território contribui para classificar um determinado espaço urbano.

Comparar a qualidade das infra-estruturas é um exercício difícil. As condições geográficas, o nível de de-

¹⁰Ver Castells e Hall (1994).

envolvimento econômico e social, as características do processo de urbanização se traduzem por situações muito variadas. Organizar um sistema de transportes adequado em metrópoles como Rio de Janeiro ou Hong-Kong revela-se tarefa bem mais complexa e onerosa que numa cidade como Paris ou Londres, que não apresenta os mesmos problemas geomorfológicos, de crescimento mal controlado da população urbana etc. Da mesma maneira, uma baixa densidade populacional representa fator negativo na implantação e na gestão das redes técnicas. A organização de um sistema de transporte coletivo que atenda perfeitamente à população (*capilaridade* da rede, frequência dos veículos etc.) é hoje quase impossível em cidades espraçadas como Los Angeles, ou na periferia das grandes aglomerações (*suburbs* de Nova York ou de Londres, *grande banlieue* de Paris etc.). As transformações ocorridas no padrão de mobilidade intra-urbana nesses últimos anos (fragmentação cada vez maior dos deslocamentos, declínio relativo dos fluxos pendulares etc.) complicam ainda mais a organização dos serviços de transportes.

A gestão dessas infra-estruturas apresenta grandes variações de uma cidade para outra. Além disso, existe tendência crescente para privatizar os serviços urbanos, que se está tornando regra geral desde o início dos anos 80. Essa onda de privatizações atingiu sobretudo as grandes cidades do mundo em desenvolvimento, cujas políticas de ajuste econômico se traduziram pelo fim dos subsídios aos serviços urbanos e pela extinção de inúmeras empresas públicas. Os transportes públicos é que foram mais diretamente atingidos por essas mudanças no comportamento do setor público¹¹.

Paralelamente, há uma tendência à diminuição dos investimentos das autoridades públicas nas infra-estruturas urbanas. Em Londres e Nova York, apesar da antiguidade do estoque dos equipamentos urbanos, os investimentos públicos foram limitados, enquanto as inversões imobiliárias privadas explodiam nos anos 80. Na megacidade norte-americana, os transportes coletivos oferecem um serviço ineficiente, as pontes apresentam problemas estruturais e a renovação da malha viária, em particular das *highways* intra-urbanas, não teve resultados satisfatórios.

Em Paris e Tóquio, o nível dos investimentos foi muito mais alto. Na capital francesa, o metrô está sendo modernizado e ampliado, duas linhas de *tramway* foram inauguradas no início dos anos 90, inúmeros equipamentos culturais foram construídos ao longo dos últimos anos etc. e o bairro de negócios de La Defense aparece como um dos maiores do mundo. Nas duas megacidades japonesas, os investimentos públicos permitiram a ampliação e a criação de aeroportos, a emergência de novos bairros,

a modernização dos centros de negócios tradicionais. Porém, o transporte público atingiu, nos dois casos, seu limite de desenvolvimento operacional (superlotação) e físico (falta de espaços para ampliar as redes existentes) (Prud'homme, 1996, p. 64-66). Nas metrópoles do mundo em desenvolvimento, esses problemas constituem uma regra num contexto caracterizado pela falta e/ou uso inadequado das verbas públicas em centros urbanos, cujo funcionamento é sempre muito deficiente.

3.3.3 A gestão da crise urbana

A dimensão social e política do fato metropolitano não deve ser esquecida. A grande cidade produz externalidades positivas (cuja melhor expressão é a sobreprodução do território) e negativas (engarrafamentos, poluição, criminalidade etc.), que decorrem diretamente do processo de urbanização. Nesse contexto, a política urbana consiste em gerenciar essas externalidades e melhorar, ao mesmo tempo, a eficiência do espaço urbano e a qualidade de vida da população.

Como já colocamos em evidência, a gestão do sistema de transporte representa um desafio maior para os grandes centros urbanos. Mas, hoje, nenhuma megacidade escapa de desconhecimentos conjunturais ou estruturais em termos tanto de fluxos de bens como de pessoas. As manifestações dessa crise dos transportes são múltiplas: superlotação dos meios de transportes coletivos, custo elevado dos deslocamentos para os usuários e/ou a coletividade, poluição, engarrafamentos, falta de soluções para o transporte intra-urbano de cargas. Mesmo cidades como Paris, que tradicionalmente investem muito nessa área, não escapam da saturação da malha viária, que provoca baixo nível de conforto nas linhas de trem urbano (RER). Além disso, as autoridades devem adaptar-se às mutações do processo de urbanização: crescimento das zonas periurbanas pouco densas e deslocamento das atividades econômicas que multiplicam os deslocamentos entre subúrbios etc.

A gestão da distorção crescente entre os espaços do trabalho, da residência, das compras e do lazer complica a organização tradicional de redes adaptadas a migrações pendulares centro/periferia. Nos países em desenvolvimento, a crise de transportes é ainda mais aguda. Ela resulta basicamente da falta de controle sobre o processo de urbanização acelerado que se deu a partir dos anos 50. A expansão muito rápida da mancha urbana em direção a uma periferia ocupada pelas camadas mais pobres da população, ao lado da motorização crescente da classe média (em particular na América Latina), provocou inúmeras distorções que nunca foram resolvidas. A falta de recursos

¹¹ Sobre essa questão, ver Godard (1994).

para enfrentar esse problema e a prioridade dada aos interesses das classes sociais privilegiadas (investimentos em vias rápidas em detrimento dos transportes de massa, por exemplo) explicam o impasse atual na gestão da crise dos transportes.

A questão da moradia das classes populares, que representa um segmento importante das populações urbanas, constitui outro problema relevante para as cidades do terceiro milênio. Segundo a ONU, 1,2 bilhão de pessoas moram hoje em condições precárias, a maioria delas em grandes cidades. Já tratamos do crescimento rápido e desordenado dos espaços periféricos nas metrópoles em desenvolvimento e do processo de degradação de bairros centrais, em particular nos países anglo-saxões ou na Rússia. A falta de habitação para as classes de baixa renda afeta o mundo inteiro com uma intensidade obviamente diferenciada em função do nível de desenvolvimento do país. Em Londres, se o nível geral da construção mantém-se estável para o conjunto da megalópole, em sua região sudeste ele sofreu um declínio importante, passando de 31.578 alojamentos construídos em 1976 para 9.572 em 1986. A contribuição do setor público caiu, no mesmo período, de 55% para 17% (Loew, 1989, p. 108).

Nas metrópoles dos países em desenvolvimento, as carências de moradia decente para os pobres são bem maiores. Isso se traduz em uma multiplicação do número dos *squatters* nos centros degradados (cortiços brasileiros, asiáticos etc.) e na proliferação de todas as formas de habitação irregular (favelas, loteamentos informais etc.). O espaço da moradia está cada vez mais dualizado, como demonstram estudos realizados no Rio de Janeiro. Dois bairros – Barra da Tijuca e a Zona Oeste da cidade – registraram maior crescimento populacional entre os dois últimos censos demográficos, bem como homogeneidade social interna crescente. O crescimento do primeiro é alimentado pelas classes médias altas, enquanto o segundo é caracterizado pelo baixo nível de renda de sua população¹².

Enfim, a gestão das redes técnicas representa também outro problema diretamente relacionado à massa de recursos financeiros para integrar social e economicamente as populações urbanas à cidade. Além dos transportes, essas redes são basicamente a malha viária, a coleta do lixo, a distribuição de eletricidade e de água e o saneamento. Obviamente, nas cidades dos países em desenvolvimento, as carências são bem maiores, comparadas àquelas dos Estados industrializados e atingem sobretudo as camadas populares da população. Inúmeros fatores tornam muito difícil a gestão dessas infra-estruturas.

O crescimento rápido da população urbana ocorre principalmente nas áreas periféricas, onde se concentram as populações de baixa renda, muitas vezes sacrificadas em proveito das classes médias, que se beneficiam das novas instalações dos serviços urbanos. Assim, na área metropolitana de Buenos Aires, 97% dos alojamentos situados na Capital federal recebem água potável, entretanto, nos 19 partidos que a cercam, essa proporção caiu por volta de 37%. Atualmente, 5 milhões dos 10 milhões de habitantes da Grande Buenos Aires dispõem de água potável e de sistema de esgoto (Guglielmo, 1996, p. 162-163).

Além disso, a expansão urbana raramente ocorre de maneira contínua. As descontinuidades espaciais são frequentes e as densidades de ocupação dos espaços periféricos das grandes cidades latino-americanas são muito baixas, particularmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Bogotá. Isso tende a encarecer o custo de instalação, de operação e de manutenção das redes técnicas. O enfrentamento das condições geográficas representa um grande desafio em algumas grandes metrópoles. Se na Cidade do México o abastecimento de água potável para a população cresce de maneira regular, a capital mexicana sofre por estar situada em uma bacia fechada cercada de montanhas. Assim, as fontes de abastecimento de água estão ficando cada vez mais longe (150 a 300 quilômetros) de onde ocorre o crescimento da demanda. Atualmente, é necessário procurar água a 1 mil ou 1.500 metros abaixo do nível da cidade, perfurando poços nas montanhas vizinhas. Essa solução complexa e muito cara gerou, além de custos elevados, conflitos com os camponeses que trabalham e vivem nessas regiões¹³.

4 Redes e Hierarquias de Cidades: Evoluções Recentes

Este item não se propõe a esgotar a literatura sobre a questão urbana, o que certamente envolveria um levantamento multidisciplinar e abrangente sobre o tema, que escapa aos propósitos deste trabalho.

Seu principal objetivo é situar a política urbana no contexto das políticas territoriais, ressaltando sua dimensão social. Muito mais que um reflexo da dinâmica econô-

¹²Ver Cardoso e Ribeiro (1996).

¹³A respeito, consulte Bataillon (1990, p. 587).

mica, a questão urbana é a manifestação territorial das respostas da sociedade às condições de sua reprodução.

De modo simplificado, podemos articular a questão urbana com a questão regional através da lógica da produção/reprodução social, escapando assim de uma visão fragmentada do território. Na tradição do pensamento geográfico, a cidade é parte integrante e, ao mesmo tempo, formadora da região e, como tal, não podem, nem deve, ser tratadas de modo separado ou desconexo. Nessa lógica, o espaço geográfico pode ser definido como o *locus* de produção e reprodução social, que na economia capitalista assume a forma dicotômica e articulada da cidade e sua região.

As implicações dessa concepção para a política econômica, em sua dimensão territorial, dependem dos mecanismos reguladores da *praxis* social, que podem ser mais ou menos dominados pela política ou pela economia. Assim, é possível, *grasso modo*, reconhecer três formas elementares de configuração das relações cidade-região, que são manifestações espaciais das condições gerais de produção e reprodução social.

A primeira delas é a relação entre cidade e campo, conformando o *Estado isolado*, na concepção de Thunnen, ou um *Microsistema* na visão de Wallerstein. Nele, as trocas se dão segundo uma lógica puramente mercantil e fechada, em um modelo econômico que poderia ser descrito, de modo simplificado, como fisiocrata, no qual o excedente agrícola é o motor da dinâmica econômica e principal fonte de financiamento do conjunto da economia.

A lógica da economia marginal assume sua maior determinação na concepção dos anéis concêntricos de Thunnen, segundo a qual a distância ao mercado é o principal fator de organização do território e está na base da construção ricardiana da renda fundiária e da distribuição do produto social a partir da situação apresentada na pior terra. Harvey recuperou esse modelo em seu trabalho, já clássico, sobre a justiça social na cidade, apontando a circulação do excedente e a renda fundiária como os principais elementos para a segregação socioespacial nas cidades, e mostrando como a distribuição social do rendimento é insumo e produto da distribuição espacial da renda no nível intra-urbano.

Do ponto da configuração da estrutura interurbana, o *Estado isolado* conforma o que Kayser denomina de *semis urban*, isto é, a sementeira urbana, onde as cidades nascem e crescem isoladas, com fracas trocas entre elas. O caráter esporádico das trocas faz do mercado uma entidade temporária e móvel – as feiras –, que em muitos casos constitui o principal elemento de ligação entre elas, assim como a presença esporádica do Príncipe, isto é, do Estado. A sementeira urbana é semelhante à metáfora econômica dos *produtores independentes*, segundo a qual o mercado constitui a principal forma de socialização dos membros

isolados da sociedade, sem que tenha uma existência espaço-temporal fixa e permanente. Do ponto de vista da regulação política da economia, sua principal expressão está nas normas de controle da propriedade e das corporações de ofícios, tendo um alcance territorial preferencial no âmbito da escala local.

Embora seja um modelo abstrato, é interessante observar que, no âmbito da escala local (que no Brasil corresponde à administração municipal), as principais fontes de recursos próprios das prefeituras são o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), uma taxa sobre a propriedade imobiliária urbana, e o Imposto sobre Serviços (ISS), que incide sobre o exercício das atividades dos profissionais autônomos, segundo a lógica clássica das corporações de ofícios.

A segunda forma de configuração, sem estabelecer uma ordem determinística, mas de raciocínio espacial, é a relação entre capital e província, ou capital e interior – segundo um modelo espacial muito comum aos habitantes do estado de São Paulo, que significa a presença de uma relação hierárquica entre cidades que responde à lógica da extração tributária e às necessidades da circulação mercantil estabelecidas de forma permanente no território. Do ponto de vista conceitual, responde ao modelo das localidades centrais de Christaller, que estabelece que o princípio do mercado em uma planície isomórfica (livre-circulação) e com uma distribuição hexagonal (livre-concorrência) responde pela hierarquia na rede de localidades centrais. Responde também à concepção de império-mundo de Wallerstein, segundo a qual a ordem espacial manifesta as determinações tributárias do Estado e a pequena divisão social e territorial do trabalho.

Do ponto de vista da estrutura intra-urbana, a lógica tributária e mercantil define localizações privilegiadas no território urbano da cidade, e as condições de reprodução social já espelham essa segregação espacial no que se refere às redes de infra-estrutura e serviços urbanos, cuja lógica responde à dinâmica do sistema urbano como um todo e não às necessidades locais. As redes, na lógica do próprio modelo de Christaller, já definem os mecanismos básicos de estruturação urbana e os gastos públicos passam a se orientar no sentido de manter e ampliar a arrecadação que os alimenta, ganhando dinâmica própria e ampliando a presença do controle estatal sobre o tecido urbano.

Quanto à configuração da estrutura interurbana, a relação capital-província manifesta-se na conformação da “bacia urbana” de Kayser, na qual os fluxos são orientados dos núcleos urbanos de menor porte para as capitais regionais, de modo semelhante ao comportamento de uma bacia fluvial. Do ponto de vista da dinâmica econômica, a bacia urbana responde ao comportamento do mercado do bem dominante na estrutura produtiva regional. Quanto

à política territorial, os principais mecanismos de alocação do gasto público respondem às demandas daqueles que detêm o controle dos bens de produção e à própria lógica da manutenção/ampliação do aparelho de Estado.

O modelo dominante pode ser descrito como mercantilista, não em seu sentido vulgar, mas como descrito por Weber. Segundo ele, a política territorial tem alcance sobre os mecanismos tributários e de alocação do gasto público, buscando definir áreas de mercado cativas. A lógica da negociação é regionalizada, isto é, já se configura uma estrutura em arquipélago, cuja negociação e concorrência se fazem no sentido de capturar maior parcela dos fundos públicos disponíveis para cada ilha econômica.

Finalmente, a terceira forma está expressa nas relações entre centro e periferia, estando a dinâmica espacial condicionada por níveis distintos de introdução do progresso técnico e, conseqüentemente, dos diferenciais de ganhos de produtividade entre locais distintos no espaço. O modelo centro-periferia, que dominou o pensamento urbano e regional desde a década de 50 até os anos 70, é básico para explicar o comportamento da dinâmica urbana e regional, com a formação de estruturas hierárquicas e duais, nas quais o ritmo de desenvolvimento é diferenciado em função da velocidade de introdução do progresso técnico.

O modelo clássico de explicação das relações interurbanas na visão centro-periferia é a rede urbana, que representaria uma estrutura industrial consolidada, em que predominam as economias de escala. A planificação territorial por excelência do modelo centro-periferia seria compensar os diferenciais de produtividade por meio de incentivos fiscais e creditícios; assim, pode ser vista, em sua essência, como uma política compensatória *ex post*.

4.1 Os Sistemas de Cidades

A cidade em si pode ser considerada um sistema que integra um sistema ou uma rede de cidades, cujo papel é essencial na estruturação e organização do espaço geográfico. As aglomerações urbanas mantêm e reforçam laços de interdependências entre si e entre elas e as regiões que elas polarizam dentro de um dado território. A expressão de rede urbana é mais usada para evocar os fluxos que existem entre os pontos desse território. Denise Pumain observa que, cada vez mais, os geógrafos usam o termo *armature urbaine*, que permite traduzir a mesma função de organização territorial por meio de fluxos de bens, de pessoas e, cada vez mais, de informações, sem, apesar disso, criar uma confusão possível com as redes técnicas muito estudadas pelos urbanistas (Pumain, 1992, p. 623). Hoje, o conceito de sistema de cidades é também muito usado por conferir uma conotação dinâmica às redes urbanas que se

transformarão devido às mutações profundas do sistema produtivo de todas as escalas geográficas.

Uma das características marcantes da estrutura dos sistemas de cidades é a organização hierarquizada dos centros urbanos, que varia conforme o tamanho, a qualidade funcional e a extensão da zona de influência espacial dessas aglomerações. Assim, os estudos sobre essa forma de organização territorial ganharam importante destaque no âmbito da geografia, suscitando um desenvolvimento teórico que foi responsável pela formalização da teoria dos lugares centrais nos anos 30 (Corrêa, 1994). Esse conceito, muito debatido, foi completado para elaborar uma teoria da evolução das redes urbanas no espaço e no tempo.

4.1.1 A teoria dos lugares centrais

A teoria dos lugares centrais objetiva explicar a hierarquia da rede urbana, questionando o tamanho, as funções econômicas e a localização das cidades num determinado espaço. Esse problema, observado por vários pensadores do século XIX (Reynaud, Kohl, Reclus e outros), foi mais recentemente formalizado por Christaller (1933) e Lösch (1954). Eles observaram que existem aglomerados urbanos de todos os tamanhos, dotados de funções centrais que consistem na produção e na distribuição de bens e serviços a um *hinterland* em relação ao qual o centro urbano ocupa uma posição central. Segundo essa teoria, a localização das atividades básicas induz à organização de um sistema hierarquizado de cidades.

Os postulados de Christaller são:

- o espaço geográfico apresenta características físicas e humanas que lhe conferem um certo grau de homogeneidade: relativa uniformidade do quadro físico, repartição homogênea da população, concorrência perfeita entre os produtores etc.;
- os preços são fixos para todos os agentes sociais que convergem em direção a um centro elementar;
- para o consumidor, que sempre apresenta um comportamento racional, o transporte de um produto tem um custo que obviamente aumenta com a distância percorrida. Em conseqüência, ele tende a freqüentar os pontos de venda mais próximos: Christaller evoca o limiar de um bem ou serviço;
- o patamar de consolidação de um produto corresponde ao volume mínimo de clientela potencial que assegura uma renda suficiente ao produtor;
- existem economias de escala na produção dos bens centrais. Isso significa que o custo médio da produção diminui à medida que aumenta a quantidade produzida. Sem esse último postulado não existiriam as cidades que permitem concentrar a produção para revender em territórios mais ou menos estendidos. Para Béguin, a conclusão fundamental dos postulados da teoria dos

lugares centrais é que a existência das cidades é justificada pela existência de economias de escala (Béguin, 1992, p. 501).

Assim, qualquer estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviços fornece bens e serviços a uma freguesia mais ou menos distante do centro fornecedor, o que representa a polarização espacial da aglomeração urbana. Constitui-se então uma hierarquia de cidades cuja polarização territorial aparece bem diferenciada. Em um nível mais baixo, encontramos cidades que produzem basicamente os bens e serviços mais procurados pela população para sua reprodução social cotidiana. No outro extremo, encontramos centros urbanos geralmente maiores que produzem, para uma área territorial mais extensa, produtos e serviços mais especializados. À medida que subimos nessa hierarquia, o número de cidades decresce, enquanto a variedade e a sofisticação da oferta aumentam. É a metrópole regional que oferece a gama mais completa de produtos e de serviços para seus habitantes, bem como para uma região de influência mais ou menos abrangente (Corréa, 1994, p. 23).

A partir dessas constatações, Christaller elaborou três modelos espaciais de hierarquia de lugares centrais, em função da natureza do *optimum* a realizar. O primeiro é o *princípio de mercado* que induz uma localização das cidades de um mesmo nível no cume de triângulos equiláterais. Cada uma delas serve uma área hexagonal, que é dividida entre a atração de três centros de nível superior. Por sua vez, o *princípio de transporte* visa a uma minimização dos eixos de circulação. Qualquer centro se localiza entre dois centros de nível imediatamente superior. Nesse esquema, a superfície da zona de influência de um centro de nível superior corresponde a quatro vezes à de um centro imediatamente inferior. Enfim, o *princípio administrativo* coloca toda cidade no centro de uma circunscrição hexagonal, dentro da qual ele controla seis centros de nível inferior mais sua própria circunscrição. A característica principal, nesse caso, é que não existe superposição de regiões de influência.

A teoria dos lugares centrais foi amplamente testada. O próprio Christaller a aplicou nos anos 20 e 30 no sul da Alemanha. Depois disso, centenas de estudos verificaram e confirmaram a importância desses princípios para explicar a estruturação geral das redes em várias regiões do mundo. Até na França, onde prevalecem tradicionalmente os estudos sobre redes urbanas regionais (Rocheport, Dugrand, Kayser), essa hierarquia funcional foi recolocada em questão. Mas, mesmo assim, essa teoria não escapa de múltiplas críticas. A primeira é relativa à disposição espacial das cidades num determinado território, que nunca obedece a uma distribuição rigorosamente geométrica. Da mesma maneira, a distribuição populacional está longe de ser homogênea. As regiões de influência de um centro ur-

bano são bem menores numa região densamente povoada do que dentro de uma área pouco povoada. Além dessas deformações dos modelos espaciais, o comportamento do consumidor, dado como perfeitamente racional, é altamente sujeito a crítica. Várias pesquisas mostram que numa sociedade urbana caracterizada pela fragmentação crescente da mobilidade urbana e interurbana (multiplicação dos deslocamentos com objetos múltiplos etc.) o comportamento do consumidor aparece cada vez mais imprevisível. Enfim, a teoria aparece largamente anistórica e pouco dinâmica. Ela não considera uma série de serviços especializados – serviços às empresas, turismo, defesa, transportes etc. –, às vezes motor do desenvolvimento regional (Pumain, 1992, p. 631-632).

4.1.2 A especialização das cidades

A diferenciação das cidades por classificação funcional representa outra abordagem da rede urbana, muitas vezes complementar da teoria dos lugares centrais. A teoria de Christaller é baseada unicamente nas funções dos serviços destinados à população residente de um centro urbano. Portanto, essas atividades representam uma parte dos empregos e das atividades urbanas. No mundo contemporâneo, as grandes empresas não trabalham para um mercado local. Elas produzem bens ou serviços destinados a áreas bem mais abrangentes que o clássico *hinterland*: transportes, turismo etc. Como demonstram por exemplo os casos de Seattle e Toulouse, pólos aeronáuticos que abrigam as fábricas dos aviões Boeing e Airbus, essas cidades não são necessariamente grandes aglomerações urbanas. Da mesma maneira, a projeção regional ou internacional de centros turísticos como Cancún ou Florença não está relacionada ao tamanho dessas aglomerações. Isso quer dizer que a diferenciação funcional das cidades aparece como elemento essencial na organização espacial de um território.

Usando a terminologia clássica, alguns autores classificaram as aglomerações urbanas segundo categorias de atividades econômicas. Propuseram distinguir cidades industriais de cidades terciárias, classificando-as, se necessário, em centros mineiros, siderúrgicos ou centros turísticos etc. Apesar de essa classificação apresentar a vantagem de seguir o recorte geralmente usado nos censos demográficos, os geógrafos e os economistas a usaram sempre com muita reticência. De fato, uma atividade (os transportes, por exemplo) pode aparecer no setor terciário em alguns países e no secundário em outros. Além disso, essa classificação esbarra nas limitações de uma classificação das atividades econômicas que não considera as divisões internas aos setores.

Cabe destacar também o caráter pouco dinâmico das classificações funcionais tradicionais dos centros ur-

banos de Auroousseau, Harris etc. Se algumas especializações perduram através do tempo (dinamismo comercial das cidades da *Hanse* ou resistência das cidades da primeira revolução industrial no Ruhr, por exemplo), a especialização funcional de uma região pode ser profundamente transformada em alguns anos. Assim, durante uma crise econômica, uma *bacia de emprego* pode conseguir uma reconversão econômica, desenvolvendo atividades que rompem radicalmente com as do passado. As zonas montanhosas européias, que sofreram uma crise profunda depois do fechamento das indústrias têxteis e metalúrgicas, oferecem numerosos casos bem-sucedidos de reconversão nas atividades turísticas e de lazer (Alpes franceses em particular). Em vários lugares do mundo, a emergência, a partir dos anos 70, de pólos tecnológicos permitiu revitalizar o tecido econômico de muitas cidades industriais em processo de declínio (como as aglomerações escocesas, por exemplo).

A especialização de uma cidade exige, assim, uma aptidão dos atores urbanos com vistas a valorizar constantemente uma posição geográfica favorável (cidade portuária, amenidades naturais excepcionais, existência de jazida mineral etc.) e um ambiente urbano especial (mão-de-obra qualificada, qualidade das infra-estruturas etc.), a fim de inovar e de manter a posição dentro da hierarquia das aglomerações. Para Pumain, é a valorização desigual de algumas inovações que cria especializações (Pumain, 1992, p. 634). A inovação, e sua difusão além dos limites que permitiria o simples nível de lugar central, aparece então como fator essencial na competição entre as cidades para galgar postos dentro das hierarquias urbanas (regionais, nacionais ou internacionais). Em síntese, as funções econômicas, que decorrem cada vez mais da capacidade de inovar, permitem apontar classificações elaboradas a partir do nível de desenvolvimento econômico e das estruturas mais ou menos complexas dos organismos urbanos.

4.1.3 As relações entre cidade e região

A rede urbana pode ser também abordada do prisma das relações entre cidade e região. Esse tema impulsionou uma produção científica significativa nos anos 60, em particular na França, onde a escola da Geografia Ativa vinha desenvolvendo seus estudos num contexto de busca de reorganização geral do território francês em torno de novos pólos metropolitanos. Essa abordagem pode ser considerada o prolongamento e a transformação dinâmica da temática tradicional das relações entre cidade e campo, numa época marcada por mutações profundas do sistema produtivo, e a transformação da sociedade rural plurissecular numa sociedade urbana.

Os geógrafos passaram então a analisar as relações existentes entre uma grande cidade, os centros urbanos de menor porte e as zonas rurais para demonstrar que tanto no tempo, como no espaço, as relações entre cidade e região são muito diferenciadas, tanto histórica como geograficamente. Apesar dessa diversidade, Lobato Corrêa procurou sintetizar as abordagens usadas por Pierre George em sua tentativa de definir a organização territorial a partir das relações entre as aglomerações urbanas e suas áreas de influências (Corrêa, 1994, p. 40-46).

- A atração exercida sobre a população regional pelo centro urbano dominante traduz-se pela existência de dois tipos de fluxos humanos. O primeiro deles é relativo à migração campo/cidade, que tem origens (na produtividade agrícola, catástrofes naturais, guerras etc.), modalidades (primeira migração para um pequeno centro urbano ou direta para uma grande aglomeração) e consequências (em função do nível de desenvolvimento econômico etc.) múltiplas. O segundo tipo de fluxo humano, decorrendo do primeiro, é constituído pelas migrações pendulares ou alternantes que levam diariamente os *commuters* das grandes periferias urbanas para os centros de emprego dos núcleos metropolitanos. Essas migrações mudaram muito nos últimos anos, em consequência das novas formas de urbanização já descritas, da reorganização dos circuitos tradicionais de distribuição comercial, da generalização do uso do carro individual nas classes médias etc.
- A comercialização pela cidade de produtos rurais deve ser também considerada mediante a análise de todas as transações comerciais. Essa análise se refere à natureza dos bens envolvidos – produtos agrícolas, minerais, artesanais etc. – e aos agentes que participam do processo de comercialização – empresas de transporte, cooperativas, atacadistas, supermercados, varejistas, etc.
- Apesar de sua importância socioeconômica e política na vida regional, a drenagem da renda fundiária pela cidade nunca teve a importância que merece nos estudos sobre redes urbanas, em particular as análises baseadas na teoria dos lugares centrais. É importante ressaltar a existência de grupos de proprietários fundiários que drenam nas cidades os benefícios de atividades rurais. Vários estudos mostram, por exemplo, o papel econômico e político dos proprietários de vinhedos na região do Languedoc (sul da França) e de Bordéus (Dugrand, 1963). Os investimentos realizados a partir da renda fundiária podem dinamizar o desenvolvimento econômico de toda uma região.
- A cidade, por meio de investimentos públicos e privados, tem o poder de distribuir empregos, seja nas áreas periurbanas, seja nas cidades pequenas e no campo. Esses investimentos são de natureza múltipla: deslocamen-

tos de grandes fábricas em regiões rurais, pólos tecnológicos ou turísticos, grandes equipamentos públicos (aeroportos internacionais, estádios etc.), revalorização de um patrimônio histórico etc. Todas essas intervenções geram novas atividades, empregos e contribuem para a reorganização do território. O grande centro urbano tem, assim, poder de difundir o desenvolvimento regional que merece ser estudado (Corrêa, 1994, p. 45).

- A intensidade da circulação e a distribuição dos produtos e dos serviços determinam em parte o nível de integração regional. As cidades tornam-se núcleos de distribuição de bens e produtos que devem ser analisados por meio de estudos sobre os agentes envolvidos, a organização logística, as redes de comercialização etc.

Nesse sentido, a abordagem cidade/região parece ser complementar à teoria dos lugares centrais. Mas apesar da inclusão de parâmetros mais dinâmicos que fazem dessa teoria a mais adaptada à observação das mutações espaciais regionais, ela apresenta lacunas que não lhe permitem definir as dimensões de um verdadeiro modelo de rede urbana.

4.2 Dinâmicas Recentes dos Sistemas de Cidades

Até a Revolução Industrial, o emprego nas atividades específicas¹⁴ destacava basicamente o comércio atacadista, as funções de abastecimento (em particular o abastecimento alimentar) e a administração da região. Essa estrutura econômica corresponde bastante bem ao modelo de organização territorial desenvolvido por Christaller para o sul da Alemanha, cujo tecido industrial era, na época, irrelevante. A industrialização permitiu alargar o horizonte econômico das cidades graças às economias de escala, que permitiram abastecer mercados cada vez mais distantes. Ao mesmo tempo, cresceu o emprego nos diversos ramos do setor terciário, em particular nos serviços às empresas.

A rede urbana foi profundamente alterada por essa mutação radical (crescimento de centros urbanos existentes, multiplicação do número das cidades etc.). A era geralmente qualificada de fordista é a era da grande empresa industrial, cujas estratégias socioeconômicas comandam a organização do território nos países europeus e na América do Norte. Essa fase de desenvolvimento impulsionou a emergência das metrópoles, que reforçam seu poder de decisão e sua participação nas economias nacionais. Mas a partir dos anos 70, mutações conjunturais e estruturais na economia mundial se traduzem em novas transformações no padrão da urbanização mundial.

4.2.1 As mutações do sistema produtivo

Desde mais de 20 anos, os países industrializados sofrem profunda crise econômica e social paralela a uma transformação radical da natureza, dos atores e dos lugares do crescimento econômico. As indústrias, que foram os motores do padrão fordista (indústrias automobilística e metalúrgica, em particular), conhecem graves dificuldades (esgotamento progressivo do mercado, como das fontes dos ganhos de produtividade), enquanto emergem indústrias de alta tecnologia em que se destacam as unidades pequenas e médias na criação de empregos. O setor terciário é também transformado pelas inovações. O processo de produção conhece, em todos os setores da economia, mutações geralmente relacionadas ao uso generalizado da informática e dos novos meios de comunicação. Isso levou a mudanças no padrão de acumulação, que passa a ser caracterizado pela procura de formas de produção mais flexíveis e interconectadas, bem como à utilização crescente de mercados de trabalho fragmentados.

Todas essas mudanças econômicas influenciaram a organização da hierarquia urbana. Os grandes pólos industriais tradicionais entraram em declínio, arrastando a região vizinha, apesar de algumas reconversões bem-sucedidas. Paralelamente, as novas formas de produção encontraram menos restrições na localização de suas atividades. Apesar disso, assistimos a uma reconcentração espacial ligada aos imperativos da organização industrial e à qualidade dos mercados de trabalho. A aglomeração espacial permite reduzir os custos da troca, além de aumentar as externalidades positivas, como demonstram os pólos de alta tecnologia em torno de Los Angeles (Manzagol, 1992, p. 489). Pode-se também observar o desenvolvimento rápido de centros urbanos intermediários, cujo crescimento está relacionado aos circuitos do capitalismo mundial, como, por exemplo, as cidades da chamada "Terceira Itália" e os meios inovadores em geral que difundem uma dinâmica própria.

Nesse caso, o responsável pela difusão do crescimento não é mais a firma, mais o tecido produtivo e gerencial. Enfim, a volta do conceito de terceirização da produção gerou o crescimento de cidades localizadas num raio de 50 a 150 quilômetros dos grandes centros metropolitanos, ou das grandes firmas, como a Toyota, no Japão (Manzagol, 1992, p. 491).

4.2.2 A emergência de nova hierarquia urbana

Muitas críticas feitas às abordagens tradicionais nos estudos urbanos e regionais decorrem da defasagem par-

¹⁴ Esse termo é usado para diferenciar o emprego das atividades específicas daquele nas atividades mais comuns ou banais.

cial das teorias num contexto caracterizado por mutações significativas nos processos de produção ocorridos nos últimos 30 anos. A redução dos custos dos transportes, que se tornaram hoje pouco significativos em ramos industriais, produzindo bens de alto valor tecnológico incorporado, as facilidades crescentes na área das telecomunicações, a mobilidade cada vez maior das pessoas e a generalização de serviços, equipamentos e comércios antigamente reservados às grandes cidades ou a explosão que conheceram os serviços de alto nível prestados às empresas são alguns dos fatores que contribuíram para as mudanças ocorridas na organização das redes urbanas (Mérenne-Schoumaker, 1996, p. 47).

A hierarquia urbana inscreve-se cada vez mais num contexto econômico internacional que transforma a natureza das relações entre as cidades e seus *hinterlands*, entre as cidades de mesmo nível e entre os centros urbanos de diferente importância. A estrutura da rede urbana aparece menos piramidal devido à importância das relações de complementaridade e as sinergias que se desenvolvem entre aglomerações de mesmo nível. As vezes, elas se tornam mais significativas que as relações tradicionais entre os centros e suas periferias. Para Camagni (1992, p. 42), o número de níveis urbanos cai de sete a nove nas abordagens tradicionais para três nos estudos que consideram as mutações atuais nos padrões de urbanização. Esse autor distingue a rede das metrópoles internacionais, as redes das aglomerações nacionais especializadas e a rede das cidades regionais especializadas.

O fato mais relevante, porém, é a intensificação das relações entre centros urbanos de mesmo nível que, em alguns setores econômicos, monopolizam a quase totalidade dos fluxos. Se as relações verticais centro-periferia persistem em todos os níveis urbanos e no mundo em desenvolvimento em geral, as relações horizontais não param de crescer nas regiões já integradas na nova divisão internacional do trabalho. O progresso dos transportes e das comunicações ajudou cidades intermediárias a produzir novas estratégias de desenvolvimento fora do esquema clássico centro-periferia. Os fluxos de bens, informações e pessoas entre centros metropolitanos médios europeus, como Barcelona, Munique ou Toulouse, crescem regularmente desde os anos 80. Esta última cidade conhece um processo de desenvolvimento acelerado numa região pouca dinâmica. Pierre Veltz revela que os fluxos que mais rapidamente crescem hoje na Europa são os fluxos entre as capitais (Veltz, 1997b, p. 61). Essas relações horizontais variam geralmente em função dos níveis urbanos considerados. Camagni observa que, para as metrópoles de segundo e terceiro níveis, prevalecem relações de complementaridade e de mercado (cidades da Terceira Itália, por exemplo), enquanto na rede das metrópoles internacionais dominam os fluxos de infor-

mação, em particular os fluxos de informação financeira (Camagni, 1992, p. 42). Essa observação é parcialmente válida para alguns países emergentes do mundo em desenvolvimento. As classes médias da população e parte das firmas de São Paulo, Buenos Aires ou Bangcoc aparecem às vezes mais ligadas entre si, ou com os pólos de comando da economia mundial, do que com seus *hinterlands* imediatos.

Entre os diferentes níveis urbanos, permanecem as relações tradicionais de hierarquia dos mercados do centro para a periferia, enquanto pode-se também observar a multiplicação dos fluxos de bens e serviços de alto nível das redes inferiores em direção às redes urbanas superiores. Esse processo é uma das consequências dos novos padrões de localização das atividades terciárias, mesmo se a proximidade torna-se fator essencial na localização dos serviços. Castells observa que as mutações que ocorrem nas áreas de transportes e comunicações permitem uma relocação dos serviços em áreas mais ou menos distantes dos grandes centros urbanos (Castells, 1989, p. 166-171). Essa tendência é particularmente relevante no setor dos *back offices*, que produzem serviços transmitidos aos usuários por telecomunicações. Os primeiros procuram terrenos e salários mais baratos, além de uma mão-de-obra qualificada, e instalam-se na periferia dos grandes centros urbanos ou em pequenas cidades de zonas rurais (sudeste inglês, região parisiense etc.). Paralelamente, os serviços de alto nível prestados às empresas, que supõem redes de transportes eficientes e um ambiente favorável à inovação e ao conhecimento especializado, ficaram relativamente concentrados nas grandes metrópoles, em função de suas restrições quanto à localização. Por isso, os produtores desses serviços se localizam prioritariamente perto dos grandes nós de comunicação, dos centros universitários, dos pólos de alta tecnologia etc.

Enfim, os fluxos verticais entre centros urbanos de diferentes níveis são também alimentados pela intervenção do Estado por meio do emprego público, dos investimentos em infra-estruturas diversas, dos circuitos de previdência social etc. Essas ações procuram, muitas vezes, compensar a desconexão crescente entre os pólos metropolitanos e as regiões menos dinâmicas. As desigualdades entre as zonas geográficas têm crescido tanto nos espaços nacionais como nas grandes regiões do mundo, elas podem aumentar também nas metrópoles mais dinâmicas economicamente. Esses fluxos *invisíveis* de solidariedade interterritorial crescem muito rapidamente nos países europeus, onde são significativos os orçamentos dedicados à gestão do território. Esse processo, que garante certa homogeneidade territorial, suscita, apesar disso, resistências crescentes. Hoje, parte da população das regiões de Milão ou mesmo de Karachi não quer mais pagar para as zonas mais pobres da Itália e do Paquistão. Essa questão deveria

suscitar outros debates, uma vez que revela uma dissociação crescente entre o espaço das grandes firmas (geralmente os pólos de crescimento metropolitanos) e as regulações políticas que caracterizam cada vez mais o processo de mundialização. Muitos autores (Dollfus, Veltz e outros) usam a figura do arquipélago para definir uma situação que se traduz pela emergência de novos modelos de organização territorial.

4.2.3 Os novos modelos de organização das redes urbanas

Um novo quadro conceitual que se está desenvolvendo considera as mutações ocorridas no processo mundial de urbanização nos últimos anos. Podemos observar a emergência de três novos conceitos. O primeiro refere-se às redes ou sistemas de cidades e traduz muito bem as interações existentes entre as cidades e a importância crescente da noção de circulação entre os pólos de crescimento. Essa abordagem evidencia o progresso dos transportes e das telecomunicações numa época caracterizada pela importância das circulações dos bens, das pessoas e cada vez mais das informações. Enfim, o poder de difusão da inovação representa fator essencial na dinâmica dos sistemas de cidades.

Esses processos provocam, segundo Mérenne-Schoumaker (1996, p. 51), três mutações significativas:

- a hierarquização dos pólos de nível inferior, devido ao crescimento regular das relações horizontais entre eles. A consequência maior desse processo é a especialização crescente das cidades intermediárias;
- a permanência e/ou reforço das polarizações nacionais tradicionais. As grandes capitais são as cidades que mais se beneficiam do processo de mundialização da economia. Assim, 30 anos depois da tentativa de implementar pólos de equilíbrio territorial na França, podemos observar que o peso de Paris na economia francesa aumentou;
- a emergência de metrópoles internacionais e de algumas cidades mundiais. Uma metrópole internacional pode ser definida como uma cidade que participa plenamente das redes econômicas, científicas e culturais supranacionais, graças à existência de serviços de alta qualidade, de grandes laboratórios de pesquisa, de equipamentos culturais, da organização de congressos e feiras internacionais etc. Essa rede metropolitana inclui, além das grandes cidades européias, japonesas e norte-americanas, os pólos urbanos mais dinâmicos dos países em desenvolvimento: São Paulo, Cidade do México, Seul etc. De outro lado, se nos referimos ao trabalho de Sassen, a rede das cidades mundiais limita-se a Nova York, Londres e Tóquio (Sassen, 1991). Nessas três cidades, que têm o mundo por *hinterland*, registram-se,

todos os dias, dois terços das transações financeiras mundiais.

Pode-se também ressaltar as mudanças na morfologia das redes de cidades. Se na maior parte do mundo em desenvolvimento a organização tradicional em teia de aranha é uma realidade, nos países industrializados o modelo chamado de *hub and spokes* (núcleo e raios) desenha redes em forma de estrelas. Esse modelo é a representação espacial dos maiores fluxos de bens, pessoas e de informações entre as grandes cidades que atravessam espaços intersticiais incapazes de captar, mesmo que parcialmente, esses fluxos que impulsionam o crescimento econômico. Falamos de um *efeito túnel* que gera zonas de exclusão no espaço entre os pólos urbanos mais dinâmicos.

4.2.4 As cidades mundiais

O segundo conceito de organização dos sistemas de cidades corresponde ao modelo de metropolização que traduz a emergência de grandes centros urbanos, às vezes qualificados de pólos industriais, que exercem uma polarização cada vez maior sobre territórios cada vez mais amplos. Os geógrafos norte-americanos colocaram cedo em evidência o processo de concentração-internacionalização do capital e a intensificação de sua rentabilidade em consequência da nova distribuição das populações e das atividades nas grandes metrópoles. Esses centros metropolitanos internacionais têm o verdadeiro poder de comando dentro da economia-mundo contemporânea. Com efeito, eles privilegiam as funções gerenciais, os serviços superiores (atividades financeiras, imobiliárias, serviços informáticos, de consultoria, seguros, marketing etc.), as relações transnacionais, além da inovação científica e tecnológica. Assim, os empregos gerados por essas atividades são tanto altamente qualificados, como também mais tradicionais e menos qualificados (funções comercial e logística etc.). Esses últimos são empregos que oferecem pouca segurança aos trabalhadores, em maioria jovens e mulheres cujos salários são normalmente inferiores à remuneração metropolitana mediana.

Apesar de uma fragmentação social e territorial crescente, as metrópoles internacionais apresentam-se como os nós de múltiplas redes de comunicações materiais e imateriais, que contribuem de maneira decisiva para a reorganização do espaço em regiões de influência cada vez mais amplas. A polarização exercida pelas metrópoles internacionais é ainda reforçada pela atração sobre as populações jovens que migram das cidades menores em direção a essas aglomerações, que ainda oferecem uma perspectiva de remuneração melhor, possibilidades de ascensão social, melhores possibilidades de acesso à infra-estrutura e serviços urbanos, assim como equipamentos culturais e de lazer

mais sofisticados e diferenciados. A megalópole concentra-se entre a região de Londres e o norte da Itália, passando pelas cidades do Ruhr, a maior parte da população, das firmas multinacionais, das atividades tecnológicas e dos pólos de excelência universitários (Brunet, 1989). Essa megalópole, relativamente próspera, opõe-se ao chamado arco atlântico, que vai do Algarve até a Escócia, e apresenta uma indigência metropolitana e, por consequência, uma economia muito menos dinâmica.

Esse modelo metropolitano de estruturação territorial tende, assim, a recolocar em questão o projeto de novas organizações urbanas estruturadas em torno do conceito de uma difusão amplamente descentralizada da ino-

vação tecnológica a partir de pólos de excelência instalados em cidades intermediárias. A integração destas últimas à rede das aglomerações internacionais supõe infraestruturas pesadas (aeroportos internacionais, teleportos etc.), um parque imobiliário comercial de alto nível, redes de serviços de grande qualidade e equipamentos culturais suscetíveis de atrair os executivos das firmas multinacionais. Nesse sentido, uma transformação profunda da hierarquia urbana parece ainda prematura, mesmo se as megacidades internacionais, mais sujeitas às oscilações da conjuntura econômica, conhecem dificuldades (multiplicações das externalidades negativas) que favorecem certo processo de descentralização das atividades nas regiões limítrofes, como nas *edge cities*.



APÍTULO II

Principais Características da Urbanização Brasileira

Assinalamos que o Brasil, surgindo embora pela via evolutiva da atualização histórica, nasceu já como uma civilização urbana.
Darcy Ribeiro, *O Povo Brasileiro. A Formação e o Sentido do Brasil*



1 Introdução

O principal objetivo deste capítulo é analisar as transformações ocorridas na rede de cidades do país a partir da década de 80, procurando compreender os principais fatores que geraram essas transformações. Pretende-se, dessa maneira, caracterizar a atual configuração urbana e identificar as tendências que se apresentam, com vistas a orientar a ação do governo federal, no âmbito do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, na concepção da política nacional de desenvolvimento urbano.

Os objetivos específicos do projeto são os seguintes:

- atualizar o referencial metodológico dos estudos de rede urbana, de forma a propor novas metodologias sobre o tema;
- obter a caracterização da atual configuração da rede urbana que explicita as correlações entre os diferentes espaços, com base no reexame da estrutura funcional das cidades do país, identificando os principais fatores responsáveis pela evolução da rede urbana nos últimos 15 anos;
- estabelecer um quadro de referência da rede urbana brasileira e identificar as aglomerações urbanas e as tipologias dos municípios, tendo em vista a redefinição de categorias urbanas;
- identificar de que forma a rede urbana evoluiu, as áreas que apresentaram maior ou menor dinamismo, os prin-

cipais vetores de crescimento e as razões pelas quais ocorreram as transformações detectadas, de modo a caracterizar os aspectos positivos e negativos desse processo recente de urbanização;

- compreender as relações entre os processos sociais e a estrutura espacial de produção do país, identificando as causas dos estrangulamentos e as possibilidades e limites de cada espaço territorial considerado, avaliando as perspectivas de políticas supramunicipais que objetivem o desenvolvimento regional desses espaços;
- avaliar as transformações da hierarquia urbana e das economias regionais e os impactos das políticas econômicas na configuração da rede urbana brasileira.

O presente capítulo apresenta a configuração atual da rede urbana brasileira, por meio de um conjunto de mapas, procurando destacar os processos que a conformaram e que contribuem decisivamente para sua evolução futura.



2 O Processo de Urbanização no Brasil

As cidades brasileiras desempenharam importantes funções no processo de ocupação do território, servindo como sítios de suporte ao povoamento, centros de controle político e de armazenamento da produção agroextrativa, núcleos de conexão com os circuitos mercantis, pólos de crescimento industrial e nós da rede financeira e informacional¹⁵. Desde o século XVI até os dias atuais,

¹⁵ Sobre o papel das cidades na formação histórica do Brasil, vide, por exemplo, Abreu (1996).

podem-se distinguir diversas formações territoriais, que expressam as distintas relações entre cidade e campo e entre as cidades no processo de desenvolvimento brasileiro. Tais formações poderiam ser esquematicamente divididas em:

1) *Formação Territorial Escravista Atlântica*, que, grosso modo, se estendia no continente americano desde o sul dos Estados Unidos até os limites da então Capitania de São Paulo e compreendia também as áreas de captura e comercialização de escravos no continente africano. A lógica de funcionamento do comércio triangular atlântico já foi longamente descrita em vários textos clássicos, cabendo explicitar um pouco mais o papel desempenhado pelas relações cidade e campo em uma economia submetida ao monopólio mercantil e controle metropolitano, durante a fase colonial, ou de estruturas de poder oligárquicas e latifundiárias, durante o período de formação dos estados nacionais.

No caso do Brasil, essas duas fases são muito explícitas, correspondendo ao Período Colonial (de 1500-34 até 1808-22) e ao Império Nacional (de 1808-22 até 1870-89)¹⁶. Na primeira fase, cidade e campo eram verso e reverso do estabelecimento mercantil e, na verdade, não havia uma separação explícita de funções entre eles, desempenhando atividades complementares que operacionalizavam o funcionamento da exploração agrária ou mineradora colonial.

Na fase de formação e consolidação dos estados nacionais, que no caso brasileiro corresponde ao Império Escravista Mercantil, as cidades começam a adquirir funções urbanas, entre as quais destaca-se a capacidade de acumulação do capital mercantil, o que lhes confere capacidade financeira, até certo ponto, endógena para alimentar o processo de expansão da produção no campo. O exemplo das casas comissárias no Rio de Janeiro, já descrito e analisado em trabalho anterior¹⁷, ilustra bem esse aspecto. Entretanto, a base escravista do processo produtivo limitava "por dentro" as possibilidades de expansão e acumulação ampliada da economia nacional, restringindo sua organização espacial às bacias urbanas comandadas pelos principais portos litorâneos, conformando o célebre arquipélago mercantil, já descrito e analisado por vários autores, como, por exemplo, Becker e Egler (1993).

2) *Formação Territorial Agromercantil Nacional*, que compreende os períodos 1870-89 e 1930-45, quando as condições de controle do processo de acumulação consolidaram-se no território nacional, constituindo-se o campo na principal fonte de riquezas, e a cidade, seu *locus* de comercialização, seja para o mercado mundial, seja para o mercado doméstico que começa a se expandir. O trabalho assalariado era dominante nas áreas produtoras do comple-

xo cafeeiro paulista, enquanto no Nordeste prevaleciam as relações de parceria e, no Sul, o trabalho familiar nas pequenas propriedades. Os interesses urbanos estavam, predominantemente, representados pelos comerciantes e funcionários do Estado.

3) *Formação Territorial Urbano-industrial Nacional*, que nos interessa mais particularmente neste capítulo, consolida-se a partir da década de 30 e caracteriza-se pelo processo de industrialização que passa a determinar a lógica da acumulação endógena. Esse processo apresenta três fases distintas:

- fase da industrialização restringida: de 1930-45 a 1956-60, quando a lógica da acumulação ainda dependia visceralmente da capacidade de exportar bens agrícolas, em função de sua dependência da importação de bens de produção do mercado mundial;
- fase da industrialização pesada: de 1956-60 a 1975-79. O Plano de Metas e a industrialização pesada comandada pelo Estado, que se estende até o II Plano Nacional de Desenvolvimento, foram responsáveis por expressiva aceleração no ritmo de crescimento do mercado doméstico, que se expressa em novas relações cidade-campo, iniciando o processo de constituição da rede urbana integrada em âmbito nacional. Essa rede era a expressão do dinamismo do mercado doméstico, que deu sustentação ao processo de industrialização;
- fase de internacionalização financeira: de 1975-79 a 1991-95, caracterizada pela crise e esgotamento fiscal e financeiro do Estado nacional, cuja capacidade de comandar o processo de industrialização foi seriamente comprometida pelo endividamento interno e externo. A lógica do investimento passa a ser diretamente comandada por empresas transnacionais e pela presença do capital privado a elas associado. O período caracteriza-se pela redução do ritmo de crescimento das grandes metrópoles (São Paulo e Rio de Janeiro) e pela emergência de novos centros dinâmicos fora do eixo consolidado (Fortaleza, Manaus, Brasília-Goiânia, dentre outros).

A nosso juízo, a partir de 1991-95, a orientação do processo de industrialização passa a responder à dinâmica de uma estrutura de mercado que não está mais restrita às dimensões do território nacional, mas se orienta para a consolidação de cadeias produtivas transfronteiriças, principalmente no cone sul da América, destinadas a ocupar o mercado sul-americano e a competir em escala mundial. Nesse sentido, embora prematuramente, seria possível definir a emergência de uma nova formação territorial, cuja delimitação sugere dimensões transfronteiriças e cujo ritmo de acumulação está determinado pela capacidade de

¹⁶ A periodização inclui o lapso de tempo que corresponde aos momentos históricos de transição, isto é, de ruptura com o anterior e consolidação do novo padrão.

¹⁷ Vide Egler (1979).

conquistar fundos privados, seja no mercado doméstico ou mundial, viabilizada, em grande parte, pelas políticas cambiais e monetárias do Estado-nação, que passa a cooperar e/ou competir com outros Estados-nações pela captura desses fundos privados. A título provisório, podemos denominá-la *formação territorial urbano-financeira supranacional*.

Nos cartogramas a seguir, pode-se acompanhar o processo de urbanização brasileiro em suas diversas fases. O Cartograma 1 mostra que, no Período Colonial e durante o Império Escravista, as cidades distribuíam-se pela franja costeira com adensamentos nas áreas selecionadas, como o Saliente Nordestino e os Recôncavos das Baías de Todos os Santos e da Guanabara e em estuários e baixadas costeiras, como é o exemplo da Santista. A mineração de metais e pedras preciosas foi responsável pela interiorização do fato urbano nas Minas Gerais e Goiás, e a extração das drogas do sertão pelo esporádico assentamento urbano na Bacia Amazônica e no Golfão Maranhense.

O Vale do Paraíba Fluminense foi responsável pela principal atividade econômica do Império – a *plantation* escravista de café –, e a geopolítica imperial, pelos avanços na fronteira meridional e na bacia do Prata, levando o assentamento urbano ao interior da antiga província de Mato Grosso, ao longo da bacia do rio Paraguai.

O avanço do complexo cafeeiro paulista, como o principal motor do processo de interiorização do crescimento urbano, que avança pelo Planalto Paulista ao longo do traçado das ferrovias que abriam terras e escoavam o café para o porto de Santos (Cartograma 1). A conformação do leque de cidades a partir da cidade de São Paulo guarda significativas semelhanças com o desenho da bacia urbana que se conformou no Pampa Úmido, a partir de Buenos Aires, e demonstra o dinamismo dessas formações territoriais durante o período agrário mercantil com trabalho assalariado alimentado pela imigração.

No Cartograma 2 é possível vislumbrar os impactos da industrialização nacional sobre a configuração da rede urbana brasileira. O grande adensamento urbano que aconteceu entre as décadas de 30 e 60 pode ser descrito como um movimento de avanço das frentes pioneiras e de Marcha para o Oeste, formando um grande arco entre o norte do Paraná e a porção central de Goiás. Os núcleos urbanos implantados no período 1960-80 estão fortemente marcados pelo viés político e refletem, em grande parte, os desmembramentos visando a aumentar as cotas no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Esse fato é particularmente significativo no sertão nordestino, embora já sejam visíveis os novos assentamentos ao longo dos grandes eixos que avançam na Amazônia, porém com um padrão completamente diferente com-

parado ao do final do século passado em São Paulo, já que a densidade demográfica é muito menor, devido à alta tecnificação da agropecuária.

Finalmente, no período 1980-93, consolidam-se novas áreas de semeadura urbana nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Tocantins, em um arco de grandes dimensões e muito espaçado entre os principais adensamentos urbanos, denotando um padrão completamente distinto das frentes pioneiras dos anos 30, quando o processo de criação de cidades ocorria de modo muito mais adensado, devido à importância que assumia o povoamento rural.

Cumprir ressaltar, ainda, a importância do arco urbano que acompanha a fronteira meridional, desde o Rio Grande do Sul até o Mato Grosso do Sul. Esse expressivo adensamento urbano ao longo da fronteira reflete antigas preocupações geopolíticas e novas tendências geoeconômicas, em virtude da integração econômica no cone sul da América.

3 A Urbanização Acelerada e a Consolidação da Constelação Metropolitana

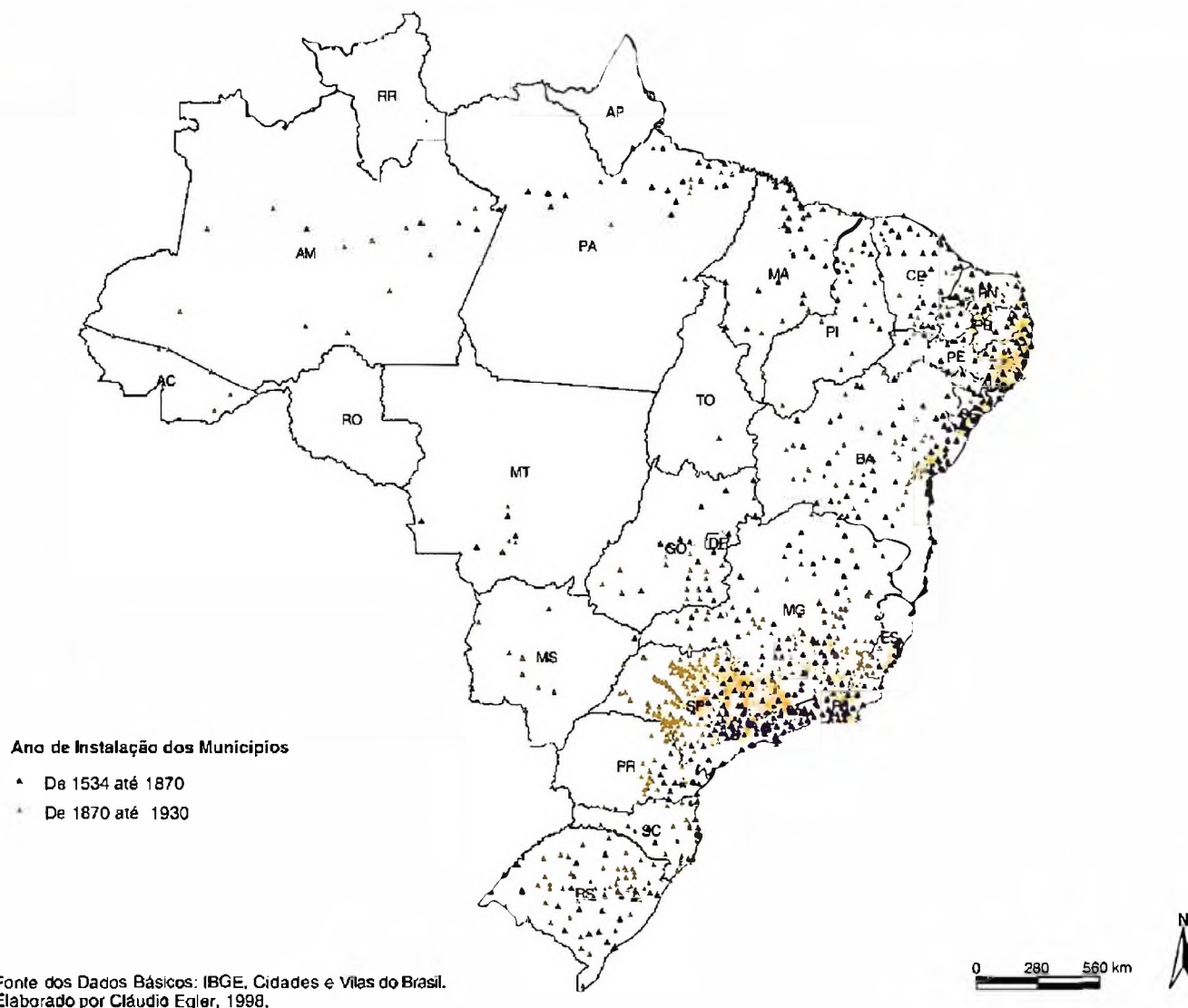
Em poucas décadas, o Brasil transformou-se em um país urbano, comprimindo no tempo um processo que alhures se fez muito mais lentamente. No início da década de 90, as áreas urbanas ultrapassaram o limite dos 100 milhões de indivíduos. Ao contrário de seus vizinhos sul-americanos, cuja distribuição urbana é mais estabilizada, a urbanização no Brasil apresenta um ritmo extremamente dinâmico, devido, em grande parte, a dois processos articulados. Primeiro, à concentração populacional nas metrópoles – estas, em 1996, respondiam por 42% da população urbana brasileira; segundo, à expansão e ao adensamento da estrutura urbana, tanto em áreas de povoamento consolidado como na fronteira de recursos.

A indústria teve papel fundamental no crescimento das metrópoles e das aglomerações urbanas imediatamente abaixo desse nível. Somente as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro – com 16 milhões e 10 milhões de habitantes, respectivamente – respondiam juntas, em 1980, por 75,4% do pessoal ocupado e quase 65% do valor da transformação industrial em todo o país.

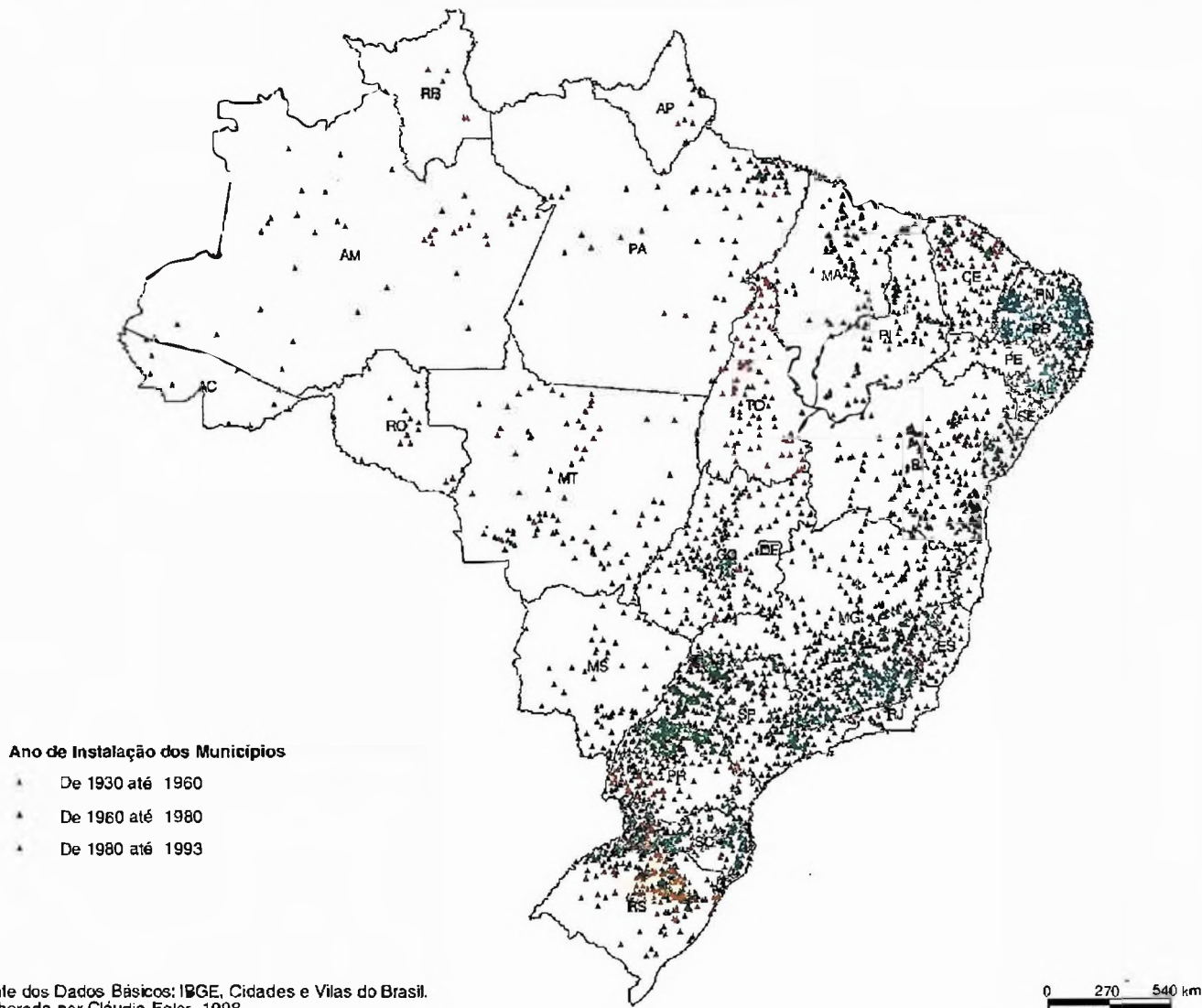
Essas metrópoles são secundadas, tanto em termos de crescimento demográfico como de situação de renda, por dois tipos de cidades:

- as que correspondem à desconcentração industrial de São Paulo e tiveram crescimento demográfico superior

CARTOGRAMA 1
BRASIL -- EXPANSÃO URBANA (1534-1930)



CARTOGRAMA 2
BRASIL – EXPANSÃO URBANA (1930-1993)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE, Cidades e Vilas do Brasil.
 Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

ao da própria região metropolitana paulista, como é o caso de Campinas e São José dos Campos;

- as regiões metropolitanas com indústrias ou pólos industriais avançados, como Belo Horizonte (metalurgia e material de transporte), Salvador (petroquímica), Curitiba e Porto Alegre (indústrias diversificadas).

A dispersão urbana, tanto em termos populacionais como de renda, acontece a partir de modalidades, movidas por fatores que não se ligam diretamente à indústria, geralmente correspondendo a posições de contato entre áreas de economias diversas.

A primeira modalidade é a extensão contínua de centros urbanos a partir da cidade mundial; trata-se de cidades ricas que balizam regiões de agricultura diversificada e regiões basicamente pecuaristas por onde avança a agricultura moderna da soja e da cana-de-açúcar.

A segunda é a formação de ampla frente urbana de interiorização correspondente às grandes capitais estaduais do centro-norte, que balizam a urbanização no interior como pontos de contato e intermediação entre as bordas da cidade mundial e áreas de avanço da fronteira. Papel central na presença de grandes populações e de rendas relativamente elevadas deve-se ao Estado. O expoente máximo dessa situação é Brasília, a capital da geopolítica, que registrou a maior proporção no país da PEA urbana nas mais altas classes de renda.

A terceira modalidade da dispersão é característica da fronteira. Inclui centros regionais e locais que constituem a base logística das frentes de expansão agropecuárias e minerais; inclui também o crescimento explosivo de pequenos núcleos dispersos vinculados à abertura da floresta ou a garimpos, que se constituem em locais de reprodução da força de trabalho móvel, razão pela qual muitos são também efêmeros, deslocando-se com o movimento das frentes de povoamento (Becker, 1974).

Considerando os resultados do Censo de 1991, do ponto de vista da dinâmica demográfica, alguns aspectos devem ser ressaltados.

Primeiro, a relativa estabilização do crescimento das megacidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, que apresentam taxas de incremento inferiores à média nacional e mesmo aquelas da população dos estados de que fazem parte, demonstrando indícios de desconcentração territorial do efetivo humano. Essa situação é compartilhada por Recife, embora a população do estado de Pernambuco cresça mais lentamente, indicando que ainda perdura o processo de concentração metropolitana nessa porção do território nacional.

Segundo, e reverso do primeiro, o rápido crescimento de Fortaleza e Salvador, no Nordeste, revela que o processo de metropolização acompanha a industrialização periférica e que o grande movimento nacional de convergência para as metrópoles do Sudeste, a partir da década de 50,

reproduz-se em escala regional nos anos 80. Fortaleza assume situação quase paradigmática deste caso, pois em 1991 a região metropolitana já concentrava 36% da população do estado do Ceará, com uma taxa de crescimento equivalente a aproximadamente o dobro da média nacional.

Terceiro, a formação de um cinturão metropolitano em torno do núcleo industrial original, por meio do crescimento acelerado de Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília (DF). Todos esses grandes aglomerados urbanos apresentam taxas de crescimento superiores às de São Paulo e Rio de Janeiro, destacando-se entre eles, por já terem ultrapassado a barreira de 3 milhões de habitantes, Belo Horizonte, na porção setentrional, e Porto Alegre, no extremo meridional do cinturão agroindustrial, que se está consolidando em torno do núcleo original da industrialização brasileira.

A constelação formada pelas nove regiões metropolitanas e o Distrito Federal era responsável, em 1985, por cerca da metade do valor bruto da produção industrial e da receita de vendas de mercadorias e praticamente por dois terços das receitas do setor de serviços do Brasil. A metrópole paulistana, por exemplo, era sozinha responsável por um quarto do valor bruto da produção industrial, um quinto das receitas do comércio de mercadorias e um quarto das receitas do setor de serviços. Nesse sentido, a crise é antes de tudo uma crise metropolitana, cujos efeitos se propagam de modo desigual pelas grandes cidades brasileiras, dadas as peculiaridades regionais de seu desenvolvimento (Egler, 1996, p. 194-198).

Os dados relativos ao sistema urbano das regiões brasileiras revelam alguns aspectos importantes. O Sudeste, que corresponde ao núcleo original da industrialização, revela a formidável concentração da indústria (52,4%), do comércio (58,9%) e dos serviços (75,4%) nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, sendo particularmente acentuado o fato de que três quartos das receitas de serviços estejam concentrados nas metrópoles, o que é um indicador indireto da elevada centralidade urbana da região.

O Sul, dadas as características históricas e geográficas de seu desenvolvimento, apresenta estrutura mais dispersa, com maior concentração metropolitana na oferta de serviços. Por outro lado, são flagrantes os efeitos territoriais da nova indústria nordestina, cuja produção está fortemente concentrada nas áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza (58,9%), concentração superior à receita dos serviços (50,1%). Esse é um efeito peculiar das políticas regionais centradas na indústria como motor dinâmico do desenvolvimento, cujo melhor exemplo está na Região Metropolitana de Salvador, que concentrava cerca de 80% do total do valor da transformação industrial do estado da Bahia e aproximadamente 35% do valor total da região Nordeste.

O Norte e o Centro-Oeste revelam estruturas semelhantes no que diz respeito ao peso metropolitano da indústria e do comércio, em grande parte devido ao papel de suas cidades médias, como Goiânia e Manaus, que dividem o papel urbano com os aglomerados metropolitanos de Brasília e Belém, respectivamente. No entanto, deve ser ressaltada a ponderável presença de Belém no comércio regional, papel tradicional dessa cidade na foz do Amazonas, como também o papel de destaque de Brasília na receita dos serviços da região Centro-Oeste, reforçando, em grande parte devido ao papel de Capital federal, sua centralidade na rede urbana regional.

Uma das principais questões nesse contexto é o abastecimento dessas aglomerações metropolitanas, que exige redes de circulação eficientes para garantir a oferta de bens agrícolas a esse grande contingente populacional, garantindo, por meio da oferta de alimentos, o aumento dos salários reais. Esse é um dos nós centrais de uma política territorial com profundas implicações sociais, uma vez que houve, nos anos 80, a convivência de grandes safras com elevações constantes nos preços da cesta básica.

Os cartogramas, a seguir, mostram a importância do processo de urbanização recente e o papel das grandes metrópoles na consolidação da rede urbana nacional.

Os Cartogramas 3 e 4, relativos à densidade demográfica e da população rural nos anos de 1980 e 1996, mostram que o avanço da urbanização no período recente não é acompanhado por mudanças significativas na população rural, cuja tendência segue declinante em todo o território nacional. Chama particularmente a atenção o processo que está ocorrendo na Amazônia, onde há o esvaziamento do campo, povoado a pouco mais de uma década – como é o caso de Rondônia –, ao lado da abertura de novas áreas rurais no sul do Pará, ao longo da Transamazônica, em uma área que está se caracterizando pela violência dos conflitos rurais.

Os Cartogramas 5, 6 e 7 mostram o crescimento urbano no período recente, com destaque, como já apontado, para a perda de velocidade do incremento das grandes metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro e a crescente importância de novas áreas metropolitanas, como a de Fortaleza e Salvador, e centros regionais, como Manaus, Campo Grande ou Natal. Especial atenção deve ser dada ao novo desenho que está assumindo a urbanização na região Centro-Oeste, com a formação de um importante complexo territorial entre Brasília, Anápolis e Goiânia. A denominação de região do entorno de Brasília é insuficiente para dar conta do que se está passando nessa área, onde a divisão territorial de funções e as relações recíprocas definem um novo padrão de urbanização ainda não descrito com devida precisão na literatura geográfica atual.

4 A Estrutura Produtiva e as Redes Nacionais

A organização espacial das redes de circulação de mercadorias, distribuição de energia elétrica e de telecomunicações constitui um indicador, mesmo que superficial, dos efeitos do processo de modernização sobre o território, na medida em que foram transformadas estruturas espaciais pretéritas e construídas novas formas adequadas ao processo de produção e gestão da empresa capitalista em sua fase avançada. Nesse sentido, as redes manifestam a territorialidade dos complexos industriais.

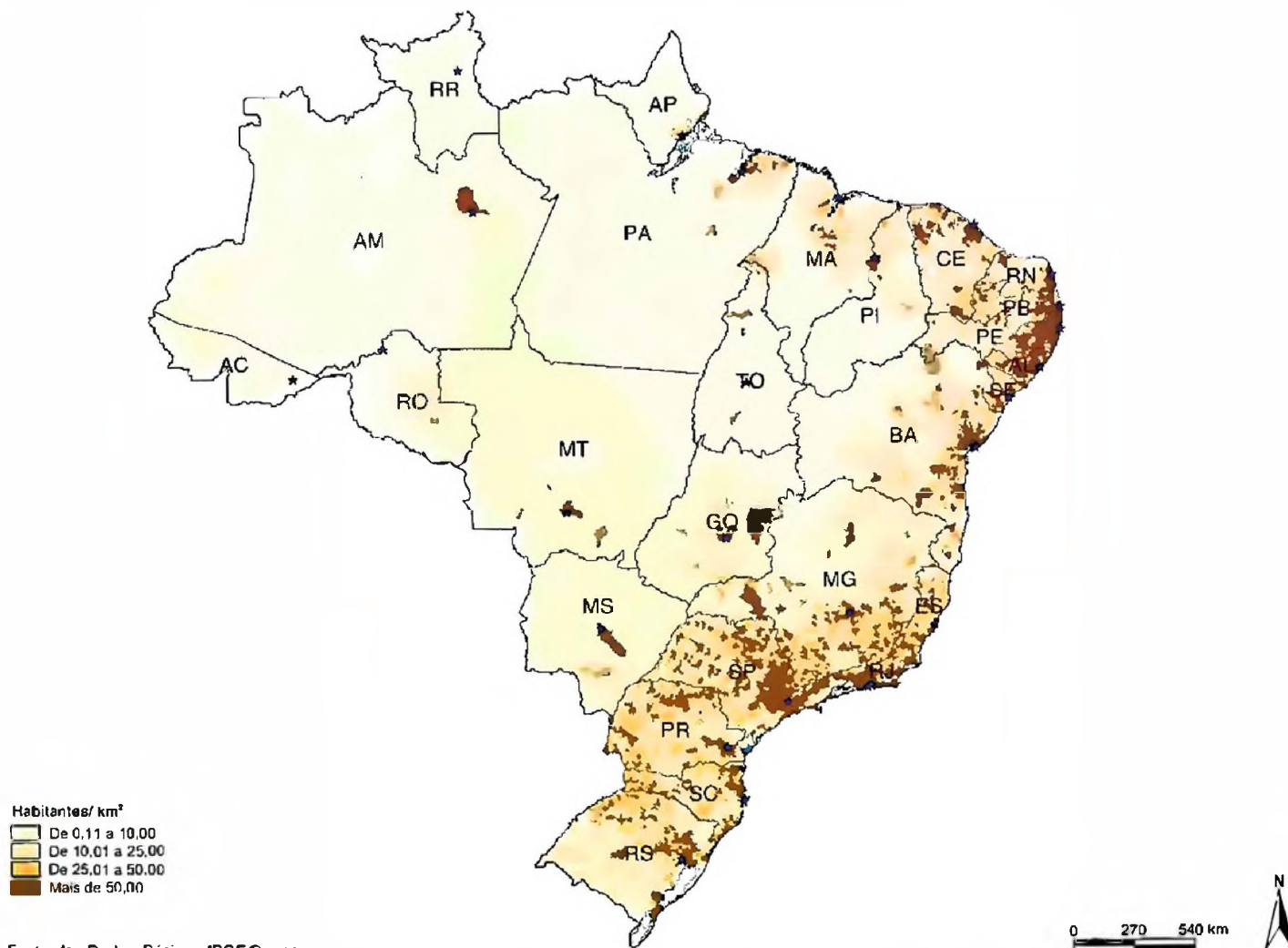
A rede de circulação de mercadorias, expressa na malha rodoviária nacional, delimita, *grosso modo*, a área de mercado integrada. Não se trata propriamente de uma estrutura montada a partir do setor manufatureiro, pois reflete as heranças do passado agrário-mercantil, quando assumia a forma de *bacias de drenagem* destinadas a integrar as áreas produtivas aos portos litorâneos, tal como a rede ferroviária. Sobre essas *bacias* superimpõe-se o traçado dos grandes eixos nacionais, que convergem para o centro manufatureiro no Centro-Sul do país, como, por exemplo, a BR-116, antiga Rio-Bahia, primeiro grande eixo de interligação entre o Nordeste e o núcleo industrial do Sudeste.

A rede de energia superimpõe-se à área industrial central, mostrando a capacidade da atividade manufatureira de construir sua base técnica territorial, que, no caso específico da rede de distribuição de energia elétrica, foi montada nos últimos 30 anos com maciço investimento estatal. É corrente considerar as fontes de energia como fator-chave de localização industrial. Entretanto, dado o caráter tardio da industrialização brasileira, que já nasceu buscando atingir economias de escala, e considerando a mobilidade da energia elétrica, a constituição do parque industrial ocorreu concomitantemente com a construção da rede de distribuição de energia, o que resultou na extraordinária concordância entre a localização de plantas industriais e os circuitos da rede de energia elétrica.

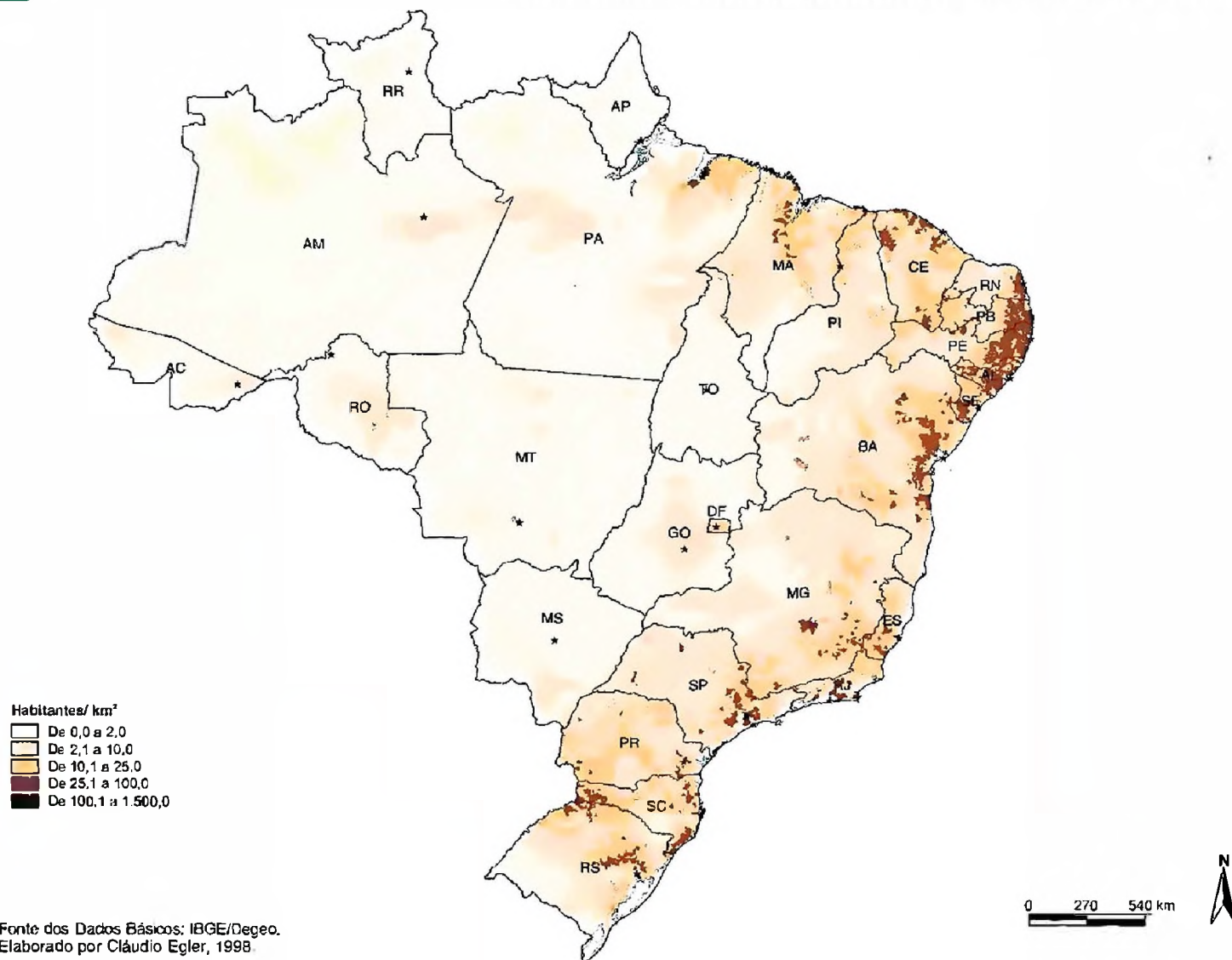
O resultado espacial desse processo pode ser percebido quando se compara o sistema de geração e distribuição de energia elétrica no Sudeste com seu congênere nordestino. Enquanto na área industrial central verifica-se o adensamento dos circuitos, formando uma rede complexa, o sistema nordestino apresenta-se com eixos isolados que atendem aos principais núcleos urbanos da região.

Finalmente, a rede nacional de telecomunicações, expressa no sistema de microondas, mostra que os maiores aglomerados urbanos estão interligados no que diz res-

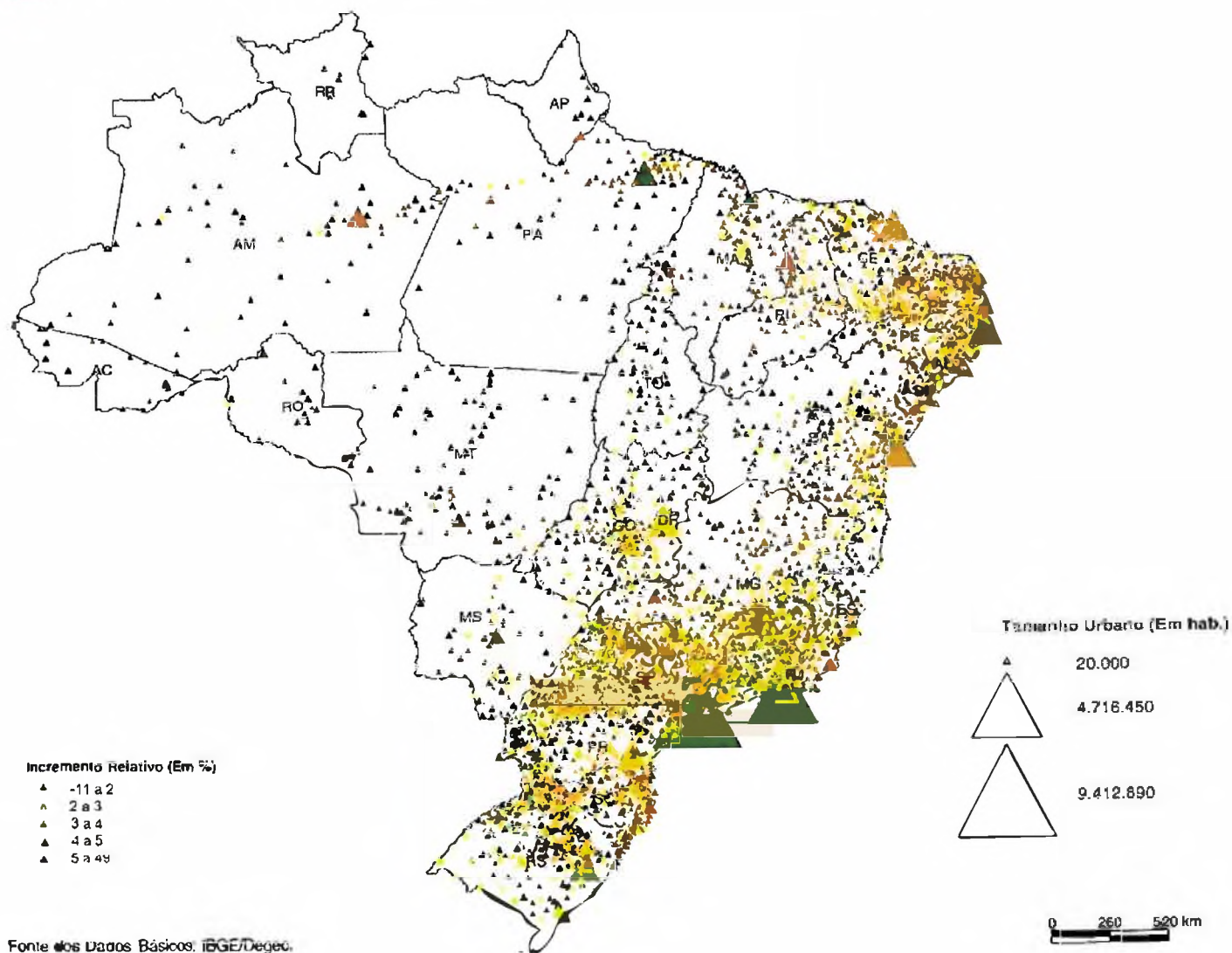
CARTOGRAMA 3
BRASIL – DENSIDADE DEMOGRÁFICA (1996)



CARTOGRAMA 4
BRASIL – DENSIDADE DA POPULAÇÃO RURAL (1996)

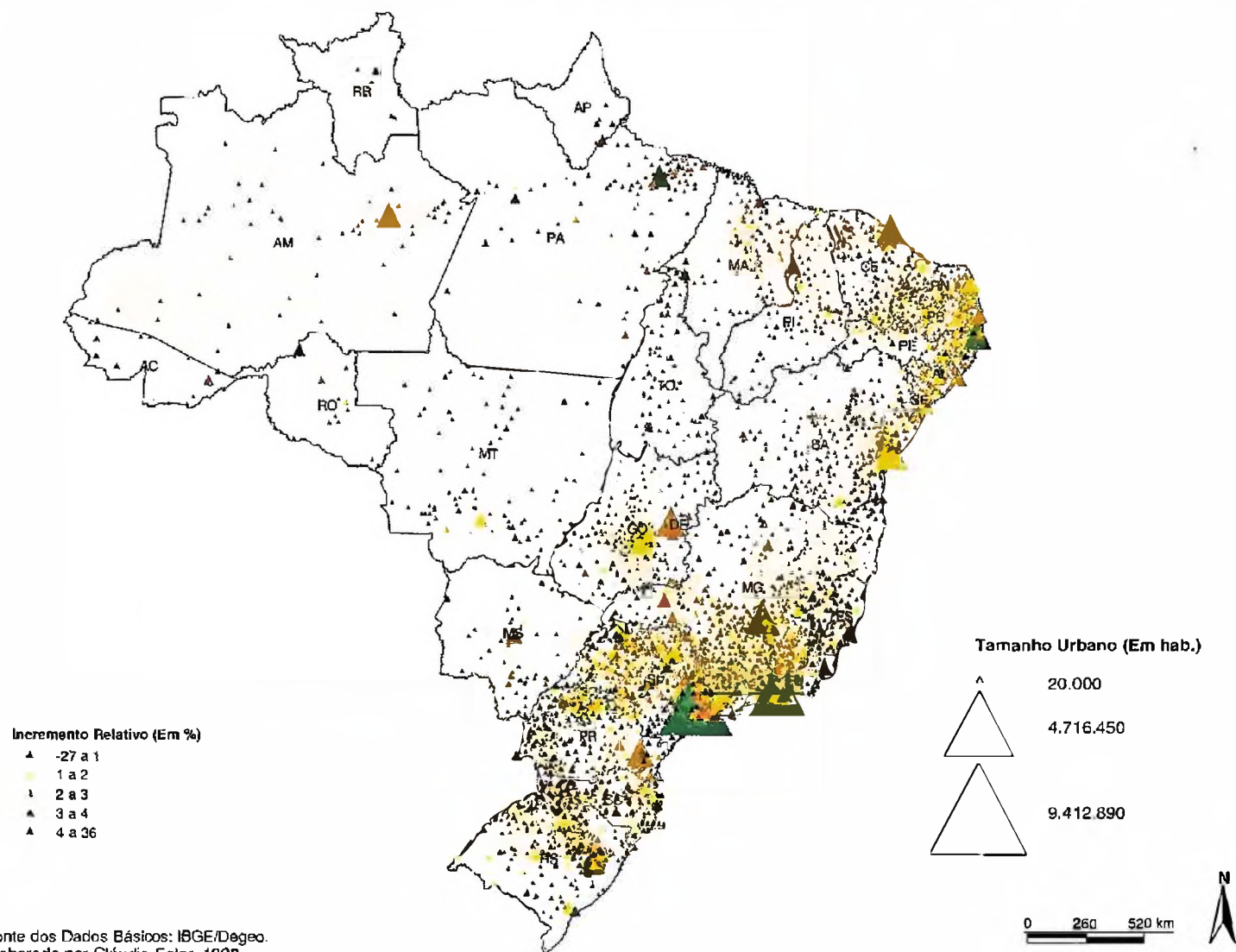


CARTOGRAMA 5
BRASIL – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (1980-91)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degec.
Elaborado por Claudio Egler, 1996.

CARTOGRAMA 6
BRASIL – CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA (1991-96)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaboração por Cláudio Egler, 1998.

peito à circulação rápida de informações a longa distância. A construção dessa rede, iniciada durante os anos 60 e intensificada durante a década de 70, mostra os efeitos da centralização dos processos decisórios na cidade mundial e atende, principalmente, às demandas do setor financeiro, que depende de ligações rápidas e confiáveis a longa distância para operar de modo competitivo.

A principal observação a ser feita quanto à rede de telecomunicações é que, desde o momento de sua concepção, ela já é necessariamente uma rede nacional. Em poucas palavras, é a materialidade espacial da forma mais avançada de operação capitalista – a empresa financeira multilocal. Nesse sentido, é possível compreender o rápido desenvolvimento do sistema nacional de comunicações a longa distância que, em duas décadas, interligou todo o território nacional sem que a grande maioria da população tenha acesso sequer a um aparelho telefônico.

5 A Distribuição da Renda, do Emprego e da Pobreza Urbana

Em uma economia de dimensões continentais e marcada por uma desigual distribuição territorial de renda, o comportamento do mercado de força de trabalho é um sensível indicador das condições de reprodução do trabalhador e de sua família. Os ajustes recessivos efetuados no início dos anos 80 elevaram a taxa de desemprego aberto nas maiores regiões metropolitanas do país, onde é realizada, pelo IBGE, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A questão do trabalho vem acentuando-se desde a década de 80, com o rápido crescimento das taxas de desemprego aberto, sobretudo na Região Metropolitana de São Paulo, o *core* industrial do país.

A urbanização foi sustentada, em grande parte, por esmagadora maioria de mão-de-obra barata e pobre. Ainda assim, o trabalho urbano significa ascensão, pois a proporção de trabalhadores na faixa inferior a um salário mínimo foi de cerca de 25% no Brasil urbano, bem inferior ao índice de 38% do país como um todo.

Apesar da multiplicidade de tempos e espaços, persiste, em nível regional, a polaridade riqueza/pobre-

za entre o Nordeste e São Paulo. No Nordeste, além da pobreza rural, a urbanização com industrialização induzida não resultou na elevação da renda dos trabalhadores, mesmo nas grandes concentrações metropolitanas. Existe um padrão nordestino de urbanização: as cidades apresentam prevalência de população de baixa renda; mais de 50% da PEA urbana recebe mensalmente até um salário mínimo.

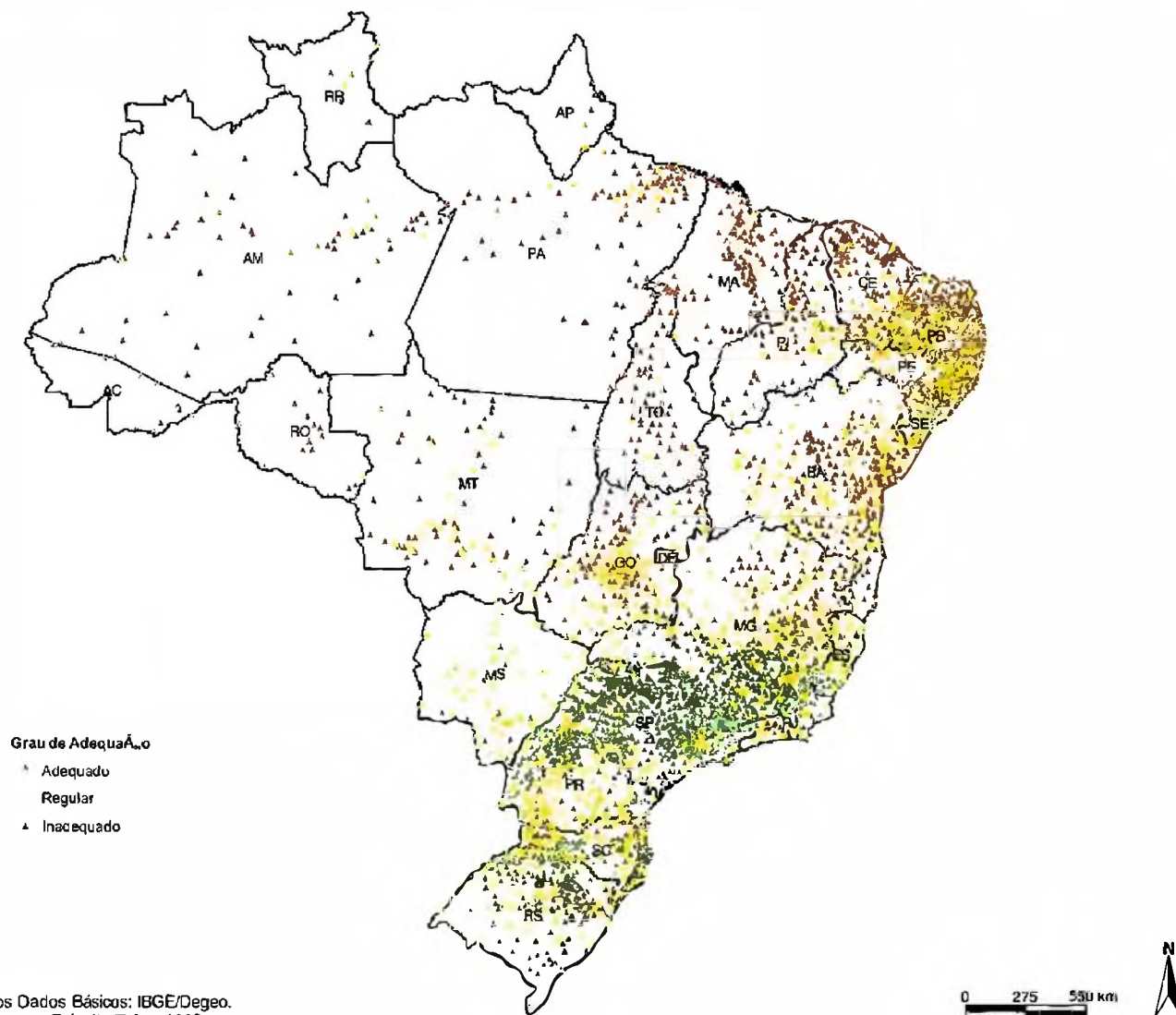
Em termos intra-regional e intra-urbano, a disparidade se reproduz. A Região Metropolitana de São Paulo é muito mais rica do que a do Rio de Janeiro, mas esta está contida dentro das grandes metrópoles. Na Região Metropolitana de São Paulo, a proporção de trabalhadores ganhando até um salário mínimo é de 9,2%; na do Rio de Janeiro, é superior a 14%; e na de Belo Horizonte, alcança quase 21%.

Crescimento econômico com pobreza crescente, movimentos espontâneos na economia informal e estruturas econômicas formais se complementam para sustentar o crescimento metropolitano. A pobreza, por um lado, constitui um entrave à maior expansão das grandes empresas, mas, por outro, permite a proliferação de fabricação menos capitalizadas e criadoras de emprego. O mercado unifica a economia urbana e, quanto maior a cidade, maior a possibilidade de multiplicação de atividades informais. Explica-se, assim, a expansão do emprego – ainda que rotativo e mal remunerado – na indústria metropolitana, ao contrário do que ocorre nas economias centrais. No caso brasileiro, a periferia cresce com a indústria e a migração de população de baixa renda. O lugar da riqueza torna-se literalmente o lugar da pobreza (Santos, 1989).

As metrópoles tornaram-se também o lugar da crise urbana, das carências sociais de vários tipos manifestas em movimentos de *posseiros*, de *invasões dos sem-teto* e loteamentos clandestinos. Elas têm os problemas de gestão complexa comum às grandes aglomerações urbanas que se repartem entre distintas administrações locais, bem como os problemas específicos das cidades de economias periféricas (Cartograma 7), resultando em elevado potencial de conflitos reivindicatórios de direito à cidadania.

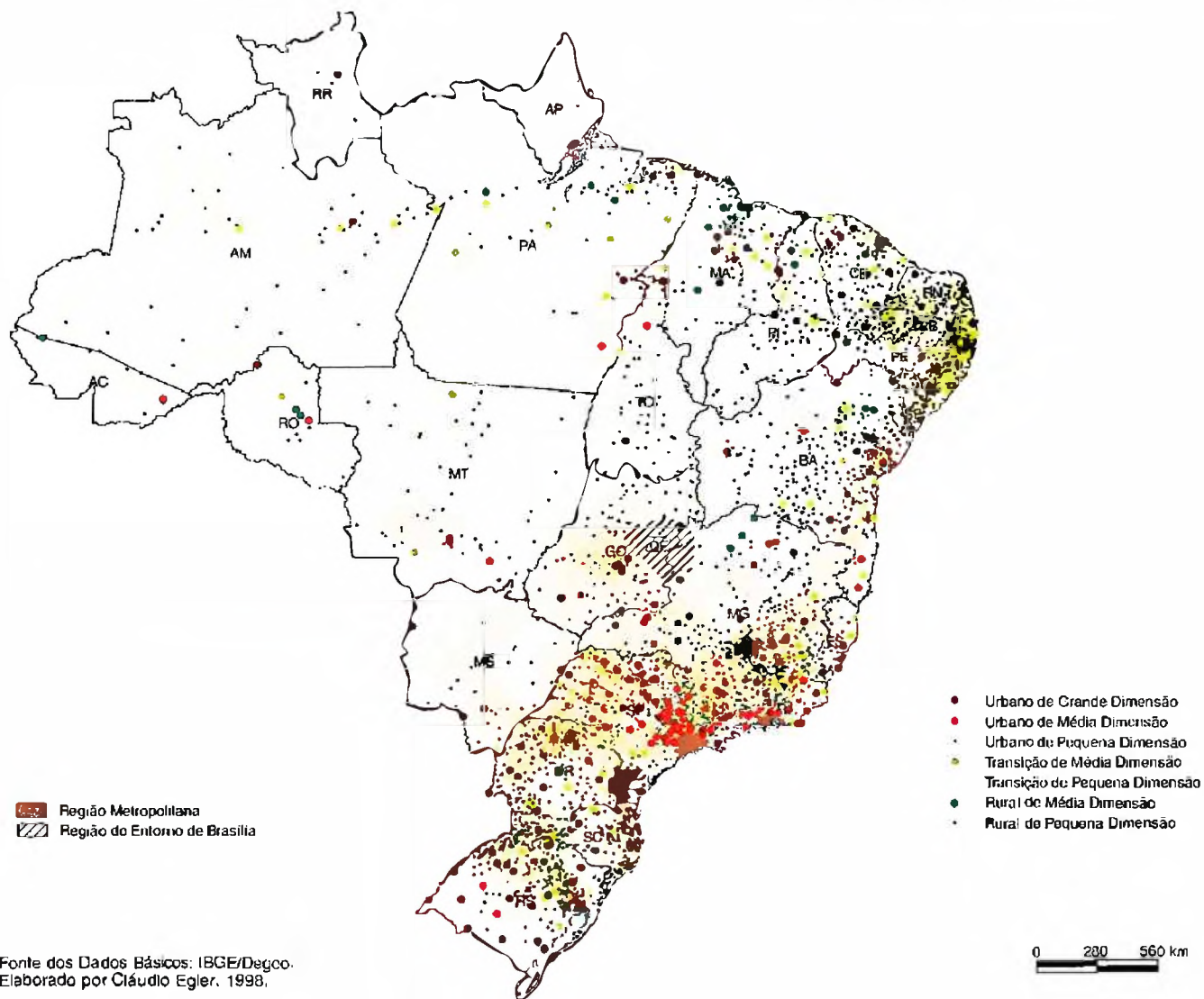
As grandes aglomerações urbanas tornaram-se o palco principal da luta pela redemocratização da sociedade e pela preservação da integridade do parque industrial nacional (Cartograma 8).

CARTOGRAMA 7
BRASIL – SERVIÇOS URBANOS: ABASTECIMENTO DE ÁGUA (1991)



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.

CARTOGRAMA 8
BRASIL – REGIÕES METROPOLITANAS E TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS



Fonte dos Dados Básicos: IBGE/Degeo.
Elaborado por Cláudio Egler, 1998.



APÍTULO III

Os Sistemas Urbano-regionais do Brasil

Lugares, como o espaço e o tempo, são constructos sociais, assim devem ser lidos e compreendidos.

David Harvey, *Justice, Nature & the Geography of Difference*



1 Introdução

Os resultados apresentados nas Partes I, II e III deste livro, bem como a definição da hierarquia dos centros urbanos brasileiros, obtida como resultado do estudo *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, permitiram a elaboração dos cartogramas e análises apresentados nos anexos. A partir deles, é possível uma primeira aproximação aos sistemas urbano-regionais presentes na rede urbana brasileira, vistos como circuitos dessa rede que possuem características estruturais e dinâmicas próprias e diferenciadas entre si.

A caracterização e a análise da dinâmica espacial da rede urbana nacional são os objetivos principais deste capítulo, considerando que há mais de 15 anos não se realizam trabalhos dessa natureza e que, durante esse período, o processo de urbanização no Brasil não apenas se manteve acelerado, mas, principalmente, apresentou uma diversidade e uma heterogeneidade de situações próprias dos países em desenvolvimento. Tal diversidade leva ao desenvolvimento de novos procedimentos metodológicos que compreendam o mosaico de tempos e espaços presentes neste final de século no território nacional. Para tratar dessa situação complexa, foram utilizadas as seguintes categorias analíticas fundamentais, a saber:

1 – *Região de influência de cidades*: porções do espaço submetidas à influência de centros urbanos, cujos fluxos

de pessoas, mercadorias e informações permitem a conformação de estruturas territoriais relativamente estáveis no decorrer do tempo.

Segundo a classificação adotada pelo IBGE, podem ser identificadas 33 regiões de influência de cidades, classificadas segundo as grandes regiões adotadas por esse órgão, a saber:

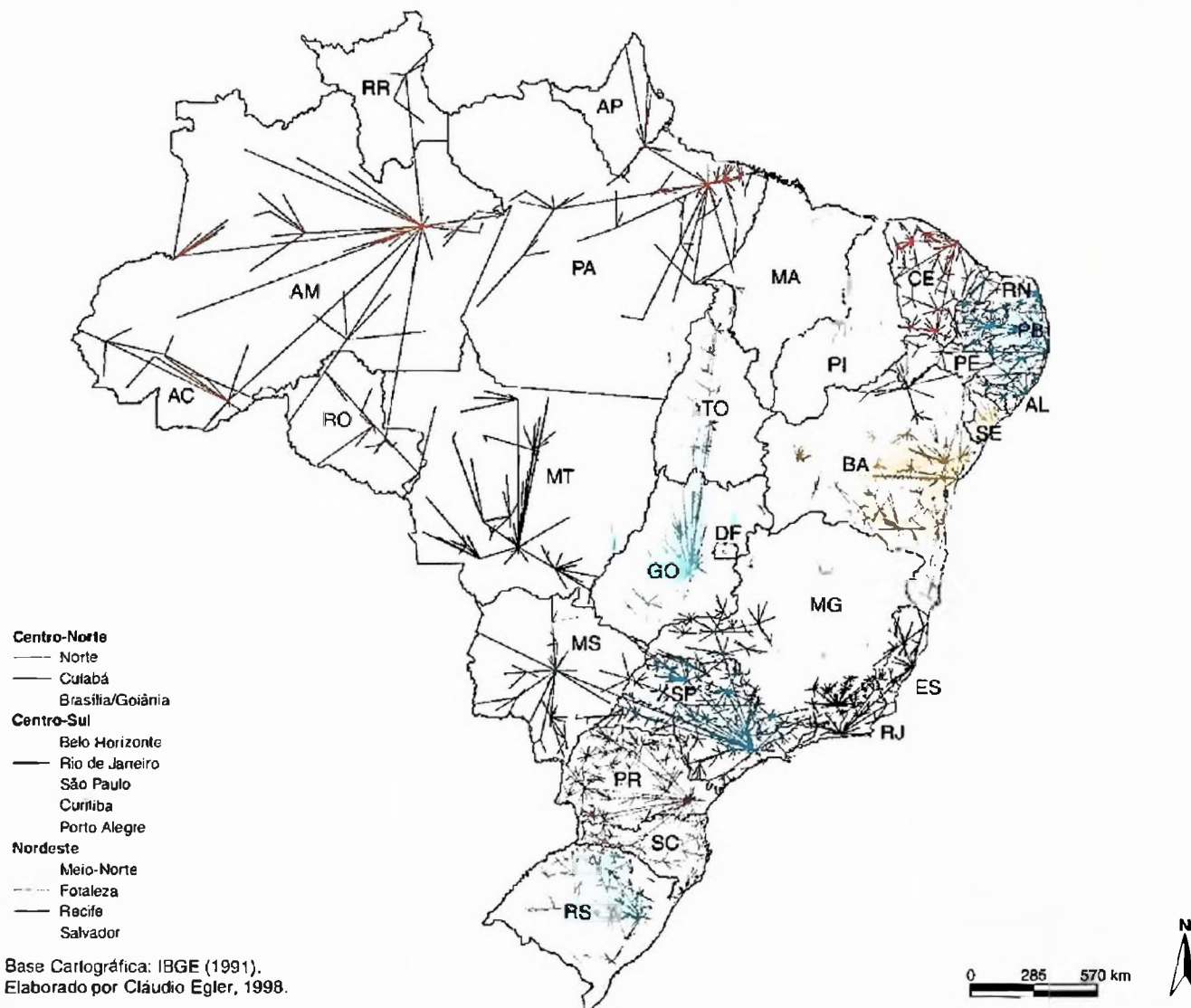
- região Norte (2): Manaus e Belém;
- região Nordeste (9): São Luís, Teresina, Fortaleza, João Pessoa, Campina Grande, Recife, Caruaru, Salvador e Feira de Santana;
- região Sudeste (12): Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberlândia, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto e Presidente Prudente;
- região Sul (8): Curitiba, Londrina, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo;
- região Centro-oeste (2): Brasília e Goiânia.

2 – *Sistemas urbano-regionais*: definidos a partir da agregação das regiões de influência das cidades, que foram agrupadas segundo critérios de contigüidade espacial e de dependência funcional.

Compreendem sistemas territoriais organizados a partir de metrópoles (globais, nacionais ou regionais) e centros regionais, que possuem encadeamento funcional entre os diversos níveis de influência, seja recíproco – entre cidades do mesmo nível –, seja hierárquico – dos níveis superiores de polarização para os inferiores.

Foram identificados 12 sistemas urbano-regionais no Brasil, nomeados a partir das cidades que os encabeçam ou, se esta não está ainda claramente definida, a partir do território polarizado pelo sistema. Os 12 sistemas urbano-regionais e as respectivas regiões de influência das

CARTOGRAMA 9
BRASIL – SISTEMAS URBANOS



cidades que os compõem são os seguintes:

- Cuiabá (1): Área de Influência de Cuiabá;
- Norte (2): Belém e Manaus;
- Meio-norte (2): São Luís e Teresina;
- Fortaleza (1): Fortaleza;
- Recife (4): Recife, João Pessoa, Campina Grande e Caruaru;
- Salvador (2): Salvador e Feira de Santana;
- Belo Horizonte (1): Belo Horizonte;
- Rio de Janeiro (3): Rio de Janeiro, Juiz de Fora e Vitória;
- São Paulo (8): São Paulo, Campinas, Bauru, Ribeirão Preto, Marília, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia;
- Curitiba (4): Curitiba, Londrina, Maringá e Florianópolis;
- Porto Alegre (4): Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Passo Fundo;
- Brasília-Goiânia (2): Brasília e Goiânia.

Cabem alguns esclarecimentos acerca da nomenclatura utilizada para os sistemas urbano-regionais. Como padrão, adotou-se o nome da metrópole que encabeça o sistema. As exceções ocorreram em áreas em que a hierarquia não está claramente definida, como no Norte (Belém e Manaus) e Meio-norte (São Luís e Teresina), ou em que dois núcleos urbanos importantes, relativamente próximos, exercem funções complementares e não devem ser tratados separadamente. Esse é o caso de Brasília e Goiânia, onde existe uma relação peculiar entre a massa populacional (Brasília e seu entorno) e a potência de polarização (Goiânia). A essa particular forma espacial denominou-se Complexo Territorial de Brasília-Goiânia.

3 – *Estruturas urbanas*: formam a armadura da rede urbana brasileira e refletem os distintos tempos presentes no processo de urbanização nacional, isto é, suas dinâmicas diferenciadas. A estrutura urbana não constitui uma região, ou qualquer outra dimensão territorial em si, mas procura, sim, expressar a coexistência de tempos diferenciados em um mesmo espaço territorial integrado.

As estruturas urbanas se diferenciam segundo três características espaciais básicas: o ritmo da urbanização; o nível de adensamento da rede de cidades; e o grau de complementaridade entre os centros urbanos que a compõem. Outro aspecto fundamental que ajuda a diferenciar essas estruturas urbanas são os níveis de desenvolvimento humano atingidos pelos habitantes das cidades que as integram, expressos nos indicadores de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos básicos.

Nesse sentido, foram definidas três grandes estruturas urbanas articuladas e diferenciadas: o Centro-sul; o Nordeste e o Centro-norte, compostas dos seguintes sistemas urbanos:

- Centro-sul (5): Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte;
- Nordeste (4): Salvador, Recife, Fortaleza e Meio-norte;

- Centro-norte (3): Norte, Cuiabá e Brasília-Goiânia.

4 – *Rede urbana nacional*: compreende o conjunto das cidades que polarizam o território nacional e os fluxos de bens, pessoas e serviços que se estabelecem entre elas e com as respectivas áreas rurais.

Em uma visão simplificada, é formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si, como campos de forças de diferentes magnitudes que interagem no decorrer do tempo. São essas interações que respondem não apenas pela atual conformação espacial da rede, mas também por sua evolução futura, cuja compreensão é fundamental para estabelecer metas de políticas públicas de desenvolvimento.

2 A Rede Nacional e suas Estruturas Urbanas

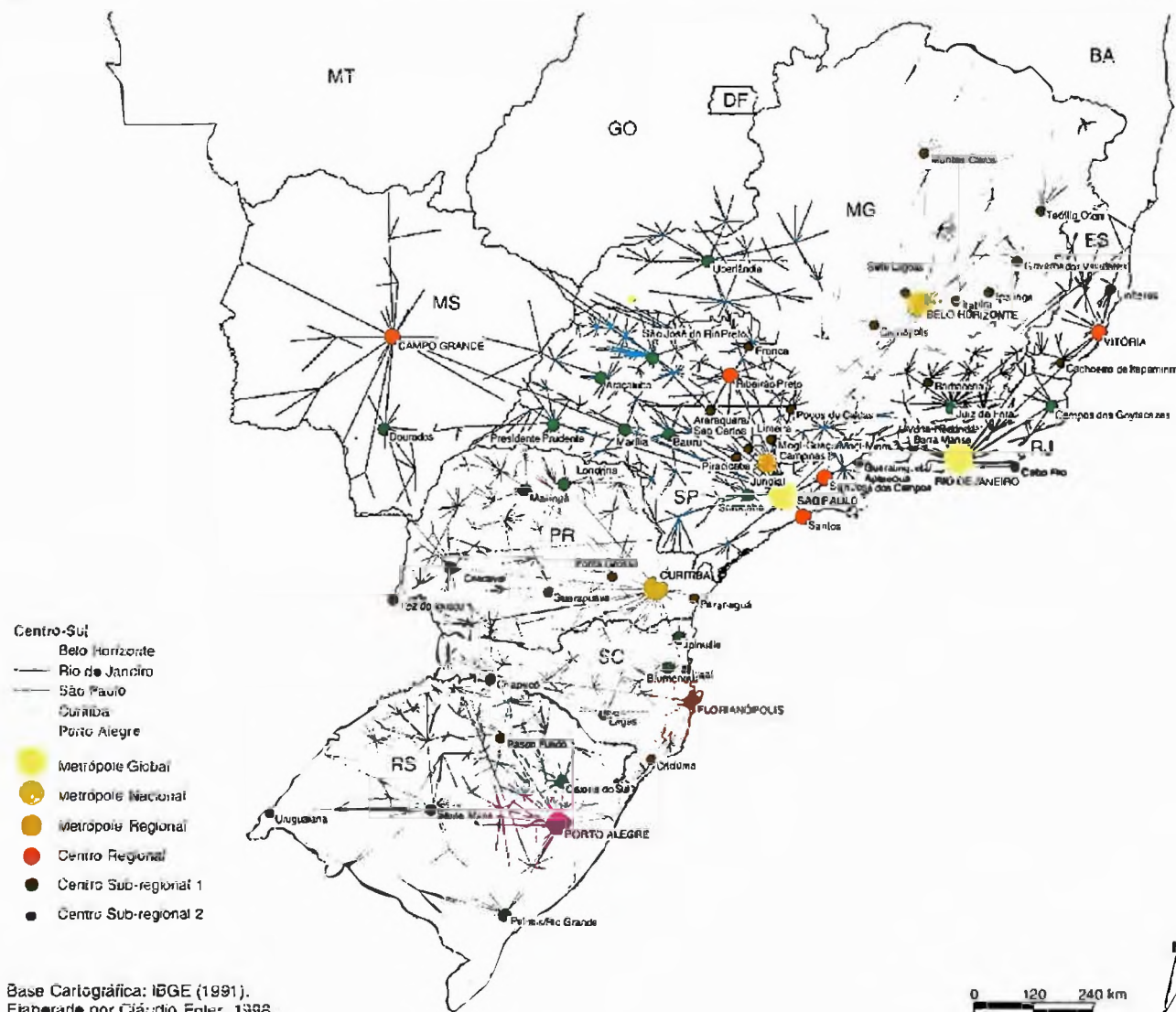
Em uma breve descrição, podem-se visualizar a configuração atual e as perspectivas dinâmicas da rede de cidades no Brasil, a partir das três estruturas urbanas que a constituem. Para a análise que se segue, foram elaborados tabelas e mapas incluídos nos anexos.

O Centro-sul compreende os sistemas urbano-regionais de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre, os quais se caracterizam pela concentração de sua população em cidades, refletindo elevados índices de urbanização e de metropolização. A densa rede de cidades que recobre seu território é responsável pela projeção de sua influência em âmbito nacional e supranacional, avançando no processo de integração sul-americana.

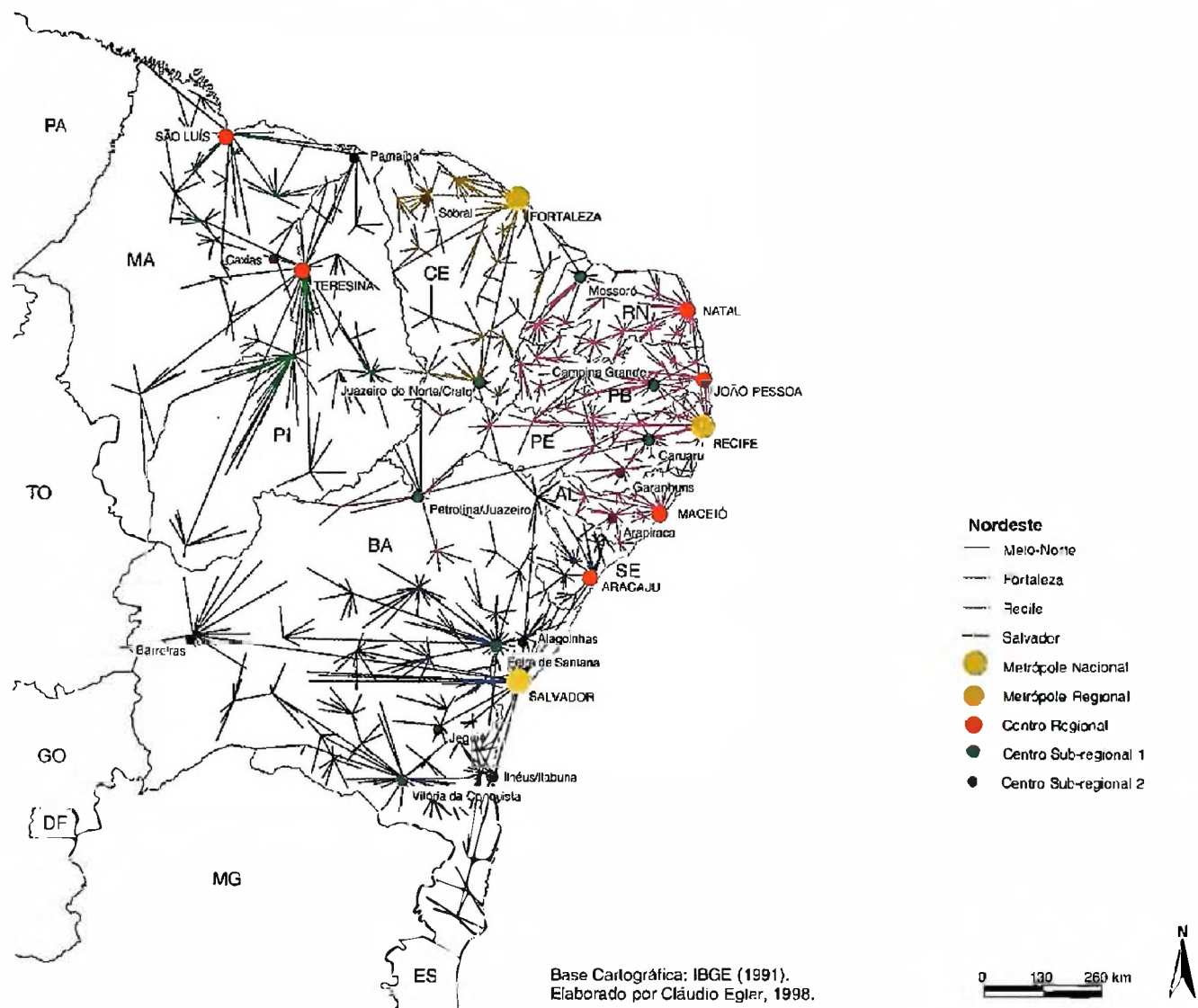
O Centro-sul corresponde ao cinturão urbano-industrial do território nacional e seus prolongamentos. Nessa região, situam-se as duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro) e toda uma constelação de metrópoles consolidadas, como Porto Alegre, Curitiba, Belo Horizonte, e de metrópoles emergentes, como Florianópolis, Maringá, Londrina, Baixada Santista, Campinas e Vitória, que funcionam como centros de conexão do mercado doméstico aos circuitos internacionais da economia mundial. Seu elevado potencial de desenvolvimento deve-se a dois processos básicos: continuidade do processo de metropolização nas metrópoles emergentes e crescimento urbano das cidades de porte médio.

Embora estruturados a partir de metrópoles globais, os sistemas urbanos de São Paulo e Rio de Janeiro possuem diferenças marcantes, tanto no que se refere à sua configuração quanto aos seus aspectos dinâmicos. A rede urbana paulista é núcleo denso desse sistema, cujas

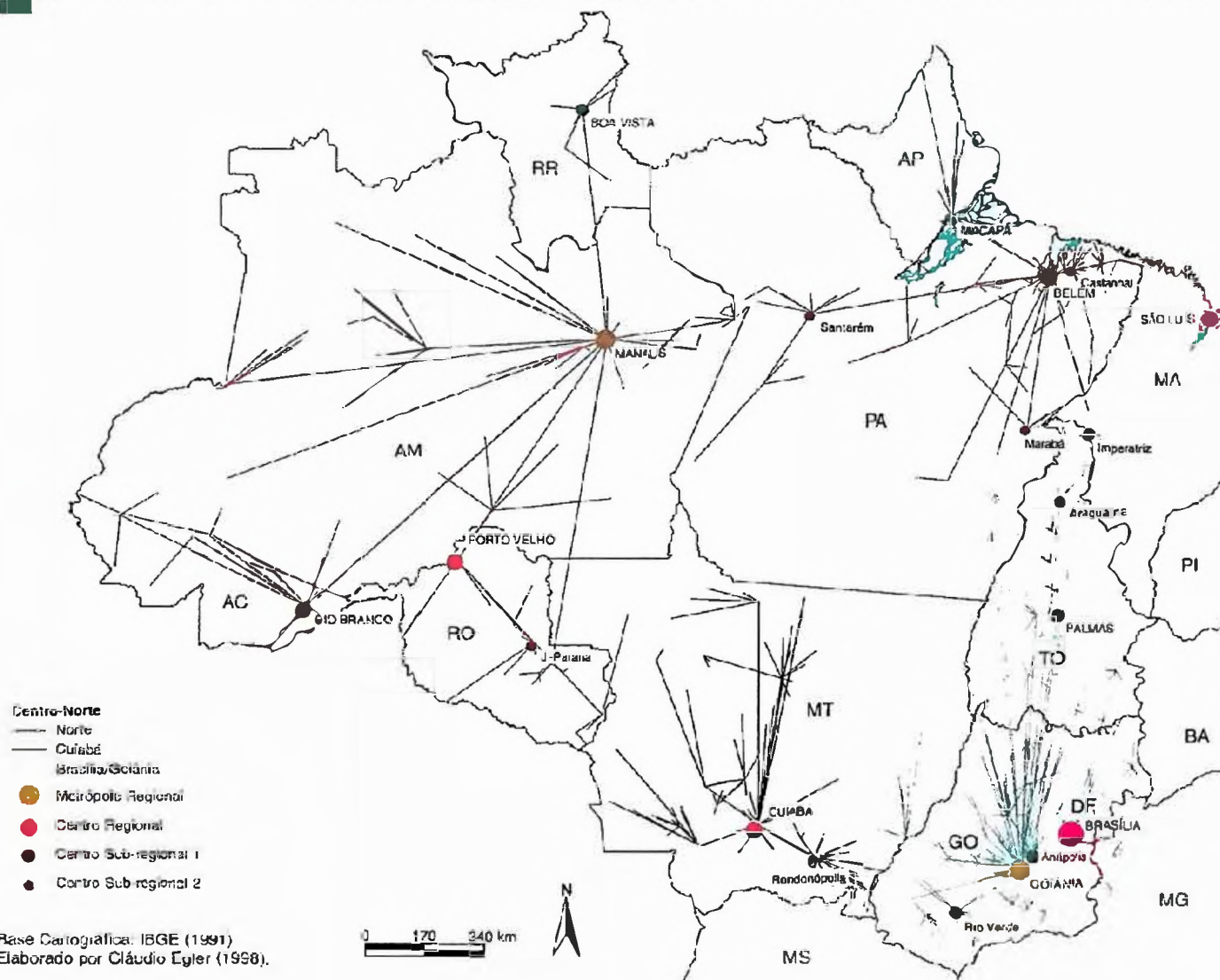
CARTOGRAMA 10
CENTRO-SUL – SISTEMA URBANO

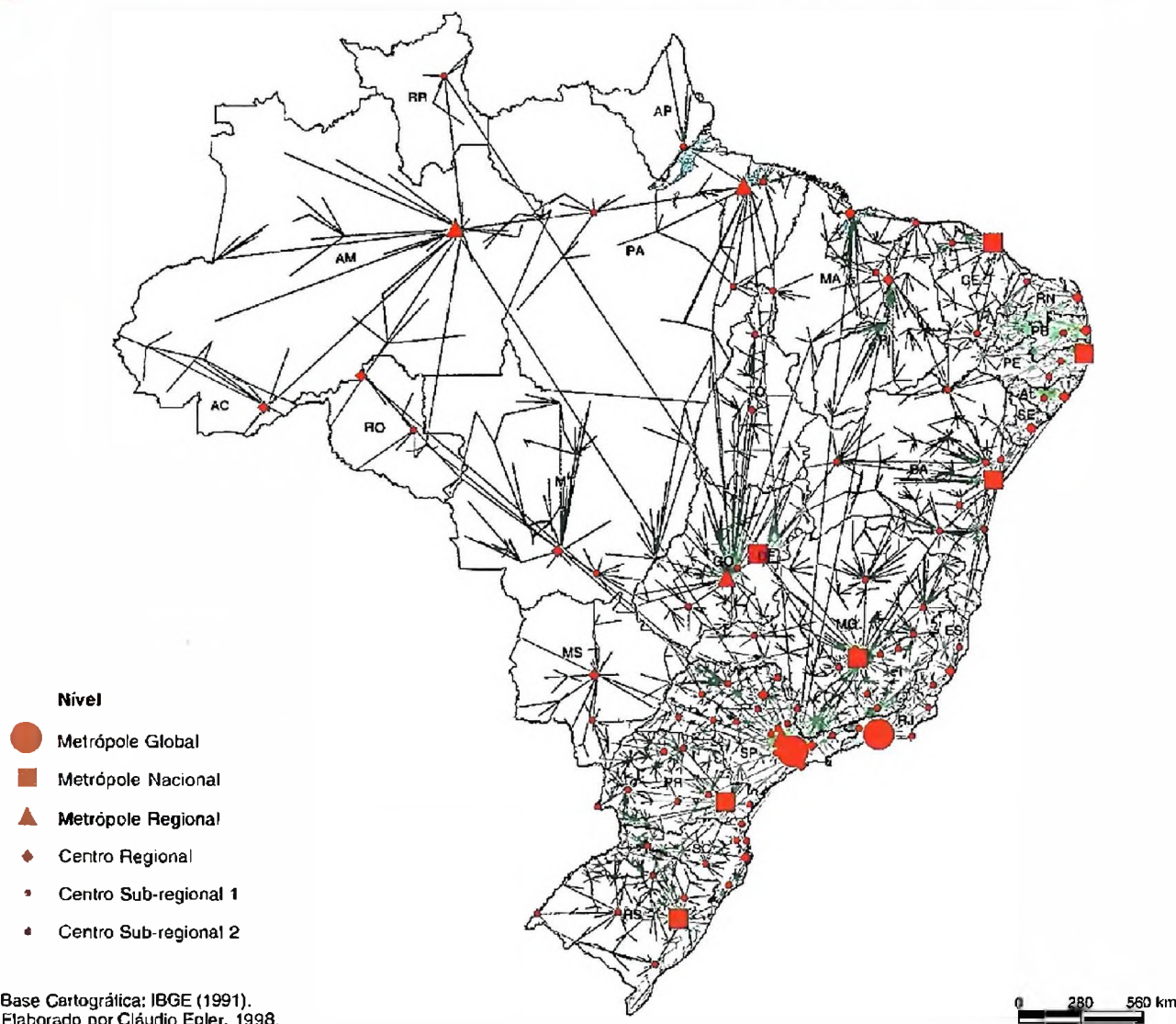


CARTOGRAMA 11
NORDESTE – SISTEMA URBANO



CARTOGRAMA 12
CENTRO-NORTE – SISTEMA URBANO





ramificações se estendem além das fronteiras estaduais, incorporando o subsistema urbano-regional de Campo Grande (MS) e projetando sua influência sobre o Triângulo Mineiro e sul de Minas Gerais, onde disputa território com a área polarizada por Belo Horizonte. São Paulo apresenta uma rede de cidades com alta densidade, topologia diferenciada e uma estrutura hierárquica consolidada.

O Sistema Urbano do Rio de Janeiro, por sua vez, é marcadamente litorâneo e manifesta uma projeção espacial que reflete o dinamismo do passado e não tendências expansivas atuais. Projetando sua influência, *grosso modo*, sobre sua antiga região mercantil, isto é, a Zona da Mata mineira e o sul do estado do Espírito Santo, o Rio de Janeiro não conseguiu consolidar uma rede hierarquizada em sua área de influência, apresentando elevada macrocefalia urbana, que restringe a propagação das inovações sobre o território por ele polarizado.

A segunda estrutura urbana diferenciada na rede brasileira é a do *Nordeste*, formada pelos sistemas urbano-regionais de Salvador, Recife, Fortaleza e Meio-norte. Seu processo de transição para uma economia urbano-industrial ainda está completando-se, com a consolidação de verdadeiras bacias urbanas, a partir de suas relações com outros sistemas urbanos e com o exterior.

Esse processo manifesta-se no expressivo contingente de população que ainda reside em núcleos rurais de pequenas dimensões, nas elevadas taxas de incremento da população urbana e, particularmente no caso de Fortaleza, no significativo indicador de primazia urbana.

Os quatro sistemas urbano-regionais que compõem essa estrutura possuem características que os diferenciam. Recife apresenta a configuração mais densa e consolidada do Nordeste, contando com as regiões de influência de Recife, Caruaru, Campina Grande e João Pessoa, bem como com os centros regionais de Natal e Maceió. Assim, a metrópole pernambucana organiza o território de todo o Saliênte Nordestino.

Por outro lado, Salvador apresenta uma rede menos densa e marcadamente orientada para o litoral, conta com a área de influência do centro regional de Aracaju e, destacando-se por sua importância na estruturação do sistema urbano, com a atuação dos centros sub-regionais de Feira de Santana, Vitória da Conquista e, por seu papel no Além São Francisco, Barreiras.

Fortaleza apresenta as mais altas taxas de crescimento urbano do Nordeste, bem como a mais elevada primazia urbana, evidenciando o caráter ainda incompleto da urbanização desse sistema urbano do Nordeste Setentrional. Com tendências semelhantes, no que diz respeito ao ritmo de crescimento urbano, o sistema urbano do Meio-Norte, formado pelos centros regionais de São Luís e Teresina, ainda se encontra pouco diferenciado e muito

instável, sujeito a bruscas mudanças em função de suas relações com os demais sistemas urbanos, tanto do Nordeste como do Centro-norte.

Em resumo, o Nordeste apresenta crescimento dos pequenos núcleos rurais, forte migração campo-cidade, elevada primazia e uma topologia pouco estruturada. Essa situação é característica importante dessa estrutura urbana, na qual as marcas do passado ainda constituem lastros que dificultam o avanço de relações de produção modernas. Essa situação é flagrante quando se consideram os indicadores sociais de renda, alfabetização e acesso aos serviços urbanos, que se apresentam como os mais críticos de toda a rede urbana nacional.

A terceira estrutura urbana a ser destacada foi denominada de *Centro-norte*, que compreende os sistemas urbano-regionais de Brasília-Goiânia, de Cuiabá e do Norte. O processo de urbanização nessa área está acelerando-se nas últimas décadas e a cidade desempenha papel fundamental na abertura de novas áreas à exploração econômica. Destaca-se pelo seu dinamismo e pela emergência de novos centros em distintos níveis da hierarquia urbana.

Deve-se salientar que, do ponto de vista da configuração espacial, integram os sistemas urbanos do Centro-norte aquelas regiões de influência de cidades cujo nível mais elevado da hierarquia é ocupado por São Paulo. Esse é o caso das regiões de influência das cidades de Manaus e Belém, que podem ser classificadas como redes emergentes e não consolidadas, bem como o caso das regiões de influência das cidades de Goiânia e Brasília, que configuram uma forma espacial distinta, na qual estão presentes uma cidade do nível mais alto de polarização (Goiânia), relativamente próxima a uma região metropolitana, cujo nível de polarização pode ser considerado médio, e Brasília e seu entorno.

Dessa maneira, o Complexo Territorial Brasília-Goiânia constitui uma forma espacial inovadora, que apresenta um deslocamento do centro de gravidade populacional do sistema (Brasília e seu entorno) do seu principal núcleo de polarização (Goiânia). Aparentemente, essa forma espacial potencializa o dinamismo espacial do sistema, embora apresente problemas bastante complexos de gestão urbana.

3 Os Sistemas Urbano-regionais e suas Tendências

Do ponto de vista estrutural, destacam-se três aspectos fundamentais na classificação dos sistemas urbano-regionais, a saber: a densidade, a topologia e a confi-

guração hierárquica da rede de cidades. A densidade expressa a relação entre o número de núcleos urbanos e o território definido pelo sistema urbano-regional. Como indicador simples da topologia foi utilizada a relação entre o número de ligações e o de cidades que o formam; e, por final, a hierarquia mostra o ordenamento espacial das funções urbanas. Do ponto de vista da dinâmica espacial, o principal aspecto a ser considerado é o seu potencial de desenvolvimento, isto é, a sua capacidade de adensamento e expansão futura.

Com base nessa concepção geral da dinâmica espacial da rede urbana, será realizada a seguir uma análise dos sistemas urbano-regionais que a compõem, procurando destacar seus aspectos mais importantes do ponto de vista tanto de sua configuração espacial como de suas tendências evolutivas.

3.1 Belo Horizonte

Caracteriza-se por ser um sistema de transição entre o Centro-sul e o Nordeste e Centro-norte, o que ajuda a compreender suas principais características, isto é, elevados indicadores de primazia e de crescimento urbano (Tabela 1 dos anexos).

O tamanho médio das cidades que o formam situa-se abaixo de 20 mil habitantes, o que significa o predomínio de pequenos e médios centros urbanos relativamente dispersos.

Sua área de influência projeta-se na porção centro-oriental do estado de Minas Gerais, restringida pela influência de São Paulo sobre o Triângulo Mineiro, por meio do subsistema urbano de Uberlândia, e do Rio de Janeiro sobre a Zona da Mata, por meio do subsistema urbano de Juiz de Fora (vide mapa dos sistemas urbanos).

Em termos gerais, é um sistema com potencial de expansão, não apenas pelo adensamento de sua malha urbana, mas também pela sua expansão territorial, principalmente sobre as áreas de influência do Rio de Janeiro e Salvador.

3.2 Rio de Janeiro

Compreende as Regiões do Rio de Janeiro, Vitória e Juiz de Fora, caracterizando-se pelo expressivo tamanho médio das cidades que formam o sistema e forte primazia urbana, os indicadores mais elevados do Centro-sul, o que indica um processo de urbanização fortemente concentrado.

Por outro lado, apresenta baixa taxa de incremento da população urbana, a menor do Centro-sul, o que indica uma tendência à estabilização do processo de urbanização e de concentração urbana.

A área de influência do Rio de Janeiro é praticamente a mesma desde o apogeu de sua região cafeeira, sem

grandes transformações no período recente. Dada essa característica, a tendência dominante é de estabilização e mesmo regressão, em grande parte devido ao dinamismo de Belo Horizonte, que tende a ampliar sua área de atuação sobre a Zona da Mata mineira.

3.3 São Paulo

É o *hardcore* da rede urbana nacional, compreendendo as Regiões de São Paulo, Bauru, Campinas, Marília, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Presidente Prudente e Uberlândia (MG), além da área de influência do centro regional de Campo Grande.

Apresenta um tamanho médio de cerca de 40 mil habitantes, uma área média de influência de 899 quilômetros quadrados, em grande parte devido a sua projeção além das fronteiras do estado de São Paulo. Embora apresente o mais elevado índice de urbanização do Brasil, seu indicador de primazia urbana é inferior aos do Rio de Janeiro e Belo Horizonte, o que revela melhor distribuição nos diversos níveis da hierarquia urbana.

Seu dinamismo projeta-se sobre o território nacional, embora sua área de influência direta tenda a se reduzir pela emergência de novos centros regionais nas franjas do território por ele polarizado.

3.4 Curitiba

Apresenta uma configuração densa e regularmente distribuída, com um padrão espacial bastante semelhante ao de São Paulo. Destaca-se também por apresentar o mais elevado indicador de crescimento urbano do Centro-sul.

O tamanho médio das cidades que pertencem ao sistema é de 16.629 habitantes, em grande parte devido às características do próprio processo de urbanização dos estados do Paraná e Santa Catarina, onde os pequenos centros urbanos desempenharam e desempenham papel fundamental, o que pode ser também avaliado pela menor área média de influência por centro urbano observada no Centro-sul e, mesmo, na rede urbana nacional.

3.5 Porto Alegre

Compreende as Regiões de Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria e Pelotas. É relativamente concentrada na região serrana e dispersa na porção meridional, refletindo os processos históricos de ocupação do território, onde a Campanha e a Serra gaúchas desempenharam funções pouco complementares no desenvolvimento da economia regional.

Trata-se de um subsistema relativamente estabilizado, com reduzido indicador de crescimento urbano, embora, por sua posição quanto aos principais eixos de

circulação no Mercosul, esteja sujeito a mudanças decorrentes da aceleração do processo de integração territorial transfronteiriço.

3.6 Salvador

Organizado a partir de Salvador, a metrópole do Nordeste Meridional, o subsistema compreende as Regiões de Salvador e Feira de Santana, com recobrimento sobre os estados da Bahia e Sergipe. Apresenta maior concentração na área costeira e rarefação no Além São Francisco. O tamanho médio dos núcleos urbanos que formam o sistema é inferior a 20 mil habitantes e o índice de urbanização é de 64,3%, inferior à média nacional (78,5%), como ocorre em todos os sistemas urbanos do Nordeste.

Suas características dinâmicas são de um processo de urbanização ainda incompleto, com elevada taxa de incremento da população urbana (2,19%) e indicadores sociais bastante críticos, como é o traço dominante da região Nordeste, embora dentro deste conjunto apresente os menos críticos indicadores de analfabetismo (35%), percentual de 66,7% de chefes de domicílio com renda inferior a dois salários mínimos e porcentagem dos domicílios ligados à rede de água e com coleta de lixo em um mesmo patamar (68,8 e 66,8%) respectivamente, todos inferiores à média nacional e em uma situação que poderia ser denominada de extrema carência no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos básicos.

A situação mais dramática, no entanto, está na porcentagem dos domicílios urbanos ligados à rede de esgotos, dado o fato de que apenas quatro em cada 10 domicílios estão ligados à rede de esgotamento de resíduos, bem inferior à média nacional, que já é crítica, de seis em cada 10, e de São Paulo, onde oito domicílios em cada 10 têm alguma maneira de esgotar os resíduos da atividade doméstica.

Salvador, embora tenha acelerado seu processo de crescimento urbano no período recente, adensando seu sistema de cidades e concentrando sua população nos núcleos maiores, ainda apresenta indicadores sociais bastante deficitários, denotando claramente a situação de pobreza absoluta e relativa da população que habita as cidades nordestinas.

3.7 Recife

Formado a partir de Recife, a metrópole do Nordeste Oriental, o sistema compreende as Regiões de Recife, Caruaru, João Pessoa e Campina Grande. Abrange uma área de influência que se estende desde a Bahia até o Rio Grande do Norte, constituindo-se no sistema urbano mais denso (525 quilômetros quadrados por centro urbano) e mais abrangente desta estrutura urbana.

O sistema urbano de Recife apresenta o mais elevado índice de urbanização do Nordeste (70%), o que ainda é inferior à média nacional, demonstrando que este ainda é um processo incompleto. Seus indicadores sociais reproduzem os elevados índices de pobreza e a carência de serviços básicos característicos dessa porção do território nacional (Tabela 2 dos anexos).

Ao contrário dos sistemas urbanos de Salvador e Fortaleza, cujos processos de metropolização e expansão urbana acentuaram-se no período recente, o sistema urbano de Recife apresenta-se mais consolidado, refletindo mais o tradicional papel polarizador de Recife sobre as capitais nordestinas no passado do que aspectos dinâmicos no presente, com a ressalva do potencial de expansão que apresenta a área polarizada pelo aglomerado urbano de Petrolina e Juazeiro do Norte no Médio e Submédio São Francisco.

3.8 Fortaleza

● subsistema é estruturado a partir da Região de Fortaleza, a metrópole do Nordeste Setentrional, e sua área de influência está restrita ao estado do Ceará, embora manifeste sua presença disputando com Recife, na porção ocidental dos estados do Nordeste Oriental, principalmente no vizinho Rio Grande do Norte, e com Teresina, no Meio-norte.

Dois características são marcantes em sua dinâmica atual: elevado ritmo de crescimento urbano (2,51% ao ano) e elevada primazia urbana (82,8%), o maior índice apresentado na rede urbana brasileira. Isso mostra o forte processo de macrocefalia urbana de Fortaleza.

Os indicadores sociais revelam os problemas já apontados para os demais sistemas urbanos nordestinos, tais como elevados índices de analfabetismo e pobreza da população e acentuada carência de serviços urbanos básicos. Dentre estes, é particularmente crítica a situação do esgotamento de resíduos domésticos. O sistema urbano de Fortaleza apresenta o pior indicador de toda a rede urbana brasileira.

Do ponto de vista dinâmico, a conjunção de um rápido crescimento com fortes carências de serviços urbanos aponta para uma situação particularmente crítica no que diz respeito à sustentabilidade do desenvolvimento urbano desse sistema, no qual podem ser previstas fortes pressões sobre a oferta, já muito deficitária, de serviços urbanos.

3.9 Meio-norte

O sistema corresponde às Regiões de Teresina e São Luís e pode ser descrito como um sistema de transição entre o Nordeste e o Centro-norte. Apresenta indicadores sociais

bastante críticos, como também uma estrutura espacial em que predominam pequenas cidades dispersas, polarizando fracamente vastas extensões territoriais. É o sistema urbano de menor índice de urbanização da rede urbana nacional (54,5%), o que revela que este processo ainda está em suas fases iniciais e o sistema está ainda fracamente polarizado, com os centros urbanos de São Luís e Teresina disputando a consolidação de suas respectivas áreas de influência.

Os indicadores sociais desse sistema urbano são os mais críticos do Nordeste e da rede urbana nacional, demonstrando que as carências sociais e urbanas são a tônica dessa porção do território nacional, cujo povoamento e urbanização se ligam às correntes migratórias oriundas dos demais estados nordestinos.

Do ponto de vista dinâmico, a posição desse sistema no contexto nacional está sofrendo mudanças aceleradas em virtude da expansão dos cultivos de grãos nos Cerrados e dos investimentos na mineração em Carajás. Seu papel de corredor logístico ferroviário e hidroviário, acentuado com a proposta do Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento do Araguaia-Tocantins, deve ser considerado por sua incidência sobre esse sistema urbano com fortes carências sociais e ainda em processo de consolidação.

3.10 Norte

Compreende as Regiões de Belém e Manaus, que polarizam as grandes extensões territoriais da região Norte, projetando sua área de influência por meio dos centros regionais de Porto Velho e Rio Branco. A orientação espacial do sistema mostra que ainda encontra-se no estágio de bacia urbana, com os fluxos de mercadorias convergindo para as metrópoles regionais.

Os indicadores básicos do sistema Norte revelam a predominância de pequenos e médios núcleos, apresentando um índice de urbanização bastante inferior à média nacional e baixo índice de primazia devido à presença das metrópoles regionais de Manaus, que organiza o espaço na Amazônia Ocidental, e Belém, que desempenha esta função na Amazônia Oriental.

É ainda um sistema em consolidação e expansão, com elevados indicadores de crescimento urbano, podendo ter sua área redefinida pela expansão da área de influência de Cuiabá e, principalmente, de Brasília-Goiânia, cuja projeção sobre a Amazônia Meridional e Oriental tende a se acentuar no futuro.

3.11 Cuiabá

Compreende a área de influência de Cuiabá, obtida por desmembramento da Região de São Paulo. Sua pro-

jeção em direção ao noroeste da região Centro-oeste avança rumo a Rondônia, na região Norte, disputando com a área de influência de Manaus.

Devido às características do povoamento e do desenvolvimento recente da fronteira de recursos, o sistema urbano de Cuiabá polariza uma área cuja organização espacial já se formou em bases urbanas, isto é, na forma de uma fronteira urbanizada. Assim, observa-se que mais de 80% da população da área de influência de Cuiabá vivem em cidades e o processo de crescimento urbano se realimenta no próprio processo de expansão da fronteira de recursos.

Seus indicadores sociais são característicos do Centro-norte, que ocupam uma posição intermediária entre o Centro-sul e o Nordeste, embora mais próximo do primeiro, de onde partiram os principais vetores de povoamento do espaço regional.

3.12 Brasília-Goiânia

Compreende as Regiões de Brasília e Goiânia, que polarizam uma vasta porção do Brasil central. O Complexo Territorial de Brasília-Goiânia projeta sua área de influência em direção ao norte, avançando sobre o território que anteriormente era polarizado por Belém. É inegável que o dinamismo desse novo padrão de urbanização ainda está por merecer melhores análises, porém é inegável que sua projeção no cenário nacional já extrapola os limites regionais.

Apresenta forte dinamismo, tanto no processo de adensamento dos núcleos urbanos situados entre Brasília e Goiânia, como no de expansão, principalmente para o Norte e Meio-norte. Apresenta a mais elevada taxa de crescimento da rede urbana nacional, tendendo a consolidar um núcleo importante de polarização no Brasil central, embora ainda mostre alguns sinais de fragilidade, sobretudo no que diz respeito à falta de encadeamento de sua estrutura produtiva e à carência de serviços urbanos básicos, pois, apesar de não apresentar uma situação de extrema carência, ainda está muito distante dos padrões do Centro-sul.

Deve-se ressaltar ainda que o desenvolvimento futuro do Centro-oeste, quando considerado do ponto de vista espacial, vai depender da capacidade de soldar uma rede urbana nas dimensões da economia regional, o que, em poucas palavras, significa solidificar os laços que unem as quatro grandes cidades regionais e suas áreas de influência imediata. Nesse aspecto, deve-se considerar o papel de cidades que se situam nas interfaces dos respectivos sistemas urbanos, como é o caso de Rondonópolis, situada na interface entre Brasília-Goiânia e Cuiabá, cujo papel estratégico será fundamental para consolidar o tecido urbano regional.

4 Considerações Finais

A caracterização e a análise preliminar da dinâmica dos sistemas urbanos que formam a rede urbana nacional revelam alguns aspectos importantes, tais como:

- a diferenciação, tanto na configuração espacial como nos ritmos de desenvolvimento, entre os diversos sistemas que compõem a rede urbana nacional. Estão presentes desde redes de cidades densas e consolidadas, com uma distribuição espacial estabilizada e hierarquias bem definidas, até verdadeiras bacias urbanas, ainda em processo de consolidação, com fluxos predominantemente orientados para as metrópoles regionais que encabeçam o respectivo sistema urbano;
- enquanto *loci* de reprodução social, as cidades brasileiras apresentam fortes disparidades nas condições de vida e de acesso aos serviços públicos, que se manifestam na própria estruturação do sistema urbano a que pertencem. Isso significa que o próprio padrão de urbanização reflete tais carências e expressa em sua dinâmica os problemas que se originam nas cidades que os formam. Esse fato traz implicações fundamentais para a compreensão das múltiplas faces da questão urbana nacional;
- a dinâmica espacial dos sistemas urbanos manifesta-se em dois processos articulados: de um lado, o adensamento no entorno dos núcleos metropolitanos ou urbanos de grande porte que encabeçam os sistemas; de outro, a expansão de suas áreas de influência para além dos limites político-administrativos das unidades federativas originais. Deve-se destacar também a tendência à conformação de novos sistemas a partir da consolidação de centros de polarização emergentes, principalmente nas áreas de povoamento recente, como é o caso de Cuiabá;
- o processo de metropolização, que hoje ocorre em praticamente todo o território nacional, apresenta diferenças regionais importantes, considerando os diversos sistemas urbanos que formam a rede urbana nacional. Tomando-se, por exemplo, as duas metrópoles globais – São Paulo e Rio de Janeiro –, verifica-se que os indicadores mais elementares da conformação do sistema apresentam nítidas diferenças, com destaque para a primazia urbana, pois enquanto o Rio de Janeiro apresenta-se como uma metrópole macrocefálica, São Paulo está estruturada sobre um cinturão de centros regionais que contribui para ampliar os efeitos de sua influência sobre o território nacional. O mesmo se reproduz também no nível das metrópoles nacionais, pois, quando se comparam as configurações espaciais e os indicadores sociais de Curitiba e Fortaleza, trata-se aparentemente de metrópoles que pertencem a distintos conjuntos nacionais;
- o reverso do processo de metropolização, isto é, a dispersão espacial de pequenos centros urbanos ainda é uma manifestação a ser considerada quando se analisa a dinâmica dos sistemas urbanos brasileiros. Tomado em um contexto nacional, esse processo ainda assume importância fundamental no Centro-norte e é o principal responsável pela organização do espaço nas áreas abertas recentemente na fronteira de recursos, como também pelo adensamento resultante do próprio crescimento urbano de vilas que assumiram *status* político de município, sobretudo a partir do início da década de 90. Esta última característica é particularmente importante no novo estado de Tocantins, no Maranhão e no Piauí, cujas estruturas territoriais ainda estão em construção;
- a análise da dinâmica dos sistemas urbanos é fundamental para a formulação de políticas públicas, a fim de enfrentar os desafios da questão urbana nacional, e mesmo porque esta apresenta faces diferentes. As disparidades e as diversidades apresentadas entre os diversos sistemas urbanos demandam a adequação das políticas às suas especificidades, uma vez que um conjunto de medidas pode ser eficaz para sistemas urbanos mais densos e estáveis, mas, por outro lado, pode apresentar efeitos negativos naqueles ainda em consolidação e instáveis, como é o exemplo do Meio-norte;
- essas questões devem ser levadas em conta quanto aos eixos nacionais de desenvolvimento e integração, pois embora sua implementação tenha essas metas básicas, nem sempre as redes logísticas representam o conjunto de relações interurbanas presentes nos diversos sistemas que compõem a rede urbana nacional. Nesse sentido, devem-se avaliar também suas tendências dinâmicas e os graus de instabilidade presentes nos diversos sistemas urbanos impactados pela implantação dos eixos, visando a minimizar os possíveis impactos negativos e, mesmo, regressivos que poderiam representar suas externalidades sobre as áreas afetadas.

Referências Bibliográficas

- ABLAS, L. A. (1982) *A teoria do lugar central*. São Paulo, IPE/USP.
- ABREU, M. A. (1996) "Pensando a cidade no Brasil do passado". In CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p.145-184.
- ALBUQUERQUE, A. P. (1975) *Política urbana para a Amazônia – objetivos e instrumentos*. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 78 p.
- ALONSO, W. (1964) *Location and land use*. Cambridge, Harvard University Press.
- ALVES COELHO, R. L. (1990) "Análise das redes urbanas nordestinas". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 52, n. 2, abr./jun., p. 59-74.
- ANDRADE, T. A. (1979) *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 146 p.
- ASCHER, F. (1995) *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris, Editions Odile Jacob, 347 p.
- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: PNUD: IPEA; Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro: IBGE, 1998. 1 CD-ROM.
- AYDAIOT, P. (1985) *Economie régionale et urbaine*. Paris, Economica (Col. Economie), 487 p.
- AZZONI, C. R. (1990) "La nueva dirección de la industria en São Paulo: reversión de la polaridad en Brasil". In: LLORENS, F. A. et alii (org.) – *Revolución tecnológica y reestructuración productiva*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, p. 367-394.
- BAHIA – CONDER (1975) *Diagnóstico urbanístico da região metropolitana de Salvador*. Salvador, Conder.
- BAILLY, A.; COFFEY, W. (1991) "Activités de services et systèmes de production flexibles". In: *L'espace Géographique*. Paris, PUF, n. 4, p. 335-342.
- BAIJLY, S. (1975) *L'organisation urbaine, théories et modèles*. Paris, CRU, 272 p.
- BAIROCH, P. (s.d.) *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris, Gallimard (col. Arcades), 708 p.
- BALEIRO FILHO, A. (1972) "Áreas metropolitanas a nível médio". In: *Revista da Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, jul./ago., 19 (113), p. 5-29.
- BARAI, J. (1976) *Política de desenvolvimento urbano; aspectos metropolitanos e locais*. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 334 p.
- BATAILLON, C. (1990) "Vivre dans les mégapoles: le cas de Mexico". In: *L'Etat du monde 1989-1990*. Paris, La Decouverte, p. 580-596.
- BEAUJEU-GARNIER, J. (1995) *Géographie urbaine*. Paris, Armand Colin (coleção U Géographie), 349 p.
- BEAUREGARD, R. A. (1995) "Edge cities – peripheralizing the center". In: *Urban Geography*, v. 16, n. 8, nov.-dez., p. 708-721.
- BECKER, B. K. (1986) "Fronteira e urbanização repensadas". In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 47, n.3/4, p. 357-371.
- BECKER, B. K.; EGIFFR, C. A. (1993) *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 267 p.
- BEGUIN, H. (1992) "La localisation des activités banales". In: BAILLY, A.; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 497-513.
- BENKO, G. (1992) "Espace industriel, logique de localisation et développement regional". In: *Espace et Sociétés*. Paris, PUF, n. 66/67, p. 130-146.
- BERRY, B.; HORTON, F. E. (1970) *Geographical perspectives on urban systems*. Englewoods-Cliffs, Prentice-Hall.
- BERRY, B. (org.) (1976) *Urbanization and counter-urbanization*. Los Angeles, Sage, 334 p.
- BERRY, B. C. (1964) "Cities as systems within systems of cities". In: *Papers and proceedings of the Regional Science Association*, n. 13, p. 147-183.
- BERTRAND, M. J. (1984) "Une approche de la forme urbaine de la centralité – des indices de localisation et d'affinités d'équipements publics". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 93, n. 520, nov./dez., p. 666-686.
- BEZERRA, V. M. d'Ávila C. (1998) *Tipologia dos municípios brasileiros, aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE/Departamento de Geografia/Divisão de Estudos Territoriais.
- BORCHERT, J. R. (1978) "Major control points in american economic geography". In: *Annals of the Association of American Geographers*, v. 6, n. 2, p. 214-232.
- BRASILEIRO, A. M. (1974) "Organização das regiões metropolitanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, nov./dez., 21 (127), p. 5-21.
- BRFMAEKER, F. (1970) "Redes urbanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, nov./dez., 17 (103), p. 9-33.
- BRUNET, R. et alii (1989). *Les Villes européennes*. Paris, La Documentation Française.
- CAMAGNI, R. (1992) "Organisation économique et réseaux de villes". In: DERYCKE, H. (ed.) – *Espace et dynamiques territoriales*. Paris, Economica (col. Bibliothèque des Sciences Régionales), p. 42.

- CANO, W. (1983) "Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos". In: COUTINHO, R.; BELLIUZZO, L. G. M. (orgs.) – *Deseuolvemento capitalista no Brasil*. São Paulo, Brasiliense (Ensaio sobre a Crise, 2).
- _____. (1989) "Urbanização: sua crise e revisão do seu planejamento". In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, Brasiliense, 9(1): p. 62-82.
- _____. (1991) *Concentración, desconcentración y descentralización en Brasil*. Campinas, Unicamp, mimeo.
- CARDOSO, L. ; RIBEIRO, L. C. Q. (1996) *Dualização e reestruturação urbana: o caso do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Ippur/UFRJ/Fase, 110 p.
- CARLOS, A. F. A. (1982) "A Cidade e a organização do espaço". In: *Revista do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo*. São Paulo, USP, n. 1, p. 105-111.
- CARNEIRO, M. C. (1998) *Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras*. Rio de Janeiro, IBGE/Departamento de Geografia (ano-base 1993).
- CASTELLS, M. (1972) *La question urbaine*. Paris, Maspero.
- _____. (1985a) "High technology, space and society". In: *Urban Affairs Annual Reviews*. Sage Publ., Berkeley, Cal., v. 28.
- _____. (1985b) "Technological change, economic restructuring and spatial division of labour". In: *International Economic Restructuring and the Territorial Community*. Londres, Unido.
- _____. (1989) *The informational city*. Oxford, Basil Blackwell, 448 p.
- CASTELLS, M. ; GODARD, F. (1974) *Monopolville. L'entreprise, l'Etat, l'urbain*. Paris, Mouton & Co., 496 p.
- CASTELLS, M. ; HALL, P. (1994) *Las tecnópolis del mundo. La formación de los complejos industriales del siglo XXI*. Madrid, Alianza Ed.
- CASTELLS, M. ; HENDERSON, J. (1987) "Techno-economic restructuring, socio-political processes and spatial transformation: a global perspective". In: HENDERSON, J. ; CASTELLS, M. (eds.) – *Global restructuring and territorial development*. London, Sage Publications Ltda., p.1-17.
- CASTELO BRANCO, M. L. (1996) *Aglomerações urbanas para pesquisas estatísticas: aspectos metodológicos*. Rio de Janeiro, IBGE, mimeo (Relatório 1: Metodologias e enfoques adotados para o estudo da rede urbana).
- CHALINE, C. (1990). *Les villes du monde arabe*. Paris, Masson, p. 128.
- CHRISTALLER, W. (1966) *Central places in southern Germany*. Englewood Cliffs, Prentice Hall, 230 p.
- CLAVAL, P. (1977) *La nouvelle géographie*. Paris, PUF.
- _____. (1981) *La logique des villes*. Paris, Librairie Technique, 633 p.
- _____. (1989) "L'avenir de la métropolisation". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 98, n. 550, nov./dez., p. 692-706.
- CORDEIRO, H. K. (1987) "Os principais pontos de controle da economia transnacional no espaço brasileiro". In: *Boletim de Geografia Teórica*. Rio Claro (SP), Unesp, v. 16/17, n.31/34, p. 153-196.
- CORRAGIO, J. L. (1997) "La política urbana metropolitana frente a la globalización". In: *Revista EURE*. Santiago, PUC, v. 23, n. 69, jul., p. 31-54.
- CORRAGIO, J. L. et alii (1971) *Caracterización funcional de las aglomeraciones urbanas argentinas*. Santiago, Ilpes, 27 p.
- CORREA DE LAGO, L. ; QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (1994) "Brésil: évolution métropolitaine et nouveaux modèles d'inégalités sociales". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 269-281.
- CORRÊA, R. Lobato (1968) "Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 30, n. 2, abr./jun., p. 56-57.
- _____. (1987) "A Periodização da rede urbana da Amazônia". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 3, jul./set., p. 47-52.
- _____. (1988a) "As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 1, jan./mar., p. 61-83.
- _____. (1988b) "O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, abr./jun., p. 107-124.
- _____. (1994) *A rede urbana*. 2ª ed., São Paulo, Ática, 96 p.
- _____. (1995a) "Identificação dos centros de gestão do território no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 57, n. 1, jan./mar., p. 83-102.
- _____. (1995b). *Espaço urbano*. 3ª ed., São Paulo, Ática, 94 p.
- CORREIA DE ANDRADE, M. (1973). *Espaço, polarização, a teoria dos pólos de desenvolvimento e a realidade nordestina*. São Paulo, Brasiliense, 125 p.
- _____. (1974) *Cidade e campo no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 223 p.
- _____. (1978) "A estrutura portuária e a organização do espaço no Brasil". In: *Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, Anais. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros, v. XIX, p. 62-103.

- (1995) *Questão do território no Brasil*. São Paulo, Hucitec.
- DAVIDOVICH, F. R. (1984) "Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, v. 4, n. 13, p.12-89.
- (1986) "Um foco sobre o processo de urbanização do estado do Rio de Janeiro". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 48, n. 3, jul./set., p. 333-371.
- (1987a) "Elementos da urbanização do Sudeste do Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 2, abr./jun., p. 139-157.
- (1987b) "Transformação do quadro urbano brasileiro: período 1970-80". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 49, n. 4, out./dez., p. 7-24.
- (1989) "Tendências da urbanização no Brasil: uma análise espacial". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 1, jan./mar., p. 73-87.
- DAVIDOVICH, F. R. ; BUARQUE DE LIMA, O. M. (1975) "Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 37, n. 1, jan./mar., p. 50-84.
- DERYCKE, H. (ed.). (1992). *Espace et dynamiques territoriales*. Paris, Economica (col. Bibliothèque des Sciences Régionales).
- DERYCKE, H. (1983). *Economie et planification urbaines*. Paris, PUF.
- DEZERT, B. ; VERLAQUE, C. (1978) *L'espace industriel*. Paris, Masson, 301 p.
- DEZOUZART CARDOSO, E. ; ZULAR ZVEIBIL, V. (orgs.) (1996) *Gestão metropolitana: experiência e novas perspectivas*. Rio de Janeiro, Ibm, 188 p.
- DIAS, L. C. D. (1995) *Réseaux d'informations et réseau urbain au Brésil*. Paris, L'Harmattan, 172 p.
- DI MÉO, G. (1992) "Les métropoles des pays développés". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 624-641.
- DOLLFUS, O. (1967) *Le rôle des villes sur leur environnement et dans la formation des régions dans les pays sous développés*. Strasbourg, CNRS.
- DROULERS, M. ; SIEBRA COELHO, M. (1994) "Brésil: des capitales universitaires aux technopoles". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 163-179.
- DUGRAND, R. (1963). *Villes et campagnes en Bas-Languedoc*. Paris, PUF, 638 p.
- EGLER, C. A. G. (1979) *Reflexões sobre espaço e periodização: origens da indústria no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, UFRJ/Coppe (Dissertação de Mestrado).
- (1996) "Crise e dinâmica das estruturas produtivas regionais no Brasil". In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.) – *Brasil. Questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- FAISSOL, E. (1972) "A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro de desenvolvimento econômico". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 34, n. 3, p. 19-23.
- FAISSOL, S. (org.) (1975) *Urbanização e regionalização*. Rio de Janeiro, IBGE.
- FERREIRA DOS SANTOS, N. (1984) *Formações metropolitanas brasileiras: mecanismos estruturantes*. São Paulo, USP/FAU (Tese de Doutorado).
- FRIEDRICH, O. M. B. L. ; DAVIDOVICH, F. R. (1982) "A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 44, n. 4, p. 541-590.
- GALVÃO, M. V. et alii (1969) "Áreas de pesquisas para determinação de áreas metropolitanas". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 31, n. 4, out./dez.
- GARREAU, J. (1992) *Edge City*. Nova York, Anchor Books.
- GASPAR, J. (1988) "Réseau urbain et régionalisation". In: *Annales de Géographie*. Paris, PUF, v. 97, n. 541, p. 291-307.
- GEIGER, P. P. (1963) *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, CBPE, 462 p.
- (1988) "Industrialização e urbanização no Brasil: conhecimento e atuação da geografia". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 50, n. 2, jul./set., p. 59-84.
- GEORGE, P. (1964) *Précis de géographie urbaine*. Paris, PUF, 287 p.
- GODARD, F. (1994) *Les transports dans les villes du Sud*. Paris, Codatu/Karthala.
- GODDARD, J. B. (1975) *Office location in urban and regional development*. Londres, Oxford University Press.
- GONÇALVES, M. F. (1994) "Novas configurações no desenvolvimento urbano paulista". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 38, p. 39-53.
- GOSCH, A. ; MCCLAFFERTY (1987) *Location strategies for retail and service firms*. Lexington, Health.
- GRAL/CREDAL (1994) "Villes intermédiaires, vitalité économique et acteurs sociaux in la ville et l'Amérique latine". In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, La Documentation Française, n. 14, jul./set., p. 127-139.

- GUGLIELMO, R. (1996) *Les grandes métropoles du monde*. Paris, Armand Colin.
- HADDAD, P. R. (1975) *Desequilíbrios regionais e descentralização industrial*. Rio de Janeiro, Ipea, 218 p.
- HARVEY, D. (1969) *Explanation in human geography*. Londres, Arnold.
- HILHOST, J. G. M. (1997) "Desarrollo local/regional e industrialización". In: *Revista EURE*. Santiago do Chile, PUC, v. 22, n. 68, abr., p. 7-27.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1972) *Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas*. Rio de Janeiro, IBGE, 112 p.
- (1987) *Regiões de influência das cidades*. Rio de Janeiro, IBGE, 183 p.
- IPEA/PNUD (1998) *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Brasília, Ipea/PNUD; Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro; Rio de Janeiro, IBGE (CD-ROM).
- ISARD, W. (1956) *Location and space economy*. Nova York, John Wiley and Mit Press.
- JOHNSON, E. J. (1970) *The organization of space in the developing countries*. Cambridge, Harvard University Press, 452 p.
- KAYSER, B. (1960) *Campagnes et villes de la Côte D'Azur*. Monaco, Editions du Rocher, 593 p.
- KIRBY, A. (1984) *Urban systems*. Essex, Longman Group, 82 p.
- KRUGMAN, P. (1996) *La organización espontánea de la economía*. Barcelona, Antoni Bosch Editor, 167 p.
- (1998) *The Accidental theorist and other dispatches from the dismal science*. Nova York, W. W. Norton, 204 p.
- LAVINAS, L. ; NABUCO, M. R. (1994) "Regionalização: problemas de método". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 38, p. 21-26.
- LEFEBVRE, (1968) *Le droit à la ville*. Paris, Seuil.
- LIPIETZ, A. (1994) "O local e global: personalidade regional ou inter-regionalidade?". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez,, n. 38, p. 10-20.
- LOEW, S. (1989) *Le sud est anglais. La politique d'aménagement dans la région capitale*. Cahiers du Crepif, mar., p. 108.
- LÖSCH, A. (1954) *The economics of location*. New Haven, Yale University Press, 520 p.
- LOYOLA, C. de B. (1974) "Urbanização e funções metropolitanas". In: *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, Ibam, jan./fev., 21 (122), p. 40-48.
- LUCARELLI, H. Z. ; INNOCENCIO, N. R. ; FRIEDRICH, O. M. B. L. (1989) "Impactos da construção de Brasília na organização do espaço". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 51, n. 2, abr./jun., p. 99-138.
- MANZAGOL, C. (1980) *La logique de l'espace industriel*. Paris, PUF.
- (1992) "La localisation des activités spécifiques". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*, Paris, Economica, p. 471-496.
- MARSHALL, J. (1989) *Structure of urban systems*. Toronto, University of Toronto, 394 p.
- MÉRENNE, O. ; SCHOUMAKER, B. (1996a) *La localisation des industries*. Paris, Nathan Université (col. Géographie d'aujourd'hui).
- (1996b) *La localisation des services*. Paris, Nathan Université (col. Géographie d'aujourd'hui).
- MERLIN, P. (1988) *Géographie de l'aménagement*. Paris, PUF.
- MONIÉ, F. (1997) *Transports collectifs et production de l'espace urbain no Rio de Janeiro*. Paris, Université Paris III – La Sorbonne Nouvelle (Tese de Doutorado).
- MORI, A. ; CORI, B. (1969) "L'area di attrazione delle maggiori città italiane". In: *Rivista Geografica Italiana*, Roma, mar., p. 1-14.
- MORICONI-EBRARD, François. (1993) *L'urbanisation du monde depuis 1950*. Paris, Anthropos (col. Villes), 372 p.
- MUNFORD, L. (1961) *The city in history*. New York, Harcourt, Brace and World, 657 p.
- NATAL, J. (1991) *Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil: história e perspectivas*. Campinas, Unicamp (Tese de Doutorado), 356 p.
- NETWIG SILVA, B. C. ; MELLO, S. B. de (1990) "As cidades da Bahia no ano 2000". In: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, v. 52, n. 1, jan./mar., p. 189-198.
- OFFNER, J. M. (1993) "Les 'effets structurants' du transport: mythe politique, mystification scientifique". In: *L'Espace Géographique*. Paris, PUF, n. 3, p. 233-242.
- PAELINCK, J. ; NIJKAMP, P. (1976) *Operational theory and method in regional economics*. London, Saxon House.
- FAQUOT, T. (org.). (1996) *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles, Editions Complexe, 699 p.
- PETRUS BEY, J. M. ; SEGUI PONS, J. M. (1991) *Geografía de redes y sistemas de transporte*. Madrid, Síntesis, 231 p.
- POLESE, M. (1992) "Urbanisation et développement économique". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 725-743.
- PRADILLA COBOS, E. (1997) "Regiones y territorios, totalidad y fragmentados. Reflexiones críticas sobre el estado de la teoría regional y urbana". In: *Revista EURE*. Santiago do Chile, PUC, v. 22, n. 68, abr., p. 45-55.

- PRUD'HOMME, Rémy (1996) "Mégavilles: économie et gestion". In: PAQUOT, T. (org.) – *Le monde des villes. Panorama urbain de la planète*. Bruxelles, Editions Complexe, 699 p.
- PUMAIN, D. ; SAINT JULIEN, T. (1976) "Fonctions et hiérarchies des villes françaises". In: *Annales de géographie*. Paris, n. 470, p. 387-440.
- PUMAIN, D. (1989) "Les réseaux urbains". In: *Géographiques, la géographie dans tous ses états*. Paris, CNDP (col. Autrement dit), p. 59-76.
- (1992) "Les systèmes de villes". In: BAILLY, A. ; FERRAS, R. ; PUMAIN, D. (orgs.) – *Encyclopédie de Géographie*. Paris, Economica, p. 624-641.
- RAUD, C. (1997) "Potentiel et modalités de l'industrialisation diffuse au Brésil". In: *Espace et sociétés*. Paris, n. 88/89, p. 161-183.
- REMY, J. (1993) "Le rural et l'urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes-campagne". In: *Espace et sociétés*, Falta o local, falta a editora, n. 72, p. 31-47.
- ROCHFORT, M. ; HAUTREUX, J. (1963) *La fonction régionale dans l'armature urbaine française*. Paris, Ministère de la Construction et de l'Équipement.
- ROCHFORT, M. (1960) *L'organisation urbaine de l'Alsace*. Paris, Belles Lettres, 384 p.
- (1993) "Des métropoles d'équilibre aux métropoles d'aujourd'hui". In: *Métropoles en déséquilibre*. Paris, Economica, p. 4-8.
- SANTOS, M. (1979) *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 345 p.
- (1980) *Manual de geografia urbana*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 214 p.
- (1990) *Por uma economia política da cidade*. São Paulo, Hucitec, 160 p.
- (1993) *A urbanização brasileira*. São Paulo, Hucitec, 157 p.
- (1998) "O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil". In: *Espaço e Debates*. São Paulo, Cortez, n. 25, p. 58-62.
- SASSEN, S. (1991) *The global city*. Princeton, Princeton University Press.
- SAVEDOFF, W. D. (1990) "Os diferenciais regionais de salários no Brasil: segmentação versus dinamismo da demanda". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, Ipea, 20 (5), p. 521-556.
- SCOTT, A. J. ; STORPER, M. (ed.) (1986) *Production, work and territory. The geographical anatomy of industrial capitalism*. London, Allen & Unwin, 344 p.
- SCOTT, A. J. (1988) *Metropolis: from the division of labor to urban form*. Berkeley, University of California Press, 260 p.
- SHACAR, A. (1983) *A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global*. São Paulo, Fipe/USP (Trabalho para Discussão, 31), mar., 74 p.
- SINGER, P. (1968) *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 377 p.
- STORPER, M. (1991) *Industrialization, economic development and the regional question in the Third World – from import substitution to flexible production*. London, Pion Limited.
- STRICKLAND, D. (1984) "Corporate influence and the german urban system: headquarters location of german industrial corporations, 1950/1982". In: *Economic Geography*. v. 60, n. 1, p. 38-54.
- TORRES RIBEIRO, A. C. ; PINHEIRO MACHADO, D. (1990) *Metropolização e rede urbana. Perspectivas dos anos 90*. Rio de Janeiro, Ippur, 263 p.
- ULLMAN, E. (1980) *Geography as spatial interaction*. Seattle, University of Washington Press.
- UNICAMP/NESUR (1998) *Caracterização e tendências da rede urbana brasileira*. Campinas, Unicamp/Nesur (Relatórios Técnicos), mimeo.
- VELTZ, P. (1996) *Mondialisation, villes et territoires*. Paris, PUF (col. Economie en Liberté).
- (1997a) "L'économie mondiale, une économie d'archipel". In: *Collectif 1997: Mondialisation: au delà des mythes*. Paris, La Découverte, p. 60.
- (1997b) "Le retour des villes". In: *Sciences Humaines*, Paris, La Documentation Française, n. 17, jun./jul., p. 61.
- WEBBER, M. (1964) "The urban place and the non place urban realm". In: WEBBER, M. et alii (org.) – *Explorations in urban space*. Philadelphia, University of Pennsylvania.
- WITT, J. de (1992) "A Revolução industrial na passagem para uma sociedade pós-industrial: a geografia dos Estados Unidos da América". In: *Revista de Geografia*, Pernambuco. UFPE, v. 8, n. 1/2, p. 71-79.

ANEXOS

TABELA A.1
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – INDICADORES BÁSICOS

Cidades		Tamanho Médio 1996 (Habitantes)	Área Média de Influência (km ² por cidade)	Índice de Urbanização 1996	Primazia Urbana ^(a) 1996	Incremento Urbano 1991-96 (%)
Centro-sul						
Belo Horizonte	452	19.612	830	77,8	81,4	2,00
Rio de Janeiro	278	59.184	489	90,9	82,5	1,25
São Paulo	864	41.607	899	91,7	79,2	1,71
Curitiba	638	16.629	471	76,1	55,5	2,35
Porto Alegre	409	18.405	638	79,0	72,0	1,60
Nordeste						
Meio-norte ^(b)	268	14.862	2.233	54,5	47,2	2,60
Fortaleza	178	25.728	791	69,7	82,8	2,51
Recife	599	19.266	525	70,1	56,5	1,93
Salvador	466	18.477	1.042	64,3	64,6	2,19
Centro-norte						
Norte	259	23.828	13.651	61,6	48,5	3,13
Cuiabá	91	16.773	7.040	81,3	69,6	2,36
Brasília-Goiânia	382	17.946	2.574	77,6	54,6	3,41
Brasil	4.884	25.117	1.750	78,5	48,6	2,00

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993).

Notas: (a) Calculada a partir da população total das Regiões Metropolitanas, Aglomerados e Centros Urbanos por Sistema Urbano, considerado o percentual entre a população do aglomerado mais populoso em relação ao total das quatro maiores cidades, incluída a mais populosa.

(b) Utilizou-se a população total como urbana no município de São Luís para evitar distorções devido a redefinição do perímetro urbano entre 1991 e 1996.

Obs: Os dados foram calculados com base nos dados do Censo Demográfico de 1991 e da Censagem de População de 1996, processados em banco de dados do Microsoft Access.

TABELA A.2
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – INDICADORES SOCIAIS (1991)

Cidades	Taxa de Analfabetismo	% dos Chefes até 3 S.M.	% dos Domicílios Ligados à Rede de Água	% dos Domicílios com Coleta de Lixo	% dos Domicílios Ligados à Rede de Esgoto
Centro-sul					
Belo Horizonte	19,7	54,1	84,8	69,4	65,0
Rio de Janeiro	8,9	34,9	84,3	79,1	71,3
São Paulo	10,9	30,3	93,6	94,8	79,0
Curitiba	13,0	44,2	86,0	86,2	56,1
Porto Alegre	10,1	43,1	87,7	88,5	69,0
Nordeste					
Meio-norte ^(*)	41,8	79,1	48,0	32,9	32,5
Fortaleza	37,0	71,5	54,5	64,2	28,0
Recife	38,1	67,0	70,9	70,3	34,2
Salvador	35,0	66,7	68,8	66,8	38,0
Centro-norte					
Norte	24,5	53,9	54,8	57,0	36,7
Cuiabá	19,2	47,8	61,0	67,5	32,7
Brasília-Goiânia	19,9	47,5	64,2	70,1	43,1
Brasil	18,6	44,2	81,2	80,0	60,9

Fonte: IBGE (Censo Demográfico de 1991).

Nota: (*) Utilizou-se a população total como urbana no município de São Luís para evitar distorções devido à redefinição do perímetro urbano entre 1991 e 1996.

TABELA A.3
BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS POR TIPO, SEGUNDO O REGIÃO

	RM	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Centro-sul									
Belo Horizonte	4,9	0,2	4,7	13,3	0,7	32,7	1,1	42,4	100,0
Rio de Janeiro	6,5	1,2	8,4	13,4	1,9	31,3	0,0	37,4	100,0
São Paulo	5,9	1,2	8,9	31,2	0,3	37,4	0,0	15,1	100,0
Curitiba	7,2	0,2	4,1	11,9	0,9	29,8	0,4	45,6	100,0
Porto Alegre	3,8	0,6	6,1	8,0	1,3	21,0	0,6	58,6	100,0
Nordeste									
Salvador	2,2	0,4	3,0	4,7	1,7	20,4	1,3	66,2	100,0
Recife	2,2	0,5	2,3	6,0	3,2	27,1	0,7	58,1	100,0
Fortaleza	5,2	0,0	1,7	0,6	1,7	17,2	3,5	70,1	100,0
Meio-norte	0,0	0,8	2,1	1,2	2,9	13,6	4,5	74,9	100,0
Centro-norte									
Brasília-Goiânia	6,0	0,6	2,8	16,7	0,3	39,0	0,6	34,0	100,0
Cuiabá	0,0	1,3	2,6	18,2	2,6	40,3	0,0	35,1	100,0
Norte	1,9	0,9	3,7	2,8	7,0	16,8	3,7	63,1	100,0

Fonte: IBGE (Regiões e Influência das Cidades 1993, e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).

TABELA A.4

BRASIL – SISTEMAS URBANO-REGIONAIS – PORCENTAGEM DE POPULAÇÃO URBANA POR TIPO, SEGUNDO O REGIC (1996)

	RM	Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3	Tipo 4	Tipo 5	Tipo 6	Tipo 7	Total
Centro-sul									
Belo Horizonte	39,9	2,8	20,7	11,2	2,4	13,0	1,4	8,6	100,0
Rio de Janeiro	66,5	6,7	13,1	3,7	2,1	4,9	0,0	3,0	100,0
São Paulo	48,6	12,3	19,7	12,2	0,3	5,6	0,0	1,4	100,0
Curitiba	33,0	3,8	23,8	12,0	2,9	14,9	0,5	9,2	100,0
Porto Alegre	41,6	7,8	21,7	7,6	2,8	10,4	0,6	7,5	100,0
Nordeste									
Salvador	30,4	9,5	15,0	4,7	5,9	13,2	1,7	19,5	100,0
Recife	27,2	14,4	12,5	5,1	8,4	14,3	1,0	17,1	100,0
Fortaleza	55,2	0,0	8,2	0,9	3,1	10,1	4,0	18,6	100,0
Meio-norte	0,0	35,0	9,2	1,4	9,9	8,8	6,6	29,1	100,0
Centro-norte									
Brasília-Goiânia	34,1	17,9	14,8	13,9	0,5	11,2	0,5	7,2	100,0
Cuiabá	0,0	28,4	20,5	15,2	6,3	21,0	0,0	8,7	100,0
Norte	15,9	23,0	16,3	2,0	14,7	8,2	3,8	16,2	100,0

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; e Tipologia dos Municípios Brasileiros 1991).

Tipologia dos Municípios

RM	Integrantes de Região Metropolitana
Tipo 1	Urbanos de Grandes Dimensões
Tipo 2	Urbanos de Médias Dimensões
Tipo 3	Urbanos de Pequenas Dimensões
Tipo 4	Transição de Médias Dimensões
Tipo 5	Transição de Pequenas Dimensões
Tipo 6	Rural de Médias Dimensões
Tipo 7	Rural de Pequenas Dimensões

TABELA A.5

AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Estrutura Urbana	Sistema/Agglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Tipo de Assentamento
Centro-sul				
	Belo Horizonte			
	Belo Horizonte	3.829.042	5	1
	Ipatinga/Cel. Fabriciano	372.366	1	2
	Montes Claros	271.608	1	3
	Governador Valadares	231.242	1	3
	Divinópolis	171.565	1	3
	Sete Lagoas	167.340	1	3
	Itabira	167.038	1	2
	Teófilo Otoni	136.044	1	3
	Rio de Janeiro			
	Rio de Janeiro	10.532.382	6	1
	Vitória	1.182.354	3	2
	Juiz de Fora	424.479	2	3

Continua

TABELA A.5
AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Estrutura Urbana	Sistema/Agglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Continuação
				Tipo de Assentamento
	Campos dos Goytacazes	389.547	2	3
	Volta Redonda/Barra Mansa	627.276	1	2
	Cabo Frio	268.602	1	2
	Cachoeiro de Itapemirim	150.359	1	3
	Linhares	125.297	1	3
	Barbacena	107.810	1	3
	Nova Friburgo	169.246	1	3
	São Paulo			
	São Paulo	16.666.986	6	1
	Campinas	1.992.157	4	1
	Santos	1.309.263	3	2
	São José dos Campos	1.088.597	3	2
	Ribeirão Preto	640.715	3	2
	Campo Grande	600.069	3	3
	Sorocaba	880.026	2	2
	Uberaba/Uberlândia	676.419	2	2
	Jundiaí	462.497	2	2
	São José do Rio Preto	378.328	2	2
	Bauru	292.566	2	3
	Araçatuba/Birigüi	248.004	2	2
	Marília	177.632	2	3
	Presidente Prudente	177.367	2	3
	Dourados	153.191	2	3
	Limeira/Rio Claro	586.927	1	2
	Avaquara/São Carlos	348.438	1	2
	Piracicaba	302.886	1	3
	Franca	267.235	1	3
	Mogi-Guaçu/Mogi-Mirim	258.748	1	2
	Guaratinguetá/Aparecida	249.499	1	2
	Poços de Caldas	121.831	1	3
	Curitiba			
	Curitiba	2.345.133	5	1
	Florianópolis	543.528	3	2
	Londrina	773.604	2	2
	Joinville	566.511	2	2
	Blumenau	433.108	2	2
	Maringá	380.527	2	2
	Cascavel	310.069	2	2
	Criciúma	329.511	1	2
	Itajaí	285.375	1	2
	Ponta Grossa	256.302	1	3
	Foz do Iguaçu	231.627	1	3
	Guarapuava	155.835	1	3
	Lages	148.860	1	3
	Chapécó	131.014	1	3
	Paranaguá	124.920	1	3

Continua

TABELA A.5
AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Estrutura Urbana	Sistema/Agglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Continuação
				Tipo de Assentamento
Nordeste	Porto Alegre			
	Porto Alegre	3.276.239	5	1
	Caxias do Sul	554.041	2	2
	Pelotas/Rio Grande	485.923	2	2
	Santa Maria	233.351	1	3
	Passo Fundo	156.333	1	3
	Uruguaiana	124.881	1	3
	Salvador			
	Salvador	2.776.217	5	1
	Aracaju	643.435	3	2
	Feira de Santana	450.487	2	3
	Ilhéus/Itabuna	425.848	2	2
	Vitória da Conquista	242.155	2	3
	Jequié	165.345	1	3
	Alagoinhas	122.838	1	3
	Barreiras	113.695	1	3
	Recife			
	Recife	3.258.388	5	1
	Natal	921.491	3	2
	Maceió	810.990	3	2
	João Pessoa	773.847	3	2
	Petrolina/Juazeiro	363.303	2	2
	Campina Grande	344.730	2	3
	Caruaru	250.444	2	2
	Mossoró	205.822	2	3
	Arapiraca	173.339	1	3
	Garanhuns	110.084	1	3
	Fortaleza			
	Fortaleza	2.639.180	5	1
	Juazeiro do Norte/Crato	328.240	2	2
	Sobral	138.565	1	3
	Meio-norte			
	São Luís	941.431	3	2
	Teresina	773.901	3	2
	Caxias	146.045	1	3
	Parnaíba	131.885	1	3
Centro-norte	Norte			
	Belém	1.617.197	4	1
	Manaus	1.157.357	4	3
	Porto Velho	294.334	3	3

Continua

TABELA A.5
AGLOMERAÇÕES E CENTROS, POR SISTEMA URBANO (1996)

Estrutura Urbana	Sistema/Aglomeração/Centro	População Municipal Total 1996	Hierarquia	Conclusão
				Tipo de Assentamento
	Rio Branco	228.990	3	3
	Macapá	220.962	2	3
	Boa Vista	165.518	2	3
	Santarém	263.468	1	3
	Marebá	150.095	1	3
	Ji-Paraná	95.356	1	3
	Castanhal	117.380	1	3
	Cuiabá			
	Cuiabá	626.756	3	2
	Rondonópolis	142.524	2	3
	Brasília-Goiânia			
	Brasília	2.351.190	5	1
	Goiânia	1.414.505	4	1
	Imperatriz	274.104	2	3
	Anápolis	264.975	2	3
	Rio Verde	100.586	2	3
	Palmas	86.116	2	3
	Araguaína	105.019	1	3

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991, Contagem da População de 1996).

Obs.: a) Hierarquia: (6) metrópole global; (5) metrópole nacional; (4) metrópole regional; (3) centro regional; (2) centro sub-regional; (1) centro sub-regional 2.

b) Tipo de assentamento: (1) aglomeração metropolitana; (2) aglomeração não-metropolitana; (3) centro urbano.

TABELA A.6.1
CENTRO-SUL - DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE BELO HORIZONTE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	399	2.722.912	3.181.165	3,16
2	10	224.798	243.073	1,58
3	20	798.128	912.007	2,70
4	9	870.312	934.246	1,43
5	10	1.106.395	1.191.950	1,50
6	3	293.720	322.044	1,86
8	1	2.013.257	2.080.145	0,66
Total	452	8.029.522	8.864.630	2,00

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991, Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.2
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DO RIO DE JANEIRO

Nível Regio	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	219	2.150.400	3.005.028	6,92
2	9	953.681	1.045.748	1,86
3	19	2.003.170	2.213.625	2,02
4	13	2.254.378	1.883.600	-3,53
5	14	1.935.126	2.015.928	0,82
6	1	46.456	52.647	2,53
7	2	639.026	685.100	1,40
8	1	5.480.768	5.551.538	0,26
Total	278	15.463.005	16.453.214	1,25

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regio: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.3
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE SÃO PAULO

Nível Regio	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	698	6.467.055	7.588.083	3,25
2	60	3.382.829	3.810.896	2,41
3	32	1.517.005	1.708.615	2,41
4	35	3.170.985	3.554.284	2,31
5	24	4.644.684	4.995.168	1,47
6	7	1.981.004	2.217.037	2,28
7	7	2.451.774	2.682.723	1,82
8	1	9.412.894	9.391.482	-0,05
Total	864	33.028.230	35.948.288	1,71

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regio: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.4
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE CURITIBA

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	541	3.114.151	3.671.334	3,35
2	26	369.851	403.848	1,77
3	24	584.699	625.672	1,36
4	21	781.467	852.337	1,75
5	18	1.755.504	1.905.221	1,65
6	5	916.594	1.023.495	2,23
7	2	606.672	650.949	1,42
8	1	1.315.035	1.476.253	2,34
Total	638	9.443.973	10.609.109	2,35

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.5
CENTRO-SUL – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE PORTO ALEGRE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	337	1.653.111	1.916.908	3,01
2	20	429.927	455.866	1,18
3	20	785.650	860.583	1,84
4	14	788.153	820.651	0,81
5	11	964.701	1.035.618	1,43
6	3	485.992	536.123	1,98
7	3	598.822	646.983	1,56
8	1	1.247.529	1.255.054	0,12
Total	409	6.953.885	7.527.786	1,60

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.6
NORDESTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE SALVADOR

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	410	2.530.178	2.886.260	2,67
2	14	346.050	420.352	3,97
3	18	553.038	638.248	2,91
4	11	453.018	504.404	2,17
5	8	653.707	746.946	2,70
6	3	768.253	810.433	1,07
7	1	349.557	393.943	2,42
8	1	2.073.510	2.209.464	1,28
Total	466	7.727.311	8.610.050	2,19

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.7
NORDESTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE RECIFE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	521	3.373.055	3.857.328	2,72
2	29	745.523	816.949	1,85
3	16	656.417	708.650	1,54
4	14	1.230.110	1.309.446	1,26
5	12	880.596	960.814	1,76
6	3	1.315.503	1.466.384	2,20
7	3	987.080	1.074.588	1,71
8	1	1.298.229	1.346.045	0,73
Total	599	10.486.513	11.540.204	1,93

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A 6.8
NORDESTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE FORTALEZA

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	151	1 213.677	1 449.685	3,62
2	10	380.766	412.532	1,62
3	8	163.062	183.690	2,41
4	4	126.993	139.269	1,86
5	2	123.403	132.685	1,46
6	2	268.790	296.287	1,97
8	1	1.768.637	1.965.513	2,13
Total	178	4.045.328	4.579.661	2,51

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A 6.9
MEIO-NORTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	231	1 138 016	1 365.248	3,71
2	17	423.180	473.901	2,29
3	10	232.095	254.881	1,89
4	3	113.362	129.478	2,69
5	5	343.320	364.902	1,23
7(*)	2	1 253.282	1.394.600	2,16
Total	268	3.503.255	3.983.010	2,60

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Nota: (*) A taxa de incremento das capitais foi calculada pela população total, para evitar a distorção introduzida com a redefinição do perímetro urbano de São Luís entre 1991 e 1996, que praticamente duplicou a população urbana no período.

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.10
CENTRO-NORTE - DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE BRASÍLIA-GOIÂNIA

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	335	1.740.733	2.307.284	5,80
2	17	384.312	439.447	2,72
3	18	451.779	561.085	4,43
4	6	216.071	235.604	1,75
5	1	52.523	62.972	3,70
6	4	2.037.479	2.250.682	2,01
8	1	913.485	998.121	1,79
Total	382	5.796.382	6.855.195	3,41

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993, Censo Demográfico de 1991, Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.11
CENTRO-NORTE - DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO NORTE

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	204	1.119.226	1.508.300	6,15
2	32	676.596	791.142	3,18
3	9	344.213	388.373	2,44
4	6	580.487	684.268	3,34
5	5	483.471	559.117	2,95
6	1	229.788	238.421	0,74
7	2	1.855.772	2.001.898	1,53
Total	259	5.289.553	6.171.519	3,13

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993, Censo Demográfico de 1991, Contagem da População de 1996).

Obs.: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8); Muito forte (7); Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3); Fraco (2); e Muito fraco (1).

TABELA A.6.12
CENTRO-NORTE – DADOS BÁSICOS
SISTEMA URBANO DE CUIABÁ

Nível Regic	Nº de Cidades	Pop. Urbana 1991	Pop. Urbana 1996	Incremento 1991-96
1	76	405.144	471.351	3,07
2	7	119.255	121.649	0,40
3	2	50.060	47.483	-1,05
4	4	275.148	329.072	3,64
5	1	113.032	129.894	2,82
6	1	395.662	426.903	1,53
Total	91	1.358.301	1.526.352	2,36

Fonte: IBGE (Regiões de Influência das Cidades 1993; Censo Demográfico de 1991; Contagem da População de 1996).

Obs: Classificação adotada para o nível de polarização pelo Regic: Máximo (8), Muito forte (7), Forte (6); Forte para médio (5); Médio (4); Médio para fraco (3), Fraco (2), e Muito fraco (1).

Série: Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil
Volume 2: Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana
Número de Páginas: 390
Formato: 21 cm x 27,5 cm
Mancha: 17 cm x 25,5 cm
Tipos: Palatino 10/12; Geometric 231 BT; Helvética
Papel (capa): Cartão Supremo 250 g
Papel (miolo): Couchê fosco 90 g
Tiragem: 2.200 exemplares

Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana

A série *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil* reúne estudos sobre o processo de urbanização do país e as mudanças funcionais e espaciais no sistema de cidades, nas décadas de 80 e 90. Sua finalidade é contribuir para a definição de estratégias de apoio a formulação e execução da política urbana nacional, bem como subsidiar as políticas setoriais e territoriais.

Este volume, *Estudos Básicos para a Caracterização da Rede Urbana*, reúne as pesquisas do IBGE que apoiaram a elaboração do estudo que gerou esta série, além dos trabalhos sobre a configuração e a dinâmica atual da rede urbana brasileira.

Em suas quatro partes, apresenta na primeira o estudo Regiões de Influência das Cidades; na segunda trata das aglomerações urbanas para fins estatísticos; na terceira traz a tipologia dos municípios brasileiros; e na quarta parte são examinadas as mudanças recentes e as perspectivas da urbanização mundial e no Brasil, as principais características da urbanização brasileira e, por fim, são identificados os sistemas urbano-regionais do país.

